

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA.**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JEANNE SILVA

NOS LABIRINTOS DA LEI

A Retórica da Reforma Agrária no Estado Democrático de Direito Brasileiro

(Brasil/1995-2006)



TESE apresentada ao Instituto de História,
Programa de Pós Graduação em História
Social da Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial à
obtenção do título de **DOUTORA em
HISTÓRIA**, sob a Orientação do Professor
Dr. Antônio de Almeida da Linha de
Pesquisa de Política e Imaginário.

2010

Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586n Silva, Jeanne, 1974-
Nos labirintos da lei [manuscrito] : a retórica da reforma agrária no
Estado democrático de direito brasileiro (1995-2006) / Jeanne Silva. -
Uberlândia, 2010.
419 f. : il.

Orientador: Antônio de Almeida.

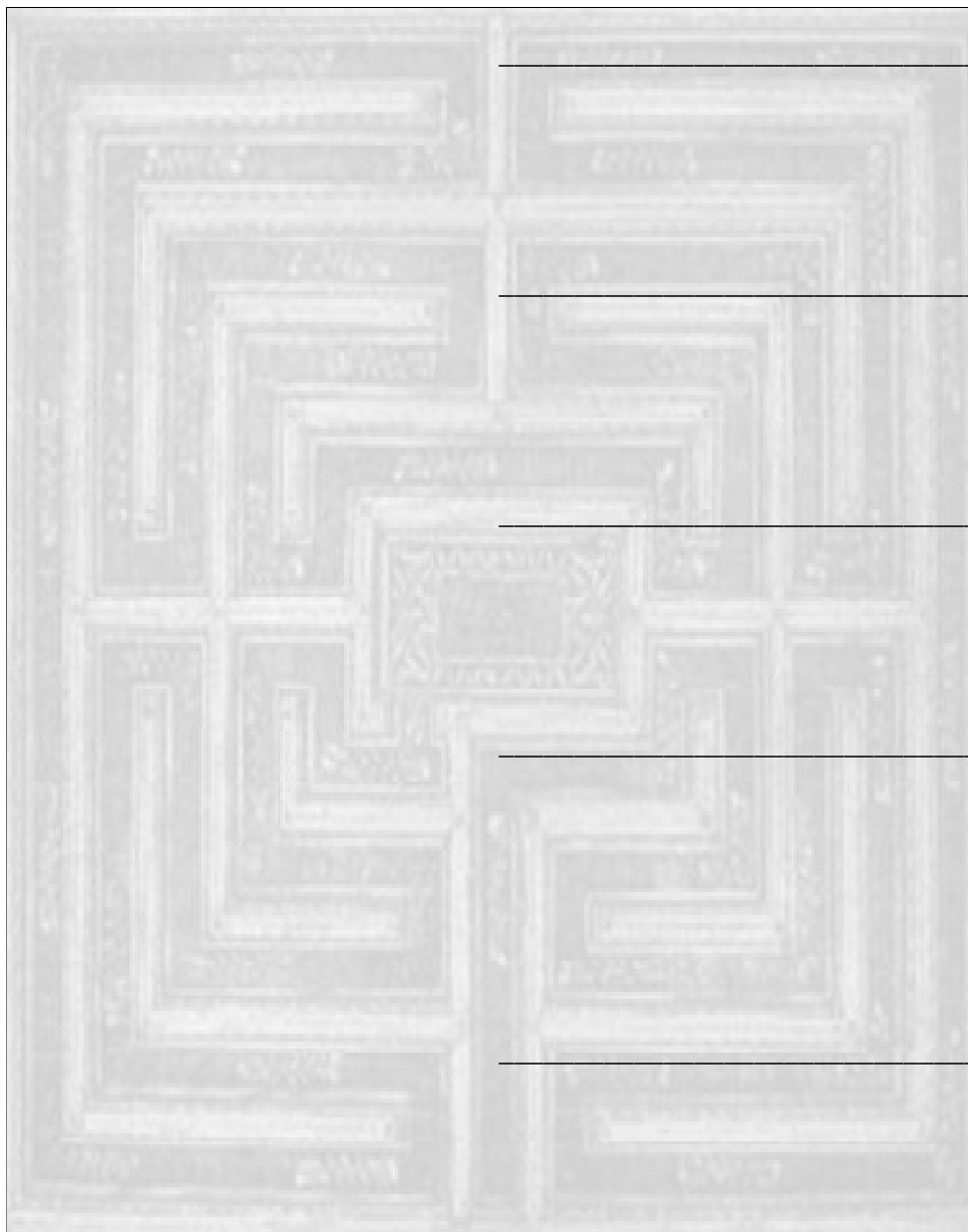
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em História.

Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Direito e história - Teses. 3. Direito
agrário - Brasil - Teses. 4. Reforma agrária - Brasil - Discussões e deba-
tes - Teses. 5. Reforma agrária - Aspectos políticos - Teses. I. Almeida,
Antônio de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

BANCA AVALIATIVA



AGRADECIMENTOS

À **Deus**, princípio atuante da vida.

Aos meus **familiares** pelo apoio e compreensão.

Ao meu **orientador** prof. Dr. Antonio de Almeida pelo acompanhamento em todos esses anos de estudo.

À **Universidade Federal de Uberlândia**, responsável pelo maior presente que pode existir na construção de um ser humano: “o conhecimento”. Sem a presença física dessa instituição jamais haveria meios financeiros de adquirir o patrimônio cultural que conquistei. Agradeço não somente ao **Instituto de História**, responsável pela minha formação de historiadora, mas ao **Instituto de Educação** que sempre me acolheu através de seus profissionais de forma digna e respeitosa como educadora e pesquisadora do Ensino de História. Ao **Instituto de Letras** através do grupo de pesquisa em Análise do Discurso - o GPAD e aos professores da Central de Línguas – CELIN. Agradeço também aos professores do **Instituto de Filosofia**, equipe ministrante do Curso de Especialização em Filosofia do Direito. Este trabalho é fruto de toda uma vida acadêmica dentro dessa Instituição. Foi aqui que aprendi cidadania, a luta por uma vida mais digna, o respeito intelectual às diferenças, conhecimentos necessários à obtenção não apenas de títulos, mas de respeito, de honra, de participação política, de engajamento social. Conhecimento compartilhado que me rendeu meios financeiros de sobrevivência, horas de leitura e discussão, a alegria de uma publicação de livro, e, acima de tudo, me trouxe muitos companheiros de jornada, **amigos e amigas** que moram no meu coração e que, apesar das ausências pelo esforço da luta, caminham ao meu lado nessa jornada e que enchem minha vida de significado fraterno.

Meu agradecimento especial aos **Professores de História da Linha de Pesquisa em Política e Imaginário**, desde os mais atuais aos mais antigos. Durante esses mais de dez anos, a contribuição de todos foi fundamental. Meu carinho e agradecimento especial à professora Dr.^a Christina da S. R. Lopreato.

Meu agradecimento à minha amiga e assistente de trabalho **Fabiana Alves Cardoso**. Nossa amizade ficou mais do que sacramentada durante esses anos. Sem o seu apoio e efetiva colaboração jamais existiria uma Tese de Doutorado. Você foi meu anjo da guarda!



"A história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão (...) e do qual não poderemos ver todas as alas ao mesmo tempo; assim não nos aborrecemos nunca nesse palácio em que estamos encerrados. Um espírito absoluto, que conhecesse seu geometral e que não tivesse nada mais para descobrir ou para descrever, se aborreceria nesse lugar. Esse palácio é, para nós, um verdadeiro labirinto; a ciência dá-nos fórmulas bem construídas que nos permitem encontrar saídas, mas que não nos fornecem a planta do prédio".

Paul Veyne

RESUMO

Partindo dos pronunciamentos dos senadores, de discursos dos Presidentes da República (Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva) e da produção legislativa (leis e processos judiciais), a Tese evidencia a complexidade dos **LABIRINTOS** que é a temática da **Reforma Agrária no Brasil** e as discussões e argumentos políticos e jurídicos que a envolvem, no período de 1995-2006.

A **retórica** é um dos instrumentos utilizados pelos agentes políticos na busca do convencimento sobre a importância dos argumentos que defendem para Reforma Agrária. A pesquisa analisa historicamente os embates sociais e as correlações de forças que se fazem presentes nos processos de elaboração das leis, nos conteúdos, na leitura (compreensão - interpretações) e aplicação das mesmas. Desse modo, a pesquisa analisa parte da produção legislativa agrária do período, concebendo o direito como uma prática argumentativa e, a construção das leis e sua conseqüente aplicação, como resultado dos embates sociais, demonstrando historicamente, como na prática, o **Estado “democrático” de “direito”** brasileiro tem agido no tocante à temática, ou seja, como os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim confrontados com as instâncias organizadas da sociedade civil - os Movimentos de Luta pela Terra - têm atuado concretamente nos embates em torno da questão da reforma agrária.

ABSTRACT

THE LABYRINTHS OF THE LAW:

The rhetoric of agrarian reform in the democratic state of law

Based on the statements of Senators, speeches of Presidents of the Republic (Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inacio Lula da Silva) and the volume of legislation (laws and court proceedings), the thesis highlights the complexity of the maze that is the discussion topic of Agrarian Reform in Brazil, from 1995-2006.

Rhetoric is one of the tools used by these political agents in order to convince about the importance of the arguments that advocate for Agrarian Reform. The research examines the historical social struggles and the correlation of forces that are present in the process of drafting laws in the content of reading (comprehension - interpretations) and application. Thus, the research analyzes the legislative output of the agrarian period, conceiving the law as an argumentative practice and the construction of laws and their subsequent application as a result of social struggles, showing historically how in practice the "democratic state" "right" has acted in relation to the subject, that is, as the executive, legislature and judiciary, and faced with the organized forum of civil society - the Movement of Struggle for the Land - have been concretely active in the struggles around the land agrarian reform issue.

RÉSUMÉ

Sur la base des déclarations des sénateurs, les discours des présidents de la République (Fernando Henrique Cardoso et Luiz Inácio Lula da Silva) et le volume de la législation (lois et procédures judiciaires), la thèse met en lumière la complexité du labyrinthe qui est le sujet de discussion de la réforme agraire Brésil, à partir de 1995-2006.

La rhétorique est l'un des outils utilisés par ces acteurs politiques à la recherche de conviction de l'importance des arguments qui militent en faveur d'une réforme agraire. La recherche examine les luttes historiques, sociales et la corrélation des forces qui sont présentes dans le processus d'élaboration des lois dans le contenu, en lecture (compréhension - interprétations) et l'application. Ainsi, la recherche analyse la production législative de la période agraire, concevoir le droit comme une pratique d'argumentation et la construction des lois et leur application ultérieure en raison des luttes sociales, en montrant l'histoire et dans la pratique, l'Etat "démocratique" "droit" brésilien a agi en relation avec le sujet, c'est que les pouvoirs exécutif, législatif et judiciaire, et face à ce forum organisé de la société civile - le mouvement de lutte pour la terre - ont été particulièrement actives dans les luttes autour de la question réforme agraire.

LISTA DE ABREVIATURAS utilizadas:

ABRAE – Associação Brasileira de Apoio à Educação.

ANC – Assembléia Nacional Constituinte de 1988.

BIRD – Banco Mundial.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CF – Constituição Federal de 1988.

CIMI – Conselho Indeginista Missionário – vinculado à CNBB.

CNA – Confederação Nacional de Agricultura.

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CPMI/CPI – Comissão Mista Parlamentar de Inquérito.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

EC – Emenda Constitucional.

FARCs – Forças Armadas Revolucionária da Colômbia.

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

HC – Habeas Corpus.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ITR – Imposto Territorial Rural.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

“Lula” – Luís Inácio Lula da Silva.

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MTL – Movimento de Luta pela Terra.

MP – Medida Provisória.

MS – Mandado de Segurança.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

PEC – Proposta de Emenda à Constituição Federal.

PROCERAs – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária.

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura.

STJ – Superior Tribunal de Justiça.

STF – Supremo Tribunal Federal.

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

TJ – Tribunal de Justiça (estadual).

TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

UDR – União Democrática Ruralista.

SUMÁRIO

NOS LABIRINTOS DA LEI

A Retórica da Reforma Agrária no Estado Democrático de Direito Brasileiro

(1995-2006)

Introdução	pp. 01-43
CAPÍTULO I – AS REGRAS	pp. 44-157
I – de como os senadores debatem as leis	pp. 45-68
II – a retórica como “arma de guerra”	pp. 69-93
III – retórica e estilos: facetas da modernidade	pp. 94-125
IV – “a religião e o poder transformador da cruz”	pp. 126-157
CAPÍTULO II – O MAPA	pp. 158-283
I – a luta pela fixação do conceito de reforma agrária	pp. 158-199
II – a tópica da culpabilização da máquina administrativa e do Estado capitalista	pp. 200-229
III – a transição: de projeto à lei.	pp. 230-255
IV – de como as leis são operacionalizadas no Judiciário	pp. 256-283
CAPÍTULO III – CAMINHOS, DESCAMINHOS E BECOS	pp. 284-404
I – as tópicos do cadastramento, dos métodos de luta, das promessas não cumpridas.	pp. 285-307
II – em busca da criminalização: a tópica de separar “o joio do trigo”.	pp. 308-326
III – a resistência: de homens e de súditos.	pp. 327-367
IV – Becos: a tópica da “impunidade”	pp. 368-404
Considerações Finais	pp. 405-412
Fontes documentais e Referências Bibliográficas	pp. 413-419

Introdução:

Ao pesquisarmos o tema da reforma agrária, concebemos a pesquisa como a trajetória histórica de um verdadeiro labirinto. Um labirinto do qual não descobriremos toda a extensão e do qual não poderemos ver todas as alas ao mesmo tempo. Um caminho sinuoso, difícil, com idas e vindas, avanços e retrocessos, um caminho que mesmo com regras e mapas não oferece garantias e certezas históricas, pois, mesmo com o planejamento estatal, ou apesar de sua ausência, o caminho só ganha significado quando a gente por ele transita.

Partimos da pergunta inicial **“Qual (quais) Reforma(s) Agrária(s)?”**, pergunta que aparentemente pode parecer simples à primeira vista, mas que carrega complexidades insuspeitas nas análises da vida político-brasileira. Do plano das idéias às ações concretas, diferentes tipos de Reforma Agrária foram imaginadas em diversos momentos da vida política brasileira. Nenhum político (declaramente dentro dos discursos analisados) foi ou é contra Reforma Agrária. Mas é a partir da análise de seus pronunciamentos, no decorrer do tempo, que as diferenças político-ideológicas vão se delineando na formação e no desenrolar do jogo político, pontuando diferenças precisas e marcantes não só entre os partidos políticos (de orientações e propostas diferenciadas entre si) mas também, entre os próprios políticos, que, às vezes, ainda que pertencentes a um mesmo partido agem de formas contrárias, ambíguas. Cada grupo (partidário ou não, defensores e porta vozes de interesses específicos dentro do Congresso Nacional) conceitua e defende tipos diferentes de Reforma(s) agrária(s). São essas nuances que revelam, de fato, o compromisso de cada político ou grupo partidário e os jogos de interesse que os mobiliza. É lugar comum que ao longo da história do Brasil políticos e autoridades diversas pensam e repensam projetos e políticas públicas para a questão agrária que, mesmo com o Estatuto da Terra e posteriormente com a Constituição Federal de 1988 foram re-problematizadas constantemente e ganharam contornos mais acirrados com a abertura política dos anos 80 do século passado e com o crescimento e a pressão dos Movimentos Sociais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Durante o período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) diversos projetos se delinearam e ganharam contornos mais definidos. Com isso, marcadas diferenças transpareceram entre as muitas correntes políticas partidárias (ou

não) que defendiam propostas diferenciadas para cada tipo de Reforma Agrária imaginada. Com o agravamento das questões sociais, a exacerbação dos bolsões de pobreza, tanto do campo quanto das cidades, o conflito agrário se recrudesceu com maior visibilidade da violência ocorrida no campo – como exemplos do Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará (1996)¹, o massacre de Corumbiara (1995)², entre tantos outros focos localizados em diversas partes do país; mortes e prisões de líderes do Movimento, problemas estes que marcaram nos últimos anos a história do Brasil – um país que não conseguiu, desde a sua fundação, resolver ou minimizar o problema da propriedade da terra. Assim, nos pronunciamentos estudados, nos textos escolhidos, nas entrevistas e artigos de jornais e revistas, selecionamos alguns dos principais debates legislativos e judiciários do período em questão, 1995 a 2006, que marcaram a problemática político-jurídica sobre o tema da reforma agrária no país. E encontramos: exclusão da maioria da população da vida política, embora as construções discursivas sejam fundamentadas em seu nome; as diversas crises econômicas e financeiras; as lutas por democracia e justiça social; os acontecimentos trágicos e dramáticos das mortes no campo; o discurso das elites sobre o papel do Estado Contemporâneo; a criminalização judicial dos trabalhadores rurais sem terra; as críticas e as oposições ao governo de Fernando Henrique Cardoso (em seus dois mandatos 1995-2003) e de Luís Inácio Lula

¹O Massacre de Eldorado dos Carajás foi a morte de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, Brasil decorrente da ação da polícia do estado do Pará. Dezenove sem-terra foram mortos pela Polícia Militar do Estado do Pará. O confronto ocorreu quando 1.500 sem-terra que estavam acampados na região decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, principalmente as da Fazenda Macaxeira. A Polícia Militar foi encarregada de tirá-los do local, porque estariam obstruindo a rodovia PA-150, que liga a capital do estado Belém ao sul do estado. O episódio se deu no governo de Almir Gabriel, o então governador. A ordem para a ação policial autorizava "usar a força necessária, inclusive atirar". Segundo informações da mídia o confronto resultou em dezenove pessoas que morreram na hora, outras duas morreram anos depois, vítimas das seqüelas, e outras sessenta e sete ficaram feridas. Numa análise mais detalhada, segundo o legista Néelson Massini, que fez a perícia dos corpos, pelo menos 10 sem-terra foram executados. Sete lavradores foram mortos por instrumentos cortantes, como foices e facões. O comando da operação estava a cargo do coronel Mário Pantoja de Oliveira, que foi afastado, no mesmo dia, ficando 30 dias em prisão domiciliar, determinada pelo governador do Estado, e depois liberado. Ele perdeu o comando do Batalhão de Marabá. O ministro da Agricultura, Andrade Vieira, encarregado da reforma agrária, pediu demissão na mesma noite, sendo substituído, dias depois, pelo senador Arlindo Porto. Uma semana depois do massacre, o Governo Federal confirmou a criação do Ministério da Reforma Agrária e indicou o então presidente do Ibama, Raul Jungmann, para o cargo de ministro. O então presidente Fernando Henrique Cardoso determinou que tropas do exército fossem deslocadas para a região em 19 de abril com o objetivo de conter a escalada de violência.

²O massacre de Corumbiara foi o resultado de um conflito violento ocorrido em 9 de agosto de 1995 no município de Corumbiara, Rondônia. O conflito começou quando policiais entraram em confronto com camponeses sem-terra que estavam ocupando uma área, Fazenda Santa Eliana, resultando na morte de 12 pessoas (entre elas uma criança de nove anos e dois policiais).

da Silva (no seu primeiro mandato 2003-2006); as intrigas político-partidárias dentro do Senado Federal e, sobretudo, o que mais nos interessa diretamente: a forma como todos os debates engendram o jogo político de aprovação de uma dada legislação, a forma como esta legislação é utilizada e o resultado que desvela embates e lutas em jogo em qualquer exercício do poder.

Analisando qual Reforma Agrária é o projeto considerado vencedor e quais os (des)caminhos percorridos insistentemente, talvez possamos entender melhor como as leis são usadas no Brasil como instrumentos ambíguos, ora garantidores de direitos, ora como instrumentos cerceadores desses mesmos direitos, legitimando de forma ambígua, o jogo político instaurado. Sem necessitar de grandes esforços de compreensão, os próprios debates do Parlamento nos informam - visto que não é nosso objetivo acusar nenhum dos atores de mentirosos ou não, a menos que eles próprios o façam - das críticas, dos limites, das mazelas de corrupção, de como se ordena e se desenvolve o jogo político de formulação e aplicação das leis. É esse desenrolar que fundamenta nosso trabalho, perseguindo a construção tensa de uma explicação científica que, se não consegue, pelo menos tenta nos revelar as tensões, os conflitos, os pactos, as fraturas expostas do jogo político exercido pelo três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) da República Federativa do Brasil. A pergunta que nos incomoda é: **“para que servem as leis?”** Como são arquitetadas, discutidas, votadas e postas (ou não) em prática as leis no Brasil?

Para a construção imagética de nosso texto e explanação de nosso pensamento elaboramos como arcabouço para esse entendimento a idéia do Labirinto. O Labirinto é nossa metáfora. A Reforma Agrária é simbolicamente o tabuleiro desse jogo. Um jogo de sutilezas, no qual as práticas discursivas³ escorregam fluidamente de um momento a outro do jogo político-jurídico, um jogo prolongado no tempo e no espaço, que se arrasta indefinida e polifonicamente nas vozes de agentes sociais, atores políticos e operadores jurídicos presentes na vida brasileira, tanto do passado, quanto do presente, numa “reforma agrária” que, segundo expressão do Senador Darcy Ribeiro, está *“sempre inacabada, incompleta”*, numa linguagem que perpetua as cercas com que se bloqueiam as possibilidades de sua ocorrência, de arames, fios e porteiros, mas também

³FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02/12/1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9ª Ed. São Paulo. Edições Loyola. 2003

cercada pelas negações da própria linguagem, em mensagens implícitas ou não, como se de fato a temática Reforma Agrária, exaustiva e constantemente re-elaborada, perdesse o sentido por uma hiperinflação de significados, como nos dizeres de Jean Baudrillard⁴.

Ao entrarmos nesse **LABIRINTO**⁵ para compreensão da lei, cumpre-nos questionar sobre os caminhos e descaminhos da trajetória social vivenciadas nas lutas do Movimento Social de Luta pela Terra, na atuação das autoridades políticas e administrativas, na atuação das autoridades judiciárias desse país. A divisão temática ocorrerá pela incidência de questões (tópicas retóricas) que marcam todo o período com maior frequência e foram assim distribuídos como num intrigante passeio por dentro desse labirinto: a começar por uma iniciação prévia de nosso instrumental retórico chave, uma análise dos pronunciamentos dos senadores (pelo caminho do Legislativo), sua interpretação contextual, seus projetos políticos, seus debates sobre lei, os conceitos e noções do componentes de um Estado Democrático de Direito e algumas de suas regras de existência e fundamentação. Concomitantemente a esses debates legislativos, o momento de análise em que os projetos de fato já foram votados, se converteram em lei e se refletem na instância judiciária, sujeitos a apreciação dos juízes e desembargadores, numa frente de atuação diversa da anterior, agora comandada pelos agentes mais diversos do judiciário: advogados, promotores, juízes, desembargadores, ministros do Supremo Tribunal Federal, e outros. Unindo os discursos entre Executivo, Legislativo e Judiciário, o fio interpretativo da retórica nos permitirá caminhar pelo labirinto da reforma agrária.

A retórica é nossa chave metodológica de leitura, entendida fundamentalmente pela corrente de Chaim Perelman⁶ e L. Olbrechts-Tyteca, que vêem a retórica como arte de argumentar. Em Perelman a retórica é a dimensão dialógica de toda produção de sentidos e se estrutura como uma arte de argumentação fundada em lugares (próprios e/ou comuns). Sua matriz mais remota é Aristóteles, para quem a retórica é um modo lógico e, ao mesmo tempo, político de encontrar argumentos (provas) capazes de

⁴BAUDRILLARD, Jean. “À sombra das maiorias silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas”. Trad. Suely Bastos. 2.^a ed. Editora Brasiliense. 1985

⁵O dicionário Aurélio traz uma idéia expressiva para o termo labirinto: edifício com muitas divisões, corredores, etc., e de feio tão complicado que só a muito custo se lhe acerta com a saída.

⁶PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação*. Prefácio de Fábio Ulhôa Coelho: Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

sustentar posições particulares em circunstâncias próprias⁷. Eis, pois, a definição que propomos: a retórica é a arte de persuadir pelo discurso. Por discurso entendemos toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma sequência de frases, que tenha começo, meio e fim e apresente uma certa unidade de sentido. Assim sendo, a retórica não é aplicável a todos os discursos, mas somente àqueles que visam persuadir e/ou convencer. A retórica, portanto, diz respeito ao que um discurso tem de persuasivo. E o que é, pois, persuadir? É levar alguém a crer em alguma coisa. Alguns distinguem rigorosamente “persuadir” de “convencer”, consistindo esse último não em fazer crer, mas em fazer compreender⁸.

Aristóteles tem uma importância fundamental como matriz remota nesta reconstrução analítica, pois, esse pensador reabilitou a arte da retórica, colocando-a em seu verdadeiro lugar, atribuindo-lhe uma papel modesto, mas indispensável num mundo de incertezas e de conflitos, que para nós hoje ainda é fortemente presente. Em Aristóteles a retórica é a arte de encontrar tudo o que um caso contém de persuasivo, sempre que não houver outro recurso senão o debate contraditório, uma vez que para este autor, o domínio da retórica, o das questões judiciais e políticas, não é o mesmo da verdade científica, mas do verossímil, pois, “*seria tão absurdo aceitar de um matemático discursos simplesmente persuasivos quanto exigir de um orador demonstrações invencíveis*” (ética a Nicômaco, I, 1094b)⁹. A retórica clássica também era utilizada no contexto de se analisar o que Aristóteles denominava das “paixões da

⁷Kenneth Burke, autor contemporâneo a Perelman, entende a retórica como uma arte de agregar os homens em torno de sentidos. Sua função, assim, além de política é próxima à literatura, é de natureza semiótica. Quando discutimos como os políticos usam construções literárias em seus discursos nos aproximamos dessa natureza semiótica de criação de sentidos. BURKE, K. *A rhetoric of motives*. Universites of Califórnia Press. First edition Copyright 1962. Berkeley, Los Angeles, London, 1997. numa perspectiva cristã, como a de Santo Agostinho, a retórica é a forma inspirada por meio da qual a “verdade” (verdadeira doutrina) é proclamada, de modo a produzir efeitos edificantes sobre o auditório (aliás, Perelman trabalha com a idéia de auditório universal e auditório particular). Em Quintiliano a retórica é mais do que um conjunto de regras voltadas à construção de discursos, ela é uma arte de bem falar do bom cidadão, ou seja, é a base da formação ética de um orador eloquente. De forma geral tais autores tem como ponto comum, ainda que remoto, a retórica como um “lugar” em que se pode comunicar a verdade (ou uma verdade) de maneira significativa e persuasiva, sem capaz, de como diria Cícero, de “ensinar, deleitar e mover os ouvintes”.

⁸REBOUL, O. Introdução à retórica. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2004 – Coleção justiça e direito.

⁹REBOUL, O. apud Aristóteles. Introdução à retórica. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2004 – coleção justiça e direito. p.27.

alma”, que para ele estavam ligadas ao sentimento da honra, glória, raiva, comiseração, indignação e rivalidade¹⁰.

Ao trabalharmos com os discursos políticos (de parlamentares e presidentes) e judiciários (de advogados e juízes) estamos lidando com o que Aristóteles estabelece como os gêneros dos discursos, importante no que diz respeito à interpretação dos mesmos. Segundo o filósofo, os gêneros oratórios são três: o judiciário, o deliberativo (ou político propriamente dito) e o epidíctico¹¹. Dizem respeito ao modo como os legisladores administram a cidade, como se resolvem os assuntos úteis ou prejudiciais ao interesse da cidade. O deliberativo refere-se ao futuro do país, pois inspira decisões e projetos (quer sejam projetos de políticas públicas, projetos de lei, dentre outros). Dizem respeito ao modo como se estabelece as noções do justo e injusto quando o judiciário se pronuncia sobre os fatos a serem julgados. Juntos dizem respeito às discussões sobre o belo, o bom, o certo (o conveniente), o justo. A retórica nos permite compreender, portanto, que os “*conceitos são históricos*”¹² e que “*o direito pode ser uma retórica, mas não é necessariamente uma retórica vazia*”¹³. Assim, o conceito de Reforma Agrária é um conceito em fluxo constante, um campo para mudança e disputa,

¹⁰SKINNER, Q. Razão e retórica na filosofia de Hobbes. São Paulo, Cambridge: Editora UNESP, Cambridge University Press, 1999. p. 59

¹¹Segundo Aristóteles são três gêneros, pois são três categorias de ouvintes dos discursos. Com efeito um discurso comporta três elementos: a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala; e o fim (a finalidade) do discurso refere-se a esta última, chamado de ouvinte. O ouvinte é necessariamente espectador ou juiz, se exerce a função de juiz, e terá de se pronunciar sobre o passado ou o futuro. Aquele que tem que decidir sobre o futuro é, por exemplo, o membro da assembléia; o que tem que se pronunciar sobre o passado é, por exemplo, o juiz propriamente dito. Aquele que só tem que se pronunciar sobre o presente e a faculdade oratória é o espectador. Donde resultam necessariamente três gêneros de discursos oratórios: o gênero deliberativo, o gênero judiciário e o Gênero demonstrativo (ou epidíctico). Numa deliberação, aconselha-se ou desaconselha, quer se delibere sobre uma questão de interesse particular, quer se fale perante o povo acerca de questões de interesse público. Uma ação judiciária comporta a acusação e a defesa. E o gênero demonstrativo comporta o elogio e a censura. Cada um destes gêneros tem por objeto uma parte do tempo que lhe é próprio: para o gênero deliberativo é o futuro, pois delibera-se sobre o futuro, para aconselhar ou desaconselhar; para o gênero judiciário é o passado, visto que acusação e defesa incide sempre sobre fatos pretéritos; para o gênero demonstrativo, o essencial é o presente, porque para louvar ou censurar apoiamos-nos sempre no estado presente das coisas; contudo sucede frequentemente utilizarmos a lembrança do passado ou presumirmos o futuro. Cada um destes gêneros tem finalidades distintas: no gênero deliberativo o fim é o útil ou prejudicial; no gênero judiciário: o justo ou injusto; no gênero demonstrativo o elogio ou a censura, o belo ou o feio. ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. Tradução Antonio Pinto de Carval. Edições Ouro. Coleção Universidade. LE-1422. Capítulo III – dos três gêneros da retórica. O fim de cada um deles. Pág. 50.

¹²THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores* – Trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

¹³THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 22. Thompson não realiza uma explicação do que chama de “retórica vazia”. Entendemos que a retórica nunca é “vazia”, pois, cumpre sempre uma determinada finalidade, busca um determinado sentido, ainda que aparentemente desconhecido do ouvinte.

uma arena na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes. É por isso que nunca se lê um discurso de um senador qualquer que seja contra a reforma agrária. Todos são a favor da “reforma agrária”. Resta-nos descobrir qual reforma agrária dentre as inúmeras propostas apresentadas. E são as leituras contínuas que nos darão essas respostas para perceber os interesses em jogo no Brasil, daquele momento. O tema da reforma agrária, da propriedade privada, da defesa da lei e da ordem constituiu boa parte da retórica dos anos noventa, legitimando quase todo uso, prática ou direito reclamado, prosseguindo como uma demanda de pressão irresistível, acelerada em toda parte pelos meios de comunicação.

O entendimento histórico de como se ordena e se desenvolve o jogo político de formulação e aplicação das leis é realizado, portanto, com o entendimento retórico em torno da questão, o que implica em considerar os embates e conflitos que informam o tratamento da Reforma Agrária em um Estado Democrático de Direito, no caso, em um país marcado pela forte desigualdade social (particularmente no campo) e pela assimetria marcante das chances de poder dos grupos envolvidos. Nesse caminho uma das principais problemáticas é: se, no desigual jogo de forças que marca a vida jurídica e legislativa do Brasil, a questão da Reforma agrária já aparenta estar, de antemão, definida; se os grupos interessados já tem suas concepções formadas e são irredutíveis; se os possíveis argumentos de um lado ou de outro não são capazes de realizar grandes mudanças de posição nos “adversários”; pergunta-se: qual o sentido de uma retórica voltada à temática? A quem e como ela busca persuadir, já que todos já parecem estar, de antemão persuadidos e convencidos? A quem os discursos de lado a lado se voltam se esses não alteram a origem das concepções em jogo: as posições políticas e ideológicas prévias? Pois é aqui que a retórica entra e não, como poderia se esperar, sai de cena. Ou seja, a retórica aqui pensada não visa persuadir/convencer os atores presentes na função legislativa, movendo-os de posição. Ela é pensada no próprio funcionamento mais amplo do Estado Democrático de Direito no Brasil, como lugar linguístico potente na transformação do cenário político mais amplo, o que envolve a conquista de auditórios ampliados e complexos, que podemos tentar abranger sob a designação genérica de “opinião pública”. Nesse sentido, não se pode ignorar a repercussão mútua entre mídia (principalmente impressa e televisiva) e poder legislativo ou mesmo a repercussão de decisões polêmicas que sentenças do judiciário causam

socialmente sobre o que se convencionou chamar de “opinião pública”. Principalmente no Senado Federal, onde exploramos mais detidamente as construções argumentativas, isso tem implicações no gênero deliberativo, pois no Senado tais matérias não se circunscrevem meramente ao deliberativo (discutir a utilidade e a honestidade das matérias a serem decididas), mas ao contrário, imiscuem-se fortemente no gênero demonstrativo, nas suas variantes do elogio e da censura. Não importa assim, somente defender propostas de reforma agrária, mas, sobretudo, fazê-lo de forma a agregar ou desarticular forças com peso relativo ao cenário político. Isso envolve tocar, especialmente, as áreas mais afetivas e éticas articuladas à matéria, sem perder de vista o pragmatismo que, em tese, exige certa gama de argumentos lógicos¹⁴.

A reforma agrária nestes termos, é uma arena para embates retóricos, não necessariamente vazios, em que o direito constitui-se como fundamental, uma espécie de “regime discursivo”¹⁵ que orienta e/ou normatiza a batalha. Nesse sentido, a reforma agrária pode ser entendida como matéria retórica potencialmente controvertida a ser tratada no interior de discursos deliberativos e judiciário, tendo como orientação o “regime discursivo do direito”, que define as tópicos de invenção em jogo e os lugares, portanto, de verossimilhança.

É possível verificar que, no debate sobre a Reforma Agrária, o regime de defesa da propriedade privada foi (e continua sendo) tão fervorosamente defendido quanto também criticado, e por mentes e argumentos igualmente poderosos. Há discurso bem como há práticas, e o discurso deve, mais cedo ou mais tarde, fornecer à prática algum de seus contextos, o que é a razão pela qual os atores sociais, ao lidarem constantemente

¹⁴Após determinado o gênero do discurso, a primeira tarefa do orador é segundo Aristóteles encontrar os argumentos. Os argumentos são o “*etos*” e o “*patos*”, argumentos de ordem afetiva e o “*logos*” argumentos de ordem racional. O “*etos*” é um termo moral, ético, e que é definido como o caráter moral que o orador deve ter (ou deve parecer ter) e que deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, ele nada obtém sem essa confiança. O “*patos*” é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso. REBOUL, O apud Aristóteles. Introdução à retórica. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2004 – Coleção justiça e direito. p.47.

¹⁵Regime Discursivo ou regime de verdade trazidos por Foucault. Para Foucault o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (...) Essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de história, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então talvez algo como um sistema de exclusão, uma história onde a “verdade” foi se deslocando do ato ritualizado, eficaz e justo para a enunciação, para o próprio enunciado: para o sentido, a forma, o objeto, em sua relação com a referência. FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02/12/1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9ª Ed. São Paulo. Edições Loyola. 2003

com tais questões, debatiam e debatem o papel da opinião no governo e do Estado sobre tais questões. Privados em seus meios de luta, quando não ouvidos em seus protestos ou quando ignorados em suas reivindicações, os Movimentos Sociais se vêem obrigados a aceitar o discurso de seus governantes ou a formular fora dele modos de oposição (daí o debate sobre até que ponto o crime seria uma forma de protesto social). Assim, figuras de destaque gritam, algumas vezes, juntamente com as massas e outras vezes, atiram-se umas contra as outras, e não temos por que considerar elite e cultura popular como duas coisas refratárias a uma interação e trânsito entre si¹⁶.

A criação e a difusão de linguagens, portanto, é em grande medida uma questão de autoridade das elites intelectuais, a história de como os estudiosos e profissionais se envolveram na administração dos assuntos de terceiros, ou mesmo do corpo burocrático estatal e os obrigaram a discursar nas linguagens que eles haviam desenvolvido,

“mas, ao mesmo tempo, é também a história de como os grupos leigos se apropriaram de idiomas profissionais para propósitos não profissionais, de como empregaram idiomas de outras fontes, de maneira a modificar seus efeitos, ou de como desenvolveram uma retórica de hostilidade à imposição de uma linguagem sobre si. Nessa linha de raciocínio, podemos vislumbrar o uso antinômico da linguagem: o uso, pelos governados, da linguagem dos governantes, de maneira a esvaziá-la de seus significados e reverter seus efeitos”¹⁷.

Ao trabalharmos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e analisá-los em seu confronto com os discursos oficiais contidos nos pronunciamentos legislativos e processos criminais e cíveis, percebemos os diferentes significados que as leis, o direito, a função da propriedade privada e o próprio conceito de justiça vão assumindo na visão de agentes particulares, ou seja, percebendo como o conflito está latente em todos os setores materiais ou imateriais do mundo social, o que evidencia os múltiplos e conflituosos sentidos que a produção cultural assume na sociedade.

Uma sociedade não pode ser analisada sem que se inclua cada uma de suas práticas. Entretanto, não se pode separar essas práticas e submetê-las a leis distintas e especiais acreditando-se num alcance de totalidade. Em outras palavras, não se atinge a totalidade pela soma das práticas. Não podendo também separar uma prática do

¹⁶POCOCK, J.G. Introdução: O Estado da Arte e O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: *Linguagens do Ideário político*. Sérgio Miceli [org]. Trad. Fábio Fernandes- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003

¹⁷Idem.

conjunto anterior de outras. Não podemos isolá-la, nem relacioná-la de forma uniforme, estática e não histórica a alguma formação abstrata. Em outras palavras, associamos isso ao fato de que não se pode isolar o objeto e então descobrir seus componentes. Não se pode isolar a Ciência Jurídica e estudá-la como ciência “pura” (como é a proposta de Hans Kelsen), isolada de seus componentes políticos, ideológicos, classistas, pois, ao fazer isso esvaziamos sua dimensão social, valorativa, histórica.

Por outro lado, a idéia de que as leis são exclusivamente instrumentos da classe dominante não procede, é reducionista e nada explicativa. Para Thompson, o direito define uma retórica: “*define a imagem que certos elementos da classe dominante fazem de si mesmos, uma imagem profundamente interiorizada*”¹⁸, e assim o autor considera o direito como “*mediação específica e um terreno de oposição de classes e não um simples instrumento ideológico a serviço da dominação da classe dominante*”¹⁹. A pergunta crucial é: como os sujeitos vivem essa realidade normativa? Como são forçados os inúmeros significados que a lei pode gerar? Como se acomodam e se toleram os conflitos dentro de uma ciência jurídica que tem como função precípua a tarefa de dirimir os conflitos sociais? Oliveira Viana²⁰ assinala a idéia de que historicamente as elites têm outorgado paternalisticamente constituições e leis ao Brasil com pouca consideração ou consciência das expectativas e capacidades do povo governado. Em vez de ser o fruto de pressões populares, de um estudo fático (dos fatos) sério, ou de uma cristalização dos costumes, a legislação é geralmente o produto daquilo que um pequeno grupo imagina ser “o bem do povo”, ou também o que caracteriza como “o bem público com interesses particulares”²¹.

Insistindo na diferença entre os conceitos do que seja direito, lei e justiça, partimos da compreensão de que tais conceitos assumem definições variadas, ambíguas,

¹⁸THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. [org.] Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2001. p. 209 e 211.

¹⁹Idem.

²⁰VIANA Oliveira. *Instituições Políticas brasileiras [1949]*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987. Vol. II, p.30,149

²¹Apesar de Oliveira Viana ser considerado por diversos autores como um autor dos anos trinta e de pensamento marcadamente autoritário, consideramos de grande atualidade algumas de suas idéias, principalmente no que se refere ao chamado “*espírito clânico*” de estruturação administrativa e funcional do país, e no distanciamento entre usos e costumes no momento de elaboração da legislação, algo que ocorria e ainda ocorre em nosso país. O que mais chama nossa atenção no pensamento de Oliveira Viana é a atualidade de seu questionamento sobre o abismo entre a realidade vivenciada pelo povo e a elaboração de leis que versem sobre essa mesma realidade.

flexíveis, dinâmicas. Tais categorias só adquirem significados quando encarnadas nos agentes sociais que as formulam, aplicam e interpretam as normas relativas à temática da Reforma Agrária. São categorias que se apresentam aos agentes sociais com graus diferenciados de percepção, carregando consigo parcelas de imponderabilidade e de incerteza. Assim, as leis não conseguem prever todas as possibilidades que os contextos histórico-sociais oferecem. Já discutimos, em outro trabalho²², as premissas jurídicas que equiparam o direito ao sinônimo de lei, calcado no mito da racionalidade, da objetividade, da lógica, da unicidade, da imparcialidade, da impessoalidade. E agora nos apercebemos disso ao analisarmos o caminho histórico que percorre a legislação agrária em sua fixação de limites e elaboração de discursos exaltantes “da lei e da ordem”.

Ao despiremos o campo conceitual do jurídico da roupagem positivista e supostamente neutra do qual é revestido, evidenciamos como os jogadores são adestrados para o “jogo” da retórica e da persuasão, deslocamos o embate para o campo do jogo, das malhas do processo judicial que permitem a construção de uma trama. Politizamos a discussão do campo jurídico reforçando que, compreender o jurídico, requer compreender o político, premissa chave para a compreensão da lei como ato humano histórico.

Por fim, partindo do entendimento de que as leis não se fazem e não adquirem significados exclusivamente no espaço legislativo formal (Congresso Nacional), percebemos como o movimento social (integrantes, simpatizantes e/ou contrários) dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e vários outros agentes polifônicos, autoridades políticas, operadores jurídicos ou mídia, aderem ou não, a esta causa social, problematizam e apresentam significações diferenciadas ou mesmo conflitantes para a noção retórica do que seja o chamado “justo” e o que seja “legítimo” no desempenho da função social da propriedade. Buscamos, assim, compreender as significações que são construídas, atribuídas ou forjadas no imaginário social, nas demarcações discursivas de vários componentes presentes no tema da reforma agrária: na defesa da propriedade privada, função social da propriedade, na criminalização do sem terra, nos projetos políticos propostos pelo poder executivo, nas ações e julgamentos do poder judiciário.

²²SILVA, J. *Sob o jugo/jogo da Lei. Confronto histórico entre direito e justiça*. EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2006

Ao considerarmos que a lei também está presente na imaginação da sociedade que a cria, estamos afirmando que sua existência, finalidade, efeitos e consequências são construções sociais situadas no tempo e no espaço, onde os agentes sociais atuam *in concreto*. O direito faz parte do campo conceitual do imaginário social e a interpretação da lei seria impossível se os juristas e operadores do direito decidissem sair desse mesmo imaginário instaurado por eles. Assim, a atuação dos operadores jurídicos como mediadores entre a realidade social e a lei *in abstrato* fazem parte do imaginário social.

Para Baczko, toda formulação de regras e normas legais do mundo do direito positivado (codificado) estão circunscritas a uma representação política que a sociedade formula para sua existência. Portanto, os discursos produzidos em “nome da lei” representam, no plano real, projetos políticos bastante precisos. O direito só existe enquanto prática encarnada nos homens, pois são estes mesmos homens que o constroem a partir de princípios e regras. Mas estas ações estão direta ou indiretamente vinculadas às representações que estes homens têm de si próprios, dentro do conjunto de suas crenças, mitos, ilusões, símbolos e valores. O que é o direito senão esse conjunto de símbolos hierarquicamente dispostos que permitem a repressão e a aplicação de poderes de modo a dirimir e organizar a prática jurídica para a aplicação de uma dada lei e obtenção de uma suposta justiça? Assim sendo, existe uma constante luta política, ideológica, cultural, social e econômica que dá-se no campo das representações, no qual os diversos segmentos sociais procuram impregnar o cenário jurídico de imagens que, via de regra, refletem os anseios de classes distintas, impondo ao imaginário social o controle e a difusão de símbolos e sinais como também os meios de assegurar o poder e sua perenidade histórica, “*o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico*”²³. O mapa dos projetos de reforma agrária são simbólicos, imaginários. As elites políticas ao traçarem os rumos para o país o fazem com determinadas finalidades. Mas sabemos que os projetos e mapas não são garantidores, por si só, de que se alcance os objetivos e intenções programadas e planejadas.

²³BACZKO, Bronislaw. In: *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaud - vol. 5 anthropos-home. 288. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p 297.

Jacques Le Goff nos chamou a atenção para o fato de que a História das Mentalidades é uma história não de fenômenos “objetivos”, porém da representação desses fenômenos e, nessa perspectiva, alimenta-se dos “documentos do imaginário”²⁴. Não sendo a legislação um simples testemunho da sociedade, pode ser capaz de revelar os seus conflitos dissimulados e projetos realizados ou frustrados. Partindo, portanto, da referência discursiva, podemos concluir que uma das possibilidades do presente trabalho historiográfico é compreender, na articulação da linguagem jurídica, os conflitos, os embates discursivos, os projetos coletivos realizados, os desejos consumados, as possibilidades implementadas, além dos projetos, desejos e possibilidades frustradas. Naturalmente – na medida em que a produção judiciária e legislativa não está fora de seu tempo, os projetos e disputas sociais estão de alguma forma articulados com o movimento da sociedade à qual os agentes operadores do judiciário e os representantes políticos pertencem. É uma mediação complexa e exige um cuidado particular para que não se caia na simplificação do “reflexo”. Apesar desses riscos, o historiador não pode esquecer que o escritor é um homem do seu tempo²⁵ e, como tal, também está influenciado pelas limitações da cultura de sua época. A começar pela própria linguagem – o código estabelecido –, mas também passando pelos temas, valores e normas, os legisladores (ao elaborarem as normas) e os operadores judiciais (ao fornecerem interpretação a tais normas) expressam os ideais, valores, projetos, conflitos, antagonismos e imaginários de uma dada sociedade materializada no tempo e no espaço.

Dessa forma, a linguagem exerce papel fundamental nas considerações aqui articuladas, pois, na análise das fontes legislativas e processuais, evidenciamos que a linguagem não é transparente, linear, incisiva, impositiva. A linguagem flui também para as lacunas, as incertezas, as ambigüidades, a flexibilidade e a argumentação. Daí ser fundamental para nós a utilização das categorias “discurso” e “retórica”.

Foucault pensa os discursos no interior de uma teoria crítica da sociedade. É precisamente a partir desta inclusão que se pode refletir sobre as condições de possibilidades dos discursos, ou seja, as condições que permitem que, em um dado

²⁴LE GOFF, Jacques. “As mentalidades, uma história ambígua”. In: História: novos objetos. Trad. de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

²⁵BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício do historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff. Ed. Brasileira Lília M. Schwarcz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2004.

momento histórico, as palavras tenham uma determinada significação e não outra. Como assinala o autor, estas condições de possibilidade estão inscritas nos próprios discursos, forçando-os a enunciar certas coisas, indicando os objetos sobre os quais se pode falar. É assim que define as chamadas “formações discursivas”, unidade teórica construída pela proposta de interdependência dos discursos e de suas condições históricas de produção²⁶.

O discurso constitui, dessa forma, um ato de argumentação, cujo principal problema teórico é configurado pela sua relação com os seus interlocutores. Nesta ótica, considera-se a retórica como uma investigação sobre os discursos, que objetiva dar conta do processo argumentativo na instância da própria prática lingüística. Segundo Warat: “a retórica, abrindo espaço para si nos estudos pragmáticos das linguagens e à sombra das análises oficiais, tenta romper com o tabu saussuriano e reivindica espaço para análises críticas”²⁷.

Chaim Perelman contribui com sua análise para o entendimento da retórica jurídica ao analisar o “*modus operandi*” com que os argumentos são construídos por publicitários, políticos, juízes e filósofos em suas campanhas publicitárias, discursos, arrozoados, sentenças e tratados²⁸, demonstrando diferenças entre convencer e persuadir, e evidenciando que a retórica resgata um raciocínio dialético de debate, de reflexão, e não de mera opinião. Desse modo, o pensamento retórico situa-se em um campo de observação que, mostrando certos efeitos do processo de persuasão, indica também os efeitos sociais de dominação. Em suma, o que nos chama atenção no pensamento de Perelman é a demonstração de que o pensamento é composto de uma parte lógica e uma parte dialética²⁹, sendo que a parte dialética foi negligenciada ao longo dos anos³⁰.

²⁶Mais especificamente “A verdade e as formas jurídicas” e “A ordem do Discurso” que trabalham a questão do discurso jurídico e as condições de sua enunciabilidade, que marcam a influência que a análise do discurso exerceu na elaboração deste trabalho.

²⁷WARAT, Luis Alberto. “O direito e sua linguagem”. In: *discurso jurídico e retórica*. 2.ª ed. Revista. Sergio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre. 1995.

²⁸PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação*. Prefácio de Fábio Ulhôa Coelho: Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p 11

²⁹A própria expressão “dialética” alterou seus significados conceituais ao longo do tempo, e o racionalismo foi ganhando destaque em detrimento da dialética. O desprezo pelo saber “convencer e persuadir” ganhou contornos pejorativos, ao ser tomado por mera técnica a serviço de interesses mesquinhos, os quais, por não se afirmarem por sua própria “verdade”, se vêem na contingência de lançar mão de quaisquer meios para obter a adesão dos interlocutores. E assim, o raciocínio dialético, tal como

Empreendemos uma análise retórica dos discursos dos políticos, dos advogados, dos promotores, dos juízes, e mesmo das lideranças dos Movimentos Sociais que constroem seus pensamentos, argumentam. Em seus discursos formulam idéias, as materializam em suas ações políticas, administrativas e de julgamento de mundo. Discursos que, imbuídos de poder de convencimento e de persuasão³¹ demonstram que os homens não são seres lógicos, mas seres de sugestão. Portanto, o lado emotivo, sugestivo, e mesmo irrepetível dos fenômenos é considerado essencial. Exemplos da propaganda, do discurso político, do discurso religioso, e mesmo o discurso jurídico, em que as argumentações da defesa ou da acusação giram em torno da finalidade de “convencer e persuadir” o julgador; e mesmo dos debates dos senadores e deputados do legislativo, na qual a intenção é convencer e persuadir um determinado auditório, ainda que este auditório não seja os demais parlamentares, mas sejam indiretamente os eleitores que venham tomar contato com tais discursos por meio das transcrições e registros taquigrafados nos dos Anais do Congresso Nacional. Também não nos preocupamos com a verdade ou falsidades das afirmações, mas com as inúmeras possibilidades que as opiniões vão articulando até se cristalizarem em imposições. É neste terreno da transformação da opinião em verdade cristalizada e norma cogente (imperativa) que se introduz a noção de juízos de valor presentes nas normas e nas decisões político-jurídicas, ocultadas dos olhos dos leigos, aplicadas aos “desconhecedores” da lei. Portanto, ancorados na retórica e no discurso discutiremos a busca da adesão que se procura através dos meios de argumentações discursivas. Para quem se preocupa, sobretudo com o resultado, persuadir é mais do que convencer: a persuasão acrescenta à convicção a força necessária que é a única que, segundo Perelman, conduziria à ação.

formulado por Aristóteles, é vítima de uma grande injustiça, pois segundo Perelman Aristóteles ao formular a divisão entre lógica e retórica, não estabeleceu a primazia de uma sobre a outra, apenas a distinção de ambas. Muitos anos depois, o século das Luzes (o Iluminismo) deu ganho de causa, do legado aristotélico, apenas ao modo analítico de raciocinar. Pouco se manifestou uma preocupação em resgatar a idéia de dialética como um saber necessário, sério, pertinente, sujeito a regras próprias. E quando utilizada, passou a ser associada a técnicas de mentira, de engodo, criando-se uma confusão conceitual entre retórica e a mentira deliberada.

³⁰PERELMAN, CHAIM. *Retóricas. In: Lógica e Retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997

³¹PERELMAN, CHAIM. *Retóricas. In: Lógica e Retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 58.

Assim, a retórica assume particular importância na análise dos discursos, pois, é o poder que as imagens e metáforas assumem no discurso, são as energias com que os sujeitos conseguem vincular a idéia à palavra e ao sentimento que conferem e nos remetem ao “efeito de verdade”, à formulação dos conceitos de verdade, política, justiça, que, em última instância, são todos construídos social e historicamente³². E geram energia, criam esse “efeito de verdade”, graças à mobilização efetiva de tópicos e de temas relativos a “regimes de verdade” do direito, que fazem com que sua expressão persuasiva penetre nas almas e produza os sentimentos políticos:

“... Como afirma Pierre Ansart, é através da linguagem, das palavras e figuras de estilo que o homem político – ou qualquer dessas categorias “de produtores de bens simbólicos” – com frequência “transmite as mensagens estimulantes, as indignações e os apelos de adesão... (...) “desse modo, a persuasão coloca a delicada questão do trabalho de **produção de sentimentos**, dentre eles, os sentimentos políticos que não acontecem de modo espontâneo, destituído de normas, adstrito ao simples arbítrio dos que fazem uso das figuras. Obedece, certamente, a condições específicas de produção, pois as imagens contidas nas figuras de linguagem só atingem seu objetivo ao serem compreendidas, aceitas ou rejeitadas pelo público, aqueles que as consomem... [grifos nossos]”³³

Portanto, a Retórica está vinculada diretamente à forma como se constrói, se idealiza e de fato, se estabelece o funcionamento do mundo jurídico. A elaboração do conceito retórico do que é “justo”, do que seja “justiça”, é um elemento crucial para a teoria legal do direito, e tais implicações se encontram no campo do político. Num mundo onde as possibilidades da mentira são ilimitadas, a verdade e os fatos são inseguros, precários, a noção de justiça, também se vê constantemente ameaçada. Tanto a política, quanto o direito devem, com efeito, trilhar a estreita seara entre o perigo de tomar os eventos como resultados de algum desenvolvimento necessário que os homens não poderiam impedir e sobre os quais eles nada podem fazer, e o risco de negá-los, de tentar maquinar sua eliminação do mundo³⁴.

A retórica, em outros termos, é potente no tratamento discursivo dos temas e das tópicos advindas dos “regimes de verdade”, da justiça e da lei, tornando-se arte de

³²FOUCAULT, Michel. “*A ordem do discurso*”. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02/12/1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.^aed. Loyola, São Paulo, 1996.p 10.

³³BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005

³⁴ARENDT, Hannah. “Verdade e História”, in: *Entre o passado e o futuro* [1961], São Paulo, Ed. Perspectiva, 3.ed.,1992.

argumentação privilegiada para a deliberação e o julgamento de questões relativas à Reforma Agrária.

Assim, numa análise retórica, há uma distinção entre os meios de convencer aos meios de persuadir, sendo os primeiros concebidos como racionais, os segundos como afetivos, dirigindo-se uns ao entendimento, os outros à vontade. Para quem se preocupa, sobretudo com o resultado, persuadir é mais que convencer: a persuasão acrescentaria à convicção a força necessária que é a única que conduzirá à ação. E é a persuasão que permite ao homem, com a utilização do poder das palavras, escolher entre uma série de possibilidades, as que melhor conduzem, ainda que de modo incerto, ao estabelecimento da paz. É dessa forma que a política é feita com palavras e atos que nos inserem no mundo humano. E essa inserção é como um segundo nascimento, no qual nos confirmamos e assumimos de forma original e singular, com liberdade pública para participação democrática. Sem “palavra” não somos livres, a liberdade exige o espaço público da palavra e da ação. É dessa forma que Hanna Arendt³⁵ percebe o poder da palavra como processo gerador de poder, não só na dimensão da comunicação, mas na dimensão da revelação, onde ação, palavra e liberdade não são coisas dadas, mas requerem, para surgirem, a construção e manutenção do espaço público.

Há também em meio às discussões centrais, algumas outras discussões secundárias e/ou implícitas, mas não menos importantes: como o questionamento da idéia de racionalidade como a grande vencedora da modernidade e os exemplos das falhas e lacunas do modelo estatal empreendido. A racionalidade propugnada no mundo moderno não o salvou das catástrofes e incertezas da contemporaneidade e o direito moderno se transformou historicamente num direito estatal científico. E a crise da ciência (ou da infalibilidade da racionalidade científica) acarreta a crise do direito. “Crise” esta vista no âmbito de alguns autores, como a exemplo de Boaventura Souza Santos³⁶, ou mesmo Castoriadis³⁷, que usam o termo “crise” para avaliarem o conjunto de transformações pelos quais a sociedade dita “pós-moderna” atravessa. Daí inferir que o direito científico da modernidade não regula, nem emancipa as relações sociais entre

³⁵LAFER, C. Hanna Arendt: *Pensamento, persuasão e poder*. Ed. Paz e Terra, 2.ª Ed. 2003.

³⁶SANTOS, Boaventura de Sousa. “A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência, para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática”, 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

³⁷CASTORIADIS, Cornelius. “A ascensão da insignificância”, In: *As encruzilhadas do labirinto* - vol. 04. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

os agentes que o operam e a sociedade a que se destina, fazendo surgir, nos dizeres de Claudine Haroche e Eugène Enriquez: “*a face obscura das democracias modernas*”³⁸.

A expressão “crise” também pode ser usada quanto ao sistema representativo na organização dos partidos políticos que perderam sua centralidade como ordenadores estáveis das identidades e da preferência do eleitorado. Os partidos políticos representam quem? Não se pode pensar a política atual, analisar os discursos político-partidários sem uma discussão que permeie também o modelo dominante de representação que organiza as democracias contemporâneas, que segundo Laval e Houtzager, “*entrelaçou o legislativo com locus da representação*”³⁹ e a relação daí derivada entre eleitor-eleito e da função de tais blocos organizativos. Essa relação fundamentada na expressão “governo representativo” estabelece definições claras quanto “*a quem representa (o político), mediante que mecanismo é autorizado a representar e a que tipo de sanção ou controle estará submetido (as eleições), quem é representado (o eleitor), e de alguma forma, ainda que muito vaga, qual o conteúdo ou mandato a ser representado (programa ou promessas de campanhas)*”⁴⁰. Aqui a crise consiste nas fraturas entre os interesses dos políticos, quer públicos, quer particulares e a relação deles com as expectativas e desejos dos governados. Entretanto, o voto e as eleições também apresentam sua faceta coercitiva (eleitores que são obrigados a comparecerem às urnas), elegendo representantes que, posteriormente terão liberdade ampla a decidirem, “falar por procuração”, “falar em nome do povo”, obrigando essa mesma população a acreditar na legitimidade dessa procuração, no poder deste mandatário e, a partir disso, respeitar as decisões vinculatórias que obrigam o povo à obediência política.

Todas as problemáticas enumeradas anteriormente apenas confirmam tendências que também interferem na Ciência jurídica, ciência esta que procura regular e normatizar a vida do cidadão (do eleitor) e do governante (eleito). Cria-se também novas demandas por direitos, por lutas democráticas e inserção de novos atores na cena política, que abre possibilidades de análises mais ricas e complexas no âmbito jurídico,

³⁸HAROCHE, C. & ENRIQUEZ, E. *La face obscure des démocraties modernes*. Sociologie clinique. Éditions Éres. 2002.

³⁹LAVALLE, A.G., HOUTZAGER, P.P., CASTELLO, G. “*Democracia, Pluralização da representação e da sociedade civil*”. Revista Lua Nova. São Paulo, 67:49-103, 2006.

⁴⁰Idem.

principalmente no que tange à introdução das questões veiculadas às subjetividades e “sensibilidades jurídicas”. O elemento da incerteza e a presença real do sujeito de direito propugnam por construções teóricas que primam por situarem os agentes em seu cotidiano, sem perderem de vista que os discursos por eles construídos são importantes manifestações de visões de mundo, exprimem as tensões sobre um modo de viver, construir seus valores e organizar suas instituições através das leis debatidas, aprovadas e julgadas. Possibilita compreendermos a lei em seu processo dinâmico de continuidade e de mudança, processo no qual é continuamente produzida e entendida enquanto emergente produto das relações sociais, ao invés de um aparato externo atuando sobre a vida social. Isto significa afirmar que a lei reflete a realidade e também é sua construtora. Sem esquecermos que a lei é uma forma de exercício do poder, mas lembrando o pressuposto de que não há uma relação de oposição entre pares, como poder e cultura/relações sociais. A Cultura incorpora e expressa a desigualdade, assim como as ideologias e relações de poder. Trata-se de um processo contínuo e complexo de produção de significados e sentidos – presentes em práticas e representações - compartilhados por determinados indivíduos de acordo com suas inserções sociais e específicas. Portanto, não basta apenas detalhar e compreender o discurso argumentativo e articulado da lei com a ameaça da força, mas há também a necessidade da busca de novas soluções frente ao processo de exclusão social que tem se operado dentro do mundo contemporâneo. Assim, a chamada “globalização” de mercados, instituições e culturas; também globaliza valores e conceitos (democracia, lei, justiça entre outros) – que aparecem como questões fundamentais de estudo, determinando a definição política de soberania nacional, de preservação de culturas locais, de construção de identidade e da busca de soluções para problemas dramáticos, como no exemplo da fome, do desemprego, da luta por acesso à terra⁴¹, visualizados em sua forma mais perversa nos países periféricos, como é o caso do Brasil, onde o que aparece mais nitidamente é a face da in-justiça e da corrupção; e mesmo a discussão sobre o direito à resistência, em perceber as formas como os movimentos sociais podem enfrentar a dicotomia do que é legal versus o que é o legítimo.

⁴¹ BAUMAN, ZYGMUNT. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.; 2003.

No estudo normativo, a linguagem, a retórica e história estão entrelaçadas substancialmente. Aqui, História e linguagem se entrecruzam, numa zona que permite-nos avaliar melhor as condições históricas de produção de nossas fontes judiciais. Trata-se, assim, como nos dizeres de G. Luz, de um “*esforço de apontar direções para que se possa tratar a História como “discurso sobre discursos” sem, no entanto naturalizar o discurso em um lugar supostamente fora da temporalidade histórica*”⁴². É dessa forma que entendemos a complexidade do discurso jurídico, sendo uma combinação de elementos retóricos, ideológicos, prescritivos, pedagógicos, coercitivos, mas que se encontram todos dentro de uma dada temporalidade histórica.

Dessa forma, a retórica é a chave de leitura histórica para o entendimento dos pronunciamentos políticos, dos discursos dos presidentes, dos arrazoados e sentenças judiciais, das táticas discursivas dos líderes dos movimentos sociais. Na análise de discursos judiciais, em particular, assume uma faceta de metadiscursividade, nunca sendo produtores originais de significados, mas abrindo-se a possibilidades de interpretações diversas, buscando os efeitos de sentidos para possíveis significados de defesa da propriedade privada, sendo esses efeitos de sentido históricos⁴³.

“*A retórica difere da lógica pelo fato de se ocupar não com a verdade abstrata, categórica, ou hipotética, mas com a adesão*”⁴⁴. Para que exista é preciso que o orador dê valor à adesão alheia e que aquele que fala tenha a atenção daqueles a quem se dirige: é preciso que aquele que desenvolve sua tese e aquele a quem quer conquistar formem uma comunidade, e isso pelo próprio fato do compromisso das mentes em interessar-se pelo mesmo problema. É o que acontece nos debates legislativos sobre os projetos a serem transformados em leis e posteriormente num outro momento nos escritos judiciais (processos e jurisprudências). Os debates legislativos e as peças processuais destinam-se a um auditório específico, particular, visam convencer os pares e organizar os grupos no interior das Assembléias Legislativas e, no Judiciário visa

⁴²LUZ, G.A. “A insubordinação da história à retórica: manifesto transdisciplinar. Revista ARTCULTURA, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. n.09, Uberlândia, Semestral jul-dez, 2004. p.107.

⁴³LUZ, G. A. “A insubordinação da história à retórica: manifesto transdisciplinar. Revista ARTCULTURA, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. n.09, Uberlândia, Semestral jul-dez, 2004. p.109

⁴⁴PERELMAN, C. *Retóricas*. In: *Lógica e Retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997

convencer os juízes, mas também se abrem a um auditório universal, visto, por exemplo, que a própria TV Senado ou TV Justiça permitem que pessoas assistam a tais oradores em determinadas circunstâncias. Essas circunstâncias também são peças fundamentais no entendimento do jogo político partidário, pois o político usa de tais circunstâncias com finalidades específicas, seu discurso deve indicar os interesses que defende, mas, por outro lado, nem sempre essas intenções podem ou devem ser claras, diretas, daí aparecem as ambigüidades, exploradas o máximo possível frente à complexidade dos auditórios em questão.

Na esfera judicial há uma tríade composta pelo juiz, autor e réu, numa discussão, num confronto entre adversários ou parceiros que buscam convencer e persuadir um ao outro podem estes ver as opiniões de ambos modificadas em consequência da argumentação alheia. Chegam a um compromisso que será tão diferente da tese de um como da de outro, o que não pode acontecer se raciocinamos no interior de um sistema dedutivo univocamente fixado. É essa delicada noção de compromisso, que não é um contrato, mas uma modificação recíproca de juízos de valor que fazem com que, ao final do confronto ou da justaposição de argumentos, ambos saiam modificados. Quando não se ratifica esse compromisso e não se permite essa modificação de juízo, há a imposição da força, a imposição da vontade de um vencedor sobre um vencido, sendo que esta imposição pode se dar de diversas formas, desde a simples perda num processo de votação (no Legislativo) ou na perda de uma demanda jurisdicional frente a uma sentença judicial desfavorável. Resta-nos saber, também, até que ponto o convencimento do outro, ou da “*parte adversa*” é transparente em suas intencionalidades, ou se também não enseja um jogo de cartas marcadas em uma sociedade dita “democrática”, uma sociedade ao mesmo tempo marcada por profundas diferenças e exclusões, onde os diferentes segmentos sociais nem sempre estão abertos ao diálogo ou ao convencimento?⁴⁵. Nesse momento, a força argumentativa e coercitiva do aparelho estatal se impõe, ou através da voz do juiz em sua sentença, ou da voz do Presidente da República em suas Medidas provisórias, ou aprovação de uma dada lei pela Instância Legislativa, num confronto de interesses de grupos diversos, que implica,

⁴⁵Mesmo quando o jogo tem “cartas marcadas” o embate retórico lhe atribui sentidos, ainda que diversos do de convencimento e persuasão, mas dando uma aparência de democracia a todo processo, permitindo a continuação do jogo e acima de tudo se vinculando aos auditórios aos quais se dirige.

inclusive, na luta pelo direito de dizer a “palavra”, de tomar a “palavra”, de impedir “a palavra”.

Acrescente-se a isso a afetividade e os sentimentos políticos gerados e/ou mobilizados pelos discursos políticos, que conforme Ansart marcam toda vida política da democracia atual. As disputas pelo poder exigem dos grupos um trabalho permanente para apoiar ou enfraquecer os sentimentos políticos, para mobilizá-los ou inibi-los. Segundo o mesmo autor,

“cada força política está interessada em denunciar, em enfraquecer os vínculos e opiniões favoráveis dirigidas às forças adversárias: dessa forma, não cessa de se renovar um trabalho particular visando a reduzir as admirações, as estimas, os respeitos, as expressões objetivas dirigidas às posições rivais”⁴⁶.

E isto fica particularmente claro quando se vê constantemente as oposições, em todos os discursos político-partidários acusando os adversários. No caso do presidente FHC, os discursos petistas acusam: “*o presidente não está agindo*”, “*o governo não faz nada*”, “*falta vontade política*”. Expressões que se repetem constantemente. No caso posterior de Lula expressões do tipo “*Lula não fez nada ainda*”, “*a reforma agrária continua parada*”, “*onde está o espírito combativo de Lula?*”⁴⁷

No caso dos Movimentos Sociais, a retórica empreendida cria por parte de suas lideranças a idéia da luta, da força do movimento, do descrédito do governo que ignora as aspirações do povo, e acima de tudo do sentimento de não desistência de se lutar e se obter a reforma agrária de aspiração popular, mesmo em meio a dores e sofrimentos.

Assim, em meio a noções confusas de racionalismo e do positivismo, em meio à ambigüidades conceituais diversas e dos juízos de valores plurais, a retórica nos serve de instrumental, principalmente porque sua argumentatividade não é coerciva, o que se justifica pelas condições menos precisas do que a lógica. Na própria medida em que não se restringe a formalismos e ortodoxias, toda argumentação implica a ambigüidade e a confusão inicial dos termos em que se baseia para construção de caminhos e possibilidades as mais diversas e criativas possíveis. É essa ambigüidade e confusão, esse confronto de idéias que procuraremos captar nos discursos sociais, desde o

⁴⁶ANSART. P. “*Mal estar ou fim dos amores políticos?*”. Trad. Jacy Alves Seixas. Revista História & Perspectivas, Uberlândia, (25-26): 55-80, Jul/Dez. 2001/Jan/Jul.2002. p. 60

⁴⁷Expressões constantemente empregadas na parte dos pronunciamentos dos senadores, analisados em seu conjunto. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>, período consultado 1995 em diante.

momento de elaboração de uma lei *in abstracto* até a sua operacionalização pelos agentes jurídicos e seu entendimento pelas classes populares, mais especificamente pelos movimentos de trabalhadores na luta pela terra e na luta pela implementação de Reforma Agrária.

Ao enfatizarmos a faceta argumentativa e retórica do direito⁴⁸ politizamos e historicizamos a ciência jurídica, percebendo o exercício jurídico como um exercício de interpretação construtiva. Portanto, não podem existir respostas “certas” a questões jurídicas polêmicas, mas apenas respostas “diferentes”. Na maioria dos casos difíceis, existem respostas certas a serem procuradas pela razão e pela imaginação, o que evidencia o caráter inventivo dessa ciência e também os elementos ideológicos contidos em sua elaboração, pois, ao escolher uma resposta ao invés de outra, o agente, quer seja ele um juiz ou um legislador, demonstra quais os valores sociais que defende, realizando, portanto, a defesa do interesse de um grupo sobre outro. O direito é, sem dúvida, um fenômeno social, mas sua complexidade, função e conseqüências dependem de uma característica especial de sua estrutura. Ao contrário de muitos outros fenômenos sociais, a prática do direito é argumentativa⁴⁹ e justamente nessa argumentação podemos perceber os interesses, os valores construídos pelas elites numa busca de determinar e fixar o que é dito como “certo” e como “errado”, como “justo” e o “injusto”, e separar o que é “legal” do que é “legítimo”. Sendo que, no campo judicial, tais decisões podem contribuir para construir ou abortar possibilidades de mudanças e atuação no social.

Diante dessa ambigüidade, dessa polivalência dos discursos que informam a lei, desde seu nascedouro, nos meandros dos debates legislativos, até o momento de suas análises pelo judiciário, há um longo caminho de apropriações, debates, tensões, re-significações e alteridades.

É importante analisar também a composição do judiciário, a origem de classe de um dado juiz (ou ministro, ou desembargador) de quaisquer órgãos jurisdicionais e também o modo como os juízes decidem os casos, também é muito importante para saber o que eles pensam que é o direito e, quando divergem sobre esse assunto, o tipo de

⁴⁸DWORKIN, R. “As Leis”. In: *O Império do Direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p 17

⁴⁹DWORKIN, R. “As Leis”. In: *O Império do Direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p 17.

divergência que estão tendo. Há algum mistério nisso? Aparentemente não. Os processos judiciais sempre suscitam, pelo menos em princípio, três diferentes tipos de questões: questões de fato, questões de moralidade e as questões interligadas de moralidade, política e fidelidade. Os trabalhadores invadem/ocupam determinadas glebas de terras que estes consideram improdutivas, alegam uma legitimidade em seus atos e reclamam uma justiça prática. Qual a lei pertinente a esses casos? A lei permite que tais atos sejam amparados? Por último, se a lei nega a legitimidade de tais atos, é injusta? De outro lado, a função social da propriedade é um princípio constitucional. Como devem agir os juízes (ou como tem agido os juízes? A primeira dessas questões, a questão de fato, parece bastante direta. Se os juízes divergem quanto aos fatos concretos e históricos envolvidos na controvérsia, sabemos sobre o que estão divergindo e que tipo de evidência decidiria a questão caso ela estivesse disponível. A terceira questão, da moralidade e fidelidade, é muito diferente, apesar de igualmente conhecida. As pessoas muitas vezes divergem quanto ao que é certo e errado em termos morais, e esse tipo de divergência não suscita nenhum problema especial quando se manifesta no tribunal. Quer dizer, porém, da segunda questão, a do direito? Advogados e juízes parecem divergir com muita frequência sobre a lei que rege um caso; parecem divergir inclusive, quanto às formas de verificação a serem usadas. Um juiz, propondo um conjunto de provas, afirma que a lei favorece um setor, o latifundiário, e outro; propondo um conjunto de provas diferente, acredita que a lei favorece os trabalhadores rurais sem terra. Se este é realmente um terceiro tipo de discussão, distinta dos demais e diferente tanto das discussões sobre fato histórico quanto das discussões morais, de tipo de discussão se trata? Sobre o que é a divergência? Dworkin⁵⁰ denomina essa terceira discussão de “proposições jurídicas”, que são todas as diversas afirmações e alegações que as pessoas fazem sobre aquilo que a lei lhes permite, proíbe ou autoriza. Os advogados, na verdade, falam sobre aquilo que a lei “diz”, ou se a lei é “muda” sobre esta ou aquela questão. Isso, porém, são apenas figuras de retórica?

Dworkin avalia que, num sentido trivial, é inquestionável que os juízes “criam novo direito” toda vez que decidem um caso importante. Portanto, o debate público sobre a questão de se os juízes “descobrem” ou “inventam” o direito constitui, na

⁵⁰DWORKIN, R. *O Império do Direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003

verdade, um debate sobre “se” e “quando” essa ambiciosa pretensão é verdadeira. Para o autor esse debate pode ser resolvido caso a caso – se todos estivessem de acordo quanto ao que é o direito, não haveria divergência teórica sobre os fundamentos do direito.

No Brasil, um dos juristas que melhor evidencia a discussão anterior é Miguel Reale com suas análises da teoria tridimensional do direito, em que o termo direito abarca três elementos que formam a experiência jurídica: o direito como norma, o direito como ética e o direito como fato social e histórico; presente aí as três dimensões que integram o mundo jurídico: o fato, o valor e a norma⁵¹

Analisar, segundo a teoria tridimensional do direito, a atuação de um juiz significa, portanto, indagar de seus conhecimentos sobre os fatos, de sua postura diante das normas e também dos valores que integram suas referidas sentenças e que estão expressas nas práticas argumentativas, pois, segundo princípio jurídico, o juiz é livre e independente para decidir, mas sua decisão deve ser justificada⁵², o que é feito na sentença que redige⁵³.

Ao se observar as posturas dos atores jurídicos é possível perceber (assim, como observado no Parlamento) que também, no interior do poder judiciário, as tensões e as pluralidades marcam as ações dos mais diversos operadores do direito. Há conflitos de gerações, há conflitos de formação acadêmica e atuações variadas em campos diversos. Embora se perceba que defensores de uma possível reforma agrária também aqui seja minoria, o que gera um embate entre agentes, de um lado com uma visão de um estado legalista (cumprir a lei em sua literalidade) quando se trata de atacar, punir e criminalizar os movimentos sociais e, de outro lado, agentes que conseguem perceber a faceta inventiva, atuante, dinâmica e sempre em modificação constante (porque a sociedade também se altera e se modifica quanto aos fatos e aos valores), numa

⁵¹REALE, M. *Filosofia do Direito*, 20 ed. São Paulo: Saraiva. 2002. p 509.

⁵²Princípio do Livre Convencimento Motivado do Magistrado.

⁵³A adequação do fato à norma está presente não apenas nas sentenças dos juízes. A petição do autor, realizada em termos formais pelo advogado que pleiteia a causa ou mesmo do advogado que defende o réu contém os elementos da prática argumentativa. Nesse sentido, classicamente, temos três momentos básicos na disposição peticionária do gênero judiciário: a narração dos fatos, a confirmação ou causa de pedir em conformidade com as normas expostas e a digressão. Primeiro se expõe o fato. Segundo se enquadra o fato no horizonte da norma. Terceiro se realiza o pedido ao juiz. No caso de uma sentença do juiz o terceiro momento é a ampliação da inocência ou da culpa por meios lógicos e legais, o que resulta na sentença.

tentativa de que o direito se altere normativamente frente às alterações dos fatos e dos valores. Em termos retóricos a opção pelas arenas do tribunal e do parlamento evidenciam a importância dos gêneros deliberativo e judiciário. São fundamentais para o entendimento de como se forja a noção do ‘justo’ e do injusto” e evidencia os projetos vencedores das elites políticas que deliberam sobre os rumos do país no tocante à questão da reforma agrária. É dentro desse labirinto que nos emaranhamos com nossas problematizações, hipóteses e questionamentos, observando e procurando compreender como este país lida com a questão da Reforma Agrária.

Nossas **fontes** principais situam-se nos pronunciamentos travados no Senado Federal⁵⁴, no período de 1995 a 2006 que versam sobre os governos de Fernando Henrique Cardoso (em seus dois mandatos) e o governo de Luís Inácio Lula da Silva (primeiro mandato) e com diversos processos judiciais do mesmo período. Período este que se justifica pelo fato da questão ser debatida com mais intensidade, sobretudo em função das ações dos movimentos de luta pela terra e pelos massacres e embates ocorridos com a Polícia Militar, principalmente os casos de Corumbiara (1995) e Eldorado de Carajás (1996) que tiveram repercussão por conta das atrocidades e requintes de crueldade em que ocorreram nas ações mobilizadas pelos policiais frente às torturas e execuções sumárias empreendidas aos trabalhadores rurais em sua luta pela posse da terra. Da parte do Movimento de Luta pela Terra, trabalhamos com discursos de lideranças e com depoimentos de diversos integrantes ou simpatizantes (mediados por trabalhos acadêmicos ou mesmo de alguns artigos publicados na imprensa escrita e

⁵⁴O Senado, ou Câmara Alta, é a instituição responsável pela união entre as unidades constitutivas do país, $\frac{3}{4}$ no caso brasileiro, essas unidades foram inicialmente as províncias, e a seguir os estados. Em função disso, o Senado é composto segundo o princípio da igualdade entre as partes, o que significa que cada unidade da federação possui o mesmo número de cadeiras na Casa dos senadores. Como o Senado também tem a função de manter o equilíbrio na resolução de problemas institucionais, os senadores têm uma idade mínima mais elevada e um mandato mais longo do que o dos deputados. A Câmara dos Deputados, pelo menos em tese e na expressa aceção de sua finalidade é (ou deveria ser) a manifestação do princípio da soberania popular. Constitucionalmente a Câmara deve representar o povo. Cada unidade territorial elege um determinado número de deputados de acordo com a sua população ou número de eleitores inscritos. Isso significa que a Câmara possui bancadas estaduais com um número desigual de deputados e é também uma casa bem maior e diversificada do ponto de vista político-ideológico do que o Senado. Por suas características de casa de representantes, não são fixados critérios de idade ou de rodízio com o fito de manter a estabilidade institucional. Em tese, é a Câmara que melhor deve expressar as mudanças de opinião do eleitorado em um dado espaço de tempo. Por tudo isso, é fácil entender por que a Câmara dos Deputados em geral é um órgão mais agitado, mais propenso aos embates políticos, de maior volubilidade do que o Senado Federal⁵⁴. Entretanto, o Senado tem representantes de maior influência política, principalmente junto ao Chefe do Executivo – o presidente da República. Juntos, Senado e Câmara compõem o que se denomina de Congresso Nacional, órgão máximo da esfera federal legislativa.

na internet), com o objetivo de sinalizar algumas tópicas da retórica dos Movimentos Sociais frente às ações dos diversos agentes dos três poderes estatais. Da parte legislativa, optamos por trabalhar somente com os pronunciamentos do Senado, visto que cada grupo de senadores representa os estados da federação⁵⁵. Em tais discursos é possível perceber mais facilmente as linhas de força político-partidária presentes no jogo político, visto que a renovação do Senado permite que alguns senadores permaneçam por oito anos⁵⁶. Portanto, para uma análise histórica mais detalhada do período é mais fácil acompanhar certas figuras públicas e averiguar como se encadeiam seus jogos discursivos, visto que a composição do Senado também é bem mais restrita que a da Câmara dos Deputados em quantidade de representantes. São 81 e 513, respectivamente.

A não incorporação dos pronunciamentos da Câmara dos Deputados Federais⁵⁷ não prejudica nossas análises, visto que nosso objetivo é fazer um recorte discursivo, no tempo e no espaço, para perceber como os projetos de lei debatidos e posteriormente convertidos em lei e aprovados são interpretados na esfera judiciária. Entretanto, tais pronunciamentos e processos são exemplificativos, constituem parte de um recorte fragmentado, trabalhado apenas no que é exposto publicamente seja pela internet, seja pelos processos jurídicos que tivemos acesso.

Do **Poder Executivo** selecionamos trechos de discursos e pronunciamentos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, inclusive o livro de FHC sobre a “Arte da política”⁵⁸, inserindo-o num contexto de análise retórica em conjunto com as propostas e atos do Executivo nos diversos programas criados para

⁵⁵O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, sendo que cada Estado e o Distrito Federal terão três Senadores, com mandato de oito anos

⁵⁶A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um ou dois terços do Senado Federal (CF, art. 46, § 2º). Exemplificando: na eleição de 1990 todos os estados membros e o Distrito Federal elegeram um senador, permanecendo no Senado Federal dois senadores da República de cada unidade da federação que haviam sido eleitos em 1986 (renovação de 1/3). Na eleição de 1994, diferentemente, foram eleitos dois senadores da República por estado membro e o Distrito Federal, permanecendo na Casa Legislativa somente os parlamentares que haviam sido eleitos em 1990 (renovação por 2/3).

⁵⁷Membros da Câmara dos Deputados são os 513 representantes diretos da população no Congresso Nacional. São eleitos através do sistema proporcional. A cada estado cabe uma quota de no mínimo oito e no máximo setenta deputados federais. O mandato dos deputados federais é de quatro anos, sendo possíveis reeleições consecutivas ao mesmo posto

⁵⁸CARDOSO, F. H. *A arte da política: a história que vivi*. Coordenação Editorial Ricardo A. Setti. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Reforma Agrária ao longo do período, tais como: Proclamação – Programa de Crédito especial para Reforma Agrária, Projeto Lumiar, Projeto Emancipar, Programa de Cédula da Terra, Projeto Casulo, Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Proger- Programa de Geração de Emprego e Renda Rural, entre outros. A seleção de discursos do executivo (ou mesmo as tópicos do Movimento) nos chamam a atenção, entre outros exemplos, para as promessas de campanha “*não cumpridas*” e as bandeiras político-partidárias dos presidentes ou mesmo a tópica “*agir do Movimento Social frente à omissão do Estado*”. Tais pronunciamentos e tópicos possuem vínculo direto com a matéria discutida pelos legisladores e demarcam também a atuação dos Movimentos frente às tentativas de negociação e busca de solução do problema da terra, integram assim, em nosso trabalho, de forma refratária, o gênero deliberativo, pois são utilizadas dentro do jogo político na construção desse gênero retórico.

E, por fim, do **Judiciário**, atemo-nos aos processos judiciais e jurisprudências onde os operadores jurídicos aplicam e interpretam a legislação promulgada, de onde extraímos as análises retóricas de diversos operadores: advogados, promotores, juízes, desembargadores, doutrinadores. Em síntese, trabalhamos em primeiro plano com os três gêneros do discurso: o deliberativo (do Parlamento), o Judiciário e o Epidíctico – divisão clássica de Aristóteles. E de modo secundário, numa análise dos três poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, não excluímos em diversos momentos as atuações do Executivo, com a importância da figura dos Presidentes da República e seus posicionamentos sobre a temática e nem algumas das falas de militantes (lideranças) ou simpatizantes do Movimento de trabalhadores rurais sem terra que estabelecem um diálogo sobre pontos de vista divergentes dentro da sociedade civil, mas que não ganham profundidade dentro do esforço empreendido.

Em meio à temática, nos pronunciamentos ou nas peças judiciais analisadas, as discussões trazem as possibilidades da poesia, do canto, da literatura. Perspassada em todos os discursos, marcas de uma elite cultural letrada familiarizada com João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, Bertold Brecht, Luiz Gonzaga, Patativa do Assaré! De todos os cantos do país existe canto, e pelo menos neles, os trabalhadores continuam existindo como memória poética. Não há como discorrer sobre o tema sem perceber em todos os pronunciamentos (principalmente do legislativo) os momentos engraçados,

trágicos, cômicos, irônicos, evidenciando também toda uma produção cultural constantemente “re-apropriada” e “ex-propriedade” no que se refere à reforma agrária, como é o exemplo da novela *Rei do Gado* e os comentários dos senadores sobre o tema na figura da personagem do ator Carlos Vereza que então protagonizava o papel de “Senador Caxias” que lutava por Reforma Agrária e morreu assassinado com uma bala no peito intermediando uma conversa de apaziguamento do conflito entre latifundiários e posseiros. O que também se aplica à produção cultural produzida oficialmente pelo governo federal, tal como o Atlas fundiário, as cartilhas informativas, os documentos histórico-explicativos como o “*Reforma Agrária Compromisso de todos*” divulgado pelo governo FHC, o documento de jurisprudência editado pelo Supremo Tribunal Federal como material técnico de consulta jurisprudencial a advogados e outros. Por outro lado, também os Movimentos Sociais trazem em suas produções: hinos, marchas, cartilhas, poemas, vídeos⁵⁹, que destacam e compõem toda uma produção do que chamamos artefato cultural e que compõem o imaginário social. Para Pocock, “*o texto do autor é um artefato cultural dotado de uma certa finalidade*”⁶⁰, e ao confrontarmos as produções das diversas instâncias verificamos as formas com que buscam cumprir tais finalidades e os repertórios que utilizam para isso. Os parlamentares, normalmente recorrendo à cultura erudita, o fazem como um instrumental discursivo, buscando neles força para comoção no emprego de seus argumentos. Os movimentos sociais normalmente fazem uso de uma produção que procura construir, fortalecer e difundir os valores que consiga sensibilizar e mobilizar a sociedade para o problema da terra e das desigualdades sociais. Todos esses artefatos merecem destaque em sua produção e nas finalidades que cumprem ao informar o tema da Reforma Agrária, sendo que, ainda que com finalidades distintas, os elementos neles contidos são os mesmos, o que dificulta uma leitura crítica das intenções com que foram produzidos, mas permite indagar sobre as intenções com que são utilizados no interior dos gêneros deliberativo e judiciário. Os debates legislativos, por exemplo, evidenciam uma elite letrada que articula a literatura e a re-atualiza constantemente. Tais artefatos compõem aspectos da literatura: quer

⁵⁹A produção imagética visual – vídeos produzidos - nos foi pertinente somente enquanto, a partir deles, recortamos trechos e idéias reduzidas à formulações escritas, pois foram as produções textuais que nortearam todas as análises retóricas da Tese.

⁶⁰POCOCK, J.G. Introdução: O Estado da Arte e O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: *Linguagens do Ideário político*. Sérgio Miceli [org]. Trad. Fábio Fernandes- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003. pp. 23-82

sejam os romances, as crônicas, os contos, as poesias, e compõem o que Bronislaw Baczko intitula do imaginário social, a “*imaginação no poder*”, que põe em destaque a frase de que “*governar é fazer crer*”, cuja manifestação se dá por meio de imagens e discursos, resultado permanente do campo de tensão entre os grupos, a partir de cujas lutas os sujeitos conferem sentidos e explicações ao mundo.

Cumpre-nos salientar, por fim, a importância da Mídia, dentro de uma explicação retórica como fonte de pesquisa e como portadora das diversas linguagens produzidas e por ela divulgada, uma vez que a produção discursiva visa atender auditórios ampliados, universais ou particulares⁶¹, a que chamamos genericamente de opinião pública

O discurso político é um discurso que se serve de uma série de “linguagens” e modos de argumentação provenientes de diversas origens. Disso se segue - o que de qualquer forma é quase evidente - que a linguagem política é por natureza ambivalente e polivalente. Ela consiste no emprego de uma textura de linguagens capazes de dizer coisas diferentes e de proporcionar maneiras diversas de dizer as coisas, na exploração dessas diferenças. Exploramos assim, elementos culturais, religiosos e literários que solidificam e procuram justificar a temática da reforma agrária visível nos artefatos culturais e que perpassam o imaginário social. Dimensões textuais (literária, religiosa, musical e mesmo poética) presentes tanto no gênero retórico deliberativo, quanto judiciário.

A produção textual, como um artefato cultural, é dotada de “certas finalidades”, e há uma infinidade de modos de ser apropriada, re-apropriada e ex-propriada⁶². Portanto, não se trata, de tomar os discursos políticos como verdades ou mentiras, ou tomar a palavra do juiz como verdade inquestionável. O historiador que lida com os discursos estuda as linguagens para poder lê-las, mas não para falar ou escrever nelas. A explicação das linguagens políticas é o meio de levar adiante as investigações, simultaneamente em duas direções: na dos contextos em que a linguagem foi enunciada e na dos atos de fala e de enunciação efetuados no e sobre o contexto oferecido pela

⁶¹A divisão em auditório universal – quando o discurso visa atingir o maior número possível de ouvintes, de forma ampla, múltipla, diversificada, e auditório particular – quando o discurso visa atingir um grupo específico e conhecido de ouvintes é dada por Chaim Perelman.

⁶²POCOCK, J.G. Introdução: *O Estado da Arte e O conceito de linguagem e o métier d'historien*. In: Linguagens do Ideário político. Sérgio Miceli [org]. Trad. Fábio Fernandes- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.

própria linguagem e outros contextos em que ela se situava. A linguagem, no sentido em que estamos usando o termo, é o instrumento tanto para o ato da fala quanto para o contexto do registro do discurso. Assim, no caso específico dos pronunciamentos é possível identificar nos textos: a linguagem da denúncia, a linguagem profética, a linguagem literária, a linguagem histórica. E em cada uma dessas linguagens combinam-se elementos retóricos distintos de forma a criar efeitos emotivos, reflexivos, persuasivos etc. Com base em tais combinações é que percebemos que, no campo legislativo, as linguagens podem ser de pronunciamento, de denúncia, de enunciação, de acusação, de renúncia, assumindo-se em cada momento um sentido particular para cada uma dessas expressões.

Ao confrontarmos expressões como Pro-nunciar, De-nunciar, Re-nunciar, A-nunciar, verificamos que há em todas elas um radical comum “**nunciar**”. Etimologicamente a raiz “nunciar” vem de “*nuntius*” ou “*nuncius*” que pode significar originalmente⁶³: mensageiro, correio, aquele que anuncia, que dá a saber, mediano, intérprete, aquele que contrata por intermédio de um procurador, coisa anunciada, mensagem nova, notícia nova. Aplicada às nossas reflexões nos questionamos: nossos senadores de fato anunciam notícias novas? A luta por reforma agrária é nova? As denúncias de assassinatos no campo são novas? As promessas de atitudes enérgicas para solução dos problemas são novas? A representação da sociedade por meio do contrato representativo tem sido cumprida? É, portanto, dentro da própria ambigüidade lingüística instituída pela língua que adotamos as seguintes convenções: **pronunciamento** é pensado aqui como o ato ou efeito de pronunciar – no sentido de manifestar e expressar uma opinião. Se o pronunciamento visa insurgir-se coletivamente e tem o sentido de acusação ou delação, o entendemos como **Denúncia** contra o governo, medida governativa ou outras coisas quaisquer. A denúncia tem o sentido de revelação, com uma conotação coercitiva, pejorativa ou mesmo assumindo caráter de traição. Se não tiver essa carga de acusação o pronunciamento pode ser apenas um **anúncio**, um comunicado, promovendo e custeando a divulgação propagandística de algo ou de alguém. Pode também ser apenas um relato, uma exposição de fatos, com o sentido de **enunciar**, de exposição exemplificativa. Em outros momentos, o

⁶³SANTOS, F. R. dos. Dicionário Latino Português Etimológico. Livraria Garnier, Ed. Saraiva. BH-RJ, 12.ª Ed., 2006.

pronunciamento assume (declaradamente ou não) caráter de desabafo articulando e visando promover e despertar os sentimentos de indignação, de raiva, de pena, de esperança, de reflexão, ódio, paixão, sentimentos estes presentes na arte da política e incitados pelos discursos. A acusação também difere da denúncia, pois acusar tem o sentido de incriminar, culpar, imputar falta, delito ou crime. Em alguns momentos podem ser equivalentes, em outros não. Tudo vai depender do jogo político e de suas articulações. E diante do desenrolar-se do jogo, tais articulações podem gerar os efeitos contrários, negativos, com perdas de cargo, perdas de prazo, perdas de processos, perda da palavra, o que consubstancia as renúncias, as recusas, as ausências. Em resumo temos, portanto, sentidos e significados diferentes para verbos e ações como **Pronunciar, Denunciar, Enunciar, Acusar, Renunciar e Recusar**. E quantas possibilidades combinatórias que se articulam a partir de todos esses atos!

Segundo Pocock, é preciso ressaltar a dimensão histórica da linguagem, dado que uma linguagem leva tempo para se formar. Portanto, os pronunciamentos e processos jurídicos possuem e prescrevem um passado constituído pelas configurações sociais, acontecimentos históricos, valores reconhecidos e modos de pensar sobre os quais ele pode falar. Eles discursam acerca de uma política da qual o caráter de passado não pode ser totalmente extirpado. E, em diversos momentos, quando corretamente utilizados, essas explicações de passado, essa busca histórica pelo que nunca ocorreu no Brasil em termos de Reforma Agrária é constantemente evocado para deslizar o discurso para novos sentidos que cada grupo articula e tenta inovar sobre conceitos antigos. Durante todo período analisado (1995-2006), o tema da Reforma Agrária emergiu como um problema mal (ou não) resolvido. Entretanto, em alguns momentos esse tema desapareceu da pauta política do Congresso, em outros reacendeu. E, na história política contemporânea, é no governo de FHC exatamente onde pululam os acontecimentos que obrigam a sociedade e a elite política a enfrentarem, mais uma vez, a questão da Reforma Agrária mobilizadas pelo crescimento e avanço do Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (em suas diversas variantes: MST, MLST, MTL)⁶⁴. Assim, a presença e a discussão sobre propriedade privada, função da

⁶⁴Os trabalhadores também não encontram homogeneidade em suas organizações de luta pela terra. Daí existirem vários grupos diferenciados como MLST - Movimento de Libertação dos Sem-Terra, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MTL - Movimento Terra, Trabalho e Liberdade.

propriedade, discussão sobre Reforma Agrária e sobre criminalização dos trabalhadores sem terra na esfera judiciária refletem sobre todos os poderes estatais (legislativo, executivo e judiciário) a indicação dessas novas experiências, desses novos problemas e contextos, diferenciados do ocorrido à época da ditadura militar com o Estatuto da Terra, diferenciado do ocorrido com a época da Constituinte de 1988.

Aqui se justifica os procedimentos metodológicos do uso da retórica na análise das fontes mencionadas: o presente de necessidades práticas em que os atores do passado se encontravam não é imediatamente acessível, dado que deve chegar até nós pela mediação da linguagem que eles usavam. Mas isso não significa que não seja acessível. O historiador Marc Bloch⁶⁵ alerta que ao lidarmos com relatos, testemunhos, documentos escritos, estamos lidando com vestígios, quer dizer, com marcas perceptíveis aos sentidos, deixados por um fenômeno em si mesmo impossível de captar. O passado é por definição um dado que nada mais modificará, mas o conhecimento dele é uma coisa modificável, que se altera. Não é sem propósito que inúmeros senadores tentam manipular a interpretação do passado sempre que se referem à questão agrária, de forma a utilizarem em seus textos extensos preâmbulos e retrospectivas históricas, numa tentativa de apropriação da interpretação da história. A partir dos textos que eles escreveram (pronunciamentos, artigos, livros etc.), a partir de nosso conhecimento da linguagem que usavam, das comunidades de debate às quais pertenciam (institucionalizadas ou não; grupos de estudos ou agências particulares), dos programas de ação que foram colocados em prática e da história do período em geral, freqüentemente é possível formular hipóteses referentes às necessidades que eles tinham e às estratégias que desejavam levar adiante. E todo esse material textual produzido é exposto pela mídia, de uma maneira ou de outra, seja através dos jornais e revistas, seja através dos modernos processos tecnológicos proporcionados pela internet.

A **mídia** é o modo pelo qual as linguagens produzidas se tornam artefatos culturais. Momento em que os discursos são cristalizados e transformam-se em produtos. Cumpre-nos também mencionar que todos os pronunciamentos legislativos são construídos e fundamentados na mídia jornalística, principalmente os jornais

⁶⁵BLOCH, Marc. L. B. *Apologia da história ou, O ofício do historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff, apresentação à ed. brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2001.

escritos de grande circulação. Assim, é de suma importância percebemos as tensões e conflitos que permeiam todo esse aparato e como esse papel desempenhado pela mídia, afeta a discussão acerca da crítica à separação dos três poderes. Destaque especial, por conta de comentários ao que chamamos de Quarto Poder⁶⁶: “A **mídia**”. Assim, acrescido aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a Imprensa compõe o corpo social e, portanto, participa ativamente das relações de poder existentes na sociedade. Participa não somente como organização que produz e transmite informações para determinados públicos, através de rádio, televisão, boletins ou outros veículos sonoros ou escritos, mas seus agentes participam ativamente da vida legislativa, administrativa e judiciária da sociedade. Em seu texto *Ideologia: os meios como discurso do poder*, Jesús Martín Barbero discute, entre vários tópicos, a eficácia do discurso midiático, o papel político da comunicação, os mitos e farsas da informação, a forma como o “acontecimento, hoje, é aquilo que vive em e da notícia”⁶⁷ e como a sociedade é “convertida a todo momento em espetáculo audivisual”⁶⁸. A natureza do “poder da mídia” está na esfera da “ideologia”, ou seja, de constituição de valores, crenças, opiniões prévias, pré-conceitos, vocabulário, imagem, ou seja, “formações discursivas” geradoras de “regimes de verosimilhança” que constroem “lugares de autoridade”.

No campo Legislativo, confirma-se a idéia de que “o acontecimento é aquilo que vive em notícia”⁶⁹, pelo fato de que todos (ou quase todos) os pronunciamentos de senadores em tribuna são pautados nas manchetes e noticiários de todo país. Grande parte dos discursos legislativos partem de comentários sobre as notícias veiculadas nos jornais de grande circulação nacional⁷⁰ e definem a pauta parlamentar. Em alguns

⁶⁶A nosso ver essa expressão “quarto poder” é uma forma de equipará-la aos outros três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Entretanto, pelas análises em questão, percebemos que deveríamos, se pela ordem de importância, mencioná-la como o “Primeiro Poder”, pois dela é que tem decorrido a vida política do Brasil.

⁶⁷BARBERO, J. M. “Ideologia: os meios como discurso do poder”. In: *Ofício de Cartógrafo. Travessias Latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo. Edições. Loyola. 2004. p.91.

⁶⁸Idem. p.96.

⁶⁹BARBERO, J. M. “Ideologia: os meios como discurso do poder”. In: *Ofício de Cartógrafo. Travessias Latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo. Edições. Loyola. 2004. p.91.

⁷⁰São cadastrados no portal eletrônico do Senado Federal: *Jornal Hoje em Dia*, *Jornal da Paraíba*, *Jornal da Tarde*, *Jornal de Brasília*, *Jornal de Santa Catarina*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Meia Noite*, *O dia*, *O dia Online*, *O Globo*, *O Liberal*, *O Popular*, *O Tempo*, *Jornal Primeira Leitura*, *Reuters News*, *Revista Carta Capital*, *Revista Época*, *Revista Veja*, *Revista Isto é*, *Jornal O Globo*, *Jornal o Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Correio Brasiliense*, *Tribuna da Bahia*, *Tribuna da Imprensa*, *Tribuna do Brasil*, *Tribuna do Povo*, *Valor Econômico*, *Valor Investnews* e *Zero Hora*; e mesmo notícias televisivas, principalmente da Rede Globo de Televisão entre várias outras da chamada “TV aberta”.

momentos, o pronunciamento de um parlamentar resume-se na leitura de um trecho de jornal e um breve comentário de tal notícia. É o uso da tribuna pública para mera ocupação do tempo de fala e leitura pública diária de seu jornal, mais não desprovida de finalidade, pois ao comentar, repetir ou enfatizar uma notícia, o parlamentar realiza o que Foucault chama de repetição disfarçada, pois,

“o comentário conjura o acaso do discurso, fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o acaso são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância de repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”⁷¹.

Em outros momentos, o parlamentar faz questão absoluta de que a notícia a qual se refere, pelo teor das críticas realizadas, integre, juntamente com seu discurso, os Anais do Senado (ou da Câmara), sendo também gravado e registrado a partir da criação televisiva da TV Senado. E assim, o Acontecimento Político passa a “viver da notícia”.

Os senadores se aproveitam das notícias veiculadas por essas grandes empresas jornalísticas para transformarem a linguagem política deles extraídas, ou seja, jogam e executam seus lances re-elaborando e re-significando os conteúdos neles contidos, utilizando-as (quando as circunstâncias são convenientes) como verdades absolutas, ou questionando a mídia e dizendo que ela não é imparcial, segundo conveniências políticas.

As telenovelas também são utilizadas nos debates sobre reforma agrária, e a realidade se mistura à ficção, numa análise (parlamentar) de reforma agrária que joga com as possibilidades de interpretação social.

Em outros momentos, como no caso particular dos Processos Criminais⁷² contra os Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ocupantes da Fazenda Tangará no Município de Uberlândia, das inúmeras testemunhas judiciais que prestaram depoimento formal nos autos, cinco eram funcionários ligados à mídia televisiva (duas repórteres, três cinegrafistas), e seus depoimentos foram aproveitados no sentido de acusação aos integrantes do Movimento. Assim, neste em caso particular, os agentes da

⁷¹FOUCAULT, Michel. “*A ordem do discurso*”. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02/12/1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.^aed. Loyola, São Paulo, 1996.p 57

⁷²Processo Criminal nº 70201024674-3 1.^a Vara Criminal – Crime contra o Patrimônio. Partes: Cia. de Integração Florestal X Vanduíz E. Cabral, João Batista de Fonseca, Ronaldo Donizetti, Francisco F. Guimarães e outros.

mídia não agiram de forma “imparcial”, agindo e atuando politicamente em parceria com os agentes dos outros três poderes. De forma específica, neste caso em particular, de meros “captadores” de notícias foram transformados em “testemunhas oculares”, indicando claramente a manobra política no sentido de coaptar tais agentes.

E mesmo no Judiciário também se tem adotado a idéia da TV Justiça, em que é possível assistir a determinados julgamentos do Supremo Tribunal Federal, como uma espécie de “*reality show*” da vida jurídica do país. E isso nos faz diferenciar uma ação metodológica muito peculiar a todo esse processo: o ato de discursar não é idêntico ao ato de publicar (registrar o que se falou). Os discursos televisivos atuam sobre ouvintes (telespectadores predominantemente visuais), os textos escritos atuam sobre leitores - o tempo de análise reflexiva de um leitor sobre o texto é completamente diferente do tempo reflexivo de um telespectador frente à televisão. Estar presente em uma sessão legislativa da Câmara ou do Senado, ou mesmo numa audiência do Fórum ou de qualquer outro Tribunal do Judiciário não é a mesma coisa que acompanhar as discussões por escrito, as atas, os anais, a leituras do processo; não corresponde também a acompanhar, por exemplo, a TV Senado, ou muito menos corresponde à operação de ler os discursos por escrito⁷³, impressos em papel ou expostos numa tela de computador. Em outras palavras, estamos dizendo que, a opinião pública, ou o chamado “auditório universal” é atingido através de meios midiáticos distintos e variados: televisão, jornal escrito, revistas escritas, revistas eletrônicas e outros, e o *modus operandi* de cada um desses veículos é diferente na forma como esse auditório é atingido e no tempo demandado para o resultado de convencimento desse mesmo auditório.

Como nossa pesquisa foi realizada através da leitura dos discursos escritos, isso torna peculiar e de certa forma restritiva, o comportamento dos oradores em tribuna ou em atuação nos tribunais: os gestos, as entonações, a representatividade teatral de cada agente não pode ser analisada no tipo de pesquisa empreendida. Lidamos com textos escritos. Sobre discursos e argumentos expostos de forma escrita realizamos nossas inferências analíticas. É preciso estar alerta, nesse sentido, para o fato de que a publicação, como tentativa de determinar os pensamentos da posteridade, frustra a si

⁷³Os discursos políticos analisados nesta pesquisa foram todos retirados da internet, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.senado.gov.br>, site oficial do poder legislativo, de onde extraímos os discursos para impressão e posterior leitura e ordenamento.

mesma. Sabemos que o ato de comunicação expõe nossos textos a leitores que irão interpretá-los a partir de pontos de referências que não são os nossos, e o ato da publicação, no sentido normal de “tornar público”, representa um abandono da tentativa de determinar quem esses leitores devem ser, ao mesmo tempo em que tenta maximizar o número de leitores sobre os quais nossos escritos devem atuar. O modo contemporâneo de disponibilização de informações e textos pela internet também não escapa da crítica e reflexão historiográfica, pois a rede de informações computadorizada disponibiliza quase tudo quanto se queira através de um sistema rápido e de velocidade cada dia mais inacreditável gerando distorções, fluidez, ambigüidades, altas doses informativas sem reflexão, que seguramente nosso trabalho não será capaz de discutir com a devida propriedade tendo em vista o foco de análise escolhido. Questões próprias de uma geração informatizada, assim como assinala Chartier:

“é preciso dar aos usuários da internet instrumentos críticos para entender como os textos foram construídos, para avaliar o grau de seriedade de cada local. **Não podemos minimizar o significado da ruptura de um mundo onde objetos e textos estão vinculados através de materialidades múltiplas com um mundo em que a mesma superfície iluminada do monitor dá a ler todos os gêneros textuais. A reflexão sobre essas transformações muda a percepção dos textos e de suas diferenças.** Há uma descontinuidade com a leitura com que estávamos familiarizados e isto implica na transformação da relação fundamental com algo que continua a ser um texto, mesmo que em diferentes formas. **A leitura eletrônica é uma leitura da fragmentação, dos extratos de livros ou mesmo extratos de discursos, sem que se saiba nada sobre a totalidade da qual se extraiu aquele fragmento, pois o fragmento eletrônico não mantém nenhuma ligação com o texto que garantia o conhecimento da totalidade.** O problema é saber se a internet pode superar a tendência à fragmentação”.⁷⁴ [grifos nossos]

A internet tem proporcionado recursos sofisticados de sítios de busca e pesquisa. Hoje se é possível consultar processos, atas e extratos das Instituições políticas e mesmo consultar páginas e sítios eletrônicos de divulgação das idéias dos Movimentos Sociais como o MST – Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CPT – Comissão Pastoral da Terra, entre outros, que procuram utilizar este veículo midiático como meio de divulgação de suas idéias. E embora não seguindo adiante numa discussão sobre esse tipo de relação histórica sobre internet, computadores e impacto dessas mudanças na forma de se produzir conhecimento, de se fazer ciência e se

⁷⁴Entrevista com Chartier, comentários sobre Internet: Conversa com Roger Chartier, por Isabel Lustosa, Endereço eletrônico: <http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2479,1.shl>. Acesso em 25/08/2006.

produzir discursos, os questionamentos aqui expostos identificam a forma metodológica de produção científica empreendida pela pesquisadora que, como participante de uma geração computadorizada teve na consulta de sítios eletrônicos condições substanciais para a execução de todo o trabalho de pesquisa, com acesso a documentos diversos sobre os quais foram realizadas as análises históricas.

Para nós historiadores, a crítica ao documento é fundamental. Sabemos que produção da notícia é seletiva, parcial, fragmentada, levando-se em conta um corpo de agentes que a organiza, que enfatiza certos aspectos, que omitem outros, que cria, manipula informações e fatos de acordo com interesses diversos, sempre atendendo a determinados fins dentro do jogo político⁷⁵. E é exatamente esse tipo de material que ancora, no mais das vezes, a fala política dos representantes públicos, que se apropriam de discursos que são ambíguos para potencializar mais ainda tais ambigüidades e que não podem ser desconsiderados na aplicação dos gêneros deliberativo, judiciário e demonstrativo presentes na construção da vida política brasileira⁷⁶.

Portanto, no que diz ao trabalho metodológico realizados com as fontes cumpre permanecer o mais atento possível no sentido de que *“as fontes não são portadoras de verdades. A fonte é portadora de interpretações”*⁷⁷. Quer sejam orais ou escritas, ou orais reduzidas à escrita. Num processo jurídico, por exemplo, ainda que emanado do Estado, de seus representantes oficiais, não é garantidor por si só de isenção e neutralidade. É necessário interrogarmos sempre quem são os agentes produtores destes tipos de documentos, como movimentam o processo, como se articulam e com que finalidade o fazem, levando em consideração o que está em jogo em cada disputa (que na área jurídica recebe o nome de litígio). E no caso dos testemunhos orais, posteriormente transformados em textos escritos, a subjetividade está presente no ato mesmo de contar, pois conforme Portelli, *“recordar e contar já é interpretar”*. Assim, *“os textos e mesmo os relatos orais – como diálogos de entrevistas – são expressões*

⁷⁵SILVA. J. Sob o jugo/jogo da lei: Confronto histórico entre direito e justiça. EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2006. PP-148-151.

⁷⁶Esta problemática aparece de forma restrita dentro do corpo do trabalho. A produção da notícia envolve questões muito amplas como “quem produz notícias hoje?”; “qual o papel das agências de notícias?”; “o que são elas?”; “quem as representa?”. O trabalho aborda diretamente como os parlamentares se apropriam dessas notícias e delas fazem uso na construção retórica deliberativa.

⁷⁷PORTELLI. A. “A filosofia e os fatos”. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo. Rio de Janeiro, vol. 01, nº 2, 1996, p. 59-72.

*altamente subjetivas e pessoais, como manifestações de estruturas do discurso socialmente definidas e aceitas (motivo, fórmula, gênero, estilo)”.*⁷⁸

É utilizando-se de todo material textual disponível, entre eles revistas, jornais, pronunciamentos, processos jurídicos e fundamentalmente a legislação agrária, que procuramos entender e interpretar esse **LABIRINTO** que tem sido o tema da reforma agrária em nosso país.

A **organização dos capítulos** se deu a partir das principais temáticas discutidas que vieram à tona com a leitura dos pronunciamentos legislativos do Senado Federal e que permitiram a construção da metáfora historiográfica do **LABIRINTO** da **REFORMA AGRÁRIA**, com os seguintes capítulos:

Capítulo I: **AS REGRAS**

O objetivo do capítulo é procurar compreender o funcionamento do Senado e **como os senadores debatem e formulam as leis agrárias**. Os significados dos discursos desses senadores estão relacionados à correlação de forças existente no Senado. Procuramos compreender os significados políticos dos pronunciamentos e das posturas dos agentes. Ou seja, quando um senador justifica uma tese ou condena/refuta outra, o faz a partir do jogo de interesses que representa. As regras do jogo aprisionam os jogadores dentro de uma lógica que é própria do meio, direcionando os posicionamentos e determinando as intenções legislativas. Compreender que a “a palavra” também é objeto de disputa, e que para participar do jogo é preciso manejar algumas armas e identificar alguns princípios, nesse sentido, **a retórica é uma arma de guerra**. Manejar as armas significa aqui entender o papel da mídia, interpretar questões midiáticas postas e repostas a cada instante do jogo. Textos, discursos e pronunciamentos que estão filmados, documentados, taquigrafados, registrados a todo momento. E quanto a identificar alguns desses princípios significa expormos aqui um pouco da organização regimental e procedimental da lógica dos debates públicos,

⁷⁸Idem. p.64.

organização essa que também não escapa à discussão, visto que são esses procedimentos que dão forma à construção dos debates públicos quanto ao tempo, à forma e à matéria abordada. Também analisar a retórica clássica pensada na modernidade política. Entender **a retórica e os estilos como facetas da modernidade**, em como se constrói esses estilos oratórios e qual a relação com a cultura, a literatura, a poesia e mesmo a religião, pois no caso da reforma agrária a religião é apresentada como uma tópica importante: “**o poder transformador da cruz**”.

As Regras tornarão mais inteligível nosso passeio dentro do LABIRINTO, visto que não se pode participar de um jogo sem entender previamente as regras que dele se necessita, pensando também nos crivos ideológicos e nas posições políticas em relação ao poder executivo, tendo como chave de leitura a retórica do jogo político parlamentar, especialmente no Senado Federal.

Capítulo II: O MAPA

O objetivo central deste capítulo é procurar entender como a elite política (grupo dirigente do legislativo, executivo e judiciário) realiza uma discussão em torno dos projetos de reforma agrária, a disputa por uma **fixação de um conceito de reforma agrária**. Embora haja contradições discursivas entre os partidos governistas e os oposicionistas, ambos apresentam práticas bastante semelhantes e tais constatações são evidenciadas no momento de inversão dos postos de comando (quem é governo vira oposição e vice-versa). O mapa revela exatamente a planta, o arcabouço, o planejamento estatal dos projetos políticos a serem implantados, orientam as modificações da máquina estatal, a organização de órgãos administrativos como o INCRA, o mapa orienta simbolicamente o caminho, mas de forma nenhuma garante o sucesso da empreitada. Daí, nesse momento, surgem as acusações, as denúncias dão o tom dos discursos de ataque, de convencimento e persuasão para a retórica de se pensar possibilidades de políticas agrícolas públicas, e nesse sentido, a polarização em torno da criminalização e defesa dos movimentos de luta pela terra se fazem necessários como estratégias para garantia das regras do jogo e implementação de leis que garantam a

“ordem” e a sobrevivência (manutenção) do Estado capitalista. As tópicas de **culpabilização da máquina administrativa** (INCRA) e, as falhas, mas a **necessidade de um Estado Capitalista** ganham aqui força analítica.

O mapa mostra a estrutura, a arquitetura retórica de construção legislativa. A composição da lei (tarefa primordialmente legislativa) possui uma complexa historicidade e sua própria aplicação na esfera judiciária e executiva) é vazada por questões históricas, sociológicas, ideológicas e circunstanciais, levando em conta, portanto, a polissemia e a “história genética” daquilo que se cristalizou na forma de lei.

Com a ajuda dos discursos parlamentares vamos compreendendo qual o papel do judiciário, quais as críticas que lhe são feitas, a questão das medidas provisórias editadas pelo presidente da república (chefe máximo do Executivo federal) por meio do qual adquire poderes de legislador, a percepção de que a lei não é estanque e também se altera frente os rumos políticos. Aqui os senadores apontam os problemas de toda uma legislação agrária deficiente, desde a Lei do Estatuto da Terra, ao “buraco negro” da Constituinte de 1988 sobre Reforma Agrária. Vamos percebendo qual a ala política que aprovou o Rito Sumário, o Imposto Territorial Rural. Discute-se aqui as concepções que cada grupo entende por “lei”, “ordem”, “justiça social”. Idéias de propriedade privada, função social da propriedade, tornam-se aqui noções que vão se cristalizando ao longo de todo período analisado. A lei se torna aqui, resultado de um projeto político, resultado da vitória (negociação/acordo/conchavo/barganha/votação) de um grupo político sobre outro. E é como projeto vencedor que será operada e mais uma vez (re)interpretada por toda uma corporação judiciária.

Depois **da transição: do momento em que os projetos se convertem em lei, as leis são operacionalizadas no poder judiciário**. Combinamos esses conhecimentos com as Decisões e Sentenças prolatadas no poder do julgamento, das jurisprudências, tanto das primeiras Instâncias, quanto decisões coletivas (Acórdãos) do STJ – Superior Tribunal de Justiça e STF- Supremo Tribunal Federal. Reafirmando novamente as interpretações retóricas que lhe são pertinentes, entendendo o Direito como uma prática social argumentativa. Observando como os juízes captam (ou não!) a intenção legislativa da construção de uma lei. A discussão aqui é centralizada nas fontes processuais e na legislação positivada, petrificada, calcada na imperatividade da norma e na sua coercitividade a todos que a conheçam ou não.

As discussões desse capítulo levam ao ponto de que, no jogo legislativo e no uso das disposições legais, conta muito aquilo que, em certas circunstâncias, poderá ser tomado como legítimo. A retórica entra neste jogo das legitimações públicas, trazendo argumentos lógicos, éticos e afetivos que tenham eficácia relativa no tratamento do tema da Reforma Agrária.

Capítulo III – CAMINHOS, DESCAMINHOS E BECOS

O objetivo central deste capítulo é problematizar a forma como o Estado dito “democrático”, tem em seu funcionamento lidado diretamente com as pressões realizadas pelos Movimentos Sociais de Luta pela Terra. É assim que se justifica a metáfora do capítulo: os participantes do Movimento “caminham”, “marcham”, “buscam saídas” e pressionam o governo para a solução do problema da terra através das resistências e da luta organizada... **Esses são os caminhos!** De outro lado o Estado, dentro de uma retórica excludente se ampara num discurso de “*saber quem são e quantos são os sem terra*”. Insistência nas tópicas de separar “*o joio do trigo*”, de questionar “*os métodos e a legitimidade da causa dos sem terra*”, das “*promessas não cumpridas*” pelos chefes do poder executivo. E, apartir destes argumentos ocorrem ou criminalização dos participantes e lideranças (tática dos partidos da direita – representados prioritariamente pelo PSDB) ou legitimação da sua atuação (numa defesa contida de suas ações, tática dos partidos considerados de esquerda – representado pelo PT). **As tentativas de criminalização dos sem terra são os descaminhos!** Os Becos representam as mortes no campo. Uma discussão que se opera quanto à violência agrária. Tratamos aqui dos casos de mortes, das denúncias de chacinas, de assassinatos constantes em que a preocupação central é com a reação das massas frente a tantas mortes. Eldorado de Carajás, Corumbiara, entre tantos outros relatos apontam que o Movimento Social pressiona o governo, pressiona as elites dirigentes. O que fazer? Como agir? De excluídos, despossuídos, milhares de trabalhadores rurais sem terra são transformados rapidamente de “heróis” a “bandidos”, de “criminosos” em “mortos”. Esse é o beco da morte. O beco da vergonha. O momento que “ocupação” é “invasão” e “invasão” é “crime”. O Sem terra é “bandido” ou usado como “herói”, e fazendeiros organizam seus jagunços para proteger a propriedade privada. O ponto sem volta que

obriga alguém, ou algum dos Poderes estatais a tomar qualquer providência; mas, o que fazer? Qual o jogo político de convencimento para que alguma autoridade tome providência de alguma coisa nesse país? Nessa reflexão do beco, o que está em jogo são as oposições do que é “legal” e do que é “legítimo” frente a tantas **impunidades** ocorridas. Pode o Estado Democrático de Direito, se de fato se diz “democrático” em alguma hipótese, matar, ou permitir que se mate o indivíduo?

CAPÍTULO I – AS REGRAS

O objetivo do capítulo é procurar compreender o funcionamento do Senado e compreender como os senadores debatem e discutem as leis explicitando que os significados dos discursos desses políticos estão relacionados à correlação de forças existente no Senado, polarizada principalmente entre governo/oposição, mas que extrapolam o mero espaço do Congresso, uma vez que, dentro de um campo de forças estes senadores representam interesses bem particulares ligados aos estados da federação e a grupos específicos que direcionam as regras do jogo e aprisionam os jogadores dentro de uma lógica própria do meio. Procuramos compreender os significados políticos dos pronunciamentos e das posturas dos agentes através do que chamamos de “intenções legislativas”. Ou seja, quando um senador justifica uma tese ou condena/refuta outra, o faz a partir do jogo de interesses que representa. Em alguns momentos essas regras parecem ou dão certa ilusão de clareza, mas, na prática, inúmeras dessas regras são burladas por mecanismos diversos, às vezes éticos mas pouco transparentes, outras vezes totalmente escusos e ilícitos. A retórica é, desse modo, uma arma de guerra com técnicas e táticas que articulam os lances. De outro lado, apresenta também inúmeros estilos, e nesse sentido, pensamos numa retórica clássica atualizada pela modernidade, em que o tema da reforma agrária envolve de forma complexa e entrelaçada: literatura, música, poesia, imagens (articuladas aos usos midiáticos) e mesmo a religião, nas produções exploradas por meio das figuras de sentido, de construção, de pensamento da linguagem⁷⁹.

A noção de campo político⁸⁰ demonstra que esse sistema evidencia um universo em que se joga um determinado jogo, segundo regras específicas, ao qual não se entra facilmente, mas ao mesmo tempo, exige de quem participa fundamentalmente que se

⁷⁹ As figuras de sentido a que nos referimos são as metonímias, sinédoque, metáforas, hipérboles, entre outras. As figuras de construção são as elipses, assíndetos, antíteses, quiasmos, hipérbatos, gradação, anacoluto, entre outras. As figuras de pensamento são as alegorias, ironias apóstrofes, prosopopéias, epanortoses, conglobações, prolepse, apodioxe, cleuismo, entre outros.

⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. “A força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”, In: O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 209-254.

acredite nele e que conceda ao jogo o mérito de ser jogado⁸¹. Assim é que procuramos evidenciar parte das regras que compõem esse importante campo político na elaboração das leis agrárias, pois, justamente nesse campo as tensões e conflitos marcam acirradamente os lados de quem defende ou quem ataca os Movimentos Sociais de luta pela Terra, num jogo em que a linguagem não pode abertamente condenar, mas precisa sutilmente criar mecanismos de controle, de normas cogentes.

I

De como os senadores debatem as leis

Para se analisar a produção histórica de uma dada lei é necessário se indagar da intenção legislativa. É preciso indagar e decidir como interpretar as leis cujo sentido não são muito claros, ou mesmo é ambíguo. Nesse sentido, conforme R. Dworkin⁸² é necessário descobrir e analisar as intenções de quem elabora as leis. Tratar o Congresso Nacional como um autor na cadeia do direito, embora um autor com poderes e responsabilidades diferentes da de um juiz. Mas a forma, as intenções, as disputas, os conflitos de interesse entre grupos marcam o modo como os congressistas realizam seu próprio trabalho. É exatamente essa produção legislativa (Câmara dos Deputados e Senado Federal) que será aplicada e interpretada pelos representantes do judiciário. A tarefa de interpretação argumentativa é complexa e o juiz vai ampliar essa tarefa como um colaborador que continua a desenvolver, do modo que acredita ser o melhor, o sistema legal iniciado pelo Congresso. Ele (juiz) irá se perguntar qual interpretação da lei mostra mais claramente o desenvolvimento político que inclui e envolve essa lei, podendo enfatizar alguns aspectos políticos e negligenciar outros. Seu ponto de vista de como a lei deve ser lida dependerá, em parte, daquilo que certos congressistas disseram ao debatê-la. Mas dependerá, por outro lado, da melhor resposta a dar a determinadas questões políticas: até que ponto o Congresso se submeteu à opinião pública ou até que ponto as votações foram determinadas por interesses de grupos particulares? Cabe verificar que em diversos pronunciamentos ficam evidentes as relações ambíguas,

⁸¹ _____. *Los juristas, guardianes de la hipocresía colectiva*. F. Chazel y J. Commaille (eds.) Normes juridiques et régulation sociale (L.G.D.J., Paris, 1991).

⁸²DWORKIN, R. "As Leis". In: *O Império do Direito*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

tensas, entre o Executivo e o Legislativo e entre o Judiciário e o Executivo, quando o parlamentar vota, por exemplo, determinada lei em troca de verbas liberadas pelo executivo, através das barganhas políticas ou métodos ilícitos como a corrupção.

Assim, ao se estabelecer e se fixar determinadas leis, existem sempre intenções políticas que as informam e as esclarece, e que, muitas vezes, são denunciadas pelos parlamentares, na condição de adversários políticos. Exemplo disso é pronunciamento de um opositorista que versa sobre o fato de que o então presidente Fernando Henrique Cardoso *“deveria estar mais preocupado com os problemas dos trabalhadores rurais e o caso de Ourilândia do que com as jogadas políticas de sua reeleição e a negociatas de como articular tal proposta”*⁸³. A aprovação da Emenda Constitucional nº 16 de 04/06/1997 foi resultado de muitas articulações políticas realizadas, pois que, permitiu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, com votação no Congresso, sem a necessidade de consulta popular, fato que foi objeto de inúmeros debates no interior do mesmo, já no início de 1997, de uma eleição que ocorreria em 1998.⁸⁴ Dessa forma, se alteram não apenas a própria Constituição Federal através de uma Emenda Constitucional. Mas essas intenções políticas existem também com leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos, as resoluções⁸⁵; em todas as esferas, seja a federal, estadual ou municipal. E, nesse momento, o juiz precisa apoiar-se em seu próprio julgamento ao responder tais questões, sem dúvida, não por pensar que suas opiniões sejam automaticamente corretas, mas porque ninguém pode responder de modo conveniente a nenhuma questão a menos que confie, no nível mais profundo, naquilo em que acredita. Assim, abrem-se possibilidades distintas na interpretação da lei: as leis devem ser interpretadas de acordo com o que os juízes acreditam que irão torná-las melhores ou de acordo com o que pretendiam os legisladores que realmente as adotaram? Segundo Dworkin, os juízes não poderiam desconsiderar as intenções de elaboração das leis

⁸³Trecho de pronunciamento do Senador Sebastião Bala Rocha PDT - Partido Democrático Trabalhista do Amapá. Em 24/01/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

⁸⁴A Emenda Constitucional nº 16 de 04/06/1997 alterou o texto do Artigo 82 da Constituição Federal de 1988, que passou a ter a seguinte redação: “o mandato do presidente da república é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição”, riscando do seu texto a disposição que dizia: “vedada a reeleição para o período subsequente”.

⁸⁵O artigo 59 da Constituição Federal de 1988, estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de I- Emendas à Constituição, II- leis complementares, III- as leis ordinárias, IV- as leis delegadas, V- as medidas provisórias, VI- os decretos legislativos, VII- as resoluções.

pelos congressistas, visto que estas formam a história legislativa que deveria ser considerada. É o que o jurista chama de intenção do locutor, pois supõe que:

“a legislação é uma ocasião ou um exemplo de comunicação, e que os juízes se voltam para a história legislativa quando uma lei não é clara, para descobrir qual era o estado de espírito que os legisladores tentaram comunicar através dos seus votos.”⁸⁶

Portanto, perguntas essenciais se interpõem na produção social da linguagem: “o que ele quis dizer com isso? Quais os personagens históricos considerados legisladores? Como devemos agir para descobrirmos suas intenções? Se anota as declarações que os legisladores fizeram no processo de aprová-la, mas trata-as como eventos políticos importantes em si próprios, não como evidência de qualquer outro estado de espírito por detrás delas. Assim, a história que se interpreta começa antes que a lei seja aprovada e continua até o momento em que deve decidir o que ela declara, e mesmo depois, quando uma comunidade inteira a utiliza, dela se esquece, ou mesmo quando pode nem tomar conhecimento dela, por possuírem outras práticas e outros valores:

“a intenção e a legislação concebidas como uma forma de discurso devem ser respondidas na teoria política, adotando-se, para tanto, pontos de vista particulares sobre questões controversas de moral política. Desse modo, a teoria da intenção do locutor não pode justificar suas supostas alegações de neutralidade política, sua ambição de separar as convicções pessoais de um juiz do modo como ele interpreta uma lei (...) um juiz deve, em última instância, apoiar-se em suas próprias opiniões ao desenvolver e aplicar uma teoria sobre como interpretar uma lei. Ele não pode entrar num círculo vicioso, submeter nenhuma parte da tarefa à apreciação dos legisladores, a cujas leis ele aplicará sua teoria de compreensão.”⁸⁷

Outro detalhe importante, as leis precisam ser lidas de algum modo que decorra da melhor interpretação do processo legislativo como um todo. Nesse caso, não se necessita de nenhuma função combinatória de convicções de legisladores individuais porque, desde o início, se interpreta o histórico da instituição, não o histórico de cada um dos legisladores.

Thompson⁸⁸ também realizou indagações que são pertinentes ao estudo de qualquer legislação: o que provoca a aprovação de uma determinada lei? A aprovação de uma lei é incitada por algum grupo de pressão identificável, com interesses

⁸⁶DWORKIN, R. “As Leis”. In: O Império do Direito. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 378.

⁸⁷DWORKIN, R. “As Leis”. In: O Império do Direito. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 378.

⁸⁸THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores* – Trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

específicos ou pode ser vista como um ato geral e abstrato de um governo? A que funções se aplica a lei quando aprovada?⁸⁹ Perguntas de como agem os congressistas, quais os tipos de questões que os animam e constituem o chamado “espírito da lei”, que no nosso caso significa o caminho histórico de elaboração legislativa, traduzida em quais as intenções, de quais pessoas, serviram para fixar seu conteúdo, importantes para a compreensão do processo histórico. Seria o dos membros do Congresso que a promulgaram, inclusive daqueles que votaram contra? Seriam as idéias de alguns, por exemplo, daqueles que falaram, ou falaram com mais frequência nos debates? É de se observar que nos debates sobre reforma agrária, alguns senadores se pronunciam mais enfaticamente, digamos, em outras palavras que insistem e provocam mais o debate “*tocando o dedo na ferida*”, enquanto outros congressistas são mais sutis, evasivos, ou mesmo omissos em relação ao debate da temática. Alguns pronunciamentos versam exclusivamente sobre a temática, outros procuram mencionar a temática apenas como pano de fundo aos seus interesses. Que dizer dos funcionários que prepararam os projetos iniciais? E o que dizer do presidente que assinou o projeto e o transformou em lei? Quais as suas intenções? Será que as suas intenções não têm mais valor que a de qualquer senador em particular? E o que dizer dos simples cidadãos que escreveram cartas a seus congressistas, prometeram ou ameaçaram votar a favor ou contra eles, fazer ou negar-se a fazer contribuições de campanha, dependendo do modo como eles votassem? E quanto aos vários lobbies e grupos de ação que desempenharam seu papel, atualmente considerado normal? Qualquer visão realista do processo legislativo inclui a influência desses grupos, se eles contribuíram ou não para a elaboração da lei. Outro complicador ainda se acrescenta à sua existência e funcionamento. Uma lei deve sua existência não apenas à decisão de outras pessoas para promulgá-la, mas igualmente à decisão de outras pessoas, posteriormente, no sentido de não a emendar ou revogar. Assim é que percebemos, por exemplo, que a governabilidade de um presidente está diretamente ligada ao Congresso em questão. Daí pensar no tipo de aprovação e governabilidade ligada à emissão de medidas provisórias⁹⁰. É claro que o termo “decisão” pode ser muito forte para descrever as atitudes negativas que permitem a

⁸⁹Idem.

⁹⁰Os próprios senadores reconhecem em vários momentos e discutem o papel da medida provisória, por meio do qual o chefe do executivo – Presidente da República tem poderes de legislador.

permanência da maioria das leis, algumas vezes muito tempo depois de terem sido úteis. Elas sobrevivem por desatenção e omissão, mais do que por qualquer decisão coletiva inconsciente. Contudo, mesmo a desatenção pode refletir certo entendimento comum sobre o interesse e as conseqüências detalhadas de uma lei, que é diferente do entendimento que tinham os legisladores que primeiramente a aprovaram; em casos mais extremos, quando as pessoas fizeram campanha para emendá-la ou rejeitá-la, a decisão de deixá-la em vigor pode ser mais ativa e explícita. Lembrando que, quanto aos interesses particulares existentes no interior do espaço público, já nos alertava Oliveira Viana⁹¹ que este era o mal maior do sistema democrático, nome que dava a tal prática de espírito “clânico”. Para este autor, a palavra clânico designava o espírito de faccionismo em que as elites se utilizavam da esfera pública como se fosse privada, uma espécie de cultura do personalismo. Segundo o autor, o problema de uma reforma política em nosso país, fundada em bases realísticas, consiste, dentre várias ações, em neutralizar a ação nociva das toxinas do espírito de clã de nosso organismo político-administrativo ou, quando isso não for possível, reduzir ao mínimo suas influências e nocividade. Tal nocividade fica patente quando percebemos, por exemplo, na esfera legislativa os embates dos grupos defensores de leis que garantam a propriedade da terra, uma vez que existe, dentro do próprio Senado, um grupo muito forte em defesa de tais interesses particulares, como ocorre com a chamada Bancada Ruralista. Tem um pronunciamento bastante curioso onde os senadores disputam retoricamente entre si “quem tem terra e quem não tem”, chegando um deles a afirmar que desconhece que existe “mesmo dentro do Senado grupos particularizados” e que “não existe essa tal” de “bancada ruralista”.⁹²

Em outro momento, o Senador Lúcio Alcântara do PSDB argumenta que “*não se conhece a bancada ruralista*”, que de fato, “*ela nem existe*”, prestando esclarecimentos públicos e respondendo uma matéria publicada no jornal Folha de São Paulo que listava o nome de deputados e senadores tidos como integrantes da bancada ruralista, sendo que

⁹¹VIANA Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987. Volumes I/II.

⁹²Trecho de pronunciamento do Senador Geraldo Melo – PSDB Partido da Social Democracia Brasileira – RN. Em 24/05/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

o mesmo tinha seu nome incluído na lista⁹³.

O seu pronunciamento evidencia bem a discussão que marca os problemas expostos por Oliveira Viana entre os interesses públicos e privados em jogo dentro do Parlamento brasileiro e a existência da “bancada ruralista” é bem um exemplo disso. Neste pronunciamento o autor cai inúmeras vezes em contradição: primeiro por falar que talvez essa bancada não exista “*se é que ela existe aqui no Senado*”, depois afirmando que “*não posso dizer que conheço essa Bancada*” e terceiro concluindo por sua existência pelo que os outros dizem: “*Bancada Ruralista, integrada por aqueles que, de uma forma ou de outra, estariam procurando obter do Governo vantagens indevidas ou facilidades para si ou para seus representados*”⁹⁴, mas argumenta que “*não a conhece*”, “*não a integra*”, sendo que também “*não há provas*” que o liguem a essa bancada, pois não há nenhum pronunciamento, voto ou atitude dele que possam identificá-lo com o que se convencionou chamar de “Bancada Ruralista”⁹⁵.

⁹³Trecho de pronunciamento do Senador Lúcio Alcântara – PSDB Partido da Social Democracia Brasileira – CE. Em 20/05/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

⁹⁴Trecho de pronunciamento do Senador Lúcio Alcântara – PSDB Partido da Social Democracia Brasileira – CE. Em 20/05/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

⁹⁵Durante a Assembléia Nacional Constituinte (1987/88), diversos parlamentares agruparam-se para defender as proposições que favoreciam a elite agrária. Nesta época, esse grupo não se caracterizava como uma *bancada*, pois o espaço político era ocupado pela então todo-poderosa UDR – União Democrática Ruralista. Esta organização utilizava como estratégia a força para intimidar os seus oponentes. Seu fundador foi Ronaldo Caiado, seu mais emblemático líder. Na legislatura seguinte (1990/94), Ronaldo Caiado elegeu-se como deputado federal pelo PFL e iniciou a formação de uma frente parlamentar. O seu objetivo era opor-se a regulamentação dos artigos constitucionais que tratavam da reforma agrária. Nas eleições de 1994 (legislatura de 1995/98), a Bancada Ruralista perdeu suas principais lideranças, entre elas o deputado Ronaldo Caiado. Isto possibilitou uma reciclagem do grupo, que adquiriu um novo perfil de articulação. O restabelecimento desta representação foi possível devido a uma conjunção de fatores. Ressaltamos os mais significativos: primeiro, o crescimento do PFL (segunda bancada partidária) traz para a Câmara dos Deputados os representantes da elite agrária mais conscientes da importância da organização da *bancada ruralista* como grupo de interesse, pressão e lobbying; segundo, eleições de notórios conservadores para as presidências da Câmara e do Senado Federal; terceiro, a vitória, nas eleições presidenciais, da aliança PFL - PSDB. Pode-se distinguir, também, um quarto fator: a derrota do então deputado Ronaldo Caiado. Órfão desta liderança vigorosa e centralizadora, o grupo ampliou sua articulação com outros setores parlamentares. Essa associação de fatores, entre outros, abriu um espaço político de rearticulação das forças conservadoras e proporcionou um ambiente propício ao reaparecimento da Bancada Ruralista. O grupo ruralista, que atuou na legislatura 1995/98, alterou sua forma política de operacionalizar seus interesses. A vivência das lideranças possibilitou que se promovesse uma divisão de trabalho no interior da *bancada*. Pode-se dizer que houve uma distribuição de responsabilidades quanto a articulação sócio-política. Os parlamentares com trânsito e identificados com diferentes setores produtivos assumiram obrigações de articular esses interesses: pequenos produtores, agroindustriais, pecuaristas, empresários rurais. Essa divisão nunca foi devidamente explícita por nenhum líder, mas era assumida organicamente pelo grupo. Com isso, a *bancada ruralista* ampliou sua representação e legitimou-se socialmente. Na legislatura (1999/2002), a Bancada Ruralista, consolidada iniciou os seus trabalhos parlamentares. Disputou, com certa facilidade, a presidência da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara, que deteve durante três anos na legislatura passada.

O pesquisador Edélcio Vigna⁹⁶, ao trabalhar especificamente a temática da chamada Bancada Ruralista, analisa que os ruralistas não compõem uma “bancada”, se tomarmos o termo no sentido de regulamento, burocracia e votação. Mas pode ser chamada de “bancada” no sentido de um grupo de ruralistas que não se submete necessariamente a nenhuma regra, senão a da fidelidade aos seus próprios interesses particulares, votando unificados somente nas proposições que possam afetar seu nicho de mercado. Segundo o INESC- Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, a “bancada ruralista” é conceituada como “um grupo temporário público de interesse particular”. Assim, Vigna caracteriza a “bancada” como “*um conjunto suprapartidário de atores públicos que não possuem um programa de médio ou longo prazo e se articulam em defesa de interesses localizados, sujeitos às flutuações conjunturais*”⁹⁷.

Assim, citados, haveriam outros exemplos bem conhecidos, como a Bancada Evangélica, além das bancadas partidárias que eram as únicas que legitimamente deveriam existir, o que confirma os inúmeros casos do faccionismo parlamentar brasileiro que é nocivo aos interesses públicos, transformando, em vários momentos e em diversas matérias, o que deveria ser gestão parlamentar pública em gestão de interesses privados.

É com esse Congresso faccionado, conflitivo, que o Presidente da República tem que conseguir lidar para governar. Portanto, há uma relação que marca toda ação legislativa e a vincula diretamente à ação executiva do presidente da república. Essa relação é frágil, tensa, conflitiva, fluida, construída permanente e incansavelmente .

Dentre os inúmeros acontecimentos políticos que marcaram, por exemplo, o ano de 1995, destacamos a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, que em seu discurso e pronunciamento de posse como chefe do poder executivo federal, realizado no Congresso Nacional em Brasília, no dia 01 de Janeiro de 1995, anunciou, entre outras coisas que: “*como cidadão fez da esperança uma obsessão, sonhou com a*

A queda na sua representação (de 113 para 85 parlamentares), não deve ser avaliada como uma debilidade. O grupo tem potencial para recuperar-se durante a legislatura e aglutinar um número maior de deputados do que aqueles que inicialmente se declararam partes interessadas nas proposições que serão defendidas pela *bancada*.

⁹⁶OLIVEIRA, Edélcio Vigna. *Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados – Legislatura de 1999-2002* INESC- Instituto de Estudos Sócio-Econômicos. Artigo publicado no endereço eletrônico: <http://www.nead.org.br>. Acesso em 28 de Agosto de 2006.

⁹⁷Idem.

liberdade, com um país democrático, desenvolvido, livre e justo". Afirmou que *"este país vai dar certo!"* E que *"a democracia é uma conquista definitiva"*. Neste momento histórico, segundo o mesmo *"temos de volta a liberdade, mas falta a justiça social"*. Em relação à política econômica do país *"as condições internacionais são favoráveis para o crescimento do país"* e sabe que ao escolhê-lo para presidente, *"os brasileiros o fizeram por uma "opção de continuidade do Plano Real"*. E ao explicitar seus objetivos de governante, percebeu que a Justiça Social era o grande desafio do Brasil naquele final de século: *"justiça social, este é o objetivo número 1 (um) do meu governo (...) vou governar para todos, mas vou estar do lado da maioria"*. O sentimento que movia seu apoio se chamava "solidariedade" e que suas prioridades eram *"emprego, saúde, segurança, educação e produção de alimentos"*⁹⁸. Estas promessas e afirmações serviram de base para que a oposição congressista, já bem no início do mandato do presidente FHC, começasse a cobrar do presidente atitudes e medidas que justificassem suas falas. Como é o caso, por exemplo, do Senador Eduardo Suplicy que cobrou, no segundo dia de mandato, medidas efetivas para a questão da Reforma Agrária, comentando inclusive o pronunciamento de posse de FHC de dois dias antes, e foi advertido pelo colega senador Jonas Pinheiro de que ainda era muito cedo para cobrar qualquer ação e que ironicamente *"Suplicy só sabe ser oposição"*⁹⁹. Em resposta Suplicy enfatizou que, apesar de muito cedo, *"o jogo já começou"*. Esta última afirmação nos remete ao modo como as atividades políticas são exercidas, comparadas de fato a um "jogo", com regras particulares, peculiaridades próprias, onde há vencedores e vencidos. Em diversos momentos, outros inúmeros parlamentares vão se reportar constantemente a esse pronunciamento inicial de FHC, para lembrá-lo de promessas que dizem que ele esqueceu, para advertí-lo *"de que está fazendo tudo errado"*, para acusá-lo de que está fazendo tudo ao *"contrário"* do que prometeu, para dizer que *"FHC fala uma coisa e faz outra"*, que *"esqueceu o que ele mesmo escreveu"*, expressões bastantes comuns nos discursos dos opocisionistas usadas ao longo dos oito anos de governo para exemplificar o esquecimento do presidente de sua agenda social.

⁹⁸Pronunciamento de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995. Extraído do endereço eletrônico http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/pronun95.HTM.

⁹⁹Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy – PT- Partido dos Trabalhadores/São Paulo. Em 03/01/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

Ou mesmo, de uma forma irônica e cômica, a retórica do senador Pedro Simom do PMDB cobrando as promessas de campanha:

“Eu gostaria de saber, como foi anunciado em campanha, **onde está a comida no dedo da mão do Sr. Presidente. Quero saber se amputaram aquele dedo, Sr. Presidente!** Quem é que vai produzir? Importarão comida a vida inteira? Quero saber onde está o dedo da comida que o Presidente, durante sua campanha eleitoral, mostrava na mão.”¹⁰⁰ [grifos nossos]

Segundo Paul Ricoeur¹⁰¹, a primeira entrada humana na dimensão do direito foi marcada pelo grito: é injusto! E esse grito é o da indignação, cuja captação, por vezes, provoca confusão, avaliada em função das nossas hesitações de homens feitos em nos pronunciarmos sobre a justiça em termos positivos. Indignação que nasce de retribuições desproporcionais, de partilhas desiguais e de promessas traídas. O não cumprimento de uma promessa move os debates sobre o que é a “traição” política, o que significa “*dizer uma coisa e fazer outra*” ou mesmo “*não fazer nada*”. E nesse sentido é que as oposições cobraram de Fernando Henrique Cardoso coerência com “*a justiça social*” enumerada como prioridade de sua agenda social.

Por outro lado, também há a defesa constante do presidente, argumentos a seu favor, de que ele está se esforçando, “está agindo” e aos poucos luta para cumprir todas as suas promessas. Dentre o rol de tais argumentos favoráveis encontra-se, na questão da reforma agrária, a notícia de que “*assinou 18 decretos de desapropriação de áreas rurais*”¹⁰², já na primeira quinzena de janeiro de 1995, e que “*lançou seu programa de reforma agrária na cidade de Jaguaribe, no Ceará*”¹⁰³.

O teor das críticas vai se aguçando, se modificando quanto ao conteúdo ao longo de todos os oito anos, tomando como base, porém, os diversos argumentos de suas promessas de campanha e seu discurso de posse. FHC enfrentou, em seu governo, já no primeiro mandato, dois fatos graves que marcaram o terreno da reforma agrária no Brasil e é exatamente isso que explica o maior volume quantitativo de discussões e

¹⁰⁰Trecho do pronunciamento do Senador Pedro Simon – PMDB/RS - Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Em 05/06/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

¹⁰¹RICOEUR.P. O justo ou a essência da justiça. Edição Odile Jacob, Instituto Piaget. Outubro de 1995. p.10.

¹⁰²Tal discussão é noticiada e comentada pelo senador Chagas Rodrigues, do PSDB/PI em seu pronunciamento de 16/01/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

¹⁰³Tal discussão é noticiada e comentada pelo senador Flaviano Melo do PMDB/AC em seu pronunciamento de 27/03/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

debates dos pronunciamentos do Senado sobre a temática da reforma agrária, marcados exatamente nos anos de 1996 e 1997, discussão que perspassa os fatos ocorridos e a necessidade de se legislar e produzir normas que regulamentassem o conflito no campo.

São essas relações tensas que abrem espaço para as barganhas políticas, ou seja, a forma como o Presidente da República consegue governar, negociar com o Congresso em questão. Ao invés das votações serem pautadas nos interesses comuns, o faccionismo dificulta esse campo comum, e muitas vezes, as negociações Legislativo-Executivo são barganhadas. As barganhas são formas alternativas de não burlar aparentemente as regras do jogo, mas se utilizar de um favor em troca de outro. Quando nem a barganha é possível, recorre-se à corrupção. Em diversos momentos essas práticas são denunciadas por senadores de bancadas concorrentes, que defendem que *“demandas legítimas não podem ser tratadas como barganhas”*¹⁰⁴ e que o presidente, infelizmente, *“prefere os conchavos, os acordos de cúpula, as benesses, as trocas entre o Executivo e o Legislativo”*, fazendo da “reeleição” seu carro chefe¹⁰⁵.

As “barganhas”, os “conchavos”, as “maracutaias”, as “tramóias” são expressões constantemente encontradas em vários pronunciamentos e revelam sempre as práticas “obscuras”, “imorais”, “antiéticas”, realizadas dentro do parlamento, que são denunciadas, constantemente, pelos políticos de oposição.

A forma retórica de elucidação do jogo legislativo é realizada por meio da linguagem: a palavra é o objeto de disputa no espaço público e para participar do jogo democrático é preciso manejar algumas armas e identificar alguns princípios. Manejar as armas significa também **entender o papel da mídia, interpretar questões midiáticas** postas e (re)postas a cada instante do jogo pelos mais diversos atores sociais, dentro do campo político ou mesmo fora dele. Textos, discursos e pronunciamentos que estão filmados, documentados, taquigrafados, registrados a todo momento. A palavra, a linguagem, também é o lugar em que se desdobra o jogo legislativo. Isso já o torna familiar à retórica. Mas a retórica também aparece em cena como arte de confecção dos discursos parlamentares, o que estrapola para mais além da questão midiática.

¹⁰⁴Trecho de pronunciamento da Senadora Marina Silva- do PT - Partido dos Trabalhadores do Acre. Em 23/05/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

¹⁰⁵Trecho de pronunciamento do Senador Sebastião Bala Rocha PDT - Partido Democrático Trabalhista do Amapá. Em 24/01/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

Constatando que boa parcela de nossa matéria-prima da história política brasileira vem da mídia, quais os significados disso? Uma mídia que explora a todo momento pesquisas estatísticas, dados sobre a opinião pública, etc. E quanto a identificar alguns desses princípios, significa expor um pouco da **organização regimental e procedimental da lógica dos debates públicos**, organização esta que também não escapa à discussão, visto que são esses procedimentos que dão forma à construção dos debates públicos quanto ao tempo, à forma e à matéria abordada, revelando também a disputa pelo tempo de fala de cada parlamentar, quem tem maiores forças expressivas, quem se cala, etc. Regras que vão nos informando passo a passo de como o jogo vai sendo articulado no decorrer de cada lance efetuado, com entendimento de que tais falas fazem parte do desenrolar do jogo, em que “*o saber é tramado junto ao poder*”¹⁰⁶ e os argumentos e teses do tema da reforma agrária são cuidadosamente dispostos em momentos propícios como lances dados em determinadas respostas e contextos históricos.

O Jogo político é demarcado por regras regimentais. Tanto quanto ou até mais do que o conteúdo em discussão, as formas procedimentais do debate regem as influências na disputa pela palavra. Embora todos os senadores em tese detenham o direito a ela, somente os mais fortes e influentes a gozam de forma mais privilegiada, em dias e horários mais apropriados, pois a palavra é instrumento de trabalho político, como exemplifica o trecho abaixo:

“(…). Ora, a palavra é o principal veículo dos Parlamentares, que parlamentam, que falam. A linguagem é o principal instrumento da política, que se corrompe juntamente com as palavras mentirosas. Portanto, é preciso colocar cobro e prestar atenção no abuso que se tem feito em relação ao uso das palavras. (...)”¹⁰⁷. [grifos nosso]

A briga em plenário pelo uso da palavra marca uma série de disputas que dizem respeito ao tempo de fala, ao registro da fala, às interrupções dos colegas, aos dias de se falar, aos termos utilizados, de onde se origina a chamada imunidade parlamentar. Mas até que ponto os políticos lá reunidos estão abertos a um possível convencimento ou até

¹⁰⁶FOUCAULT, M. “*A verdade e as formas jurídicas*”. Cadernos da PUC do Rio de Janeiro, departamento de Letras, Trad. Roberto Cabral de Melo Machado. 1979.

¹⁰⁷Trecho do pronunciamento do Senador Lauro Campos PT/DF - Partido dos Trabalhadores. Em 16/01/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

que ponto as tentativas persuasivas são meramente teatrais e encenadas publicamente para o cumprimento de um protocolo representativo? Partindo de tais observações é que pensamos nessa construção de realidade. Senão vejamos algumas análises possíveis de se extrair de alguns trechos.

Uma delas diz respeito ao cumprimento do trabalho parlamentar marcado em diversos momentos por um esvaziamento de plenário registrado pela fala do parlamentar quando afirma que “*as sessões de sexta feira são pouco concorridas*”¹⁰⁸ e que são “*um bom espaço para os tímidos; é aqui que eles treinam a possibilidade de falar nas sessões de quartas e quintas-feiras*”.¹⁰⁹ Há, portanto, entre os políticos aqueles mais tímidos ou mesmo impedidos de falar nas sessões mais concorridas. Ou mesmo há esvaziamento da sessão pelo fato da matéria não interessar aos parlamentares, como na informação registrada por um senador ao afirmar que “*é pena que o Senado esteja um pouco vazio na tarde de hoje, quando assunto tão importante como o da reforma agrária é debatido*”¹¹⁰. Tais argumentos expressam o compromisso ético desses agentes políticos com os problemas nacionais do país.

É importante frisar que as sessões legislativas expressam o número de participantes interessados ou não em discutir determinadas matérias. O plenário vazio expressa bem a importância de certos debates, e especifica também os dias da semana em que se realiza, quando fica registrado por alguns senadores o esvaziamento das sessões. Interessante neste caso foi perceber que logo após o ocorrido em Eldorado de Carajás, no dia 17 de abril de 1996¹¹¹, a sessão de 23 de abril de 1996 sofreu um esvaziamento maciço de senadores, registro indicado pelo senador Pedro Simon, que marca com clareza que, para uma questão de suma importância, pelo menos do ponto de vista popular, havia apenas 6 (seis) senadores em plenário¹¹². Esta sessão foi um dia

¹⁰⁸Trecho do pronunciamento do Senador Luís Alberto de Oliveira PTB/PR. Em 17/11/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁰⁹Trecho do pronunciamento da Senadora Marina Silva do PT/AC. Em 23/05/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹¹⁰Trecho do pronunciamento do Senador Júlio Campos do PFL/MT. Em 22/05/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹¹¹Nota explicativa 01 da Introdução da Tese que contém as informações cronológicas do episódio.

¹¹²Trecho do pronunciamento do Senador Pedro Simon do PMDB/RS. Em 23/04/1996. Anais do Senado Federal.

após a apresentação do relatório apresentado ao Senado por uma comissão¹¹³ de senadores que foram até Eldorado de Carajás e ficaram incumbidos de relatar ao congresso os problemas dos trabalhadores sem terra no Pará e relatar o episódio do massacre.

É notório que o esvaziamento do Plenário aventa algumas hipóteses, dentre elas a recusa parlamentar a se discutir a matéria ou mesmo o fato ocorrido, pois, num caso como o de Eldorado Carajás, o que dizer? Como formular um discurso? O que argumentar? Não se pode quebrar as regras do jogo do Estado Democrático de Direito, não se pode apresentar uma linguagem que legitime mortes ou chacinas. E enfrentar a situação de frente obrigaria a agir, a tomar providências.

Há, também, um ordenamento do tempo da fala pelo grau de importância do parlamentar caso seja líder ou vice-líder do governo ou da oposição no congresso, a quem é garantido direitos específicos, pois os líderes de partidos tem prerrogativas regimentais no tempo de suas falas. Como no exemplo abaixo onde o senador reclama dessas regras e as considera injustas e tem (não se sabe por que motivo) seu pronunciamento interrompido e não registrado pelos anais da Casa:

“(...) Vou encerrar, Sr. Presidente, e deixo aqui uma manifestação à Mesa: que nessa questão regimental das Lideranças, se for feita a **proposta de que os Líderes não tenham esse privilégio sobre os oradores inscritos**, contará com o meu voto.
(...)

O Sr. Ademir Andrade - **Talvez seja um pouco injusto**, porque (...)

O Sr. Presidente da Mesa (Antonio Carlos Valadares) - (...) **V. Ex^a ainda dispõe de 2 minutos para o término do seu discurso**, tendo em vista que V. Ex^a ofereceu esse parecer sobre uma mudança no Regimento. (...)

(...) A Presidência garantiu e garante **o direito das lideranças de falarem de acordo com a prerrogativa regimental** (...)”¹¹⁴ [grifos nosso]

O tempo da fala é determinado, controlado, cronometrado, mas em alguns momentos o presidente da sessão ignora esse tempo e concede a parlamentares que lhe interessam um tempo maior do que o previsto, em outros o pronunciamento é interrompido bruscamente por falta de som no plenário, ou mesmo não é registrado pelos taquígrafos. Enfim: a comunicação é truncada, bloqueada, ignorada, não registrada. Como no exemplo abaixo, quanto à questão do tempo regimental, onde o

¹¹³Comissão composta pelos Senadores Coutinho Jorge (PSDB/PA), Eduardo Suplicy (PT/SP), José Eduardo Dutra (PT/SE), Ademir Andrade (PSB/PA) e Sebastião Bala Rocha (PDT/PA).

¹¹⁴Trecho do pronunciamento do Senador Ademir Andrade do PSB/PA. Em 05/04/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

senador ironiza a falta de tempo do regimento para dizer que a Reforma agrária não pode esperar mais, pois “*mesmo que seu tempo na tribuna tenha se esgotada há 10 minutos, a reforma agrária já espera há mais de 100 anos*”¹¹⁵ O efeito particular desse tropo é evidenciar que, de fato, a reforma agrária nunca foi levada à sério pela elite política, independente do quanto se fale ou se silencie sobre a mesma.

Também há normas quanto à postura frente aos colegas, “não sendo permitido falar de costas para o colega da Mesa”¹¹⁶, ou se ausentarem sem o respectivo pedido de licença. E os políticos usam de todas essas prerrogativas a seu favor, no interesse das teses que defendem ou criticam, conhecendo não apenas o regimento que estipula as regras do jogo organizacional parlamentar mas dominando as regras da oratória. Assim, entre tantos fatos ocorridos na vida política do Brasil, nossos senadores conhecem, alguns mais, outros menos, os domínios da oratória, a arte do convencimento, buscando com seus discursos persuadir, convencer, explicitar suas idéias e realizá-las com finalidades diversas. Alguns chegam mesmo a explicitar o funcionamento de algumas dessas regras para mostrar que sabem como se constrói uma peça discursiva, mostrar que os discursos são peças que possuem exórdio (introdução), desenvolvimento e peroração (epílogo, parte final do discurso) e o que vai ficar na cabeça das pessoas é o que é dito por último, tática muito bem dominada, por exemplo, pelo senador Bernardo Cabral que aproveita as palavras de outro colega para realizar a finalização de seu discurso:

“(...) vou concluir. No campo da oratória, quando o orador começa seu discurso sempre se preocupa com o final; embora a peroração seja a peça que vai ficar na mente daqueles que o ouvem, verifico que não preciso encerrá-lo: O Senador Josaphat Marinho acaba de completar meu discurso. Se tivesse eu alguma dificuldade em aqui plantar as palavras finais, estaria em terreno fértil. Por isso, vou ao incorporá-lo ao meu discurso (...)”¹¹⁷.

Na construção de suas estratégias os senadores vão se aglomerando com seus pares de apoio e criando, entre concordâncias e discordâncias, um terreno comum para votação das leis, procurando lapidar as falas parlamentares para afinar os discursos do

¹¹⁵Trecho do pronunciamento do Senador Edison Lobão do PFL/MA. Em 27/08/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹¹⁶Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy – PT- Partido dos Trabalhadores/São Paulo. Em 01/02/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹¹⁷Trecho do pronunciamento do Senador Bernardo Cabral- Sem partido AM. Em 11/10/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

grupo o máximo possível, criando certa coesão aos argumentos de uma maioria nos assuntos em pauta para discussão.

As finalidades de um pronunciamento são as mais diversas possíveis. Entre elas a de acusar, de defender, mas, acima de tudo, explicitam uma vontade de levar os atores sociais a “agir”.

Assim sendo, por alguns exemplos constata-se uma retórica que conclama à “ação”, instiga o governo FHC a reagir, a “*fazer alguma coisa*”, a manifestar “*vontade política*”, a “*sair da retórica para a ação*”. A oposição insiste nessa ação como forma de instigar o governo a tomar qualquer iniciativa, os governistas dizem que querem logo agir, mas essa ação é sempre no sentido de implementar as propostas do programa de assentamento do partido governista do PSDB, no caso de FHC – 1995-2002 - ou mesmo inocentar o Presidente FHC pelos episódios “*emblemáticos*” de Eldorado Carajás e Corumbiara. Isso fica claro em dois trechos distintos, onde cada grupo conclama o governo a agir, mas cada um vislumbra um “agir” diferenciado:

Suplicy (oposição):

“(...) Cresce a impaciência com o abandono da agenda social tão nítida e claramente definida no discurso de posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi ele quem apontou a “falta de justiça social” como “o grande desafio do Brasil neste final de século”. Fernando Henrique convocou, então, “um grande mutirão nacional para varrer do mapa do Brasil a miséria e a fome”. É mais do que tempo de transformar a retórica palaciana em prática de governo. (...) Já passa da hora de resgatar a dívida social. Ou se começa a fazê-lo já ou o país estará condenado a ouvir, a cada posse presidencial, o lamento: “Falta justiça social”. (...)”¹¹⁸

Sérgio Machado (defesa do governo):

“(...) A nós, parlamentares e sociedade, cabe o desafio de, cada vez mais, trabalharmos para implantar a verdadeira reforma agrária, para resolver os problemas sociais e gerar desenvolvimento. O Congresso tem que cumprir a sua parte. (...) Essa não é uma questão política, é uma questão social. E como tal, todos nós devemos nos comportar, estar presentes, não só o Congresso, como o Executivo e o Judiciário, para que possamos agilizar esse processo de desapropriação e, o quanto antes, implantar a reforma agrária, o grande projeto do Governo Fernando Henrique. Sua Excelência, sim, tem tido coragem de enfrentar os desafios. Por intermédio da estabilização, fez o maior processo de distribuição

¹¹⁸Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy do PT/SP. Em 23/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

social deste País, e é nessa linha que temos que avançar. (...)Muito obrigado.”¹¹⁹
[grifos nossos]

“(...) .Temos que sair da retórica e ir para a ação. Essa é uma responsabilidade de todos nós. Temos que sair daquela posição cômoda de perguntarmos o que o Governo pode fazer por nós, mas o que todos poderemos fazer em benefício do Brasil.Era o que tinha a dizer.Muito obrigado.”¹²⁰ [grifos nosso]¹²¹:

O “agir” da oposição é no sentido de que o governo faça alguma coisa, o agir dos governistas é o contrário, *“é não esperar o que o governo pode fazer por todos, mas o que todos podem fazer pelo país”*.

Essas combinações estratégicas, esses “lances” retóricos criam também em larga medida momentos cômicos e irônicos da vida política cotidiana, buscam em outros momentos emocionar, comover, criar os efeitos dos chamados sentimentos políticos, conforme analisa Piere Ansart¹²².

Assim, os parlamentares articulam as figuras de linguagem: as inúmeras estórias, anedotas, metáforas, exemplos, fábulas, alegorias e parábolas. É o exemplo do pronunciamento do senador Bernardo Cabral em que o mesmo conta uma estória do Califa Almansor de Bagdá, para compará-lo metaforicamente ao governo federal e para dizer que o governo deve fazer justiça aos proprietários de terra, *“o governo precisa fazer justiça a quem quer um pedaço de terra”*, mas também *“fazer justiça a quem tem terra”*, em suma: *“ser grande para com os sem terra, ser justo para com os proprietários”* é esse o *“caminho que deve ser trilhado no Senado”*, segundo o congressista¹²³.

Todas lances, articulados em sua organização regimental e em seus conteúdos, buscam captar desejos e anseios, visto que têm um auditório amplo e complexo, a atender direta ou indiretamente, quer de eleitores que leem os discursos ou assistem os pronunciamentos, quer de outros atores sociais aos quais os políticos devem satisfação por conta de interesses eleitorais específicos, tanto em defesa popular dos Movimentos

¹¹⁹Trecho do pronunciamento do Senador Sergio Machado PSDB/CE. Em 19/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹²⁰Trecho do pronunciamento do Senador Sergio Machado PSDB/CE. Em 19/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹²¹O referido senador se desligou de seu partido de origem, o PP – Partido Progressista/AM, em 24/10/1995, ficando a partir dessa data sem partido.

¹²²ANSART, Pierre. *“Mal-estar ou fim dos amores políticos”*. Trad. SEIXAS, J.A. Revista História & Perspectivas, 2002. p. 62

¹²³Trecho do pronunciamento do Senador Bernardo Cabral- Sem partido AM. Em 01/11/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

Sociais, tanto em defesa dos proprietários de terra, pois a voz do parlamentar na tribuna não é a voz isolada de um político, é a voz social dos grupos e dos interesses aos quais ele se vincula. O lugar do orador caracteriza um “ethos”, o lugar que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, mais especificamente no caso do político, inspirar confiança na opinião pública, no seu auditório eleitoral.

Já esclarecemos que os pronunciamentos, embora ditos levando-se em conta um auditório amplo e complexo a que visam, na maior parte das vezes atinge um número reduzido de ouvintes¹²⁴. Entretanto, a partir de tais registros, ainda que apareçam na internet de forma totalmente pulverizada e fragmentada, permitem, com um pouco de esforço, olhar crítico e organização, perceber as continuidades e linhas centrais da discussão temática da reforma agrária, além de diversas questões políticas do cotidiano brasileiro.

Assim é que, das análises empreendidas, captamos algumas das funções de tais registros, com plenário vazio ou não: relatar e fazer promoções pessoais ou elogios a colegas e ações de outrem (relações pertinentes ao gênero retórico demonstrativo), registrar os fatos da mídia concordando, discordando e/ou acrescentando pontos de vistas pessoais que possam endossá-los ou rechaçá-los, registrar os resultados de relatórios e visitas realizadas por comissões de senadores por todo país, e sobremaneira pelas leituras dos jornais. Há uma preocupação constante com a opinião pública, e nesse sentido várias das chamadas “pesquisas de opinião” são divulgadas e lidas em plenário. Há uma busca constante de perceber e captar os sentimentos da massa para saber como conduzir o jogo, para articular os próximos lances.

Os pronunciamentos também se tornam, pelo menos em termos políticos, algum tipo de “prova”, de “registro” do que um senador falou ou não falou, como é o caso da senadora Benedita da Silva que ao final de um pronunciamento reforça que “*o meu discurso está escrito e existem as notas taquigráficas*”¹²⁵. É assim que encontramos, por exemplo, em nossa massa documental, registro de Relatório de assentados encaminhado por Francisco Graziano ao Senado¹²⁶, leitura da carta da amazônia que discute os

¹²⁴Não tivemos condições de avaliar neste trabalho condições de produção-recepção de tais pronunciamentos

¹²⁵Expressão usada no pronunciamento da senadora Benedita da Silva do PT/RJ de 18/04/1996.

¹²⁶Documento anexado ao pronunciamento do senador Suplicy do PT/SP de 11/10/1995.

problemas da reforma agrária nessa região específica¹²⁷, relatório dos mortos da chacina de Eldorado Carajás com opinião dos legistas¹²⁸, carta que o líder João Pedro Stédile enviou ao presidente Fernando Henrique Cardoso¹²⁹, relatório de visita ao Pará no caso Eldorado de Carajás¹³⁰, entre outros. Interessante observar, por exemplo, que os senadores estão sempre alertas à opinião pública expressa na mídia, como exemplo da leitura de pesquisas que apontavam a variação de aprovação da opinião pública sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso, em que a senadora Júnia Marise do PDT comentou a pesquisa que revelava que “*a população está descrente! A população está insatisfeita e reprovava o governo federal!*”¹³¹; ou o exemplo do relatório sobre o assentamento da reforma agrária encomendado pela CNA- Confederação Nacional de Agricultura sobre Reforma Agrária, ao Vox Populi: caracterizando os projetos de assentamento do Incra em 20 de agosto do corrente ano, lido e comentado pelo senador Odacir Soares¹³²; ou mesmo nas sessões legislativas de fim de ano, o balanço de todos os projetos, aprovados ou rejeitados, realizado por alguns senadores para fins de oposição ao governo, mostrando que eles [os presidentes] não fizeram nada, ou para elogiá-los pelas obras empreendidas. Em um pronunciamento, o senador Gilberto Miranda, comentando a mesma pesquisa do Vox Populi sobre os assentamentos, acrescentou que “*não faz sentido falar em Reforma Agrária a partir de pressupostos românticos e ultrapassados*”¹³³, relatório de visita da comissão de senadores a Ourilândia no Pará e relatório da CPT – Comissão Pastoral da Terra sobre número de mortos nos conflitos agrários¹³⁴, reflexões e impressões pessoais dos senadores durante a marcha a Brasília empreendida pelos trabalhadores sem terra ocorrida em 17 de abril de 1997, entre outros.

Interessante observar que, nos depoimentos de registros dos fatos, os senadores procuram inserir conversas e outras vozes de diálogo, que visam produzir, artificialmente com esse gesto, uma espécie de reprodução das “vozes do povo”, com a

¹²⁷Documento anexado ao pronunciamento do senador Nabor Júnior do PMDB/AC de 17/10/1995.

¹²⁸Documento anexado ao pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP de 23/04/1996.

¹²⁹Documento anexado ao pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP de 12/01/1996.

¹³⁰Documento anexado ao pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP de 24/04/1996.

¹³¹Pesquisa anexada no pronunciamento da senadora Júnia Marise do PDT/MG de 29/05/1996.

¹³²Documento anexado pelo senador Odacir Soares, PFL no pronunciamento do dia 04/09/1996.

¹³³Trecho do pronunciamento do senador Gilberto Miranda, PMDB/AM. Em 20/11/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹³⁴Documento anexado ao pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP de 17/01/1997.

finalidade de captar e generalizar os sentimentos, os desejos, as expectativas e frustrações populares que podem ser aproveitadas no jogo político, tanto pela oposição quanto pelo governo, mas que em geral são melhor aproveitadas pela oposição. Júnia Marise, por exemplo se utiliza dessa descrição no caso da Marcha dos Sem terra:

“(...).estivemos pela manhã recebendo os trabalhadores sem terra e pudemos percorrer a Esplanada dos Ministérios até a rodoviária, conversando com alguns deles. (...) acreditamos que o Governo, que tem todas as condições, porque é dono do Tesouro e tem a caneta na mão, é o responsável por este momento histórico que o País está vivendo. Certamente cabe a ele, neste momento, dizer ao Brasil que o seu Governo vai assumir a responsabilidade histórica de promover a revolução social da reforma agrária no nosso País”¹³⁵.
[grifos nossos]

É importante que a senadora registre que esteve com os sem terra, marchou com eles, conversou com eles, o que nesses dizeres cria um lugar para o orador que é o de proximidade com o movimento, que tem efeito sobre seu ethos, proximidade esta que lhe permite afirmar que, compartilha com os participantes do movimento “*o sonho de reforma agrária*”.

A Senadora Emília Fernandes do PTB/RS assim se pronunciou a respeito de sua impressões sobre a Marcha de 1997: “*estivemos lá, caminhamos, oramos e cantamos com os trabalhadores sem terra*”¹³⁶, utilizando-se da expressão para criar a idéia de compartilhamento do problema com tais manifestantes, ressaltando que a marcha tinha a finalidade de que o governo resolvesse a questão agrária com vontade política, num momento onde se continuava convivendo com a impunidade, a indiferença.

Nesse mesmo contexto, por ocasião da Marcha, é interessante observar o alerta do senador Pedro Simon, que em resposta à marcha disse que, a única coisa que se poderia esperar do presidente FHC era um pronunciamento, uma resposta, pois, segundo o mesmo autor, “*fazemos um pronunciamento e achamos que cumprimos nossa parte*”¹³⁷

Inúmeras vezes alguns senadores questionam o sentido, os significados de suas palavras, ou mesmo a falta de sentido delas. Se o jogo político está demarcado por

¹³⁵Trecho do pronunciamento da senadora Júnia Marise, do PDT/MG. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹³⁶Trecho do pronunciamento da senadora Emília Fernandes do PTB/RS. Em 18/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹³⁷Trecho do pronunciamento do senador Pedro Simon do PMDB/RS. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

forças econômicas ou de outro tipo, qual o sentido dos debates e pronunciamentos que são proferidos? Deveria ser o de convencimento e persuasão, mas se todos já estão convencidos e persuadidos previamente por motivos que não sejam o uso da palavra, qual o sentido de tais discursos? Questionamentos que assumem nesse exemplo, o tom de desabafo e questionamentos. Como é o caso do senador Humberto Lucena que se pergunta em certo pronunciamento: “há problemas de auditório, estou falando a quem?”¹³⁸ ou mesmo Ramez Tebet que despeja uma lista de problemas brasileiros sobre educação, saúde, violência, criminalidade e conclui, usando o tom do desabafo como uma comoção, que espera que seu pronunciamento sirva pra alguma coisa, uma vez que também não traz soluções para o problema da reforma agrária:

“ (...) Não trago soluções, pois elas são difíceis, tendo em vista a gravidade dos problemas. Mas eu disse, no início de meu pronunciamento, que era um desabafo que, oxalá, possa servir para algo. (...)”¹³⁹

Mesmo exemplo do aparte do senador Ernandes Amorim ao pronunciamento do colega Casildo Maldaner, questionando “para que serve” ou “qual a função do Senado”, onde é lembrado pelo colega que “os esquemas são complexos, mas todos eles tem seus fundamentos”

“(...). Nesta Casa não está havendo interesse em contribuir para que mude essa política, para que sejam apuradas essas irregularidades, para que haja crédito barato para o agricultor, para quem quer produzir. (...). O Senado deveria estar representando os Estados, com três Senadores para cada Estado. Deveria ser uma Casa de equilíbrio, que deveria estar decidindo em favor de esclarecer e apoiar o desenvolvimento. Mas ele não apóia o desenvolvimento. A maioria das palavras que falamos aqui não tem fundo, não tem objetivo. (...) O Sr. Casildo Maldaner - Veja bem, Senador, como os esquemas são complexos. Na verdade, todos eles têm o seu fundamento. (...) Somos questionados, ouvimos isso nas bases e precisamos ser a ressonância dessas palavras. (...)Então, parece-me que o fundamental é buscarmos acelerar a reforma agrária, (...).”¹⁴⁰

Assim, os discursos se organizam dentro de uma lógica procedimental, com finalidades diversas e organizações distintas, em que o domínio da oratória consubstancia-se, entre suas várias funções, também numa tentativa (nem sempre clara)

¹³⁸Trecho do pronunciamento do senador Humberto Lucena do PMDB/PB. Em 11/10/1995.

¹³⁹Trecho do pronunciamento do senador Ramez Tebet do PMDB/MS. Em 30/10/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁴⁰Trecho do pronunciamento do senador Casildo Maldaner do PMDB/SC. Em 19/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

de convencer, de levar os grupos a “*agirem*”. Dessa forma, é muito comum vermos inúmeras expressões que insistam numa tópica “antiretórica”, para que todos “saíam do terreno da oratória” e “partam para a prática”. Essa divisão entre a retórica e a prática vem do conceito do senso comum, que concebe o significado do termo retórica como algo pejorativo, totalmente separado da experiência prática. É o que Aristóteles¹⁴¹ concebeu como o uso pejorativo que foi dado ao conceito de retórica, mas que, de certa forma, é o que prevalece. Também no entendimento do jogo político, esse “agir” assume significados diferentes. Para a oposição o “agir” adquire significado de “fazer algo”, de realizar a reforma agrária, para governistas o “agir” está quase sempre vinculado à expressão “fazer cumprir a lei”. E entre “*fazer reforma agrária*” e “*fazer cumprir a lei*”, há uma grande distância. Vejamos o exemplo de um trecho dos governistas em defesa “*desse sair da retórica*” para uma “ação de cumprimento da lei”, fundamentada na idéia de que *a questão da reforma agrária é um problema social, e não um caso de polícia*”¹⁴²

A tópica “antiretórica” se encontra em inúmeros discursos, como por exemplo na tese governista que perspassa inúmeros discursos de que a reforma agrária necessita ser municipalizada. O entendimento do que significa essa municipalização também gera entendimentos diversos. Para os defensores de FHC a municipalização significa “desapropriar, assentar o colono e municipalizar”, “*municipalizar a reforma agrária significa co-responsabilizar os municípios, co-responsabilizar a região em favor de uma solução pacífica, prática e objetiva, não delegando simplesmente ao governo federal*”, essa “*municipalização não implica só em dar conselhos, mas a participação das prefeituras como parceiras efetivas dos investimentos nos assentamentos*”, e:

“Não temos dúvida nenhuma de que essa forma de municipalização, de parceria, essa forma de co-responsabilização dos Municípios e Estados em relação à problemática da reforma agrária seria a solução real, possível e viável. **Queremos, insisto, sair do discurso para a prática, para a operacionalidade efetiva.**”¹⁴³
[grifos nossos]

¹⁴¹Aristóteles. Arte Retórica e Arte Poética. Tradução Antonio P. De Carval. Coleção Universidade. Edições de Ouro.

¹⁴²Trecho do pronunciamento do Senador Bernardo Cabral- Sem partido AM. Em 11/10/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁴³Trecho do pronunciamento do Senador Coutinho Jorge PSDB/PA. Em 28/05/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

Também incentivando a ação dos governistas, o exemplo abaixo, de “sair” da “retórica” para “prática”, como uma defesa das ações de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde busca compartilhar responsabilidade com outros setores, dizendo que “*reforma agrária não é responsabilidade só do governo federal*” e isentando o presidente da república de culpa no caso do Pará:

“(…). Temos que sair da retórica e ir para a ação. Essa é uma responsabilidade de todos nós. Temos que sair daquela posição cômoda de perguntarmos o que o Governo pode fazer por nós, mas o que todos poderemos fazer em benefício do Brasil. Era o que tinha a dizer.”¹⁴⁴ [grifos nossos].

Essas considerações entre separar retórica e prática não consubstancia nossa análise, pois, o que vislumbramos metodologicamente é que, em algum momento, o pensamento tem que fundamentar (ou se encontrar em algum ponto) com a ação, as chamadas práticas discursivas. E mesmo dos vários pensamentos empreendidos algum deles se tornará vitorioso ou forte o suficiente para motivar a ação. Daí as reflexões de Pocock ao considerar pensamento e fala, interação entre experiência e discurso, ainda que o discurso queira escorregar sutilmente para aquilo que se nega a declarar:

“A linguagem interage com a experiência e fornece as categorias, a gramática e a mentalidade por meio das quais a experiência tem de ser reconhecida e articulada. Ao estudá-la, o historiador aprende como os integrantes de uma sociedade eram capazes de perceber a experiência, que experiências eles eram capazes de perceber e que respostas à experiência eles eram capazes de articular e, conseqüentemente, efetivar”¹⁴⁵

Essa afirmação é confirmada inclusive pela criação dos chamados neologismos gramaticais ou conceituais, ou a gramática da reforma agrária para conceitos e explicações, tais como: “*reforma agrária às avesssas*”, “*reforma agrária da reforma agrária*”, “*nova reforma agrária*”, “*reforma agrária invertida*”, ou mesmo a expressão usada pelo senador Romero Jucá do PSDB/RR usando o termo “*terras invadíveis*”. Existe esse tipo de terra? Existem terras que se pode invadir e outras não? De qualquer forma, o senador se dá conta de sua expressão e a utiliza como um neologismo, sugerida

¹⁴⁴Trecho do pronunciamento do Senador Sérgio Machado do PSDB/CE. Em 19/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁴⁵POCOCK, J.G. Introdução: O Estado da Arte e O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: Linguagens do Ideário político. Sérgio Miceli [org]. Trad. Fábio Fernandes- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003. p. 55 e 56.

a partir de sua experiência com a temática e insistindo “*na necessidade de se mudar os índices de produtividade*”, que, na sua opinião, “*não poderia ser o mesmo para todo o país*”, mas “*levar em consideração as peculiaridades regionais*”, argumento este que reforçava sua preocupação com o conceito de quais as terras deveriam ser protegidas de uma possível reforma agrária governamental:

“(...) Essa portaria era no sentido de mudar os índices de produtividade que serviriam de base para definir se as terras produtoras seriam ou não "invadíveis", se existir esse neologismo no processo de reforma agrária brasileira. (...) encaminhem essa luta efetivamente, a fim de que possamos discutir não se a terra deve ou não ser invadida, se a reforma agrária deve ou não ser feita em terras da pecuária, mas sim como iremos fortalecer a nossa pecuária para que ela ocupe um espaço ainda maior na pauta de exportações de produtos brasileiros: temos vocação e competência para isso, e, como foi dito, cresceu o consumo de carne bovina com o Plano Real.(...)”¹⁴⁶. [grifos nossos]

No tema da Reforma da Agrária, os lances são enfáticos, determinados, contundentes, gerando altas doses de subjetivismo à medida que se desenrolam os fatos políticos do Brasil, principalmente em momentos mais dramáticos como os massacres de Corumbiara¹⁴⁷ e Eldorado de Carajás¹⁴⁸, mas perspassam toda construção narrativa, seja do período de Fernando Henrique Cardoso, seja do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Nos primeiros anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso, a ordem discursiva era a de que o presidente “*tinha que agir*”, “*fazer alguma coisa*”. Em 1995 seu pronunciamento de posse e ações iniciais versavam sobre a implementação de programas de assentamento, o lançamento de seu programa de reforma agrária, os debates em torno do conceito e qual projeto seria implantado, os acontecimentos trágicos de Corumbiara em 14 de julho de 1995 e o episódio de Eldorado de Carajás em 14 de abril de 1996, os debates de quais as políticas públicas a serem adotadas e a importância de se reformar a legislação agrária. Em 1996, os argumentos de maior

¹⁴⁶Trecho do pronunciamento do Senador Osmar Dias do PSDB/PR. Em 30/06/1997. Trecho do aparte do senador Romero Jucá do PSDB/RR. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁴⁷No dia 14 de Julho de 1995, centenas de famílias ocuparam a fazenda Santa Elina no Município de Corumbiara, no Estado de Rondônia, e no dia 09 de Agosto do mesmo ano aconteceu massacre.

¹⁴⁸Eldorado de Carajás ocorreu na tarde de quarta-feira de 17 de Abril de 1996, no trecho da rodovia PA-150 – a principal do sudeste do Pará e uma das principais do estado, quando os trabalhadores rurais Sem Terra (MST) foram mortos pela polícia militar, que cumpria ordens de desobstruir a via. Houve muitas mortes e diversos trabalhadores ficaram feridos.

ênfase foram “qual tipo de reforma agrária seria realizada”, “*quais os projetos disponíveis*”, a necessidade de se tomar decisões “*urgentes*” e “*como articular todas essas decisões junto ao poder judiciário*”. Em 1996, por conta dos massacres, o Congresso sentiu o impacto dos protestos e pressão realizada pelos Movimentos Sociais e entidades de defesa dos direitos humanos e as insistências discursivas foram no sentido de que, embora urgente, não se podia fazer Reforma agrária “*ao atropelo da lei*”¹⁴⁹. Uma quantidade de projetos foi então desengavetada como forma de conter as “invasões”. Nesse processo, a marcha dos trabalhadores rurais sem terra, em Brasília, a 17 de abril de 1997, foi bastante significativa, obrigando os parlamentares a discutirem mais a matéria.

Essa é uma relação que mostra o Congresso (Senado Federal) atuando a partir das pressões populares, isso possibilita a leitura da busca de sintonia dos parlamentares em relação aos anseios, desejos e expectativas sociais. De todas as formas, fornece indícios que evidenciam que a discussão das leis são frutos da mobilização social e da realidade vivenciada no país e que envolve diversos e inúmeros atores sociais envolvidos no embate pela fixação de direitos e normas, nos mostra que “*a instância judiciária com seus juízes e tribunais, é apenas um dos lugares em que o discurso jurídico se desenvolve e que, para além dele há uma instância legislativa, produtora de leis e ao seu lado a instância dos juristas*”¹⁵⁰. Acrescente-se que a, a opinião pública e os participantes do Movimento Social que exerciam pressão política com suas ações estratégicas também obrigaram o Congresso a atuar e o forçaram a discutir as matérias de interesse popular, ainda que muitos deles se desobrigassem a isso. Em todas essas instâncias se desenvolve o discurso jurídico e todas elas atuam e influenciam nas decisões judiciais, cada uma delas de modo particular, específico, em maior ou menor grau, mas, ainda assim de forma interdependente.

Em 1997, o marco discursivo do Congresso não foi mais a reforma agrária, tanto que, vários senadores se posicionaram em seus pronunciamentos dizendo que “*iriam ter que escolher entre o tema da reforma agrária e da reeleição*” para poder debater. Enquanto as invasões/ocupações aconteciam e o Movimento pressionava, alguns dos

¹⁴⁹Expressão muito utilizada nos pronunciamentos da ala defensora do governo de FHC, ou seja, o PSDB.

¹⁵⁰RICOEUR.P. O justo ou a essência da justiça. Edição Odile Jacob, Instituto Piaget. Outubro de 1995. p.154.

congressistas chegaram a cogitar juntamente com o presidente da república a possibilidade de desarmamento da população. O ano de 1997 foi marcado, de acordo com os Anais do Senado, com os projetos de política agrária que poderiam ser implementados no Brasil entre medidas do executivo e do legislativo. Entre eles, a legislação agrária e a lei do ITR – Imposto Territorial Rural. E 1998 marcou o ano de reeleição, já iniciado em discussões desde 1997. Pouquíssimos políticos debateram ou mencionaram em seus pronunciamentos a questão da reforma agrária nesse período, onde verificamos a preocupação primordial com a reeleição de F.H.C. ainda que com toda a pressão dos Movimentos Sociais.

II

A retórica com arma de guerra

Na formulação de seus interesses, no estabelecimento de suas intenções legislativas, a retórica se transforma numa verdadeira arma de guerra, pois é ela que confere significados políticos na defesa dos interesses dos grupos, tanto em defesa dos Movimentos Sociais, quanto aos ataques a ele realizados. A retórica também é potente exatamente por transfigurar a mobilização de forças determinadas em pressionar o Senado nesta ou naquela direção. É exatamente essa demarcação do campo que aprisiona os jogadores dentro da lógica de atuação política. E é a partir desse mote que vislumbramos algumas das técnicas e táticas empreendidas na construção desses discursos, os quais passamos a exemplificar, de forma sintética, com alguns comentários que achamos pertinentes.

O primeiro que nos chamou atenção foi o **uso da história cronológica como aprisionamento do tema e referência discursiva**. Tais questões vem configuradas, num primeiro momento, pelas explicações históricas que presidem o tema da reforma agrária. Qual a importância da temática? É muito comum que os senadores, em diversos momentos recorram à **ciência histórica cronológica** para criação de um elo de significado entre passado e presente, um elo destinado a inserir suas propostas e argumentos dentro de um contexto tão importante e fundamental como outros grandes marcos da história passada. E aqui começa o primeiro e grave problema: como a história é usada enquanto ciência para justificar e legitimar o poder político, para demarcar a

história dos vencedores em detrimento de uma história dos vencidos¹⁵¹, ou mesmo enfatizar com exaltação esses mesmos vencidos de forma que, muitas vezes, isso também os descaracteriza, onde se é possível verificar os mecanismos pelos quais os discursos políticos produzem um fato histórico visando sua própria legitimidade. A História, nestes casos, faz parte da narrativa, da circunscrição da matéria em seu devido tempo e espaço, assumindo assim o papel de fornecer o pano de fundo da narrativa. Aqui se torna fácil perceber uma linha bem demarcada de como a questão histórica é debatida pelos representantes governistas ou da oposição¹⁵², questão que aparece distintamente na forma com que cada grupo apresenta sua versão histórica de importância do tema, numa tentativa clara de manipulação dos fatos, de “controle da memória”, de “fabricação da história”.

Os anos de 1995 e 1996 foram particularmente importantes para o (re)nascimento dos debates de Reforma Agrária no Congresso Nacional, exatamente pelos episódios acontecidos em Corumbiara e Eldorado Carajás, respectivamente. Tais fatos ocorridos no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso marcaram os discursos políticos sobre a importância de se discutir a temática, a importância de, segundo unanimidade retórica, “*fazer alguma coisa*” em função dos conflitos ocorridos no campo.

O senador Eduardo Suplicy, em seu pronunciamento como oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu, por exemplo, uma explicação histórica quantitativa do tema da reforma agrária, buscando em seu exemplo o número de assentados. As linhas demarcatórias principais de sua argumentação foram:

“(...) Logo após o final do regime militar, no Governo do Presidente José Sarney, em outubro de 1985, (...). Até o final de 1988, haviam sido assentadas 10.505 famílias; ou seja, em quatro dos cinco anos previstos, apenas uma mínima parte dos objetivos - 0,75% - foi realizada. (...) a partir da Constituição promulgada no final de 1988, a reforma agrária não teve progressos significativos. Houve dificuldades para a sua realização. Durante o Governo Fernando Collor de Mello havia a previsão de se assentar 100 mil famílias por

¹⁵¹DECCA, E.S.de. “O silêncio dos Vencidos”. Editora Brasiliense. 2004.

¹⁵²Utilizaremos em todo trabalho as expressões “governistas” e “oposição”. Termos mais apropriados do que as expressões “direita” e “esquerda”. No contexto político brasileiro é importante lembrar que o PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira, da qual o presidente Fernando Henrique foi o presidente de 1995 a 2002, e, portanto era governo, se transformou em oposição a partir de 2003, quando o PT- Partido dos Trabalhadores, de Luís Inácio Lula da Silva, ganhou as eleições e, mesmo com uma trajetória dita de “esquerda”, se transformou em governo. Referências ambíguas e contraditórias do jogo político brasileiro.

ano. Não foi atingida essa meta nos seus três anos de Governo, nem nos dois anos do **Governo Itamar Franco. E agora? (...), será que a situação do Brasil é tão tranqüila para que o Presidente Fernando Henrique se sinta tão amarrado? Amarrado por quem? Será pelos tentáculos dos Partidos que o apóiam? O que fará o Presidente?** Será que a Bancada dos Partidos que apóiam o Governo não dizem a Sua Excelência que se faz necessária a realização da reforma agrária, no mínimo no ritmo que ele próprio prometeu em campanha?” (...) [grifos nossos]¹⁵³

O trecho acima oferece uma explicação que analisa, segundo a perspectiva do orador, os marcos históricos balizadores do problema: “os momentos de logo após o final do regime militar”, no “Governo do Presidente José Sarney”, em “outubro de 1985”, “final de 1988”, “a partir da Constituição promulgada no final de 1988”, quando expõe que a reforma agrária não teve progressos significativos, “o governo de Fernando Collor de Mello”, o “governo Itamar Franco” até inserir na linha histórica a pergunta com “*E agora?*”, “o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso”.

No ano seguinte, na mesma linha de inserção histórica, logo após o massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 17 de Abril de 1996, outro parlamentar de oposição ao governo, realizou também sua digressão histórica na busca explicativa dos acontecimentos ligados ao campo, momento em que construiu argumentos que procuravam mobilizar a paixão política de seu auditório:

“(...) Recordo-me das ligas camponesas, que, há muito tempo, queriam colocar em prática a Constituição brasileira de 1946, que assegurava a reforma agrária, e foram escoraçadas em suas tentativas. (...). Peço desculpas àqueles companheiros que morreram por não haver mais paixão em minhas palavras, por não demonstrar mais amor por eles que se foram. Mas garanto que se um dia a história não for de indivíduos que usam os outros para se perpetuarem numa história egoísta que reflete o nosso presente, se a história for realmente a história da humanidade, a história do homem em seu processo de aperfeiçoamento, de desenvolvimento, então, todos eles, de norte a sul, as vítimas de hoje serão os verdadeiros senhores da história do futuro”¹⁵⁴. [grifos nossos]

Por fim, nessa mesma linha de busca histórica explicativa, os políticos ainda apresentam, como no exemplo do ex-presidente José Sarney, trechos onde (re)marcam e (re)memoram continuamente seus feitos históricos, enaltecem figuras públicas e ainda recebem elogios de outros senadores que lhe são simpáticos, numa produção histórica

¹⁵³Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy – PT- Partido dos Trabalhadores/São Paulo. Em 04/09/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

¹⁵⁴Trecho do pronunciamento do Senador Lauro Campos – PT- Partido dos Trabalhadores/Distrito Federal. Em 18/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

que se exalta a si mesma e que busca fundamentalmente, através das digressões históricas, fixar marcos, eleger heróis:

“O Sr José Sarney (PMDB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – (...)Hoje vim a esta sessão para relembrar ao País que há 20 anos criávamos o Ministério da Reforma Agrária.

O problema agrário no Brasil sempre despertou grande controvérsia. (...). Na verdade, esse problema que aflorou no século passado vem de muitos e muitos anos. (...) Quando assumi a Presidência da República, há 20 anos, (...) O termo reforma agrária era maldito. Ao falar reforma agrária, a pessoa era tida logo como radical, alguém que não tinha uma visão exata dos fatos e que era contra a propriedade. Tivemos muitas lutas sobre isso. (...)

No tempo do Presidente **João Goulart** (...) a campanha pela reforma agrária era feita de maneira muito violenta, com vários conflitos, e que **surgiu o lema "na lei ou na marra". O Presidente Castelo Branco**, encontrando esse problema latente -- do que naquele tempo era chamado "reformas de base" --, **mandou ao Congresso o Estatuto da Terra.** Era uma lei básica tão boa que atravessou todos esses 40 anos. Mas nada disso conseguiu resolver o problema da terra. **Presenciei várias etapas do problema fundiário no Brasil. (...) Então, naquela época, como Presidente, eu disse: não, nós vamos colocar o nome de Ministério da Reforma Agrária,** vamos desmitificar esse problema, vamos criar o ministério como ele deve ser criado. E demos o nome de Ministério da Reforma Agrária. **Institucionalizamos o enfoque do problema como fundamental, como um problema de Estado. (...)** Infelizmente, até hoje não se pôde resolver completamente o problema. **Vemos em todo o Brasil o que ocorre no setor da terra: um problema quase insolúvel. É difícil porque se choca com uma instituição fundamental da sociedade humana, que é a propriedade.**

Muitas vezes condenamos a propriedade. Mas a propriedade, ao longo da história da humanidade, (...) **O problema da reforma agrária é, portanto, um problema que subsiste. (...)** Mas o que eu queria dizer hoje, aqui, **é que há 20 anos foi criado o Ministério da Reforma Agrária; marcar esta data, lembrá-la e dizer que este é um problema grave, que permanece, um problema de justiça social. (...)**

(...) Na oportunidade quero **agradecer a Nelson Ribeiro, (...), e a José Gomes da Silva, (...)** que também era conhecedor profundo do assunto, um apaixonado. (...) Devo agradecer, primeiro, o fato de esse instituto [se refere à reeleição] não existir quando eu era Presidente da República, porque **eu jamais me aventuraria a uma reeleição. (...)**¹⁵⁵ [grifos nossos]

Por este tipo de análise é que se verifica a construção de uma história oficial, com uma técnica de se acrescentar “ponto por ponto” a uma história factual e cronológica. É esse tipo de história que perpetua, nos dizeres Hayden White, o que o mesmo denomina de o “fardo da história”¹⁵⁶, uma história exaustivamente repetida em

¹⁵⁵Trecho do pronunciamento do Senador José Sarney do PMDB/AP – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Em 29/04/2005. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

¹⁵⁶WHITE, Hayden. *Trópicos dos discursos* [1978], São Paulo, 1994. In: “O fardo da história” e “Interpretação na história”.

nosso dia-a-dia congressista, marcada entre outras coisas pelo registro de nossas **datas comemorativas**. No caso da Reforma Agrária pelas seguintes datas: Dia da mulher com homenagem à Diolinda (mulher do líder do MST José Rainha quando a mesma se encontrava presa e a oposição através de inúmeros pronunciamentos acompanha seu caso desde sua prisão em 25 de janeiro de 1995). O dia 1º de Maio como dia do Trabalhador. O dia 25 de Maio como dia do Trabalhador Rural. E outros marcos que vão se formando e se cristalizando na história, bem como enfatiza a senadora Júnia Marise do PDT/MG em explicitar a marcha para Brasília como uma necessidade: “*é preciso fincar esse marco histórico*”¹⁵⁷. E de onde também se percebe a ação popular reiteradamente mencionada pelos partidos de esquerda, como ano após ano na lembrança e nas passeatas na Esplanada dos Ministérios, lembrando ao governo, “*após um ano, o fato ocorrido em Eldorado dos Carajás em 1996*”, lutando por Reforma Agrária, por justiça social, por punição aos culpados da chacina. Ou mesmo em 1998, lembrando após “*dois anos omissão do governo*”, e assim sucessivamente, rememorando episódios, cobrando providências, incitando os ânimos. Conclusivamente, as falas explicitam que nenhum governo, de fato, tenha conseguido fincar esse marco: o da reforma agrária. Nesse sentido, bem confirmada é a frase do senador Cristovam Buarque ao perceber e argumentar que, no Brasil, a Reforma Agrária sempre foi e ainda é uma “*tarefa incompleta*”.

Os pronunciamentos diários de nossos senadores também chamam a atenção para o tom emotivo que os discursos políticos assumem. A **comoção**. Vale ressaltar o tom emocional que os oradores se utilizam em suas palavras, numa tentativa de emocionar, na necessidade de obter confiança, de suscitar orientações afetivas que os partidos e os políticos procuram empreender. Conforme P. Ansart:

“a tarefa mais difícil que se impõe ao partido consiste em descobrir, nestas sociedade tão rica em vínculos contraditórios, as mensagens que podem ainda suscitar a emoção dos receptores indiferentes. É preciso levar ao extremo a virulência das denúncias, associar ao adversário as imagens de violência e de morte, designá-lo como agressor irracional, mobilizar contra ele os temores e, em contrapartida, aparecer com a potência de vida ou, pelo menos, como garantia de se evitar o pior. A antítese da morte e da vida, constitui uma trama fundamental desta polêmica mobilizadora: o adversário é incapaz de assegurar a vida da nação, ele sufoca as forças vivas, aumenta os sofrimentos, prepara a guerra civil. O partido

¹⁵⁷Trecho do pronunciamento da senadora Júnia Marise do PDT/MG. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

que se exprime assegurar o despertar da nação, liberará o cidadão da opressão. Através dos discursos são evocados os fantasmas primordiais da morte e da vida, são negociadas as relações que cada um mantém com sua morte e esperanças de vida”¹⁵⁸.

Essa necessidade de emocionar é que gera uma diferença significativa entre os discursos. Por ela, verificamos que algumas falas são mais racionais, comedidas, geralmente denotando posicionamentos favoráveis aos projetos do governo FHC. Isso nos remete à afirmação de Ansart que, “*em política os amores mais visíveis dizem respeito ao locutores mais barulhentos/tumultuosos: os partidos, os líderes da maioria ou da oposição*”¹⁵⁹.

A questão da emotividade é confirmada, por exemplo, no pronunciamento de Ademir Andrade, quando o mesmo noticia mais uma morte de trabalhador rural sem terra, ocorrida em Ourilândia no Pará, afirmando que “*está triste*” porque enquanto senador “*tem que ir lá de novo*”, ou seja, realizar nova visita para comprovar o óbvio, e em seus dizeres “*o óbvio é que FHC não está nem preocupado com reforma agrária*”, pois, em 1997, sua única preocupação já era a reeleição, e a senadora Marina Silva do PT/AC completa que “*muita gente acha que a oposição gosta de um cadáver para chorar*”, mas em seus dizeres, é o governo que “*estimula as invasões quando não age de maneira antecipada*” e a questão de terem que realizar tais denúncias é que “*fato concreto é que não há punições*”¹⁶⁰. Em outro pronunciamento, o defensor mais ardoroso do governo, senador Geraldo Melo insiste na questão ao afirmar que “*não podemos nos preocupar só com os sem terra, pois o sem terra de hoje é o pequeno proprietário de amanhã*”, que a “*vanguarda pode até existir reivindicando o impossível para que o possível possa existir*”, que “*pode até existir vanguarda*”, mas “*o papel do senado é defender a lei e a constituição*”, pois, “*é o governo que comanda a reforma agrária*”. Tem “*uma parcela do senado que martela, fala muito*”, mas “*não é esse o sentimento do senado*”¹⁶¹, pois “*não se pode aceitar invasão: o governo é que comanda*

¹⁵⁸ANSART, Pierre. “*Mal-estar ou fim dos amores políticos*”. Trad. SEIXAS, J.A. Revista História & Perspectivas, 2002. p. 62.

¹⁵⁹Idem. p 76.

¹⁶⁰Expressões extraídas do pronunciamento do Senador Ademir Andrade, PSB/PA, em 15/01/1997. Aparte realizado pela Senadora Marina Silva do PT/AC. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

¹⁶¹Expressões extraídas do pronunciamento do Senador Geraldo Melo PSDB, em 22/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

o programa”, tem que “*respeitar a lei: não pode escolher qual lei cumprir. Não se pode fazer reforma agrária ao atropelo da lei*”. E em aparte, seu companheiro Elcio Alves do PFL – Partido da Frente Liberal do Espírito Santo elogia o colega completando que o mesmo é “*lúcido, racional, ponderado, não se deixa levar por sentimentalismo*”¹⁶². Insistindo no argumento de que “*reforma agrária é projeto do governo e, só por ele pode ser implementado*”.

Há também posturas parlamentares extremamente volúveis dentro do Congresso. Políticos que constroem discursos tão fluidos e vagos que não permitem identificar inicialmente os interesses do que está sendo defendido ou criticado, ou que, ao longo do tempo realiza mudanças drásticas em suas idéias, demonstrando que o parlamentar não está preocupado em apresentar nenhum tipo de coerência discursiva. Isso foi verificado por nós dentro do PFL – Partido da Frente Liberal, que, nos recortes temporais analisados, ora se aproximaram dos discursos dos governistas, ora deles se afastaram. Não mantendo uma constância quer seja de oposição quer seja de defesa do governo, mas jogando com a construção dos discursos de acordo com as intenções políticas do momento.

Outra técnica empreendida é a **eleição de heróis e escolha de símbolos. A figura dos exemplos**. Muito comum a recorrência a heróis e mártires da história, na tentativa de inserir os novos atores da cena social, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra no cenário da luta pela posse da terra, daí também relembrando constantemente episódios históricos já ocorridos como: Canudos, Contestado, e outros. Citando quem se considera os “mocinhos” ou exemplificando os “vilões”. Uma estruturação maniqueísta dos discursos pela dupla via do elogio e do vitupério próprias do gênero retórico demonstrativo. A oposição compara tais agentes aos mártires e heróis, os governistas muitas vezes os associam a vilões, ou como no caso do senador Jefferson Peres que disse que “*tem muito sem terra disfarçado de cabo Anselmo*”, procurando criar em sua definição uma associação histórica na tentativa de criar uma imagem de “bode expiatório”:

¹⁶²Expressões extraídas do pronunciamento do Senador Geraldo Melo, PSDB/RN, em 22/04/1997. Aparte realizado pelo Senador Elcio Alves do PFL/ES. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

“ (...) a suspeita de que, no Movimento dos Sem-Terra, devem estar infiltrados de vários "cabos anselmos". Anselmo, para quem não se lembra, foi aquele agente escolhido pelos órgãos de segurança, na Associação dos Cabos e Sargentos, para radicalizar o movimento, exacerbá-lo e levar as Forças Armadas à reação que todos conhecemos, de 1964 (...)”¹⁶³

Alguns senadores insistem nessa dicotomia do bem e do mal, outros procuram reafirmar a idéia de que não há o lado dos “bons e maus”. Senão vejamos algumas diferenças da construção discursiva nos trechos que se seguem:

“O Sr. Geraldo Melo (PSDB/RN em aparte ao discurso do senador Suplicy) – (...). (...) Imagino que, se quisermos lidar com esses problemas com a responsabilidade e a seriedade que o Brasil exige de todos nós, precisaremos exigir que a lei seja aplicada, que criminosos vão para a cadeia e que sejam combatidas, com toda a firmeza e com toda a dureza, as verdadeiras quadrilhas que estão à sombra do poder, armadas pelo Estado ou pelas instituições para praticarem violência e assassinatos vulgares. Mas que não se tire daí a lição de que, de um lado, estão apenas os santos e os puros e, de outro lado, os bandidos, contra quem é justo fazer tudo o que se queira fazer e contra quem seria justo praticar tudo que se quisesse praticar. Não podemos tratar com essa generosidade um movimento organizado, para o qual não têm faltado recursos nem apoio neste País, e tratar com a severidade que transparece nas palavras de V. Ex^a os proprietários de terra pelo simples fato de serem proprietários (...)

Aparte Eduardo Suplicy PT/SP: (...) Quisera estivéssemos aqui no Senado Federal ouvindo a conclamação daqueles que participaram do IV Encontro Nacional dos Trabalhadores sem-Terra, realizado em julho último em Brasília, quando disseram: **"Che, Zumbi, Antônio Conselheiro, na luta pela terra somos todos companheiros!"**. Quantas vezes precisaremos ver pessoas como Chico Mendes, Zumbi de Palmares, Antônio Conselheiro e tantos outros, mortos, para que se faça justiça com a terra em nosso País?"¹⁶⁴ [grifos nossos]

Ou mesmo o trecho que se segue:

“O Sr. Eduardo Suplicy - (...) A foto publicada na imprensa, na primeira página, por exemplo, do Jornal do Brasil e do Jornal da Tarde, na Folha de S. Paulo, no Estado de S. Paulo e outros jornais faz **lembrar acontecimento da nossa História, como os de Domingos Jorge Velho, exterminando o Quilombo de Palmares, e os de Canudos, descrito por Euclides da Cunha em Os Sertões**. Seria de se esperar que ao final do século XX não tivéssemos mais situações como aquelas: uma fileira de cinquenta, sessenta soldados da Polícia Militar com espingardas apontadas para trabalhadores sem-terra que carregavam enxadas, foices, instrumentos de trabalho e até uma garrafa, que foi flagrada no ar, lançada pelos trabalhadores em direção aos policiais, sem que houvesse registro, por parte do

¹⁶³Trecho do pronunciamento do senador Jefferson Peres do PSDB/AM. Em 21/06/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁶⁴Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy – PT- Partido dos Trabalhadores/São Paulo. Em 04/09/1995. Aparte do Senador Geraldo Melo do PSDB/RN. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

fotógrafo ou do repórter, de que aquela garrafa tivesse ferido qualquer dos policiais”¹⁶⁵.

No caso dos governistas que querem causar o descrédito do Movimento, a tática é a de rebaixamento, de humilhação do grupo, evidenciando o caráter “autoritário” do Movimento, associando-os a “invasores”, propugnando pela “lei e a ordem”, ainda que mantenham (ou sejam obrigados a manter!) no início dos seus discursos um certo apreço ao grupo, mas que logo são seguidos pelas afirmações de peso, seguidas de conjunções adversativas “mas”, “entretanto”, e aí segue-se a argumentação de efeito, que nestes casos, visam desacreditar os participantes do movimento, utilizando-se, estrategicamente, nesses casos, construções que são utilizadas pela voz da Imprensa. Ao usar recortes da imprensa o senador retira sua responsabilidade pessoal sobre tais argumentos:

“O Movimento dos Sem-Terra hoje deve ser **liderado por radicais de extrema esquerda** (...) . (...) É a primeira vez que os sem-terra participam de uma greve geral. Mas não podem falar. "Olha aí, não pode dar entrevista. Se quiser entrevista, fala com um dos coordenadores", avisa um deles, com uma prancheta na mão e muito autoritarismo na voz. Outro diz que dar entrevista "está fora das normas". A vigilância dos coordenadores é opressiva, onipresente. Não se pode puxar conversa com ninguém que logo aparece um deles e adverte: "Não pode dar entrevista". A proibição, argumentam, foi uma decisão coletiva. (...) **nota-se o grau de organização e, como diz o jornalista, de autoritarismo do movimento**. Por outro lado, **os líderes desse movimento, alguns com formação universitária, sabem perfeitamente que a reforma agrária nem sempre pode ser feita da forma que o Governo quer**. Não depende apenas da chamada vontade política, vivemos um estado de direito”¹⁶⁶

Outro “lugar” comum estabelecido é tática de trazer ao discurso a fala de outra pessoa considerada autoridade no assunto ou tema: a **tática da autoridade científica**. Nessa hora as citações e os professores da Academia são sempre muito bem vindos, pois essa tática busca oferecer credibilidade ao discurso. Senão vejamos um pequeno trecho:

“**Mônica Bérghamo escreveu matéria imparcial, extremamente detalhada na revista Veja desta semana**. (...) Eu gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar alguns aspectos graves da concentração da terra no País, a partir de **estudo do Professor**

¹⁶⁵Trecho do pronunciamento do Senador Roberto Requião do PMDB/PR. Em 14/11/1995. Aparte do Senador Eduardo Suplicy – PT- Partido dos Trabalhadores/São Paulo. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁶⁶Trecho do pronunciamento do senador Jefferson Peres do PSDB/AM. Em 21/06/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

Bernardo Mançano Fernandes, da UNESP - Universidade do Estado de São Paulo, que escreveu um ensaio sobre os donos da terra e do poder, mostrando a história da grilagem das terras na área do pontal do Paranapanema. Diz ele: "... A mídia regional ainda não fez uma matéria sobre a história da grilagem de terras da região. (...)".¹⁶⁷ [grifos nossos]

Aqui é possível perceber, no uso dessa tática, as noções de ciência e autoridade científica como fonte do saber, como fator de credibilidade. O saber popular é desqualificado e o saber científico enaltecido, desde que evocado para reforçar determinadas teses ou argumentos que interessem ao político em questão, a ciência é colocada assim a serviço da política, mediando determinados interesses.

Outra tática utilizada, principalmente pelos políticos governistas é **o uso insistente das estatísticas**. Também é lugar de autoridade correlato da ciência, pois a estatística evidencia o ethos da objetividade, da imparcialidade, da racionalidade. Essa tática foi extremamente difundida pelos governistas, principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Uma quantidade de relatórios e listas de assentamentos. No pronunciamento do senador Lúcio Alcantara do PSDB/CE, por exemplo, o mesmo apresenta um relatório imenso que, segundo ele, foi o apresentado pelo presidente do Incra, o Sr. Francisco Graziano (cujo antecessor foi o sr. Brasília). O sr. Francisco Graziano apresentou uma lista com o número de assentados. Motivo pelo qual o senador governista afirma *"não ver mais sentido e motivo para invasões"*¹⁶⁸. É como se, a simples evidência estatística, por si só, autorizasse e criasse a realidade em questão. Entretanto, o uso retórico da evidência estatística cria o efeito de verossimilhança.

Em outro exemplo, o senador Eduardo Suplicy demonstra as fragilidades desses mesmos dados estatísticos, utilizando uma carta do líder dos sem terra, João Pedro Stédile ao presidente FHC onde este relatava que os números apresentados pelo INCRA foram mascarados:

"(...) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a direção nacional do Movimento dos Sem-Terras enviou correspondência ao Presidente da República, assinada pelo Sr. João Pedro Stedile, onde ressalta que recebeu do Presidente interino do INCRA, Dr. Raul do Valle, a relação das 42.912 famílias que teriam sido assentadas em 1995,(..). Esclarece João Pedro Stedile: Nós gostaríamos de

¹⁶⁷Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy – PT- Partido dos Trabalhadores/São Paulo. Em 04/09/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

¹⁶⁸Trecho do pronunciamento do Senador Lúcio Alcantara do PSDB/CE. Em 13/10/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

também lhe explicar os dados: 1-Os dados que nós divulgamos na imprensa, nós colhemos no INCRA, e portanto são oficiais, não inventamos nada. (...)

Portanto, percebe-se, com exemplos discursivos, o quanto a técnica das estatísticas são frágeis, sujeitas a alterações diversas e usadas com finalidades distintas dentro do jogo político. Em um pronunciamento, o senador Ademir Andrade, do PSB/PA desafiava o presidente FHC a provar suas estatísticas, desafiava o presidente a provar que deu um lote sequer a qualquer trabalhador sem terra: *“o que FHC tem feito é regularizar alguns lotes de trabalhadores que brigaram, que lutaram”*. Isso na sua opinião não é reforma agrária¹⁶⁹.

Explorar as divergências entre os grupos, ou explorar as divisões alheias também foi estratégia muito utilizada. Bastante sutil a técnica visa demonstrar que o adversário tem falhas, não está unido, coeso e, portanto, também é passível de fraquezas. Também é lugar de autoridade – *argumentum ad personam*, que tem efeitos sobre o ethos dos adversários. A fala do senador Osmar Dias elucida bem essa tática ao enfatizar a heterogeneidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e ao construir seu argumento de modo a criticar sutilmente o MST ao também criticar o presidente da UDR. Embora não considere legítima a atitude de nenhum dos dois, é somente contra os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra que o senador pediu providências, explorando o argumento de que *“a voz do líder dos trabalhadores Gilmar Mauro, não representava com legitimidade a voz dos sem terra como um todo”*:

“(...) Mas, com certeza, nenhum dos legítimos sem-terra deste País se identifica com o Sr. Stédile nem com o Sr. Gilmar Mauro. Se nós, produtores rurais - sou um deles -, não nos identificamos com o Sr. Roosevelt na pregação da agressão e da violência, também os trabalhadores sem terra legítimos não se harmonizam com as figuras arrogantes e até hipócritas dos Srs. Stédile, Gilmar Mauro e outros líderes que, hoje, são os verdadeiros estimuladores dos conflitos. (...)

O Sr. Osmar Dias (PSDB-PR) - **Eles [as lideranças dos Movimentos] falam diariamente para ver quem consegue a frase do dia na Folha de S.Paulo, na imprensa!**

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco-PT-SP) - Mas, naquele momento, as vozes saíram de diversos **outros líderes do Movimento dos Sem-Terra, que, na verdade, felizmente, são muitos**. Uma das características do movimento é que, ao invés de terem um presidente, eles têm uma coordenação nacional e estadual de dezenas de pessoas. E uma das características que explicam a força do movimento é a maneira

¹⁶⁹Trecho do pronunciamento do Senador Ademir Andrade do PSB/PA – Partido Socialista Brasileiro. Em 29/11/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

como multiplicam a formação de pessoas engajadas no mesmo, de tal forma que, se **porventura Gilmar Mauro, João Pedro Stédile, Diolinda Alves de Souza ou se José Rainha não puderem falar, surge então um Walter Gomes ou uma porção de outros que ali estão expondo suas idéias.** (...)

O Sr. Osmar Dias: Farei referência dos contrastes existentes entre as lideranças, aquelas que a utilizam muito mais para promoção pessoal. Diz um Líder da UDR: "Quero Gilmar Mauro puxando a invasão. Vamos ver se ele tem coragem ou se vai ser covarde e colocar mulher e criança na frente." Isso é discussão de reforma agrária? Isso é argumento para reforma agrária? Resposta do Sr. Gilmar Mauro: "Eles não se atreveriam. Eles são só meia dúzia. Nós temos muito mais gente. Eles não sabem com quem estão lidando. São gente boa, mas não brinquem com a moral e o sentimento de um povo, porque aí a coisa complica. **Isso é argumento para reforma agrária? Nem de um lado, nem de outro. Por isso, digo que o Sr. Roosevelt não representa os produtores rurais do País. Acredito que não há sintonia alguma entre o Sr. Gilmar Mauro e os legítimos sem-terra deste País.**(...)"¹⁷⁰

A tática acima dissocia a conduta do líder da conduta do restante do grupo, visando cooptar também possíveis novos aliados, explorando os conflitos e as divergências ocorridas dentro do grupo adversário. Por esta conduta fica mais fácil criticar e culpabilizar apenas os líderes, pois, segundo esse discurso "*os trabalhadores são bons, os líderes é que são ruins*", portanto, se há alguém que merece punição esse alguém é o "líder". O exemplo acima também demarca a construção de um ethos próprio aos chamados "*produtores rurais*", um "lugar" que não se associa à palavra "*latifundiário*" que tem uma carga valorativa muito pejorativa; marca também a disputa dos grupos pelo espaço da mídia, disputa pelo poder de mobilização, e, logo, de pressão sobre legisladores e poder judiciário realizado por parte dos movimentos através de suas lideranças.

Geralmente esses discursos que instituem lugares de autoridade vêm carregados de argumentações sobre a ingenuidade, a boa índole, o espírito cordato e pacífico dos trabalhadores que se deixam levar por falsas lideranças. É um discurso que desqualifica a condição de sujeito dos trabalhadores rurais. Esse argumento conduz a outro muito próximo em que insistem diversos senadores, o de que é preciso "*separar o joio do trigo*", separar os "*líderes baderneiros e oportunistas*" do "*verdadeiro trabalhador sem terra*", pois somente esse último merece o apoio do governo, aos outros se aplica os "*rigores da lei*".

¹⁷⁰Trecho do pronunciamento do senador Osmar Dias do PSDB/PR. Anais do Senado Federal. Site de consulta: [HTTP://www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

Na estratégia da **descontextualização discursiva** a fala é passível de ser alterada, (re)traduzida, (re)interpretada, apropriada e expropriada. No jogo político essa técnica¹⁷¹ também é muito utilizada com finalidades variadas ou ambíguas: desacreditar, humilhar, caluniar ou mesmo ocultar e tirar vantagem sobre aquilo que o outro disse. Aqui a tática é se aproveitar de todas as falhas e interferências possíveis na comunicação utilizando-se de mecanismos sutis na articulação do jogo político. A senadora Marina Silva tem um pronunciamento em que põe às claras essa tática, quando afirma que “*estão descontextualizando as falas de João Pedro Stédile*”, líder do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra e que, segundo a oradora, é uma “*tentativa de jogar a opinião pública contra o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*” e que “*a bancada governista se aproveita desse tipo de descontextualização para minar a causa do Movimento Social de luta pela Reforma Agrária*”:

“(…) refere-se a um fato, para mim, muito complicado, Sr. Presidente. **Trata-se daquela história de se pegar uma frase, extraíndo-a do contexto, e generalizá-la como se fosse a verdade.** É o que se chama de sofismas. Os intelectuais, os sociólogos, os filósofos gostam muito dessa palavra. **Estão atribuindo a João Pedro Stédile a autoria de uma proposta de fazer vigília em frente aos supermercados para que as pessoas alimentadas possam ver a triste cara da fome. Foi dito ainda que João Pedro aconselhou a ocupação, a invasão de supermercados.** Ele não usou as palavras invasão e ocupação.(…)

(…). Atribuiu-se ainda a João Pedro a responsabilidade de ter aconselhado a ocupação das cidades, fazendo uma verdadeira baderna. Ora, ele falou exatamente em “ocupar os terrenos baldios, aqueles que estão servindo apenas para especulação imobiliária”. Como eu disse, generalizou-se; disseram que ele pediu para que houvesse ocupação. Esse é o discurso que a mídia divulgou e que o próprio Governo e seus defensores têm colocado. **Discordo dessa forma perversa de tratar os adversários. Sofro quando isso acontece com a oposição, mas também não gosto de praticá-la com a situação.** (…)

(…)A Bancada de sustentação do Governo muitas vezes faz uma verdadeira festa, descontextualizando palavras e, ao seu bel-prazer, utilizando nomes, como muitas vezes a Santa Madre Igreja é usada. O Senador Lauro Campos citou o filósofo Tomás de Aquino, que é o baluarte da sustentação ideológica, filosófica da Igreja Católica. O Senador Edison Lobão utilizou o nome do Santo Papa no contexto daquilo que S. Ex^a também defende. Há de haver um critério da verdade. **Não podemos utilizar a verdade de forma tão especulativa a ponto de não haver verdade nenhuma e de os argumentos e a realidade se subordinarem aos interesses, ao bel-prazer daqueles que os defendem. Faço este registro porque considero que está havendo uma tentativa, um clima para colocar a sociedade contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, descontextualizando palavras.** Todo aquele apoio que a sociedade brasileira havia emprestado ao

¹⁷¹Figura compreendida no campo da elocução – parte da retórica que ensina a maneira de expressar os pensamentos com ordem e elegância.

Movimento dos Sem-Terra de repente pode ser retirado porque, de forma proposital, determinadas pessoas atribuem ao Movimento a pecha de violento, de desrespeito às instituições, de ser contrário à democracia, etc”¹⁷²

A senadora além de argumentar a descontextualização das falas das lideranças do Movimento procura criar um “lugar” de defesa da “verdade”, um “lugar” que não pode relativizar tudo, nem “*submeter os argumentos e a realidade aos interesses volúveis de quem os defende*”, criando sofismas¹⁷³.

Além da técnica de descontextualização das falas, principalmente das lideranças do MST, os governistas sempre procuraram em seus discursos utilizar a técnica do rebaixamento da causa e principalmente da desvalorização do adversário. Como estão presos à lógica do jogo político de eleitores que os elegem, não podem realizar isso numa linguagem clara e direta, de modo a ofender algum trabalhador em particular, e nesse sentido a desvalorização e humilhação recai principalmente sobre as lideranças, pois elas é que são acusadas de baderneiras e desordeiras. A partir do final de primeiro mandato de FHC (1998) é muito comum que os governistas aproveitem das situações de saques e quebra-quebra para colaborarem e insistirem fortemente à retirada de apoio aos trabalhadores rurais sem terra. Durante todo o período de 1995 a 1998 era praticamente impossível qualquer senador falar mal ou desacreditar o Movimento em seu contexto geral, pois, a mídia revelava que a opinião pública era simpática à causa da reforma agrária. Entretanto, nos fins de 1997 e início de 1998, os senadores governistas se aproveitam de tais fatos ocorridos para contribuírem com o desprestígio do grupo, vinculando-os, a quaisquer outros atos ocorridos de saques e invasões, insistindo inclusive na idéia da suposta criação de “grupos armados”, que “são perigosos”, para esses é preciso aplicar os “*rigores da lei*”. Dois pronunciamentos, um de 1998 e outro de 1999 refletem bem essa tática no entendimento da questão mencionada:

“O sr. Edison Lobão(PFL-MA.) - (...) **Lerei um trecho da nota que acompanhou a foto: Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) destruíram a Fazenda Rio Verde, em Itararé (oeste de São Paulo**
O Sr. Roberto Requião (PMDB-PR) - **quero solidarizar-me com a sua indignação com o vandalismo e a violência. (...) Temos que separar o**

¹⁷²Trecho do pronunciamento da Senadora Marina Silva do PT/AC. Em 23/05/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁷³Erro de pensamento em que, deliberadamente, se empregam argumentos falsos, com aparência de verdadeiros; falácia, qualquer argumentação que procura induzir alguém em erro; *popular* ato de má-fé usado para enganar alguém; dolo, engano.

descontrole, o vandalismo e a violência da necessidade absoluta da reforma agrária. (...)

O sr. Edison Lobão(PFL-MA) – (...) **Para que a reforma agrária exista e prossiga, é indispensável que os movimento se organizem e que sejam enérgicos, porém, não vândalos.**

A Srª Marina Silva (Bloco/PT-AC) - **Os atos de vandalismo e de violência devem ser parte das preocupações de todos nós e repudiadas por todos nós.** (...) No caso exposto por V. Exª, a respeito da prática do Movimento dos Sem-Terra, entendi que V. Exª fez, no início do seu pronunciamento, **uma separação entre o Movimento dos Sem-Terra - que trabalha com outros métodos - e essas práticas que vão surgindo ao longo de um movimento que se ampliou e que, hoje, talvez, seja maior do que a sua capacidade de controlar e organizar os seus participantes.** (...) **Agora, com certeza, a solução dos problemas ligados à reforma agrária, se não fosse pela ação contundente do Movimento dos Sem-Terra, hoje, ela não teria os poucos avanços que podemos registrar.** (...)

O sr. Edison Lobão (PFL-MA) - V. Exª situa o problema com exatidão. **Realmente o Movimento dos Sem-Terra foi brilhante e elogiável no início.** Agora, quando vemos fotografias dessa natureza, em que uma residência é destruída por simples e puro vandalismo, só temos razão para o entristecimento. (...) Dois dias após, houve uma outra publicação da Folha de S. Paulo : "Movimento dos sem-terra invade duas fazendas em Pernambuco e tenta saquear caminhão". O saque de caminhões tornou-se rotina para o Movimento dos Sem-Terra. **Aproveitando as palavras de V. Exª, hoje, o Movimento dos Sem-Terra é mais vândalo que defensor da distribuição de terras para os não-proprietários.**

A Srª Marina Silva (Bloco/PT-AC) - **Não atribua a mim essa afirmação, por favor! Eu não disse que o Movimento dos Sem-Terra é mais vândalo: eu disse que o movimento hoje é maior, em termos de quantidade; e aqueles que dele se aproveitam para cometer esses atos não fazem parte do Movimento dos Sem-Terra nos termos em que eu conheço, nos termos em que o Brasil conhece.**

O sr. Edison Lobão (PFL-MA) - Muito bem! **É elogiável, repito, a ação do Movimento dos Sem-Terra quando mantém a sua luta dentro das normas, dentro do aceitável.** O vandalismo e a violência são realmente detestáveis. (...)

O nosso país vive um **momento pleno de vigência do Estado de Direito, e, dentro da lei** (...). Vale destacar que **os verdadeiros "sem-terra" são, em sua ampla maioria, homens e mulheres pacíficos, ordeiros, trabalhadores que, legitimamente, aspiram apenas ao pedaço de terra no qual possam plantar e dali colher o sustento de suas famílias.** (...) **Todavia, aqueles que tentam, por opção ideológica, transformar esses trabalhadores em trampolins para a baderna, a afronta ao Estado de Direito e a violência, não devem ter a menor proteção do Poder Público e nem da sociedade. Para os marginais e bandidos existem os rigores da lei.** (...) a implantação de uma política de cadastramento e seleção de famílias beneficiárias da reforma agrária, adotada pelo INCRA, é uma medida que possibilita ao Governo e aqueles setores da sociedade envolvidos com a questão da reforma agrária **separarem o joio do trigo. Ou seja: separar os trabalhadores rurais verdadeiramente interessados em ganhar terra para trabalhar, daqueles que desejam fazer da reforma agrária apenas uma fonte de arregimentação política baseada em ideologias espúrias e na violência.** (...) Era o que eu tinha a dizer. Obrigado¹⁷⁴. [grifos nossos]

¹⁷⁴Trecho do pronunciamento do Senador Edison Lobão do PFL/MA. Em 27/11/1998. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

No segundo trecho, outro senador do PFL, um ano depois, insiste na mesma linha discursiva, aqui a intenção é insistir que a luta dos trabalhadores rurais se assemelha à de grupos terroristas, armados, perigosos, associando os a grupos como o Sendero Luminoso (Grupo paramilitar do Peru) ou as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), sendo preciso dar um “*basta a esses movimentos*”:

“(…) É preciso dar um basta a esse estado de coisas. É preciso que separe que se separe definitivamente o joio do trigo, que se separe aquele que é realmente agricultor sem terra e dela necessita daquele que não o é. (…)”¹⁷⁵ [grifos nossos]

Associar a ação dos Movimentos de Luta pela terra a grupos guerrilheiros é uma tática que visa fundamentalmente cobrar a punição de seus participantes como criminosos e procurar não somente rebaixar o movimento e humilhar suas lideranças, mas destruir o Movimento se utilizando das instituições penais do país, utilizando a lei como instrumento de punição aos infratores.

Muitos políticos, quando há interesse e conveniência, procuram **confrontar os discursos no tempo, buscando construir uma linha de coerência argumentativa** através dos anos. Também é um *argumentum ad personam*, que busca atingir o ethos do adversário, tendo como efeito a acusação de incoerência, oportunismo, mutabilidade, volubilidade do jogador; ou ao contrário, quando busca construir um ethos favorável de coerência e compromisso do orador. Essa tática visa mostrar, geralmente em favor próprio, que os discursos e pronunciamentos registrados formam um corpo de idéias e posicionamentos coerentes ao longo de um determinado tempo. Em alguns momentos aparecem para registrar que o senador “*avisou do perigo dos sem terra*”, alertou para “*a questão das invasões*”, ou mesmo para enfatizar o quão comprometido é com a causa ao manter a mesma postura através dos anos. Citamos o exemplo abaixo, onde o senador Odacir Soares usa essa tática, (re)fazendo as mesmas perguntas básicas de discursos anteriores, onde procurou construir uma retrospectiva de sua pretensa coerência parlamentar, mantida ao longo dos seus anos de mandato, o que fez buscando provavelmente nos anais da Casa, enfatizando que, em nenhum momento deixou de se comprometer com a causa da reforma agrária:

¹⁷⁵Trecho do pronunciamento do Senador Moreira Mendes do PFL/RO. Em 20/05/1999. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

“(...)Tenho a convicção de que, **em nenhum momento deixei** de externar minha posição a respeito de tão importante tema. **Apenas, atendo-me a uma retrospectiva de minha atuação parlamentar, nessa Casa no período de 8 de maio de 1996 a esta data - quase que um ano, fiz sucessivamente oito discursos (...).**”¹⁷⁶ [grifos nossos]

Os discursos são recheados com o uso **de ditos e expressões populares** e mesmo **de metáforas** com as mais diversas finalidades. Tópicas, lugares comuns e tropos de linguagem que amplificam e potencializam a discussão da causa da reforma agrária. Expressões populares como “*reforma agrária, antes tarde do que nunca*”, e mesmo expressões do cotidiano popular. Os exemplos são inúmeros, por vezes cômicos, outros associados à chamada sabedoria popular. Citamos dois exemplos de forma ilustrativa, onde neles o político joga com tais expressões e as subverte aos seus interesses:

“(...).O problema, porém, é de tal magnitude que tudo o que se faz parece insuficiente. **De tal modo complexa, a questão fundiária subverte até mesmo o velho aforisma crítico do paternalismo estatal, segundo o qual "melhor que dar o peixe ao faminto é ensiná-lo a pescar". No caso da reforma agrária, é preciso, ao mesmo tempo, dar o peixe e ensinar a pescar,** ou seja, disponibilizar a terra e proporcionar a infra-estrutura creditícia e social, bem como a assistência técnica necessária à produção.”¹⁷⁷ [grifos nossos]

“(...) Finalizando, ressalto que é sempre muito proveitoso aprender com a **sabedoria popular**. Relembro a oportunidade que tive de aprender, em um encontro de lideranças extrativistas do Conselho Nacional dos Seringueiros, realizado em Rio Branco, Acre, de um seringueiro que disse: "**A Reforma Agrária é como uma feijoada. Ela tem que ser de feijão preto e ter outros ingredientes como a linguiça, o paio, o pé de porco, as costelas de porco, a couve mineira, a laranja e sem esquecer a caipirinha. Sendo de outra forma, não é feijoada, é só feijão. E nós queremos feijoada**".Tenho certeza, Senhor Presidente, que assim como os seringueiros do Acre, as lideranças e liderados, do Movimento dos Sem-Terra (MST) , querem uma succulenta feijoada.Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.”¹⁷⁸ [grifos nossos]

A polarização das comoções é o terreno mais fértil onde se constroem os pronunciamentos, principalmente por parte da oposição. Vale ressaltar que a discussão da reforma agrária é feita entre dois pólos bastante extremos: o oposição usa de suas

¹⁷⁶Trecho do pronunciamento do Senador Odacir Soares do PFL/RO. Em 22/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁷⁷Trecho do pronunciamento do Senador Gilvam Borges do PMDB/AP. Em 12/03/1998. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁷⁸Trecho do pronunciamento do Senador Odacir Soares do PFL/RO. Em 22/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

técnicas de comoção e os governistas buscam discutí-la sobre o que intitulam de terreno da “racionalidade”. Com isso, a retórica parece ser, menos uma arma de convencimento ou persuasão do que um mecanismo de controle das paixões e da razão por meio da linguagem e dos signos e símbolos utilizados.

Como oposição, o senador Eduardo Suplicy ao ler o artigo do jornal O Globo dos sobreviventes de Corumbiara enfatiza “*nosso sangue ficou lá*”, articulando o texto para afirmar que o “*o conflito fundiário é problema social*”¹⁷⁹. A senadora Marina Silva fala em sentimentos de “*esperança e medo*”¹⁸⁰. Os governistas e seus aliados, como no exemplo de Romero Jucá do PFL/RR reclamou que “*o tema da reforma agrária é discutido mais no campo emocional do que no campo racional*”¹⁸¹. Sebastião Bala Rocha do PDT/RJ insiste que “*o discurso sobre reforma agrária tem um tom emotivo para exacerbação do sentimento de comoção retórica*”¹⁸². O mais interessante é o discurso de Geraldo Melo do PSDB/RN quando do ocorrido em Eldorado de Carajás em 17 de abril de 1996 quando o mesmo sobe à tribuna em 24 de maio do corrente ano afirmando que “*foi preciso esperar passar alguns dias para incorporar todos os elementos do discurso: elementos políticos, ideológicos, emocionais, literários, falsos, demagógicos, que de mistura se realizou*”, dizendo que há um “*exagero no quadro que pintam sobre a reforma agrária*” e que é “*preciso ser racional*”, “*é preciso respeitar a lei e a ordem*” e os “*quadrilheiros precisam ser enquadrados*”, “*que não se mata fome com discurso, não se mata fome com passeata na esplanada dos ministérios*” e de que “*precisamos de um política agrícola*”, na defesa dos proprietários rurais e assim conclui:

“(…) Encerrando, digo que, como homens públicos, não podemos ser indiferentes à responsabilidade que temos em relação a todos os estratos da sociedade brasileira. Portanto, **os que não têm terra e precisam dela são de nossa responsabilidade; os que têm terra e estão querendo produzir, contribuir para o País, também o são. Não podemos, portanto, para resolver o problema de um, gerar problema para outro; não podemos, em nome de organizar um segmento da sociedade, desorganizar os demais. (...)temos o dever de olhar para todos os que**

¹⁷⁹Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy PT/SP. Em . Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

¹⁸⁰Trecho do pronunciamento da Senadora Marina Silva do PT/AC. Em 17/10/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁸¹Trecho do pronunciamento do Senador Romero Jucá do PFL/RR. Em 06/10/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁸²Trecho do pronunciamento do Senador Sebastião Bala Rocha do PDT/RJ. Em 05/10/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

propuserem luta armada no Brasil como quadrilheiros que precisam ser enquadrados na lei (...).¹⁸³ [grifos nossos]

Todos esses discursos realizados pelos políticos na Tribuna fazem referência, em um momento ou outro, às falas atribuídas ao Presidente da República, vem marcados e comentados pelos recortes discursivos dos pedidos e apelos do próprio Presidente da República Fernando Henrique Cardoso realizados na mídia, comunicando que “*quer dialogar com os trabalhadores sem terra*”¹⁸⁴, pede que não ocorra a “*radicalização do movimento*”¹⁸⁵, que “*haja respeito à lei e à ordem*”¹⁸⁶, que “*não está fazendo a reforma agrária do MST, mas do Brasil*”¹⁸⁷, que “*é preciso reflexão*”¹⁸⁸, que o processo da reforma agrária é um processo demorado, mas que já enviou medidas ao Congresso e que “*é preciso vencer a burocracia*”¹⁸⁹, que é difícil mas “*está fazendo o que pode*”¹⁹⁰, mas que a reforma agrária “*não depende de vontade política*”¹⁹¹. Afirma também que “*tem parceiros no Congresso*”¹⁹², pede que “*não politizem a questão da reforma agrária*”¹⁹³. Em 19/11/1996 lançou a legislação que regulava o ITR- Imposto Territorial Rural e pelo rádio pronunciou que, no caso da reforma agrária, “*tem que ser realista, e o realismo não tem nada a ver com vontade política*”¹⁹⁴. Parece haver aqui, a construção de um lugar neutro que impede a reforma agrária e este lugar está locado na

¹⁸³ Trecho do pronunciamento do Senador Geraldo Melo do PSDB/RN. Em 24/05/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁸⁴ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 27/07/1995. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁸⁵ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 12/09/1995. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁸⁶ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 10/11/1995. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁸⁷ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 17/01/1996. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁸⁸ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 18/04/1996. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁸⁹ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 30/06/1996. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁹⁰ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 01/08/1996. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁹¹ Entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso no Programa do Jô Soares em 23/08/1996. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁹² Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 01/10/1996. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁹³ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 10/10/1996. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁹⁴ Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 19/11/1996. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

“racionalidade” e na “razoabilidade”. No balanço que realizou ao final de 1996 na reunião do governo comunicou que “*não é tudo pelo social, nem tampouco nem tudo pela economia*”¹⁹⁵ e em solenidade de sanção de projetos de lei reafirmou que “*aprovamos muita lei importante*”¹⁹⁶. A tópica discursiva de FHC construiu um lugar de ponderação, de reflexão, de respeito, de racionalidade contrários a qualquer tipo de comoção ou radicalização.

Pronunciamentos e falas que são discutidos, comentados, quer sejam pelos senadores do partido governista e aliados no jogo político que o aplaudem, quer sejam pela oposição que os critica, quer sejam pelos demais atores sociais postos em diálogo pelo interesse da questão.

De forma bastante particular, e diferentemente dos exemplos genéricos citados acima, duas estratégias nos chamaram bastante atenção: uma delas foi o uso da temática da reforma agrária como uma espécie de **messianismo contemporâneo** e a outra a estratégia específica **de usar os discursos de FHC contra ele próprio**, postos em prática pela oposição. A primeira tática como uma forma de aproximação política aos anseios populares, a segunda como forma de demonstrar a distância entre as promessas de campanha de FHC e sua agenda política empreendida.

É muito comum, principalmente por parte das esquerdas, a associação da questão da reforma agrária com os princípios bíblicos, sob o argumento de que “*a terra é divina!*”. Tais construções narrativas aparecem principalmente nos pronunciamentos das Senadoras Marina Silva do PT/AC e da senadora Benedita da Silva do PT/RJ. Seus pronunciamentos são marcados por uma alta dose retórica de comoção e articulação com os princípios e histórias bíblicas, gerando uma relação direta da questão dos sem terra em busca da “Canaã prometida”. Ou mesmo a construção retórica do senador Pedro Simon que afirma que “*é preciso levar Jesus para Belém*” em semelhança a realizar o cadastramento de sem terras. Ou mesmo a finalização de um discurso com evocação ao nome de Deus, como exemplo do senador Ramez Tebet. Senão vejamos alguns desses trechos:

¹⁹⁵Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 19/12/1996 http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

¹⁹⁶Trecho do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 23/12/1996 http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9630.HTM

“(...)Para concluir faço a leitura de um lamento, que é do próprio **Jesus Cristo**, em homenagem aos trinta e dois milhões de trabalhadores que não têm teto nem comida. **Disse Jesus quando estava passando por grande dificuldade: "As aves do céu têm um ninho, as árvores da terra têm onde fincar suas raízes, mas o filho do homem não tem onde pôr a cabeça"**. Em nome daqueles que não têm onde pôr a cabeça, este País deve dar as possibilidades para que os mais de 5 milhões de trabalhadores sem-terra, aqui existentes, possam ter onde pôr a cabeça.Com essas palavras, quero agradecer, respeitosamente, pela existência da Comissão Pastoral da Terra.Muito obrigada.”¹⁹⁷ [grifos nossos]

“Não podemos aceitar que essas vítimas, por uma razão política e ideológica, continuem sendo chacinadas e nós não tenhamos aqui o respeito, a coragem e a parceria de fazer com que o Governo, usando do instrumento legal, faça a reforma agrária. Não. **O inimigo não pode ser gente com fome**; o inimigo não pode ser gente com vontade de trabalhar; o inimigo não pode ser gente miúda, criança, desdentada; o inimigo não pode ser gente envelhecida; o inimigo não pode ser gente envelhecida precocemente por uma vida ruim; não pode ser gente chutada, não pode ser gente baleada, não pode ser gente espancada, chacinada. **Não, não pode ser essa execução geral.**”¹⁹⁸ [grifos nossos]

“Temos razões de sobra para fazer a reforma agrária neste País. Não se pode esperar que haja derramamento de sangue para se fazer algo. Isso até me faz voltar milênios, à minha **Bíblia Sagrada**, que diz: **"Sem derramamento de sangue não há remissão"**. Mas estamos no tempo da graça; Jesus Cristo veio para que tivéssemos vida, e vida em abundância. Na **Bíblia** também está escrito: **"Trabalharás dia e noite, para não ser pesado ao seu irmão"** e "deves cultivar a terra, porque dela sairá o fruto para o teu sustento." Portanto, não se trata de uma questão de partidos nem de ideologia, seja de esquerda ou de direita, mas de uma questão de direitos humanos do cidadão, do ser humano! Não podemos conviver com essa impossibilidade de fazer uma reforma agrária consciente.”¹⁹⁹ [grifos nossos]

Pedro Simon (PMDB/RS) em aparte ao senador Edison Lobão (PFL/MA): “(...) Se V. Ex^a observar, (...) Acho correta essa questão que está sendo levantada, porque o que se diz é o sem-terra faz um alistamento e ninguém sabe quem é quem, de onde veio ou de onde não veio. **Tem que se fazer com que o cidadão volte a sua terra. Assim como São José teve que levar Jesus para Belém porque era seu lugar de origem, que o sem-terra tenha que se cadastrar de onde ele saiu. É uma maneira de se fazer. Pelo menos vai se saber como é a cara dele.**”²⁰⁰. [grifos nossos]

¹⁹⁷Trecho do pronunciamento da Senadora Marina Silva do PT/AC. Em 09/08/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁹⁸Trecho do pronunciamento da Senadora Benedita da Silva do PT/RJ. Em 28/09/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

¹⁹⁹Trecho do pronunciamento da Senadora Benedita da Silva. Em 29/05/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁰⁰Trecho do pronunciamento do Senador Pedro Simon (PMDB/RS) em aparte ao senador Edison Lobão (PFL/MA). Em 27/08/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

Ramez Tebet (PMDB/MS) – “(...) Não acredito, Sr. Presidente, que invasão seja uma forma de pressão para se resolverem os conflitos agrários neste País. Acredito firmemente que, por meio de debates produtivos, por meio da vontade política do Governo Federal, do Congresso Nacional, de toda a sociedade brasileira, **chegaremos a bom termo - se Deus quiser!**”.²⁰¹

Em outro momento político, em 1999, a oposição criticou o nome dado ao documento realizado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso intitulado: “*Reforma Agrária em ação: Terra Prometida, Missão Cumprida*”. Este documento visava confirmar sua “missão” e a “execução” da tarefa de realizar a reforma agrária, que curiosamente, ou mesmo em resposta às esquerdas, fez referência à questão bíblica. Sobre isso assim se manifestou a senadora Heloisa Helena do PT/AL:

“(...) Sr. Presidente, diante desse gigantesco **lance de marketing** do Presidente da República, em um **documento belíssimo e poético**, intitulado “**Terra Prometida - Missão Cumprida**”, que, claro, é um desacato para todos nós, cristãos, que sabemos a verdadeira marcha, como a dos povos oprimidos, segundo a Bíblia, de milhares de trabalhadores sem terra que perambulam pelas estradas deste País, expostos à criminalidade e à irresponsabilidade do Governo Federal.”²⁰² [grifos nossos]

Assim, a discussão do tema reforma agrária não está desprovido de um cunho bíblico e messiânico, de grupos que lutam pela intitulada “*Canaã Prometida*”. Uma discussão que perspassa os discursos atuais associando a luta pela terra com elementos marcados de “*sangue*”, “*dor*”, “*sofrimento*” e “*esperança*” pela terra prometida, expressões muito utilizadas nos discursos marcados por esse tom retórico.

Também a técnica particular de usar **os discursos de FHC em várias de suas obras contra ele próprio**. Embora já mencionada anteriormente como *argumentum ad personam* vale enfatizar que foi muito explorada pela oposição no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, exatamente pelo fato de que este possui uma bibliografia escrita anterior ao seu momento de governo. Como é o exemplo abaixo, entre tantos que se segue. O senador Lauro Campos foi o que mais investiu nessa técnica, para dizer que “*FHC esqueceu o que escreveu*”:

²⁰¹Trecho do pronunciamento do Senador Ramez Tebet (PMDB/MS). Em 31/10/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁰²Trecho do pronunciamento da Senadora Heloisa Helena do PT/AL. Em 16/04/1999. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

“(…). É interessante ressaltar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso madrugou em um diagnóstico dessa tendência. Em seu livro intitulado "Modelo Político Brasileiro", já notava, Sua Excelência, os perigos decorrentes da aliança tecnocrata-militar.”²⁰³ (…) [grifos nossos]

“Fernando Henrique Cardoso, no seu livro sobre escravidão e capitalismo no Brasil, repetiu o que um sociólogo norte-americano havia dito: (…).”²⁰⁴

“Presidente Fernando Henrique Cardoso demonstra, em seu livro intitulado Autorismo e Democracia (Ed. Paz e Terra, 1975), ser doutor de borla e capelo em matéria de autoritarismo. (...) A diferença entre autoritarismo e fascismo, segundo Fernando Henrique Cardoso, mostra que, para ele, o regime brasileiro atual se aproxima mais das características fascistas do que o fez o próprio autoritarismo militar dos anos 60 e 70 (...)”A Oposição não existe”, brada o Presidente Fernando Henrique Cardoso, são os bobocas, **neobobos**. Os neobobos são aqueles que há três meses eram chamados por Sua Excelência, o sociólogo, por Sua Excelência, o príncipe da Sociologia brasileira, de Esquerda burra, de neobobos e, assim por diante, como se achamboa a linguagem, como desce do seu pedestal para se igualar a Fernando Collor que também falava esses adjetivos chulos. (...)”²⁰⁵

“(…) concordo com o que aqui falou o Senador José Eduardo Dutra: "Há ditadores que são populares. A popularidade não é privilégio dos democratas". E considero que o Presidente Fernando Henrique Cardoso está-se transformando em ditador.Muito obrigado. Era o que tinha a dizer Sr^a Presidente.”²⁰⁶

Quanto às críticas dirigidas à Fernando Henrique Cardoso vale ressaltar que o senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, em 1996, discutiu as inúmeras possibilidades, de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso entrasse para a história como o “Presidente da Reforma”²⁰⁷, sobre a imagem que FHC passaria à história, lembrando que só restava a FHC fazer a Reforma Agrária:

“(…) está faltando ideal político, objetividade política. Tudo que se pensar já foi realizado por alguém, no Brasil. Indústrias, o **Juscelino** fez; política e revoluções sociais, **Getúlio** fez, mas pela agricultura ninguém fez coisa alguma. (...) O Congresso Nacional deve-se colocar em posição de resolver o problema,

²⁰³Trecho do pronunciamento do Senador Lauro Campos do PT/DF. Em 27/03/1995. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁰⁴Trecho do pronunciamento do Senador Lauro Campos do PT/DF. Em 18/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁰⁵Trecho do pronunciamento do Senador Lauro Campos do PT/DF. Em 02/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁰⁶Trecho do pronunciamento do Senador Ademir Andrade do PSB/PA. Em 17/01/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁰⁷Pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, PT/SP – Partido dos Trabalhadores. Dia 14/02/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

com uma proposta concreta a ser colocada na mesa do Presidente da República.²⁰⁸
[grifos nossos]

Anos mais tarde, como num exemplo de produção de artefatos culturais e inovação textual e lances discursivos, apresentados por Pocock²⁰⁹, Fernando Henrique Cardoso, já então como ex-presidente, publicou sua chamada biografia autorizada, em 2006, refletindo sobre seus oito anos de governo, aproveitando para dar respostas a inúmeras dessas situações anteriores, muito comuns quando os senadores e outros críticos usaram os seus antigos livros para executar uma crítica às suas ações, no sentido de reafirmarem que o presidente “*havia esquecido o que tinha dito em obras anteriores*” enquanto era sociólogo.

No livro “*A arte da política: a história que vivi*”²¹⁰ o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso responde a seus críticos e adversários. Assim, acontece o exemplo de que, o então já ex-presidente, o faça em um contexto histórico completamente diferente no tempo e no espaço, onde procura responder aos críticos de sua época, mas também procura (re)criar uma certa imagem de político, através do que chama de “confissão”, agora num contexto totalmente diferente do anterior, consciente de uma certa imagem sua que vai “*ficar na história*”. Poderíamos acrescentar que, ao publicar seu livro em 2006, e ao demonstrar retoricamente seus prováveis sentimentos, o ex-presidente FHC estava respondendo (conscientemente) a seus opositores, principalmente sobre essa “*certa imagem*”, a imagem de “*inimigo do povo*”, imagem esta que FHC tenta apagar. Senão vejamos a resposta de FHC:

“(...) escrevi este livro nos dois últimos anos e meio. [2004/2005] (...) **confesso** que ao relê-lo senti uma certa decepção. Decepção que não advém da insuficiência das análises que fiz para resumir o esforço despendido com afincos para melhorar o Brasil, nem de imaginar que nada mudou. Valeu o esforço. Por outro lado, as condições atribuladas nas quais trabalho, se não justificam, explicam as insuficiências mencionadas. (...) Confesso candidamente minha decepção. Depois de haver construído uma transição de governo que abriu espaço para uma convergência em benefício do país, colhemos novamente dos que se arrogavam ser

²⁰⁸Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy PT/SP. Em 19/08/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

²⁰⁹POCOCK, J.G. Introdução: O Estado da Arte e O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: Linguagens do Ideário político. Sérgio Miceli [org]. Trad. Fábio Fernandes- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003

²¹⁰CARDOSO, F. H. A arte da política: a história que vivi. Coordenação Editorial Ricardo A. Setti. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

a expressão máxima das virtudes públicas e portadores do futuro pecha de “**adversários**”, quando não de “**inimigos**”. [grifos nossos](...) ²¹¹

A tentativa, do então ex-presidente foi consertar, amenizar, apagar essa imagem, usando inclusive para isso argumentos que marcaram a fragilidade de sua força política como presidente frente ao Congresso e das dificuldades enfrentadas por ele enquanto presidente, expondo, sob o seu ponto de vista, a fragilidade que marca a relação entre o poder executivo e o poder legislativo nas regras do jogo eleitoral brasileiro, expressando sua opinião entre o que chamou “partidos fracos e congresso forte”, justificando que:

“É pela mesma razão que a negociação política, ainda que legítima, aparece aos olhos do público como uma negociação “de balcão”: ela se dá quase individualmente ou, no caso das “frentes parlamentares” juntando deputados que podem ir de um extremo ao outro, juntando diferentes ao redor de um mesmo propósito” ²¹².

Esses exemplos demonstram que as respostas aos lances retóricos podem ser imediatas ou não, podem se prolongar no tempo, mas podem ocorrer de forma descontínua e podem ser dadas em contextos históricos totalmente distintos, o que demonstra uma infinita capacidade da linguagem em ser apropriada, e no caso das técnicas retóricas, das inúmeras combinações que podem ocorrer na utilização e na combinação de todas essas estratégias que criam os lances e movem as energias dos sentimentos políticos que marcam as intenções legislativas e demarcam o campo de atuação onde o jogo acontece.

As técnicas retóricas expostas neste capítulo não são taxativas, ao longo de todo trabalho elas aparecem ora individualmente, ora combinadas. As possibilidades expostas aqui nos dão uma amostragem de como se organizam os debates e das variantes que eles combinam, o que nos remete às volubilidades e fragilidade de todo jogo, notadamente interessante e explícita em um dos trechos do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, em 2006, ao se referir a uma fala atribuída ao Presidente Fernando Henrique Cardoso ao disputar eleições com Lula em 1998, se remetendo o senador ao fato de Lula participar ou não dos debates eleitorais:

²¹¹ Idem. 673-674.

²¹² CARDOSO, F. H. A arte da política: a história que vivi. Coordenação Editorial Ricardo A. Setti. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 243.

“(…) Quero aqui, com o maior carinho e amizade pelo Presidente Lula, recordar o que eu disse em alguns pronunciamentos, em 1998, quando o Presidente Lula disputava a eleição com o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição. (...) No dia 5 de agosto de 1998, disse, em um discurso como Líder, que a edição de 26 de junho de 1998 da Folha de S.Paulo registrou a seguinte declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso: **"Não vou a debates no primeiro turno. Posso mudar de opiniões, se cair nas pesquisas"**. Nessa mesma entrevista, ao ser questionado se isso não era mudar as regras no meio do jogo, Sua Excelência afirmou que **"a política não é regra, é criatividade"**. Então, eu disse: É inacreditável que o Presidente da República possa ter feito uma declaração dessas. Suas palavras revelam descaso e até desprezo pela opinião pública. Não consigo reconhecer aquela pessoa que, durante os anos 60, 70 e 80, esteve ao meu lado e ao lado de tantos que lutaram pela volta da democracia em nosso País e pelo aperfeiçoamento das instituições democráticas”²¹³. [grifos nossos]

A referida citação enfatiza que nesse jogo nem sempre prevalecem as regras, senão a criatividade.

III

Retóricas e estilos: facetas da modernidade

Para Reboul²¹⁴ a retórica atual é bem diferente daquela que substitui (de estilo clássico aristotélico). Não só sobrevive no ensino literário, nos discursos jurídicos e políticos, como também se renova com a comunicação de massa²¹⁵.

Assim, consideramos a literatura, a imagem, as músicas, as telenovelas e, mesmo as poesias, como de artefatos culturais que podem ser analisados retoricamente²¹⁶ e que informam sobre as representações contidas no entendimento do

²¹³Trecho do pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy PT/SP. Em 18/05/2006. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²¹⁴REBOUL, O. Introdução à Retórica. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção Justiça e Direito. pp.82-83.

²¹⁵“Massa” aqui tem o significado de um número indefinido de indivíduos, cujo único elo é receber a mesma mensagem. Numa retórica da propaganda e da publicidade Reboul considera que ambas privilegiam o *etos* e, principalmente o *patos*, em relação ao *logos*. Em outras palavras, a mensagem é bem mais oratória que argumentativa. Comporta invenção, disposição, plano da mensagem, estrutura do cartaz, elocução e ação, e podem ser inseridas no sistema retórico. Nos dias de hoje os partidos políticos confiam suas campanhas eleitorais cada vez mais a publicitários, ganhando importância não só a voz, o comportamento, mas a aparência do candidato, que é a forma moderna do *etos*. REBOUL, O. “retórica da imagem”. In: Introdução à Retórica. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção Justiça e Direito. pp.82-83

²¹⁶Análise empreendida é predominantemente textual. A literatura é considerada enquanto produção textual. Não nos enveredamos por uma discussão muito interessante sobre teses de que as palavras também criam imagens (mentais). As “imagens” (consideradas aqui as fotografias, esculturas e pinturas)

tema da reforma agrária, muito bem aproveitados por políticos e advogados, inseridos nos gêneros retóricos deliberativo e judiciário. Nesse sentido, a problematização principal deste tópico é também reafirmar os embates e as correlações de forças presentes em todos esses artefatos culturais²¹⁷, para compreendê-los como inseridos no campo de luta simbólica na fixação dos valores sociais. Portanto, no campo cultural, os agentes se apropriam (e/ou produzem, e/ou expropriam-se) dessa linguagem literária e artística com objetivos e finalidades distintas, reafirmando os embates e as lutas sociais dos grupos. Nessa análise global de artefatos culturais produzidos em várias instâncias e por diversos agentes, fica evidente para nós a importância da história e do processo de atualização constante em que o passado é constantemente re-construído, não em sua totalidade, mas re-construído pelo olhar de quem viveu o momento buscado. Ao elaborar e buscar explicar o momento presente, os dramas, os conflitos, os obstáculos, as frustrações sofridas e os sonhos alimentados os agentes buscam sentidos nos fatos passados, procurando imprimir a estes uma re-atualização no presente e, em contrapartida, imprimir ao presente as soluções, os rumos, o direcionamento que causou possíveis acertos ou desacertos no passado. a produção de artefatos culturais procura dar uma direção a ser seguida, um rumo a ser traçado, ou mesmo se esgotam em si mesmos na possibilidade de que venham instigar alguma “ação” e abrem possibilidades no tempo para novas expropriações. Dito em outras palavras, tais artefatos não são estudados em seus contextos históricos de produção, mas são avaliados em como são apropriados e ex-propriadados na composição dos gêneros deliberativo e judiciário, em como são utilizados na linguagem. Os parlamentares e advogados, *“depois de sacudir a poeira dos textos antigos, não exibem praticamente nenhum interesse em reconstituir seus contextos históricos como um modo de compreendê-los melhor. Ao contrário,*

são pensadas no contexto textual, mencionando Reboul que “as imagens não falam por si só, e necessitam minimamente de textos nos seus contextos interpretativos. As músicas conjugam sons e textos, e são analisadas aqui, como a exemplo da musica Admirável Gado Novo, somente em seu contexto textual. O mesmo acontece com a novela rei do gado (pois a televisão combina som, imagem e texto), entretanto, tais artefatos são analisados textualmente, na forma como integram os debates do Parlamento e do Judiciário, na composição que é essencial aos gêneros retóricos da temática.

²¹⁷POCOCK, J.G. Introdução: O Estado da Arte e O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: Linguagens do Ideário político. Sérgio Miceli [org]. Trad. Fábio Fernandes- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003. pp. 23-82

abordam-nos como se eles fossem documentos contemporâneos, com uma pertinência quase inteiramente sem problemas à sua própria situação”²¹⁸

No caso da literatura²¹⁹ a questão é o estilo. A elocução, em sentido técnico é a redação do discurso. O “verdadeiro” estilo é o discurso onde é possível encontrar o seu autor. “A elocução é, pois, o ponto em que a retórica encontra a literatura”²²⁰. Nesse sentido, o melhor estilo é o mais eficaz, aquele que se adapta ao assunto²²¹.

No gênero deliberativo os parlamentares usam da elocução para dar vida a seus discursos, para comover para a causa dos “sem terra”, para defender “proprietários rurais”.

Os partidos governistas tem em seus discursos, além dos elogiosos tons de que “*vai tudo bem*” nos rumos empreendidos ao país, a característica permanente de elogiar e comentar os artefatos ditos “oficiais”. Como o exemplo das “cartilhas” governamentais, que procuram construir uma realidade explicativa através de dados e estatísticas e que cumprem a finalidade específica de divulgar prováveis “ações do governo”, uma espécie de carta de “intenções governamentais”²²². Como nos exemplos

²¹⁸SKINNER, Q. a centralidade da gramática e da retórica. In: Razão e Retórica na filosofia de Hobbes. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. p.61.

²¹⁹Segundo Reboul, nos anos 60 assistiu-se ao nascimento de uma chamada “nova retórica”. Dentre as várias existentes havia uma corrente que se afirmava puramente literária, sem relação alguma com a persuasão. Esse movimento incluiu, segundo o autor, pensadores como Jean Cohen, Gerard Genette, Roland Barthes, que transformaram a retórica em um “conhecimento dos procedimentos da linguagem característicos da literatura, procedimentos estes reduzidos às figuras de estilo. A crítica de Reboul é que essa retórica limita-se à elocução, e desta forma só fica com as figuras. Em suma, uma retórica sem finalidade alguma. É a corrente de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, cujo livro mais importante é o Tratado de Argumentação que se opõe à retórica literária e pensa a retórica não como um problema lingüístico ou literário, mas filosófico: de como fundamentar os juízos de valor, em suma, uma retórica centrada na invenção, e não na elocução, uma retórica centrada na persuasão e no convencimento. REBOUL, O. Nova retórica contra nova retórica. In: Introdução à Retórica. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção Justiça e Direito. pp. 87-88.

²²⁰REBOUL, O. Elocução: língua e estilo – uma arte funcional. In: Introdução à Retórica. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção Justiça e Direito. pp.61-62

²²¹Para Reboul a primeira regra do estilo é a conveniência. O estilo pode ser nobre, simples ou ameno, buscando comover, explicar ou agradar aos ouvintes e/ou leitores. A segunda regra é a da clareza, pois o orador deve adaptar o estilo ao auditório e a terceira regra diz respeito ao próprio orador, que deve mostrar-se em pessoa no discurso, ser colorido, alerta, dinâmico, imprevisto, engraçado ou caloroso, numa palavra: “vivaz”. A vivacidade é fundamental para o “etos”, pois ela torna o discurso marcante, agradável, cativante; e, principalmente, confere o indispensável cunho de autenticidade. Reboul, p 64

²²²Não existe uma regra, mas, os governistas também exploraram a literatura, entretanto, em menor quantidade do que os partidos oposicionistas. A exploração da literatura foi observada, em maior número, pela oposição petista a FHC, nos anos de 1995-2002.

que citam tais documentos como “*excelentes*” e capazes de “*produzir efeitos para a reforma agrária*”:

“(…) Essa constatação é uma das principais conclusões a que chegamos ao consultar o **Atlas Fundiário Brasileiro**, editado e lançado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. (...) O Ministro Raul Jungmann diz que “o *Atlas Fundiário Brasileiro* é um poderoso instrumento para subsidiar o programa de reforma agrária e mostra que ela é necessária e urgente. Diz mais o Ministro da Reforma Agrária: “Ela mostra que o Brasil continua com uma das mais altas e vergonhosas taxas de concentração de terras do mundo”. (...)”²²³

“(...) o governo lançou **sabidamente** o “**Documento Reforma Agrária: Compromisso de todos**” (...)”²²⁴

“(...) o documento **Reforma Agrária Compromisso de todos** é um **magistral histórico sociológico** [lançado por FHC]”²²⁵

Entretanto, veio das oposições à FHC os pronunciamentos que trouxeram maior riqueza literária. São elas que tentaram agregar no imaginário elementos que procurassem “criativamente” saídas e “novas” interpretações, portanto, foram tais discursos que mais visaram incitar sentimentos e provocar comoção.

Como discutido em outro trabalho²²⁶, o mundo político-jurídico procura organizar os elementos e o modo para a construção de um discurso eficaz. Tanto no mundo político (legislativo), quanto no mundo do judiciário, lei e direito são operacionalizadas não apenas através de comandos estáticos, formais e impessoais como pode parecer. E a construção da linguagem jurídica confere significados ao pensamento. Entrelaça idéias que fundamentam conceitos do que é certo, justo, moral, bom. O processo de formulação legislativo ou o processo judiciário, no diálogo travado entre os agentes que nele atuam, constroem imagens fortes e intencionais: como por exemplo, a imagem do “sem terra quadrilheiro”, do “vandalismo” do MST, a imagem do proprietário “indefeso”, ou inversamente, a imagem do proprietário “latifundiário”,

²²³Trecho do pronunciamento do senador Odacir Soares, do PFL/RO, em 19/09/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²²⁴Trecho do pronunciamento do senador Edison Lobão, do PFL/MA, em 08/05/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²²⁵Expressão usada pelo senador Edison Lobão do PFL/MA, em pronunciamento do dia 19/01/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²²⁶SILVA, J. Sob o jugo/jogo da lei: Confronto Histórico entre Direito e Justiça. EDUFU- Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

“explorador” e do “sem terra mártir”. Observando que as adjetivações serão sempre fruto das articulações que combinem os significantes de modo que produzam os significados pretendidos. Assim, as palavras, ao criarem as imagens, rompem a fronteira do dual, criam possibilidades culturais infinitas que se afastam do referente e abrem discontinuidades, silêncios, vazios, brechas, entre o referente e o histórico, entre a palavra e a própria imagem. Desta forma, percebemos que as imagens construídas, as metáforas criadas e as práticas político-jurídicas criam e legitimam os efeitos de verdade, justiça e ética que forjam os discursos construídos pelos agentes do poder legislativo e do poder judiciário.

Na locução, encontro da literatura com a retórica, o orador procura despertar os sentimentos políticos, comover, criando discursos que mobilizem “as almas”²²⁷. O estilo é o trabalho do autor/orador que procura, através das figuras de linguagem, criar seu discurso, é a energia com que os sujeitos conseguem vincular a idéia à palavra e ao sentimento que conferem e nos remetem ao efeito de “verdade”, à formulação dos conceitos de “política”, “justiça”, que, em última instância, são todos construídos social e historicamente.

Sobre tais construções Maria Stella Bresciani²²⁸ discute como a forma narrativa escolhida pelo escritor ao formular sua trama é importante no despertar dos sentimentos políticos e chama atenção para as cargas emocionais contidas nas palavras e o poder de convencimento e persuasão, que traz um efeito de verdade, pois, é através desse tom emotivo que se almeja que a “linguagem penetre a alma”²²⁹. É por isso que os parlamentares e políticos em geral (e suas equipes de assessores) trabalham na elaboração de seus discursos, pensando na gradação dos termos, na escolhas das palavras, no ritmo das formas, na melhor abordagem do tema, criando estilos que, ao final, resultem na possibilidade de convencimento e produza os sentimentos políticos de adesão à causa. Portanto, a eloquência dos homens públicos e a escrita de suas idéias

²²⁷É em Aristóteles que se encontra referência às “paixões da alma”: honra, glória, raiva, comiseração, indignação, rivalidade. Normalmente reservamos nossos elogios para coisas que julgamos honrosas. Estas incluem bênçãos da sorte como a riqueza, o poder e glória, qualidades corporais como agilidade, força e dignidade, e atributos de caráter como a prudência, a justiça, a coragem e a modéstia. SKINNER, Q. Os elementos da retórica clássica. In: Razão e Retórica na filosofia de Hobbes. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. p.59 e 64

²²⁸BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana interpreta o Brasil. Editora UNESP, 1ª Ed. 2005.

²²⁹Idem.

são instrumentos para “persuadir” os espíritos por meio dos sentimentos, exigindo-se habilidade no manejo da linguagem, habilidade essa que obedece, certamente, a condições específicas de produção, pois as imagens contidas nas figuras de linguagem só atingem seu objetivo ao serem compreendidas, aceitas ou rejeitadas pelo público, aqueles que as consomem, aqueles que compõem o chamado auditório, público, platéia.

Portanto, há uma força explicativa, de comoção e deleite (de ser agradável) que emana do poder das metáforas contidas nos debates e pronunciamentos políticos e nas argumentações judiciais, poder que faz com que as metáforas construídas pelos agentes adquiram função de unir uma idéia a uma imagem.

No despertar desses sentimentos políticos há uma exploração de comoção, a retórica é essa arte de persuadir pelo discurso, cuja uma das funções é a de incitar, levar os homens a “agir”: *“o princípio que leva o homem a agir é o coração, são as suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo a ela, precisamente que se dirige a linguagem “enérgica” dos símbolos e dos emblemas”*²³⁰. É nesse particular que temos o exemplo em que a senadora do PT, Marina Silva, afirmou em um dos seus pronunciamentos de fechamento do ano de 1996, que: *“[em 1997] o nosso coração esteja na reforma agrária”*, usando para tanto as estórias e citações bíblicas:

“(…) Há uma **frase bíblica** que diz: **“Onde estiver o vosso tesouro, ali estará também o vosso coração”**. **Quero, de coração, que em 1997 o nosso tesouro esteja na reforma agrária.** (...) Quando ganhei a eleição, algumas pessoas perguntaram-me como eu tinha conseguido isso; e eu respondi: a diferença entre mim e **Dom Quixote** é que Dom Quixote duelava com moinhos de vento pensando que eram gigantes, e eu às vezes duelo com gigantes pensando que são moinhos de vento. É por isso que não me machuco tanto. O nosso desafio para 1997 é que acompanhemos o ritmo da água, que não conhece obstáculos. Quero concluir **contando uma parábola**: havia um filetezinho d’água que saiu de uma nascente e que desejava muito chegar até o mar. Ele atravessou montanhas, florestas, uma série de intempéries que não imaginava que seria capaz de atravessar. Então chegou a um grande deserto parou e pensou: “Aqui é impossível, porque vou desaparecer. Há muita areia seca. Aqui eu me acabo”. Então ouviu uma voz: “Não tema o deserto, pequena gota d’água; você vai evaporar-se, mas quando você bater lá nas pedras geladas, você vira novamente um filetezinho de água e chegará até o mar”. ”²³¹ [grifos nossos]

²³⁰BACZKO, Bronislaw. In: “Imaginação Social”. Enciclopédia Einaud - vol. 5 anthropos-homem. 288. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. p 301.

²³¹Trecho do pronunciamento da senadora Marina Silva, do PT/AC, em 16/12/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

É assim que, toda produção literária é re-apropriada constantemente pelos parlamentares que se utilizam de canções, recita poesias e se ampara e explora a riqueza literária de João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, Patativa do Assaré, Bertold Brecht, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, entre outros escritores mais recentes e engajados com a causa em questão, como Frei Beto, Dom Pedro Casaldáliga, Pedro Terra e outros. Ou mesmo os considerados “heróis” e personalidade políticas históricas como Abraham Lincoln, Churchill, Franklin Delano Roosevelt, além da citação e eleição dos heróis, como Antonio Conselheiro, além dos considerados historicamente políticos “emblemáticos”, figuras notórias como o presidente Vargas e Juscelino Kubsticheck. Há nesse sentido, portanto, uma exortação às personalidades e autoridades literárias como também às autoridades políticas e suas respectivas estórias.

A relação história e literatura é riquíssima para aprofundamentos de pesquisa. Ela nos evidencia nesse ponto do trabalho a relação que as obras literárias assumem na retórica de comoção dos homens públicos, na formação dos ideais de política, de justiça, de lei, de democracia, de cidadania. E também ressalta como a elite letrada consegue se re-apropriar de toda uma produção literária de uma dada época e a utilizar no empreendimento de fixação de novos rumos, na busca de novos marcos e novas diretrizes políticas.

Assim, há uma relação interna político(parlamentar)-literatura, e há também uma relação externa historiador-literatura. As obras literárias podem ser analisadas como o testemunho dos inúmeros projetos de uma dada época e submergidos num caudal de memórias silenciadas por um projeto alçado à condição de representação hegemônica de uma dada sociedade, e que, portanto, é aproveitada e explorada politicamente pelos homens públicos, *“e participam, juntamente com a história e o cinema, do processo histórico, político e social da definição das identidades nacionais, sociais e individuais, seguindo trilhas ao mesmo tempo divergentes e paralelas”*²³². São, portanto, muito bem aproveitadas pelos políticos, pois delas podemos extrair projetos políticos alternativos, visões de mundo, trajetórias de vida, episódios históricos que, uma vez manifestos são também muito bem utilizados e expropriados pelas instâncias de poder.

²³²LEMAIRE, Ria & DECCA, E.S. de. [org]. Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura. Campinas, Porto Alegre. Ed. Da UNICAMP/Ed. Da UFRS, 2000.

Da literatura surge, por exemplo e exaustivamente citado nos pronunciamentos políticos, o escritor João Cabral de Melo Neto com sua obra *Morte e Vida Severina*. Trechos²³³ são recitados na íntegra ou comentados ou reintroduzidos nos mais diversos contextos e momentos pelos parlamentares, sempre vinculando as questões postas no presente, com a intenção do discurso associado ao tema que proferem.

Como no exemplo que se segue:

“(...) Sr. Presidente, **é difícil defender só com palavras a vida, sobretudo quando é essa que se vê, como diria João Cabral de Melo Neto** (...)”²³⁴ [grifos nossos]

João Cabral de Melo Neto permite uma discussão não somente da questão da reforma agrária em si, mas a discussão de uma tópica de “*não se fazer reforma agrária somente com palavras*”, e ainda é utilizado nos casos de violência contra o trabalhador rural e mortes no campo, pois é sempre utilizado com seu poema *Funeral de um lavrador*: “*esta cova em que estás com palmo medida é conta menor que tiraste em vida, é a terra que queria ver dividida, é a parte que te cabe desse latifúndio*”. João Cabral de Melo Neto é o autor que ganha disparado em todas as citações parlamentares, aparecendo também em peças processuais e arrolados do judiciário.

Além da figura de João Cabral de Melo Neto, Patativa do Assaré aparece inúmeras vezes. Como no exemplo abaixo, onde o senador faz referência, num mesmo trecho, aos dois escritores:

“(...) Nossa homenagem àqueles que faleceram tombando no campo inclui os que ficaram no anonimato, mas que também ajudaram a construir a história dos Raimundos, Josés, Marias, que morreram pela terra e que, agora, fazem parte dela.

Como diz **João Cabral de Melo Neto** em **O Funeral de um Lavrador**:

"Esta cova em que estás/ Em palmos medida/É a conta maior que tiraste em vida.

Não é cova grande/É cova medida/É a terra que querias ver dividida.

É a parte que te cabe neste latifúndio".

A esses tristes versos de um erudito somamos os versos cheios de esperança numa reforma agrária que traga paz ao nosso País, de um grande artista popular, **Patativa do Assaré**, que no poema **Eu quero**, declama:

"A bem do nosso progresso/Quero o apoio do Congresso/Sobre uma reforma agrária/Que venha, por sua vez,/Libertar o camponês/da situação

²³³ É possível encontrar referências a João Cabral de Melo Neto, em pronunciamentos de vários senadores, principalmente os oposicionistas a FHC. Como exemplo de longos trechos no pronunciamento da senadora Benedita da Silva do PT/RJ, em 25/04/1996; Eduardo Suplicy do PT/SP em 16/04/1998, Amir Lando do PMDB/RO em 05/05/2000, entre outros.

²³⁴ Denúncia no pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 01/08/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

precária./Finalmente, meus senhores,/quero ouvir entre os primores/Debaixo do céu de anil/As mais sonoras notas/Dos cantos dos patriotas/Cantando a paz do Brasil.”²³⁵

Bertold Brecht é usado na questão da violência e opressão contra os sem terra:

“(…) Vou concluir este meu aparte com uma frase de **Bertolt Brecht**, que dizia: **"Do rio, que a tudo arrasa no meio de enchente, dizem que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o reprimem"**.(…)”²³⁶

O trecho acima vem citado inúmeras vezes para justificar a violência usada pelos sem terra como resposta à violência que sofrem e que é impingida pelo Estado. Os parlamentares também recorrem a personalidades políticas marcantes para estabelecer comparações:

“(…) Quero lhe dizer que ele [José Rainha] fica na história como **Mandela**, que foi preso. Senadora Heloísa Helena, estou lendo o livro **Memórias do Cárcere**, de **Graciliano Ramos**, e vejo que as injustiças continuam. Mas sou muito otimista. Como disse **Juscelino K.**, é melhor ser otimista, pois o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. V. Ex^a revive aquele grito de justiça de **Rui Barbosa**, que é o patrono desta Casa. (...)”²³⁷

“(…) **nem Franz Kafka, no seu famoso O Processo, descreve um fato tão inusitado.** De repente Joseph K. é **suspeito de um crime que não cometeu,**”²³⁸

Franz Kafka e Graciliano Ramos são sempre associados aos momentos em que alguma liderança está presa. Servem para justificar os inocentes políticos na cadeia. São Associados aos inocentes que pagam por crimes que não cometeram.

Os estadistas são citados como exemplos de administradores a serem seguidos, são utilizados como referência de modelo, principalmente pelos governistas:

“(…) como disse **Churchill, o grande Estadista: "As promessas do candidato são o sepulcro caído do estadista"**.”²³⁹ [grifos nossos]

²³⁵Trechos do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SO, em 16/04/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²³⁶Trecho do aparte do senador José Eduardo Dutra, do PT/SE, ao pronunciamento do senador Geraldo Melo do PSDB/RN, em 30/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

²³⁷Trecho do pronunciamento do senador Geraldo Mesquita Júnior do PSB/AC, em 24/10/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²³⁸Comunicação feita no pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 06/04/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²³⁹Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias, em 21/11/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

O exemplo acima aparece citado inúmeras vezes para se criar argumentos de que os políticos devem cumprir as promessas feitas ao povo.

Ao se pronunciarem sobre as manifestações, os protestos, as passeatas nas ruas realizadas pelo povo, Castro Alves é muito requisitado, para se lembrar a velha máxima de que “*a praça é do povo*”:

“Não desprezo de maneira alguma a voz do povo, nem me esqueço de **Castro Alves**: “**A Praça, a Praça é do povo como o Céu é do Condor (...)**”²⁴⁰ [grifos nossos]

Em alguns exemplos Castro Alves aparece associado a João Cabral de Melo Neto:

“(...)Tenho gasto as minhas palavras, repetido para mim mesmo, porque eu ainda não pude buscar uma forma que superasse o meu entendimento e até a colocação verbalizada do que penso. Várias vezes assumi a tribuna, não apenas neste mandato mas também nos anteriores, para falar da reforma agrária, da necessidade de se dar um tratamento mais justo, adequado, profícuo e efetivo, que saia da mídia, que saia do papel, que saia do gabinete, mas ponha os pés na lama, lembrando aqui **Castro Alves**:

"Leitor, se não tens desprezo/De vir descer às senzalas/Trocar tapetes e salas/ Por um alcouce cruel,/Vem comigo, mas...cuidado.../Que o teu vestido bordado/Não fique no chão manchado,/No chão do imundo bordel.

Não venhas tu que achas triste/Às vezes a própria festa./Tu, grande, que nunca ouviste/Senão gemidos da orquestra/Por que despertar tu'alma,/Em sedas adormecida,/Esta excrescência da vida/Que ocultas com tanto esmero?/E o coração - tredo lodo,/Fezes d'ânfora doirada/Negra serpe, que enraivada,/Morde a cauda, morde o dorso/E sangra às vezes piedade,/E sangra às vezes remorso?...

Não venham esses que negam/A esmola ao leproso, ao pobre./A luva branca do nobre/Oh! Senhores, não mancheis.../Os pés lá pisam em lama,/Porém as fronte são puras/Mas vós nas faces impuras
Tendes lodo, e pus nos pés. (...)

Porque tendes mentiras ao invés da verdade dos pés que estão pisando na terra sem destino, sem futuro e sem esperança. O que é preciso? **É preciso sair da mídia e ir para o campo, porque reforma agrária se faz na terra e no campo e não apenas nos gabinetes, a partir de relatórios que muitas vezes frustram a realidade**, criando cenários favoráveis e promissores, quando a realidade é bem diferente. (...) O tema é amplo e geral. **É difícil falar sobre reforma agrária em 20 minutos apenas, porque são cinco séculos de latifúndio**. Mas agradeço, mais uma vez, a generosidade e a complacência de V. Ex^a, que me concedeu alguns minutos a mais.”²⁴¹ [grifos nossos]

²⁴⁰Idem.

²⁴¹Trecho do pronunciamento do senador Amir Lando, do PMDB/RO, em 05/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Alguns autores e escritores atuais são bastante utilizados na construção dos sentidos. Nesse exemplo, temos bastante citados pela oposição a FHC, em função de suas trajetórias intelectuais de vida, Frei Betto e Dom Pedro Casaldáliga. Seus textos são muito citados pois, trazem uma noção de religiosidade ao tema da Reforma Agrária, e os discutiremos mais adiante. Senão vejamos um trecho:

“(...) Repito as palavras do Frei Betto: "Quando se aprenderá que justiça não se faz com polícia e, sim, com boa política? O que é melhor: um sem-terra com enxada na mão ocupar uma área ociosa para plantar alimentos ou virar um assaltante e, com uma arma na mão, ocupar residências e matar?" (...) ouvindo sugestões que Frei Betto faz ao Governo, (...)”²⁴² [grifos nossos]

Vários desses escritores aparecem entrelaçados literariamente às questões e episódios históricos passados, principalmente ao episódio de Canudos, narrado na obra de Euclides da Cunha, ou mesmo o episódio da Cabanagem. Nessa busca histórica por símbolos e marcos que definam o rumo da causa, as oposições (de FHC) constroem argumentos mais emotivos e os governistas procuram se autodenominar como mais “racionais”, com os chamados registros “formais” das “datas comemorativas”²⁴³.

O senador Lúcio Alcântara, por exemplo, usa sempre um tom comedido na elaboração de seus discursos e consegue, em seus pronunciamentos, realizar algo bastante distinto: elogiar FHC e ao mesmo tempo se reportar a esses “héreis e mártires” da história, combinando em tais posturas um resultado final que se aproxima em termos de construção narrativa a algo muito parecido com os partidos de esquerda, entretanto, com finalidades completamente distintas destes, pois, visa legitimar as ações empreendidas pelo presidente FHC, e nessas combinações, ao mesmo tempo que registra, por exemplo o centenário do episódio de Canudos, ao afirmar que “*Canudos vive*”, escolhe um tom de maior distanciamento dos problemas da população, se fundamentando principalmente na erudição, no uso do argumento da autoridade

²⁴²Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 01/02/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁴³O senador Lúcio Alcântara registra o 25 de maio – Dia do Trabalhador Rural, em pronunciamento do dia 26/05/1996, depois repete o ato em pronunciamento do dia 26/05/1997, fazendo o Balanço legislativo elogioso do governo FHC, em 01/07/1997, ou mesmo insistindo em decisões como a descentralização da reforma agrária. Sempre que se refere, aos “casos emblemáticos” como Padre Josimo, Chico Mendes, Corumbiara, Eldorado ou morte de líderes sindicalistas, como no pronunciamento de 23/02/2000, procura fazer tais referências dentro de uma linha argumentativa que legitime as ações e as medidas do Governo FHC, é como psdbista sempre elogioso às ações do governo.

científica da historiadora Maria Isaura Pereira de Queiroz, combinando análises do filme de Canudos, do diretor Sérgio Resende, analisando e fazendo uma releitura de “a guerra do fim do mundo de Mário Vargas Llosa, afirmando como marco a obra de Euclides da Cunha – Os sertões, finalizando com citações de Frei Betto para estabelecer comparações entre Canudos e Eldorado Carajás. Embora não haja identificação nenhuma do referido senador e seu grupo com a causa em questão, postas ao longo de sua exposição, o mesmo simplesmente organiza os elementos expostos e disponíveis e, deles se apropria para a construção de um discurso com argumentos sustentáveis, pois sua finalidade é registrar a data comemorativa do centenário de Canudos²⁴⁴.

Assim sendo, os episódios históricos da luta pela terra são reafirmados, tendo como marcos, a obra de Euclides da Cunha - Os sertões, pois, a “*realidade exposta por Euclides da Cunha no magistral Os Sertões, há quase um século, é substancialmente a mesma de hoje em extensas partes do território nacional*”²⁴⁵, somados ao episódio da Cabanagem, registrado como marco, pois, “*a Cabanagem, assim como a maioria das lutas populares que hoje se travam por todo este imenso país, foi uma luta legítima do próprio povo, feita de baixo para cima como se diz*”, sendo assim um movimento “*emblemático*”:

“(…) uma nação sem memória é uma nação fadada a negligenciar a sua própria História. Pensando desta forma, não poderia deixar de registrar, na mais alta tribuna parlamentar deste País, a passagem do 162º ano desde a realização do mais significativo e emblemático movimento popular pela conquista do poder que se tem notícia na nossa História. Experiência ímpar na História do Brasil, a Cabanagem constitui-se no único movimento popular que, pelas armas, conseguiu tomar o poder. (...) o movimento cabano ocorrido no Pará se distingue dos demais por ter sido conduzido, desde os seus primórdios, pelos caboclos aliados aos negros e índios e o povo pobre em geral, que vivia marginalizado.(...) Ao se voltarem os olhos para a dinâmica história da Cabanagem, verificar-se-á como o povo determina o seu próprio destino. (...) A injustiça social em nosso País é grande e as desigualdades vêm aumentando a cada dia; (...) E os trabalhadores têm de lutar diariamente, porque, se não lutarem, não conseguirão um só palmo de terra para plantar, a não ser os sete palmos de terra para serem enterrados. (...)”²⁴⁶ [grifos nossos]

²⁴⁴Pronunciamento do senador Lúcio Alcântara, do PSDB/CE, em 26/11/1996 em comemoração ao centenário do ano de início do conflito. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁴⁵Trecho do pronunciamento do senador Valmir Campelo do PTB/DF, em 24/11/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁴⁶Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 08/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Além dos episódios e feitos históricos passados considerados “*dignos de serem memoráveis*”, os episódios recentes vão sendo intercalados e também explorados literariamente, pois são eles que vão “encadeando” o desenrolar da história, nessa luta de construção e fixação de sentidos, nessa busca pela determinação dos rumos a serem empreendidos. É nesse sentido que podemos citar, o caso da prisão de Diolinda Alves de Souza, esposa da liderança Jose Rainha, que permaneceu por 47 dias na cadeia, a contar da data em que foi presa a 25 de janeiro de 1996. Sendo que, por conta do dia Internacional da Mulher, no dia 08 de Março, foi homenageada na tribuna, por diversos senadores da esquerda (oposição a FHC), como no exemplo do senador José Eduardo Dutra, e no dia 12/03/1996, pelo senador Eduardo Suplicy, que registrou um poema de Pedro Tierra, em sua homenagem, pelo dia Internacional da mulher²⁴⁷. Tais homenagens culminavam sempre com a defesa da causa e com críticas a FHC:

“(…) O poeta Pedro Tierra²⁴⁸, no Dia Internacional da Mulher fez esta poesia em homenagem a Diolinda e às mulheres:

Diolinda/Teu nome nesta noite corre/Entre as fogueiras dos acampamentos/Anda na boca de teus irmãos,/que assaltam as cercas/vigiadas pela multidão de bois/e das armas./Teu nome hoje/é falado em voz alta/dentro dos palácios,/como um vento insubmisso./Insuportável aos ouvidos do poder/Tão frágil,/tua luz perigosa de mãe,
na cela, cega os olhos,/de juízes cegos,/incapazes de ver banqueiros soltos.../Hoje, Diolinda,/teu nome é o nome/de todas as mulheres do mundo./Teus irmãos, onde estejam,/vigiam por ti./Eles sabem:/“Mais fortes são os poderes do povo! (...)”²⁴⁹ [grifos nossos]

²⁴⁷ Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 12/03/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁴⁸ Pedro Tierra- nascido Hamilton Pereira, em julho, de 1948, em Porto Nacional, no Tocantins. Viveu em seminários e prisões. Em seminários quando não tinha o uso da razão. Nas prisões, quando adquiriu. Algumas de suas poesias: A morte anunciada de Josimo Tavares, A pedagogia dos aços. Militante informal do MST; participou da Comissão Pastoral da Terra (CPT) juntamente com João Pedro Stedile. Lutou contra a ditadura militar em uma organização proscrita. Depois de três anos clandestino caiu nas mãos do aparato repressivo do regime. Cumpriu cinco anos de prisão, de 1972 a 1977. Libertado vivo, contribuiu para fundar e organizar Sindicatos de Trabalhadores Rurais em alguns estados do país. Em 1987 tornou-se membro da diretoria executiva do PT (Partido dos Trabalhadores). Poeta. Sem outros atributos. Oito livros publicados: *Poemas do povo da noite*, *Água de rebelião*, *Missa da terra sem males*, *Missa dos quilombos*, *Inventar o Fogo*, *passarinhar*, *Zeit der widrigkeiten*, *Bernardo Sayão e o caminho das onças*. *Dies Irae*, seu livro com 9 textos, aborda a violência no Brasil, em particular no campo. Em 1997 foi convidado pelo então governador do Distrito Federal Cristovam Buarque para dirigir a Secretaria de Cultura, onde permaneceu até o final do governo. Site de consulta: http://usuarios.cultura.com.br/migliari/br_pt2.htm. Acesso em 23/03/2008.

²⁴⁹ Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 12/03/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Vale ressaltar nesse particular que as poesias²⁵⁰ também sempre constituíram parte deste repertório de construção retórica e foram (e são) utilizadas e re-apropriadas, principalmente no gênero deliberativo²⁵¹. Entretanto, sua produção está ligada aos Movimentos Sociais e defensores da causa, vários deles responsáveis por sua elaboração, dos quais daremos alguns exemplos mais adiante.

No gênero judiciário, nas peças processuais de defesa do Movimento e da causa da reforma agrária, a literatura também é muito explorada na tentativa de se convencer o magistrado, compondo um elemento importante ao lado da lei, da doutrina e da jurisprudência comumente citadas.

Nesse sentido são citados, além dos destacados escritores da literatura já mencionados, a figura de José Saramago e mesmo do poeta Luís Vaz de Camões. Como no exemplo da sentença judicial concedendo liminarmente, uma reintegração de posse contra o MST, utilizando os versos de Camões *“adequados para se mensurar a extensão atual dos efeitos do direito de propriedade”*:

“Invoco os versos de LUIZ DE CAMÕES, que são adequados para mensurar-se a extensão atual dos efeitos do direito de propriedade:

**"Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades".**

Mas, considerando, que a posse foi justificada e, os réus sequer deram-se ao trabalho de comparecerem à audiência prévia de justificação, além dos fundamentos já expostos, **defiro a liminar requerida,** (...)²⁵²[grifos nossos]

Muito utilizado também é a figura do pensador Jean Jacques Rousseau, principalmente quando se trata de buscar sentido para o entendimento da propriedade privada:

²⁵⁰A retórica foi a primeira prosa literária de durante muito tempo permaneceu como a única; por isso, precisou distinguir-se da poesia e encontrar suas próprias normas. Por quê? Afinal, um discurso poético pode ser perfeitamente convincente. Só que a poesia grega utilizava uma língua arcaizante, bastante esotérica, e seus ritmos a aproximavam muito do canto. Portanto, era preciso recorrer à prosa, mas uma prosa digna de rivalizar com a poesia. Em suma, entre o hermetismo dos poetas e o desmazelo da prosa cotidiana, a prosa oratória devia encontrar suas próprias regras. REBOUL, O. Elocução: língua e estilo – uma arte funcional. In: Introdução à Retórica. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção Justiça e Direito. pp.61-62

²⁵¹É importante mencionar que os parlamentares não fazem - no sentido de criar - poesia, eles se re-apropriam de todo um material literário e poético referentes à temática.

²⁵²BRASIL. Sentença concedendo, liminarmente, uma reintegração de posse contra o MST. Elaborado por Augusto N. Sampaio Angelim. Peça processual disponibilizada no sítio jusnavegandi. Endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=338>. Acesso: 18/02/2007 e 12/08/2008.

“(…) Para por fim a esta peça, que vai longa pela necessidade e relevância do assunto, ficamos com NORBERTO BOBBIO, que interrogando-se sobre a origem das desigualdades entre os homens, defrontou-se com a invectiva bradada por **Jean-Jacques Rousseau contra o primeiro homem que, circundando seu poder, declarou: "isto é meu"**. Daí a afirmação do pensador italiano no sentido de que em nosso modelo democrático uns são mais iguais - e livres - do que outros. Cumpre a nós tentarmos minorar as dimensões dessa desigualdade.²⁵³

Ou mesmo José Saramago, utilizado para nele se encontrar elementos que permitam identificar os “excluídos”, “os desvalidos da sorte”, “os solitários”, “essa gente miúda” que precisa de apoio, que “precisa de reforma agrária”, “que necessita de atenção do governo”:

"(...) Madre de tetas grossas, para grandes e ávidas bocas, matriz, terra dividida do maior para o grande, ou mais de gosto ajuntada do grande para o maior, por compra dizemos ou aliança, ou de roubo esperto, ou crime estreme, herança dos avós e meu bom pai, em glória estejam. Levou séculos para chegar a isto, quem duvidará de que assim vai ficar até à consumação dos séculos? E esta outra gente quem é, solta e miúda, que veio com a terra, embora não registrada na escritura, almas mortas, ou ainda vivas? A sabedoria de Deus, amados filhos, é infinita: aí está a terra e quem a há-de trabalhar, cresci e multiplicai-vos. Cresci e multiplicai-me, diz o latifúndio. Mas tudo isto pode ser contado doutra maneira." (JOSÉ SARAGAMO, "in" "Levantado do Chão")²⁵⁴

Os exemplos literários são inúmeros e apresentam combinações as mais diversas, pois, não existe uma regra a seguir, existem invenções e o uso da criatividade para obtenção dos efeitos desejados.

As músicas²⁵⁵ também trazem elaborações textuais interessantes, combinadas que são à exploração parlamentar.

Pouco antes de 2003, por volta de 2001-2002, numa discussão que vinculava o problema da reforma agrária ao problema da fome, sendo esta solução para aquela, os parlamentares utilizavam-se das produções musicais, com exploração de trechos específicos que lhes fossem interessantes. Assim, a figura de Luiz Gonzaga se

²⁵³BRASIL. Contestação em Ação Reivindicatória contra grupo de Sem Terra. Elaborado pelo Procurador do Estado Wagner Giron de La Torre, atuando na Procuradoria de Assistência Judiciária da Comarca de Taubaté (SP). Peça processual disponibilizada no sítio [jusnavegandi](http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427). Endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427>. Acesso: 18/02/2007 e 12/08/2008

²⁵⁴BRASIL. Contestação em Ação Reivindicatória contra grupo de Sem Terra. Elaborado pelo Procurador do Estado Wagner Giron de La Torre, atuando na Procuradoria de Assistência Judiciária da Comarca de Taubaté (SP). Peça processual disponibilizada no sítio [jusnavegandi](http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427). Endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427>. Acesso: 18/02/2007 e 12/08/2008

²⁵⁵É importante mencionarmos que a composição visualizada no trabalho é apenas textual, na medida em que integram as discussões do gênero deliberativo sobre a temática.

constituiu referência para a temática. Como no exemplo da senadora Marina Silva, ou da senadora Heloisa Helena, ambas do Partido dos Trabalhadores que, para defender o programa da renda mínima, do Estado assistencialista, sempre se utilizaram de um trecho de uma música de Luiz Gonzaga, intitulada Vozes da Seca, de autoria de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, sempre insistindo no seguinte trecho:

“Seu doutô os nordestino têm muita gratidão
Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão
Mas doutô uma esmola a um homem qui é são
Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”²⁵⁶ [grifos nossos]

A música inspirou companhas com a expressão: “*Não dê esmola, dê cidadania*”:

“Seu doutô os nordestino têm muita gratidão/Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão/Mas doutô uma esmola a um homem qui é são/Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão/É por isso que pidimo proteção a vosmicê/Home pur nós escuído para as rédias do pudê/Pois doutô dos vinte estado temos oito sem chovê/Veja bem, quase a metade do Brasil tá sem cumê/Dê serviço a nosso povo, encha os rio de barrage/Dê cumida a preço bom, não esqueça a açudage/Livre assim nós da ismola, que no fim dessa estiage/Lhe pagamo inté os juru sem gastar nossa corage/Se o doutô fizer assim salva o povo do sertão/Quando um dia a chuva vim, que riqueza pra nação!/Nunca mais nós pensa em seca, vai dá tudo nesse chão/Como vê nosso distino mercê tem nas vossa mãos”²⁵⁷

Na letra acima é interessante observar o porquê de sua referência exaustiva pelos parlamentares. A música tem como divulgação um homem simples (do povo) que “pede” “cidadania” ao governante. Em momento nenhum há a idéia de que a “cidadania” deva ser conquistada por ele próprio [povo do sertão], mas sim “doada” do governante ao governado, do hierarquicamente “superior” ao subordinado, onde o representante escolhido, através do voto, pelo eleitor simplório, “suplica” a proteção do governante, tendo este último, as rédeas do destino do outro.

A letra da música foi explorada já no início de 1995, mas ganhou força para a mobilização do Projeto Fome Zero, carro chefe que ajudou na eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 e que se sobrepôs ao tema da reforma agrária, fazendo deste um mero apêndice daquele:

²⁵⁶Citado em vários pronunciamentos, o trecho pode ser encontrado, a título de exemplo, no pronunciamento do dia 20/09/1999, pela senadora Marina Silva do PT/AC, ou do senador Antonio Carlos Paladares do PP/SE em 22/03/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁵⁷Letra da música Vozes da Seca – Luiz Gonzaga e Zé Dantas.

“(…) **“Doutor, uma esmola, para um homem que é são, ou o mata de vergonha ou destrói o cidadão”.**

(…) Então, **“uma esmola, Seu Doutor, ou humilha o cidadão ou o mata de vergonha”.** Então, a garantia de uma renda, como um direito à cidadania, não deve ser vista como esmola, como caridade; tem de ser vista como um direito à cidadania, o direito de todas as pessoas partilharem do planeta Terra, (...) **de todas as pessoas que, por ventura, estejam sem terra.** (...) Cumprimento todos que se empenharam no **Projeto Fome Zero, sobretudo, o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e toda a sua equipe,** porque esse é um debate, conforme Dom Mauro Morelli, tem-nos dito, da maior transcendência e importância, desde quando Josué de Castro escreveu a “Geopolítica da Fome”, e Betinho e Dom Mauro Morelli trabalharam no Projeto de Segurança Alimentar. Mas temos que colocar isso como uma urgência para hoje, para amanhã. (...)”²⁵⁸ [grifos nossos]

A fome foi matéria para a realização de vários discursos, e que permitiu por exemplo, a exploração de trechos como de Mário de Andrade:

"Não aguento a fome/Não há mais perdão
Deus dorme nos ares/O chefe nas camas
Acordo no chão/Eu quero o meu pão"
(Mário de Andrade, "Café")²⁵⁹

Há também aqueles que fazem uma “salada mista”, uma mistura de autores da literatura com intérpretes de música, como no exemplo abaixo, em que na busca pela construção de um sentido, há uma miscelânea combinando poesia, música, citações bíblicas:

“(…) Como agiu **Franklin Delano Roosevelt** no pós-guerra? Atentai bem, pois ele disse: **“As cidades poderão ser destruídas; o campo, não. O campo jamais pode ser desamparado e destruído, porque se ele for abandonado, as cidades serão destruídas pela fome.” Zelai pelo campo, olhai, esteja atento, atendei. Os sem-terras vieram (...) A causa não é explicada por um italiano, não, ela é explicada por um poeta do Nordeste, Gonzaguinha, e por um cantor, o Fagner.** Eu não sou bom para cantar; quem canta bem é a Líder do PT - S. Ex^a não veio hoje, a representante de Santa Catarina - e também o Senador Eduardo Suplicy. Senador Osmar Dias, **o Fagner diz, na letra da música que ele canta, intitulada “Guerreiro Menino”:** “Um homem se humilha se castram seu sonho, seu sonho é a sua vida e a vida seu trabalho...se morre, se mata” Ele mata, rouba e morre. É isso que está ocorrendo em nosso País: o sonho do trabalho (...)”

(...)temos que utilizar a estrutura, mas **não ficar só de “palavras, palavras...”**, como diz Shakespeare. Se **Shakespeare** fosse escrever sobre Brasil, Brasília, ele diria: **“É mentira, é mentira e mentira”.** E ao povo do Brasil, a **voz de Cristo,**

²⁵⁸Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 16/10/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁵⁹Trecho do pronunciamento do senador Odacir Soares, do PFL/RO, em 25/10/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

hoje, diz: "Em verdade, em verdade eu vos digo, bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça"²⁶⁰ [grifos nossos]

Tais re-introduções literárias, musicais, artísticas, assumem um caráter particular dentro da política, pois são estas produções que tornam inteligível o imaginário social que é comunicável através da produção dos “discursos” nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem. Os signos investigos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. “*É assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento*”²⁶¹. Assim, a produção cultural-literária de uma época não é construída com vistas a um fim pré-determinado pelo autor, cuja escrita surge antecipadamente a esquemas de interpretação e de apropriação do texto pelo leitor. Ao contrário, somente o leitor poderá conceder à produção literária essa finalidade. Há relações estéticas na relação leitor-texto, autor-obra. Assim, os políticos transferem o fato estético para o universo da historicidade, uma vez que, como sujeito da ação retórica podem imprimir forças às imagens literárias, traduzindo-as no sentido de sua própria vida e contexto histórico, realizando “*a pronunciatio*”.

A riqueza de tais artefatos, consubstanciados em signos linguísticos é tão rica e variada, que sabemos não poder abarcar neste trabalho as inúmeras possibilidades de análises que as mesmas ensejam. Portanto, daremos apenas um exemplo, que nos parece muito significativo e que evidencia a riqueza de representação, os efeitos delas deduzidos e dela faremos generalizações pertinentes, o qual vincula diversos componentes culturais da produção temática e apresenta inúmeras formas de re-apropriação. Trata-se da música do Zé Ramalho intitulada: Admirável Gado Novo²⁶²,

²⁶⁰Trecho do pronunciamento do senador Mão Santa, do PMDB/PI, em 17/05/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁶¹BACZKO, Bronislaw. In: “Imaginação Social”. Enciclopédia Einaud - vol. 5 anthropos-homem. 288. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda. p 311.

²⁶²De acordo com registro do encarte da coletânea de 20 anos de Antologia Acústica de Zé Ramalho a música foi lançada no Teatro Teresa Raquel, quando só tinha 10 músicas para cantar, as do disco Admirável Gado Novo. A reação da platéia às primeiras apresentações deixou-o assustado e desconfiado que poderia ser um sucesso. Quando o segundo disco veio à tona, a versão simplificada de palco, com voz e violão, já era razoavelmente conhecida. O arranjo original do próprio Zé Ramalho e cordas (de Paulo Machado), destacando o sax tenor de Nivaldo Ornellas, tornou-se um clássico na música brasileira, tipo Take the A Train com Duke Ellington. Duke regravou-o em arranjos diferentes e Zé também o fez. Assim, a deste álbum destina-se a uma versão Cult, com Dominginhos fazendo a condução, e o coro final no refrão Êh, ôh, oh, vida de gado/povo marcado êh/povo feliz, e que levou essa música a puxar as vendas da trilha sonora da novela Rei do Gado.

que em 1996, entrou como parte integrante da personagem Sem Terra da atriz Patrícia Pilar, na novela *Rei do Gado*. A novela trouxe à opinião pública inúmeros debates sobre a questão agrária do momento e apareceu nos debates dos parlamentares da república. Sem nos enveredarmos por um caminho de análise “produção-recepção” da obra, tangenciamos apenas o que nos foi visível pelas fontes diretamente estudadas, que se constituíram fundamentalmente e delas se alargaram, nos pronunciamentos do Senado Federal.

A música “Admirável Gado Novo” de Zé Ramalho²⁶³ foi inspirada no título do livro de Aldous Huxley²⁶⁴, *Admirável Mundo Novo*. Se acompanharmos a trajetória de Aldous Huxley percebemos uma preocupação com as questões sociais de seu tempo. A música de Zé Ramalho foi lançada no teatro Tereza Raquel do Rio, no show de lançamento de seu primeiro LP, em 1979. A canção aborda a vida sofrida do povo que vive no sertão, fala das dificuldades para a sobrevivência, enaltece e valoriza o trabalho árduo das pessoas, além de sugerir a esperança de tempos melhores e evidenciar que “*o povo é marcado, porém feliz*”. Portanto, a música foi feita num determinado contexto histórico cultural e depois foi tema da novela *O Rei do Gado*, da rede Globo de Televisão, em 1996/1997, e passou a ter sua imagem associada ao movimento dos sem-terra. Em 1998, Zé Ramalho cantou “*Admirável Gado Novo*” numa das manifestações dos Sem-Terra em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, e saiu ovacionado. Assim, essa canção dá margem a discussões sobre as condições de vida da população rural nordestina, funciona como crítica social e através dela percebemos a expropriação de

²⁶³José Ramalho Neto, conhecido por Zé Ramalho, nasceu em Brejo da Cruz, Paraíba, em 03 de outubro de 1949. Assumindo sua vocação artística, abandonou o curso de medicina que fazia em João Pessoa para dedicar-se à música. Suas influências foram o rock da Jovem Guarda, Beatles e Rolling Stones. Compositor e intérprete, fez os primeiros trabalhos em Recife com Alceu Valença, Lula Cortez e Geraldo Azevedo, com quem compartilhou o gosto estético e musical: o sertão nordestino. A partir daí, começou a estudar mais a fundo este tipo de música. Em 70, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde gravou “*A vohai*”, sua primeira composição de grande sucesso. Inspirado pela seca e pela fome desenvolveu uma poesia profundamente nordestina e pessoal. As letras das músicas abordam o realismo fantástico do imaginário coletivo nordestino. O movimento hippie, a batalha pelo pão, a necessidade de arranjar dinheiro, a tristeza de um amor impossível etc. Como resultado de suas influências unidas à sua raiz, temos a fusão moderna de rock, com o xaxado, galope e pop.

²⁶⁴Por recorrência Aldous Leonard Huxley (Godalming, Surrey, 26 de Julho de 1894 — Los Angeles, 22 de Novembro de 1963) foi um escritor inglês. A obra-prima de Huxley, “*Brave New World*” (*Admirável Mundo Novo*), foi escrita durante quatro meses no ano de 1931. Os temas nela abordados remontam a grande parte de suas preocupações ideológicas como: a liberdade individual em detrimento ao autoritarismo do Estado. Huxley viajou pela América Central e em 1958 visitou o Brasil, tendo conhecido os índios do Xingu e as favelas do Rio de Janeiro. Ele morreu em 22 de Novembro de 1963. Endereço eletrônico de consulta: http://pt.wikipedia.org/wiki/Aldous_Huxley. Acesso em 21/04/2008.

uma produção que hoje integra o imaginário social brasileiro como uma música associada ao Movimento dos Sem Terra. Por nos remeter, através de sua letra, aos problemas vivenciados por tais agentes, podendo se fazer de tal letra, inúmeras interpretações e associações diversas com a vida de tais trabalhadores, o que de fato foi bastante explorado:

**“Vocês que fazem parte dessa massa/Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar** [remetendo às marchas e andanças do povo]
E dar muito mais do que receber

(...)

refrão

**Eh, ÔÔ, vida de gado
Povo marcado, Povo Feliz**

(...)

Os automóveis ouvem a notícia

Os homens a publicam no jornal [criticando o papel da imprensa oficial]

E corre através da madrugada/A única velhice que ficou

Demoram-se na beira da estrada [acampados esperando assentamentos nos seus lotes de terra]

E passam a contar o que sobrou

**Eh, ÔÔ, vida de gado
Povo marcado, Povo Feliz**

(...)

Contemplam esta vida numa cela [remetendo às prisões das lideranças]

Esperam nova possibilidade/De verem este mundo se acabar

(...)²⁶⁵[grifos nossos]

A música ficou muito conhecida por estar integrada à novela *Rei do Gado*²⁶⁶, de Benedito Rui Barbosa, onde havia um núcleo de estória relativa à Reforma Agrária. A personagem “Luana Berdinazzi”, representada pela atriz Patrícia Pillar, era uma bóia fria sem terra. A música de Zé Ramalho *Admirável Gado Novo* era a música tema da personagem Luana. No núcleo do enredo da novela, ainda existia um outro personagem, chamado Senador “Caxias”, interpretado pelo ator Carlos Vereza que lutava por reforma agrária.

²⁶⁵RAMALHO, Z. *Antologia Acústica*, 20 anos. Dirigido Artisticamente por Sergio de Carvalho, produzido por Robertinho de Recife, Coordenado por Otto Guerra, Gravado no Studio Lagoa, no Rio de Janeiro em Janeiro/Fevereiro de 1997. Home Page: <http://www.infochase.com.br/zeramalho>.

²⁶⁶Novela de Benedito Rui Barbosa. Colaboração de Edmara Barbosa e Edilene Barbosa. Direção Geral: Luiz Fernando Carvalho. A novela “Rei do Gado”, exibida de junho de 1996 a fevereiro de 1997, no horário nobre das 20:00 h. O folhetim trouxe como tema central o ódio entre as famílias Mezenga e Berdinazzi. Antônio Fagundes era o protagonista da trama, interpretando Bruno Mezenga, um rico criador de gado. Patrícia Pillar (Luana Berdinazzi), Raul Cortez (Jeremias Berdinazzi), Glória Pires, Carlos Vereza (Senador Caxias) e Tarcísio Meira também se destacaram na novela.

O que é interessante nesta telenovela é que a mesma foi comentada diariamente na Tribuna do Senado Federal²⁶⁷, até o ponto em que, no final da novela, o autor Benedito Rui Barbosa convidou os senadores Eduardo Suplicy e Benedita da Silva a fazerem parte do enterro (ficcional) da personagem “Senador Caxias”, pois o mesmo foi baleado tentando intermediar um conflito de terra. Aqui vem a inflexão da pergunta: “a arte imita a vida ou a vida imita a arte?” Em outra cena, o senador Caxias fez o seu discurso na Tribuna do próprio Senado Federal, cedido para a gravação de uma cena em que o senador discursava a um plenário totalmente vazio e sem ouvintes, uma cena ficcional tão próxima da realidade. Uma crítica ao fato de que nossos políticos não querem saber de reforma agrária, mas ao mesmo tempo uma forma também de transformar um problema tão real como o sofrimento do povo em ficção.

Interessante alguns comentários registrados nos anais da Casa. O senador Ney Suassuna do PMDB/PB, por exemplo, se disse sentir incomodado com uma cena da novela que transmitia a idéia de que “*senador não trabalha*”, e o senador Eduardo Suplicy respondeu ao colega que a “*cena fez bem, causou impacto na opinião pública*” e que “*houve momentos em que o cenário ali traçado constitui a realidade*”. Na referida cena, o senador, “emocionado e indignado”, falava da tribuna para um plenário vazio, pretensamente o plenário do Senado, enquanto uma câmera em *slow motion* mostrava a imensidão da platéia vazia engolindo a voz do senador. Havia apenas quatro parlamentares, além do presidente e do orador: um falando ao celular, outro de costas, outro lendo o jornal e um terceiro, após arrumar uma maleta tipo 007, deixava o plenário sem se importar com o orador, que terminava seu discurso lançando ao ar um apelo: “*Até quando, senhores? Até quando?*”²⁶⁸

²⁶⁷Existem registros nos anais do Senado de cenas inteiras gravadas, principalmente as que vinculam a temática com as cenas gravadas dentro do próprio Senado, as cenas do Senador Caxias entre outras. Tais pronunciamentos, vinculados à novela são comentados, analisados, expropriados diariamente na discussão do dia a dia do Parlamento, principalmente as cenas de maior audiência e que provocaram maior comoção.

²⁶⁸O pronunciamento do senador Ney Suassuna do PMDB/PB, em 23/07/1996 traz inúmeras outras cenas da novela contidas em detalhes e comentadas por diversos senadores, como o fato do senador (personagem da novela) procurar trabalhar e tentar desesperadamente discutir o tema da reforma agrária, ou mesmo morar em um modesto apartamento funcional e não aceitar propinas e ser exageradamente honesto, entre outros comentários. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

O senador Pedro Simon também comentou a novela, principalmente quanto ao fato do autor da novela convidar o senador Eduardo Suplicy para gravar a última cena do enterro do senador (fictício):

“(…) **E a novela da Globo?** O nosso querido amigo, Senador Eduardo Suplicy, foi convidado e estará no velório que será gravado hoje à noite, ao qual iremos assistir na televisão, na semana que vem; infelizmente, vão matar o Senador, (...) Quem diria! **A Globo, na sua novela - na minha opinião, com grande competência -, colocou o problema da reforma agrária. Discutiu e esclareceu o problema da reforma agrária de uma maneira positiva, preocupada com o social. Devemos parar para pensar sobre essa novela da Globo.** (...)”

Aparte do Senador Eduardo Suplicy – PT/SP: (...) Gostaria de dizer que **aceitei ao convite, assim como a Senadora Benedita da Silva, porque avalio que tenha sido realizado um trabalho sério** que, de fato, significou o que deveria ser a ação de um senador realmente preocupado com a questão dos trabalhadores no campo, com a questão da reforma agrária, que precisa ser resolvida com muito mais energia e rapidez. (...)

O sr. Pedro Simon - **Muito bem, Senador Suplicy, então V. Exª vai representar o Senado Federal no enterro**”²⁶⁹ [grifos nossos]

E, no dia seguinte, o senador Pedro Simon concluiu em seu pronunciamento que misturava a ficção com a realidade:

“**Trago aqui, Sr. Presidente, a morte e o enterro do Senador Caxias, velado aqui no Senado. Ao seu enterro, estiveram presentes o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Benedita da Silva**”, (...) “o senador morreu tragicamente, indo a um acampamento dos sem-terra em busca de um entendimento para o conflito. (...) **Foi vítima de uma bala perdida**”. “Ele [a personagem] falece justamente com um tiro. Em meio a um tiroteio, quando ele vai conversar com os que estavam defendendo a propriedade, num gesto de promover a paz, leva um tiro e, antes de morrer, pede que resolvam o problema através de meios pacíficos”. (...) “Trata-se de um personagem que reflete a realidade, que reflete um problema social”, (...) [tudo isso mostra, segundo o parlamentar que,] (...) **“há um sentimento, por parte da sociedade, de que chegou o momento da reforma agrária”**.(...) “Meus pêsames pela morte do “Senador Caxias” (...) “Triste coincidência essa! Chorar o “Senador Caxias”, que morreu visitando e tentando a paz no campo, chorar aqui a morte dos agricultores, dos sem-terra, que foram assassinados, e marcar a ida do companheiro Eduardo Suplicy e de outros companheiros, que vão ao Pontal do Paranapanema, mas, tenho certeza, se Deus quiser, voltarão, para trazer o resultado da sua viagem” (...)”²⁷⁰.

O senador Romeo Tuma do PSL/SP afirmou que o autor teve “*a visão certa da realidade brasileira*”, pois o escritor procurou, “*no dia-a-dia de sua novela, buscar as*

²⁶⁹Trecho do pronunciamento do senador Pedro Simon, do PMDB/RS, em 14/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁷⁰Trechos do pronunciamento do senador Pedro Simon, do PMDB/RS, em 15/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

notas taquigráficas e traduzir a realidade e, nessa questão da luta do campo, fez a previsão do que acontece e do que deverá acontecer se nenhuma providência for tomada nesse sentido [no sentido de não fazer reforma agrária]”²⁷¹

Há, portanto, em todo esse debate, que é “real”, uma dose ficcional. Pois a linha que separa o Brasil “real” do Brasil “ficcional”, na política, é muito tênue. E é por isso que em alguns momentos é muito simples afirmar que “*isso não existe!*”, quando existe, ou fazer ficcional aquilo que de fato é real, como os “problemas” da população.

Os debates acima sobre a temática da reforma agrária e a telenovela citada marcam uma discussão importante sobre o papel da mídia na sociedade brasileira e também nos remete a uma breve discussão sobre o que se pode denominar de retórica da “imagem”. A televisão combina elementos sonoros, visuais e textuais. Há um repertório amplo mobilizado pela televisão que contempla e combina os elementos da cultura letrada que são colocados em jogo diariamente. Há uma retórica da imagem, nos dizeres de Reboul, que, se a imagem é imprópria para produzir argumentação, é notável para amplificar “*o etos*” e o “*patos*”, o que causa diferenças na produção dos sentimentos políticos.

No que diz respeito a essa chamada retórica da imagem, é importante mencionar aqui, “é raro que as nossas imagens possam prescindir do texto escrito para serem legíveis”²⁷². Assim, é perfeitamente possível fazer a interpretação retórica de estátuas, esculturas, ícones, imagens que se vinculam ao gênero epidíctico, para depreciação ou exaltação dos sem terra, da pobreza, do sofrimento, da luta pela terra. Os parlamentares se aproveitam de tudo isso.

A produção dos artefatos culturais pode mesmo, e muito facilmente, se transformarem em fim de si mesmos, ou seja, a produção de tais narrativas tem, entre outras finalidades, além da estética, integrar o debate político para convencimento dos cidadãos. Estão intimamente ligados aos sentimentos e ao imaginário de quem faz parte do momento de sua confecção e integram o imaginário político que, em certa medida textual, acredita na modificação da realidade pelo discurso empreendido.

²⁷¹Trecho do pronunciamento do senador Romeu Tuma do PSL/SP, em 15/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁷²Uma boa discussão para se estabelecer em relação à arte: pinturas, esculturas etc.

Para além de uma produção textual, há também a produção do que se denomina de uma arte engajada (alguma arte não é engajada?) que reflete também a luta e os posicionamentos dos sujeitos. Isso fica evidente para nós em algumas passagens trazidas à tona, pelas oposições a FHC que lutam por “reforma agrária”.

Certo dia, por exemplo, Suplicy comentou a presença em plenário de dois artistas plásticos: o Escultor Mestre Nonato e o artista plástico Antônio Veronese, sendo que este último pinta telas sobre a temática da luta dos trabalhadores. Ambos expressam em seus trabalhos, um através das esculturas que faz, o outro por meio de suas telas, as imagens de luta dos trabalhadores rurais sem terra. Veronese, nos dizeres do parlamentar “*expressa aquilo que se passa hoje com mulheres, homens e crianças e seus instrumentos de trabalho, como a pá, a foice e a enxada*”²⁷³.

Além das pinturas, gravuras, esculturas que são a-propriadadas, há mesmo os monumentos construídos. Como no exemplo do monumento construído pelo arquiteto Oscar Niemeyer em homenagem aos 19 mortos na Chacina de Eldorado Carajás, que, segundo o parlamentar, “*iria percorrer inúmeras cidades até ser fixado em Marabá, no Pará*”²⁷⁴.

Há, nessa mesma linha de exemplos, a recorrência não só a autores e artistas de um passado clássico e remoto, mas a busca pela produção de autores, escritores, poetas, fotógrafos e outros artistas da contemporaneidade, que estão aí, produzindo e reproduzindo “imagens”²⁷⁵ perturbadoras, “imagens” de alerta, “imagens” visuais e textuais dos episódios que marcam a luta pela reforma agrária nesse país. Tais produções são também apropriadas e utilizadas. Como no exemplo abaixo, onde o senador Eduardo Suplicy introduz o seu pronunciamento do dia 17/04/1997 (1 ano após

²⁷³ Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 04/09/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁷⁴ Trecho do pronunciamento do senador José Eduardo Dutra, do PT/SE, em 12/08/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁷⁵ É possível uma discussão sobre o fato de que as palavras também geram imagens mentais, e nesse sentido a relação imagem-texto é bastante ampla. Imagem não precisa ser necessariamente uma foto, uma pintura, uma escultura, um ícone, mas também pode se pensar em imagem como a própria palavra, pois o texto gera imagens mentais, na interação que realiza entre leitor-texto, palavra-pensamento. Entretanto, não é objetivo deste trabalho enveredar-se em tais questões.

Eldorado Carajás), com texto de José Saramago, presente na introdução do livro de Sebastião Salgado²⁷⁶:

“Oxalá não venha nunca à sublime cabeça de Deus a idéia de viajar um dia a estas paragens para certificar-se de que as pessoas que aqui mal vivem, e pior vão morrendo, estão a cumprir de modo satisfatório o castigo que por ele foi aplicado, no começo do mundo, ao nosso primeiro pai e à nossa primeira mãe, os quais, pela simples e honesta curiosidade de quererem saber a razão por que tinham sido feitos, foram sentenciados, ela, a parir com esforço e dor, ele, a ganhar o pão da família com o suor do seu rosto, tendo como destino final a mesma terra donde, por um capricho divino, haviam sido tirados, pó que foi pó, e pó tornará a ser. Dos dois criminosos, digamo-lo já, quem veio a suportar a carga pior foi ela e as que depois dela vieram, pois tendo de sofrer e suar tanto para parir, conforme havia sido determinado pela sempre misericordiosa vontade de Deus, tiveram também de suar e sofrer trabalhando ao lado dos seus homens, tiveram também de esforçar-se o mesmo ou mais do que eles, que a vida, durante muitos milênios, não estava para a senhora ficar em casa, de perna estendida, qual rainha das abelhas, sem outra obrigação que a de desovar de tempos a tempos, não fosse ficar o mundo deserto e depois não ter Deus em quem mandar.”(...) Assim inicia José Saramago, um dos maiores escritores da língua contemporânea portuguesa, este maravilhoso "Terra", livro de Sebastião Salgado, de Chico Buarque e do próprio José Saramago, a respeito dos trabalhadores sem terra em nosso País.”²⁷⁷ [grifos nossos]

A produção de Sebastião Salgado integra em sua obra um conjunto de poemas, fotos²⁷⁸, músicas e outros materiais que discutem a luta pela terra, numa perspectiva de criações e imagens muito interessantes de se analisar²⁷⁹, reportando-nos à questão da pobreza, da migração dos trabalhadores, das crianças, das mortes e dor das famílias envolvidas nas chacinas de Eldorado Carajás, nos ícones e símbolos de luta do Movimento. Em seu prólogo da seção “a luta pela terra” o autor comenta:

²⁷⁶Salgado, Sebastião. Terra. Introdução de José Saramago. Versos de Chico Buarque. São Paulo: Companhia das Letras, 1997: 141-42

²⁷⁷Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 17/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

²⁷⁸Sebastião Salgado é acusado por diversas pessoas de que realiza suas fotos sem aquiescência de seus fotografados. O que nos leva a encontrar em várias de suas entrevistas e depoimentos a resposta de que “respeita o bicho homem”, garantido em várias reportagens que “não rouba” imagem. Querendo com isso dizer que “jamais fotografa sem que seja autorizado pelo personagem”, segundo palavras do fotógrafo: “a pessoa é que me dá a foto”. Cda das idéias. Playboy entrevista Sebastião Salgado. Endereço eletrônico de consulta: http://photosynt.net/ano2/03pe/ideias/34_salgado/index.htm. Acesso: 24/09/2009 e Fotografia andarilho de um planeta não revelado: Sebastião Salgado finaliza o ambicioso projeto Gênesis e fala da arte que tem como ofício. http://www.estadao.com.br/artelazer/not_art433790,0.htm. Acesso 24/09/2009.

²⁷⁹Vemo-nos compelida a limitar tais explorações de pesquisa em decorrência de fatores que extrapolam mesmo a produção da Tese em função da abordagem metodológica e do tempo necessário à realização da mesma, mas vemos em toda essa produção por nós encontrada apenas “a ponta de um iceberg” para explorações e análises que perfazem a temática.

“(…) Existem dezenas de milhares de famílias brasileiras que vivem em acampamentos à beira das estradas em vários pontos do país. São famílias de sem-terra que vão se juntando e formando verdadeiras cidades, às vezes com uma população de mais de 10 mil habitantes. **As condições de vida são as mais rudimentares**; falta tudo: água, alimentação, instalações sanitárias, escola para as crianças, assistência médica, etc. Além disso, essas pessoas vivem em grande insegurança, sujeitas às provocações e violências por parte dos jagunços e outras forças de repressão organizadas pelos latifundiários que temem a ocupação de suas propriedades improdutivas. (...). Seja como for, **os deserdados da terra alimentam a esperança de melhores dias** e uma coisa é certa: não querem mais fugir para as cidades, que já não podem mais absorvê-los, dar-lhes trabalho e condições dignas de vida. Preferem, pois, resguardando-se das ameaças da delinquência e da prostituição dos grandes centros urbanos, permanecer nos acampamentos à margem das estradas e esperar pela oportunidade de ocupar a terra tão sonhada, mesmo correndo risco de vida. **Seus projetos são idênticos: lavrar um pedaço de terra finalmente seu, construir uma casa para a família, assegurar o sustento** desta e, por meio da cooperativa a ser criada, comercializar os excedentes de sua produção agrícola, garantindo a manutenção de escola para os filhos. É esse, em síntese, o sonho comum dos sem-terra”²⁸⁰[grifos nossos]

Numa breve menção da importância da retórica da imagem na atualidade, vale mencionar o trabalho de Martins, J.S. “A epifania dos pobres da terra”²⁸¹, onde o autor realiza uma análise da fotografia intitulada “Fazenda Giacometti, Paraná, 1996” de autoria de Sebastião Salgado. Martins chama a atenção para a impossibilidade de separar arte e documento quando se trata de fotografia, contudo, tenha destacado que Salgado faz questão de dizer que suas imagens são denúncias do social e não arte. Para

²⁸⁰Algumas das fotos, dos poemas, das músicas, podem ser encontradas na página da internet de divulgação do livro. A página eletrônica traz 15 fotos que traduzem com suas respectivas legendas, selecionadas por Else R P Vieira, do livro *Terra*, de autoria do internacionalmente renomado Sebastião Salgado, considerado por muitos o melhor fotógrafo documental da atualidade (São Paulo: Companhia das Letras, 1997). As legendas, de autoria do próprio autor, tecem a narrativa verbal do drama dos despossuídos e migrantes no Brasil e da luta pela terra, nas suas diversas etapas. O fio da narrativa visual e verbal se entrelaça também à cadeia sonora de 4 músicas e respectivas letras, relacionadas à questão da terra do Brasil, de autoria do mais destacado compositor brasileiro, Chico Buarque de Hollanda. O prefácio ao livro é de autoria de José Saramago, o primeiro escritor em língua portuguesa a receber o Prêmio Nobel de Literatura. O livro é dedicado aos milhares de famílias sem terra no Brasil, cuja situação Salgado documentou em 1996. A exposição *Terra*, igualmente resultante desse trabalho, teve lugar em 1997 em 40 países e em mais de 100 cidades brasileiras. A exposição constituiu também o marco inicial das atividades, na Universidade de Nottingham, do presente projeto e website, *As Imagens e as Vozes da Despossessão*, juntamente com o evento *Landless Voices*, realizado em setembro de 2001 na Universidade de Nottingham. Em dezembro de 2002, como parte das atividades comemorativas da conclusão do projeto, a Universidade de Nottingham conferiu a Sebastião Salgado o título de Doutor *Honoris Causa*. Na internet as fotos e o material podem ser encontrados no endereço eletrônico: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-04.phtml?ng=p&sc=3&th=55&se=0>, na página intitulada: *As Imagens e as Vozes da despossessão: a luta pela terra e a cultura emergente do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Acesso: 26/04/2008.

²⁸¹MARTINS, J. de S. A epifania dos pobres da Terra. E-book. Endereço de consulta eletrônica: <http://books.google.com.br>. p. 133. Acesso: 25/09/2009

Martins a imagem retratada por Sebastião Salgado demonstra que o “*momento da imagem é fingido*”, é mais “*teatral*” do pictórico, pois aponta a quase impossibilidade do fotógrafo de ter tido contato com a marcha retratada como aparece no registro fotográfico, exatamente posto no lugar para registrar essa tomada da fazenda de forma tão forte e marcante quanto aparece na imagem²⁸². A fotografia da perspectiva de Martins em relação a Sebastião Salgado esvazia o fato histórico para torná-lo representação. Martins pergunta quem se antecipou à entrada triunfal dos trabalhadores rurais? E afirma que “*há uma câmara diretora da cena e um punctum que rege não só a leitura da cena mas também sua contra-leitura e revela além do que o fotógrafo quer revelar*”, o que para nós se traduz na intenção ou nas finalidades de convencimento que o fotógrafo quis passar na imagem que buscou construir, não só de fotógrafo, mas na vontade de defensor de uma causa, sutilezas de uma retórica da imagem:

“ao pretender fotografar o épico da marcha dos sem terra, no seu momento culminantes, o do arrombamento e da travessia da porteira, Salgado trouxe o depois para o momento do antes, violou e inverteu o tempo do acontecimento histórico para fazê-lo objeto do processo fotográfico. Ele viu antes o que só teria sentido depois e o teria sobretudo através da fotografia. (...) a foto contém uma simbologia múltipla que poder ser decomposta para demonstrá-la: a abertura da porteira, o braço triunfante, a longa procissão em busca da terra (prometida), os manifestantes em fila, o gesto da mão direita levantando a foice, as bandeiras vermelhas” etc. (...) Desse modo, o ato político sucumbe ao ato fotográfico e o protagonista da foto acaba sendo o próprio fotógrafo. A foto da “invasão”/ “ocupação” da Fazenda é uma imagem em que o estético é recoberto pelo político. (...) não é quem vê que imagina a partir do código estético. É quem age que quer propor a quem vê, através da foto, o que deve imaginar (...)”²⁸³

De outro plano, a importância da mídia aparece em todos esses artefatos e na forma como são articulados, encadeados, re-produzidos, re-interpretados. A novela foi um dos exemplos anteriores, mas há também a notícia, o jornalismo, a forma como politicamente se constroem e se interpretam os acontecimentos políticos vividos. Ainda nos dizeres de Martins, J. S. “a “ocupação”/ “invasão” de uma fazenda tem por objetivo reivindicar o direito de propriedade em nome da legitimidade da “terra de trabalho” em face da legalidade da “terra de negócio”. Tal “invasão”/ “ocupação” só começa a surtir efeito quando é noticiada no jornal, quando entra no sistema informacional e se torna

²⁸²MAMMI, L. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org) 8XFotografia: Ensaios. São Paulo: Cia das Letras, 2008. Resenha Crítica de PAULA, Z.C de. Domínios da Imagem, Londrina, ano II, nº03, p 147-152, Nov. 2008.

²⁸³MARTINS, J. de S. A epifania dos pobres da Terra. E-book. Endereço de consulta eletrônica: <http://books.google.com.br>. p. 133. Acesso: 25/09/2009.

uma referência de troca dominante das idéias. A “invasão”/ “ocupação” só ganha sentido político, “*quando entra no imaginário da modernidade. E numa sociedade do espetáculo, como a denomina Guy Debord, as grandes demonstrações de descontentamento só ganham sentido se ganharem os olhos e as emoções dos cidadãos que possam convertê-las em reivindicações políticas*”²⁸⁴.

A mídia é o veículo que põe em contato todos os agentes políticos e sociais, divulgando textual ou visualmente os lances retóricos. A mídia permite a veiculação da notícia, e pelo processo de comunicação envolvido em todo processo de divulgação é aberta a falhas, lacunas, manipulações, ambiguidades. Em suma, dentro do processo midiático, toda informação é pulverizada, fragmentada, embora o que se procure realizar é uma imagem ou ilusão de completude.

Essa ambiguidade e ilusão de completude possibilitam que em vários momentos as notícias veiculadas pareçam naturais. Isso se reflete fortemente na vida de todos, inclusive dos próprios políticos, que se aproveitam disso para elaborar suas análises argumentativas dentro do jogo retórico, ora elogiando a mídia, ora criticando, comentando reportagens e criando com a palavra a matéria prima da linguagem política que forja as interpretações dos momentos históricos. Muitos e fartos são os exemplos, dos quais citamos aqui alguns poucos.

O senador oposicionista Ademir Andrade trouxe referência explícita à mídia em um dos seus discursos. O senador enfatiza que a mídia divulga e faz campanha a favor da “lei” e a “ordem” (lemas apregoados pelos psdebistas – governo), mas não revela outras informações importantes, como por exemplo, “*o fato de que o Brasil foi considerado segundo o Banco Mundial campeão em nível de desigualdade social*”, ou seja, enfatizando-se “a lei e a ordem”, “*não nos contam que somos também um país de injustiças*”²⁸⁵

No caso acima, o político explicita a fragmentação da mídia, que ora divulga um matéria, ora esconde outras. Esse jogo de mostrar-ocultar é o tempo todo realizado pela e para a mídia, pois esta tem uma força direta junto à opinião pública e procura direcionar os olhares para os interesses que são convenientes em dados momentos.

²⁸⁴Idem.

²⁸⁵Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB – Partido Socialista Brasileiro/PA. Em 13/10/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

Em outro trecho, o mesmo senador elogia a isenção da matéria jornalística, obviamente interessado em construir, a partir dela, a lógica de exposição em que constata que, *“a justiça precisa olhar pelo sem terra, mas precisa também olhar pelos pequenos proprietários”*, *“não se podendo dar privilégios nem a um, nem a outro”*²⁸⁶.

Em diversas passagens constatamos que a maior preocupação não é com os episódios em si, mas com a repercussão internacional que os mesmos venham a ter no cenário mundial. Como o pronunciamento do senador Bernardo Cabral, em que o mesmo afirmou que as manchetes dos países internacionais falam do massacre de Corumbiara, *“é uma vergonha o registro na imprensa”*²⁸⁷. Nesse tipo de construção “vergonhoso” não é o fato ter acontecido, mas ter sido registrado pela Imprensa Internacional, um argumento que visa produzir na opinião pública a imagem da vergonha diante do ocorrido, ao tentar sensibilizar as opiniões para a imagens negativas que o Brasil possa vir a ter no cenário internacional.

Se há momentos em que se se critica a mídia pelo que ela mostra, também há os casos em que se joga a culpa na mídia pelo que ela não mostra, ou melhor, oculta. Muitas vezes, usa-se a estratégia da mentira política deliberada para afirmar que ocorreu um fato que, em realidade não aconteceu, mas que, ao se dizer que existe, procura ludibriar aqueles que não possuem o conhecimento do mesmo. O exemplo das vaias e/ou aplausos a FHC na Bahia é um bom exemplo. O senador Antonio Carlos Magalhães disse em seu pronunciamento que *“a mídia não registrou os aplausos recebidos por FHC na Bahia só as vaias”*. Já no pronunciamento do senador Pedro Simon o que ficou registrado foi que FHC foi veementemente vaiado e que *“esse gesto não é um bom caminho para a democracia”*:

“(…). E a sociedade vai ficar indefesa, porque não haverá polícia nem segurança para defendê-la, intimidada que estará por uma mídia nem sempre responsável, que não faz justiça aos acontecimentos - como não fez ontem. **Fala em vaias, mas não fala em delirantes aplausos que ocorreram durante todo o tempo. Conseguem mascarar acontecimentos e não identificam os desordeiros, que se misturam entre poucos trabalhadores sem-terra e se unem aos com-terra, que querem praticar a desordem. (....). Mas o que se salienta na mídia é a vaia.** Não se fala nos aplausos delirantes do povo em relação às autoridades, principalmente ao

²⁸⁶Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB – Partido Socialista Brasileiro/PA. Em 13/10/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁸⁷Trecho do pronunciamento do Senador Bernardo Cabral- Sem partido AM. Em 19/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

Presidente da República. Querem envenenar o ambiente, pensando que poderão se salvar, às custas da demagogia.”²⁸⁸ [grifos nossos]

O senador Pedro Simon registrou as vaias:

“Sr. Presidente, **foi muito grave o que aconteceu na Bahia. Reprovo o que ocorreu lá. O caminho da vaia, da ridicularização do Presidente da República não é um bom caminho para a democracia. (...) A vaia não atinge o Presidente da República.** Em primeiro lugar, porque seria ridículo imaginar que o Presidente da República tem algum envolvimento com o que aconteceu lá no Pará. (...)”²⁸⁹.

De qualquer forma, a mídia pode ser usada da forma que melhor convier a qualquer político. É o instrumento que permite de forma ampla interpretações diversas.

Num trecho, no governo do presidente FHC, o senador justifica-se com esse “ver” pela mídia, quando outro colega o chama a atenção para esse tipo de visão:

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB - SE) – (...) Entretanto, o que vimos foi uma humilhação, os trabalhadores jogados, de bruços na terra, algemados.

O Sr. Artur Távola (Bloco/PSDB - RJ) - Deitados, não jogados.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB - SE) - Jogados, sim. **O Correio Braziliense traz uma foto humilhante.** Ficaram com o rosto na lama. Evidentemente, os órgãos de direitos humanos no Brasil vão se manifestar a esse respeito. **A foto foi publicada na primeira página do Correio Braziliense.**

O Sr. Artur Távola (Bloco/PSDB - RJ) - **Eu vi, Senador.**

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB - SE) - **Está aqui: de costas, algemados, com o rosto colado na lama. Considero isso uma desumanidade. Assim como não apoiamos a invasão intempestiva, não concordamos com esse ato.** Então, gostaria que V. Ex^a me esclarecesse se realmente houve esse acordo antes da retirada dos trabalhadores.

O Sr. Artur Távola (Bloco/PSDB - RJ) - **Senador, eu não estava lá, não sei. Realmente, os ouvidores se afastaram sob o argumento...**

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB - SE) - **Não perguntei se V. Ex^a estava lá, V. Ex^a é Líder do Governo.** Indago se V. Ex^a, como porta-voz, como o leva-e-traz do Governo, tomou conhecimento, no Palácio do Governo, de que haveria um acordo antecipado para que os trabalhadores se retirassem do local pacificamente, a fim de evitar prisões humilhantes, como houve. (...)”²⁹⁰

²⁸⁸Trecho do pronunciamento do senador Antonio Carlos Magalhães PFL/BA. Em 23/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁸⁹Trecho do pronunciamento do senador Pedro Simon do PMDB/RS. Em 23/04/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

²⁹⁰Trecho do pronunciamento do senador Artur Távola PSDB/RJ. Em 25/03/2002. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

O trecho acima demonstra o quanto a “visão” está direcionada por esse olhar midiático, que, para os leigos, permitem acreditar ou fazer crer nos sentimentos políticos despertados pelas imagens e textos.

Outro exemplo curioso, uma vez mencionada as questões midiáticas, foi quando o colunista Arnaldo Jabor criticou o Senado Federal e o senador Nabor Junior, por mencioná-lo como “*latifundiário e inimigo*” da reforma agrária, e o mesmo registrou nos Anais a indignação e a tentativa frustrada de que o jornalista se retratasse, pois o jornal nem sequer o respondeu.²⁹¹

A mídia também desenvolve papel primordial na formação da opinião pública, e também desempenha papel importante na forma como se divulga a imagem dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra, contribuindo fortemente para a construção e reforço das imagens de “mocinhos” ou “vilões”, “heróis” ou “bandidos” e é também por este motivo que os parlamentares estão sempre atentos às notícias nela divulgada.

O trechos exemplificados acima reforçam a idéia explicativa da volubilidade do jogo político midiático, ora elogiando, ora criticando, mas sempre a utilizando nas articulações de seus atos partidários, nos interesses públicos ou particulares dentro da mídia e fora dela desenvolvidas, demonstrando que não somente a mídia impressa – jornais e revistas de grande circulação, empresas mercadológicas por definição, mas a mídia televisa são componentes fundamentais dentro do jogo político partidário, pois, em quase todos os pronunciamentos, quase que por unanimidade, a vida parlamentar brasileira se desenvolve “na” e “pela” mídia, e onde, não raras vezes, o senador sobe à tribuna para propositalmente ler o seu jornal do dia.

Os exemplos acima reforçam a idéia da importância da mídia na criação, na circulação dos sentimentos políticos, na relação direta que existe entre mídia e grau de democracia de um país, uma vez que ao compor o jogo político, a mídia pode apoiar, criticar, desmentir, ou mesmo ajudar eleger um governo ou colaborar para seu fracasso. Politicamente todos os atores sociais, entre personagens políticos, partidos e sociedade civil como um todo precisam da mídia para estrategicamente lançarem suas vozes políticas ao maior número de pessoas possíveis.

²⁹¹Trecho do pronunciamento do senador Nabor Júnior do PMDB/AC. Em 20/11/1996. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

No campo jurídico, a mídia procura exercer pressões externas de comoção e direcionamento de interesses, além da busca de sensibilização de uma opinião pública a questões jurídicas às mais diversas possíveis, no campo propriamente político as pressões midiáticas são mais intensas e consideradas até mais legítimas, pois ligadas diretamente ao convencimento dos cidadãos na lógica eleitoral do apoio representativo do eleitor que escolheu seu candidato para exercício de um mandato legislativo determinado.

Dentro de uma divisão bastante simplificada²⁹², podemos distinguir uma mídia comercial, tratando-se de empresas privadas, que naturalmente oferecem produtos para obtenção de lucros financeiros, e uma mídia pública, não apenas representada pelos canais de televisão educativos, mas também pelo canais de televisão do Senado Federal, da Câmara Federal, do Supremo Tribunal Federal, das Assembléias Legislativas dos Estados e dos Municípios de muitas cidades do país, surgidas e mantidas por uma pretensa necessidade de controle das imagens e das atividades parlamentares, antes monopolizadas pela mídia privada, que frequentemente podiam (e ainda podem) editar e usar para negociar, criar ou destruir imagens de políticos, transformando a vida política do país num ato de comoção, em que os veículos de comunicação criam os próximos lances com sabor de novela de televisão: com lances dramáticos, acusações (com ou sem provas), desespero, gritos, supostos desmascarementos, prisões imediatas com humilhação pública por algemas, denúncias de corrupção ou atos ilícitos. Portanto, os meios de comunicação de massa exercem papéis fundamentais nas democracias contemporâneas, alterando e deslocando os espaços legítimos de discussão política – os parlamentos e casas legislativas – para os estúdios de televisão (eventualmente rádio) o que evidencia mudanças substanciais na forma de concepção do político. Muda a dinâmica: vão-se os longos discursos, a argumentação pessoal e direta, a participação de muitos agentes. Entra em cena a nunca assumida censura midiática²⁹³: exclusão de muitos interessados ou implicados no tema, censura que se impõe pela impossibilidade de maquiar e colocar todos os interessados legítimos no mesmo estúdio, dar tempo igual

²⁹²Não tivemos como realizar maiores leituras para uma discussão mais detalhada da questão, que, de qualquer modo, se constitui como fundamental para o entendimento das democracias modernas e da importância midiática na formação e difusão dos sentimentos políticos. Uma análise mais aprofundada destas problemáticas constituiriam outra proposta de trabalho, não sendo objeto direto desta tese.

²⁹³BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.

e suficiente a todos e, ainda colocar no ar anúncios de patrocinadores. Mas também deixa-se de convidar, propositalmente, o agente inconveniente por razões políticas ou econômicas, ou ainda o que desagrade a audiência. Muda o perfil dos candidatos à representação política: é preciso ter bom desempenho diante das câmeras, sabendo produzir rapidamente respostas curtas, compreensíveis, que despertem a atenção e o interesse de um público. Fornece uma imagem intencional de uma sessão legislativa, ou de um julgamento no STF- Supremo Tribunal Federal, deixando transparecer uma visão específica, construída artificialmente, do que seja legislar ou julgar.

Em suma, a mídia, por todos os seus meios (televisão, rádio, jornais, internet), é a mais significativa fonte de informações dos cidadãos, para o exercício do jogo político da cidadania. A compreensão dos mecanismos pelos quais se move é fundamental.

Os senadores da República e os responsáveis pela aplicação jurisdicional estão atentos à produção de todos os artefatos culturais e os utilizam se re-apropriando deles num conjunto de somatório de vozes que formam e integram o imaginário coletivo acerca da temática da reforma agrária²⁹⁴ e que embasam e reforçam os argumentos da luta política e dos interesses dos grupos que defendem, combinando os elementos presentes nesse imaginário para alcançarem os resultados almejados.

IV

A religião e o poder transformador da cruz²⁹⁵.

Há nos discursos e nos artefatos culturais um apelo emocional muito forte, buscando introduzir na sociedade brasileira o ideal de “reforma agrária”, de “democracia”, de “partilha da terra”, da “luta e da vitória do povo sofrido”, do “auto-sacrifício”, às vezes em tom religioso, em defesa da dignidade humana, do direito à terra, como símbolo sagrado de se ter “*onde morar*”, de se ter “*onde reclinar a cabeça*”,

²⁹⁴Vale ressaltar que esse processo de expropriação: a-propriação e re-apropriação não é feito exclusivamente por políticos. É interessante mencionar, por exemplo, que no livro de Eric Nepomuceno, intitulado “O Massacre: Eldorado Carajás: uma história de Impunidade”, inclusive comentado por nós no tópico sobre os “Becos”, as fotos utilizadas em seu trabalho são as fotos de Sebastião Salgado. Portanto, à medida que o trabalho é produzido e passa a ser de “domínio público”, há todo um processo envolvido na relação produção-recepção da obra e sua re-elaboração posterior.

²⁹⁵THOMPSON, E.P. A formação da classe operária Inglesa. II - A maldição de Adão. Tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. pp 225 a 255.

discursos estes que procuram induzir, nos mais diversos segmentos e indivíduos, a fomentação de um novo imaginário social, pautado na noção de uma “*verdadeira e justa reforma agrária*”, procurando captar, segundo diversas adjetivações utilizadas a “angústia”, a “perplexidade”, a “indignação”, a profunda “consternação” diante dos fatos que acontecem quanto à questão da violência contra os trabalhadores rurais desse país e daqueles que lutam por “reforma agrária”. Assim, o discurso é engendrado e construído pela mobilização de tais sentimentos políticos, e ele se faz por meio de cada orador, que usa de tais técnicas para angariar a adesão, convencer, agregar, ganhar eleitores e adeptos às idéias e finalidades políticas. É por isso que os políticos, na defesa dos “excluídos” e na luta por uma vida melhor, tentam mobilizar as “esperanças” dos sujeitos em busca de seus sonhos, dos projetos sociais que satisfaçam as necessidades e os desejos tidos como nacionais.

Os senadores Eduardo Suplicy²⁹⁶ do PT/SP, a senadora Benedita da Silva²⁹⁷ do PT/RJ e a senadora Marina Silva²⁹⁸ do PT/AC são os que mais investiram nesse sentido.

²⁹⁶O senador Eduardo Suplicy do PT/SP tem uma trajetória política de muita influência. Formado em Economia e Administração, exerceu um mandato de deputado estadual de 1979 a 1983, um mandato de deputado federal de 1983 a 1987, e está em seu terceiro mandato de senador. Foi senador na legislatura de 1991 a 1999, 1999-2006, 2007 [...]. É um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Seu primeiro cargo eletivo foi o de deputado estadual pelo extinto MDB (1979/83) com mais de 70 mil votos. Deputado Federal (1983/87) eleito com 83 mil votos. Em 1985, candidatou-se à Prefeitura de São Paulo e, em 1986, ao Governo do Estado de São Paulo, perdendo nas duas oportunidades. Eleito vereador (1989/91) com 201.549 votos, foi conduzido à presidência da Câmara Municipal de São Paulo, tornando-se logo depois o primeiro senador eleito da história do Partido dos Trabalhadores (1991/99) com 4.229.706 votos (30% dos votos válidos). Na condição de único representante do PT no Senado, exerceu a liderança do partido entre 1991/94, mantendo-se no cargo em 1995 por indicação da bancada do PT, que já era formada então por quatro senadores. No ano de 1998 foi novamente indicado para líder do partido no Senado, acumulando desta vez também, a liderança de todo bloco de oposição (PT, PDT, PSB e PPS). Informações obtidas nos endereços eletrônicos http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=17&li=50&lcab=19951999&lf=50. E endereço eletrônico: <http://www.sampa.art.br/biografias/eduardosuplicy/>. Ambos acessados em 24/04/2008.

²⁹⁷A senadora Benedita da Silva do PT/RJ tem formação em Serviço Social e Estudos Sociais. Foi vereadora de 1983-1986, duas vezes Deputada Federal: de 1987-1991 e 1991-1995, e senadora de 1995-1998. Consulta no endereço eletrônico: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=7&li=50&lcab=19951999&lf=50. Acesso em 24/04/2008.

²⁹⁸A senadora Marina Silva, do PT/AC, tem formação em História e Metodologia e Técnicas em Ciências Sociais. Foi vereadora de 1989-1991, deputada estadual de 1991-1995, senadora de 1995-2003, senadora de 2003-[nomeada ministra], sendo que em 1988, foi eleita vereadora de Rio Branco, capital do seu estado. Dois anos depois, foi eleita deputada estadual e, em 1994, aos 38 anos, chegou ao Senado Federal como a mais jovem senadora do Brasil, sendo reeleita em 2002, cargo que trocou pelo de Ministra do Meio Ambiente. O nome de Marina Silva foi primeiro anunciado pelo presidente Lula quando ele visitava o presidente Bush, nos EUA. Endereços de consulta:

É assim que são refletidos os elementos principais que marcam as imagens, principalmente, dos discursos da esquerda: “a luta”, o “suor”, “as lágrimas do trabalhador”, o “sangue” de todos aqueles que lutam e morrem no conflito do campo. Tanto é assim que, em alguns momentos alguns senadores chegam a dizer ironicamente que a esquerda não se pronunciou “*porque não tinha nenhum cadáver pra chorar*”, porque só sabem “*parlar*” se for em cima de algum “morto”:

“(…) Portanto, alerta Senado, **a fim de que não tenhamos mais mortos e vivos discutir não em cima de cadáveres, mas em cima da vida.**”²⁹⁹ [grifos nossos]

“(…) hoje ocorreram mais duas **mortes** de trabalhadores, sempre que morre alguém volta-se à temática da reforma agrária (...)”³⁰⁰ [grifo nosso]

“(…) falo do tema sem que ninguém tenha morrido (...)”³⁰¹

Em um de seus trabalhos, E. P. Thompson³⁰² analisa o poder que tais elementos, como o auto-sacrifício e o sangue, conferem aos discursos, perceptível nos hinos e documentos do parlamento. O discurso bíblico, com seu imaginário da “terra prometida”, “trabalho na terra”, o “suor do rosto” são imagens fortemente exploradas. O auto-sacrifício vem associado ao “sangue do cordeiro” que alimenta “esperança”, que “redime”.

Portanto, as disputas pelo sagrado evidenciam uma busca de legitimidade tanto pelas esquerdas como pelo partidos governistas. Os primeiros se apóiam principalmente no caráter revolucionário de mensagem bíblica, buscando e referendando autores considerados de esquerda, os segundos o fazem se apoiando nas mensagens bíblicas mais conservadoras, buscando autores que ratifiquem suas idéias. De qualquer maneira, tanto direita quanto esquerda procuram se apropriar do sagrado para legitimar suas teses e ações.

http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=59&li=50&lcab=19951999&lf=50 e <http://www.aipa.org.br/doc-min-ma-0-lula-geral.htm>. Acesso em 24/04/2008

²⁹⁹Trechos do pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL, em 23/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁰⁰Expressão usada no pronunciamento do senador Romero Jucá, do PFL/RR, em 10/06/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁰¹Expressão usada no pronunciamento do senador Osmar Dias, do PSDB/PR, em 30/06/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁰²THOMPSON, E.P. A formação da classe operária Inglesa. II - A maldição de Adão. Tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p 251

As imagens do sagrado contidas tanto na produção legislativa (principalmente a petista do governo de FHC), quanto governistas, são imagens apropriadas da produção do próprio Movimento de Luta dos Sem Terra, através de suas lideranças e apoiadores, através de vários de seus artefatos: hinos, poemas, músicas ou textos e materiais divulgados. A linguagem “sacrificial” tem um vínculo comum com o simbolismo do “sangue” e mostra a ambivalência de um discurso milenarista acerca da reforma agrária, influenciada fortemente pela Igreja Católica Apostólica Romana, através da sua vertente da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e ligada a este órgão, a CPT – Comissão Pastoral da Terra.

Aqui, a religião, em particular a da Igreja Católica Apostólica Romana é associada à luta, mas também se apresenta em suas dissensões e divergências. Enquanto a esquerda (petista do período FHC) usa as afirmações e o engajamento de uma ala progressista da Igreja Católica, grupo ligado à Pastoral da Terra e aos intitulados aqueles que “*fizeram opção pelos pobres na América Latina*”; a direita, em seus discursos, lembra documentos e argumentos do Papa, dizendo que “*o Vaticano não apóia invasões*”, que a “*igreja [do papa] não apóia os vândalos*”, criando-se duas formas distintas de se apresentar a posição de uma mesma Instituição, mostrando a heterogeneidade de sua atuação em um país como o Brasil³⁰³.

Assim sendo, vale a pena acompanhar, dentro dessa vasta produção, apenas alguns fragmentos que evidenciam as questões expostas.

A imagem do sangue é a mais forte, sempre presente nos discursos. Até porque diariamente há mortes de trabalhadores em todo canto do país, sendo reiteradamente repetida que “*a história da luta pela terra em nosso país tem sido escrita com sangue*”³⁰⁴

As estórias e parábolas da Bíblia marcam o imaginário da “Terra prometida”, do homem “em busca de lugar pra morar”, da importância da CPT – Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica Apostólica Romana:

³⁰³Há dissensos dentro da Igreja Católica Apostólica Romana. Grupos conservadores convivem com grupos e alas mais progressistas. Não há que se falar em Igreja como um todo único e harmonioso. A Igreja da América Latina é formada e composta por bispos, padres, vigários de diferentes formações e matrizes ideológicas, desde as mais conservadoras até as mais liberais.

³⁰⁴Expressão usada no pronunciamento da senadora Benedita da Silva do PT/RJ, em 16/04/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“(…) quando vejo este plenário tão vazio, sinto um certo desestímulo para analisar algumas questões que são, do meu ponto de vista, muito relevantes. (...) Eu gostaria de fazer este registro porque a **Comissão Pastoral da Terra** tem sido um verdadeiro sal da terra na luta em defesa da reforma agrária. **A CPT, órgão ligado à Igreja Católica, tem dado uma verdadeira contribuição no sentido de lutar pela terra, pela liberdade e pela vida.** (...) **por que uma instituição que é ligada à Igreja - e a Igreja deveria estar preocupada muito mais com as coisas do espírito - preocupa-se tanto com problemas materiais, inclusive com um até bastante complicado, que é a propriedade da terra?** Até parece - alguns poderiam pensar, e muitos, às vezes, partem dessa premissa - que a Igreja Católica estaria contrariando aquele versículo bíblico, do qual todos os senhores aqui talvez tenham conhecimento, em que Jesus recomenda: **"Olhai os lírios no campo. Eles não ceifam, nem fiam, e nem mesmo Salomão, na sua grande glória, se vestiu tão bem quanto eles"**. (...) . É por isso que considero mais do que correta a preocupação da CPT em defender terra, justiça e liberdade para a maioria de trabalhadores sem terra. (...) Quero, mais uma vez, registrar meu apoio ao procedimento da **Comissão Pastoral da Terra** por lutar pelas coisas do corpo, porque se deve cuidar tão bem dele quanto do espírito. Para concluir faço a leitura de um **lamento, que é do próprio Jesus Cristo**, em homenagem aos trinta e dois milhões de trabalhadores que não têm teto nem comida. Disse Jesus quando estava passando por grande dificuldade: **"As aves do céu têm um ninho, as árvores da terra têm onde fincar suas raízes, mas o filho do homem não tem onde pôr a cabeça"**. Em nome daqueles que não têm onde pôr a cabeça, este País deve dar as possibilidades para que os mais de 5 milhões de trabalhadores sem-terra, aqui existentes, possam ter onde pôr a cabeça” (...) ³⁰⁵ [grifos nossos]

Há o estabelecimento de um vínculo entre o Gênesis, primeiro livro da Bíblia, e a questão agrária. A senadora Benedita da Silva após registrar leitura do Capítulo 01 da Bíblia, do Livro Gênesis, versículos 01 a 25, concluiu se posicionando no seu discurso como cristã, pois, para mesma *“a terra foi dada para ser explorada, para ser ocupada e para dela extrair o que tem de melhor como uma bênção, uma dádiva de Deus. A terra não foi feita para ser simplesmente especulada, para servir de instrumento de violência e opressão para homens e mulheres”*³⁰⁶

Em suma, são inúmeras as construções que trazem a imagem de que “reforma agrária tem que ser feita”, portanto, com “vontade política”, tem que ter “*sentimento*”, tem que ter “*alma*”, e que isso não está somente na Constituição, mas está na Bíblia, está “*na alma e no coração*” do povo:

“(…) Tem-se que cumprir a lei? Tem-se que cumprir a lei. Tem-se que cumprir a Constituição? Tem-se que cumprir a Constituição. Tem-se que respeitar o direito

³⁰⁵ Trecho do pronunciamento da senadora Marina Silva do PT/AC, em 09/08/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁰⁶ Trecho do pronunciamento da senadora Benedita da Silva do PT/RJ, em 01/11/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

de propriedade? Sim, tem-se que respeitar o direito de propriedade. Então, vamos cumprir a Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei; vamos cumprir a Constituição, que diz que o direito à saúde é universal; vamos cumprir a lei, que diz que o salário mínimo deve dar condições de o trabalhador e sua família viverem com dignidade. O direito de propriedade existe, e ninguém, nem o Presidente, pode tocar nesse direito. **É por isto que falo: vir aqui para invocar que se cumpra a Constituição? Está na Constituição, e ela deve ser cumprida, o direito à propriedade. Mas está na alma, está no coração, está na Bíblia, está no sentimento do povo: os homens nasceram irmãos para que pudessem dar-se as mãos e, juntos, construir a sociedade. Está na alma, está na Bíblia, está na Constituição: todos são iguais perante a lei! (...)**³⁰⁷

Quando da Marcha dos Sem Terra para Brasília, em 1997, a senadora Benedita da Silva a associou à marcha bíblica. A caminhada do povo em busca de reforma agrária foi comparada à marcha do povo hebreu buscando a “terra prometida”:

“(...) E produzimos riquezas, palácios, mansões; temos grandes jardins e temos também uma marcha para a terra prometida. E ainda, refletindo sobre isso não sob viés ideológico ou partidário, fiquei pensando **sobre a marcha para a terra que emana leite e mel**. Lembrei-me de um grande homem, um grande profeta, Moisés, o homem que marchou para a **terra de Canaã**. **Olhando para os sem-terra que marcham para o Planalto**, que vêm de cidade em cidade, às vezes recebendo apoio, penso em como eles têm andado nesses longos dias. Em alguns momentos, encontram apoio; em outros, não. Ainda assim, vão, numa **marcha de fé, de esperança, de renovação, em busca de uma nova Canaã, a terra prometida** (...)”³⁰⁸

Além disso, a senadora registrou nos anais um poema sobre a Marcha, e um manifesto da trajetória dos sem terra, de José Gonçalves, no que dia em que a mesma chegou a Brasília, afirmando que a “*marcha além de ser poética, é altamente política*”:

“(...) agricultores sem terra que, neste momento, encontram-se em Brasília, trazem consigo mais que **mãos calejadas pelo duro trabalho** ou a pele curtida pelo sol. Com seus pés andarilhos caminha a esperança de milhões e milhões de brasileiros em luta por um pedaço de terra e por dignidade. Neste dia, **vamos fazer ecoar por todos os cantos o grito por Reforma Agrária, Emprego e Justiça!** (...) Neste momento, nada expressa melhor os anseios dos manifestantes e da sociedade brasileira que a bela **poesia denominada "A Marcha"**, cuja autoria é de Márcio Abip, de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, e o **"Manifesto da Marcha"**, um documento da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que registro nos Anais do Senado Federal, como forma de solidariedade aos manifestantes presentes aqui em Brasília:

"A MARCHA": "Marchar é preciso/porque calar frente à miséria/é medo de gente de horizonte pequeno./Marchar é preciso.../frente a estupidez/da

³⁰⁷Trecho do senador Pedro Simon do PMDB/RS, em 22/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁰⁸Trecho do pronunciamento da senadora Benedita da Silva do PT/RJ, em 16/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

fome, da agonia/de ver seu semelhante morrendo,/Atravessar o país.../remover as cercas/as fronteiras e as desigualdades,/respeitar as diferenças.../faz-se absolutamente necessário./Que o canto à vida se renove./Que nossa utopia espalhe-se/como sementes do hoje e do amanhã/plantadas com mão da esperança./Que nenhuma cerca resista,/seja de arame e de madeira,/seja de idéias./Que nenhuma fronteira exista,/seja de marco,/seja de cimento,/cor, crença.../Que separe gente de gente/irmão de irmão."

(...) Isso está sendo dito, isso está sendo cantado pela marcha dos sem terra. (...)

(...)Concluo, Sr. Presidente, pedindo que o meu pronunciamento seja registrado na íntegra, assim como o **Manifesto dos Sem-Terra**, que diz:

"Somos o povo que há anos luta pela Reforma Agrária,/fazendo ocupações de terra, manifestações, caminhadas.../em busca de um pedaço de chão para plantar e de melhores condições de vida para todos./São muitos anos de teimosia, de resistência, de conflitos, de conquistas e de incansável caminhada."

(...) quero aqui recitar a **poesia de José Gonçalves**, que me chamou a atenção durante essa trajetória dos sem-terra:

"Que mundo é esse/Que não entendo/Quem trabalha mais/É quem ganha menos/Em algumas mesas/Está sobrando pão/Enquanto muitos irmãos/De fomes estão morrendo./O pobre/Sempre mais pobre/Desespero que situação/Enquanto o dinheiro/Está nas mãos/De quem dirige a Nação./Que mundo é esse/Que não entendo/Quem trabalha mais/É quem ganha menos/Em algumas mesas/Está sobrando pão/Enquanto muitos irmãos/De fomes estão morrendo./Os poderosos/Não ouvem pobres/É tanta mordomia/Buscando bens materiais/Não se lembram mais/Se foram pobre um dia./Que mundo é esse/Que não entendo/Quem trabalha mais/É quem ganha menos/Em algumas mesas/Está sobrando pão/Enquanto muitos irmãos/De fomes estão morrendo./Sem terra/E sem teto/Vivem de agonia/Buscando a terra prometida/Porém são esquecidos/De quem elegeram um dia.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.Muito obrigada."³⁰⁹ [grifos nossos]

As produções literárias utilizadas acima exploram esse "*caminhar do povo*", "*a luta e resistência contra a opressão, contra a miséria*", questionando a desigualdade social entre ricos e pobres, entre "*quem governa e quem é governado*".

No caso específico do episódio da Marcha dos Sem Terra para Brasília, o senador do PT/DF, Lauro Campos respondeu ao colunista da Globo Arnaldo Jabor, este acusou que na Marcha dos Sem Terra houve muitos "carrapatos" que se uniram aos sem terra, entre tais "carrapatos" inúmeros senadores, deputados, líderes religiosos etc. E assim se manifestou o senador, respondendo àquele que, na verdade, "as elites estavam

³⁰⁹Trecho do pronunciamento da senadora Benedita da Silva do PT/RJ, em 17/04/1997, dia da chegada da Marcha para Brasília dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

amedrontadas”, realizando ainda críticas à atuação da mídia oficial pela promoção da mentira e da covardia, da qual o colunista fazia parte:

“(…) Desesperados com a invasão de cem mil "carrapatos", as minorias sem sensibilidade e sem programa regridem e agridem. Têm medo de que os sem-emprego, sem-teto, sem-aposentadoria, sem-saúde, sem-terra, sem tudo, sem nada, venham a exigir de volta o sangue que lhes foi sugado. Deliram e, em seus delírios medrosos, enxergam nos andarilhos solidários imensos "carrapatos", ávidos de justiça, sequiosos de recuperar o sangue que lhes foi roubado. Calma, Jabor. O último ato dos trabalhadores sem terra, em Brasília, será a doação voluntária de sangue para aqueles que, nos hospitais, necessitam ainda mais do que eles. (...) O grande perigo que corre a sociedade brasileira, dominada pela mídia oficial e pela inconsciência, é a da promoção da mentira, da covardia e do cinismo triunfantes em modelo de conduta, num imperativo categórico, macunaímico, jabórico.(…) Esse homem da terceira idade é um dos Senadores que Jabor identifica como "carrapato". Eu fui o "carrapato" mais votado em Brasília, nas últimas eleições. Tenho um mandato de mais seis anos pela frente. Estou com sessenta e oito anos de uma vida que sei digna. Não disputarei mais nenhuma eleição. Não preciso de votos nem dos sem-terra, nem dos sem-vergonha, e, por isto, não pedirei o voto do Jabor. Estou pagando os votos que recebi sem ter comprado nenhum. Não fui lá para tirar proveito, para "carrapatear" o prestígio de ninguém. Fui, sim, para pagar, para cumprir um dever cívico, obedecendo a um imperativo de minha consciência política, social e individual. Se lá não estivesse, teria de pagar um preço muito grande, qual seja o de me igualar a um Jabor qualquer, distante, associal, apolítico e bajulador do príncipe.”³¹⁰ [grifos nossos]

Há, portanto, em toda produção política, um apelo às questões religiosas, e mais ainda, a participação efetiva dos agentes com elas diretamente relacionados. Os governistas sempre lembraram que a Igreja Católica Apóstolica Romana tinha orientações precisas do Papa e que a *“Igreja condena invasões”*. Do outro lado, as esquerdas (oposicionistas a FHC) afirmavam que a Igreja *“não tem posição de consenso sobre o assunto”* e somaram vozes com os agentes pastorais da Igreja que apoiavam a causa da *“reforma agrária”*. Nesse sentido, vale a pena confrontar dois fragmentos distintos, de anos diferentes, mas que evidenciam, respectivamente, a postura tanto de um grupo quanto de outro. O primeiro na figura do senador Edson Lobão ao comentar sobre a publicação de um documento do Vaticano sobre Reforma Agrária e, um segundo, do senador Eduardo Suplicy ao discorrer sobre a participação da Igreja. O primeiro critica o cardeal Roger Etchegarav, por considerar que *“o padre não deve incentivar invasões de terra”* e que este está agindo *“frontalmente contra as afirmações*

³¹⁰Trecho do pronunciamento do senador Lauro Campos do PT/DF, em 22/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

do Papa João Paulo II”, pois João Paulo II, na afirmação do senador “é contra a invasão de terra”:

“(…) precipitadas declarações prestou o cardeal francês Roger Etchegaray, Presidente do Conselho. Sua Eminência, contrariando frontalmente reiteradas afirmações do Papa João Paulo II, não teve qualquer constrangimento em defender as ocupações de terra, considerando-as legítimas em casos extremos, assim reafirmando a parte do documento clerical que diz textualmente: "Quem se encontra em extrema necessidade tem direito a tomar aquilo de que necessita das riquezas dos outros". (…) Jamais, porém, permitir-se que o cidadão, por si mesmo, e não pelo Estado, defina-se em extrema necessidade para conquistar o direito de, através da violência, "tomar aquilo de que necessita das riquezas dos outros". **A isto se chama de caos, não de justiça social. Este, aliás, o pretexto de que se valem os terroristas e as hordas de ladrões e assassinos que infestam as grandes metrópoles latino-americanas. (…)** **Chego a acreditar que a João Paulo II não agradarão as posições do Cardeal Presidente do Pontifício Conselho para a Justiça e a Paz. Sua Santidade,** quando honrou o Maranhão com sua visita em 1991, afirmou e reafirmou, em pronunciamento público, a sua total desaprovação às invasões de terras. Lembro-me bem de que **João Paulo II, naquela ocasião, disse: "Invasão de terras, não, a nenhum pretexto". (…)** O Papa João Paulo II, afirmou, numa visão clara, cristã e humana desses problemas:

"A violência é um mal, é inaceitável.

A violência é mentira, porque se opõe à fé.

A violência destrói a dignidade, a vida e a liberdade".³¹¹ [grifos nossos]

Já em no segundo trecho selecionado, Suplicy do PT/SP argumenta que a “CPT apóia as ocupações como instrumento legítimo de reivindicar direitos”, ao que é contra-argumentado pelo mesmo senador Edison Lobão, citado no trecho anterior, de que “invasão é desordem”:

“(…) A CPT – órgão da Igreja Católica no Brasil tem atuação admirável (…)eu gostaria de **registrar as observações de D. Lucas Moreira Neves, Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil,** que, segundo informa a Folha de S.Paulo, de hoje, durante a abertura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, disse que o Governo Federal não está disposto a fazer a reforma agrária: **"Apesar de fazer discurso favorável à reforma, o Governo Federal não está se esforçando o suficiente. Há uma diferença muito grande entre o discurso e a prática", afirmou o Secretário-Executivo da Comissão Pastoral da Terra, Irmão Írio Conti. (…)** **Segundo D. Demétrio Valentini, Bispo de Jales (SP) e responsável pela área social da CNBB, o País vem "arrastando há anos a decisão de fazer a reforma agrária e continua na mesma situação". (…)** **Desde maio, houve 134 decretos de desapropriação, mas nenhuma imissão de posse. Está evidente que há uma contradição muito grande entre o discurso do Governo e o que está de fato acontecendo", (…)** **Para a CPT, a ocupação de terras é um instrumento legítimo dos sem-terras para reivindicar os seus**

³¹¹ Trecho do pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 19/01/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

direitos. "Vamos continuar apoiando as invasões, apesar de a Igreja não ter posição de consenso sobre o assunto." (...)

(...)

O Sr. Edison Lobão – (...). **Ora, invasão não pode ser uma coisa defensável. Não é legal a invasão de terras. A reforma agrária é necessária, é indispensável, é urgente fazê-la, mas fazê-la em ordem; agora, com invasões significa tentar fazê-las em desordem e em desordem não se constrói nada de positivo, nada de duradouro.** (...)”³¹² [grifos nossos]

Para diversos senadores, o uso da tópica de “separar o joio do trigo” vem analisado com uma “origem” também religiosa. Basta lembrar que, o discurso chave de vários deles é a frase bíblica de “*separar o joio do trigo*”, fazendo alusão a uma parábola de Jesus Cristo, usada no sentido de que é preciso separar “os bons dos maus”. Os maus aqui são as lideranças “baderneiras” que insuflam o trabalhador sem terra a revoltar-se. Ou, como no exemplo citado abaixo, quando o senador Fogaça do PMDB/RS critica os partidos de esquerda (oposição a FHC) e os associa aos “*vendilhões do templo*” aqueles que vendem promessas e iludem as pessoas, fazendo também uma alusão à uma parábola bíblica em que Cristo expulsa tais vendilhões:

“(...) Prova-se por aí que há neste País **vendilhões**, alguns de Deus e outros de ideologias. **Há quem minta ao povo em troca de dinheiro**, de vantagens ou de benefícios que o céu vai oferecer; e **há outros que mentem ao povo que vão oferecer o céu aqui na terra**, para poderem exercer uma liderança que não têm. Portanto, é uma liderança falsa, fundada na mentira. (...) Portanto, era e é preciso, neste momento, uma reflexão sobre a ética da responsabilidade política. A mesma falta de ética que leva alguns a venderem a ilusão de que são representantes de Deus e dos céus aqui na terra - e vendem essas ilusões a um alto preço para famílias e para pessoas ignorantes -, **também leva lideranças sindicais de esquerda, com formação ideológica socialista, pessoas que têm uma enorme noção e consciência do que estão fazendo, a agirem deliberadamente como se fossem os vendilhões de templo**, enganando e iludindo essas pobres famílias. (...) **É preciso separar o joio do trigo**”³¹³ [grifos nossos]

Há situações em que os governistas afirmam que “*o cidadão de bem não tem coragem de circular [por causa do medo e da violência], às vezes vai à Igreja, amendrotado, para pedir proteção a Deus*”³¹⁴. O cidadão de “bem” “não circula”, “no

³¹²Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 28/08/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³¹³Trecho do pronunciamento do senador José Fogaça do PMDB/RS, em 09/02/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³¹⁴Trecho final do pronunciamento do senador Romeu Tuma, sem partido/SP, em 25/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

máximo vai à Igreja pedir proteção a Deus”. Os que circulam, são os “baderneiros”, são os “agitadores”, são exemplos do “joio” e, portanto, “devem ser separados”.

As falas e os discursos atribuídos à liderança da CPT – Comissão Pastoral da Terra³¹⁵ são constantemente citados, sendo estes vistos como grupo que “*também marcha junto aos trabalhadores rurais sem terra desse país*”, como no exemplo abaixo que, referenda a participação os discursos atribuídos ao grupo:

(...) quero registrar e destacar dois pequenos trechos: um de autoria do Padre Virgílio Leite Uchôa, que é assessor político da CNBB, e outro do Padre Antônio Valentini Neto, que é Subsecretário Geral da CNBB: (...) “Mas é também tempo de resgatar, de construir o projeto original de Deus: um mundo que seja um paraíso, um lugar bom de se viver para todos. É tempo de resgatar a participação fraterna de todos nos bens da criação e nos frutos do trabalho humano, rompendo com toda concentração monopolista, com todo

³¹⁵ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, “os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista”. Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas da crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía certa influência política e cultural. Na verdade, a instituição eclesiástica não havia sido molestada. No período da ditadura, o reconhecimento do vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e se manter. Mas já nos primeiros anos, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. Terra garantida ou conquistada, o desafio era o de nela sobreviver. Por isso, a Agricultura Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização. A CPT junto com seus parceiros foi descobrindo que esta produção precisava ser saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito. As atenções, então, se voltaram para a ecologia. A CPT também atua junto aos trabalhadores assalariados e os bóias-frias, que conseguiram, por algum tempo, ganhar a cena, mas que enfrentam dificuldade de organização e articulação. Além destes, há ainda os “peões”, submetidos, muitas vezes, a condições análogas às da escravidão. Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava; sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O homem do campo é que define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a CPT conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Finalmente, os direitos humanos, defendidos pela CPT, permeiam todo o seu trabalho. Em sua ação, explícita ou implicitamente, o que sempre esteve em jogo foi o direito do trabalhador, em suas diferentes realidades. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. Informações do site oficial da CPT: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=26>. Acesso: 19/04/2008.

latifúndio excludente. (...) Ainda acrescento, de autoria do **Pe. Virgílio Leite Uchôa:** "Vista sob o ângulo dos excluídos e do desemprego, o que nem sempre está presente na ótica governamental, a mobilização e a resistência dos sem-terra aparecem, no momento presente, como as únicas forças efetivas de transformação social no País. (...) o Brasil precisa fazer uma opção clara, transparente e lúcida de compromissos e prioridades com o coletivo. **Ou se ouve as vozes roucas da rua ou o País continua na orientação imposta, muitas vezes, de fora para dentro, em nome de uma globalização que exclui, distancia, marginaliza e concentra, tornando cada vez mais evidente as desigualdades e as injustiças. Os problemas sociais têm que ser assumidos com determinação e vontade política.** (...)”³¹⁶ [grifos nossos]

E na luta pela reforma agrária há a participação de tais lideranças religiosas nas negociações de discussão sobre a temática, como o exemplo de Dom Tomás Balduino, padre e então presidente da CPT – Comissão Pastoral da Terra, figura de atuação junto à causa e constantemente referendado como autoridade de “negociação” e autoridade “discursiva”, tendo vários de seus discursos comentados e citados.³¹⁷

Na participação da Igreja, através de grupos específicos, como a CNBB-CPT, há também a formulação de documentos (artefatos culturais) e realização de eventos, como a Campanha da Fraternidade³¹⁸, que chamam a atenção para o problema da terra, da fome, do desemprego. Os senadores oposicionistas a FHC exploraram essa participação.

“(...) A Igreja, por meio da Campanha da Fraternidade de 99, tenta levantar um debate nacional sobre essa nova e complexa situação na qual os excluídos, (...). Em 97, foi "Os Encarcerados"; em 98, "A Educação a Serviço da Vida e da Esperança; em 1999, Os Direitos Econômicos dos Trabalhadores e dos Desempregados e, para o próximo ano, A Fraternidade e a Paz por uma Sociedade sem Exclusão. Se conseguirmos resolver o problema do desemprego, estaremos caminhando para o fim da exclusão. (...)”³¹⁹ [grifos nossos]

“(...)A Campanha da Fraternidade de 1996, Fraternidade e Política, se insere nos temas das Campanhas de anos anteriores, que abordam a temática social, e dá continuidade à de 1995, pois mostra a vinculação que existe entre a política e o fenômeno da exclusão social.” (...) Infelizmente, o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso e seus Ministros têm demonstrado, até o presente,

³¹⁶ Trecho do pronunciamento da senadora Emília Fernandes do PTB/RS, em 18/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³¹⁷ Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 24/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³¹⁸ A Campanha da Fraternidade é um eixo temático anual, realizado no período da Quaresma, lembrando os quarenta dias que Jesus passou no deserto sendo tentado por Satanás, que culmina com a Páscoa. A cada ano a Igreja Católica Apostólica Romana, através da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil escolhe uma temática social que referencia as análises da Igreja.

³¹⁹ Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 24/02/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

forte resistência (...) A Campanha "Justiça e Paz se Abraçarão", divulgada ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A Campanha "Fraternidade e Política" tem como objetivos específicos: 1. ampliar o conceito de política para além de processos eleitorais; 2. oferecer elementos para um novo exercício da política, a partir do pobre e do excluído; 3 - incentivar as pessoas a se tornarem sujeitos da ação política na promoção do bem comum; 4 - clarear a ligação da política com o cotidiano nas relações familiares, comunitárias e eclesiais; 5 - estimular a militância política e o exercício de cargos públicos, revisando permanentemente a prática do poder. (...)”³²⁰ [grifos nossos]

“O sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT-RJ.) – (...) a questão do desemprego no Brasil e a **Campanha da Fraternidade da CNBB.** Há 35 anos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, vem realizando a Campanha da Fraternidade. **Neste ano, o tema é "A fraternidade e os desempregados", e o lema é "Sem trabalho... por quê?".** (...) Os movimentos sociais e os partidos progressistas têm apresentado propostas concretas para resolver, senão para minorar, o problema do desemprego. (...)”³²¹ [grifos nossos]

Os exemplos anteriores demonstram que, esse reconhecimento objetiva criar vínculos entre o parlamentar e o grupo (no caso, o grupo da Igreja que realiza a Campanha, mas os possíveis fiéis que compartilham dessa crença), demonstrando o tipo de diálogo estabelecido entre o político e a sociedade civil.

No gênero judiciário essa recorrência à Bíblia, à Igreja Católica ou mesmo às chamadas “Campanhas da Fraternidade” também aparecem. Como no exemplo abaixo, em que o defensor público alega:

“(...) E aqui estou eu, com o destino de centenas de miseráveis nas mãos. São os excluídos, de que nos fala a Campanha da Fraternidade deste ano. Repito, isto não é ficção. É um processo. **não estou lendo Graciliano Ramos, José Lins do Rego ou José do Patrocínio.** Os personagens existem de fato. E incomodam muita gente, embora deles nem se saiba direito o nome. É Valdíco, José, Maria, Gilmar, João Leite (João Leite???). Só isso para identificá-los. Mais nada. Profissão, estado civil (CPC art 282, II) para que, se indigentes já é qualificativo bastante? Ora, é muita inocência do DNER se pensa que vou desalojar este pessoal, com a ajuda da polícia, de seus moquitos, em nome de uma mal arrevesada segurança nas vias públicas(...)”³²² [grifos nossos]

Nessa construção que vincula os elementos políticos aos religiosos, o “*grito da angústia*” dos excluídos é vinculado ao “*sangue*” e ao “*cheiro de terra*”, dando à luta

³²⁰ Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 22/02/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³²¹ Trecho do pronunciamento do senador Geraldo Cândido do PT/RJ, em 23/02/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³²² BRASIL. Contestação em Ação Reivindicatória contra grupo de Sem Terra. Elaborado pelo Procurador do Estado Wagner Giron de La Torre, atuando na Procuradoria de Assistência Judiciária da Comarca de Taubaté (SP). Peça processual disponibilizada no sítio [jusnavegandi](http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427). Endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427>. Acesso: 18/02/2007 e 12/08/2008

por reforma agrária um tom messiânico e profético com nuances de “auto-sacrifício”, em que se enfatiza os elementos da “exclusão”, da “fome”, da “miséria”, como já analisados anteriormente, lembrando que “*Jesus Cristo vivenciou todos eles*”. Pedro Simon, por exemplo, em um de seus argumentos, indagou sobre a prisão de lideranças do Movimento, do porquê eles foram presos? “*por lutar por justiça social*” então mais pessoas deveriam ser presas, inclusive o próprio “*Jesus, por formação de quadrilha*”:

“(…) Prenda-se, pois, o Papa, como supremo responsável, diante de Deus e dos homens, pela **Igreja Católica**. E apreendam-se as obras de Santo Ambrósio, Bispo de Milão, que no século IV ensinou que “a terra foi dada a todos e não apenas aos ricos; foi a avareza que repartiu os pretensos direitos de posse”. Ou quem sabe o melhor seja seguir o exemplo de Caifás e ir direto à fonte: **decretar a prisão preventiva da Jesus Cristo, que formou essa quadrilha que insiste em apregoar que todos os seres humanos são iguais em direitos e dignidade e, um dia, para salvar um homem, fez precipitar num abismo uma vara de porcos. Acham que o dono dos porcos gostou? Onde já se viu não respeitar a propriedade alheia? (...)**”³²³ [grifos nossos]

Em tais construções há uma mistura de elementos salvacionistas, do “sofrimento do povo como forma de redenção”, de crítica ao “capitalismo expropriante” e da “reforma agrária” como uma solução acima de tudo profética, bíblica, e assim os políticos reforçam o papel e a importância da Igreja na figura da CNBB-CPT. Como no exemplo abaixo, em que o senador procura refletir, em sua construção discursiva, sob os textos da Igreja, realizando sua vinculação política aos ideais propostos pelo grupo que defende, inclusive criticando o “*deus mercado*”, “*a mídia que procura tudo uniformizar: o que comprar, o que pensar, em quem votar*”:

Amir Lando (PMDB - RO) – (...) A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizou, no período de 12 a 21 de julho passado, a sua 39ª Assembléia Geral. No final do encontro, em Itaiçuba/SP, os representantes das 270 dioceses do País divulgaram uma declaração, que deve ser lida, refletida e divulgada. Trata-se de um **grito de angústia, de perplexidade e, ao mesmo tempo, de esperança**. (...). **Ao refletir sobre a palavra destes pastores dos nossos tempos, que conhecem profundamente as suas ovelhas, sinto-me, humildemente, confortado**. É que também procuro pautar a minha existência no exemplo do **profeta Jeremias: "se saio para o campo, aí estão os transpassados pela espada; se entro na cidade, aí está o horror da fome"**. (...) No caminho inverso da criação, os homens de hoje parecem ter criado um novo ser superior: **o deus-mercado, onde tudo se vende, até mesmo a condição humana**. A solidariedade deu lugar à competição globalizada, onde o consumo parece determinar os limites da felicidade. Não faltam, para tanto, **as versões modernas dos vendilhões do templo**. (...) A CNBB

³²³Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 01/02/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

denuncia, também, "a corrupção cada vez mais disseminada, agredindo a consciência do povo, inclusive com o uso da mentira, e levando ao descrédito das instituições, ainda não eficientemente combatida e que continua sendo estimulada pela impunidade". (...) E, aí, mais um tema coincidente com as preocupações da CNBB: a reforma agrária. (...). As primeiras tentativas de reforma agrária poderiam estar escritas no Velho Testamento. (...). A reforma agrária é uma etapa que antecede o desenvolvimento com equidade. As nossas origens são evidentemente rurais. O sangue que corre nas nossas veias tem o cheiro da terra. (...) (...) A mídia, por sua vez, tem cuidado de uniformizar os discursos. É ela quem tem procurado determinar o que pensar, o que comprar, em quem votar. Vende o supérfluo, nos três casos. E recebe por seu trabalho, no caixa dos mantenedores. O consumidor não faz o que manda a mídia. Ele é hipnotizado por ela. E, como tem como santo-padroeiro exatamente o deus-mercado, ela procura embutir a idéia de que o supérfluo é necessário, o consumo é sinônimo de felicidade e o ter é tão ou mais importante que o ser. É que o mundo de hoje ainda é dominado pela economia. Tudo se vende, até mesmo a ética. (...). Como diz a CNBB, "é preciso recolocar a pessoa humana, imagem de Deus, como centro de referência de toda a organização social. A economia, o trabalho, a ciência e a técnica devem estar a serviço da pessoa, e não a pessoa a serviço destas realidades". Não se pode, jamais, perder de vista o progresso ético e espiritual da pessoa humana". Que assim seja!. Era o que eu tinha a dizer"³²⁴. [grifos nossos]

Esse tipo de pronunciamento busca criar, entre o político e o grupo em questão, um canal de comunicação, em que, de um lado, o parlamentar vai estabelecendo bases de possíveis apoio e também eleitores, e de outro, procura evidenciar-se como caixa de ressonância dos objetivos do grupo que busca defender.

Entretanto, se determinados políticos e partidos estabelecem uma comunicação que busca se sintonizar com os interesses da Igreja em diversos aspectos, há também um movimento contrário, em que os políticos argumentam que esses tipos de "*padres*" não estão de fato seguindo as "*corretas*" indicações do Vaticano, pois "*a Igreja não apóia invasões*".

Esse tipo de postura é questionada, por exemplo, pela senadora Heloisa Helena do PT/AL, quando a mesma comentou que o Padre Alexandre Caughy "*vem sendo investigado pela polícia federal*" e a senadora questionou os motivos de tal investigação, verificando que o mesmo estava sendo perseguido injustamente, pois, "*é um padre que luta pela causa dos sem terra e a sua investigação tem meramente finalidades políticas*". A mesma assinalou que, se o padre, uma figura religiosa e

³²⁴Trecho do pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 28/08/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

batalhadora, deve ser investigado, ela também vai encaminhar uma lista à polícia federal de nomes que também devem ser investigados:

“(…) O Padre Alex é daqueles que fazem da sua trajetória como padre um exemplo de luta e de libertação. **Agora a Polícia Federal vai investigar Padre Alex para enquadrá-lo em uma suposta lei, como se não houvessem bandidos a serem perseguidos pela Polícia Federal.** (...) é esse o protesto que eu queria deixar registrado, assinalando que **também vamos encaminhar à Polícia Federal uma listagem com nomes de pessoas que certamente deveriam ser investigadas, pessoas que representam uma elite político-econômica, ora vinculadas ao narcotráfico, ora descumprindo a Constituição, porque a Constituição, ao tempo em que protege a propriedade privada, imediatamente estabelece que "desde que cumpra a sua função social". Quando não cumpre a sua função social, não tem direito de ser protegida pela Constituição. Portanto, é passível de desapropriação.** (...) Espero que o Padre Alex, que tem uma belíssima contribuição à luta pela reforma agrária, à luta pelos oprimidos e pelos marginalizados, não passe agora a ser visto como um bandido investigado pela Polícia Federal. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente”³²⁵ [grifos nossos]

Essa certa “bajulação” ou “acusação” à atuação da Igreja e grupos heterogêneos que a compõem é muito forte durante o período de governo de Fernando Henrique Cardoso, pois, neste período entra em jogo elementos como vida-morte, defesa da vida, exclusão do trabalhador e outros temas. Nesse sentido, a senadora Marina Silva em 1996 instigou sobre a questão das mortes no campo, dizendo que “*o Papa vai cobrar explicar explicações*” e questionando sobre “*o teor das visitas que o então presidente FHC realizou à Roma*” – precisamente cinco visitas, afirmando a senadora que primeiro é “*necessário que comecem a acontecer também boas ações*”, a mesma espera “*que não se crie mais uma frase de coisas para o Papa ver ou para o Papa ouvir*”, pois, em seus dizeres “*é preciso fazer coisas para os brasileiros sentirem que está havendo reforma agrária e aí sim vá ao Papa confessar não o mea culpa, mas dizer que já estamos começando a purgar, na prática, os pecados sociais que cometemos*”³²⁶

Essa relação da discussão do tema da reforma agrária envolvida especificamente no governo de FHC fez com que o mesmo, quando depois do término de seus oito anos, justificasse em seu livro, escrito em 2006, que suas preocupações e realizações na questão da reforma agrária, tema no seu modo ver “*carregado de paixão*”, mereceu o interesse do Papa João Paulo II, e que, segundo o ex-presidente, “*o papa manifestou*

³²⁵Trecho do pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL em 07/02/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³²⁶Trecho do pronunciamento da senadora Marina Silva do PT/AC, em 07/05/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

reservas sobre a postura de setores da Igreja no Brasil diante da questão da terra”. E que o então presidente, paradoxalmente se viu “*defendendo diante do Papa aqueles que, dentro do Brasil, o criticavam duramente*”. Assim, FHC procura registrar em seu livro de memórias que, não foi à Roma se queixar ao Papa do que estava acontecendo aqui em termos de participação dos grupos ligados à Igreja, mas que em diversos momentos acabou, diante do Papa, defendendo esses mesmos grupos:

“(…) os partidos de oposição e a Igreja Católica, sempre interessada nas causas dos trabalhadores rurais, não perdiam ocasião para criticar o governo e “denunciar” nossa falta de empenho na reforma agrária. (...) setores da Igreja Católica militavam na causa da reforma agrária, não raramente de maneira espalhafatosa. E aqui cabe referir um episódio muito significativo, que nunca antes revelei em detalhes. Num dos **cinco encontros que tive com o Papa João Paulo II** – três no Vaticano, em diferentes datas, e dois no Rio de Janeiro, durante sua visita de 1997 ao Brasil -, **o tema principal foi a Reforma Agrária e, dentro do assunto, o MST. (...) o Papa preocupava-se com a agitação do MST e recriminava os exageros de alguns bispos e padres na questão agrária.** De certa maneira me competiu fazer diante dele a defesa de setores que tanto me combatiam no Brasil. Disse-lhe: _Vossa Santidade precisa considerar que um jovem padre que sai da Europa e, chegando ao Brasil, vê uma desigualdade tão grande, acaba se revoltando. Sei que há exageros, mas posso entendê-los. **Uma situação paradoxal, portanto: João Paulo II fazia observações críticas sobre os adversários estridentes do meu governo ligados direta ou indiretamente à sua Igreja, e eu colocava panos quentes. Curiosamente, o que vazou da conversa, no Brasil, foi o exato oposto do que ocorreu, como se eu tivesse ido me queixar deles ao Papa.** Não posso precisar com absoluta certeza se foi depois desse encontro, mas a partir de um certo momento, em meu governo, passamos a manter o Vaticano diretamente informando sobre a questão da terra e a pobreza no Brasil, duas grandes preocupações da Igreja. O ministro Raul Jungmann tinha frequentes contatos com o Núncio Apostólico no país, dom Alfio Rapisarda, e mais de uma vez voou para Roma com o mesmo propósito. **Apesar da postura crítica que a CPT mantinha contra o governo, a Igreja, como instituição, sabia o que estávamos fazendo e o que era possível fazer.**”³²⁷ [grifos nossos]

O argumento empreendido no trecho acima é claro: como livro de memórias a que se presta, o depoimento do ex-presidente visa justificar suas conversas junto à figura do Papa João Paulo II no Vaticano, descartando, pelo teor da narrativa, o argumento contrário de que seus cinco (05) encontros com a autoridade papal tenham tido algum cunho “queixoso” ou de “reclamação” sobre as atividades empreendidas aqui no Brasil pela ala “*espalhafatosa*” da Igreja Católica que militavam na causa da reforma agrária.

³²⁷CARDOSO, F. H. A arte da política: a história que vivi. Coordenação editorial Ricardo A. Setti. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp 535-536.

Tais episódios narrativos demonstram que o problema da reforma agrária não está dissociado das questões religiosas dentro do Estado Democrático de Direito que, embora seja um Estado opcionalmente laico, mantém incrustado em suas estruturas a interferência, não heterogênea, da Igreja Católica Apostólica Romana, quer de sua ala progressista, que colabora e apóia a causa da reforma agrária e apóia os Movimentos Sociais de luta pela Terra, quer da ala conservadora.

No governo LULA, a oposição passou a ser dos Psdebistas, e tais políticos estavam preocupados exacerbadamente com as construções argumentativas de “*criminalização dos sem terra*”, e com as táticas de “*descrédito e depreciação*” do governo. Há uma exploração do elemento religioso e bíblico, entretanto, em menor grau, mas com o episódio da missionária Dorothy surgiu o processo de “*martirização*” sofrida pelos que lutam por “reforma agrária”.

Vejamos alguns dos exemplos que marcam esse primeiro período de governo de Luís Inácio Lula da Silva e que foram aqui selecionados.

O primeiro deles refere-se à figura de Dom Pedro Casaldàliga³²⁸, que por sua trajetória política e religiosa ganhou reconhecimento como um militante em favor da causa da “reforma agrária”. Sempre muito elogiado por alguns parlamentares, teve vários de seus inúmeros poemas registrados, recitados nos anais do senado, compondo

³²⁸Dom Pedro Casaldàliga, nascido com o nome de *Pere Maria Casaldàliga i Pla*, (Balsareny, 16 de fevereiro de 1928) é um bispo católico catalão - Espanhol. Ingressou na Congregação Claretiana em 1943, sendo sagrado sacerdote em Montjuïc, Barcelona, no dia 31 de maio de 1952. Em 1968, mudou-se para a Amazônia Brasileira. Foi nomeado administrador apostólico da prelazia de São Félix do Araguaia no dia 27 de abril de 1970. O Papa Paulo VI o nomeou bispo prelado de São Félix do Araguaia (Mato Grosso), no dia 27 de agosto de 1971. Sua ordenação episcopal deu-se a 23 de outubro de 1971, pelas mãos de Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia e de Dom Tomás Balduino, OP e Dom Juvenal Roriz, CSSR. Foi bispo da Sé Titular de Altava até 1975. Adepto da teologia da libertação, adotou como lema para sua atividade pastoral: Nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar e, sobretudo, nada matar. É poeta, autor de várias obras. Dom Pedro já foi alvo de inúmeras ameaças de morte. A mais grave, em 12 de outubro de 1976, ocorreu no povoado de Ribeirão Bonito (Mato Grosso). Ao ser informado que duas mulheres estavam sendo torturadas na delegacia local, dirigiu-se até lá acompanhado do padre jesuíta João Bosco Penido Burnier. Após forte discussão com os policiais, o padre Burnier ameaçou denunciá-los às autoridades, sendo então agredido e, em seguida, alvejado com um tiro na nuca. Após a missa de sétimo dia, a população seguiu em procissão até a porta da delegacia, libertando os presos e destruindo o prédio. No local foi erguida uma igreja. Por cinco vezes, durante a ditadura militar, foi alvo de processos de expulsão do Brasil, tendo saído em sua defesa o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. No ano 2000, foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual de Campinas. Apresentou sua renúncia à Prelazia, em conformidade ao Can. 401 §1 do Código de Direito Canônico, em 2005. No dia 2 de fevereiro de 2005 o Papa João Paulo II aceitou sua renúncia ao governo pastoral de São Félix. Fonte eletrônica: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/mato_grosso/dom_pedro_casaldaliga.html. Acesso: 26/04/2008

essa literatura de luta pela “reforma agrária”. A senadora Heloisa Helena o citou em diversos de seus pronunciamentos, alguns até mesmo anteriores a 2003, elogiando a atuação do missionário. Heloisa Helena sempre se referiu ao autor, em várias ocasiões, através de um trecho do poema de sua autoria que “amaldiçoa as cercas das propriedades privadas que impedem a reforma agrária”:

“Malditas sejam/todas as cercas!/Malditas todas as propriedades privadas/que nos privam de viver e de amar!/Malditas sejam todas as leis,/amanhadas por umas poucas mãos/para ampararem cercas e bois/e fazer a Terra, escrava/e escravos os humanos”³²⁹

Ou então, o poema subversivo:

“(…)Chamar-me-ão de 'subversivo',/Eu responderei incisivo:/O sou.
Pelo meu povo que luta,/Pelo meu povo que
trilha/Apressado/Caminhos de sofrimento./Eu tenho fé de
guerrilheiro/E amor de revolução./E entre Evangelho e canção/Penso,
e digo o que sei./Se escandalizo, primeiro/Eu me abraço de
Paixão/Na cruz do meu Senhor!

(...) Tais poemas servem para saber o quanto de belo existe na luta pela reforma agrária neste País, o quanto de belo, de corajoso e de sublime existe naqueles movimentos que lutam, **ocupando terras improdutivas**, terras cujos donos foram embora ou estão só especulando, sem nada plantar, sem nada produzir, pois da terra não precisam e com ela nada fazem. **Isso não é justo nem pela lei de Deus, nem pela lei dos homens**³³⁰[grifos nossos]

O senador Antero Paes de Barros, do PSDB/MT, em registro, pelo fato de também ser matogrossense, abordou os elementos presentes na chamada Missa da “*Terra-Sem-males*”, ritual da Igreja Católica que menciona o “Deus dos pobres”, “o caminho dos homens”, “o sangue derramado”, “a vida”, “a luta”, além de elogiar e reproduzir citações de Casaldáliga. Senão vejamos os dois exemplos:

“(…) Ao final do meu pronunciamento, quero registrar uma homenagem que ontem tive oportunidade de fazer. Trata-se de um dos maiores homens públicos do mundo e deste País. E, para minha alegria, hoje, no O Globo, leio a notícia: **“Dom Pedro Casaldáliga tenta se naturalizar. Pedido do bispo, que nasceu na Espanha, tem o apoio de Luiz Inácio Lula da Silva”**. Vou lembrar aqui algumas frases desse extraordinário bispo que defende a Igreja dos pobres:

(...) “Eu plantava os filhos e as palavras. Eu plantava o milho e a mandioca. Eu cantava com a língua das flautas. Eu dançava, vestido de luar, enfeitado de

³²⁹Trecho do pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL, em 11/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³³⁰Trecho do pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL, em 11/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

pássaros e palmas. Eu era a cultura em harmonia com a Mãe Natureza..." "... Eu era a paz comigo e com a **terra**". Eu tinha meus pecados, eu fiz as minhas guerras... Mas eu não conhecia a lei feita mentira, o lucro feito Deus..." "... Eu era a liberdade - não uma estátua apenas -, moara em carne humana, a liberdade viva. Eu era a dignidade, sem medo e sem orgulho, a dignidade humana..." "... Eu era um povo de milhões de vivos, de milhões e milhões de gente humana, milhões de imagens vivas do Deus vivo..." "... **Eu fazia um caminho a cada vez que passava. Era a terra o caminho. O caminho era o homem...**"

(...) Sobre a ética na política e o processo eleitoral:

"Primeiro, votar limpo, não vender o voto. Segundo lugar, participar, participar e participar, tanto na luta popular, cidadania, grupos de rua, de bairros e dentro de casa, participe. Em terceiro, saber que a maioria e os pobres têm a última palavra. A última palavra não é somente dos pobres pelo fato de serem maioria. É que, por último, essa é a opção de Deus: eu acredito no Deus da vida, que é o Deus dos pobres." "A grande verdade é que só vence aquele que continua, aquele que persiste, aquele que tem esperança e sabe passar a bandeira às novas gerações. Eu continuo cada vez mais com esperança. Essa é a minha vitória".
(...)"³³¹

E, depois, mencionando elementos da Missa da terra sem males:

"(...) Esses são trechos da Missa da Terra-sem-Males, de **Pedro Casaldáliga, Bispo da prelazia de São Félix do Araguaia**, lá no meu querido Mato Grosso. Em outra missa, **Casaldáliga, Pedro Tierra e Milton Nascimento** resgatam a saga dos negros, que, tal qual os índios, foram massacrados, escravizados, em nome da prosperidade branca dos colonizadores e seus reinados. E ainda hoje sofrem, todos os dias, a ofensa da discriminação:

"... Bronze incandescente nas bocas dos fornos. Peões de fazenda, pé de bóia-fria, artista varrido no pó da oficina, garçom de boteco, sombra de cozinha, mão de subemprego, carne de bordel... Pixotes nas ruas, caçados nos morros, mortos no xadrez!"

"... O ouro do milho, e não o dos Templos, **o sangue da cana** e não dos engenhos, o pranto do vinho no **sangue dos negros**, o pão da partilha dos pobres libertos".

. O que fez Dom Pedro Maria Casaldáliga? Enfrentou de peito aberto os senhores de terra, os pistoleiros, o poder dos endinheirados. Num tempo e numa terra sem lei ousou lutar por justiça e fez da nossa São Félix, às margens do Araguaia, um símbolo da resistência e da luta por terra, por pão e por liberdade. Reuniu o povo de São Félix, reuniu as comunidades do Araguaia e estabeleceu que nenhum trabalhador do Araguaia trabalharia mais naquela fazenda e excomungou a Fazenda Gameleira.

"... **não ter nada. Não levar nada. Não poder nada. Não pedir nada. E, de passagem, não matar nada; não calar nada.**", "... somente o Evangelho, como uma faca afiada. E o pranto e o riso no olhar. E a mão estendida e apertada..."

"... sobre tua longa morte e esperança desnudo o corpo inteiro - a palavra, o sangue, a memória -, definitivamente será minha cruz América Latina..." (...) Casaldáliga é um homem de fé, um sacerdote da paz. Um revolucionário por excelência, por princípio, por crença, por solidariedade, por senso de justiça.

³³¹Trecho do pronunciamento do senador Antero Paes de Barros, do PSDB/MT, em 07/11/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

"... eu tenho fé de guerrilheiro e amor de revolução...", "Pecado é não fazer política".³³² [grifos nossos]

Na tática de jogar Lula contra o MST, o senador Efraim Moraes do PFL/PB, se utilizou de um argumento para jogar Lula contra Frei Betto (defensor do Movimento), com a finalidade de propiciar o descrédito do governo:

"(...) Quero ainda comentar as **palavras de Frei Betto** publicadas no **Jornal do Brasil** de hoje: **"Fome Zero fracassa sem reforma agrária"**. Ora, o Incra, órgão responsável pela reforma agrária, já teve seu Presidente mudado. Preocupam-me as palavras de Frei Betto, que considero um homem inteligente. **Frei Betto, amigo pessoal do presidente Lula e um dos responsáveis pelo Fome Zero, disse ontem que, sem a reforma agrária, o programa estaria condenado ao fracasso.** No lançamento de um núcleo de segurança alimentar da Universidade Federal de São Paulo, **Frei Betto falou da importância da reforma agrária na estimulação de programas de combate à fome.** O religioso também comentou a mudança na direção do Incra: **"Foi como mudar da Coca para a Pepsi.** (...) "³³³ [grifos nossos]

Além da exploração tática de "desacreditar o governo Lula", o PSDB e mesmo o PFL também "alertavam" constantemente que estavam *"usando o nome da Igreja para promover invasões. A Igreja nunca apoiou nenhum tipo de invasão"*³³⁴

E, a atuação da Missionária Dorothy Stang, em Anapu no Pará e sua morte "anunciada", serviu aos debates dos parlamentares em suas finalidades políticas de convencimento e comoção. Nessa hora os políticos, independente do partido em que estavam, transformaram a missionária e religiosa em "mártir", muitos omitiram os principais objetivos da luta da religiosa, que tinha, inclusive, sido jurada de morte, e que, numa "estratégia política", também já tinha sido denunciada à polícia, acusada de ser "criminosa", como comentou a senadora do PT, Ana Júlia Carepa. A contradição, segundo a senadora, era exatamente esta: *"num primeiro momento há denúncias mentirosas e levianas de que a missionária é criminosa"*, logo em seguida *"a mesma é premiada pela OAB do Pará"*³³⁵, e mais adiante morre assassinada numa espécie de

³³²Trecho do pronunciamento do senador Antero Paes de Barros, do PSDB/MT, em 07/11/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³³³Trecho do pronunciamento do senador Efraim Moraes do PFL/PB, em 05/09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³³⁴Trecho do pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 20/02/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³³⁵Trecho do pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 02/06/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“morte anunciada”³³⁶. O gesto de “martirizá-la” a retira do mundo humano, em que se é possível mudar a realidade por via da ação e a coloca numa espécie de patamar de “santificação”, o que, para a política, a transforma num exemplo quase impossível de ser seguido e, para a elite agrária, desestimula qualquer ação humana no sentido de organizar o povo sofrido. Quando a OAB concedeu o prêmio à Irmã Dorothy ela já estava sendo ameaçada de morte. E, logo no início de 2005, foi assassinada. O que possibilitou literariamente sua transformação em “mártir”.

O episódio de sua morte possibilitou, por exemplo, a comparação com a obra de Gabriel Garcia Marquez: “*Crônica de uma morte anunciada*”, pelo senador Álvaro Dias, do PSDB/PR, o presidente da CPI da Terra, discutida mais adiante no capítulo III.

Em seu livro “Um notável aprendizado”³³⁷, o senador Eduardo Suplicy, numa coletânea que reúne pronunciamentos e artigos sobre sua trajetória e idéias políticas, no artigo intitulado “*Irmã Dorothy não foi enterrada. Foi plantada*”, publicado no Jornal do Brasil em 20/02/2005 comentou:

“(…) a missa de corpo presente de Irmã Dorothy Stang, assassinada dia 12 em Anapu, foi da mais comoventes que assisti em minha vida. (...) lá estavam as pessoas que conviveram com ela desde os tempos em que foi viver no Maranhão (...) a missionária Julia Depweg, que escolheu o mesmo caminho, disse que **“Dorothy não vai ser sepultada, ela vai ser plantada. Ela era uma semente”** (...) Irmã Dorothy, depois de ter recebido inúmeras ameaças de morte, dizia que, caso morresse, queria ser enterrada ali e que, sobre seu túmulo, fosse plantada a árvore de mogno de que ela mesmo vinha cuidando, para que pudesse crescer como uma linda árvore da floresta que ela queria tanto preservar junto com seus rios. Suas companheiras levaram ao altar os seus simples instrumentos, dentre os quais a **Bíblia**, e uma das camisetas, que ela gostava de usar, com o lema “*o Xingu não fala, mas se falasse pediria para não ser destruído*” (...) a ministra Marina Silva me disse que as medidas anunciadas pelo presidente Lula asseguram a implementação das proposições da irmã Dorothy. Elas já estavam prontas, porque foram bem preparadas nos últimos dois anos. **A árvore da Irmã Dorothy cresce e frutifica.** Assim, com justiça, poderá haver paz no Pará e no Brasil.”³³⁸

Em 2005 lembraram as idéias do Papa João Paulo II, insistindo no argumento papal de que “*a terra é dom de Deus*”, também como forma de citar uma figura

³³⁶Trecho do pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 14/12/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³³⁷SUPLCY, E. Um notável aprendizado: A busca da Verdade e da Justiça do Boxe ao Senado. São Paulo: Futura, 2007. pp 88-90

³³⁸SUPLCY, E. Um notável aprendizado: A busca da Verdade e da Justiça do Boxe ao Senado. São Paulo: Futura, 2007. pp 88-90

proeminente, agora também já morto³³⁹, relembrando seus feitos, sua luta, sua trajetória de vida e o associando e inserindo-o na luta por “reforma agrária”, ao lado de Gandhi, de Martin Luter King e outros:

“(…) homenagem a Sua Santidade o Papa João Paulo II: Ao lado de **Leon Tolstoi, Mahatma Gandhi e Martin Luther King Junior, João Paulo II foi um dos maiores propugnadores para que as transformações do mundo se dessem por meio da não-violência.** (...) Nas suas três visitas ao Brasil - em 1980, 1991 e 1997 -, ele se pronunciou em favor da justiça social, destacando sempre o quanto era importante a realização, com urgência, da reforma agrária em nosso País. Assim, em sua homilia na missa dos camponeses, em Recife, em 7 de julho de 1980, ele disse:[...] **A terra é dom de Deus, dom que Ele faz a todos os seres humanos.** (...) Dom Erwin, o bispo que celebrou a missa em Anapu em homenagem à **Irmã Dorothy Stang** e esteve aqui depondo perante a CPMI da Terra, mencionou que, quando aqui esteve com João Paulo II, o Papa primeiramente perguntou como estava o andamento da reforma agrária no Brasil. (...) Quero destacar também que João Paulo II soube, com um espírito realmente cristão, falar dos erros da Igreja ao longo da história: **Nunca houve um papa que fizesse tantos pedidos de perdão: aos negros pelo apoio da Igreja ao tráfico de escravos da África para as Américas, aos indígenas pelas atrocidades cometidas contra eles em nome da evangelização, aos povos atingidos pelas guerras religiosas, particularmente as Cruzadas da Idade Média, e a todos os que foram supliciados e sacrificados pela Inquisição** (...)”³⁴⁰ [grifos nossos]

Ou mesmo o discurso petista, em fins do primeiro mandato de governo Lula, de comemoração e homenagem a João Goulart, visto historicamente como o político que propugnou, “*pela primeira vez*”, nos dizeres do parlamentar, a luta por “Reforma Agrária”:

(...) fizemos uma belíssima homenagem ao grande **Mário Quintana.** (...) Peço licença para fazer uma homenagem ao ex-Presidente da República **João Belchior Marques Goulart, o Jango.** Jango foi um desses que, como poucos, soube, com sacrifício da própria vida, enfrentar o desafio de construir um Brasil mais humano e mais solidário. Jango foi o único ex-Presidente a morrer no exílio. Ele nos deixou no dia 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina. **Mas, o seu legado continua vivo e enraizado no pulsar das veias de todos os brasileiros que acreditam que a justiça social** é um processo que deve ser alimentado diariamente. O Governo Jango incentivou a sindicalização rural. Reconheceu o Comando Geral dos Trabalhadores por entender que era legítimo como poder de pressão social. Nos primeiros dias do regime militar, infelizmente, a CGT foi dissolvida e seus líderes presos. (...) Se V. Ex^a me permitir, lerei rapidamente. O título é “**Gente Sem**”, uma homenagem ao nosso querido João Goulart nesses 30 anos de sua morte:

³³⁹O Papa João Paulo II, líder da Igreja Católica Apostólica Romana, faleceu em 02 de Abril de 2005.

³⁴⁰Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 05/04/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Gente sem terra/São sementes sem solo.../Braços carentes de abraços,/Crianças querendo colo./Gente sem terra/Colhem frutos amargos.../Cultivam calos na alma,/Nas mãos, faturas de afagos!/Gente sem terra/São cartas escritas no exílio.../São barcos longe do mar,/Mães com saudade dos filhos./Gente sem terra/São safras sem frutos maduros,/Cultivam luas na alma,/Semeiam sonhos no escuro!/Gente sem terra/São árvores sem ninho,/São noites sem estrelas,/Céu... sem passarinhos!”³⁴¹

Todos os trechos acima relatados evidenciam que, independentemente das disputas entre governistas e oposicionistas, a presença do sagrado está sempre em pauta quando o tema é a “reforma agrária” e, os parlamentares a utilizam da melhor e mais conveniente forma possível, tentando, na disputa pelo poder, captar os anseios e os interesses dos grupos que procuram defender e representar.

Ao buscarem legitimar seus argumentos discursivos, os políticos o fazem se apropriando e re-apropriando de toda uma produção cultural e popular. Ao se pensar tais produções e argumentos políticos, pode ficar parecendo que tais discursos são distantes da produção da população. Entretanto, o que os políticos fazem é captar tais produções do imaginário social coletivo e re-trabalhar isso a todo momento³⁴².

As produções atribuídas ao MST³⁴³ e divulgadas em sítios e espaços oficiais, quer sejam através das músicas, dos hinos, dos poemas, trazem também vários desses elementos anteriormente expostos e captados de forma filtrada nas falas dos políticos. Com o diferencial de que, vindos do Movimento dos Trabalhadores e de apoiadores da causa, a “ação” é direta, por meio dos trabalhadores; e os símbolos do “sangue”, do “auto-sacrifício”, da memória dos antepassados inspiram o grupo a “*romper o silêncio*”, “*a desafiar as leis injustas*”, a buscar a construção de uma “*pátria popular camponesa*”.

³⁴¹Trecho do pronunciamento do senador Paulo Paim do PT/RS, em 07/12/2006. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁴²Sem nos determos em aprofundamentos que sabemos que demandariam outras investigações, vale a pena mencionar que algumas produções que buscamos na internet, ligadas ao MST e aos grupos de apoio a causa, trazem em seus hinos, marchas e poemas, os mesmos elementos acima refletidos, captados de forma reflexa nos pronunciamentos parlamentares.

³⁴³Realizamos uma busca de poemas, hinos e textos vinculados ao Movimento dos Sem Terra e outros movimentos de luta pela terra. Para tanto acessamos sítios eletrônicos da página oficial do MST ou mesmo da Contag, ou da CPT, que trazem notícias referentes à questão agrária, do ponto de vista do Movimento. Enfatizando que tais páginas eletrônicas na Internet são articuladas e montadas com a função de publicidade e divulgação da proposta do Movimento. Em virtude da riqueza e da quantidade de músicas, hinos e poemas encontrados e coletados, selecionamos somente alguns que possam fazer contraponto, ou mesmo somar argumentos que já discutimos anteriormente. Mas como foi exposto vemos aqui apenas a ponta de um “iceberg” científico que ensejaria vários aprofundamentos e abordagens de pesquisa, algo que este trabalho não comporta.

Portanto, enquanto os partidos e políticos estão atentos em integrar aos seus discursos os sentimentos de “revolta”, “ódio”, “frustração”, contidos no imaginário da luta pela terra e “alertar” a todo momento para o “abandono”, a “humilhação”, o “esquecimento” do trabalhador por parte do Estado, da recusa política em se “olhar” para as necessidades desse trabalhador; da parte do Movimento os símbolos integram os elementos de “luta”, de “coesão” do Movimento, de busca do “sonho”. Enquanto os políticos (dos partidos tradicionalmente ditos de esquerda) procuram “dar voz” às falas dos silenciados pelo ideal da reforma agrária, reforçando os argumentos do “auto-sacrifício” e da “não violência”, pois vêem nisso uma forma de se manter as mudanças dentro de um limite aceitável a tal ponto que não ameace a existência de si próprios, procurando criar em tais discursos um termômetro regulador de se manter o controle para se conter as massas, da parte do Movimento os símbolos evidenciam que a violência maior vem de um “sistema capitalista injusto”, da “opressão sofrida”, das mortes que tal violência institucional causa e que, portanto, é preciso que o povo: “grite”, “aja”, “participe”, “marche unido”.

Vejam, por exemplo, um trecho do hino do MST em que há a criação da imagem da luta, da desobediência civil (na figura da rebeldia), da “ação” e da construção de uma nova “nação” pelos trabalhadores, pois são eles que “agem”:

“Vem teçamos a nossa **liberdade**/braços fortes que rasgam o chão/sob a sombra de nossa valentia/desfraldemos a nossa **rebeldia**/e **plantemos nesta terra como irmãos!**

Refrão: Vem, lutemos punho erguido/Nossa Força nos leva a edificar/Nossa Pátria livre e forte/Construída pelo poder popular(...)”³⁴⁴ [grifos nossos]

Ou mesmo um poema de Pedro Tierra, intitulado “A pedagogia dos Aços”, autor este mencionado inúmeras vezes pelo senador Suplicy:

“Candelária,/Carandirú,/Corumbiara,/Eldorado dos Carajas ...
A pedagogia do aço/golpeia no corpo/essa atroz geografia ...
Há cem anos: **Canudos**,/Contestado/Caldeirão ...
A pedagogia dos aço/golpeia no corpo/essa atroz geografia...
Há uma nação de homens/**excluídos** da nação./
Há uma nação de homens/excluídos da vida.
Há uma nação de homens/**calados**,/**excluídos de toda palavra**. (...)”

³⁴⁴Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Letra: Ademar Bogo. Música: Willy C. de Oliveira. Endereço eletrônico de consulta – Site do MST: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=219>
Acesso: 01/05/2008.

Eles rondam o muro das leis/e ataram no peito/uma bomba que pulsa:/o sonho da terra livre.(...) Hoje, o silêncio /pesa como os olhos de uma criança/depois da fuzilaria. (...) Candelária,/Carandirú,/Corumbiara,/Eldorado dos Carajás não cabem/ na frágil vasilha das palavras... /Se calarmos,/as pedras gritarão

Brasília, 25/04/96³⁴⁵

O poema acima escolhido combina diversos elementos já expostos e por nós visualizado nos pronunciamentos anteriores: os episódios de Eldorado Carajás, a comparação histórica com Canudos e Contestado, a exclusão humana do direito à vida e à palavra, “a mudez”, o fato de estarem fora do alcance das leis, uma vez que “rondam os muros da lei”, mas são criminalizados por ela, a luta pelo “sonho” da terra, as denúncias contra as crueldades sofridas por estes trabalhadores, ou mesmo a referência bíblica atribuída a Jesus Cristo que menciona “*se se calarem [os profetas] as pedras gritarão*”. Tais elementos formam inclusive uma espécie de “dicionário da reforma agrária” em que se é possível encontrar palavras e expressões próprias ao tema. Estes são apenas alguns, entre outros vários elementos, que poderiam ser aqui mencionados. Entretanto, é importante frisar que tais produções, vindas do Movimento, de seus participantes ou de seus simpatizantes e apoiadores da causa, trazem em si novas dimensões valorativas. A linha histórica empreendida, como no exemplo do poema anterior, tem uma finalidade de “exaltação dos ancestrais”, de “valorização da luta e dos trabalhadores”, de evocação histórica dos antepassados e dos episódios históricos da luta, finalidade completamente distinta de quando o mesmo poema é re-apropriado e recitado na Tribuna de um parlamento.

Ou mesmo poemas que, entre outros elementos, sempre se referem ao ícone forte do “sangue” derramado, “à indignação contra leis injustas”, a dificuldade da “voz da multidão ser ouvida”, “as injustiças sociais”, “a paciência do povo que vive esperando, esperando”, a “violência sofrida”, a “criminalização dos sem terra”:

“A oficina da violência/Está trabalhando,/Seus funcionários são algozes do povo
Um a um!/Os jornais noticiam/A **indignação da lei**/E nós dizemos nas ruas nesse
17 de abril/A efervescência da palavra/**Justiça!**/Tão escassa nos nossos dias.../A
nossa paciência de esperar,/Não esperar mais (...) /Abre o caminho com a
justiça/De nossas bandeiras/estranhos a isso, desconhecem!/A **cor do nosso sangue,
a memória/Dos hinos**.../(...) Olhamos.../A intransigência dos ditadores/Cavando

³⁴⁵TIERRA, P. Poema: Pedagogia dos Aços. Brasília, 25/04/1996. Endereço eletrônico de consulta: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive05.phtml?rd=PEDAGOGY982&ng=p&sc=1&th=13&se=1>. Acesso: 30 de Abril de 2008.

covas em nossas manhã/E dando suas sentenças./Até quando existirá prisão/Aos condenados à miséria?(...) ³⁴⁶ [grifos nossos]

O sangue, como já dito anteriormente, é o elemento mais forte de toda temática, pois a luta por reforma agrária é uma luta de sangue, como no exemplo abaixo:

“Poema de sangue: Hoje quando os ponteiros/Registrarem vinte e quatro horas/Mil crianças terão morrido de fome/Neste meu belo país/Da bola e do carnaval/Por isso, escrevo poema de sangue.(...)/Há muitas árvores/Que ainda estão produzindo bons frutos./Pois é desses frutos que alimentaremos/É dessas sementes que replantaremos/Mas eu lhes afirmo/Que ainda é preciso/ (...)
Por isso, escrevo poemas de sangue³⁴⁷ [grifos nossos]

Referência exaustiva com o religioso, no exemplo do trecho do Ofertório, fragmento da chamada “Missa dos Quilombos”, texto de Dom Casaldáliga em parceria com Pedro Tierra, que aproxima todos os “excluídos” pelos problemas vivenciados, sejam eles “sem terra”, “negros” ou mesmo “indígenas”, propugnando pela “fé”, fazendo referência aos elementos do pão, do sangue, do suor, do grito, da marcha do povo rumo à liberdade:

“(Recitado):Na cuia das mãos/trazemos o vinho e o pão,a luta e a fé dos irmãos,/que o Corpo e o Sangue do Cristo serão. (...) (recitado): O ouro do Milho/e não o dos Templos,/o sangue da Cana/e não dos Engenhos,/o pranto do Vinho/no sangue dos Negros,/o Pão da Partilha/dos Pobres Libertos. / (Recitado): Trazemos no corpo/o mel do suor, (...) - Com a força dos braços, o grito entre os dentes,/a alma em pedaços, erguemos impérios,/fizemos a América dos filhos dos brancos! (...) - Trazemos no peito/os santos rosários,/rosários de penas,/rosários de fé/na vida liberta,/na paz dos quilombos/de negros e brancos/vermelhos no sangue./A Nova Aruanda/dos filhos do Povo/acolhe, Olorum! (...) Os pés tolerados na roda de samba,/o corpo domado nos ternos do congo,/inventam na sombra a nova cadência,/rompendo cadeias, forçando caminhos,/ensaia libertos a marcha do Povo,/a festa dos negros, acolhe Olorum!³⁴⁸ [grifos nossos]

Assim, por intermédio da produção literária, a “violência” é denunciada e tais produções circulam e são apropriadas pelos diversos segmentos, sendo utilizadas com

³⁴⁶TROCATE. C. Poema: O nome da violência. Endereço de consulta eletrônica: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=NAMEOFVI743&ng=p&sc=1&th=13&se=2>. Acesso: 25/04/2008.

³⁴⁷PINTO, Z. Poema de Sangue. <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=POEMOFBL044&ng=p&sc=1&th=13&se=0> Acesso: 29/04/2008.

³⁴⁸CASALDÁLIGA, D. & TIERRA, P. Ofertório: Missa dos Quilombos. http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/mato_grosso/dom_pedro_casaldaliga.html. Acesso: 01/05/2008.

finalidades as mais diversas possíveis, sejam pelos políticos que dela se utilizam, sejam pelos divulgadores da causa do Movimento. Como o exemplo de Frei Betto, que realiza uma poesia de denúncia quanto à violência cometida contra os “sem terra”, mencionando o descaso público, a ganância dos grileiros, os assassinatos contra trabalhadores rurais que foram crimes que sempre ficaram impunes:

“Receita para matar um Sem Terra:

Tome um agricultor/Desplanta de sua terra,/Desfolhe-o de seus direitos,/Misture-o à poeira da estrada/E deixe-o secar ao sol./Deposite-o, em seguida,/No fundo do descaso público,/Adicione a injúria da baderna,/Derrame o pote de horror ao pobre/Até obter a consistência do terror,/Acrescente uma dose de mau presságio/E salpique, com a mão do ágio,/Denunciosas fatias de pedágio./Deixe repousar no silêncio/A ganância grileira,/As áreas devolutas,/A saga assassina/De quem semeia guerras/Para amealhar terras./Ferva a mentira/No caldeirão oficial/Até adquirir densidade/Em rede nacional,/Sirva à repressão/Impunemente/Na bandeja do latifúndio”³⁴⁹. [grifos nossos]

Ou, como no exemplo das trovas da literatura de cordel³⁵⁰, intitulada “Cordel da Reforma Agrária”, que trazem os elementos simbólicos e imagéticos já mencionados, usando como referências as figuras de Bertold Brecht, Patativa do Assaré, Francisco Julião, entre outros:

“(…) Como disse **Bertold Brecht**/Em lições claras, atentas:/**As águas que fazem o rio/Não são em si turbulentas,Mas, as margens que comprimem/É que tornam violentas.**(…)
(…) Já dizia **Patativa**/Nos seus versos sem zum-zum,/Que essa terra é desmedida/E devia ser comum,/Devia ser repartida/Um taco pra cada um.(…)
(…) Há mais de cinquenta anos/Protestava já de pé/A ganância pela terra/Dos homens de pouca fé,/Num cantar de patativa,/Patativa do Assaré.(…)
(…)Ele [FHC] bem que poderia/Numa ação prioritária,/Em respeito ao compromisso/Feito com a classe operária,Sem o neoliberalismo,/Fazer a reforma agrária. (...)
(…) Fazer a reforma agrária/É por um ponto nos is,/É tomar a decisão/Que o povo sempre quis/E sempre achou necessária/Aos problemas do país. (...)

³⁴⁹BETTO. Frei. Poema: Receita para matar um Sem Terra. Endereço eletrônico para consulta: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=RECIPEFO547&ng=p&th=41&sc=3&se=0>. Acesso: 29/04/2008.

³⁵⁰Literatura de cordel é um tipo de poesia popular, originalmente oral, e depois impressa em folhetos rústicos ou outra qualidade de papel, expostos para venda pendurados em cordas ou cordéis, o que deu origem ao nome que vem lá de Portugal, que tinha a tradição de pendurar folhetos em barbantes. No Nordeste do Brasil, herdamos o nome (embora o povo chame esta manifestação de folheto), mas a tradição do barbante não perpetuou. Ou seja, o folheto brasileiro poderia ou não estar exposto em barbantes. São escritos em forma rimada e alguns poemas são ilustrados com xilogravuras, o mesmo estilo de gravura usado nas capas. As estrofes mais comuns são as de dez, oito ou seis versos. Os autores, ou cordelistas, recitam esses versos de forma melodiosa e cadenciada, acompanhados de viola, como também fazem leituras ou declamações muito empolgadas e animadas para conquistar os possíveis compradores.

(...) Porém, aqui no Brasil/Sempre ao povo foi negada,/Somente com **João Goulart**/Pôde ser reivindicada/Pelas **Ligas Camponesas**/Para ser logo implantada.(...)
 (...) Em Pernambuco a figura/De **Francisco Julião**/Se tornou numa legenda/Quando com disposição/Levava aos trabalhadores/A coragem e a lição.
 (...) ³⁵¹ [grifos nossos]

A prisão, o Julgamento e a absolvição de José Rainha também foram mencionados em versos, com a finalidade de exaltação do “herói”, apoio “à liderança”, o mesmo é visto como “guerreiro” “lutando contra as injustiças sociais”, “fazendo história”, como nos trechos abaixo selecionados:

“A terra e seus guerreiros (O dia da absolvição de Zé Rainha)
 A terra coloca-se frente a frente/Para dizer ao **tribunal burguês** (...)
 Que filho seu sempre é inocente./No chão "armas" do crime, adormecidas
 Foices, facões e enxadas apreendidas/Vão condenar a terra outra vez?
 A mais 500 anos de xadrez?/De torturas, mortes e insensatez?
Vão condenar o que?(...)
 Que **usa a fome como arma de guerra**/E faz da liberdade um canto novo?
 Não! **As sentenças não vem de canetas douradas/Que dormem preguiçosas nos bolsos magistrados**/Os passos dos Sem Terra escrevem as sentenças/E a eles a terra devolve recompensas/E o gosto de comer a liberdade./Agora **a terra em festa quer abraçar seu filho/Que marchará em busca da esperança** (...)
Vai Zé! Fazer mais luta e criar seus filhos/Vai Zé! Ajudar a colocar os trilhos Por onde passará o trem da história./E lá na frente na sombra das bandeiras
 Renascerá a vida em uma só trincheira/E cantaremos o **hino** da vitória ³⁵².
 [grifos nossos]

São essas lutas que fazem com que o “povo” fique “indignado” contra a “contradição” da justiça, uma “justiça” que “criminaliza” os sem terra e deixa “impune” casos como o de Eldorado Carajás, como diz a letra de uma música de hip hop, que afirma que “*sem justiça não há paz*”, em que encontramos presentes os mesmos então elementos simbólicos:

“1996”:Quarta-feira, dezessete de abril/**Eldorado dos Carajás**, Sul do Pará, Brasil,/Lá onde só Deus sabe o que acontece,/PA 150, Curva do "S",(...)
 Refrão:**Sem justiça não existe paz/Não existe paz/Eldorado dos Carajás/Sem justiça não existe paz/Não existe paz/Eldorado dos Carajás**.(...)
 Sedentos de **sangue** e ao que tudo indica/**Vão usar uma violência que não se justifica/São ossos do ofício, matar faz parte do serviço** (...) /Enquanto o **Sr. Almir Gabriel/Só tá a fim de defender o latifúndio, o gado e o capim**/A sua ordem tem tom de ameaça/Custe o que custar, de hoje não passa.(...)

³⁵¹BRAGA, M. Poema: Cordel da Reforma Agrária. Site de consulta eletrônica do MST: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4569>. Acesso: 30/04/2008.

³⁵²BOGO, A. Poema: A terra e seus guerreiros (O dia da absolvição de Zé Rainha). Site de consulta do MST: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=LANDANDI375&ng=p&sc=1&th=13&se=2>

Sem escolher a vítima,/**Lourival** não conseguiu correr, (...) /**Robson** foi arrastado pelo cabelo (...)/**Oziel** tinha sido jurado de morte pelos coronéis (...)
Foi algemado, espancado com socos e pontapés, (...)/Todos vítimas da ação policial que foi brutal, violenta e sanguinária./Promoveu execuções sumárias, uma tragédia parecida/Com a da **Candelária, Carandiru, Vigário Geral, Corumbiara./E Eldorado dos Carajás é um caso a mais** (...) ³⁵³ [grifos nossos]

É a “esperança”, elemento simbólico sempre presente, que leva “o povo” a “marchar”, a “agir”, como entoa a letra da música cantada pelas mulheres camponesas na marcha das Margaridas, seu hino traz na letra da música a “luta pela posse da terra”, pela “produção de alimentos” combinada com a questão de gênero da luta feminina contra a opressão masculina:

“Música tema da “Marcha” das Margaridas:

(...) Então cumadre 2007 razões para marchar

Refrão: **Olha Brasília está florida/Estão chegando as decididas**

Olha Brasília está florida/É o querer, é o querer das Margaridas (...) ³⁵⁴

[grifos nossos]

Ou mesmo o poema “Marchar” e vencer, que faz alusão à expressão forjada no governo de FHC da “*herança maldita*”, luta contra a corrupção do “*esquema dos Sanguessugas*”, e comenta dos “*sonhos*”, das “*esperanças*” que levam os trabalhadores a “marchar”, pois as “*marchas alimentam os grandes ideais*” e alimentam a utopia da “*certeza de vencer*”:

“Abriu-se para nós/Nesta fresta de tempo ao fim do século/A possibilidade de dizer:/Que **fome, miséria e tirania não são heranças**/Heranças são as obras, são os feitos, são os sonhos/Desenhados pelos pés dos velhos caminhantes/Que plantaram na história sementes de esperança/E nos legaram a tarefa de fazer/Através da luta, o caminho de vencer./**Marchar é mais do que andar**/É traçar com os passos/roteiro que nos leva à dignidade sem lamentos./As fileiras como cordões humanos/Mostram os sinais dos rastros perfilados/**Dizendo em seu silêncio/Que é preciso despertar** (...) /Marchamos por saber que **em cada coração há uma esperança**/Há uma chama despertada em cada peito (...) /**A dor, a fome, a miséria e a opressão não são eternas**/Eternos são os sonhos, a beleza e a solidariedade/Por estarem ao longo do caminho de quem anda/Em busca da **utopia nas asas da liberdade./As marchas alimentam grandes ideais/Porque**

³⁵³ Letra da Música Eldorado dos Carajás. Grupo: "Manos da Baixada de Grosso Calibre" (um grupo de favelados em Belém, capital do estado do Pará, que integra o movimento hip hop da favela.). A música integra do CD: “Um canto pela Paz”

³⁵⁴ Letra da música da Marcha das Margaridas, mulheres camponesas, cantada em 2007. Letra e música no site oficial da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Endereço eletrônico: <http://www.contag.org.br>. Acesso: 02/05/2008.

grande é o sonho de cada caminhante (...) Pois, se eternos são os
sonhos/Eterna também é a certeza de vencer³⁵⁵ [grifos nossos]

De todos os exemplos vem a certeza, por parte do Movimento e de seus apoiadores, da importância da “Reforma Agrária”, como um problema que deva afetar “a todos”, como algo imprescindível à preservação não só do “homem – lavrador”, mas do próprio “planeta (do meio ambiente)”:

“A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores./A Liberdade da Terra é
assunto de todos quantos/se alimentam dos frutos da Terra.(...)/Dos que recusam a
morte do sonho./A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:/Reforma
Agrária./Hoje viemos cantar no coração da cidade./Para que ela ouça nossas
canções e cante./E reacenda nesta noite a estrela de cada um./E ensine aos
organizadores da morte/e ensine aos assalariados da morte/que um povo não se
mata/como não se mata o mar/sonho não se mata/como não se mata o mar/a alegria
não se mata/como não se mata o mar/a esperança não se mata/como não se mata o
mar/e sua dança³⁵⁶ [grifos nossos]

Os exemplos são variados e combinam análises interessantes. Entretanto, foram relacionados aqui apenas alguns exemplos que indicam as possibilidades investigativas³⁵⁷ e que abordaram elementos já selecionados e relacionados com as discussões de outros capítulos. Fizemos uma breve exposição de algumas dessas produções, atribuídas ao Movimento, como forma de comparação com as produções do Parlamento e do Judiciário, verificando, não somente a presença dos mesmos elementos simbólicos, mas analisando o papel político dos chamados partidos de “esquerda”, principalmente as oposições a FHC, entre 1995-2002. Tais partidos ou políticos, se “colocaram” como uma espécie de caixa de ressonância das necessidades do “povo”, uma vez que se criou, ou tentou se criar, uma justificativa que legitimasse a existência deles. Assim sendo, o Parlamento funciona e “age” a partir da pressão sofrida pelos grupos que nele atuam, quer em defesa dos “latifundiários”, quer em defesa dos “trabalhadores rurais sem terra” e, ainda que exista interesses outros, tais justificativas

³⁵⁵BOGO, A. poema: Marchar e vencer. Endereço eletrônico: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=TOMARCHA879&ng=p&sc=1&th=13&se=2>. Acesso: 03/05/2008.

³⁵⁶TIERRA. P. poema: Fala da Terra. <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=EARTHSPE688&ng=p&sc=1&th=13&se=0>. Acesso: 30/04/2008.

³⁵⁷Uma análise mais aprofundada demandaria a pesquisa de mais poemas, hinos, canções dessa produção realizada pelo Movimento Social de Luta pela Terra e mesmo de maiores leituras teóricas. Embora tenhamos tomado contato com uma pequena parcela de tal produção, o aprofundamento da questão enseja novas abordagens que essa pesquisa não comporta no direcionamento de seu foco principal.

nem sempre são transparentes. Se pensarmos que as decisões fundamentais já constituem um jogo (econômico) de cartas marcadas, a retórica parlamentar pode saltar aos olhos dos mais desavisados como algo supérfluo, ou inútil, ou demasiado cansativo e sem propósito; às vezes, até muito engraçado ou irônico, mas não é uma “retórica vazia”, pois, malgrado uma imensa quantidade de informações desconexas, fragmentadas, exaustivas (até mesmo com o propósito de confundir, cansar, espetacularizar, entre tantas finalidades) estão sendo e são gestados neles, as idéias mestras que nortearão e norteiam os rumos e diretrizes do chamado “Estado Democrático de Direito”, e são elas que informam, em maior ou menor grau, o comprometimento das “leis” aprovadas com este ou aquele grupo, definindo as relações sociais existentes que são mediadas pela “lei” e pelo “direito”, frutos dos debates, dos confrontos, das negociações estabelecidas. Assim sendo, a retórica parlamentar e jurídica são muito mais que meras imposturas, pois, se podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, podem também ajudar a refrear esse poder e conter seus excessos, expressando mesmo os anseios populares³⁵⁸. “*Se as regras e a retórica são uma máscara, foi uma máscara que Ghandi e Nehru tiveram de usar à frente de um milhão de adeptos mascarados*”³⁵⁹ e é isso que diferencia o “poder arbitrário” e o “domínio da lei”. Domínio este que passamos a discutir no próximo capítulo.

³⁵⁸ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores* – Trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. pp 354 e 356

³⁵⁹ Idem. p. 358.

CAPÍTULO II

O MAPA

Na construção do gênero retórico deliberativo, os parlamentares organizam seus discursos fundamentando as tópicas de suas maiores preocupações sobre os rumos do país. E elas incidem principalmente na disputa pela fixação de um conceito para reforma agrária, na culpabilização do poder executivo pelo mau funcionamento do aparelho administrativo e pela preservação da propriedade privada com manutenção do Estado Capitalista. E são essas três tópicas que passamos a analisar detalhadamente numa primeira e segunda parte deste capítulo. E num terceiro e quarto momento analisamos a transição (projetos que viram lei) e a composição do gênero retórico judiciário, em que entra em jogo o direito, como uma prática argumentativa, destinado a elaboração dos valores do “justo” e do “injusto”, responsável pelo julgamento das leis votadas pelo legislativo e fundamentadas nas sentenças prolatadas pelos juízes do poder judiciário.

O MST existe. Os movimentos Sociais de Luta pela Terra existem e pressionam o Governo Federal e os poderes Legislativo e Judiciário para articularem saídas diante das demandas populares. Os congressistas não podem romper abertamente com seus eleitores numa questão como a da Reforma Agrária, ou assumem declaradamente a defesa dos trabalhadores e se envolvem diretamente na negociação de vários dos episódios ligados à Reforma Agrária (que são poucos!), ou assumem a defesa dos chamados “produtores rurais”, havendo demarcação do ethos “produtor rural” (que não tem o mesmo significado de latifundiário³⁶⁰) e procuram enfatizar suas idéias do que seja a reforma agrária no entendimento de vários dos setores sociais que não sejam diretamente os trabalhadores ou os produtores rurais, ou seja, camuflam suas intenções. As características particulares da dominação dos políticos e de sua relação com os

³⁶⁰ Ao se utilizar a expressão “produtor rural” não há na expressão nada de pejorativo, pois, nem todo produtor rural é latifundiário. A expressão “latifundiário” carrega consigo todas negatividades de se imaginar alguém dono de grandes propriedades de terras improdutivas, registradas em propriedade de um só dono com finalidades especulativas de mercado financeiro. Uma expressão que carrega a idéia do lucro sem o compromisso com o trabalho, com a produtividade da terra, por isso mesmo, um termo pejorativo.

eleitores impedem a concepção dos aparelhos jurídicos e do Estado como simples instrumentos, flexíveis em todos os sentidos, da vontade da elite letrada dominante³⁶¹. É por isso que todo pronunciamento enuncia que “*a reforma agrária é necessária e fundamental*” e que as “*demandas dos homens sem terra na luta pela posse da terra são legítimas*”. Entretanto, a partir de tal enunciação as posições são divergentes numa luta para fixação do sentido e do significado que cada proposta de Reforma Agrária pode assumir. A elite política embora se encontre submetida a uma forte pressão por parte dos movimentos de luta pela terra, divididos em suas posições retóricas, sempre tiveram a possibilidade de várias escolhas, dentre elas a de destruir sua própria imagem e abandonar suas posições tradicionais de defesas democráticas, com rompimento total do jogo, burlando as regras por eles mesmos estabelecidas, recorrendo à imposição direta da força, ou também aceitando as possibilidades de determinadas modificações da estrutura de dominação tentando manter suas posições em novos cenários e contextos políticos, e no caso específico do Movimento Social de Luta pela Terra, insistindo para que a luta dos trabalhadores seja pacífica, sem a utilização de métodos violentos ou radicais. É assim que, nos momentos que vão percebendo os acirramentos dos confrontos diretos entre trabalhadores e proprietários de terra, os discursos chegam mesmo a questionar a possibilidade de romperem as regras que eles próprios estabeleceram. Como por exemplo, o senador Casildo Maldaner ao questionar se “*vamos ou não vamos quebrar o Estado de Direito?*”³⁶² ao abordar a complexidade do jogo político e estabelecer que “*os esquemas são complexos*” e que, diante dos mesmos, é fundamental acelerar o que considera como “*reforma agrária*”.

A expressão do político, ao afirmar que “*os esquemas são complexos*” nos leva a refletir que as elites criadoras das regras do jogo político e jurídico também precisam se submeter ou dar essa aparência de submissão às mesmas, o que demonstra, segundo E.P.Thompson³⁶³ que as regras do direito são mais do que meramente “*retóricas vazias*”, pois os dominantes precisam, ao criá-las, legitimá-las com seu próprio

³⁶¹ THOMPSON. E.P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. [org] Antonio Luigi Negro e Sergio Silva, Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

³⁶² Pronunciamento do Senador Casildo Maldaner do Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB de SC, em 19/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

³⁶³ Thompson. E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. [org] Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2001. pp. 209-210.

cumprimento, evidenciando que não é tão simples assim desconsiderá-las. Embora inúmeras vezes o façam, “*os esquemas são complexos*”, não podem ser facilmente rompidos ou ignorados sem que os mesmos possam correr o risco de perder o controle da situação. Se de fato as leis fossem claras e unívocas desde sua elaboração até a sua aplicação, não se cogitaria uma espécie de afirmação como esta, procurando a complexidade de tais esquemas. A questão em jogo é que os “*fundamentos*” dos “*esquemas*” não podem ser enunciados pela linguagem, não podem ser escancarados verbalmente. E é nesse sentido que nenhum político é contra a reforma agrária, mas as idéias que apresentam como sendo o conceito de reforma agrária é que evidenciam o seu compromisso com determinados interesses particulares.

É assim que, diante das disputas e pressões estabelecidas, debates são realizados pelos congressistas no sentido de fixarem, através de uma luta simbólica, o conceito do que seja Reforma Agrária. Assim sendo, é possível usar a manipulação das definições como um recurso retórico³⁶⁴, como forma de impedir que adversários levem vantagem.

Há, portanto, lutas, disputas, conflitos e tensões que inserem todos os jogadores na construção dessa trama, da luta pela fixação de um conceito do que seja a reforma agrária. E as idéias e argumentos vão se desenvolvendo, se moldando, se amplificando, se juntando a outros na busca da construção e/ou desconstrução de um consenso político, na luta pela fixação e implantação dos argumentos vencedores, conceito este que vai se cristalizando num jogo de constantes negociações, alterações, avanços e recuos políticos.

Um dos argumentos recorrentes é “*por que não fazer a reforma agrária?*”. Segundo, o Senador Chagas Ribeiro do PSDB, “*a pergunta não é mais: reforma agrária, por quê? A pergunta é por que não fazer a reforma agrária?*”:

(...) **durante muito tempo, quando se falava em reforma agrária, o que se ouvia era o seguinte: reforma agrária? Por quê? Hoje, é o contrário. Seria o caso de perguntar-se: por que não fazer reforma agrária? (...)**³⁶⁵ [grifos nossos]

³⁶⁴SKINNER, Q. Técnicas da Redescoberta: o questionamento das definições e das descrições. In: Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: editora da UNESP, 1999. p.196

³⁶⁵Pronunciamento do Senador Chagas Rodrigues do PSDB Partido da Social Democracia Brasileira - PI, em 16/01/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

Vemos que a discussão para fixar o significado de reforma agrária inclui até a possibilidade de mudança para que tudo continue como está. No pronunciamento acima o senador marca a posição de defesa do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) como sendo o chefe do Executivo que será capaz de realizar essa tarefa.

O senador Valmir Campelo, do PTB-DF analisou o que chamou de caráter desvirtuado do sentido de Reforma Agrária, observando que “*reforma agrária não é apenas dar terras, mas é questão de política públicas*”³⁶⁶, questão comentada quando do lançamento do Programa Nacional de Reforma Agrária, lançado por FHC em São João do Jaguaribe, no Ceará, prevendo o assentamento de 280 mil famílias em mais de 11 milhões de hectares de terra, durante seus quatro anos de mandato inicial, com desapropriação de 1 milhão de hectares, para assentamento de 40 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Os trechos analisados nos dão pistas de algumas discussões que marcam, portanto, a atuação dos congressistas. A primeira de que, como representantes de uma parcela significativa de seu eleitorado, procuram a todo momento estar integrados aos fatos e informações do que acontece em seus estados, pois é desta atuação que conseguem captar as expectativas, anseios e desejos da população e é, a partir dessas informações, que organizam suas estratégias retóricas de discurso e planejam sua ação política. Num outro plano, a discussão do que seja reforma agrária inclui além da distribuição de terra, o apoio creditício ao homem do campo.

Vários senadores oposicionistas, num revide desse argumento de crédito agrário, insistem que, o que de fato ocorre na prática com a política de créditos é que esta faz surgir uma “*reforma agrária às avessas*”, mais perversa ainda com o homem do campo.

Entretanto, mesmo a ala oposicionista ao governo de FHC, ainda que criticando o governo, vêem na reforma agrária um projeto de importância capitalista, não bandeira ideológica de socialistas. Como é o exemplo do senador Ademir Andrade do Partido Socialista Brasileiro e a Senadora Marina Silva do Partido dos Trabalhadores, respectivamente:

³⁶⁶Aparte do senador Valmir Campelo do PTB-DF ao pronunciamento do Senador Flaviano Mello do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro do AC, em 27/03/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“(..) A reforma agrária existe no Brasil enquanto tese, com uma finalidade específica: fazer com que a terra cumpra o seu papel social. (...) Esta é a política do neoliberalismo, (...) Nós sabemos que a reforma agrária não se faz com a simples distribuição de terra a agricultores. (...)”³⁶⁷ [grifos nossos]

“(...) Todos os países desenvolvidos que experimentam o crescimento econômico e a justiça social fizeram reforma agrária. Portanto, a reforma agrária não é uma bandeira apenas de socialistas, mas de pessoas de bem, (...)

A Sr^a Benedita da Silva – (...) esse não é um assunto da esquerda ou da direita, do partido "x" ou "y"; é uma questão de direitos humanos. (...). Longe de nós querer que a reforma agrária seja feita com o viés ideológico, porque, nesse caso, ela não seria consciente.”³⁶⁸. [grifos nossos]

Aqui os argumentos da esquerda petista são no sentido de que a cobrança em relação à reforma agrária deve ser feita “*no cumprimento das promessas de campanha*” e que também “*é bandeira dos capitalistas*”, argumento insistentemente defendido em inúmeros outros discursos. E, além de capitalista, a reforma agrária “deve ser realizada pelo Governo Federal”³⁶⁹.

É jogando com essas construções e disputas do que seja ou não reforma agrária, que os Senadores vão realizando uma disputa retórica para uma definição do que seja a Reforma Agrária, para a implementação de um projeto que sairá vencedor e principalmente de quem deve executá-la, dizer que “*é o governo que deve realizá-la*” é quase uma “profecia” de que, se não for o governo, será o povo. Além do que, é a idéia vencedora do que se entende por reforma agrária e a fixação de seu conceito que no plano legislativo dará subsídios para a elaboração das leis, sendo que estas serão aplicadas pelo Judiciário. Assim sendo, na elaboração formal de uma lei, estão em jogo os elementos políticos da sociedade em questão e principalmente expressa a vitória do grupo vencedor que dela resultou a articulação do jogo político legislativo.

³⁶⁷Pronunciamento do Senador Ademir Andrade do Partido Socialista Brasileiro do PA, em 02/06/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁶⁸Pronunciamento da senadora Marina Silva do Partido dos Trabalhadores do AC, em 15/08/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁶⁹Pronunciamento do senador Roberto Freire do Partido Popular Socialista de PE, em 28/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Some-se a isso o fato de que, em inúmeras passagens, enfatiza-se a idéia, também inúmeras vezes repetida exaustivamente, de que “*a reforma agrária não é caso de polícia, mas questão social*”. Aqui reside a luta entre considerar a luta pela terra como legítima ou como ilegal, abrindo margem para o que vamos discutir em outro capítulo. A disputa mais incisiva ao se estabelecer o jogo no plano da linguagem é a definição dos termos ocupação e invasão, conceitos amplamente debatidos na luta pela fixação e diferenciação entre ambos:

“(...) estamos frente a uma elite agrária, conservadora e que se contrapõe, criando milícias para resolver; a questão da propriedade sem o enfoque do seu bem-estar social e, de outro, a **confusão que uns fazem entre invasão e ocupação. Geralmente, a ocupação é feita por aqueles sem-terra pobres, miseráveis e desvalidos que precisam de um pedaço de terra para sobreviver; de outro, a invasão tantas vezes é manipulada por interessados em que amanhã a terra seja desapropriada e, valendo-se daquela circunstância social, tirar o proveito de uma terra que, sendo improdutiva, acaba gerando renda para quem não a venderia. (...) estamos frente a um problema altamente sério que não pode ser tratado de forma emocional.** Está na hora de cada um de nós sentir que a responsabilidade é nossa, é de todos. (...)”³⁷⁰

O senador ao estabelecer sob o seu ponto de vista a diferenciação entre ocupação e invasão as divide pela classe social de seus participantes, além do mais, aproveita para realizar crítica à oposição que, segundo seus dizeres, trata o tema da reforma agrária sempre de forma “*emocional, partidária, ideológica*”. Aqui faz referência ao pronunciamento do Presidente FHC que, em solenidade de posse do então Presidente do INCRA, Francisco Graziano, onde aquele pediu ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que “*não radicalizassem na luta*”, que exercessem “*o diálogo*”, que o que resolve o problema da reforma agrária é a “*perseverança*”, o que resolve é o “*trabalho*”, que a “*a radicalização não ajuda ninguém e no final prejudica aos que mais necessitam do apoio, aos mais pobres*”. Com essas palavras, o presidente da república FHC pediu

³⁷⁰Pronunciamento do senador Bernardo Cabral do Partido Progressista do AM, em 29/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“trégua” ao Movimento, afirmando que faria a reforma agrária “*com respeito à lei e com respeito às posições de cada um*”³⁷¹.

A ênfase de fixar os marcos para a reforma agrária vêm do argumento de que a reforma agrária pode e deve ser feita pelas elites, mas “*dentro da lei e da ordem*”, e no caso do Presidente da República, num argumento de que o diálogo é imprescindível para a realização da mesma, somada ao discurso do Superintendente do INCRA, Francisco Graziano, cujo lema se configurou em “*dialogar, reformar e assentar*”.

O discurso pela “*lei e a ordem*” procura articular saídas políticas que tentam conter as pressões vindas de baixo, absorver os impactos, conter os movimentos populares e conduzir modificações possíveis numa tentativa das elites dirigentes de não perder o controle e, nesse caso, a lei é o instrumento de uso recorrente para se manter tal controle, ao mesmo tempo e ambigualmente, em que outros segmentos percebem que a lei pode também colaborar para que haja a reforma agrária, desde que também se altere, permita e reconheça os direitos pleiteados por esses trabalhadores. Essa ambiguidade da lei fica evidente no argumento do senador Darcy Ribeiro que, em suas articulações argumentativas, visualizou três opções à questão da reforma agrária: “*matar o sem terra, organizar a lei ou permitir as invasões*”, esclarecendo conseqüências de cada uma delas:

“(...) quais são as três saídas possíveis? Uma saída quanto aos sem terra: mandar o Exército matá-los; isso se fez em Canudos, isso se fez no Contestado. O Exército irá matá-los nos dias de hoje? É evidente que, se não se consegue conter esse movimento, não se resolverá dessa forma, não se resolverá fazendo outra chacina como as que marcaram a nossa história. A outra saída é essa lei: o princípio do uso lícito da terra, de que não é lícito o não-uso da terra. A terceira saída, que temo muito - conhecendo meu País como conheço - que acabe sendo executada, é a não-contenção do Movimento dos Sem-Terra; eles continuarão progredindo, invadirão também as fazendas produtivas. Mas devemos saudar isso, se se suceder, como o ingresso do povo brasileiro na História do Brasil. ³⁷² [grifos nossos]

O discurso do senador busca produzir nas “elites”, no “governo” ou nos “ruralistas” o medo de que a reforma agrária será feita de um jeito ou de outro, e se, não

³⁷¹Solenidade de Posse do Presidente do INCRA Palácio do Planalto, Brasília; DF, 28/09/95). Pronunciamentos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON9527.HTM.

³⁷²Pronunciamento do senador Darcy Ribeiro, do Partido Democrático Trabalhista do RJ, em 03/10/1995.. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

for por eles, será por meio da força incontrolável das massas, sendo que, neste caso sua opinião é de que isso será bem vindo, pois marcará o ingresso do povo na história, e caso isso aconteça a oposição colocar-se-á ao lado destas massas no caso de “omissão do governo” e dos legisladores.

A necessidade de fixação de um conceito de reforma agrária vem articulada concomitantemente com a noção de lei. Há uma ênfase, óbvia do ponto de vista daqueles que deliberam sobre os rumos do país, de que é a criação das leis que resolvem os males sociais do Brasil. Isso fica expresso nos discursos do Legislativo, que além da crítica direcionada aos demais poderes constituídos, e no caso direcionado à polícia militar no episódio de Corumbiara, enfatiza a necessidade de acelerar a reforma agrária diante do evento ocorrido a 14 de Julho de 1995 na Fazenda Santa Elina. Discutiremos esses momentos trágicos no capítulo dos becos sem saídas. São quando esses episódios se precipitam que reacende no Legislativo os debates sobre como resolver o problema da reforma agrária e se argumenta expressões do tipo: *“quero lembrar que está tramitando projeto de lei que visa a implantação rápida da reforma agrária, institui a justiça agrária e cria instrumentos ágeis no sentido de resolver os conflitos de terra”*³⁷³.

Na disputa pela fixação do conceito de reforma agrária, o medo das elites em dirigir e conter o Movimento dos Sem Terra se estabelece em discursos de ataque ao governo, aproveitando-se também dos casos críticos como o de Corumbiara, por exemplo, ocorrido em 1995, para ataques e críticas à ação do presidente FHC, utilizando-se para isso, como tática retórica, as matérias veiculadas na mídia, com a intenção de gerar argumentos capazes de criar mais insegurança, ao mesmo tempo em que buscam alertar o governo do perigo que se constitui o Movimento dos Trabalhadores e seus “pretensos” líderes. O uso da “insegurança” tem o efeito de cobrar atitudes enérgicas do executivo. Como é o exemplo do discurso do senador Bernardo Cabral que afirma que *“não se pode transformar um cidadão com José Rainha em Herói ou Mártir”*. Senão vejamos um trecho de seu discurso onde recebe apoio de outros colegas que o ajudam na construção desse argumento:

³⁷³ Trecho exposto pelo senador Romero Jucá, em aparte ao pronunciamento do senador Sebastião Bala Rocha do PDT/AP, em 05/10/ 1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“(...) Essas coisas começam como se fossem pequenos rios no princípio, que vão recebendo águas emprestadas durante o seu caminho até se transformarem em caudalosos. Há algumas semanas, dizia-se que ora se fazia a ocupação, que ora era a invasão. Não quero deter-me no problema da qualificação literária. (...) Temo quando vejo o nome de um cidadão que até pouco tempo este País desconhecia aparecer no noticiário da imprensa, seja ela escrita ou ligada ao rádio ou televisão, que ou estão a fabricar um herói ou, quem sabe, criar um mártir [se referindo ao José Rainha] (...) Será que esse problema da reforma agrária é um problema para ser tratado no campo emotivo ou para empurrarmos com a barriga para sabermos aonde vamos chegar? (...)

Na disputa pelos projetos em jogo, há um que propugna pelo fato de que “*é preciso cadastrar os sem terra*”, de que “*não se pode realizar reforma agrária governamental sem o conhecimento de quem são e quantos são esses indivíduos*”³⁷⁴. Mas ao mesmo também não se pode transformar notoriamente os líderes em heróis. A fala anterior do senador Bernardo Cabral refere-se à prisão de um dos líderes do MST, o José Rainha, conhecido nacionalmente. No discurso do dia seguinte, o senador, em suas análises, tornou a usar as notícias veiculadas da mídia para argumentar que o “*José Rainha vai virar herói*”, “*insiste para que algo seja feito*” e que “*o que tem que ser feito é cumprir a lei*”³⁷⁵.

Há, portanto, uma preocupação não somente com a possibilidade de que um líder se torne herói, o que sob o ponto de vista das elites é algo perigoso. Suplicy em resposta usa, através de uma seleção de notícias do jornal, os relatos e falas dos próprios sobreviventes, falas e vozes de participantes que inclusive já tinham sido em outro momento, re-elaborados pela imprensa. Neste caso, para dar ao seu discurso o tom da comoção, o argumento vem do próprio depoimento das vítimas, numa tentativa de associar a lei aos anseios populares, e não lei no sentido racional, técnico e punitivo como o mencionado pelo Senador Bernardo Cabral, que pensa na lei no sentido de não poder deixar um indivíduo como o José Rainha virar “herói”. A idéia do senador foi construída sutilmente, não verbalizada abertamente no discurso, mas foi articulada e

³⁷⁴Pronunciamento do senador Bernardo Cabral do Partido Progressista do AM, em 10/10/1995.. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁷⁵Pronunciamento do senador Bernardo Cabral do Partido Progressista do AM, em 11/10/1995.. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

depreendida da concatenação que o mesmo foi dando ao seu discurso como um todo, onde “alerta”, “insinua” e “avisa” do “perigo” que tal coisa aconteça. Perigo para quem? Embora coloque a contribuição da fala de seu colega na mesma direção que a sua, onde ambos tentam “*contribuir, colaborar, participar de um problema que diz respeito a todos*”, a noção de lei expressa por cada um deles se distancia, e a concepção do conceito de reforma agrária também.

Em debates do Senado as opiniões dos grupos se dividem, alguns em apoio aos líderes e ao movimento, outros em desfavor dos mesmos. E nessa divisão as idéias do que seja reforma agrária vai aparecendo. Como no exemplo do Senador Lúcio Alcântara do PSDB, partido do Presidente da República FHC e, defensor ardoroso dos planos e projetos do Governo no Senado, responsável pela apresentação das estatísticas governamentais (sempre otimistas!) e da exposição do tipo de reforma agrária concebida pelo Partido e metas propostas a serem alcançadas:

“(...) somos absolutamente a favor de uma reforma agrária abrangente. (...) A idéia central é a de que é necessário um novo recadastramento, (...). Em seguida, é necessário desapropriar terras ociosas e elaborar uma política agrária, com os órgãos do Estado, Prefeituras e representações de agricultores que tenham impacto e funcionem. (...) propondo a descentralização da Reforma Agrária e sua municipalização, baseado na idéia de que as prefeituras conhecem melhor a realidade local, podem negociar em condições mais vantajosas essas terras e tornariam o processo mais desconcentrado (...)³⁷⁶ [grifos nossos]

A idéia trabalhada pela base governista do PSDB é a idéia da descentralização da reforma agrária, processo repassado às prefeituras, e aprovação de lei de cobrança sobre impostos de grandes propriedades. O ITR- Imposto Territorial Rural é defendido pela base governista como um modo de se desestimular a propriedade de grandes hectares de terra. A oposição, entretanto, visualiza tais projetos como forma de abandono completo da agenda da reforma agrária. Como fica explícito, por exemplo, na fala do senador da oposição Ademir Andrade, que inclusive junta a esse contra-

³⁷⁶Pronunciamento do senador Lúcio Alcântara do PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira, do CE, em 13/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

argumento o fato de que “FHC não está preocupado em 1997 com reforma agrária, mas única e exclusivamente com a reeleição”, “que o governo não enxerga o óbvio”, “e que por dormir, o governo é o grande culpado pelas invasões, pelas mortes dos trabalhadores rurais no campo”³⁷⁷.

Em outro pronunciamento, o senador Ademir Andrade manifesta apoio ao Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e declara apoio ao líder José Rainha, chamando os poderes legislativo e judiciário à responsabilidade, enfatizando que qualquer projeto de reforma agrária, para dar certo, necessita da ação conjunta dos três poderes³⁷⁸.

Por este argumento o senador procura estabelecer relações entre causas que vincula como conexas: “o movimento é legítimo porque o governo dorme”, “a mídia enfatiza o discurso da “lei e da ordem”, mas não comenta o relatório do Banco Mundial que diz que somos o país campeão em desigualdade social”, insistindo na afirmativa que aparece disparadamente em vários outros discursos da oposição de que, de fato, o que falta ao governo de FHC é “vontade política”, lema da oposição.

FHC é acusado constantemente por “não agir”, não ter “vontade política” na questão da reforma agrária. Ainda evidenciado, como oposição, que ao propor uma descentralização da reforma agrária o que o governo faz “é um total abandono de sua agenda política”. O senador Odacir Soares do PTB, ao se referir ao tema da descentralização da Reforma Agrária, expõe possíveis intenções do mesmo:

“(…) quando o governo fala em transformar o INCRA numa agência e transferir as atividades da reforma agrária para os estados e municípios, ele não está vislumbrando a transferência do dinheiro: ele quer transferir apenas a incumbência, a responsabilidade de fazer a reforma agrária, mas o dinheiro ele não quer mandar. Não se trata apenas de transformar o INCRA numa agência, nem transferir competência para estados e municípios. Trata-se fundamentalmente da transferência de recursos, porque não se faz reforma agrária sem recursos (...)”³⁷⁹

³⁷⁷Pronunciamento do senador Ademir Andrade, do PSB – Partido Socialista Brasileiro do PA, em 15/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁷⁸Pronunciamento do senador Ademir Andrade, do PSB – Partido Socialista Brasileiro do PA, em 13/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁷⁹Aparte proferido pelo senador Odacir Soares do PTB de RO, ao pronunciamento proferido pelo Senador Carlos Bezerra do PMDB do MT, em 02/12/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

O Presidente da República FHC responde, em diversos momentos e contextos, a várias das acusações que lhe são feitas, postas não apenas nos debates do Congresso, mas amplamente divulgadas na mídia, afirmando “*não estar fazendo a reforma agrária do MST, mas do Brasil*”, “*que o processo é demorado, pois enviou medidas ao Congresso Nacional sendo preciso vencer a burocracia*”, e que o MST diz que o presidente não está fazendo nada, mas que ele está fazendo “*o que pode*”, e que “*as coisas não dependem de vontade política, pois vontade política ele tem*”³⁸⁰. Afirma que “*desapropriar as terras é um processo demorado, é muita burocracia*”³⁸¹. Quanto aos números de assentamentos que divergem dos números do Movimento, o presidente assim se manifesta:

(...). Qual é a diferença aí? Aí é um jogo de conceitos. É que o MST, primeiro, ele considera, o Movimento dos Sem-Terra, assentados aqueles que estão nos acampamentos deles. (...) Ponto dois: eles não querem computar as terras que são regularizadas, que estavam invadidas e não tinham o título. Vai o governo e acerta, dá o título, faz o assentamento. (...). Agora, eles... É claro, como é uma luta política, o MST tem que dizer que não, o governo não está fazendo, o governo é neo-liberal. E ficam com essa bobagem toda, para dizer que não se está fazendo. (...). Agora, nada disso depende, como eles dizem, da vontade política. Ora, você não acha que, se eu pudesse apertar um botão e assentar gente, eu não ia querer? Eu não tenho nada contra. Ao contrário, eu sempre fui favorável. Eu acho que é bom para o Brasil.” (...)³⁸² [grifos nossos]

Nessa disputa pelo estabelecimento e fixação de uma idéia e busca de sentidos para Reforma Agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pressiona o governo e o rebate constantemente, embora nem sempre consiga visibilidade na mídia para divulgar suas idéias, ou seja, são por diversos segmentos dessa mesma mídia, depreciados em sua atuação. As principais respostas argumentativas são feitas pelas lideranças do Movimento que também se incubem de contra-argumentar o governo quanto às suas estatísticas de assentamento e cumprimento de suas promessas de campanha, como é o exemplo da liderança exercida por João Pedro Stédile ao

³⁸⁰Trechos do pronunciamento do Presidente da República FHC, Entrevista Coletiva - Palácio do Planalto Brasília/DF, 17/01/96. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON9627.HTM

³⁸¹Trechos do pronunciamento do Presidente da República FHC, Entrevista no 2º Aniversário do Real - Palácio da Alvorada, Brasília/DF, 30/06/96. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON.HTM.

³⁸²Trecho da Entrevista concedida pelo Presidente FHC ao Programa "Jô Soares 11:30" - Palácio da Alvorada, Brasília/DF, 23/08/96. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON.HTM.

responder, por exemplo, diversas afirmações realizadas pelo Presidente FHC, num documento intitulado “*as mentiras do governo FHC sobre reforma agrária*”³⁸³

Assim, no decorrer das principais discussões que marcam os primeiros quatro anos do presidente Fernando Henrique Cardoso, nas articulações do jogo político, mesmo com os acontecimentos trágicos de Corumbiara e Eldorado Carajás, apontam no sentido de que “*a reforma agrária deva ser feita pelo Estado*”, “*de acordo com a lei*”, numa idéia de que “*reformular a lei agrária implica a solução dos problemas*”, por parte das elites. Nessa direção o discurso do senador Geraldo Melo, defensor ardoroso do governo FHC, apresenta uma comparação entre o que chama “lei nova” e “lei velha”, defende a lei como “instrumento de garantia do direito de propriedade” e critica “as invasões”, numa tentativa clara de criminalização dos “baderneiros”, evidenciando em nossa compreensão a aliança do PSDB junto ao PFL contra a oposição Petista-PT; em que constantemente a ala governista acusa a oposição de tratar o problema da reforma agrária de maneira “emocional”, “ideologizada”, com caráter “socialista”. Debate demarcado na discussão do pronunciamento do senador Geraldo Melo do PSDB, ao enfatizar que “*a lei que não garante meu adversário hoje, não me garantirá amanhã*”, que “*independente de ser boa ou ruim a lei tem que ser aplicada*”,

“(…). Não podemos defender que este País ingresse naquela fase de cada um escolher qual é a lei que está em vigor e qual é a que não está, qual é a boa e qual é a que não presta, qual vamos cumprir e qual não vamos cumprir. (...) não permita que a lei seja jogada no lixo; e que, se a legislação atual não for a melhor, que nos debrucemos todos à tarefa de criar uma legislação modernizadora compatível com as necessidades do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.”³⁸⁴ [grifos nossos]

O discurso sinaliza para a defesa da propriedade privada, da “lei” como garantidora da ordem e da defesa do que chama “redesenho” da sociedade brasileira frente ao processo de globalização. O argumento de que “*não é a hora de discutir se o direito de propriedade é algo bom ou ruim*” é argumento recorrente não apenas em discursos do Congresso, mas aparecem também de forma idêntica em discussões e Arrozados de Advogados e Promotores, na esfera judiciária, defensores dos latifundiários, e da idéia de que não importa se “*lei é boa ou má*”, o que tem que se

³⁸³STEDILE, J.P. As mentiras do governo FHC sobre Reforma Agrária. Rio de Janeiro, 05 de Maio de 1998. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.nead.org.br>. Acesso em 10 de Agosto de 2007.

³⁸⁴Pronunciamento do senador Geraldo Melo do PSDB/RN, em 30/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

garantir é que seja aplicada e cumprida, principalmente se lhe forem favoráveis. Para determinados segmentos, nunca é hora de se discutir o direito de propriedade. Em outro momento, o mesmo senador em sua idéia de que a lei deve ser cumprida independentemente de ser “boa ou má”, questiona a opositora Marina Silva em suas concepções de “ocupar” e “invadir”, e a mesma argumenta sobre a importância de se “mudar a lei”, *“questionando-a sob um ponto de vista da resistência”*, apelando ao direito à resistência que os trabalhadores têm para que a mesma se faça cumprir, evidenciando a inserção dos sujeitos históricos que podem sim, forçar uma alteração da lei.

Em vários momentos, os argumentos estão entrelaçados e a disputa não se dá apenas pela demarcação dos conceitos do que seja “ocupação” ou “invasão”, mas também no que se refere à legitimidade de ação dos participantes do Movimento dos Trabalhadores e mesmo da idéia de que a lei é reflexo de ações humanas, e, portanto, também sujeita à mudanças, num diálogo de confronto entre o governista (representado pelo tucano Geraldo Melo) e a petista Marina Silva, em que a mesma reafirma a idéia de que *“os grandes proprietários não querem mudar a lei”*, usando a expressão irônica de que os participantes do Movimento são as únicas pessoas que ela conhece que *“estão fazendo quadrilha para plantar arroz e feijão”*, e a que a “lei deve ser modificada” uma vez que está prejudicando os trabalhadores rurais:

A sr.^a Marina Silva **“(…) O que eles [MST] estão tentando fazer, apesar das inúmeras dificuldades, é colocar um pouco de ordem na desordem social que o Brasil está vivendo. (...) - eu dizia que a lei realmente deve ser cumprida. Quando ela não nos serve, deve ser transformada, deve ser mudada. Mas a minha estranheza é que a lei, muitas vezes, só é cumprida para alguns; para outros, não é. (...) O Brasil é o primeiro país onde as pessoas estão fazendo "quadrilha" para trabalhar, pois a Diolinda e o Barreto foram presos sob a acusação de formação de "quadrilha" - fizeram "quadrilha" para plantar arroz, feijão, mandioca, milho, enfim, para sobreviver, para viver honestamente. É isso que é formação de quadrilha (...).**

O Sr. Geraldo Melo - Gostaria apenas de indagar: se nós, Senadores, temos possibilidade de mudar a lei, por que V. Ex.^a, então, não apresenta um projeto? **Há alguém que esteja impedindo**

O Sr. Geraldo Melo – **(...) Eles invadem, mas não querem que digamos que invadiram. Eles não fazem invasões: eles fazem "ocupações". Então, se há ocupações na propriedade rural, breve, com o mesmo fundamento moral, haverá ocupações na propriedade urbana. (...) Portanto, entendo que a grande âncora do processo de construção do novo Brasil é a lei - boa ou ruim - e sobre ela edificaremos um novo país.** (...)

(...) A sr.^a Marina Silva - Gostaria também de dizer que, se não houvesse pressão sobre a propriedade da terra no Brasil, com certeza nós ainda estaríamos nos tempos das capitanias hereditárias. Acredito que a sociedade avança a partir

do momento em que há os movimentos de pressão e a busca por conquistas de direitos, para que se melhore. (...)³⁸⁵ [grifos nossos]

O argumento da oposição baseia-se em legitimar a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, uma vez que o governo não age, percebendo que a pressão dos movimentos sociais é que desarticula os interesses das elites e pressiona o governo na busca de soluções. Obviamente, assim como nos dizeres de Thompson, se uma parte das elites procura legitimar as ações empreendidas pelos populares, a outra parte da elite opta pela criminalização, pela difusão da idéia de associar tais trabalhadores a “bandidos”, a “criminosos”, a “baderneiros”, inclusive com divulgação em mídia de boatos que afirmam haver ligação do MST com o Sendero Luminoso ou mesmo com as FARC's Colombianas, ou como no trecho acima na fala do senador José Fogaça induzindo à idéia de que a culpa pela não realização da reforma agrária é do próprio movimento, é dos trabalhadores. Dessa forma, a contraposição entre legitimar ou criminalizar o Movimento de Luta pela Terra põe em questão não apenas os tipos de leis aprovadas, mas também os projetos de reforma agrária em jogo.

A idéia de associar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a grupos paramilitares surge em diversos momentos com a intenção de reduzir a popularidade e a simpatia pela causa dos mesmos. Isso ocorre em parceria com diversos segmentos sociais, inclusive a grande mídia, no sentido de desprestigiar o movimento. Em 1999 ocorre um primeiro boato de ligação do MST com o Sendero Luminoso e, no governo Lula, outra investida idêntica, associando o MST com as FARC's Colombianas. Essas notícias, divulgadas nos jornais de grande circulação, são muito bem aproveitadas pelos políticos defensores dos latifundiários, no sentido de “avisar”, “prevenir”, “alertar” o governo para o “real perigo” que constitui o MST. É o exemplo do Senador Bernardo Cabral que lê notícia do Jornal Tribuna do Acre com o seguinte título: “*Sendero Luminoso se infiltra no MST de Rondônia e Acre treinando pessoal para invasões*”. Segundo comentários do senador, essa construção catastrófica leva a imaginar que é o fim do país:

“(...) não se pode ocultar a politização do movimento (...) deve-se tomar providências enquanto é tempo (...) **é preciso unir forças: ou todos nos unimos**

³⁸⁵Pronunciamento da senadora Marina Silva do PT – Partido dos Trabalhadores do AC, em 17/11/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

ou todos vamos ser vítimas de tal socorro, de tal afundamento que, não haverá socorro que nos trará de volta à superfície (...) alguns senadores se omitem (...) não temos qualquer restrição ao movimento desde que atuem de forma pacífica, dentro das regras estabelecidas pela Constituição Federal e pelas leis (...)”³⁸⁶ [grifos nossos]

O senador Juvêncio da Fonseca ao comentar notícia da Revista Veja³⁸⁷ de 05 de Maio de 1999 intitulada: “*eles passaram do limite*” e notícia do Jornal O Globo, de 12 de Maio de 1999 intitulada: “*era só o que faltava: LOC treina homens armados e já prepara atos violentos para desestabilizar governo*” procurou se utilizar dessa informação midiática a favor dos interesses que defende. Auxiliado por estes dois argumentos da mídia, o senador explicou que “*é favorável sim à reforma agrária, que já tarda, já está a destempo*”, mas que “*está preocupado com as invasões de terras produtivas*”. Acompanhado pelas palavras de apoio do senador Antonio Carlos Magalhães que completa: “*temos que ter diálogo com o MST, mas não podemos permitir que o MST tome conta do Brasil prejudicando as terras produtivas*”³⁸⁸. Em resposta, a oposição, na figura da senadora Heloisa Helena do PT/AL rebate:

“(...) O problema deste país não é o MST. É inocência dizer que o MST vai tomar conta desse país. Nós precisamos é rediscutir nosso país: cocaína, turismo nos aviões da FAB, banqueiros ganhando fortunas (...) por que esconder isso debaixo do tapete? (...)”³⁸⁹ [grifos nossos]

Nessa linguagem que comunica nos discursos que “*toda classe política apóia reforma agrária*”, há na arena Legislativa uma luta pela fixação dos conceitos, disputa pela demarcação do que seja reforma agrária e de quem seja esse trabalhador, de diferenciação entre o “ocupante”, “o invasor”, “o acampado”, “o assentado”, “o pequeno, o médio, o grande produtor rural”. E nesse sentido, encontramos senadores preocupados em argumentar que “*há um certo preconceito no Brasil contra o pequeno produtor rural*”, ou mesmo dizer que a “*a finalidade da reforma agrária é criar uma legião de pequenos proprietários*”:

³⁸⁶Pronunciamento do senador Bernardo Cabral do PFL – Partido da Frente Liberal do AM, em 22/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁸⁷Veja. Ed.1596, ano 32/ nº 18, 05 de Maio de 1999. Páginas 47-51.

³⁸⁸Pronunciamento do senador Juvêncio Fonseca do PFL/MS em 17/05/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

³⁸⁹Idem.

(...) O que há, no Brasil, é que um certo preconceito em relação aos proprietários rurais, sobretudo aos grandes proprietários rurais; (...) o País se encontra mergulhado novamente nessa luta, que não é de hoje, pela reforma agrária. Creio que não pode haver ninguém neste País, particularmente aqui no Senado, que não seja favorável à reforma agrária. Ela é necessária para que possamos ampliar nosso mercado de consumo interno (...)³⁹⁰ [grifos nossos]

“(...) Esquecem-se muitos de que o objetivo da reforma agrária é criar uma nova legião de pequenos proprietários de terra, que devem produzir e oferecer seus produtos ao mercado, com o máximo de rentabilidade para que possam continuar produzindo e prosperando. (...) O que não podemos aceitar é que um processo sério de reforma agrária caminhe a reboque da ocupação ilegal de terras. (...)”³⁹¹ [grifos nossos]

O trecho acima é bem sistemático no tocante à idéia de que o *“MST é importante por ter chamado a atenção para o problema”, “há divergências quanto à matéria”, “se digladiam forças absolutamente inconciliáveis”, “mas que o objetivo da reforma agrária é criar uma nova legião de pequenos proprietários de terra”* e que é *“o Governo tem que andar na frente dos movimentos de protesto”*.

Há, ainda, diversos senadores que, uma vez “sem partido”, rompem com as idéias básicas do grupo partidário, por motivos diversos, não vêem a reforma agrária como prioritária dentro de uma escala de valores, e assumem que para que se possa realizá-la é necessário que se viabilize primeiro uma série de outros projetos, e que *“muito pior do que não fazer a reforma agrária é fazê-la de forma equivocada, malconduzida”*.³⁹²

Na visão do presidente da República as ações do Poder Executivo estavam “sendo cumpridas”³⁹³. Em suas declarações, o presidente da república procurava insistir

³⁹⁰Pronunciamento do senador Humberto Lucena (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /PB, em 27/05/1996 Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁹¹Pronunciamento do senador Espiridião Amin do PPB- Partido Progressista Brasileiro/SC, em 11/08/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁹²Pronunciamento do senador Osmar Dias, Sem Partido/PR, em 02/07/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

³⁹³Dentro desse conjunto de argumentos retóricos de que o governo tem que “agir”, de que não há outra saída a não ser fazer “reforma agrária”, que se insere as medidas administrativas do poder executivo e também do legislativo. Dentro das medidas tomadas pelo Presidente FHC, nesse período, o governo federal criou em Maio de 1996, o Ministério da Reforma Agrária, extinto por Fernando Collor em 1990 tendo como titular da pasta o ministro Raul Jungmann, economista pernambucano do PPS e ao final do ano realizando comemorações pelo fato do Congresso Nacional ter aprovado o Imposto Territorial Rural em 19/11/1996 e em Dezembro do mesmo ano a Câmara dos Deputados Federais ter aprovado, em

para que o Movimento “*não politizasse a questão da reforma agrária*”³⁹⁴, comemorasse a instituição do ITR – Imposto Territorial Rural³⁹⁵, e de que não era preocupado só com o mercado, só com a economia como dizia alguns:

“(...) É uma visão estática errada pensar: ou a economia ou o social. Não. Não é tudo pelo social, tampouco, nem tudo pela economia. Isso é um passado. É tudo junto. Tudo é pela população. E a população precisa tanto de desenvolvimento econômico quanto de políticas sociais. (...) Nós queremos fazer reforma agrária, mas nós não vamos aceitar que haja, pura e simplesmente, desordem, a pretexto da reforma agrária, porque isso prejudica a reforma agrária. (...)”³⁹⁶ [grifos nossos]

Como parte da produção Administrativa e das ações governamentais no tocante ao problema da reforma agrária, o governo produziu e divulgou uma série de documentos e projetos³⁹⁷ que, em conjunto, marcaram as práticas discursivas do PSDB, enfatizadas pelo presidente da república e elogiadas no Senado pelos parlamentares

23/12/1996, o Projeto de autoria do Deputado Federal José Fritsch do PT – Partido dos Trabalhadores/ SC a chamada Lei do Rito Sumário³⁹³, medida que visava a aceleração e agilidade dos procedimentos para julgamento dos processos judiciais de desapropriação, especialmente, pela concessão de medida liminar de imissão do expropriante na posse do imóvel desapropriado. Conforme Declarações do próprio presidente FHC reiteravam suas ações de que que “*não age no atropelo*”, e num segundo momento comemorando aprovação do ITR e do Rito Sumário ao final do ano de 1996, afirmando que fez tudo isso porque “teve bons parceiros” no programa de reforma agrária, que foram “*o poder judiciário, os governos estaduais e municipais, os proprietários rurais, os agricultores sem-terra e o Congresso Nacional*”. Palavra do Presidente Fernando Henrique Cardoso - Programa do Presidente da República Exclusivo para o Rádio - Brasília/DF, 01/10/96. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON9630.HTM. Acesso em 19/12/2007

³⁹⁴CARDOSO, F. H. - Audiência aos Meninos e Meninas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - Palácio do Planalto, Brasília/DF, 10/10/96. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON9630.HTM. Acesso em 19/12/2007.

³⁹⁵CARDOSO, F. H. - Programa do Presidente da República exclusivo para o Rádio, 19/11/96. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON9630.HTM. Acesso em 19/12/2007.

³⁹⁶CARDOSO, F. H. Reunião de Balanço de Governo - Palácio do Planalto, Brasília/DF, 19/12/96. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON9630.HTM. Acesso em 19/12/2007.

³⁹⁷Em 1997 o Executivo lançou o documento intitulado “*Reforma Agrária: Compromisso de Todos*”. Uma espécie de Cartilha destinada a esclarecer as diretrizes do tipo de reforma agrária posta em prática pelo governo FHC, apresentando dados, estatísticas, informações históricas, detalhamento da ocupação do território no Brasil e a distribuição populacional do país, gráficos e detalhamentos que justificassem as medidas propostas e ainda pudessem responder “oficialmente” diversas perguntas e questionamentos postos nas vozes sociais, não apenas do Movimento dos Trabalhadores, mas também da Mídia e dos próprios parlamentares (oposicionistas ou não), procurando explicar em diversos capítulos: “quem são os sem terra”, “quantos são os sem terra”, “quais os projetos e programas de apoio” oferecidos pelo governo, citados: os PROCERAs – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (destinado a garantir recursos subsidiados aos assentados); PROJETO LUMIAR - prevendo a formação de equipes técnicas locais e capacitação profissional dos assentamentos; PROJETO EMANCIPAR- visando assegurar a todo cidadão beneficiário do programa de Reforma Agrária, direito à independência econômica; PROGRAMA CÉDULA DA TERRA- negociado com o BIRD, nos moldes de uma Carta de Crédito Cooperativo; PROJETO CASULO - com a finalidade de descentralizar e acelerar a execução dos projetos de Reforma Agrária; o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; o PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural.

governistas. Em vários destes projetos e documentos o governo acenava com a tópica de que “*o problema do campo no Brasil*” estava ligado ao fato de “*termos uma legislação agrária ultrapassada*”, havendo problemas, portanto, no legislativo e no judiciário, no entendimento da questão:

“A origem da maioria dos conflitos de terra no país, da **lentidão do governo na condução do processo de desapropriação, imissão de posse e assentamento e da morosidade da Justiça nas questões do campo, pode ser encontrada na legislação agrária brasileira**. Concebida muito mais para proteger a grande propriedade do que para garantir o direito dos pequenos agricultores, a legislação agrária é ultrapassada, deficiente e cheia de brechas habilmente exploradas para impedir a administração da justiça no meio rural (...)”³⁹⁸

Com todos os projetos acima mencionados o governo apresentou e teve acolhido no Senado Federal as propostas que foram aprovadas e convertidas em lei: o ITR - Imposto Territorial Rural, a Lei do Rito Sumário, a Lei do Porte de Arma, e o Combate à Violência e à Impunidade, entre vários outros projetos de lei em pauta para discussão.

Nos discursos pronunciados em diversos momentos, a divulgação do marketing insistia em algumas idéias de ação do governo: “*vai descentralizar a reforma agrária*”, “*vai desapropriar e assentar*”, “*vai liberar recursos*”. Com esses discursos, o projeto de reforma agrária do governo FHC e dos psdebistas que o defendiam na Câmara e no Senado foram convergindo para a idéia central, bem sintetizada no pronunciamento do Senador Coutinho Jorge do PSDB/PA: “*o projeto de reforma agrária do governo segue os seguintes passos: 1) desapropriar a terra, 2) assentar e dar infra-estrutura, 3) permitir crédito e financiamento, 4) municipalizar*”³⁹⁹.

Os argumentos presidenciais foram sempre elogiados pelos seus defensores, como no exemplo do senador Edison Lobão do PFL, ao afirmar, por exemplo, que o documento do Presidente “*Reforma Agrária Compromisso de Todos*” fazia um “*histórico sociológico magistral, sobre o que podemos chamar a nossa cultura agrária*”⁴⁰⁰, lembrando que “*a reforma agrária já havia começado desde de 1964 com o*

³⁹⁸CARDOSO, F.H. Reforma Agrária: Compromisso de Todos. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

³⁹⁹Pronunciamento do senador Coutinho Jorge do PSDB/PA, em 28/05/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁰⁰Pronunciamento do senador Edison Lobão do Partido da Frente Liberal – PFL/MA, em 08/05/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Estatuto da Terra” mas que, “*só agora com esse documento*” FHC “*cumpra o que prometeu*” além de “*completar a tarefa*”⁴⁰¹.

Todas as chamadas “*ações governamentais*” (ou projetos) eram acompanhadas de intensa propaganda e dirigidas à sociedade como um todo, mas principalmente focadas como respostas ao Movimento Social de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ao se manifestar sobre a importância do Movimento Social dos Trabalhadores Rurais, o presidente FHC afirmou que o mérito do MST foi “*sensibilizar o país para o fato de que existe pobreza no campo*”, mas que, “*a solução desse problema não vem através da violência*”⁴⁰², acrescentando em outro discurso que “*estava havendo absurdos na questão agrária*” pois, embora não dissesse que “*o conjunto das ações do MST*” fosse uma “*baderna*”, “*estavam transformando uma questão verdadeira, séria, num instrumento de luta política*”⁴⁰³. A “*tragédia*”, segundo expressão do presidente, estava no fato de que, “*a questão da terra é uma questão de outro século (do século XIX) e que nós não resolvemos no século XX*”⁴⁰⁴.

Assim, a reforma agrária do governo ocorria nos discursos como algo nunca feito anteriormente, um “*feito histórico*”, uma vez que “*essa é uma questão política, não uma questão econômica*”⁴⁰⁵, segundo palavras do próprio presidente. Aqui, nesse momento, também é esboçado pelo governo uma associação entre a necessidade da reforma agrária e a questão da pobreza, um tipo de reforma agrária que, segundo o discurso governamental, “*é avalizado até por organismos internacionais como BIRD e o BNDES*”⁴⁰⁶, uma reforma agrária que “*é um imperativo da pobreza e da democracia e*

⁴⁰¹Idem.

⁴⁰²CARDOSO, F. H. Entrevista concedida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso à Rádio Gaúcha, pelos seus 70 anos de fundação. Palácio da Alvorada, Brasília, DF – 6/6/1997. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9728.HTM. Acesso em 20/12/2007

⁴⁰³CARDOSO, F. H. Entrevista concedida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, à Rádio Jovem Pan, de São Paulo. Palácio da Alvorada, Brasília, DF – 13/6/1997. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9728.HTM. Acesso em 20/12/2007

⁴⁰⁴CARDOSO, F. H. Entrevista concedida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao jornal Gazeta Mercantil. Brasília, DF – 19/6/1997. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9728.HTM. Acesso em 20/12/2007

⁴⁰⁵Idem.

⁴⁰⁶CARDOSO, F. H. Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de lançamento do Projeto de Apoio à Reforma Agrária e Alívio à Pobreza – Cédula da Terra. Palácio do Planalto, Brasília, DF – 13/8/1997. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9728.HTM. Acesso em 18/02/2008.

que não deve ser usada como bandeira contra FHC”⁴⁰⁷. Esse era o “novo” tipo de reforma executada pelo governo de FHC, uma reforma agrária que contava, nos dizeres do senador do PFL, base de apoio do governo psdebista, “*inclusive com empréstimo bancário do BNDES, via BNB*”⁴⁰⁸.

Na luta parlamentar pela fixação e determinação de um tipo de reforma agrária veio à tona a tópica reiterada da “*necessidade de que haja uma política agrícola que fixe o homem no campo*”. “*Temos ou não temos uma política planejada por parte do Estado para fixar o homem no campo?*” Na cerimônia oficial de efetivação do “Projeto Casulo” e na entrega do resultado do 1º Censo Agrário, o Presidente da República afirmou ser o presidente da “*reforma sem preconceito*”, da “*reforma com inclusão social*”, “*da reforma agrária feita dentro dos marcos da lei e ordem*”⁴⁰⁹. O que se verifica com essas séries de programas relativos à reforma agrária é que há uma propaganda massiva por parte do governo em convencer as pessoas de que a reforma agrária está sendo feita, está sendo realizada e mais do que isso, está sendo realizada de maneira “cientificamente correta” e segundo uma “vontade política” de que haja “paz e justiça” em um campo “próspero e promissor”.

Se no discurso governista (PSDB) o presidente “já fez muito”, para a oposição (Petista) “*o governo ainda não fez nada*”, e como comenta o senador Eduardo Suplicy “*em matéria de reforma agrária, fazer qualquer coisa já é muito, já que nada foi feito*”⁴¹⁰ e, portanto, “*realizar um pouco de reforma agrária, obviamente, é um ponto positivo em relação ao que foi feito no passado, que é quase nada*”⁴¹¹.

A petista Heloisa Helena, por exemplo, questionou o projeto do governo, numa discussão complementar à do senador Amir Lando que a apoiava em diversos

⁴⁰⁷CARDOSO, F. H. Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Palácio do Planalto, Brasília, DF – 1º/9/1997. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9728.HTM. Acesso em 18/02/2008.

⁴⁰⁸Pronunciamento do senador Jonas Pinheiro do PFL – Partido da Frente Liberal, em 13/08/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁰⁹CARDOSO, F. H. Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de efetivação do Projeto Casulo e entrega dos resultados do 1º Censo Agrário. Palácio do Planalto, Brasília, DF – 18/9/1997. Site de consulta: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRO9728.HTM. Acesso em 18/02/2008

⁴¹⁰O jogo de palavras “fazer” e “nada fazer” constitui uma figura de estilo chamada quiasmo – figura de elocução que consiste numa estrutura cruzada entre duas frases, cuja ordem das palavras da primeira frase é inversa à da segunda. Demonstra uma preocupação do orador com a forma da linguagem e com o poder de produção dos seus efeitos.

⁴¹¹Pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT – Partido dos Trabalhadores/SP, em 05/03/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

argumentos, juntando-se ambos com o propósito de acusar FHC “*de nada fazer*”, além de “*usar o nome da Igreja em vão*”, argumentando ambos que “*o governo se omite*”, “*mascara dados*”, usa “*propaganda enganosa num festival de números, cifras e projetos, palavras gastas, vazias, soltas ao vento, que não resultam em nada*”, “*utilizando um nome belíssimo e poético para seu documento, o que é um desacato para os cristãos que sabem da verdadeira marcha dos povos oprimidos, dos milhares de trabalhadores sem terra que perambulam pelas estradas desse país, expostos à criminalidade e à irresponsabilidade do governo federal*”⁴¹². Ou mesmo no trecho de outro pronunciamento quando, em crítica ao governo psdebista a senadora explicitou qual o modelo de reforma agrária era a proposta do Partido dos Trabalhadores, argumentando que “*não há planejamento na reforma agrária*”, “*não há nada: não há informação, não há fiscalização por parte do governo, não há precisão nos dados*”, “*que lamentavelmente a reforma agrária passou a ser assunto das esquerdas*”; que “*viva o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois graças a ele, a partir das ocupações, é que o governo age e estabelece sua política de reforma agrária*” e que a reforma agrária esperada pelo Partido dos Trabalhadores é a “*reforma agrária com distribuição de terra, de renda e de poder*”⁴¹³.

Todos esses projetos foram associando a expressão “reforma agrária” às necessidades e realidades do jogo político de dominação ou mesmo das condições de governabilidade, alterando seus matizes em torno de outros temas que foram aparecendo: “*a reforma agrária como resposta ao processo de globalização*”, “*a reforma agrária saída para contenção do desemprego*”, “*a reforma agrária como solução para o problema da fome*”.

Em 1998, os discursos apontavam para a idéia central de que “*reforma agrária é ato de país globalizado*”. O senador Geraldo Melo do PSDB/RN insistia, por exemplo, no argumento de que não havia saída, de que o processo de globalização “*não é um ato da vontade de um povo, de uma sociedade ou de um governo*” e que “*obedece a*

⁴¹²Pronunciamento da senadora Heloisa Helena, do PT / AL, em 16/04/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴¹³Pronunciamento da senadora Heloisa Helena, do PT / AL, em 23/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

padrões e a paradigmas que estão totalmente fora do controle”⁴¹⁴. A ala governista se preocupava com fato de que o “*Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra vem conquistando a simpatia popular*”⁴¹⁵. No momento em que o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra era considerado midiaticamente bem visto pela opinião pública, ficava cada vez mais difícil aos políticos lançarem argumentos contrários à reforma agrária, pois, enfatizavam-se constantemente nos discursos: “*a causa é justa*”, “*a causa é legítima*”⁴¹⁶

A partir de 1999, a reforma agrária foi sendo associada aos problemas da pobreza e da fome. Com base nessa vinculação, os petistas foram fortalecendo seus argumentos de luta contra os governistas do PSDB, discurso este que culminaria com o Lançamento do Programa, pelo “cidadão” Luís Inácio Lula da Silva, do Programa “Fome Zero”, articulado em 2001 pelo Instituto de Cidadania, carro chefe de sua campanha eleitoral em 2002 contra FHC, conforme se verifica nos discursos da esquerda oposicionista a FHC⁴¹⁷. Nessa perspectiva, o Segundo Mandato do Presidente FHC foi excessivamente visto como “*crise geral*” por parte das esquerdas, que continuaram a apontar como solução a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. Nessa empreitada, a esquerda petista foi articulando e preparando terreno para eleição de Lula, em 1999, realizando uma vinculação “emocional” relativa à reforma agrária, como estratégia de marketing eleitoral, que unia os argumentos da pobreza, à necessidade do fim da miséria e à própria necessidade de “sonhar”. Como é o exemplo do pronunciamento da petista Marina Silva que afirmou que “*o Estado não está preocupado com a pobreza*”, “*não precisamos apenas de políticas emergenciais compensatórias (...) não são o Lula, o Stédile ou o Plínio de Arruda Sampaio que estão fazendo essa afirmação – é o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, numa*

⁴¹⁴Pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL – Partido da Frente Liberal, em 30/01/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴¹⁵Expressão utilizada várias vezes pelos senadores petistas Eduardo Suplicy e Marina Silva.

⁴¹⁶Pronunciamento do senador Gilvam Borges do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro/AP, em 12/03/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴¹⁷Pronunciamento da senadora Marina Silva, do PT / AC, em 03/08/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

pesquisa realizada no período”. E ainda acrescentou a esses argumentos a necessidade de se voltar a “*sonhar*”⁴¹⁸.

Nos anos de 2000, 2001 e 2002, as discussões ampliaram as vozes da crítica oposicionista ao governo de FHC, insistiram com a questão do problema da “fome”, acusaram o governo de “*não ter um projeto de reforma agrária concreto*”, de que o modelo de FHC “*visava uma reforma agrária sem recursos*”. Os governistas continuavam insistindo nos argumentos da “*reforma agrária solidária*”, apontando para “*o fato de que os sem terra estão se juntando ao sem teto*” e publicaram em Setembro de 2001, sob a coordenação do INCRA, o “Manual dos Assentados”.

A expressão “Reforma Agrária solidária” apareceu nesse período inúmeras vezes nos discursos do PSDB e nos faz questionar um pouco a idéia, muito comumente utilizada, da expressão “democracia participativa”. Senão vejamos um trecho, pois conforme palavras do tucano Sergio Machado do PSDB/CE: “*a Reforma Agrária Solidária ensinou o Brasil a fazer a reforma sem traumas, sem violência e com participação ativa da comunidade. É ela quem decide de uma ponta a outra do processo*”⁴¹⁹

A questão dessa “participação” nos lembra a estranheza de se pensar um conceito para “democracia participativa” de Habermas⁴²⁰. A idéia de um “solidarizou” ou “participação de todos” é redundante num conceito de democracia em que, a esfera pública burguesa não aceita ou acata, de fato, a voz da maioria, como no exemplo trabalhado na pesquisa. O Congresso Nacional atua buscando sintonia com os desejos, anseios, expectativas da população brasileira, mas numa disputa constante entre manter privilégios da elite, conter ações dos Movimentos Sociais ou conceder direitos e favores frente às pressões exercidas por esses mesmos movimentos. Como nos dizeres do jovem Marx: “*se o regime parlamentar vive da discussão, como pode impedir a discussão? (...) a disputa dos oradores na Tribuna provoca a luta dos garotos da imprensa, o clube de debates no parlamento completa-se necessariamente através dos clubes de debates*

⁴¹⁸Pronunciamento da senadora Marina Silva, do PT / AC, em 20/09/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴¹⁹Pronunciamento do senador Sérgio Machado do PSDB/CE, em 24/01/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴²⁰HABERMAS, J. Mudança Estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 [1962]

*nos salões e nos bares (...) o regime parlamentar entrega tudo à decisão das maiorias, como poderiam as maiorias querer decidir só no parlamento?”*⁴²¹

Essa necessidade de captação dos anseios da população para legitimação de atuação política partidária fica evidente em argumentos como: “coloquem-se no lugar dos sem terra”, ou mesmo nas descrições que narram as condições de vida e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas simples, como no trecho a seguir:

“O Sr. Leomar Quintanilha PPB - TO. – (...) deparei-me com uma cena que efetivamente me chocou: encontrei um acampamento de sem-terra. Eram dezenas, talvez centenas de famílias acotovelando-se naquela faixa estreita entre a pista de rolamento, a rodovia, e a cerca que protege as propriedades rurais. Pareceu-me que aquelas famílias estavam na expectativa de encontrar um local para serem assentadas. (...)”⁴²²

Na disputa pela demarcação política de um conceito de reforma agrária que seja vencedor, frente à pressão dos movimentos sociais, a ênfase do modelo tucano é sempre uma reforma agrária “*pacífica, dentro da lei e da ordem constitucional, sem violência, sem impunidade e sem guerra ideológica, para que se possa combater o desemprego, gerar renda no campo e melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros que vivem da agricultura*”, superando também, segundo o senador Lúcio Alcântara, do PSDB – CE, os chamados problemas da “*indústria da desapropriação*”⁴²³, construindo uma retórica de elogio e defesa enfática da atuação de FHC, com o argumento de que na disputa entre capitalismo e socialismo, “*os dogmas foram superados e que o PSDB provou ser capaz de realizar uma reforma agrária dentro de um modelo liberal*”⁴²⁴.

Durante o ano de 2001, diante das pressões do Movimento Social dos Trabalhadores e mesmo diante do quadro político partidário, verificamos que PMDB, PT e mesmo o PFL, que em diversos momentos apoiava furtivamente o presidente, alinharam-se todos em discursos anti-FHC, e nesse caso, o PSDB vai politicamente se

⁴²¹MARX, K. 18 Brumaire de Louis Napoleon, Berlim, 1953, apud HABERMAS, J. Direito e Democracia, vol I, p.230. Trecho de aula “Sobre a esfera pública de Habermas”, proferida por Bento Itamar Borges, apresentada no Curso de Especialização em Filosofia do Direito, na Universidade Federal de Uberlândia, em 18 de Janeiro de 2008. Não publicado.

⁴²²Pronunciamento do senador Leomar Quintanilha do PPB – Partido Progressista Brasileiro/TO, em 24/01/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴²³Pronunciamento do senador Lúcio Alcântara do PSDB/CE, em 22/02/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴²⁴Pronunciamento do senador Lúcio Alcântara do PSDB/CE, em 23/02/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

isolando em suas ações. O tom dos discursos proferidos recaem sobre “o fracasso do modelo de reforma agrária adotada pelo presidente FHC”⁴²⁵, “divulgação errada de dados e resultados oficiais de assentamentos, pois os dados do governo não batem com os dados do MST”⁴²⁶, “os problemas de cadastramento e assentamentos realizados”⁴²⁷ e conseqüentemente, aos “novos” projetos propostos para a realização da reforma agrária, ou mesmo a afirmação de um governista de que “é possível sim fazermos a reforma agrária, o problema é que não estamos encontrando a fórmula mais adequada”⁴²⁸. Como se existissem receitas prontas. E também com acusações de que, “além do governo federal se mostrar incapaz de realizar reforma agrária, o Movimento dos Sem Terra desvirtuou-se de seus objetivos”⁴²⁹.

Assim sendo, diversas soluções foram sendo ensaiadas e argumentadas para o problema da reforma agrária no Brasil, tanto entre os governistas quanto entre os oposicionistas, sendo que, no caso dos psdebistas, houve um esforço congressista no sentido de convencimento de que, a solução adotada de reforma agrária do governo era o melhor modelo adotado e que isso não faz parte de um governo “neoliberal”, até porque, segundo líder do PSDB no Senado, Artur da Távola, “as palavras estão a perder seus significados”, e que “seria um equívoco chamar o governo de FHC de neoliberal”, pois segundo o referido senador “se fôssemos tomar a palavra ao pé da letra, é melhor um neoliberal do que um liberal arcaico”⁴³⁰.

Assim, discutindo os conceitos e significados para reforma agrária surgiram debates a respeito de inúmeros outros conceitos associados ou não ao termo “reforma

⁴²⁵Constatação do pronunciamento do senador Morazildo Cavalcanti do PFL- Partido da Frente Liberal /RR em 15/08/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴²⁶Argumento discutido no pronunciamento do senador Morazildo Cavalcanti do PFL- Partido da Frente Liberal /RR em 15/08/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴²⁷Discussão realizada o pronunciamento do senador Morazildo Cavalcanti do PFL- Partido da Frente Liberal /RR em 26/04/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴²⁸Expressão utilizada no pronunciamento do senador Leomar Quintanilha do PFL – Partido da Frente Liberal/TO, em 26/10/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴²⁹Aparte do senador Moreira Mendes do PFL, no pronunciamento realizado pelo senador Ademir Andrade do PSB – Partido Socialista Brasileiro/PA, em 11/04/2002. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴³⁰Pronunciamento do senador Artur Távola do PSDB/RJ, em 25/03/2002. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

agrária”, entrando neste caldo cultural lingüístico termos como “neoliberal” ou mesmo “globalização”, como já percebido em vários dos trechos anteriores, que também foram marcar as expectativas com as eleições para a Presidência da República e a chegada de Luís Inácio Lula da Silva e do PT ao poder. A questão se nos apresenta *sui generis* para estudo, não somente pela manutenção da temática, mas pelo momento político de eleição para presidente da república, em que de forma democrática, em eleições diretas no ano de 2002, o PSDB, representado pelo candidato José Serra, perdeu a eleição para o petista Luis Inácio Lula da Silva, com base numa proposta de que reforma agrária é “*distribuição de terra, renda e poder*” é que o PT – Partido dos Trabalhadores virou governo em 2003 e o PSDB virou oposição⁴³¹.

No documento intitulado Carta Aberta de Lula ao Povo Brasileiro⁴³², divulgada de forma pública em 22 de Junho de 2002, período de Campanha eleitoral, Lula já explicitava uma análise do que julgava ter sido o governo de FHC, a coalização que seria realizada, as premissas de sua transição e o tipo de mudança que iria realizar no

⁴³¹Sem nos determos num foco de análise que discuta como e por que Lula ganhou as eleições de 2002, (algo que seria muito interessante!) ou por que o PSDB perdeu as eleições de 2002 que também é uma pergunta distinta da primeira, não vamos nos enveredar por este caminho que não constitui o foco desta pesquisa. O que nos interessa mais especificamente nesse momento político de transição democrática é entender e perceber como a mudança PSDB para PT alterou ou não as regras do jogo político no contexto das concepções políticas do conceito de Reforma Agrária e da implantação de um projeto de política agrária para o setor, e em quais medidas há uma “mudança” nos discursos elaborados, além do que é notório que, mesmo com a transição política democrática, os movimentos sociais continuaram pressionando o governo subsequente, e que as mortes e chacinas no campo continuaram ocorrendo como de fato ocorriam no período do governo FHC. Segundo Alberto Carlos Almeida, em seu livro “Por que Lula?”, o autor afirmou que FHC fechou o último quadriênio dos seus oito anos de governo sob avaliação bastante negativa e foi perdendo, ao longo desse período, entre acertos e desacertos, o apoio político partidário que tinha em sua base de sustentação. Nesse sentido, a análise das fontes do Senado Federal permitem-nos atestar o argumento do autor no próprio desenrolar dos pronunciamentos analisados na temática pertinente à reforma agrária. Partidos como o PFL e o PMDB sempre foram divididos no que se referem ao ataque ou apoio ao governo de FHC. Figuras políticas individuais, dentro de um mesmo partido, atacavam e criticavam FHC. E nesse sentido, o PFL sempre foi o partido de maior volubilidade de idéias. Não há respostas únicas sobre os motivos positivos ou negativos que permitiram Lula vencer em 2002 ou que fizeram FHC perder, e a vitória de Lula e a derrota de FHC podem ser explicadas de diferentes formas. Entretanto, o que nos importou, em particular, foi perceber quais as modificações empreendidas de um governo ao outro no que diz respeito direto à reforma agrária. E os confrontos empreendidos nos ajudaram a comparar as duas atuações e mesmo a entender que, para além da “mudança” proposta por Lula, muita coisa permaneceu inalterada como sempre esteve nesse país, a despeito da expectativa e da “esperança” de milhões de brasileiros. (ALMEIDA. A. Por que Lula? Rio de Janeiro: Record. 2006)

⁴³²SILVA.L.I.L da. Carta Aberta ao Povo Brasileiro. São Paulo, 22 de Junho de 2002. Endereço eletrônico de consulta: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>. Acesso em 23/01/2008.

país, tendo em vista a necessidade de “superar a crise em que o país se encontrava”, mas reafirmando que tais mudanças seriam realizadas “democraticamente”, dentro dos “marcos institucionais”, principalmente no que se referia à reforma agrária, pois, o *“Brasil quer mudar e crescer, incluir e pacificar”, “quer trilhar o caminho da reforma agrária que assegure paz no campo”* e *“se no balanço que o povo faz verifica-se que as promessas fundamentais de oito anos foram descumpridas e as esperanças frustradas”, “apesar de todo sofrimento injusto e desnecessário a população está esperançosa”*⁴³³

É importante ressaltar que a divulgação desse documento cumpria várias finalidades eleitoral, e uma delas acreditamos ser a de acalmar os mercados financeiros internacionais, em reafirmar os compromissos que seriam mantidos e honrados, e entre uma das medidas que seriam mantidas está explicitamente o *“respeito aos contratos e obrigações assumidas pelo país”*, sendo que, *“qualquer mudança será realizada dentro dos marcos institucionais”*. Pois Lula afirma que fará a duas coisas: *“combinar o incremento das atividades econômicas com as políticas sociais”*. Assim sendo, pela referida carta fica patente a manutenção da política brasileira ao modelo econômico financeiro, ponto central que não mudará e de fato não mudou, pois, na essência, reafirma o compromisso do futuro governo com os contratos e acordos firmados com os organismos internacionais. Entretanto, a mudança será lenta, gradual, pois não é possível *“milagres”* e nesse sentido, *“a reforma agrária será pacífica”*, pois *“o que se fez ou o que não se fez durante os oito anos de FHC”*, a chamada *“Herança maldita”*, não poderá ser corrigida e alterada do dia para a noite, entretanto, *“o país não pode mais conviver com outra década perdida”* e todas as mudanças necessárias seriam tomadas de forma *“corajosas”* e *“responsáveis”*⁴³⁴

Entretanto, a elaboração do Programa de Governo deu-se no âmbito de uma organização não governamental, o Instituto da Cidadania, por intelectuais de maior ou menor expressão pública, os parlamentares e os movimentos sociais foram apenas “consultados” sobre as diversas matérias. Com efeito, já na discussão do programa de governo, a direção da campanha manteve apenas uma pequena abertura aos sindicatos e às organizações populares. Distintamente dos pleitos anteriores, o programa de governo

⁴³³Idem.

⁴³⁴SILVA.L.I.L da. Carta Aberta ao Povo Brasileiro. São Paulo, 22 de Junho de 2002. Endereço eletrônico de consulta: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>. Acesso em 23/01/2008

de Lula não foi elaborado pelas instâncias partidárias do PT e pelo coletivo dos partidos em coalização.

As entrevistas, frases e expressões de sua campanha fornecem pistas dessa mudança de sua imagem de sindicalista, onde agora Lula afirmava que “*o Brasil mudou*” e que ele mudou também, pois, sentia-se mais “*maduro*”, “*pronto para governar o Brasil*” e como sabe “*negociar*” e aprendeu isso, pois negociou a vida inteira, se coloca como “*o único a conseguir fazer o pacto social*”, “*a única pessoa capaz de garantir uma reforma agrária tranqüila, sem que seja preciso ter nenhuma ocupação de terra, nenhuma violência*”⁴³⁵. E dessa forma, Lula venceu as eleições de 2002, com a chamada subida “das esquerdas” ao poder.

Em seu pronunciamento de posse, na sessão solene no Congresso Nacional, o novo presidente manifestou que, finalmente, depois de anos a “*esperança venceu o medo*” e que a “mudança” era a palavra chave do seu novo governo. Entretanto, se observado em seu conteúdo quanto à reforma agrária, seu discurso se aproximou muito do mesmo realizado por FHC em anos anteriores demonstrando que, nesse sentido haveria a continuação da política de assentamentos iniciada no governo anterior⁴³⁶:

“(...) A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano. (...)”⁴³⁷ [grifos nossos]

Em seu pronunciamento à nação, logo após a cerimônia oficial de posse no Congresso, já no parlatório, o presidente se manifestou quanto à sua principal meta de campanha: a luta contra a fome, afirmando que seu trabalho era “*garantir que todo brasileiro e brasileira possa, todo santo dia, tomar café, almoçar e jantar*”⁴³⁸. Entretanto, a despeito de toda expectativa de “mudança” e “esperança”, a subida de Lula ao poder causou refluxos na ação dos Movimentos Sociais. O presidente da

⁴³⁵SILVA, L.I. “Eu mudei. O Brasil também”. Entrevista concedida Monica Zaratini na Revista Veja online. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/250902/p_088.html>.

⁴³⁶Embora vários argumentos fossem próximos, é importante ressaltar que os sentidos, a força e os efeitos provocados buscavam ser diferentes historicamente.

⁴³⁷SILVA, L.I. da. Pronunciamento do presidente da República. Sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003.

⁴³⁸SILVA, L.I. da. Pronunciamento do presidente da República. Parlatório do Palácio do Planalto. Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003.

Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás Balduino, chegou a afirmar, por exemplo, que “o governo evita confronto com o latifúndio para não ferir a lógica da governabilidade”⁴³⁹, evidenciando este que, mesmo com a eleição de um presidente de esquerda, a lógica de defesa do capital financeiro continuava sendo mantida. Em termos legislativos, uma das medidas mais repressoras do presidente Fernando Henrique Cardoso contra o MST, a Medida Provisória nº 2027 de 2000, conhecida como Lei antiinvasão, que interditava por dois anos, para fins de reforma agrária, as terras ocupadas por movimentos sociais, não foi revogada, conforme ministério do Desenvolvimento agrário. Sem conseguir a descriminalização da questão agrária, os conflitos agrários com mortes aumentaram significativamente. De acordo com os dados da CPT – Comissão Pastoral da Terra, o número de assassinatos no primeiro trimestre de 2003 aumentou em 31,2% em relação ao mesmo período de 2002, o que também não é diferente em relação às ocupações, elas aumentaram em 42,3% em relação ao mesmo período de 2002. Sendo registradas 659 ocorrências de conflitos em 2003, 391 ocupações, o maior número de assassinatos (com registros!), desde 1997, no número de 71 mortes.⁴⁴⁰ Além do que, com a tensão inicial no primeiro mandato de Lula, os proprietários e latifundiários organizaram milícias paralelas para combater os Sem Terra e o governo continuou enfrentando forte oposição e questionamentos dos Movimentos Sociais, que continuaram a pressionar o governo nas reivindicações de realização de reforma agrária e punição aos crimes cometidos contra os trabalhadores rurais sem terra.

Essa pressão fica evidente, nos vários discursos parlamentares, em que, tanto governo e oposição continuaram presenciando a pressão dos movimentos. E cada grupo jogava politicamente com os argumentos e técnicas que mais oportunas se mostravam. Lembrando que, a partir de 2003, PSDB é oposição e PT governo. Como bem lembra os parlamentares, inclusive dando explicações de como é a oposição tucana: “*séria, responsável, crítica*”⁴⁴¹ e inevitavelmente, a partir de 2003 comparando o governo de FHC com o governo de Lula.

⁴³⁹BALDUINO. D.T. Jornal Folha de São Paulo, de 02 de Abril de 2003: Caderno A09.

⁴⁴⁰CPT. Conflitos no Campo Brasil. 2006. [coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista G. Afonso e Maria M.Santos. Goiânia: CPT Nacional Brasil., 2006. p 14.

⁴⁴¹Expressão usada pelo líder do PSDB/RR no Senado, senador Romero Jucá. Pronunciamento do dia 24/03/2003.

Suplicy, incansável defensor petista argumenta: *“Lula já disse que vai utilizar formas pacíficas e democráticas para realizar a reforma agrária, mas ainda assim encontra-se sob a pressão do MST”*⁴⁴² e o oposicionista Romero Jucá questiona: *“antes invadiam porque não confiavam no governo FHC – conservador, burguês, de direita – e agora, por que eles invadem? (...) lamentavelmente quem passou a definir o conceito de latifúndio são os invasores”*⁴⁴³

Mesmo com a alteração das personagens e atores políticos, o enredo do debate e disputa do jogo político para fixação de um conceito para reforma agrária continua. O velho e desgastado discurso “do que é invasão e do que é ocupação”, sendo que, com Lula no poder, o clima social é muito mais tenso para a elite latifundiária que, ainda não sabe muito o que esperar do novo governo. É assim que se manifesta em tom incisivo o senador Jefferson Peres do PDT- Partido Democrático Trabalhista, ao afirmar que o *“PDT é base de apoio ao governo Lula, mas não abdica o apoio crítico”*, preocupado *“com o que estão sentindo os produtores rurais desse país”*:

“(...) Não sei como estão se sentindo os produtores rurais, uma vez que o conceito de latifúndio passou a ser definido pelos invasores. Terra improdutivo são eles que definem. Num país onde prevalece o Estado de Direito, quem define isso é o Poder Judiciário. Esperava-se que, com a ascensão de um Governo dito popular de esquerda, esses movimentos fossem desestimulados. Eles alegavam que tinham que invadir, porque não confiavam no Governo burguês, conservador, de direita, neoliberal - seja o que for -, do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E, agora, por que invadem, se eles confiam nesse Governo? Assino o requerimento de convocação do Ministro do Desenvolvimento Agrário e do Presidente do Incra”⁴⁴⁴ [grifos nossos]

Todo esse clima de tensão surgiu de episódios concernentes à formação de milícias paralelas de latifundiários que se armaram para enfrentar os sem terra, e também do clima de críticas disparadas por conta da entrevista do Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto, nas páginas amarelas da Revista Veja⁴⁴⁵. Entrevista que foi em diversos sentidos (re)interpretada em lances retóricos tanto da

⁴⁴²Pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT – Partido dos Trabalhadores/SP, em 07/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁴³Pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 18/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁴⁴Aparte do senador Jefferson Peres no pronunciamento do senador Romero Jucá, do PSDB/RR, em 18/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁴⁴⁵VEJA Ed. 1795/ ANO 36 /Nº 12 em 26/03/2003. Páginas amarelas: Entrevista com o Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto.

oposição quanto dos governistas, numa luta e disputa para se entender e explicar o que de fato o ministro disse ou quis dizer com suas declarações. O medo das elites estava claro frente às declarações de Miguel Rosseto afirmando que “*o ministério do desenvolvimento agrário não é instituição policial. Não é tarefa do ministério reprimir manifestações*”⁴⁴⁶. Como dissemos anteriormente, a mídia compõe o jogo político na divulgação de imagens e formação política da opinião pública, procurando direcionar o jogo o tempo todo, na defesa de interesses de monitoramento político, e que cada grupo a utiliza de acordo com seus interesses de defesa ou ataque a determinados valores e idéias. É como se a vida política brasileira existisse a partir da mídia, da notícia, como bem explicou Barbero ao descrever os mitos e farsas da informação, a forma como o “*acontecimento, hoje, é aquilo que vive em e da notícia*”⁴⁴⁷

A entrevista do Ministro evidencia a preocupação com a fixação do conceito de reforma agrária, que para vários segmentos, já estava “*fixada por FHC*”, “*não poderia ser alterada*” e “*deveria ser seguida*” pelo governo Lula. A maior preocupação, nesse primeiro mandato de governo é que Lula continuasse seguindo os “*marcos institucionais*” determinados. Isso fica claro quando o Congresso Nacional convocou o Ministro Miguel Rosseto para ir até lá explicar “*o que foi que ele quis dizer na entrevista que concedeu à Revista Veja*”. Essa preocupação exagerada foi debatida insistentemente em diversos pronunciamentos de senadores, pois segundo chama a atenção, afirmações do senador psdebista, o ministro de Lula na Revista não usou o termo “*invasão*”, mas sim o termo “*ocupação*”, uso lingüístico que incomodou a oposição psdebista e preocupou os grandes latifundiários. Segundo, porque ainda nos dizeres do senador Romero Jucá, “*Lula distribui os cargos de diretoria do Incra a lideranças próximas ou simpatizantes à causa dos sem terra*”, e terceiro “*o ministro cogitou a possibilidade de revogar a lei que impedia a desapropriação de terras “invadidas”*”. Nesse sentido, assim se manifestou o líder da oposição Romero Jucá, criando táticas argumentativas que insistia na “*bateção de cabeças do governo*”,

⁴⁴⁶Idem. pp-11-13.

⁴⁴⁷BARBERO, J. M. “Ideologia: os meios como discurso do poder”. In: *Ofício de Cartógrafo. Travessias Latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo. Edições. Loyola. 2004. p.91.

“palavras desastrosas ditas pelo ministro nas páginas amarelas de *Veja*” e a “falta de coerência governamental”⁴⁴⁸

Ao explicar e dar interpretações à matéria, o senador psdebista constatou que o que o ministro estava falando depunha contra os interesses dos grupos de latifundiários, pois, na escolha entre o termo “invasão” e “ocupação” o novo ministro escolheu o segundo termo. Isso reforça em nossas análises o fato de que a linguagem é o primeiro e fundamental depósito pré-construído de preconceitos, em que demarcamos nossa inserção social, demarca-se no discurso o *ethos*, o *patos* e o *logos*:

“(...) A primeira pergunta da revista **Veja** foi a seguinte: **"O senhor costuma usar o verbo ocupar quando os sem-terra entram em fazendas sem serem convidados. Qual a diferença entre ocupar e invadir?"** Palavras do Ministro: **"A idéia é que se ocupe o vazio; portanto o uso desse termo se faz pelo reconhecimento de ocupação de terras improdutivas. (...) "O termo invadir, ocupar é secundário. Cumpra-se a decisão da justiça."** Agora vem o mais grave: "As autoridades precisam buscar um padrão de cumprimento das decisões que não seja gerador de mais violência. O exercício do Estado Democrático de Direito não pode ser gerador e ampliador de violência. **Os manifestantes lutam por terras, são brasileiros como nós, e que, de uma forma positiva, estão lutando pelo direito de trabalho no campo. (...) Ou seja, o Ministro chega ao absurdo de dizer que o termo "invadir" ou "ocupar" é secundário e que as autoridades, depois de uma terra invadida, não podem usar a lei para retirar os invasores, porque isso geraria violência. Ora, para a violência precípua, que é a violência da invasão, o Ministro fecha os olhos.** E vai mais além: diz que o exercício do Estado Democrático de Direito não pode ser gerador de violência, para tirar invasores. Sr^{as} e Srs. Senadores, onde é que está sendo ferido o Estado Democrático de Direito? É na invasão, ou na não retirada dos invasores por decisão judicial? (...)”⁴⁴⁹

O que o senador fez na tribuna foi comentar e (re)interpretar as declarações do Ministro, instigando e utilizando-se de tal reportagem em sua tática oposicionista, que teve por finalidade atingir, com os comentários da entrevista, a imagem do governo Lula, já inicialmente associado como “*benfeitor*” ou “*amigo*” dos movimentos sociais. Na crítica do senador do PSDB – agora oposição – “*o ministro confunde tudo*”, “*se*

⁴⁴⁸Pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 24/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁴⁹Pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 24/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

contradiz nas suas afirmativas” e que é “*preciso compreender a linguagem*”. O senador então se legitima a explicar o que o ministro disse.⁴⁵⁰

Mais uma vez, a tática engendrada pelo político é buscar um artigo, divulgado numa revista de grande circulação nacional e atirar fogo nas declarações do novo ministro de Lula, além de uma disputa comparativa entre FHC e Lula, fica explícito que os jogadores políticos sabem que a linguagem pode ser fonte de mal entendidos e, nesse sentido, o senador Ramez Tebet, do PMDB/RR, em resposta a seu colega do PSDB, saiu em defesa do governo Lula nesse momento, (re)lembrando uma outra situação similar, uma outra expressão usada por FHC que soou muito mal à época em que foi proferida, quando o mesmo disse que “*só vagabundo se aposentava com determinada idade*”⁴⁵¹ e isso repercutiu como se o mesmo tivesse chamando os aposentados de vagabundos. O senador psebista ignorou os argumentos que lhe foram críticos e concluiu o seu discurso na defesa de FHC afirmando que “*FHC avançou na questão da reforma agrária, mas não se afastou um milímetro da lei*”. Mais uma vez, o discurso conservador de reforma agrária é o da “*preservação da “lei e da ordem”*”, um aviso implícito para que Lula também não se afaste da “lei e da ordem”, pois “*com o MST mais desinibido e influente no governo petista, fazendeiros do país começam a formar suas milícias privadas*”⁴⁵².

Interessante ressaltar o fato de que, no início de governo Lula, o PT contava com apoio significativo do PMDB, o que é criticado abertamente por Romero Jucá, de forma irônica, dizendo que, nessa “*confusão de termos*”, “*nessa dificuldade de se falar corretamente*”, portanto, “*o ministério da interpretação do governo Lula deve ser entregue ao PMDB*”⁴⁵³, pois “*como o governo não diz coisa com coisa, vai ter que criar a figura do intérprete do ministro*”⁴⁵⁴

⁴⁵⁰Pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 24/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁵¹Aparte do senador Ramez Tebet PMDB/RR no pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 24/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁵²Pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 24/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁵³Pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 24/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁵⁴Pronunciamento do senador Paulo Octávio do PFL – Partido da Frente Liberal do DF, em 25/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Se de um lado o PMDB é partido aliado de Lula no início do mandato de 2003, sob o argumento de que *“PT e PMDB já estiveram juntos no passado, já estiveram juntos em vários momentos históricos e agora vão discutir e compartilhllhar as responsabilidades do governo”*⁴⁵⁵; de outro lado, o PFL se junta ao PSDB, no sentido de reunir as assinaturas para que Rossetto explique tal entrevista, e mais ainda, com a indagação de que *“O Brasil quer saber como vai se comportar daqui pra frente o corpo de funcionários e de diretores do Incra no que se refere às futuras invasões”* e *“O PT sempre alardeou que tinha um projeto de reforma agrária factível e capaz de ser implementado com rapidez. Cabe aos indicados para conduzir esse processo ter a celeridade e a competência para torná-lo realidade, cobrando o ministro para “o que o mesmo declara publicamente”*⁴⁵⁶.

A bancada petista mantém apoio a Lula reafirmando seus compromissos de campanha, afirmando que *“a reforma agrária de FHC foi a reforma agrária do século XX e a reforma agrária de Lula é a reforma do século XXI”*, *“e que a oposição descreve um clima de tensão, caos e violência que não guarda vinculação com a realidade”*, *“o que existe é um debate preconceituoso”*, e que *“não foi feita reforma agrária no governo FHC, em que pese a publicidade utilizada pelo pelo governo para iludir a população, para que se acreditasse no contrário”*⁴⁵⁷, explicitando o tipo de reforma agrária petista, malgrado as acusações oposicionistas de que, de fato *“o governo [petista] não tem nenhum projeto de reforma agrária”*⁴⁵⁸.

Os discursos e tópicos da oposição psdebista são basicamente os mesmos já conhecidos e utilizados pela oposição petista no governo anterior: o de que *“o governo não age”*, *“o governo tem conduta inexistente”*, *“o governo não tem plano de reforma agrária”* e os movimentos sociais continuam pressionando! Claro que tais discursos

⁴⁵⁵Expressão utilizada no pronunciamento do senador Aloizio Mercadante do PT/SP, em 19/03/2003. Quando discute no teor do seu pronunciamento a aliança estratégica entre PT e PMDB. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁴⁵⁶Pronunciamento do senador Paulo Octávio do PFL – Partido da Frente Liberal do DF, em 25/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁵⁷Expressões utilizadas pela senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 19/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁴⁵⁸Aparte do senador Sibá Machado do Bloco PT/AC ao pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 19/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

possuem efeitos históricos distintos dos produzidos anteriormente, mas objetivam desestabilizar o governo.

Por outro lado, o governo pede paciência: *“Lula pede paciência”, “a reforma agrária do PT é reforma agrária com paz, com tranquilidade, com negociação, com diálogo”,* pois, o *“presidente não faz milagres”, “o presidente não tem o poder de dizer: aconteça reforma agrária. É preciso que os agentes políticos da sociedade contribuam para que a reforma agrária aconteça”*⁴⁵⁹:

Entre discursos de defesa e acusação a Lula, surgem reiterados pronunciamentos que insistem na necessidade de que o Estado elabore políticas agrícolas que auxiliem na realização da reforma agrária, pois é preciso um “*novo*” modelo de reforma agrária, como no exemplo da fala do senador João Capiberibe do PSB/AP, que alega:

(...)Temos que concentrar o nosso debate em busca de um novo modelo para o País, um modelo que possa gerar ocupação, gerar emprego para os deserdados de toda sorte. Um dos caminhos é a reforma agrária, o assentamento integral, com políticas públicas também integrais.⁴⁶⁰ [grifos nossos]

Os psedebistas (agora oposição a Lula) não mediram esforços, somados às vozes de revistas mais direitistas, como o exemplo da Revista Veja, para insistirem numa retórica demonstrativa de rebaixamento, de censura ao Governo Lula, mais ainda, de intimidação e ameaças ao governo. Como exemplo dessa afirmação, temos o episódio do chamado “mito dos 100 dias de governo”⁴⁶¹, para dizer à Lula, na voz midiática da revista que:

“em geral, o congresso comporta-se com mais tolerância diante de um presidente recém empossado em decorrência da pressão da opinião pública – que, afinal, o elegeu e deseja seu sucesso. Nessas circunstâncias, os parlamentares de oposição sentem-se um pouco intimidados em desfraldar a

⁴⁵⁹Expressões usadas pelo senador petista Paulo Paim do PT/RS em pronunciamento do dia 30/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁶⁰Aparte do senador João Capiberibe do bloco PSB- AP no pronunciamento do senador Paulo Paim do PT/RS em pronunciamento do dia 30/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁴⁶¹Explorado midiaticamente por revistas e jornais diversos, divulgou-se uma matéria na Revista Veja, com o seguinte título: *“Lula-de-Mel: a partir de agora, começa a cobrança”*⁴⁶¹. Explicado na revista que os 100 primeiros dias é um símbolo mágico que surgiu na década de 30 do século passado para definir o começo do governo de Franklím Delano Roosevelt, criou-se o mito dos 100 dias, articulando coincidências de outros presidentes: como o caso de Napoleão com seu governo de 100 dias após retorno da ilha de Elba e outros episódios. A matéria concluiu que “no mundo político brasileiro, há uma fórmula de sucesso garantido com o Congresso – os cargos, em especial os de segundo escalão, que desfrutam de bastante poder e chamam pouco a atenção” (receita vinda do ex-presidente Sarney) e que Lula a deveria seguir. Veja: Ed.1784, ano 36, nº 36, nº 01, 08/01/2003. pp 42 e 44

bandeira da oposição e acabar recolhendo repulsa popular, como se fossem urubus à procura de carniça. Preferem usar esse tempo para analisar o comportamento do novo governo. Os primeiros dias são como os primeiros minutos de uma luta de boxe. É o momento estratégico para estudar o adversário. Só depois é que se parte para o confronto (...)⁴⁶²

Entretanto, a crítica da oposição psdebista no Congresso elogiou o fato de que Lula “*estava sabendo tranquilizar os mercados internacionais, tratando com seriedade a questão macroeconômica*”, mas foi implacável na condenação de que Lula “*não estava conseguindo lidar com o movimento social dos trabalhadores sem terra*”, pois “*estava sendo condescendente, negligenciando o perigo das invasões e do MST*”. Com essas atitudes, segundo líder do PSDB no Senado, senador Arthur Virgílio: “*os 100 primeiros dias de Lula foram fictícios, pois o governo não mostrou ainda a que veio, é preciso portanto que o presidente desça do palanque*”. Nesse sentido, o senador estabelece críticas ao seu programa Fome Zero que segundo o mesmo “*perdeu a credibilidade, não saiu do papel e virou publicidade*” e ainda criticou a conduta dos membros petistas que atuavam como governo e não se entendiam mais: “*as pessoas [do governo] estão batendo cabeça, não sei o que faz o ministro (...) não sei o que pensa o governo, tenho tanto medo de que a ilusão vença a esperança!*”⁴⁶³

Portanto, há uma jogada consensual entre a oposição, com discursos que visam desestabilizar e desacreditar o presidente, afirmando que os 100 primeiros dias do governo Lula foi de “*retrocesso, paralisia, contradição, imprudências*”, jogada que atinge novamente, o ethos do oponente:

“(...) o Governo completa amanhã cem dias: cem dias de contradições, cem dias de paralisia, cem dias de retrocessos, cem dias de imprudências. Os mecanismos ontem satanizados pela Oposição - hoje Governo - são utilizados, sem nenhuma cerimônia ou pedido de desculpas (...)⁴⁶⁴

Analisando-se as publicações midiáticas do período, vale ressaltar, além das matérias da Revista Veja, anteriormente mencionadas, referentes à publicação dos “cem dias de governo Lula” ou mesmo à entrevista de Miguel Rossetto nas páginas amarelas da mesma revista, outras matérias da época, citadas nos Anais do Senado muito bem

⁴⁶²Veja: Ed.1784, ano 36, nº 36, nº 01, 08/01/2003. pp 42 e 44

⁴⁶³Pronunciamento do senador Arthur Virgílio, como líder do PSDB/AM no Senado, em 08/04/2003.. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁶⁴Pronunciamento do senador Jorge Bornhausen PFL/ SC, em 09/04/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

articuladas às finalidades políticas dos psdebistas, como o exemplo das matérias intituladas “*A esquerda delirante: O beato José Rainha*”⁴⁶⁵ ou mesmo “*Os Sem Terra: eles passaram dos limites*”⁴⁶⁶ que evidenciam o compromisso da revista com grandes grupos econômicos. Apesar de ser uma das revistas de maior circulação e abrangência nacional, não podemos nos esquecer dos interesses político-econômicos que a movem. A revista é sempre muito criticada por diversos segmentos que enxergam claramente sua postura tendenciosa e parcial, como no exemplo de uma entrevista de 2005 do intelectual brasileiro Emir Sader⁴⁶⁷ que escreve um artigo, intitulado “*Por que Veja mente, mente, desesperadamente*” divulgado na revista Caros Amigos e de circulação em inúmeros espaços da internet, afirmando “*ser a Veja a pior revista do Brasil, pois se esmera na arte da vulgaridade, da mentira, do sensacionalismo*”, criticando a revista pelo tom caótico que a mesma estava fazendo do governo Lula, satanizando o MST, mentindo sobre o trabalho do MST junto aos trabalhadores do campo, ignorando a agricultura familiar e anunciando a morte do PT – Partido dos Trabalhadores”⁴⁶⁸

A disputa na arena parlamentar também ocorre no espaço dos veículos de comunicação de massa e atestam a idéia de que a mídia também participa das articulações políticas, cada vez mais especializadas na escolha, acompanhamento e influência de direção político-partidária, sendo peça importante do jogo político, pois que diretamente ligada à opinião pública e à captação dos desejos, necessidades e expectativas da massa, em relação direta com as informações que produzem, nos objetivos e valores que tentam incutir e moldar nessa mesma massa. Essas disputas refletem de modo diverso formas de se representar, de se captar e de se manipular os anseios populares junto à atuação político partidária obtendo aplausos e elogios ou insuflando as críticas, as desaprovações, o descrédito, jogando com a relação eleitor-eleito. E nesse sentido, toda oposição psdebista ao governo de Lula se utiliza das informações midiáticas, ou para jogar a opinião pública contra Lula, ou para jogar o

⁴⁶⁵Revista Veja. Matéria de Capa: “A esquerda delirante”. Edição 1807, ano 36, nº 24, de 18 de Junho de 2003.

⁴⁶⁶Revista Veja. “[Sem terras] Eles passaram dos limites”. Edição 1596, ano 32, nº 18, de 05 de Maio de 1999.

⁴⁶⁷Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj.

⁴⁶⁸Artigo publicado para edição de Novembro de 2005 da Revista Caros Amigos. Sob o contexto histórico do penúltimo ano do primeiro mandato do governo petista de Luís Inácio Lula da Silva. Site de consulta <http://www.temnoticia.com.br/noticia.asp?cod=30>. Acesso em 26/01/2008.

MST contra Lula, ou para jogar a opinião pública contra o MST. Foi assim que, nos primeiros anos de administração petista, em meio a ataques e críticas, o PT consolidou seu governo com Lula, sempre se reportando “às dificuldades”, aos “*problemas herdados*” pela administração anterior, batizada de “herança maldita” e também pedindo “paciência” aos descontentes quanto aos rumos da reforma agrária, afirmando as mesmas bases de diálogo com as lideranças dos Movimentos Sociais, “*negociando*”, “*acalmando ânimos*”, incitando a paciência, mas sem comparações com FHC, tarefa essa pelo senador Aluísio Mercadante do PT/SP ao afirmar que “*as ocupações de terra estão sendo negociadas de forma muito competente pelo Governo*”:

(...) **Vamos ter solução para o campo**, fazendo-o produzir, dando crédito à agricultura familiar, dando estímulo à produção agrícola, respeitando as propriedades produtivas, respeitando o Estado de direito, mas dialogando com os movimentos sociais. (...) **Não vamos fazer um balanço apressado, com uma arrogância descabida de quem governou oito anos o País e não conseguiu fazer o Brasil crescer nas taxas que hoje existe, não conseguiu manter taxas de juros baixos nem organizar as finanças do Estado; não gerando emprego e nem melhorando os indicadores sociais principais deste País. Portanto, vamos dialogar, reconhecendo tudo que foi bem feito no passado - e muita coisa foi bem feita e está sendo preservada -, mas muita coisa tem que ser revista.** (...)”⁴⁶⁹

Frente aos problemas agrários e ao confronto entre latifundiários e sem terra que se intensificava no governo Lula, com a formação das milícias armadas, o senador Osmar Dias afirmou: “*sempre que se exerce uma pressão sobre o governo ele edita uma medida provisória ou apresenta um projeto de lei. Isso sempre ocorre nos governos*”⁴⁷⁰. É isso que nos motiva na discussão no capítulo sobre a lei, sobre em como os governantes lidam e criam leis como saída para a solução dos problemas sociais. Nesse sentido, o governo Lula tem sim medidas administrativas práticas que não se coadunam com o prosseguimento total do que foi realizado administrativamente pelo seu antecessor, como no exemplo da desativação do Banco da Terra em 2003, Banco este criado pelo seu antecessor FHC. Medida esta aplaudida por seus aliados e criticada pelos seus opositores, onde para oposicionistas do PSDB o banco da terra era tido como

⁴⁶⁹Pronunciamento do senador Aloísio Mercadante do PT/SP, em 14/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁷⁰Expressão utilizada por Osmar Dias, do PDT/PR, em 19/09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

*“uma alternativa para complementar as famílias” que poderiam “ser assentadas pelo programa tradicional de reforma agrária”*⁴⁷¹

Em meio a disputa governo versus oposição, todo primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) foi de enfrentamentos com o MST. Em 2004 Lula continuou enfrentando as ações do MST nos chamados “Abril Vermelho” e “Maio Vermelho”, e nos inúmeros protestos que foram feitos para “chamar a atenção”, sendo que em 2005 a temática da Reforma agrária praticamente desapareceu da pauta congressista, o que propugna por um certo esgotamento do modelo proposto pelo governo e o foco em outras questões políticas. Parcela do congresso e diversas instituições da sociedade civil, através das chamadas pesquisas de opinião, insistiam na criação do sentimento político da “frustração” e de “desesperança”. Tais estratégias fizeram com que o Congresso trouxesse à pauta idéias da necessidade da reforma política. Nesse ínterim a oposição criticava o PT, as denúncias de Mensalão e Esquemas de corrupção em que pessoas do partido estavam envolvidas permitia que se afirmassem no congresso, frases do tipo: “*O PT suga a imagem de lula*” e “*o sistema bancário está satisfeito com Lula*”, enquanto o Movimento dos Trabalhadores pressionavam o governo, através das passeatas, do Abril Vermelho, a despeito dos cortes orçamentários realizados destinados à Reforma Agrária e do início e funcionamento da CPI da Terra – Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta no Congresso Nacional com finalidades questionáveis para coleta de informações sobre a operação dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra, questões retomadas em capítulo posterior.

Quanto aos projetos de reforma agrária postos em discussão, tanto no governo de FHC, quanto no governo Lula, verifica-se que, apesar das inversões de papéis dos atores sociais e das mudanças na natureza dos argumentos e contra-argumentos, o que se firmou como projeto de reforma foram planos de empréstimos creditícios concedidos a alguns assentados. Os projetos do governo FHC tiveram forte apelo à criminalização do Movimento e os de Lula foram severamente monitorados e tiveram controladas ou mesmo sabotadas pelas elites agrárias, quaisquer intenções de possíveis alterações.

Foram os continuísmos presentes no governo Lula que permitiram que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 05 de Fevereiro de 2006 afirmasse sobre o

⁴⁷¹Pronunciamento realizado pelo senador Osmar Dias, do PDT/PR, em 19/09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

governo de Lula e suas intenções de campanha para reeleição, que era preciso dizer a Lula que “*o rei estava nu*”, expressão que, por ironia, foi usada contra ele mesmo em 1997 pela senadora Marina Silva do PT. Senão façamos a comparação:

FHC em relação à proposta de reeleição de Lula:

“(…) Na reforma agrária, sob a chuva habitual de protestos do MST quanto ao modo de contabilização do número de assentados (...) Não nos iludamos, porém. Lula e o governo não estão interessados em estatísticas. Querem apenas, pela força da repetição de slogans fazer uma manobra publicitária com fins eleitorais, dirigida principalmente aos milhões de brasileiros que não dispõem de informações adequadas. (...) eu disse há mais de ano, que “o rei está nu”. (...). Não o minimizemos, para o bem do Brasil. Com Lula subirão ao pódio outra vez todos aqueles a quem jamais repudiou, dos Delúbios e Valérios (...) O país não tem por que pagar o preço de ter no poder por mais quatro longos anos alguém esquecido de sua classe de origem, descomprometido com tudo o que alardeou em sua trajetória, e até mesmo crítico do partido de que foi fundador e pelo qual foi candidato presidencial quatro vezes.”⁴⁷² [grifos nossos]

Interessante a observação de FHC, que provavelmente também já deveria estar cansado de ouvir ou conhecia demasiadamente a mesma história de que “o rei estava nu” e que anos depois poderia repeti-la (embora com ingredientes diferentes) ao seu sucessor político com as mesmas intenções de reeleição. No Congresso, em 1997, a senadora Marina Silva, ao se manifestar sobre a tese de reeleição de FHC dirigia ao então presidente FHC a “estória do rei nu”, dizendo que precisavam lhe “*avisar que o Brasil estava nu, pois tem coisas que são visíveis nesse país*”:

“(…) O Brasil realmente precisa ser um pouco desnudado. Muitas vezes, a roupa é grande, demais enfeitada, e não mostra os reais problemas que temos. É fundamental que alguém, a exemplo daquela fábula do menino que disse que o rei estava nu, diga para o Brasil que o nosso gigante talvez esteja nu. Segundo a fábula, havia um rei que era muito vaidoso. Um dia, um costureiro muito esperto lhe vendeu um tecido finíssimo, dizendo que era o tecido mais belo do mundo, mas só o enxergava aqueles que eram puros, limpos, altamente competentes. O rei, para não se enquadrar como não sendo competente, inteligente e justo, disse que enxergava o tecido e mandou confeccionar uma vestimenta, convidando a corte para uma festa, onde seria apresentada a nova roupa do rei. No decorrer da festa, ninguém queria dizer que não era inteligente, competente e puro. O rei estava nu, mas ninguém dizia nada. Até que uma criança de dois anos disse: “Mamãe, o rei está nu”. “O que ela disse, minha senhora?”, quis saber o rei. “Majestade, perdoe-a, ela é uma criança, não sabe de nada, é uma inocente”, respondeu-lhe a mãe. Ao

⁴⁷²FHC. Sobre campanha para o segundo mandato de Lula. O Globo. 05/02/2006.

que o rei disse: "Por ser um inocente é que ela acaba de desnudar a minha ignorância, a minha vaidade e a minha falta de respeito pela realidade". Alguém precisa dizer que o gigante, além de estar dormindo, está nu. (...)"⁴⁷³

Portanto, é fato que FHC não perdeu a oportunidade de usar contra Lula as mesmas frases de efeito e expressões que lhe foram dirigidas durante seus oito anos de governo, as re-utilizando sempre que convenientes.

Ironicamente de 1997 para 2006, mesmo com diferenciações histórico contextuais, de dois presidentes de origem distintas, de formações distintas, de congressos distintos, continuísmos se perpetuaram, coincidências quanto ao fato de ambos pleitearem reeleição, alternância dos grupos de comando no poder político, a esquerda no governo procurou manter boa parte de seus discursos, mas manteve também as práticas de FHC tanto criticadas em relação à reforma agrária, permanência dos problemas agrários, ausência de projetos políticos sérios, fundamentados e operacionalizáveis para o problema da terra; a despeito de tudo isso, a “estória do rei nu” se repete no tempo, comprovando que, de fato, algumas coisas são visíveis nesse país!

As questões até aqui exploradas analisaram as lutas pela fixação do conceito de reforma agrária e a demarcação do crivo ideológico dos parlamentares, marcam as estratégias do gênero demonstrativo, do elogio ou censura, de como os parlamentares jogam atacando ou criticando os presidentes e estabelecendo suas posições políticas dentro do jogo da governabilidade. Tais questões têm influência direta na forma como os projetos são debatidos para serem convertidos em lei.

II

A tópica da culpabilização da máquina administrativa e do Estado Capitalista

⁴⁷³Pronunciamento da senadora Marina Silva do Partido dos Trabalhadores do AC, em 17/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Se por um lado, o poder Executivo na figura dos presidentes (principalmente FHC) apontam a causa de uma “legislação atrasada” responsável pelo travamento da Reforma Agrária; de outro lado, os parlamentares acusam a não realização da reforma agrária causada pelos empecilhos “técnicos administrativos”, pelas falhas no funcionamento da estrutura burocrática administrativa, que neste caso, estão centradas no INCRA. Assim, é lugar comum a tópica de que “*O INCRA tem papel fundamental na realização da reforma agrária*”, e que, “*sem a devida estruturação do órgão não é possível desenvolver os projetos de reforma agrária*”. E dentro da estruturação de tais órgãos, os homens escolhidos para os cargos de confiança do Presidente da República são personagens importantes no modo como os projetos debatidos tentam ser implementados dentro da máquina estatal.

O INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária⁴⁷⁴, órgão do governo federal tem, entre várias de suas tarefas, a função precípua de classificar as propriedades rurais de acordo com seu tamanho e/ou exploração, procurando revelar os problemas da estrutura fundiária e promover a sua “reforma”, é peça importante na configuração do que se intitula de “Estado”⁴⁷⁵ na administração das questões agrárias do Brasil.

⁴⁷⁴Em 1964, os militares brasileiros incluíram a reforma agrária entre suas prioridades. No dia 30 de novembro de 1964, o governo de Castelo Branco, após aprovação pelo Congresso Nacional, sancionou a Lei nº. 4.504, que criava o Estatuto da Terra. A partir de 1970, o governo federal criou o INCRA pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Em 10 de outubro de 1985, o governo do presidente José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra. Criou-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad). em 1987 o Incra foi extinto e o Mirad, extinto em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989 o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas o órgão permaneceu semi-paralisado, por falta de verba e de apoio político. O órgão ficou vinculado diretamente à Presidência da República, com a criação, em 29 de abril de 1996, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual imediatamente se incorporou o Incra. Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº. 3.338, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Ministério do Desenvolvimento Agrário teve sua estrutura regimental regulamentada conforme o decreto 5.033, em 5 de abril de 2004.

⁴⁷⁵Entendemos por Estado: um conceito abstrato utilizado na imposição e na convenção lingüística arbitrária de um signo, em outras palavras, um símbolo. Como historiadores percebemos a existência do Estado na organização dos grupos humanos, pois a história é a “*ciência dos homens no tempo*”. Portanto, são os homens, “agindo” ou deixando de “agir” coletivamente na criação de suas instituições que criam e (re)criam seus modos de viver, suas práticas, e conferem às suas instituições os valores e as finalidades que lhes são pertinentes. Estado não é simplesmente uma “coisa”, uma “máquina” ou “prédios públicos”. O Estado é composto de pessoas, de agentes públicos, que se relacionam entre si, de forma cooperativa ou conflituosa, expressando uma relação de poder entre os que comandam e os que são comandados. No sentido de exercer poder há relações de dominação, de uma tentativa (nem sempre bem sucedida, mas sempre almejada) de homogeneização social, seja pelo consenso dos governados, seja pela imposição da força e do uso da legislação como norma impositiva. E através dos seus tentáculos setoriais – órgãos

É interessante observar, por exemplo, ao longo do governo FHC e mesmo do governo Lula, como a estruturação do órgão e dos seus agentes demonstra a fragilidade do sistema organizacional brasileiro, de como a relação de confiança/traição entre governante e chefe de órgão é algo que demarca os interesses políticos e põe em jogo a relação que os mesmos mantêm com os interesses de determinados grupos.

No Mandato de FHC, o presidente da República nomeou primeiramente José Eduardo de Andrade Vieira para o Ministério da Agricultura e Brasília de Araujo Neto para o INCRA, com a pressão dos movimentos sociais e o episódio trágico do massacre de Corumbiara (27/07/1995), em 28 de Setembro do mesmo ano, o presidente substituiu o Presidente do INCRA, trocou o Brasília de Araújo Neto por Francisco Graziano. Os senadores da oposição viram com bons olhos a mudança, pois, segundo a senadora petista, *“não se faz reforma agrária apenas com intenções e com boas declarações de intenção”* e o que houve foi a substituição de alguém que *“tinha um compromisso com a classe dos grandes proprietários, dos latifundiários, pela sua posição, pela sua própria relação com esse grupo, o que criava uma certa situação de desconforto”*⁴⁷⁶

Pressionado pelo agravamento da questão política decorrente do massacre e pela atuação dos movimentos sociais - o MST tornara-se o principal movimento de trabalhadores rurais da história agrária brasileira -, o governo mudou de posição e nomeou Francisco Graziano Neto para o INCRA, nome da confiança pessoal do presidente FHC e familiarizado com a questão. Graziano conseguiu apaziguar os ânimos, reduzir tensões e encaminhar a questão da reforma dentro e fora do governo.

estatais – são constituídas relações, por meio de pessoas físicas, que, investidas nos seus cargos públicos agem em nome desse “Estado” e expressam uma vontade estatal; vontade essa que não se confunde (necessariamente) com a vontade individual, mas que é resultado de uma atuação de forças e influências de grupos e setores políticos em conflito permanente. E para se administrar esse “Estado” há que existir esse grupo de pessoas que – sedimentadas no que se convencionou chamar de “Governo”, administra e organiza socialmente o funcionamento do Estado. Grupo este que, nas sociedades ditas “democráticas” são em geral escolhidas através do voto popular e por período determinado, na figura do Presidente da República e da equipe de administração de sua confiança. E nessa configuração o governo eleito necessita de pessoas que possam apoiá-lo, nos diversos setores sociais de órgãos estratégicos, para levar adiante, através da suposta cooperação destes, o gerenciamento e andamento dos negócios públicos governamentais. Caso não haja a cooperação de pessoas que sejam solidárias à uma determinada causa, o governo corre o risco de ter suas ações inviabilizadas, total ou parcialmente, frente às disputas e conflitos existentes.

⁴⁷⁶Pronunciamento da senadora Marina Silva, do PT/AC, em 28/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Esta situação durou pouco, culminando com sua saída devido ao episódio "grampo/Sivan"⁴⁷⁷.

Nesse quadro, de nova direção do INCRA, percebe-se da parte das elites uma insistência de que, “*Reforma Agrária é tarefa do Estado*”, e que, num conjunto de medidas administrativas, “*é necessário reorganizar as leis*” e que tal responsabilidade cabe ao governo, sendo, nos dizeres do senador Roberto Freire, necessário “transferir as soluções do problema da Reforma Agrária da “*Porteira da Fazenda para a Porta do Incra*”⁴⁷⁸

Em 1995 o governo FHC anunciou que a meta de assentamentos havia sido atingida e até superada, afirmação esta contestada pelo MST, CONTAG e por diversos

⁴⁷⁷ Durante mais de dez anos, sucessivos governos quiseram implantar um sistema de monitoramento da vastidão amazônica. Até que no início do governo FHC foi criado o Sistema de Vigilância da Amazônia ou SIVAM, cujo objetivo era monitorar as fronteiras brasileiras contra o narcotráfico e fiscalizar 5,5 milhões de Km² de áreas verdes. O governo de FHC dispensou a licitação formal(?) para a escolha da empresa que iria desenvolver o programa. O contrato de US\$ 1,4 bilhão estabeleceu uma guerra entre a Raytheon (uma das maiores fabricantes de material bélico dos Estados Unidos e principal fornecedora do Pentágono) e a francesa Thomson/Alcatel. Essas empresas eram apoiadas pelos governos – e os serviços de inteligência – dos respectivos países, por razões muito óbvias: informações estratégicas da Amazônia.

A guerra entre a Raytheon e a Thomson/Alcatel incluíram acusações sobre ofertas de propinas a funcionários do Governo FHC. A americana ganhou a disputa, efetivamente, quando Mauro José de Miranda Gandra, Ministro-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, obteve junto ao Eximbank americano, grande financiamento à altura daquelas de que a concorrente francesa podia oferecer. Do ponto de vista tecnológico, a Raytheon era considerada a mais qualificada, mas para o governo FHC, a qualificação era outra: \$\$\$\$\$. Pouco tempo depois, o presidente do INCRA, Francisco Graziano, encaminhou a FHC a transcrição de conversas telefônicas entre o Chefe do Cerimonial do Planalto, embaixador Júlio César Gomes dos Santos e o representante da Raytheon no Brasil, José Afonso Assumpção (também presidente da Líder Táxi Aéreo). Numa das conversas, Júlio César aludia a uma possível exigência de propina pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM), relator da comissão especial criada no Senado para reavaliar(?) o projeto e examinar os termos do empréstimo do Eximbank. Graziano recebera as fitas de seu assessor Paulo Chelotti, agente da Polícia Federal e irmão do Diretor Geral da Instituição, delegado Vicente Chelotti. O “grampo” fora autorizado pelo Juiz Irineu de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Entorpecentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a pedido do chefe do Centro de Dados Operacionais da Polícia Federal, delegado Mário José dos Santos. Este alegou investigar suspeitas de narcotráfico, apoiado em denúncias anônimas que envolveriam o embaixador Júlio César. A situação tornou-se pública quando reportagens foram publicadas pela mídia (revista Isto é). Além das conversas do chefe de cerimonial do Palácio do Planalto com o dono da Raytheon, incluídas também as gravações de longos diálogos sobre acordos do embaixador dos EUA, Bramson Brian, com o presidente FHC. Esses diálogos foram editados antes da reportagem, quando o presidente da República soube do grampo. Uma parte do acordo é conhecida e trata da troca de informações entre polícias, convênios, etc. A outra, é secreta. Logo depois, o Juiz que autorizou o grampo disse que o relatório não informava que o envolvido era embaixador, muito menos assessor direto do presidente da República, e que autorizou a escuta para não ser acusado de impedir uma investigação da PF sobre narcotráfico. Quando soube da identidade do investigado, o juiz determinou a imediata suspensão do “grampo” por ter ficado claro para ele que o motivo da escuta era outro.(?) A imprensa especulou, à época, que as gravações teriam sido sugeridas por Francisco Graziano. Ele e Júlio César teriam se atritado quando Graziano chefiava o gabinete do Presidente da República, antes de assumir o INCRA. Devido às gravações, o embaixador Júlio César perdeu(?) o cargo no Palácio do Planalto e o posto de chefe da representação diplomática do Brasil no México, para o qual havia sido indicado antes do escândalo. Em 1997, foi nomeado embaixador do Brasil na FAO, em Roma. Além do diplomata, perderam os cargos que ocupavam à época o delegado Mário José dos Santos e Francisco Graziano. Por sua vez, o ministro da Aeronáutica, Mauro Gandra, que certa vez se hospedara na casa do empresário José Afonso Assumpção, pediu demissão. Endereço eletrônico de consulta: <http://quemtemmedodolula.wordpress.com/2009/06/10/escandalos-da-era-fhc-o-caso-sivam-i/>. Acesso: 24/08/2009.

⁴⁷⁸ Expressão do pronunciamento do senador Roberto Freire do PPS- Partido Popular Socialista/PE, em 28/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

analistas. Houve acusações de que o INCRA “foi o órgão responsável pelo mascaramento dos dados da Reforma Agrária”, acusações levantadas por várias pessoas e grupos, entre elas João Pedro Stédile, considerado liderança do MST. O senador Eduardo Suplicy trouxe à baila a Carta de João Pedro Stédile ao Presidente FHC e uma análise do Relatório de Gerson Teixeira, assessor da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, em um de seus pronunciamentos na Tribuna, argumentando que, pelas contradições existentes, e pelos dados dos Assentamentos de 1995, “*havia contradições nos dados estatísticos que estavam sendo divulgados*”, e o que estava ocorrendo, de fato, era uma “contra-reforma”, que o gesto era apenas uma “*regularização oficial de famílias que já estavam assentadas*”, porque já haviam lutado, mas “*não se pode dizer que isso tenha sido uma ação de governo*”, “*nem que tal ato seja uma reforma agrária*”⁴⁷⁹.

FHC empossou em 17 de Janeiro de 1996 um novo presidente ao INCRA: Raul do Vale, sendo que, nas novas reivindicações para a realização empreendida por FHC, os agentes requerer-se-iam uma reorganização do órgão, a contratação de novos funcionários e mais verbas⁴⁸⁰.

Com o Massacre de Eldorado Carajás (17/04/1996) a situação se exacerbou. Os noticiários nacionais e internacionais deram grande destaque à chacina, mostrando que houve execuções sumárias. Pressionado e questionado por autoridades políticas, imprensa e outros organismos de defesa dos direitos humanos, o governo implementou “novas” medidas. O teor das discussões nos remete à mesma tópica “*do simulacro*”, do “*Estado de aparência*”, da “*existência de um Brasil real e outro fictício*”, pois verifica-se que só existe preocupação com qualquer acontecimento no país quando tal acontecimento repercute na mídia internacional. Perceber que o “*Estado está falido*”, que o “*Estado só cria leis, decretos e regulamentos*”, “*que o Estado só age atrasado*”, que “*o Estado não está falido apenas do ponto de vista financeiro, mas no cumprimento de suas responsabilidades*” e de “*falta uma política agrária séria para esse país*”⁴⁸¹ não

⁴⁷⁹Pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 12/01/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁸⁰Pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB - Partido Socialista Brasileiro/PA, em 01/02/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁸¹Expressões extraídas do pronunciamento do senador Sebastião Bala Rocha do PDT – Partido Democrático Trabalhista/AP, em 23/04/1996.

são constatações “novas” e que foram argumentos constantemente mencionados pelos partidos de oposição. E, no caso particular de Eldorado Carajás, houve inúmeras teses cogitando a quem deveria ser imputada a culpa: ao governo Almir Gabriel, a FHC, à polícia? Nesse questionamento sobre o papel do Estado, os governistas aproveitaram para inculcarem a idéia de que era preciso “*compartilhar responsabilidades*”, de que a “*culpa não é de FHC*”, e que, por fim, é preciso modificar a “*legislação federal sobre reforma agrária*”, “*além de estruturar o INCRA*”⁴⁸²

Entre as medidas administrativas tomadas por FHC estão a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária - retirando do Ministério da Agricultura a responsabilidade de executar a política fundiária - e a nomeação de Raul Jungmann para assumí-lo. O ministro Jungmann - oriundo do PPS - era alguém que considerado “*em condições*” de diálogo com os movimentos sociais. A esquerda oposicionista indagava: “*Jungmann está realmente preparado para ser o novo ministro da reforma agrária?*”⁴⁸³. Enquanto isso, a tensão no campo se agravava.

Nessa discussão de defesas e acusações da atuação do presidente e do papel do Estado, inúmeras lideranças questionaram os acontecimentos trágicos de Eldorado e o entrelaçaram ao questionamento do papel do Estado. Com a tragédia vieram à tona discussões sobre “*o papel do Estado*” e sobre a chamada “*falência das instituições*”, retomando-se debates sobre a “*possibilidade ou não de uma mudança a um estado socialista*”, justificado por vários parlamentares como “*impossível de ocorrer*”, porquanto, mesmo diante de tragédias como Eldorado, “*o modelo de Estado a prevalecer deve ser o Estado Capitalista*”, que esse modelo “*não é empecilho para se realizar reforma agrária*” e que se deve tomar cuidado com os “*radicais*”, o que demanda das elites dirigentes “*soluções criativas, rápidas e finais*” para o problema da reforma agrária nesse país. O senador Gilvan Borges do PMDB/AP considerou, por exemplo, “*a gravidade do problema do campo frente ao que ocorreu em Eldorado Carajás*”, para o referido parlamentar “*esses acontecimentos ainda são o reflexo de uma grande luta ideológica e do despreparo - de certa forma - das instituições, ou seja, o*

⁴⁸²Pronunciamento do senador Sebastião Bala Rocha do PDT - Partido Democrático Trabalhista/AP, em 23/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁸³Indagações do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em pronunciamento do dia 26/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

*Poder Judiciário, as leis fracas e a falta de compromisso e de entendimento, de um lado, dessas instituições; do outro, do Estado”; e que, para fazer reforma agrária era “necessário garantir os padrões”, “aí é que vem a reforma agrária, mas uma reforma agrária dentro dos padrões. E o que se garantirá? Vivemos em uma sociedade capitalista, onde é garantido o direito à propriedade. É isso que deve prevalecer”*⁴⁸⁴

O senador Ernanes Amorim questionou a “ação” do governo, pois, diante da tragédia de Eldorado, FHC *“simplesmente criou mais um Ministério”*. Ao questionar esse gesto, o parlamentar argumentou o fato de que *“vivemos num país de faz de conta”*, mas se utilizou dessa proposição para explorar a possibilidade de uma mudança de regime de *“presidencialista para parlamentarista”*, argumentando que *“a principal reforma de que o Brasil precisa é institucional, em seu sistema de governo, pois o presidencialismo está ultrapassado e é incompetente”*, e a *“mudança de sistema é um passo importante na melhoria da qualidade de gestão da coisa pública no Brasil”*⁴⁸⁵.

Em meio às discussões, vários senadores alertaram sobre *“a gravidade do problema”* e o *“perigo da questão”*, insistindo em soluções que *“tirem o combustível das mãos dos radicais”*, que *“não se brinque com fogo”*, pois a reforma fundiária exige *“respostas rápidas, reais, práticas e criativas”*. E nessa hora, diante de tanta gravidade, *“ou se tem vontade política para promover a paz no campo, ou vamos aceitar o futuro de convulsão social, com todos os seus efeitos na estabilidade institucional do País”*, pois, *“o Governo perdeu o controle de seus instrumentos de iniciativa e de persuasão”* e *“chegamos a tal grau de tensão que o País não vai caminhar enquanto não forem definidos novos rumos para esta guerra declarada, e não mais silenciosa, entre a burocracia e os excluídos”*⁴⁸⁶. Aqui o orador insistiu na construção de um argumento enfatizador de somente duas saídas: *“ou paz ou convulsão e instabilidade”*, e caso nada seja feito o que ocorrerá é o *“pior”*

Em meio aos acirramentos de posições, não faltaram idéias do *“apaziguamento”*, da decisão do *“meio termo”*, da idéia do *“Estado de Conciliação”*. Como beneficiar os Movimentos Sociais e não desagradar aos latifundiários desse país numa temática como

⁴⁸⁴Pronunciamento do senador Gilvan Borges do PMDB/AP, em 24/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁸⁵Pronunciamento do senador Ernandes Amorim do PMDB/RO, em 24/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁸⁶Pronunciamento do senador Mauro Miranda do PMDB/GO, em 24/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

reforma agrária? O senador Humberto Lucena argumentou que “*o problema dos sem terra continuava crescendo*”, que “*a reforma é com efeito um dos requisitos do desenvolvimento capitalista*”, é “*verdadeiramente um desafio à criatividade dos governos*”, e que, portanto, é “*preciso fortalecer o INCRA*”⁴⁸⁷. O senador Campelo enfatizou a necessidade de “*buscar conciliar os interesses gerais, sem extremismos*”, mas fundamentalmente “*separando o joio do trigo*”, pois é “*urgente fazer reforma agrária e esta tarefa cabe ao Estado - assentar essas famílias, torná-las produtivas, dar-lhes meios de exercer sua cidadania e de sobreviver como ser humano*”, encerrando seu discurso insistindo na tópica de que “*é preciso superarmos, definitivamente, a nossa incapacidade de lidar com nossas mazelas sociais, sem transformá-las em questões policiais*”⁴⁸⁸. Entretanto, seu argumento mais pungente é de que “*é preciso separar o joio do trigo*”:

“(…) O que é preciso - e é esta a advertência que faço - é separar o joio do trigo: distinguir as lideranças verdadeiras empenhadas na causa e aquelas que apenas a utilizam para auferir dividendos políticos pessoais. Uma boa maneira de fazer essa distinção é examinar o discurso de cada qual. Quem crê no caminho da negociação quer, de fato, a reforma; quem prega a violência e as invasões e busca desmoralizar o processo de negociação proposto pelo Governo quer apenas tirar proveito da desgraça alheia. Não podemos permitir que essas lideranças irresponsáveis continuem a explorar a boa-fé do homem do campo. (...)”⁴⁸⁹[grifos nossos]

Nessa empreitada de organizar a reforma agrária, a tarefa do Estado é tida como a de “*desarmar os espíritos*”, usar a “*palavra*” como instrumento de mediação entre os conflitos, e, no caso do líder João Pedro Stédile, cogitaram [sujeito oculto, pois não se sabe quem cogitou], “*usar contra ele a Lei de Segurança Nacional*”, frente ao seu “*destempero verbal*”, pois é preciso conciliar somente “*o que puder ser conciliado*”:

⁴⁸⁷ Pronunciamento do senador Humberto Lucena do PMDB/PB, em 11/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁸⁸ Pronunciamento do senador Valmir Campelo do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro/DF, em 26/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁸⁹ Idem.

“(…) É preciso prudência para atender a todas essas questões, conciliando o que puder ser conciliado. Mas o que for proposto em termos irracionais, ou contrários à ordem democrática, deve ser enfrentado com a firmeza do diálogo sereno e equilibrado. Sem esquecer, jamais, o risco que um fósforo aceso pode representar para o tanque de combustível que apresente vazamentos. A palavra, já dizia Marco Aurélio, é a mais poderosa das armas. Para defender-se do discurso malévolo, a sociedade deve usar o verbo límpido, positivo e luminoso. E a nós, como líderes da consciência nacional, incumbe a tarefa de apontar esses caminhos construtivos, dobrando resistência à direita e contornando radicalismos à esquerda. Nesse equilíbrio, e apenas nele, poderemos encontrar as verdadeiras soluções para o grave problema centenário da ocupação da terra e da exploração dos recursos agropecuários no Brasil.”⁴⁹⁰ [grifos nossos]

Em meio aos vários conflitos, a Marcha dos Sem Terra à Brasília e a considerada “*falta de diálogo*” com os Movimentos Sociais, não faltaram àqueles políticos que insistiram na tópica da “*a falta de infra estrutura do Estado Brasileiro*”, ou mesmo aqueles que, criticando o governo, ainda procuravam preservar a imagem de Jungmann, como é o exemplo do senador Ernandes Amorim ao afirmar que o “*o governo não paga os precatórios, o governo protela e retarda em cumprir as decisões judiciais, o que coloca seus órgãos em descrédito*” mas que “*Jungmann quer trabalhar, tem vontade de trabalhar, mas está impossibilitado de tocar o projeto de assentamentos da reforma agrária porque lhe falta os recursos necessários*”⁴⁹¹. O argumento reforça a idéia de que, “*sem as verbas financeiras necessárias, não há como o ministro realizar um bom trabalho ou implementar qualquer projeto*”⁴⁹². Nesse período também ocorreu o anúncio de medidas legais, como o ITR e o Rito Sumário, entretanto, “*sem diálogo com os Movimentos Sociais*”, o governo, pressionado pela Marcha dos Sem Terra à Brasília e pela popularidade e simpatia que vinha perdendo junto à opinião pública, nomeou Milton Seligman como o novo presidente do INCRA, e este tomou posse no dia 2 de junho. Dez dias depois, o governo anunciou a MP nº 1.577, versando sobre as condições de uso do imóvel rural, ajuste dos índices de produtividade da terra para cálculo de dimensões e formas de imissão de posse; e o Decreto nº 2.250, dispondo sobre a vistoria em imóvel rural destinado a reforma agrária. Este último representava para a oposição a

⁴⁹⁰Pronunciamento do senador Nabor Júnior do PMDB/AC, em 11/10/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁹¹Aparte do senador Ernandes Amorim no pronunciamento do senador Casildo Maldaner, do PMDB/SC, em 16/07/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁹²Idem.

FHC e aos Movimentos Sociais como uma forma de “*endurecimento com o movimento dos sem-terra*”. O Movimento reagiu sob a forma de mais “ocupações” e protestos. Ou seja, o confronto se agravou.

Os governistas eram condescendentes e “compreendiam” os problemas ocorridos no INCRA. Em conjunto, seus questionamentos apontavam sobre “*o papel e as dificuldades do INCRA em realizar sua missão*” e somava-se a esse argumento as “*denúncias de desvio de verbas e fraudes dentro do órgão*”, táticas argumentativas lançadas pelo PFL e PSDB⁴⁹³.

Em 1998, o ministro Jungmann lançou a iniciativa do projeto “*Terra que te quero verde*”⁴⁹⁴ e em 2000 publicou o “*Manual dos Assentados*”⁴⁹⁵. Todas essas produções administrativas sempre foram consideradas pela esquerda como “*marketing político*”, cumpridoras de determinadas finalidades pouco “*práticas*”, “*propaganda governamental que nunca saiu do papel*”. Jungmann foi constantemente questionado em suas ações administrativas e nas “*reais intenções*” dos projetos apresentados. O senador Moreira Mendes do PFL/RO, por exemplo, em pronunciamento sobre a questão da agenda ambiental “*Terra que te quero verde*” comentou que a medida estava na verdade “*impedindo a reforma agrária*”, pois, “*na questão dos critérios da regularização fundiária que estabelece o princípio da moratória, interrompeu a regularização das terras acima de 100 hectares, embora a Constituição Federal determinasse de forma contrária*”⁴⁹⁶. Entretanto, o que se enfatizou foram “*as tais*” das denúncias que pesavam sobre o INCRA, como no relato trazido pelo senador Ernandes Amorim ao “profetizar” a corrupção dizendo que “*os recursos votados no orçamento, e repassados por intermédio do INCRA, vão desaparecer em licitações fantasmas, notas*

⁴⁹³Trecho do Pronunciamento do senador Romero Jucá, do PFL/RR, em 10/06/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁹⁴Destinado a reduzir a participação dos assentamentos de Reforma Agrária no processo de devastação ecológica, principalmente da Amazônia.

⁴⁹⁵O manual informa o que é o programa, quais os direitos e deveres das famílias assentadas, quais os procedimentos legais que devem ser observados, procurando ordenar as principais diretrizes. O plano de Desenvolvimento do Assentamento é o instrumento que, em tese, procura em termos retóricos orientar os rumos e as ações para o desenvolvimento sustentável da unidade produtiva.

⁴⁹⁶Trecho do pronunciamento do senador Moreira Mendes, em 06/06/2002. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

*fiscais frias e obras superfaturadas que, ao final, nem serão realizadas*⁴⁹⁷. Para vários parlamentares o problema não estava no órgão, e uma vez que havia corrupção, também não se deveria realizar nenhum repasse de verba ao mesmo, uma vez que, a “corrupção” já estava de antemão “profetizada”.

Em que pese as críticas, a oposição insistia na idéia de que, além do “*governo não agir*”, ainda “*joga a culpa*” na oposição, como se fosse a oposição que “*fosse intransigente, e provocasse a baderna e a ocupação*”⁴⁹⁸. O argumento que sempre transforma a oposição “*numa vítima*”.

Em 11/Agosto/1999 o governo publicou no Diário Oficial da União o Decreto nº3135⁴⁹⁹, dispondo sobre novas formas de provimento para o Cargo de Superintendente dos INCRA's regionais. O senador governista Antero Paes de Barro comemorou a decisão da lei, pois, segundo o mesmo, o “*INCRA é muitas vezes atacado por causa da má gestão política, em que pessoas que, não sendo funcionários de carreira, fazem um mal extraordinário ao órgão*”⁵⁰⁰, sendo que segundo Portaria do Ministro Raul Jungamann, “*novos critérios de avaliação, seleção e mesmo inscrição foram definidos para a nomeações dos superintendentes regionais do INCRA*”⁵⁰¹, o que nos dizeres da senadora Marluce Pinto, sobre a nova configuração do INCRA: “*isso vai promover um limpa na burocracia e na falta de comunicação, o que demonstra a coragem e a*

⁴⁹⁷Pronunciamento do senador Ernandes Amorim do PPB – Partido Progressista Brasileiro/RO, em 19/05/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁴⁹⁸Trechos extraídos do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB – Partido Socialista Brasileiro/AP, em 19/05/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁴⁹⁹Decreto nº3115, publicado no Diário Oficial da União em 11/agosto/1999:

Art. 1º - O Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, será escolhido dentre servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal da autarquia, cujos nomes constem de lista tríplice aprovada pelo seu Conselho Diretor, com base em seleção interna fundamentada no mérito profissional, na forma e condições definidas em Portaria do Ministério.

Art. 2º - Excepcionalmente, o cargo de que trata o art. 1º poderá ser provido por qualquer outro servidor ou ainda pessoa sem vínculo com a administração pública de ilibada reputação e comprovada experiência técnica.

Art. 3º - O Superintendente Regional do Incra será submetido a processo de avaliação de desempenho periódica, com base em indicadores previamente definidos em ato próprio. O Ministro do Estado de Política Fundiária baixará os atos necessários à execução do disposto neste decreto."

⁵⁰⁰Trecho extraído do pronunciamento do senador Antero Paes de Barros, do PSDB/MT, em 12/08/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁰¹Informação prestada e comentada no pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR em 04/04/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

*determinação do presidente, que, desde sua campanha jamais omitiu a situação de injustiça vivida pelos brasileiros, pois foram suas as seguintes palavras: o Brasil não é um país pobre. É um país injusto*⁵⁰²

Se, por um lado, a ala governista trouxe discursos de aplauso às medidas de alterações do órgão, a ala oposicionista viu em tais medidas burocráticas um risco à realização da reforma agrária, mais uma fórmula do governo de “*não agir*”, uma jogada “*mirabolante*” do governo que não “*age*”, “*entregando a tarefa da reforma agrária aos tecnocratas*”. Segundo o senador, essa portaria não mudava, entretanto, os velhos hábitos, deixava “*abertas todas as portas para as velhas práticas, apenas tornando-as privativas dos tecnocratas contemporâneos*”, sendo que o agravamento das tensões no campo exigia “*doses progressivas de diálogo e espírito conciliador*”, qualidades que, ao seu ver, “*somente os políticos possuem*”⁵⁰³

Também foi imputado ao INCRA denúncias de sua “*ineficiência na tarefa de repasses de verbas e na distribuição dos recursos do PRONAF*”, numa discussão sobre a participação e a responsabilidade do órgão junto à execução do programa. “*O INCRA tem ou não tem responsabilidade sobre tais repasses?*” Segundo o senador Nabor Júnior do PMDB/AC, o problema era que “*os recursos do PRONAF eram insuficientes para atender à demanda nacional*”, e o INCRA “*não tinha qualquer responsabilidade sobre o fato de atender a demanda de alguns estados da federação e outros não*”, pois “*era mesmo impossível atender a todos*”⁵⁰⁴. Argumento que não explica de fato os critérios em jogo para que uns recebessem e outros não.

As discussões parlamentares do “*fazer ou não fazer*” reforma agrária estão, ao final, veiculadas à existência dos recursos financeiros. “*Não se faz nada nesse país sem dinheiro*”. Com muita propaganda governista⁵⁰⁵, o Congresso Nacional – Senado Federal - conseguiu junto ao BIRD, nos fins de 1997, recursos para financiar parcialmente o Projeto Piloto de “*Alívio à Pobreza e Reforma Agrária*”. Os termos do

⁵⁰²Trecho extraído do pronunciamento da senadora Marluce Pinto do PMDB/RR, em 10/08/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁰³Pronunciamento do senador Nabor Júnior do PMDB/AC, em 05/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁰⁴Pronunciamento do senador Antero Paes de Barros, do PSDB/MT, em 19/01/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁰⁵Referência ao pronunciamento do senador Odacir Soares, do PFL/RO em 13/08/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

Contrato eram em síntese o seguinte: o Devedor era o Banco do Brasil, o Executor – era o INCRA, no valor de noventa milhões de dólares norte americanos, sendo o projeto total estimado em cento e cinquenta milhões desembolsados em 3 anos. Dinheiro esse que, segundo denúncias de senadores oposicionistas “*nunca apareceu*”.

É assim que sempre se ouve mencionar pelas oposições “*as promessas de reforma agrária*” e ao final dos debates a informação “*do corte do Orçamento*”. São “*as decisões internacionais*” que controlam nosso país, crítica realizada pela senadora Heloisa Helena do PT, chamando a “*elite política e econômica que comanda o Brasil de decadente, incompetente, irresponsável, insensível e pusilânime*”, utilizando-se da poesia para a construção de seu pronunciamento na busca dos efeitos discursivos:

“(…) Gostaria de declamar para aqueles senhores o trecho de um **poema muito interessante que trata de pessoas que não têm coragem de cumprir o papel que lhes é reservado pelo mundo, pela democracia e pelo voto. No Romanceiro da Inconfidência**, de autoria de Cecília Meireles, de 1953, há um poema intitulado “Fala aos Pusilânimes”. Trata dos que enfraqueceram o sonho humano “queimando as puras primaveras”. O poema diz:

**Ó vós, que não sabeis do Inferno,
olhai, vinde vê-lo, o seu nome
é só - PUSILANIMIDADE.**”⁵⁰⁶ [grifos nossos]

Frente aos confrontos entre fazendeiros e sem terra que se agravavam em todo país, voltava-se constantemente nos debates ao “*agir*” ou “*não agir*” do Estado na solução dos conflitos. As acusações eram sempre as mesmas: “*o governo não age*”, “*falta vontade política*”, há uma “*ausência do Estado*”, inclusive “*há um sucateamento do INCRA*”, sob a alegação de que: “*estão sucateando o INCRA. Sob a alegação e o argumento de que estão enxugando o INCRA, estão tirando o grupo administrativo e financeiro da instituição*” e a culpa “*é do governo federal, porque não oferece condições necessárias para que se faça reforma agrária*”⁵⁰⁷.

Associados com os argumentos de que “*é preciso reestruturar o INCRA*”, e de que “*não basta apenas mudar suas direções*” surgiram as idéias de que “*são*

⁵⁰⁶Pronunciamento da Senadora Heloisa Helena, do PT/AL, em 05/06/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁰⁷Expressões utilizadas no pronunciamento do senador Juvêncio da Fonseca, do PFL/MS, em 23/02/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

necessárias mais medidas”, como “*a Criação da Justiça Agrária*”, assim se verificando que, as decisões tomadas precisam estar “*amarradas*” às três esferas de atuação estatal, não podendo “*o executivo sozinho realizar a reforma agrária nesse país*”⁵⁰⁸.

Com o **GOVERNO LULA**, a figura lingüística da “esperança” levava a imaginar que o mesmo dialogasse com os movimentos sociais, não criminalizasse os participantes. Ao escolher como Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto e como presidente do INCRA Marcelo Resende de Souza, a expectativa inicial por parte do Movimento e de simpatizantes da causa era a de que houvesse “o diálogo”, houvesse a realização de uma “reforma agrária pacífica”, uma vez que a situação às vésperas da eleição presidencial era tensa, com a formação de milícias paralelas por parte dos latifundiários e com os enfrentamentos constantes por parte do Movimento Social dos Trabalhadores.

A expectativa e a pressão sobre tais autoridades vieram exatamente com as declarações consideradas por muitos (da oposição psdebista) como “ambíguas” por parte do Ministro Miguel Rossetto, já discutida em linhas anteriores. O receio dos defensores e representantes dos latifundiários no Congresso Nacional era o de que “*as ações do movimento encontrem simpatia dentro da máquina do Estado*”⁵⁰⁹, pois as atitudes ambíguas e o comportamento de tais autoridades estatais, do início de governo Lula estavam pondo em risco “*as decisões já traçadas pelo governo anterior*”, e o episódio das declarações iniciais do governo fizeram que o Congresso requisitasse a presença de Miguel Rossetto, pois segundo o líder do PSDB no Senado, Romero Jucá, “*queremos saber como pensam os que dentro da máquina do governo operam diretamente o processo*”⁵¹⁰.

Nesse período o INCRA passou a ser acusado, pelos oposicionistas de ser “*braço do MST*”, e de ser “*conivente com os Movimentos Sociais*” acusações que foram realizadas rapidamente, já desde o começo do governo Lula como uma espécie de pressão inicial, pois havia uma “expectativa”, por parte de uns e “preocupação” por

⁵⁰⁸Pronunciamento do senador Romero Jucá, do PFL/RR, em 28/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁰⁹Expressões utilizadas no pronunciamento do Senador Romero Jucá, do PSDB/RR, em 18/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵¹⁰Idem.

parte de outros, sobre os impactos de suas medidas e nas primeiras atitudes de sua equipe de governo. As críticas que foram dirigidas ao INCRA, estrategicamente nesse período, evidenciavam algumas “verdades” governamentais da “ausência da máquina estatal”, como no argumento do senador José Jorge do PFL/PE acusando o órgão de “*ser chefiado por participantes do Movimento*”, afirmando que “*dessa forma o INCRA não pode [hoje em dia] ser respeitado, não tem credibilidade*”⁵¹¹

Contra o argumento do INCRA como “*braço do MST*”, a senadora petista Ana Júlia Carepa, assim se justificou em defesa de Lula e na defesa das acusações dos psdebistas e opositores do PFL argumentando que “*O INCRA e o Movimento são autônomos*” e que, a visão do PFL e do PSDB é uma “*visão autoritária e antirepublicana*”, pois “*os que fazem essa acusação por acaso acham que o INCRA é uma instituição policial? Desejariam convertê-lo em polícia fundiária, ao invés de instituição executora da reforma agrária?*”⁵¹². Em resposta às acusações da oposição (agora PSDB), a senadora argumenta que o Incra não é um órgão policial. Nesse mesmo pronunciamento, a senadora petista Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso, embora concordando com a colega de partido, realizou críticas à atuação do órgão no Mato Grosso, onde comentou que, em seu estado o INCRA recebe o nome de “*Incravado*”, pois “*lá nada acontece, lá o processo começa e fica parado. Temos dezenas de processos iniciados – desde superfaturamento, corrupção de todo gênero, pessoas processadas, denúncias de todos os tipos, mas nada acontece*”⁵¹³

A tática do PSDB foi bem estratégica nesse sentido: primeiro insistiram em “associar Lula ao MST”, paralelamente investiram na “criminalização das ações do MST”; terceiro insistiram no argumento da “perda da popularidade do Movimento junto à opinião pública”, como conclusão “lógica” a ser alcançada se “o Movimento está em descrédito”, se “os sem terra são criminosos”, se “o Movimento perde popularidade”, “e Lula é amigo do Movimento”, logo a “perda da popularidade do Movimento também representa a perda e o descrédito do Governo Lula”. Tais estratégias foram combinadas

⁵¹¹Pronunciamento do senador José Jorge do PFL/PE, em 05/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵¹²Pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 19/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵¹³Aparte da senadora Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso, no pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 19/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

e utilizadas com o apoio da mídia, pois aqui são inequívocas as citações e matérias jornalísticas trazidas pelos senadores oposicionistas à tribuna com as intenções acima mencionadas. Se analisadas em seu conjunto, as matérias seguintes nos dão uma pista indicativa das afirmações anteriores. Senão vejamos, sinteticamente, o respectivo senador, seu partido, o jornal citado e o título da matéria central selecionada pelo parlamentar: Senador Leonel Pavan do PSDB/SC, cita Jornal do Brasil, matéria intitulada “*MST muda o foco de suas ações*”⁵¹⁴. Senador José Jorge, PFL/PE, cita Jornal O Globo: matéria intitulada: “*Sem Terra destroem Usinas em Pernambuco*”⁵¹⁵. Romero Jucá, PMDB/RR, cita Jornal O Estado de São Paulo, matéria comentada: “*MST invade Empraba do Paraná*”⁵¹⁶ Arthur Virgílio, PSDB/AM, cita Jornal o Estado de São de São Paulo, matéria comentada: “*Falsos atrativos tem levado todo tipo de gente a acampar com o MST*”⁵¹⁷. Demóstenes Torres, do PFL/GO, cita matéria da Revista Isto é, investe no argumento de que “*o brasileiro está perdendo a confiança em Lula e sua “popularidade está caindo”, que a “lulasofia”, decorrente da reforma agrária que não houve, criou condições favoráveis à luta revolucionária no campo*” e que “*o Presidente descobriu que a retórica salvacionista tem lá seus dissabores*”⁵¹⁸.

Sérgio Guerra, do PSDB/PE, cita o Jornal Estado de São Paulo de 11/08/2003, matéria intitulada: “*Sem Terras invadem fazenda no interior de Pernambuco*”⁵¹⁹. Arthur Virgílio, do PSDB/AM, cita Jornal O Estado de São Paulo de 25/08/2003, matéria

⁵¹⁴Citação de jornal incluída a pedido do senador Leonel Pavan do PSDB/SC, no pronunciamento do dia 25/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵¹⁵Citação de jornal incluída a pedido do senador José Jorge do PFL/PE, no pronunciamento do dia 20/05/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵¹⁶Citação de jornal incluída a pedido do senador Romero Jucá, PMDB/RR, no pronunciamento do dia 02/06/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵¹⁷Citação de jornal incluída a pedido do senador Arthur Virgílio, PSDB/AM, no pronunciamento do dia 05/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵¹⁸Citação de jornal incluída a pedido do senador Demóstenes Torres, do PFL/GO, no pronunciamento do dia 20/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵¹⁹Citação de jornal incluída a pedido do senador Sérgio Guerra, do PSDB/PE, no pronunciamento do dia 22/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

intitulada: “*Sem rumo, a Reforma Agrária avança sobre o contribuinte*”⁵²⁰. Álvaro Dias do PSDB/PR, cita Jornal O Estado de São Paulo de 04/12/2003, matéria intitulada: “*A Reforma Agrária de Lula é uma vergonha*”, onde lê propositalmente declarações de João Pedro Stédile sobre o Governo Lula, utilizando-se da reportagem para afirmar que “*com isso o nº de ex-aliados do “Lulinha Paz e Amor” aumenta a cada dia que passa*”, buscando nessa estratégia jogar Stédile contra Lula⁵²¹. Álvaro Dias do PSDB/PR cita Jornal do Brasil, de 16/10/2003, matéria intitulada: “*Governo desiste de fixar metas para os assentados*”⁵²². E Lúcia Vânia, do PSDB/GO cita Jornal Estado de Minas, de 21/12/2003, matéria intitulada: “*A Reforma que não aconteceu!*”

Em conjunto, todas essas matérias, aqui selecionadas de maneira exemplificativa, demonstram, entre tantas outras, uma oposição que, utilizando-se dos recursos midiáticos, jogam com a depreciação do Governo Lula na questão da Reforma Agrária, durante todo ano de 2003, e mesmo depois, reforçando a imagem dos participantes como “*baderneiros, vândalos e invasores do MST*” e explorando de forma depreciativa “*a aliança Lula-MST*”.

Tanto é assim que, em um dos pronunciamentos de defesa do Governo Lula, o senador Aluísio Mercadante do PT/SP evidenciou a articulação dessas duas estratégias e argumentou que “*essa oposição não está contribuindo*”, que como oposição “*alguns grupos que ficaram encastelados no poder não estavam conseguindo achar o caminho da oposição*” e estavam trilhando duas possibilidades antagônicas, justificando que, a despeito do que dizia a opinião da oposição, “*Lula tinha garantido o aumento de sua popularidade*”, segundo “*pesquisa do Jornal Folha de São Paulo*” e que, “*do ponto de vista econômico*”, já havia desaparecido um pouco as “*previsões catastrofistas*” criadas pela oposição, sendo retrucado em aparte pelo senador Arthur Virgílio, argumentando

⁵²⁰Citação de jornal incluída a pedido do senador Arthur Virgílio, PSDB/AM, no pronunciamento do dia 27/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵²¹Citação de jornal incluída a pedido do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, no pronunciamento do dia 17/12/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵²²Citação de jornal incluída a pedido do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, no pronunciamento do dia 07/11/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

este que, “*de certa forma o papel que cabia*” ao senador governista Aluísio Mercadante “*era o papel de defender o indefensável*”⁵²³

Apesar da tópica “da esperança” partidária, os problemas ocorridos na distribuição dos cargos do governo FHC ocorreram com o governo Lula. Basta mencionar que, em 17/09/2003, o presidente do INCRA do Governo Lula, Marcelo Resende foi exonerado do cargo. Diversas explicações foram dadas para a respectiva saída, e mais uma vez, a oposição se aproveitou do episódio para “*lamentar o que estava ocorrendo no Brasil em termos de reforma agrária*”, insistir “*na instauração da CPI da Terra*”, propor um “*novo modelo de reforma agrária*” e propagar a “*anarquia*” do governo Lula. Foi empossado no lugar do anterior, como novo Presidente do INCRA, o Sr. Rolf Hackbart.

Em uma das suas entrevistas, o ex-presidente do INCRA, Marcelo Resende, assim se pronunciou quanto à sua saída:

“Eu saí do governo por solicitação do ministro Miguel Rossetto e atribuo essa saída, talvez um rompimento, em relação à uma concepção de implementação de um programa de Reforma Agrária, que é o “Vida Digna no Campo”, do Governo Lula”⁵²⁴

De qualquer forma, o agrônomo Marcelo Resende, exonerado do cargo de presidente do INCRA foi alvo de acirradas críticas sobre o modo de conduzir suas atividades, uma vez que dizia “entender” as “ocupações” de terra feitas pelo Movimento dos Sem Terra, chegando a afirmar ainda que o maior inimigo da Reforma Agrária “*é o latifúndio improdutivo*”, que deveria ser desapropriado imediatamente. Em entrevista, o ex-presidente Marcelo Resende afirmou também que “*não tem jeito de fazer Reforma Agrária subterrânea e nem Reforma Agrária light. Reforma Agrária tem que enfrentar o latifúndio. O latifúndio no Brasil é a coisa mais reacionária e conservadora*” e que a “*ocupação de terra não é algo natural, mas que é compreensível à luz das dinâmicas sociais*”, portanto, “*é preciso respeitar o Movimento*”, pois, “*quem causa o conflito no campo não é o Movimento social organizado*”, “*o responsável pelos conflitos é o*

⁵²³Pronunciamento do senador Aluísio Mercadante, do PT/SP, em 03/09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵²⁴Entrevista de Marcelo Resende à jornalista Rogéria Araújo no Jornal Eletrônico Adital – Agência de informações Frei Tito para a América Latina. Entrevista completa disponível no Endereço Eletrônico: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=8945&busca=> Acesso em 08/02/2008.

*latifúndio e o Governo tem que ser mais enérgico em relação à impunidade e à violência no campo*⁵²⁵

No jogo de se exercer um cargo público em defesa de um interesse, quer pessoal, quer coadunando com os interesses de grupos locais ou regionais, o cargo de presidente do INCRA sempre causa desconforto, pois está sempre articulado a favor de um grupo e conseqüentemente em desfavor de outro, pois, se houve questionamentos por parte da oposição porque o ex presidente do INCRA afirmava “entender” a ação dos Movimentos Sociais, o novo presidente do INCRA também foi “desautorizado”, ou melhor, seria dizer “criticado” pelo Ministro da Casa Civil José Dirceu, pois aquele [Hockbart] teria dito já no momento que assumiu o cargo que era contra a Medida Provisória editada ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, transformada na Lei conhecida como “Lei Anti-invasão”, o que o levou a fazer em nota pública escrita uma retificação de suas declarações anteriores, explicando melhor sua posição à frente do novo cargo. Declarações cobradas num sentido de “acalmar” qualquer latifundiário mais exaltado. José Dirceu se manifestou quanto ao ocorrido dizendo que *“não existe uma orientação do presidente Lula para revogar a medida provisória que pune as invasões”*, reafirmou que *“o governo tem uma posição clara e contrária às invasões de terra no país”*.

Hackbart teve que voltar atrás em sua declaração, pois sua crítica à medida provisória de FHC desagradou “ruralistas”. Em suas novas declarações, o então ministro procurou ser mais cauteloso, afirmando em um discurso prontamente ensaiado que: *“a prioridade do INCRA não era trabalhar para alterar a medida provisória que pune as invasões de terra”*, pois o INCRA é *“o órgão executor da reforma agrária”*, e que *“qualquer eventual proposta de alteração da legislação agrária vigente no país teria de vir de uma determinação do governo como um todo, e não do INCRA”*, que *“a legislação atual é mais do que suficiente para executar a reforma agrária”* e que o seu papel era o de *“buscar um diálogo com fazendeiros e movimentos sociais, mas qualquer alteração na lei será feita com o Congresso”*⁵²⁶. Ou seja, rapidamente ensinaram ao

⁵²⁵Entrevista de Marcelo Resende à jornalista Rogéria Araújo no Jornal Eletrônico Adital – Agência de informações Frei Tito para a América Latina. Entrevista completa disponível no Endereço Eletrônico: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=8945&busca=> Acesso em 08/02/2008.

⁵²⁶Matéria completa no sítio eletrônico do Jornal Folha Online: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u53139.shtml>. Acesso: 08/02/2008.

presidente do INCRA que uma autoridade não pode falar o que efetivamente pensa. A correção “oficial” de suas declarações frisa bem que, ao se retratar, o mesmo sucumbiu ao enquadramento das regras do jogo, reproduzindo os discursos que dele se esperava como dirigente do cargo. Fica claro que, as autoridades governamentais de comando estão sujeitas a um controle do uso da palavra⁵²⁷, pois, pressionadas a todo o momento frente ao jogo político do poder, são constantemente monitoradas pelos grupos dominantes, atentos o máximo possível a todas as práticas discursivas realizadas, preocupadas com os efeitos que elas possam causar.

A grande polêmica suscitada pelo ministro diz respeito à lei batizada, como “lei antiinvasão” ou “contra invasões”. Para conter as “invasões” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o governo Fernando Henrique Cardoso editou, em 4 de maio de 2000, a MP 2.027-38, que impedia vistorias de áreas “invadidas” e decretava que elas teriam que esperar por dois anos para serem novamente desapropriadas. A medida provisória reduziu, segundo estatísticas, o número de invasões de 390 em 2000 para 194 em 2001. Em sua posse, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, disse que não era tarefa de um governo democrático “sufocar a capacidade de mobilização dos movimentos sociais”, sinalizando o posicionamento que o governo de Lula adotaria em relação a esta medida. Na prática, o governo Lula não cumpriu a medida. Os imóveis rurais invadidos por sem-terra no primeiro semestre 2003 não foram impedidos de ser vistoriados. Além disso, nenhum dos sem-terra que participou das chamadas “invasões” foi excluído ou impedido de entrar nos programas de reforma agrária do governo. A estratégia do governo foi bastante polida, não aplicou a medida, para agradar aos sem-terra, mas também não revogou a lei, para não contrariar os ruralistas. Uma tentativa de se pensar numa equação de conciliação. Entretanto, em matéria agrária, como agradar aos sem terra, sem desagradar os latifundiários desse país, ou vice-versa?

Aproveitando-se desses “desencontros lingüísticos”, a oposição a Lula no Senado também o ironizou em vários momentos, comentando “*a que ponto chegamos*”, “*na anarquia que o governo permite em relação ao MST*”, “*que o INCRA vai virar*

⁵²⁷ CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: ed. Moderna, 1981.

*FUNAI*⁵²⁸, “que a história se repete”, “que o governo Lula está perdido, não sabe o que fazer em relação à reforma agrária”, “que o que está ocorrendo no campo é igual a uma panela de pressão prestes a explodir”⁵²⁹, “que as morte no campo demonstram a total ausência do poder público”, “que sempre que se exerce pressão sobre o governo ele edita uma medida provisória ou faz um projeto de lei”.

O senador Álvaro Dias, por exemplo, ao questionar a mudança do presidente do INCRA, disparou críticas não só ao antigo mas ao atual presidente do órgão, pois, segundo o mesmo, “o primeiro era um idealista equivocado que acreditou nas demagogias de campanha e se chocou com a realidade do governo, e o segundo assumiu dizendo que não muda nada em relação ao MST, então não sei para que o nomearam”⁵³⁰ ou mesmo finalizando de forma literária em um de seus pronunciamentos que o PT, ao invés de realizar “a cura para os problemas do país, era o responsável por eles”:

“(...) Finalizo, lembrando um trecho de A Tempestade, de Shakespeare, que diz: “As verdades que falais carecem de uma certa doçura. Irritais a ferida quando deveríeis aplicar-lhe um emplastro”.⁵³¹

Em resumo, as mudanças nos postos de comando não refletem em si modificações substanciais na implementação das políticas agrárias, por mais bem intencionadas ou qualificadas que tais pessoas estejam. Dentro do jogo político, monitorado pelo poder econômico, o controle das ações individuais se diluem em interesses políticos maiores, e, quando se trata de reforma agrária (o que não é de modo algum pertinente só a ela), é como se tudo estivesse ainda na “primeira fase”, de um Estado que “não destina verba”, “não organiza”, “não planeja”, e, quando consegue organizar minimamente um projeto, “não consegue de fato implementá-lo ou fazê-lo funcionar”. Nessa organização os agentes individuais quando lotados em tais cargos se vêem pressionados por interesses de grupos particularizados, sob vigilância constante

⁵²⁸Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias, do PSDB/PR, em 03/09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵²⁹Trecho do pronunciamento do senador Efraim Morais, do PFL/PB, em 05/09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵³⁰Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias, do PSDB/PR, em 03/09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵³¹Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias, do PSDB/PR, em 11 /09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

dos grupos dominantes, limitados em suas ações e em suas palavras, mas também, e de nenhum modo, impotentes.

Associada à disputa parlamentar pela fixação de um conceito para reforma agrária, na “culpabilização do poder executivo pelo mau funcionamento do aparelho administrativo”, uma das tópicas recorrentes e de fundamental importância na fixação dos “rumos a serem dados a este país”, trazendo ao gênero retórico deliberativo o caráter de “aconselhamento ou desaconselhamento”⁵³², está a preocupação das elites parlamentares com questão da “preservação da propriedade privada” e com a “manutenção do Estado Capitalista”.

A questão dos possíveis projetos de reforma agrária incidem na questão central sobre a propriedade privada, que por sua vez é elemento central e pilastra mestra do modo de produção capitalista. Toda e qualquer ameaça à defesa da propriedade privada é vista como uma ameaça direta à ordem capitalista. Nesse sentido, é nítida a preocupação da elite política nos debates que evidenciam a luta do Estado Capitalista versus a instalação de um possível Estado Socialista. É por esse motivo que o discurso recorrente dos mais conservadores é o de que é preciso, antes de realizar a reforma agrária, “despolitizar” a questão: “*Racionalizar*”, “*organizar racionalmente*”, “*retirar o cunho ideológico*”, “*eliminar os elementos emocionais*” da questão que marcam a reforma agrária. Assim, a crítica ao modelo de projeto de reforma agrária é, muitas vezes, associado a uma crítica ao modelo de estado adotado. Tal disputa revela a luta de classes, polarizada entre “latifundiários” e “sem terra”, entre a sobrevivência de uma ordem burguesa capitalista versus a destruição dessa mesma ordem, com a implantação de um Estado Socialista. Os discursos políticos são marcados pela simplificação da questão e refletem, na prática, uma discussão rasa e superficial sobre os problemas sociais que afetam o país⁵³³.

⁵³²Aristóteles reconhece cinco assuntos de deliberação: finanças, defesa nacional, importações, exportações, legislação. ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. Tradução Antonio Pinto de Carval. Edições Ouro.Coleção Universidade. LE-1422. Capítulo III – dos três gêneros da retórica. O fim de cada um deles. Pág. 54.

⁵³³Lembremos que o gênero retórico deliberativo não possui a pretensão de uma análise científico investigativa. Para Oliver Reboul a retórica tem funções de persuasão e convencimento, função hermenêutica, heurística e pedagógica. O que significa que visa sempre levar a crer; mobilizar argumentos racionais e afetivos; produzir ou mesmo interpretar os discursos; a função de encontrar, de

Assim, no GOVERNO de FHC, a esquerda realizou críticas ao modelo de reforma agrária implantado pelo mesmo, de modo a apontar as falhas do modelo neoliberal. Um modelo que, segundo o senador Lauro Campos do PT/DF, proporcionava “o esvaziamento do poder legislativo através de uma “tecnoburocracia”, e fazia desse modelo de Estado vigente um modelo “arcaico”, “exploratório” fundamentado em “estacas como a dívida pública, a exploração colonial e a centralização da moeda, o que beneficia a acumulação de capital, impede um equilíbrio orçamentário e sacrifica o social”⁵³⁴

Os senadores governistas insistiam numa exploração da “morte”, “do atraso”, “da distorção” do modelo proposto por Marx e Engels, considerando-os “ultrapassados”. Nesse sentido, o senador Edison Lobão do PFL/MA, por exemplo, deu ênfase num artigo da Revista Veja que enfatizava em seus principais argumentos o “caráter revolucionário”, “marxista”, “zapatista”, “vândalo” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A reportagem insistia no argumento de que: “Os militantes do MST fazem cursos de formação política, estudam clássicos da esquerda latino-americana e entoam cânticos a favor do socialismo e da revolução, num palavreado duro que não se ouve em nenhum outro lugar”. E que a organização “tem ambições revolucionárias e dá preferência aos métodos ilegais de reivindicação. Sem respeitar a propriedade privada, prepara e organiza invasões que se transformam em ocupações e invadem repartições públicas como as do INCRA e mantém funcionários reféns”⁵³⁵ Além do mais, o líder do Movimento, João Pedro Stédile, tem como lugar predileto de sua casa “uma biblioteca enfeitada com um manifesto dos zapatistas mexicanos do comandante Marcos e recheada com a literatura clássica de Lenin, Marx e Engels.(...)”⁵³⁶

Os partidos de esquerda procuravam defender o Movimento. Pedro Simon, ao comentar a reportagem, procurou defender os sem terra, afirmando que “a grande

descobrir o verossímil e não somente obter poder; e contribuir para inventar uma solução onde não há decisão previamente escrita. REBOUL, O. Introdução à Retórica. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Coleção Justiça e Direito.

⁵³⁴Pronunciamento do senador Lauro Campos, do PT/DF, em 27/03/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵³⁵Pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 27/08/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵³⁶Pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 27/08/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

verdade é que não podemos atirar pedras dizendo que os culpados são os sem-terra ou os invasores, ou seja lá quem for”, pois “o principal culpado somos nós, o poder público: o presidente da república, o governo federal, o ministro da agricultura, o Senado, o Congresso, porque até hoje não fizemos uma legislação correta sobre a matéria”. Ramez Tebet observou que “não existe uma política para a reforma agrária. Não sabemos efetivamente o que queremos”. Percebe o parlamentar que “estamos agindo e procedendo ao sabor das circunstâncias. As circunstâncias é que estão determinando determinadas e eventuais decisões governamentais”.

Suplicy sempre defende o Movimento pois “*esse é um movimento digno de se tirar o chapéu, dado que conseguiu galvanizar esforços de uma população marginalizada, uma população que tem uma aspiração reconhecida por todos os brasileiros como de extraordinária importância*”⁵³⁷ e respondeu a Edison Lobão, questionando sobre “*o que tem a ver tais leituras com a ação do Movimento?*”:

“na biblioteca de V. Ex^a não há livros de Karl Marx, Engels ou Che Guevara?”
Nunca V. Ex^a leu esses livros ou V. Ex^a os leu e retirou-os de sua biblioteca?
Qual o mal de o João Pedro Stedile, coordenador do Movimento dos Sem-Terra, ter como um dos seus lugares preferidos sua própria biblioteca? E qual é o mal de um coordenador do Movimento dos Sem-Terra procurar ler livros em biblioteca e ter livros técnicos?(...)”⁵³⁸

A senadora Marina Silva acrescentou que “*o MST conseguiu mais crédito do que qualquer instituição*” e nunca viu “*ninguém ser criticado por ter em sua biblioteca livros de David Ricardo ou de Adam Smith*”. A seu ver, tratava-se apenas de uma “*questão de preferência bibliográfica*”. Ao que concluiu o senador Lauro Campos, também do PT, dizendo que não conhece “*nenhum país em que tenha sido feita uma reforma agrária verdadeira que tivesse se encaminhado para o socialismo*”. Do seu ponto de vista, “*a história demonstra que a reforma agrária aumenta o número de*

⁵³⁷Pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 27/08/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵³⁸Pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 27/08/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

proprietários, resolve conflitos sociais em torno da propriedade e é, portanto, em certo sentido, um instrumento de apaziguamento desses conflitos sociais”⁵³⁹.

A saída do parlamentar Edison Lobão após a leitura de tantos argumentos depreciativos, após os discursos conjuntos de tantos parlamentares de oposição, foi “sair pela tangente”, ou seja, dizer que não é ele [senador] quem estava falando, era a revista: “V. Ex^a há de compreender que não está aparteando a mim e, sim, à revista *Veja*, porque estou apenas lendo trechos de uma reportagem que aqui mencionei”^{540 541}.

Os partidos governistas reforçavam, também em grupos, a idéia de que o MST era manifestamente “marxista leninista”, “zapatista” e que o projeto socialista “fracassou”, “morreu”, “desintegrou-se”. Apontando que “há falhas e anacronismos em idéias como de Marx e Engels”, idéias estas consideradas “ultrapassadas”, “obsoletas”. Há uma constante reiteração de que o capitalismo é “o único modo de produção possível”, de que “não existem caminhos alternativos”, que o melhor que se tem a fazer é “conformar-se ou mesmo aceitar as regras do jogo impostas pelo sistema em questão” e de que “a propriedade privada e a produção de todo cidadão é inalienável”⁵⁴².

Este é o projeto de reforma agrária apresentado pelo capitalismo do Governo de FHC: uma reforma agrária que “desideologizada” figure o Estado como um facilitador para que alguém possa adquirir a terra, pagar por ela. É sobre isso que comenta o senador Espiridião Amim ao mencionar a aprovação (em 21/01/1998) em Plenário da Câmara dos Deputados, do projeto de Lei que versava sobre o Banco de Terras, aprovado por unanimidade, nas três oportunidades. O projeto instituiu “o Banco de Terras, o Fundo de Terras e Reforma Agrária”. Segundo explanação do senador “a aprovação do projeto do Banco de Terras foi uma solução de engenharia jurídica”, pois, “teve senador que apoiou e depois na hora votou contra”, “a oposição tem medo de não ser dona do problema, os líderes que falaram se traíram, porque mais de um

⁵³⁹Pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 27/08/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁴⁰Idem.

⁵⁴¹Essa tática é muito utilizada por vários oradores, pois, ao se tornar pública, ao se reproduzir a idéia de outrem, busca-se, implicitamente, reforçar determinados argumentos, mas obviamente que sem assumir a autoria das mesmas, podendo, a qualquer tempo, desobrigar-se da responsabilidade ou comprometimento com tais idéias, uma atitude que é aparentemente inocente, mas engendra esperteza no ato de divulgação e exposição de posturas dentro do jogo político.

⁵⁴²Aparte do senador Gilvam Borges do PMDB/AP ao pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 08/05/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

mencionou que o projeto era do governo e por isso eles se opunham. Não sabiam sequer que o PT votou favoravelmente no senado". O Banco da Terra, segundo o parlamentar, propiciava ao trabalhador rural sem terra a oportunidade de *"se tornar no futuro um proprietário inserido no sistema capitalista"*:

*"(...) se o governo oferecer a alguém a possibilidade de adquirir e pagar a terra, claro que com subsídio, com prazo longo, com base na equivalência preço/produto, se o Governo vai fazer isso é porque aquela propriedade será viável. **Por isso, esse proprietário futuro estará inserido no sistema capitalista.** Ele terá de ser viável. Ele não será um mendigo, um assistido por entidades filantrópicas – às vezes, pilantrópicas -, muitas vezes partidárias (...)"*⁵⁴³ [grifos nossos]

Acrescida à essa idéia, o argumento de que *"as pessoas devem pagar por aquilo que elas adquirem, pois, só assim vai valorizá-las"*:

*"(...) o cidadão que adquire alguma coisa tem não só o apreço econômico pelo bem, mas também o apreço emocional, pois aquilo é fruto do que a vida lhe permitiu amealhar. Pode ser muito pouco, mas é dele. (...)"*⁵⁴⁴ [grifos nossos]

Mesmo defendendo o Movimento, os partidos considerados de esquerda também estavam atentos em reiterar a tópica de que *"fazer a reforma agrária não significava ser socialista"*. Assim sendo, insistiram no argumento de que *"reforma agrária não é coisa de comunista"*. Um dos possíveis entendimentos para a construção do sentido de reforma agrária foi dissociá-la de um empreendimento de *"comunistas"*, tarefa que os senadores de oposição procuraram combater na construção de seus argumentos, como nos dizeres de Pedro Simon ao afirmar que *"o conceito de reforma agrária despolitizou-se, não é coisa de comunista, não é mais coisa de gente querendo comer criancinha, não é mais ato de terrorismo, de tirar a terra de quem planta"*⁵⁴⁵; ou de Benedita da Silva ao dizer que *"já se descobriu que a reforma agrária não é coisa de comunista, não é ilegítima, não é ideológica, e é por isso que a questão agrária constitui preocupação permanente do PT- Partido dos Trabalhadores"*⁵⁴⁶, ou mesmo no argumento do senador José Eduardo Dutra do PT/SE: *"de que reforma agrária é uma*

⁵⁴³Trecho do discurso do senador Espiridião Amin do PPB – Partido Progressista Brasileiro/SC, em 22/01/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁴⁴Idem.

⁵⁴⁵Expressão retórica usada pelo senador Pedro Simon do PMDB/RS, em 17/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁴⁶Trecho do pronunciamento da senadora Benedita da Silva do PT/RJ, em 16/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

*idéia já desideologizada, não é coisa de comunista, uma coisa que tem que ser banida da sociedade ocidental cristã*⁵⁴⁷

Por isso, houve um conjunto de argumentos de que a reforma agrária, proposta pela oposição petista ao governo de FHC também poderia ser feita e realizada dentro de uma estado capitalista, e não era, nos dizeres da senadora Heloisa Helena, “*bandeira só de esquerda*”, como podiam pensar alguns:

“(...) Evidentemente, todos sabemos que, embora a reforma agrária seja sempre discutida pelos adversários da Oposição como se fosse uma bandeira do Movimento dos Sem-Terra, da Igreja Católica, do Partido dos Trabalhadores, (...), nunca foi efetivamente uma bandeira da Esquerda. Aliás, passou a sê-lo porque a nossa elite é tão incompetente e fracassada que não compreende a importância fundamental da reforma agrária para o desenvolvimento socioeconômico de um país, para a geração de riqueza, emprego e renda e para a dinamização da economia local. Se reconhecesse o devido valor da reforma agrária, nossa elite tão retrógrada e conservadora até poderia tirar uma bandeira da Esquerda e do Movimento dos Sem-Terra. (...)”⁵⁴⁸
[grifos nossos]

No GOVERNO LULA a dicotomia capitalismo versus socialismo perdeu seu reforço de cunho ideológico, mas manteve-se forte na tópica de defesa e preservação da “propriedade privada”. Que pode ser exemplificada por nós no episódio do gesto do boné⁵⁴⁹.

O gesto de Lula causou alvoroço. E as opiniões sobre tais gestos dividiu a opinião pública. O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), fazendeiro Antonio Ernesto de Salvo, opinou que “*a imagem da Presidência "ficou maculada" quando Lula pôs na cabeça o bonê*”. O banqueiro/senador Bornhausen, presidente do PFL, concluiu que “*o presidente da República e o MST assumem a causa comum, ou seja, estão embarcados na mesma nau insensata que inquieta a nação*”. O

⁵⁴⁷Trecho do pronunciamento do senador José Eduardo Dutra do PT/SE, em 17/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁴⁸Trecho do pronunciamento da senadora Heloisa Helena, do PT/AL em 11/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁴⁹O caso do boné se deu quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva ao receber no Palácio do Planalto líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra de todos os Estados brasileiros, colocou um boné vermelho da entidade por alguns instantes, no momento em que a audiência foi aberta para fotógrafos e cinegrafistas. A imagem do presidente com o boné vermelho do MST na cabeça foi assunto para polêmicas, interpretações e alvoroço no cenário político brasileiro. A imagem e o caso do boné ganharam as primeiras páginas dos jornais e revistas e se prestou a inúmeros ataques ou defesas do gesto do presidente, inclusive tendo o gesto de colocar o boné vermelho, jogar bola com uma das lideranças e oferecer biscoitos aos integrantes que compareceram ao Palácio do Planalto, como gestos que foram considerados, por muitos, como apoio explícito ao Movimento.

deputado Antonio Calado (PFL/GO), ex- presidente da UDR e membro da bancada ruralista, achou que *"esse gesto leva toda a população a entrar em estado de total perplexidade"*. Para o líder do PSDB na Câmara, deputado Jutahy Magalhães Júnior (BA), *"Lula 'quebrou o protocolo' e 'não combate as invasões de terra'".* O líder tucano no Senado, Arthur Virgílio (AM), sempre mais estridente desde os tempos de Fernando Henrique, viu no gesto *"uma sinistra e perigosa escalada que o governo tolera de maneira licenciosa, por vezes indecorosa, da agressividade do MST"*. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse que *"onde o presidente vai, ele tem colocado diferentes bonés de forças sociais. Não ajuda o Brasil querer estigmatizar o MST"*. Aldo Rebelo do PCdoB/SP disse que Lula *"não errou"* ao colocar o fatídico boné, pois *"foi apenas um gesto de cortesia do presidente com os integrantes do movimento"*. O vice-líder deputado professor Luizinho do PT/SP recordou que *"Lula já pôs um broche dos produtores rurais durante um encontro com a categoria, e boné da Ford e GM, quando visitou as duas montadoras de carros"*⁵⁵⁰

No Senado Federal, oposição e governistas se dividiram em ataques e defesa a Lula no gesto do boné “vermelho” que além de colocar o boné na cabeça, jogou bola e ofereceu biscoitos aos representantes do MST.

Os governistas (petistas) e defensores de Lula afirmaram que *"a história do boné não dá um bom debate, a história da bola não dá um bom debate, é um tempo gasto na tribuna do Senado de forma inadequada"*⁵⁵¹. O senador Tião Viana lembrou que *"o Dr. Ulysses Guimarães, num gesto de simbolismo e respeito à história tradicional dos povos indígenas, coloca um cocar na cabeça, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados"*, e que o gesto demonstra somente *"um gesto de carinho ou de consideração histórica em relação a um determinado segmento social não pode ser considerado de maneira crítica"*⁵⁵².

Segundo governistas, o gesto do presidente representou “cordialidade”, “cortesia”, “diálogo”, *"significa que Lula vai negociar com os dois lados"*, propondo

⁵⁵⁰JOFFILIY, B. O boné do MST e a cabeça presidencial. <http://alainet.org/docs/4013.html>. Acesso: 15/03/2008.

⁵⁵¹Pronunciamento do senador Paulo Paim do PT/RS, em 04/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁵²Aparte do senador Tião Viana do PT/AC ao pronunciamento do senador Paulo Paim do PT/RS, em 04/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

um modelo de reforma agrária “*com diálogo, com negociação, com indenização, sem violência e nos marcos da lei*”. Lula é “*simpático e cordial, quando faz um gesto usando o boné, jogando bola, oferecendo biscoitos*”.⁵⁵³

Segundo palavras do senador Amir Lando, o gesto indica que Lula reconhece a existência do MST. Mas é um reconhecimento que tem suas limitações, pois, conforme segue o argumento do senador, o “*MST deve seguir a Lei, pois a democracia é o governo das leis, não das pessoas, e todos devem seguir as leis, pois fora-da-lei não há salvação, segundo palavras de Rui Barbosa*”, o ato de Lula é de diálogo, demonstrando que “*não podemos ir para o conflito*”, que o que se quer é uma reforma agrária que tenha “*uma ocupação pacífica e ordeira conduzida pelo poder público*”, onde “*não coadunamos e não podemos continuar com essa concentração brutal de renda*”, assim sendo, “*Lula à sua maneira, sua semelhança, com simplicidade*” age colocando o boné do MST “*num gesto de cordialidade, respeito ao Movimento*”. “*É a forma, é o estilo, e não é um estilo ilegal*”.⁵⁵⁴

Renan Calheiros, líder do PMDB, em aparte ao mesmo discurso anterior é mais cauteloso, pois, adiantou que, “*embora o PMDB seja da base de apoio ao governo Lula, o governo não pode perder a isenção*”, vê “*no gesto do boné um episódio irrelevante, mas o governo não pode perder a isenção, senão, mais adiante, terá de colocar o boné da UDR e dar biscoitinho para o Caiado, o que seria também muito ruim para nossas instituições*.”⁵⁵⁵

A oposição (PSDB) se aproveitou do gesto para instigar e exaltar os ânimos. Artur Virgílio, por exemplo, se aproveitou do gesto para comparar Lula e FHC, lembrando que quando “*João Pedro Stedile esteve no gabinete do Presidente Fernando Henrique e propôs, diante da imprensa, que estendessem a bandeira do MST. Fernando Henrique disse: "Não, João Pedro. Aqui só se estende a bandeira brasileira, e quando eu autorizo"*”⁵⁵⁶.

⁵⁵³ Pronunciamento do senador Paulo Paim do PT/RS, em 04/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁵⁴ Trechos do pronunciamento do senador Amir Lando, do PMDB/RO, em 04/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁵⁵ Idem. Aparte do senador Renan Calheiros ao discurso de Amir Lando.

⁵⁵⁶ Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 07/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

A propósito do episódio de se estender a bandeira do MST no palácio do planalto, FHC em seu livro *“A arte da política: a história que vivi”*, registrou, não somente este episódio, mas sua opinião sobre o Movimento, vendo-o como um Movimento “indigesto”, pois em suas memórias acrescentou: “o MSR pertence *“a um nicho de resistência à modernidade e é portador de uma utopia regressiva, como qualifico sua ideologia, que olha pelo retrovisor. Entretanto, a despeito de sua vontade e propósito, é sinalizador de um problema real: os sem terra existem e a pobreza rural é um fato”*⁵⁵⁷.

O episódio do boné foi usado pelo PSDB como mais um motivo para pressionar o Congresso a realizar e a instaurar a chamada “CPI da Terra”, “*conclamando e avisando*” a todos sobre o “perigo” da “*aliança Lula – MST*”, conforme argumento do líder oposicionista Arthur Virgílio, em defesa do chamado “*agronegócio, que tem sido o garantidor da prosperidade desse país*”⁵⁵⁸.

O senador buscou reforço em outras falas e discursos para reafirmar a “*importância da instauração da CPI*”, evocando as figuras do Presidente da UDR – Antonio Nabhan Garcia, que declarou “já estar em posição de confronto”, do ex presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que alertou para o fato “*de que a continuidade do tensionamento no campo*” podia “*afugentar capitais estrangeiros tão necessários para se gerar empregos no País*” e do empresário Antonio Ermírio de Moraes, que teria dito que “*o Governo está colhendo o que plantou*”, segundo o senador, “*o MST é o principal problema de Lula e pode provocar, no País, clima de revolução*”; e conclui: “*não existe regra do jogo que possa suportar um movimento que vai lá diz o desaforo e o Governo aceita*”⁵⁵⁹.

O senador José Agripino, em seu pronunciamento, “alertou” para o impacto e o “perigo” que o gesto do presidente Lula teve junto aos proprietários rurais do Mato Grosso, segundo ele, “*o gesto deixou a entender que atitudes ilícitas do MST estavam sendo anistiadas com aquele gesto*”, com declarações do Stédile de que “*a parada estava ganha*”, e que ao sair da reunião com o presidente, Stédile “*estava feliz da vida*”,

⁵⁵⁷CARDOSO, F. H. *A arte da política: a história que vivi*. Coordenação editorial: Ricardo A. Setti. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp. 70 e 71

⁵⁵⁸Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 07/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁵⁹Idem.

questionando que não foi divulgada nenhuma informação sobre o tal encontro, e que se as propostas não fossem divulgadas, seria justificada, portanto, a instalação da CPI da Terra. A jogada de afirmar um pretenso clima de “segredo” ou mesmo “conspiração” é o que justificaria a instalação da CPI da Terra, segundo dizeres do parlamentar:

“(...) Preocupa-me muito, pois, como as coisas foram apresentadas, com o fato da reunião do boné, estabeleceu-se - e a imprensa registrou - um fato perigosíssimo e incontestável: agricultores se armando, por um lado, e manifestações agressivas dos sem-terra, pelo outro. O Brasil não aceita atos como esse. O Brasil deseja a lei. O País demorou muito até chegar ao Estado de direito, no qual as instituições são fortes.”⁵⁶⁰ [grifos nossos]

Em declarações mais enérgicas e irônicas, alguns senadores foram menos cautelosos e mais diretos em suas objeções a Lula. Como o exemplo do senador Demóstenes Torres do PFL/GO que afirmou que *“o MST é bom para promover o badernaço pela terra, mas nada eficiente para fazê-la dar frutos e que, não se pode tratar com biscoitinhos na boca quem se vale da aglutinação oportuna”*⁵⁶¹. E o senador Jefferson Peres do PDT/AM, que além do tom irônico se defendeu da acusação de, após ter criticado os métodos do MST, ter sido taxado de *“inimigo da reforma agrária e defensor do latifúndio”*, e respondeu que *“quem sabe um dia o MST assalta o palácio do planalto e implanta uma ditadura do proletariado?”*, observando que *“também já sofreu a doença infantil do esquerdismo”*⁵⁶².

Com esses discursos, percebe-se assim, em todo debate, que a discussão do tema da reforma agrária não está desvinculada do debate capitalismo versus socialismo e situa-se mesmo numa construção conflituosa, em que os vários setores tentam convencer e construir uma idéia de que reforma agrária também é bandeira de um projeto capitalista, e que realizá-la não implica em modificar o modo de produção do capital vigente, garantindo-se assim, a manutenção da propriedade privada.

Como afirmou o senador Arthur Vírgilio, em citação anterior, para justificar a instalação da CPI e visualizar sua opinião da realidade social *“o Brasil deseja a lei. O País demorou muito até chegar ao Estado de direito, no qual as instituições são*

⁵⁶⁰Trecho do pronunciamento do senador José Agripino, do PFL/RN, em 07/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁶¹Trecho do pronunciamento do senador Demóstenes Torres do PFL/GO, em 09/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁶²Trechos do pronunciamento do senador Jefferson Peres, do PDT/AM, em 10/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

*fortes*⁵⁶³. Assim sendo, “a lei” é o instrumento fundamental dentro da configuração dessa arquitetura retórica a legitimar e regular a existência e o funcionamento do chamado “Estado Democrático de Direito”.

Verifica-se que é na tópica da “importância e fundamentação da lei” que nosso labirinto encontra o cerne de discussão, pois a “lei” (pensada aqui em sentido formal) nasce de uma discussão própria do poder legislativo (presente no gênero retórico deliberativo) e se encaminha a outra instância distinta, o poder judiciário (que compõe o gênero retórico judiciário)⁵⁶⁴ analisado na terceira parte deste capítulo.

III

A transição: De projeto à lei

Aqui procuramos mostrar que a composição da lei (portanto, a tarefa legislativa) possui complexa historicidade e que a sua própria aplicação (na esfera judiciária e mesmo executiva) é vazada por questões históricas, sociológicas, ideológicas e circunstanciais, levando em conta, portanto, a polissemia e a “histórica genética”⁵⁶⁵ daquilo que se cristalizou na forma da lei. Assim sendo, no jogo legislativo e no uso das disposições legais, conta muito aquilo que, em certas circunstâncias, poderá ser tomado como legítimo. A retórica entra neste jogo de legitimações públicas, trazendo argumentos lógicos, éticos e afetivos que tenham eficácia relativa no tratamento do tema da reforma agrária.

⁵⁶³Trecho do pronunciamento do senador José Agripino, do PFL/RN, em 07/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁶⁴Reboul explica que a retórica não nasceu em Atenas, mas na Sicília grega, por volta de 465 a.C. E sua origem não é literária, como poderia pensar alguns, mas judiciária, onde os cidadãos despojados pelos tiranos reclamavam seus bens, e à guerra civil seguiam-se os inúmeros conflitos judiciais. REBOUL, O. Introdução à Retórica. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paul: Martins Fontes, 2004. Coleção Justiça e Direito, p. 02.

⁵⁶⁵A história da crítica Genética nasce da constatação de que uma obra (literária ou mesmo histórica) é resultado de um trabalho que passa por transformações progressivas. A obra surge a partir de investimento de tempo, dedicação e disciplina por parte do escritor, entretanto, passa por um processo de correções, pesquisas, esboços que causam a impressão de que nasce pronta. O interesse da Crítica Genética está voltado para o processo criativo. Trata-se de uma investigação que indaga a obra a partir de sua fabricação, a partir de sua gênese. Como é criada? Essa é sua grande questão. O objetivo é responder a essa pergunta através da análise de documentos vindos da própria mão do autor, não passando por processo de publicação. Pretende, assim, compreender os mecanismos da produção, elucidar os caminhos seguidos pelo escritor e entender o nascimento da obra, ou seja: investiga a gênese da obra. É o estudo do processo histórico criativo a partir das marcas deixadas pelo escritor ao longo desse caminho.

Os debates parlamentares visam o momento de elaboração e votação das chamadas leis em sentido estrito⁵⁶⁶, o que muito se diferencia de lei em sentido mais amplo⁵⁶⁷.

“Reforma Agrária, sim! Mas com respeito à lei e à ordem”. Esse é o argumento parlamentar mais utilizado quando a temática é a reforma agrária. Na construção dessa “lei” e no estabelecimento e manutenção desta “ordem”, o poder judiciário é chamado para atuar no julgamento dos casos e no acompanhamento da aplicação das leis.

Aqui também é importante analisarmos os casos em que o Presidente da República – chefe do Executivo Federal adquire poderes de legislador e, por meio das chamadas Medidas Provisórias, consegue alterar e interferir no ordenamento jurídico.

Através dos embates parlamentares, é possível perceber que o caminho de construção deste labirinto de discussão, elaboração e votação das leis (agrárias) não é único, as possibilidades dadas são diversas e incertas, mas que, através de uma escolha, motivada por diversos fatores em jogo, uma escolha se faz vencedora, se faz “lei”, e é a partir do momento que se converte em “lei” que se torna rígida, formal, impositiva, taxativa. A face que a lei mostra ao leigos, ao próprio povo, é a face da neutralidade, da harmonia, do ideal do “vir a ser”, da proibição expressa ou da obrigatoriedade taxativa. E o que se oculta (ou mesmo se dificulta a conhecer!) é de fato o mais interessante: é o debate que norteia a decisão, é o jogo argumentativo em que se questionam, se discutem, escolhem e votam, momento em que se traçam os rumos que serão (ou deverão) ser seguidos por todo país, por todo cidadão dentro do Estado Democrático de Direito. É no desenrolar do jogo e na evidenciação dos debates, da discussão

⁵⁶⁶Lei em sentido estrito são preceitos escritos, formulados solenemente pela autoridade constituída, em função de um poder que lhe é delegado pela soberania popular, que nela reside a suprema força do Estado, de onde emana sua obrigatoriedade e imposição coercitiva à obediência geral. Lei em sentido estrito: O artigo 59 da Constituição Federal de 1988, estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de leis: I- Emendas à Constituição, II- leis complementares, III- as leis ordinárias, IV- as leis delegadas, V- as medidas provisórias, VI- os decretos legislativos, VII - as resoluções. Acrescente-se aqui em nosso trabalho as “Jurisprudências” emanadas do Poder Judiciário advindas das decisões dos Tribunais que têm “força de lei”.

⁵⁶⁷Lei em sentido amplo, e não necessariamente escrita, exprime uma idéia de ordem física, guardada na relação entre ação e efeito. Na concepção de Montesquieu lei são relações necessárias que emanam da natureza das coisas, e, nesse sentido, todos os seres têm suas leis. E para se formular (e entender) as leis que governam o povo deve-se levar em consideração diversos fatores e circunstâncias gerais. Montesquieu cita o clima, o território, a educação, os costumes, a religião, e mesmo a separação dos poderes, que, em sua concepção, devem ser separados e balanceados para garantir os direitos individuais e a liberdade social. (Silva, P. Dicionário Jurídico, vol III, Ed. Universitária. 3ª Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1993)

argumentativa, que se esclarecem, segundo Perelman⁵⁶⁸, a idéia do razoável, não a idéia da verdade absoluta ou da única solução possível, mas a idéia da liberdade de escolha. Para o autor, a tradição cartesiana apóia-se no objetivo de apagar a confusão e não de sustentá-la ou de visualizar as escolhas que possam ser igualmente sustentáveis, dentro da organização de argumentos que sejam coerentes, justificáveis, que expressem um diálogo com horizonte histórico, mas acima de tudo que motive as intenções das escolhas viáveis e as explicitem no jogo político. Quanto mais se questione os pressupostos de validade de uma dada escolha legal, mais transparente a prática legislativa e jurídica se tornam. E, quanto mais transparentes, maior a possibilidade de serem legitimadas pelos cidadãos do Estado. Portanto, a opacidade na elaboração e no funcionamento de todo processo legislativo ou judiciário, em quaisquer esferas do Estado, apenas facilitam a alienação do cidadão e abrem espaço a decisões autoritárias e mesmo arbitrárias por parte de quem governa, legisla ou mesmo julga.

Do ponto de vista individual, portanto, a lei é o limitador da agenda de opções do indivíduo, do cidadão. A lei cria uma agenda de opções e a oferece ao cidadão. Do ponto de vista do indivíduo enquanto optante, a lei é antes de tudo um poder que pre-seleciona. Os legisladores fazem suas escolhas antes do indivíduo e lhe reduzem o leque de opções: algumas, possíveis em teoria, são excluídas do leque de possibilidades práticas ou associadas a sanções punitivas severas o bastante para torná-las caras demais e, portanto, dificilmente vistas pelo optante comum como plausíveis, quanto mais atraentes. A legislação, em outras palavras, *“separa o reino da viabilidade prática do leque de possibilidades teóricas, o primeiro recebe uma forma diferente (e sobretudo mais estreita que o) segundo”*⁵⁶⁹.

É através das práticas argumentativas parlamentares (que compõe o gênero retórico deliberativo) que verificamos: primeiro que a percepção de “lei” não é estanque e se altera frente aos rumos políticos, além de também alterá-los (o que compõe o gênero retórico judiciário); segundo que, após votadas, as leis reduzem o campo das possibilidades individuais.

⁵⁶⁸PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação*. Prefácio de Fábio Ulhôa Coelho: Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996

⁵⁶⁹BAUMAN, Z. Em busca dos meios de ação. In: Em busca da Política. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2000. p. 79

No GOVERNO de FHC, por exemplo, para a oposição petista, a noção de lei é tida como “algo a ser modificado”, “implementada”, há portanto, um argumento de que a lei “é dinâmica” e, portanto, “capaz de corrigir e alterar os rumos políticos do país”, buscando “corrigir falhas”, “modificar” e mesmo “permitir” e/ou “facilitar” um processo de “reforma agrária”. Por outro lado, os governistas vêm na lei a manutenção do *status quo* e, principalmente, o instrumento de controle e repressão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E são essas variações que marcam as diversas falas e críticas à legislação agrária existente.

Durante o governo FHC, as invasões/ocupações se mostraram intensas, e o diálogo entre o presidente e o Movimento Social foi o ponto crucial de todo o contexto comunicativo do conflito agrário. Sem o devido “diálogo” e dado ao “não agir estatal” o Movimento procedeu às “ocupações” para iniciar o processo de “reforma agrária” e fazer o que “o governo não fazia ou deveria ter feito”. Assim, vimos nesse momento do conflito um impasse: o governo apresentou dados estatísticos de sua ação no campo, dados estes que o Movimento rejeitou e contestou como irreal e fictício, alegando que tais dados manipulavam a realidade e, de fato, não a refletiam, e, portanto, o Movimento continuava a proceder a novas “ocupações”. O MST foi visto, dessa forma, como o principal adversário de FHC, e FHC foi visto (por diversos segmentos, entre eles o próprio MST) como o “Inimigo” do país.

Como tentativa de reduzir o número de “invasões”, o presidente criou a Medida Provisória nº 2027-38 de 05/05/2000, conhecida como “Lei antiinvasão”. A questão da lei “antiinvasão” envolvia a decisão do governo de suspender a vistoria, por dois anos, de imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário, dobrando-se esse prazo em caso de reincidência. Também impedindo o recebimento de financiamento público daqueles que participaram dos atos de “invasão”. A referida lei traz no bojo de sua redação textual o uso do termo “invasor”. A mensagem política do governo fica bem clara através da lei: o governo não ajuda, não financia “invasor”, não faz reforma agrária em terra “invadida”⁵⁷⁰.

⁵⁷⁰“§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por **invasão** ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins

Também a Medida Provisória (de FHC) nº 202738 de 04/05/2000 modificou a lei nº8629/93, regulamentando dispositivos constitucionais acerca da reforma agrária. Numa digressão histórico-jurídica, a lei nº 8629/93 veio para regulamentar dispositivos da Constituição de 1988. A Constituição Federal, tão propalada como uma Carta Magna “Democrática” e “Liberal” trouxe como foco central em sua matéria fundiária, a restrição da exploração da terra, enunciando que a propriedade privada deve cumprir sua função social. Entretanto, mesmo com a abertura política, o fim da ditadura, os anos 80 continuaram apresentando e, neles se agravando, os problemas fundiários do campo brasileiro: imóveis improdutivos, monocultura, falta de crédito rural, concentração fundiária, grilagem e mesmo mortes (individuais ou chacinas coletivas) resultantes do confronto entre trabalhadores e “latifundiários”.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann, do então presidente FHC, a intenção do presidente foi:

“(...) ao aprovar a MP nº2027/2000 o presidente quis evitar que o governo ficasse refém dos sem terra e dismantelar uma frente única contra Brasília, formada então próprios sem terra, os proprietários rurais e os governos estaduais, a cada invasão ocorrida: segundo ele, todos temiam prejuízos: os governadores, pois havia o risco de Reintegração judicial sangrenta; os proprietários, por causa da possibilidade de perder a indenização; e os próprios sem terra, que poderiam não ter sua demanda incluída no Orçamento da União. Isso “encurralava” o governo federal, que editou a norma considerando a invasão punição ao invasor”⁵⁷¹.

Entretanto, segundo o jurista Celso Ribeiro Bastos⁵⁷², a medida Provisória editada trazia ambigüidades e contradições já em sua identificação, “*que dirá em seu conteúdo*”:

“o tratamento legislativo dispensado à espécie medida provisória, fez com que fossem sendo alterados sucessivamente o número identificador da Medida Provisória “antiinvasão”. O ex ministro Jungmann se refere a ela como MP

de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como **participante de invasão** de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações” BRASIL. Medida Provisória nº 2183-56, de 24 de Agosto de 2001. Artigo 4º §7º altera dispositivos da lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, DOU de 27.8.2001. Consulta no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2183-56.htm. Acesso em 13/06/2008.

⁵⁷¹JUNGAMANN, R. “O governo vai revogar a MP 2027?” In: Revista Primeira Leitura, nº 14, São Paulo: Primeira Leitura. 2003, p39.

⁵⁷²BASTOS, R. C. A medida Provisória nº 2027-38 de 04/05/2000 – “Antiinvasão” – como discutível instrumento da política agrária brasileira. Revista Espaço Científico. Santarém, vol. 05, n. ½, 2004, pp. 89-100.

2027/2000. Entretanto, a norma já era identificada como MP 2109/2001. E também já era referida como MP 2183-56/2001, a qual figura com modificadora da Lei 8629/93. A norma citada altera a redação da Lei 8629/93 acrescentando os §§6º ao 9º.”⁵⁷³

Portanto, o que se verifica é que, as “confusões” (nada ingênuas!) são também estratégias políticas que desorientam, dificultam o entendimento. A dificuldade de identificar com clareza uma lei, aplicá-la, e entender o uso de seus conceitos, sabendo ao certo o que diz ou deixa de dizer, perpetua os conflitos, que passam a ser usados politicamente, no sentido de, protelar decisões e medidas urgentes, que deveriam ser tomadas pelo poder público.

LULA, em seu governo, não deu sinais de que “estava disposto a trabalhar para modificar a norma” e, portanto, como regra, esta continua gerando efeitos⁵⁷⁴. Entretanto, mesmo com a existência da norma gerada no governo de FHC a postura de Lula foi diferente em relação à aplicação da norma.

A denominada “Lei Antiinvasão”, que se trata de uma nomenclatura usual para a Medida Provisória 2183-56 de 24 de Agosto de 2001 é um exemplo de diferenciação no modo aplicativo e interpretativo de uma determinada lei. Essa lei foi elaborada e aplicada de uma dada forma pelo governo de FHC e, posteriormente, teve tratamento diferente no governo de Lula. São essas diferenças de posturas (aqui políticas!) frente à lei, que nos permite questionar as possibilidades interpretativas e mesmo aplicativas de uma mesma legislação em contextos históricos distintos. O governo Fernando Henrique Cardoso editou, em 4 de maio de 2000, a MP 2.027-38 que impedia vistoria de áreas invadidas e decretava que elas ficariam congeladas por dois anos para desapropriação, tal medida não foi convertida em lei, mas foi reeditada por inúmeras vezes, tendo como finalidade explícita conter as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No governo Lula, entretanto, o MST foi tratado como um ator social, com direitos de manifestação e expressão, e Lula, embora nunca tenha demonstrado atos efetivos quanto à idéia de se realizar “a reforma agrária”, também nunca agiu com a intenção de perseguição ou criminalização ao Movimento, ato este que sempre instigou a oposição Psdebista a dizer que “Lula estava descumprindo a lei”. Numa estratégia política “Lula

⁵⁷³Idem.

⁵⁷⁴Uma lei não deixa de ter validade simplesmente porque não é usada. Apesar de toda uma discussão doutrinária no mundo jurídico, com entendimentos diversos, a respeito do tema.

não aplicou a Lei (o que poderia significar agradar ao Movimento dos Sem Terra), mas também não a revogou (o que significava não contrariar os ruralistas)” e a tal “medida provisória” nunca chegou a ser convertida, (juridicamente) em “lei” (em sentido formal). Na prática, o governo Lula não cumpriu a medida. Os imóveis rurais “invadidos” pelo MST, no primeiro semestre de 2003, não foram impedidos de serem vistoriados e nenhum dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que participaram das “invasões” foi excluído ou impedido de entrar nos programas de “reforma agrária” do governo federal.

Aqui, as divergências de posturas frente a uma determinada lei reiteram a argumentação de que, as leis são instrumentos normativos, mas, são utilizadas ambigualmente dentro do jogo político. Assim sendo, a expressão e o ditado popular já tão desgastado é reflexivo dessa ambigüidade: *“aos amigos as benesses da lei, aos inimigos os rigores da lei”*.

Se observadas em conjunto, é interessante explicitar que as medidas provisórias adotadas por FHC durante seus oito anos de governo giraram em torno de medidas creditícias, vendo nos problemas fundiários a necessidade de “se dar crédito aos assentados”. Em contrapartida, as medidas provisórias do Governo Lula dispuseram em como re-negociar essas dívidas (uma vez que não conseguiram ser pagas!) junto aos assentados⁵⁷⁵, ao mesmo tempo em que procurou reorganizar administrativamente o INCRA (análise do item II deste capítulo).

O poder legislativo também nunca deixou de questionar, nas análises empreendidas do período, esse agir normativo dos presidentes da república, pois, as chamadas “medidas provisórias”, em suma, conferem ao presidente da república (chefe do poder executivo federal) poderes de legislador. O ato de “fazer leis não deveria ser

⁵⁷⁵Numa citação bem simplificada basta mencionar, por exemplo, referentes ao Governo FHC: a MP 1199 de 24/11/1995 publicada no DOU de 25/11/1995 que dispunha sobre Crédito Rural, convertida na Lei nº 9138 de 1995; a MP 1521 de 07/11/1996 publicada no DOU de 08/11/1996 que dispunha sobre Dispensa de regularidade do ITR para fins de financiamento no Pronaf, convertida na Lei nº 9321 de 1996; a MP 1528 de 19/11/1996 publicada no DOU de 20/11/1996 que dispunha sobre o ITR representado por títulos da Dívida Agrária, convertida na Lei nº 9393 de 1996; a MP 2124-18 de 26/01/2001 publicada no DOU de 27/01/2001 que dispunha sobre a realização dos contratos do Pronaf e projetos de estruturas dos Assentados apoiados pelo Incra, convertida na Lei nº 10.186 de 2001 e a MP 24 de 23/01/2002 publicada no DOU de 24/01/2002 que dispunha sobre a repactuação das dívidas do Procera, convertida na lei nº 10464 de 2002. No governo Lula houve a edição da a MP 114 de 31/03/2003 publicada no DOU de 01/04/2003 que dispunha sobre dívidas oriundas do Procera e Pronaf, convertida na Lei nº 10.696 de 2003 e MP 216 de 23/09/2004, publicada no DOU de 24/09/2004 que dispunha sobre a criação do plano de carreira dos cargos do INCRA, convertida na Lei nº 11090 de 2005.

prerrogativa exclusiva do poder legislativo?” indagam os parlamentares. Assim, no período em recorte (1995-2006), verificamos que as medidas provisórias têm sido medidas legais através das quais os presidentes da república (chefes do poder executivo) têm encontrado uma válvula de escape de governabilidade onde podem burlar o Congresso Nacional. Ou seja, “as medidas provisórias” são leis produzidas dentro do poder “Executivo”, mas que interferem no ordenamento jurídico e na atuação do poder Judiciário e, ao mesmo tempo, alteram a forma de se julgar e de se analisar toda a produção normativa do Estado. As “medidas provisórias” são assim, normas onde o ordenamento jurídico brasileiro sofre diretamente o impacto das questões políticas.

Observamos que, tais interferências, ficam nitidamente ressaltadas nas discussões do poder Legislativo, o poder originariamente apto para realizar a função típica de formular e aprovar leis.

Os parlamentares, em diversos momentos, criticaram o uso indiscriminado das medidas provisórias. É claro que tal argumento só vem à tona quando conveniente ao jogo político⁵⁷⁶. Como no exemplo do pronunciamento do senador Pedro Simon, que desafiou o presidente FHC “*a baixar o Rito Sumário por Medida Provisória*”⁵⁷⁷, ou do senador Jose Eduardo Dutra, que desafiou o “*governo a fazer reforma agrária por medida provisória*”, pois, segundo este último. “*a Constituição prevê o instituto da medida provisória em caso de relevância e urgência. Será que não estamos diante de um caso desses? O que neste País é mais relevante e urgente que a reforma agrária?*”. Se FHC “*faz medida provisória para salvar bancos da falência*”, “*o que o impede de criar medida provisória para fazer reforma agrária?*”⁵⁷⁸.

No caso do governo Lula, o argumento do uso “indiscriminado de medidas provisórias” fez com que o senador Arthur Virgílio do PSDB, opositor ao governo, insistisse várias vezes nos problemas relacionados à Medida Provisória, incitando o Senado contra tal postura, argumentando que o “*o senado está virando peça decorativa na aprovação de medidas provisórias*” e explicando que:

⁵⁷⁶Na sessão parlamentar do dia 24/04/1996 a oposição usou em vários discursos o argumento desafiador de que “FHC deveria fazer reforma agrária ou instituir o rito sumário por Medida Provisória, pois ele fez isso para salvar os bancos”.

⁵⁷⁷Trecho do pronunciamento do senador Pedro Simon do PMDB/RS em 23/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁷⁸Trecho do pronunciamento do senador José Eduardo Dutra do PT/ES em 23/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

“(...) a Câmara fica sempre com a última palavra, enquanto **o senado finge que alterou uma MP** que depois, ficará meramente sujeita à deliberação do Sr. Presidente da República, quanto a vetar ou sancionar e, sobretudo, a respeito da decisão, do talante e do arbítrio da Câmara dos Deputados (...) a análise das MPs têm recaído sobre as lideranças, sem discussão dos demais membros do Parlamento (...) há um congestionamento quanto aos prazos de tramitação (...) sendo que **da forma que está o Senado é mero homologador de Medidas Provisórias.**”⁵⁷⁹[grifos nossos]

Nos dizeres do senador Arthur Virgílio, o “*poder legislativo perdeu a referência de sua principal função*”, e se tornou “*peça decorativa*” na votação das leis⁵⁸⁰].

O uso abusivo das medidas provisórias evidenciavam assim, a “desorganização” e “desestruturação” da máquina estatal, levando também a uma insistência exagerada na tópica de que “*tudo no Brasil se resolve através de “uma lei” ou de uma “medida provisória*”. O que faz total sentido no argumento irônico, do senador Osmar Dias do PDT/PR ao afirmar que “*sempre que se exerce pressão sobre o governo ele edita uma MP ou apresenta um Projeto de lei*”⁵⁸¹. A julgar pelo próprio nome da lei, tem-se a impressão de que no nosso país tudo funciona assim, de forma “provisória”.

Numa tentativa de se conter os abusos do uso de tal instrumento legislativo pelos presidentes, foi aprovada uma Emenda Constitucional em 2001, restringindo a edição das medidas provisórias⁵⁸². Ainda que restritas (em sua quantidade), as Medidas

⁵⁷⁹Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 04/06/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁸⁰Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 04/06/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁸¹Trecho do pronunciamento do senador Osmar Dias do PDT/PR em 19/09/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁸²Emenda Constitucional nº 32 de 11/Setembro/2001, publicada no DOU em 12/09/2001, cujo artigo 62 restringe a edição de Medidas Provisórias: "Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. § 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais. § 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando. § 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional. § 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados. § 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional. § 11. Não editado o decreto legislativo a que se

Provisórias alteram o ordenamento jurídico e nele influenciam; caso não sejam convertidas em lei, causam transtornos dentro de um ordenamento que deveria, em tese, primar pela segurança das relações jurídicas⁵⁸³.

Em suma, o que se verifica é que, com as MPs, há uma intensificação da atividade legislativa do Poder Executivo, essa parece ser a razão imediata da introdução de mecanismos que permitem maior negociação e flexibilidade na construção da pauta da Câmara e do Senado. Por elas o governo vê uma oportunidade de aprofundar seu controle sobre o Congresso e, ao mesmo tempo, passar a imagem de que procura melhorar as relações com o Legislativo: *“a base aliada, uma espécie de fiel da balança nesse jogo, vê uma chance de intensificar seus bônus políticos, ora se aproximando da oposição, ora recuando para as fileiras do governo. A oposição vê a possibilidade de*

refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas. § 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.”(NR)

⁵⁸³As medidas provisórias surgiram com a Constituição de 1988. Seu objetivo era assegurar um instrumento por meio do qual o Presidente da República pudesse dispor sobre assuntos urgentes e relevantes com força de lei e efeitos imediatos. A partir da edição da medida provisória, o Congresso teria trinta dias para convertê-la em lei. Se a medida fosse rejeitada, ou o prazo se esaurisse sem deliberação, a MP perdia os seus efeitos desde a edição. A exigência de aprovação em prazo tão curto já estabelecia, por si só, um meio de se aferir a urgência e a relevância da matéria objeto da medida provisória. Apenas uma medida inadiável e capaz de mobilizar uma parcela significativa da cidadania conseguiria passar pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e, eventualmente, pela sanção presidencial em tão pouco tempo. Em um regime democrático, a edição de medidas excepcionais encontrava assim um claro limite procedimental. A idéia da Constituição Federal de 1988 se perdeu (ou nunca foi aplicada), porque com a condescendência do Judiciário, foi permitida a reedição das medidas provisórias. Por meio desse expediente, algumas medidas provisórias, destinadas a durarem trinta dias, chegaram a valer por mais de cinco anos. Esse problema foi resolvido em 2001, por meio de uma emenda constitucional que proibiu a reedição, mas alargou o prazo de apreciação das MPs de trinta para cento e vinte dias. Ou seja, a caracterização do que seja o conceito de “urgência” e “relevância” foi transformada; primeiro por norma interna do Congresso, e, em seguida, por emenda constitucional, em uma “preliminar”. Antes de discutir o mérito da medida provisória, discute-se se ela é relevante e urgente. O que ocorreu, em mais de uma oportunidade, foi a perda de validade por decurso de prazo de MPs que, nessa apreciação preliminar, foram consideradas urgentes e relevantes. Portanto, há certo consenso nos debates, não só no meio jurídico, mas também fora dele, que o excesso de medidas provisórias é um dos mais graves problemas institucionais do país. O problema mais grave diz respeito à validade excepcional das relações jurídicas estabelecidas com base numa medida provisória rejeitada originalmente cabia ao Congresso regulá-las, competência que ele sistematicamente se furtou a exercer. A emenda constitucional de 2001 construiu uma solução esdrúxula para o problema: se o Congresso não regular essas relações jurídicas no prazo de 60 dias, elas permanecem definitivamente regidas pela medida provisória rejeitada. O mero decurso do prazo de 60 dias transforma uma medida provisória rejeitada (às vezes por inconstitucionalidade!) em uma lei revogada, um verdadeiro golpe na democracia. A Medida Provisória vale para as relações jurídicas estabelecidas em sua vigência como se fosse uma lei, mesmo contra a deliberação do Congresso. Essa questão encontra-se, há aproximadamente dois anos (2006/2007), sob o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

ter algumas de suas propostas apreciadas”⁵⁸⁴. Dentro de todo esse jogo jurídico-político, quem de fato sai perdendo é a “Democracia” brasileira. O que se vê, portanto é, de um lado um exagero por parte de quem vê na lei uma “saída a todos os males” e problemas sociais brasileiros. De outro lado, para além da idéia da lei como “o remédio amargo” a ser ministrado aos “baderneiros”, há também a idéia da lei como “instrumento de avanço”, oferecendo possibilidades de mudanças, tentando estabelecer condições para que se altere os rumos políticos traçados. É nítido, portanto, que há uma utilização diversa entre as finalidades de uma “lei”; finalidades estas que são concebidas e interpretadas tanto por um grupo governista, quanto por um oposicionista e, tais visões ficam explícitas nos argumentos utilizados para o entendimento do que seja a “lei” e qual (quais) o (s) papel (papéis) por elas representados ou desconsiderados socialmente.

Exemplificamos aqui, os três argumentos mais recorrentes. O primeiro deles situado na idéia da “lei como remédio amargo aos baderneiros”. Basta mencionar que houve diversas tentativas⁵⁸⁵, por parte da oposição Psdebista do governo Lula, de considerar “invasão” como “crime hediondo” e incluí-lo no Código Penal, com redação para o caput do artigo que definisse o crime de “esbulho possessório [usurpação] com finalidades políticas”⁵⁸⁶.

O segundo argumento da finalidade legislativa vê a “lei como instrumento de avanço social”. Como exemplo de tais finalidades “construtiva”, “reformadora”, “dinamizadora”, é interessante observar o argumento do senador Jose Eduardo Dutra do PT/SE, quando analisou algumas leis e percebeu que, no Brasil algumas leis “*pegam*” e outras “*não pegam*”, “*algumas leis entram na moda, outras não*”, ou seja, “*tem lei que é escrita no papel, na Constituição Federal, mas, na prática, não existem no mundo real*”⁵⁸⁷

⁵⁸⁴NETO Carvalho M. e BARBOSA, L. A. Medidas Provisórias: Novo Rito, velhos problemas. Observatório do Legislativo, Jornal Constituição & Democracia, Maio de 2008, UNB – Sindjus-DF, pp18-19

⁵⁸⁵Notícia: “Projeto de Lei quer que Invasão de Terra seja considerado Crime Hediondo”. 04/12/2006. Jornal eletrônico Nota dez. Endereço de consulta: <http://www.notadez.com.br/content/noticias.asp?id=33967>. Acesso: 04/05/2008

⁵⁸⁶Esse projeto de lei foi apresentado em novembro de 2005, durante a polêmica votação do relatório final da CPI da Terra.

⁵⁸⁷Trecho do pronunciamento do senador Jose Eduardo Dutra do PT/SE, em 08/03/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

O referido senador do PT, por ser de um partido de esquerda, legislando no período FHC, apresenta em seus argumentos essa visão do “dinamismo” da lei, ao afirmar que *“a lei não é estanque. A lei evolui em função da pressão dos Movimentos Sociais”*⁵⁸⁸. Portanto, a oposição tem a idéia de que “a lei deve ser atualizada”, “reescrita”, “é preciso alterar a lei para superar seu atraso social”, para reduzir o descompasso entre a lei e a realidade social”. Há uma reiteração argumentativa de que *“há um descompasso da lei na história”*, e que, *“quando algumas leis chegam a ficar prontas”*, *“não se precisa mais delas, pois as situações de fato já foram resolvidas”*:

(...) gostaria apenas de dizer o seguinte: no Brasil, **muitas vezes, as leis vêm na caçamba da história, como aconteceu, por exemplo, com a Lei do Divórcio, que, quando chegou, ao invés de criar uma celeuma, de provocar uma onda de divórcios, veio na caçamba, e todas as pessoas já haviam resolvido os seus problemas conjugais, e, portanto, a lei, praticamente, não teve repercussão alguma. (...)**⁵⁸⁹[grifos nossos]

É essa luta pela fixação de um conceito e entendimento da lei (nos vários poderes), juntamente com pressões vinda da atuação dos Movimentos Sociais e da realidade histórico social que são explicações argumentativas para que “o direito evolua”. É a pressão vindas das passeatas, das marchas, dos protestos, que influenciam e exerce pressão no parlamento, na aprovação das leis, ainda que hajam resistências. São esses embates que levam os parlamentares da oposição a FHC, por exemplo, a perceberem e questionarem “as intenções da lei” em seus aspectos políticos como ocorre, por exemplo, na análise técnica do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, ao analisar a legislação agrária e esclarecer sobre as “reais” intenções do governo FHC e o que “de fato motivou o conjunto dessas leis”⁵⁹⁰:

“(...) O Governo vem alardeando junto à opinião pública a medida provisória como uma ação moralizadora e agilizadora dos procedimentos de reforma agrária. O alcance efetivo das medidas desautoriza a ênfase do discurso. (...) Na verdade, a motivação principal do Governo com a MP, que inegavelmente

⁵⁸⁸Trecho do aparte do senador Jose Eduardo Dutra do PT/SE, ao pronunciamento do senador Geraldo Melo do PSDB/RN, em 24/05/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁸⁹Trecho do senador Lauro Campos do Bloco PT/SP, em aparte ao pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP em 09/09/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁹⁰O senador refere-se às alterações promovidas pela Medida Provisória nº 1.577, de 1997 e pelo Decreto nº 2.250, de 1997. Por intermédio da Medida Provisória nº 1.577, foram alterados diversos dispositivos da Lei Agrária Nacional nº 8.629, de 1993, e, por meio do Decreto nº 2.250, de 1997, adicionados critérios balizadores da vistoria em imóvel rural destinado à reforma agrária, entre outras providências

representou uma perda para o latifúndio, está associada aos efeitos de alguns dispositivos sobre as finanças públicas, ficando os aspectos da moralidade e da ética em plano secundário, ainda que explorados, pela mídia, como os determinantes principais da decisão governamental. (...) Os dispositivos que visam restringir a verdadeira "orgia" com recursos públicos, nos processos administrativo e judicial da desapropriação de imóveis rurais, devem-se a **imperativos da crise fiscal que a União atravessa** e, portanto, à necessidade de preservação do próprio Plano Real, (...). **Quanto ao decreto, seu conteúdo revela uma atitude inconteste do Governo, em contrapartida aos latifundiários, pelas concessões incluídas na medida provisória, anteriormente colocadas.** (...) Os poucos avanços possibilitados pela medida provisória na aceleração dos procedimentos administrativos da reforma agrária foram totalmente anulados pelo decreto, que incorpora dispositivos relacionados ao processo de vistoria dos imóveis, potencialmente protelatórios da reforma agrária e favorecedores dos interesses dos latifundiários. (...)

(...) Além disso, e mais significativo do ponto de vista político, Governo e latifundiários visaram ganhos com o decreto quanto à institucionalização, nele consagrada, de uma **estratégia indisfarçável de intimidação ao movimento sindical rural e, em especial, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, por meio da tentativa de desestimular as ocupações - principal instrumento de pressão dos trabalhadores pela reforma agrária. **Não foi à toa que a edição do decreto se deu imediatamente após a esperada condenação do Movimento, subjacente à condenação de José Rainha, como forma de oportunizar o momento de suposto acuartelamento para essa organização de trabalhadores.** (...) . Não deve ser entendida como mera coincidência, a decisão, por Decreto, especialmente da proibição da vistoria de imóveis ocupados, antiga reivindicação da bancada ruralista no Congresso (...)⁵⁹¹

O orador, no trecho acima, opta por um discurso absolutamente racional, sóbrio, técnico, equilibrado, que busca dar credibilidade ao seu argumento, sem recorrer a nenhum artifício emocional. Ao fazer isso tem a intenção, de “provar” por tais meios que as leis analisadas “tem intenções políticas”, “possuem propósito dissimulatório”:

“(...) Diríamos que há, também, com as medidas do governo, um evidente propósito dissimulatório. A grande imprensa vende ostensivamente tais medidas como suposta ação moralizadora do processo de desapropriação de terras. Isto passa a impressão, para a opinião pública, do empenho oficial no sentido da valorização do instrumento desapropriatório, quando, na realidade, o governo opera na direção da condução de sua política agrária em cima de mecanismos de mercado que curiosamente transferem para o latifúndio o poder de reforma da estrutura da propriedade da terra no Brasil. (...)⁵⁹²

⁵⁹¹Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 03/07/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁵⁹²Idem.

E ao analisar o Decreto 2250/1997, que trata das vistorias das propriedades rurais, o mesmo senador viu em tais medidas “*um ato de extrema injustiça, um paralelo ao que ocorreu à época da escravidão*”, pois, a lei favoreceu aos ex-donos de escravos em prejuízos destes, e ao utilizar a técnica da comparação, afirmou que o decreto do governo FHC, reconheceu “ *muito mais os direitos dos proprietários de terra do que os direitos dos trabalhadores sem terra*”:

“(…) Sr. Presidente, gostaria de registrar que, na exposição feita por Francisco Urbano, Presidente da Contag, ao Ministro Raul Jungmann e ao Presidente Milton Seligman, do Incra, ele registrou que as entidades representativas do Grito da Terra estavam entrando com uma ação de inconstitucionalidade contra este decreto que trata das vistorias, o Decreto nº 2.250/97. Francisco Urbano observou que, há muito tempo, batalha-se por isso; e, muitas vezes, o poder dos grandes proprietários é de tal ordem que, **ao invés de o Governo avançar na direção de reconhecer direitos dos trabalhadores, acaba reconhecendo, mais que os direitos, os anseios e as preocupações dos proprietários de terras.** Desta vez, os proprietários de terra queriam que o Governo definisse que não se vistoriassem áreas que porventura estivessem ocupadas. Francisco Urbano lembrou o **episódio ocorrido pouco depois da abolição da escravatura. Naquela época, houve quem pensasse numa indenização aos escravos, em virtude de terem contribuído, por gerações - foram três séculos de escravidão -, para a acumulação de capital de seus proprietários sem receber remuneração. Entretanto, qual foi a lei que o Executivo apresentou e que o Congresso Nacional, à época, acabou aprovando? Uma indenização aos antigos proprietários de escravos pelos escravos que tinham. Ora, será que não há um paralelo com a situação de agora?**⁵⁹³ [grifos nossos]

Os fragmentos acima buscam verificar nos debates as diversas possibilidades interpretativas dadas às leis. As leis podem “ocultar”, segundo o parlamentar “intenções dissimulatórias”, podem ser feitas muito mais para resolver problemas políticos, circunstanciais e emergenciais, como uma espécie de “apaga fogo”, do que pensadas como medidas planejadoras com objetivos de prevenção ou regulação para o futuro, dissimulando interesses ideológicos de grupos específicos.

Por fim, um terceiro argumento quanto às finalidades da lei encontra ressonância numa idéia bastante generalizada (quase autônoma da polarização governistas e oposição) que é o argumento de que “fora da lei não há salvação” e de que a “lei é a cura para todos os males desse país”

⁵⁹³Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 03/07/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

Aqui merecem destaque as análises do senador Amir Lando, do PMDB/RO sempre muito enfático com seu argumento de que “fora da lei não há salvação”, e de que “*quando não são cumpridas, tornam-se banalizadas, se desmoralizam. E o que acontece ao povo quando perde sua crença nas leis?*”:

“(...) fora da lei não há salvação (...) mas qual a lei que vale? Que sistema legal tem o Brasil? sabemos que há uma ordem constitucional que sobrepõe a todas as leis, mas, por outro lado, há também uma ordem infraconstitucional que solapa a Constituição (...) **há uma desmoralização da lei**. É quando a lei não é cumprida⁵⁹⁴ [grifos nossos]

Portador de um notório conhecimento jurídico acerca do direito agrário, o parlamentar do PMDB traz sempre uma postura mediadora do conflito. Algumas de suas reflexões são coincidentes com as questões indagadas neste trabalho. Um questionamento de que, não se pode abandonar a luta jurídica em prol de melhores leis, de leis garantidoras e ampliadoras de direitos; entretanto, também não se pode negligenciar que, em matéria agrária (como em todas as outras) algumas decisões não são jurídicas, mas operacionais (administrativas), e de que, em vários momentos sociais, a lei tem um campo de atuação restrito.

Num de seus discursos, o senador Amir Lando, fez uma análise da Medida Provisória nº 2027 de 04/Maio/2000 e verificou, nessa lei, uma série de mecanismos que, segundo seus argumentos, “*além de confrontar visivelmente a Constituição Federal, quer dar uma solução, por meio da lei, daquilo que falta na realidade, nos fatos. Essa incapacidade de resolver a questão agrária não é legal, mas operacional.*”⁵⁹⁵ O senador questionou sobre a necessidade de valorização dos costumes e do entendimento da “realidade social”, pois, “*a lei não se opera no vazio*”, e é necessário que, “*para serem acatadas e respeitadas*” estejam “*de acordo com aquilo que vivem as pessoas a quem ela se dirige*” :

“(...) **Será que a golpe de leis podemos modificar essa realidade brutal? (...) a realidade resiste, não se modifica simplesmente por linhas escritas no papel, que aceita, assimila e complacentemente se edita no Diário Oficial da União** (...) Por isso, agora se escrevem disposições insensíveis, inaplicáveis, impróprias, não consentâneas com a realidade. **E a lei que não venha desse convívio, desse**

⁵⁹⁴Trecho do pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 05/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁹⁵Expressão utilizada no pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 08/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

contexto social, que não tenha como substrato a própria sociedade será mais uma vez, uma lei inaplicável (...)

(...) essas disposições mágicas não resolvem o problema agrário brasileiro, que é fácil de ser solucionado, porque há muita terra disponível (...) **não adianta editar normas por meio de procedimentos espúrios da medida provisória**, que usurpa do Poder Legislativo a sua essência de fazer leis (...)

(...) **não se pode enganar o povo dizendo que tudo está resolvido, modificando exclusivamente uma lei** (...) é preciso deixar de enganar, de acreditar que vai resolver o problema simplesmente alterando a lei (...). Ora, cada vez mais se fazem leis, que são menos cumpridas e executadas menos ainda (....) claro que entendemos a legitimidade dos sem terra, dada a inércia do poder público em resolver o problema (...)”⁵⁹⁶ [grifos nossos]

Exemplos pontuais das análises anteriores, de como as leis trazem em si as finalidades políticas que interessam ao jogo político, ficam circunscritas a todas as matérias regulamentadas por lei, como temos o caso da instituição do ITR- Imposto Territorial Rural, a criação judiciária do Rito Sumário e mesmo a discussão da cláusula constitucional da Função Social da terra. Sendo que podemos perceber, em diversos momentos, nos inúmeros questionamentos, as ambiguidades operantes. Questionamentos que, às vezes aproximam, às vezes distanciam parlamentares de partidos diferentes dentro da organização do jogo político, a exemplo do PT e do PMDB.

O senador Flaviano Melo do PMDB/AC, ao discutir a importância do Rito Sumário questionou, por exemplo, as ambiguidades da Lei nº 8.629, de 25/02/1993 que regulamentava a matéria, afirmando que *“a maior ambiguidade da lei e seu maior absurdo é que, de fato, a lei não deixa claro a quem de fato compete a responsabilidade por executar a reforma agrária”*⁵⁹⁷

O senador Ademir Andrade ao analisar a lei do ITR - Imposto Territorial Rural, apontou que a referida lei *“não vai resolver nada”*. Indagando: *“Sabe o que vai acontecer com o ITR?”*, pois, *“em matéria de reforma agrária não há nenhuma solução definitiva e concreta nesse país”* e que *“os proprietários não vão pagar esse imposto”*, serão *“perdoados”*:

“(...) Entendo que o Imposto Territorial Rural não vai resolver nada. Já tive ocasião de dizer nesta Casa que o Brasil é o País da anistia, do perdão. Alguns proprietários vão ficar devendo o Imposto Territorial Rural e, de repente,

⁵⁹⁶Trecho do pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 08/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁹⁷Trecho do pronunciamento do senador Flaviano de Melo do PMDB/AC, em 24/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

aparece no Senado Federal e na Câmara dos Deputados um projeto concedendo anistia ampla e irrestrita aos devedores do Imposto Territorial Rural. E o uso da propriedade continuará, de forma injusta, a causar prejuízos enormes ao nosso País. (...)⁵⁹⁸ [grifos nossos]

A senadora petista Marina Silva sempre investiu no argumento em favor do cumprimento da Constituição Federal por parte dos proprietários de terra deste país, e ao analisar o artigo 186⁵⁹⁹ da Constituição Federal de 1988, que trata da função social da propriedade privada, insistiu no argumento de que *“é esse artigo que coloca em igualdade os desiguais”*, pois, *“eles: os proprietários rurais desse país tem a obrigação, respeitando a Carta Magna, de cumprir com a função social da terra”*⁶⁰⁰.

Em um de seus argumentos, o senador Nabor Júnior do PMDB/AC, ao abordar a questão da Função Social da Terra, lembrou que, *“à época da Constituinte de 1988 foi muito difícil estabelecer esse conceito do que era “propriedade produtiva”, chamando a atenção para “o quanto foi difícil” o avanço de determinadas conquistas sociais. Segundo a linha de pensamento do senador “para conceituar o que é propriedade produtiva foram consumidos muitos dias, em torno de propostas e discussões que envolviam posições inconciliáveis”, e que, portanto, para tal conceituação “é preciso saber se a propriedade considerada produtiva está cumprindo sua função social”, finalizando com o argumento de que “o cumprimento dessa função social é fundamental”, pois, “algumas propriedades não podem ser desapropriadas”*⁶⁰¹,⁶⁰².

⁵⁹⁸Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 15/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁵⁹⁹"A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (artigo 186 da Constituição Federal do Brasil de 1988)

⁶⁰⁰Trecho do pronunciamento da senadora Marina Silva do PT/AC, em 12/12/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁰¹Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social." (artigo 185 da Constituição Federal do Brasil de 1988)

⁶⁰²Trecho do pronunciamento do senador Nabor Júnior do PMDB/AC, em 21/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

É assim que os grupos constroem a linha histórica argumentativa de análises legislativas, por uma sequência de vozes que se somam, se repetem no tempo e no espaço, ou ratificando argumentos, ou criticando outros, mas sempre introduzindo novos pontos modificativos, alusivos, referenciais polifônicos de uma luta que procura demarcar os interesses políticos em jogo, com a construção, preservação ou apagamento de uma memória legislativa que também procura cumprir uma certa finalidade demarcatória. É o que acontece sempre que os parlamentares se referem, por exemplo, ao momento histórico da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, ou mesmo ao Estatuto da Terra, que são vistos de forma histórica cristalizada como referenciais balizadores da história da reforma agrária no Brasil (ora descritos com elogios, ora com críticas, próprios do gênero retórico demonstrativo), criando um lugar comum a esses dois momentos.

Para rebater o argumento constitucional fundamentado na “função social da propriedade”, que é um argumento forte e diríamos mesmo que irrefutável, pois emanado da Constituição Federal, se insiste na “defesa da propriedade privada”⁶⁰³ do artigo 5º da CF, inciso XXII, que é taxativa em garantir a propriedade privada. Essa interpretação literal também é evocada para o cumprimento literal da lei, pois aqui, a lei é vista como a saída para a questão da reforma agrária, só que no sentido de seu cumprimento literal, com a idéia de lei como instrumento de controle para garantir e defender a propriedade. Isso fica expresso em frases ou expressões do tipo: *“quero reforma agrária, mas não posso admitir que a lei e a Constituição sejam conspurcadas (...) queremos reforma agrária, mas não somos a favor da anarquia. (...) Cadê a preservação do direito de propriedade?”*⁶⁰⁴ Aqui a garantia do direito à propriedade privada também é um argumento forte e diríamos mesmo que, também irrefutável, pois também emanado da Constituição Federal.

É assim que, se seguem, por exemplo, elogios constantes a FHC como sendo *“aquele capaz de fazer o que ninguém fez, capaz de garantir a Constituição Federal de 1988”*:

⁶⁰³ Aqui referindo sobremaneira ao artigo 5º, XXII - é garantido o direito de propriedade. Não se faz menção aqui à “função social” dessa propriedade privada.

⁶⁰⁴ Trecho do pronunciamento do senador Carlos do Patrocínio do PFL/TO, em 16/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“(...)falar contra alguns rumos que o MST está tomando não é ser contra a Reforma Agrária, nem contra a essência do Movimento (...) pois **o presidente (FHC) faz o que a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 não conseguiu fazer** (...) A Constituinte foi o “Buraco Negro” (...) Da Constituinte de 1988 não ficou nada de reforma agrária (...)”⁶⁰⁵ [grifos nossos]

Ou mesmo a necessidade de se defender a propriedade privada:

“(...) a lei 8.629 de 1993 define o que é propriedade produtiva. (...) é preciso salvaguardar a propriedade produtiva, para isso o Congresso não precisa esperar pelo Executivo. (...) A atividade do Poder Executivo, nestes últimos anos tem sido caracterizada por uma diarreia de medidas provisórias (...) **a propriedade produtiva deve ser mantida insuscetível a desapropriação para fins de redistribuição.** É vital que os critérios para definição de produtividade sejam justos e objetivos. (...)”⁶⁰⁶ [grifos nossos]

Assim, no parlamento, as discussões políticas trazem também novas possibilidades de interpretações para as leis, não somente as que estão em votação (e se dirigem ao futuro), mas também as antigas (neste caso numa avaliação retrospectiva através de ataques, censuras, ou elogios ao passado), o que acontece com a legislação agrária, mais notadamente o Estatuto da Terra, ao momento da Assembléia Nacional Constituinte de 1988 e a própria interpretação da Constituição Federal de 1988 em seu processo de elaboração e na determinação da chamada “função social” da propriedade.

O resultado das construções operacionais presentes na utilização das várias finalidades de uma “lei” geram efeitos sociais os mais diferenciados possíveis, e, em certos casos, até mesmo imprevistos. No confronto deliberativo das escolhas (finalidades almejadas tanto pelo grupo governista, quanto por um opositor) o entendimento do que seja a “lei” e qual (quais) o (s) papel (papéis) por elas representados ou desconsiderados socialmente ajudam a construir a realidade histórica normativa que atinge o cidadão e, dependendo da finalidade legal predominante pode causar desconfortos, revolta, apatia ou outros sentimentos políticos, além de colaborar para construir barreiras sociais, exacerbar diferenças, ressaltar exclusões. Se por exemplo, se projeta uma lei com finalidades proibitivas e punitivas, ignorando a realidade social dos conflitos agrários no Brasil, equívocos de todos os matizes podem surgir (e surgem), tanto do lado dos trabalhadores quanto do lado dos proprietários de

⁶⁰⁵Trecho do pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 05/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁰⁶Trecho do pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 27/11/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

terra. Segundo o jurista Celso Ribeiro Bastos⁶⁰⁷, isso aconteceu, por exemplo, com a medida provisória nº 8.629/1993, na redação de seu artigo 2º, parágrafo 7º, que, para o jurista, teve a finalidade política explícita de buscar impedir a capacidade organizativa dos Movimentos Sociais de luta pela Terra, a partir do momento em que se pensou em usar a lei como instrumento de controle, punitivo, nomeando taxativamente os participantes de “invasores”. A lei aqui formulada teve, na análise do jurista, finalidades excludentes, expressando a punição, ou seja, a mensagem explícita de que “*o governo não ajuda invasor*” e aos trabalhadores que participam de tais movimentos foram imputados crimes tais como: “*esbulho possessório, dano, cárcere privado, depredação do patrimônio público, formação de quadrilha*”, entre outros; não sendo vistos, tais trabalhadores, como atores sociais no exercício de seus direitos políticos inerentes à uma cidadania ativa e participativa.

O processo legislativo da elaboração das leis ordinárias e complementares seguem algumas fases de tramitação obrigatória⁶⁰⁸ distintas das medidas provisórias já comentadas anteriormente. E, neste processo de elaboração típica do poder legislativo, não se pode deixar de mencionar as forças políticas e as pressões exercidas – de fora para dentro - do Setor Privado e da Sociedade Civil como um todo, durante todo o processo de apresentação, negociação, planejamento e organização das propostas. É dessa forma que não podemos deixar de mencionar, as práticas de pressão política que

⁶⁰⁷BASTOS, R. C. A medida Provisória nº 2027-38 de 04/05/2000 – “Antiinvasão” – como discutível instrumento da política agrária brasileira. Revista Espaço Científico. Santarém, vol. 05, n. ½, 2004, pp. 89-100.

⁶⁰⁸De forma bastante esquemática as leis ordinárias apresentam as seguintes fases de elaboração: I – Iniciativa (que pode ser geral, concorrente, privativa, popular, conjunta), II Constitutiva (onde ocorre a deliberação parlamentar com discussão e votação dos projetos; e deliberação executiva com sanção ou veto do presidente da república) e III – fase complementar ou final (com promulgação e publicação da lei) – artigo 47 da Constituição Federal de 1988. Essa é uma sequência inversa ao que ocorre com a chamada medida provisória, que nasce da manifestação exclusiva e individualizada do presidente da república, segundo caráter de relevância e urgência e só depois sendo submetida ao Congresso Nacional (poder legislativo) que poderá tomar as seguintes medidas: aprovar sem alteração, aprovar com alteração, não apreciar (rejeição tácita) ou rejeitar expressamente. Se não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias, que pode ser prorrogado por mais 60, no total de 120 dias, perde a eficácia de sua edição, operando efeito *ex tunc*, confirmando sua efemeridade e precariedade. Artigo 62, parágrafos 3º e 7º da Constituição Federal de 1988 com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001.

comumente realizadas passaram a ser denominadas de “lobby”⁶⁰⁹, ocorridas nas discussões que permeiam o processo de elaboração das leis.

Assim sendo, a confusão semântica do que significa exercer pressão política sobre a atuação do Congresso Nacional permite que sejam confundidas ações legítimas com atuações ilegítimas. Se pensada no viés que intitulam de “democracia participativa”⁶¹⁰, participação política significaria ou deveria significar a possibilidade de permitir a todos os atores do processo político, a começar pelo que se convencionou a chamar de sociedade civil, tomar parte nas decisões relevantes que lhes dizem respeito e que diretamente lhes afetam. Dessa forma, deveria se conceber que, tanto os proprietários de terra e mesmo os trabalhadores rurais sem terra, teriam o direito de exercer, legitimamente, sobre os representantes políticos parlamentares, pressão política, legítima e transparente, para que seus interesses fossem defendidos na elaboração das leis que dizem respeito à matéria agrária. Apesar de não constar como atividade regulamentada⁶¹¹ na prática parlamentar, o “lobby” existe de forma

⁶⁰⁹De origem inglesa, a palavra lobby significa saguão, sala de espera, ante sala. Por extensão, o lugar onde ficavam as pessoas que procuravam influenciar as autoridades e os políticos e que acabou por designar a ação de profissionais ou grupos que buscavam exercer pressões. Em seu estudo sobre a prática do lobby no Brasil, Carlos Magno de Nardi analisou a prática do lobby, apontando para a necessidade da regulamentação de tal exercício como premissa básica para a transparência da relação público-privado e o aprimoramento do sistema democrático, segundo sua visão é inexistência de uma de uma regulamentação clara que tem transformado a prática do lobby em uma prática obscura e promíscua, marcado pela corrupção e pelo tráfico de influência. Segundo sua conclusão: “Como não há lei, não há transparência”. O jogo dos interesses público-privado se move pelas sombras dos corredores verde e azul do Congresso Nacional. O diálogo com o Legislativo e o Executivo ocorre sem transparência e sem uma participação equânime dos atores sociais. De fato, é comum termos, no entendimento da palavra lobby, sempre o pejorativo da corrupção, da negociata escusa, dos interesses espúrios. Nunca ouvimos falar abertamente de um lobista dos Sem terra ou de um lobista dos professores, ou de um lobista da saúde pública. Há, no senso geral, a idéia de que apenas os interesses privados das grandes Empresas e Corporações capitalistas é que são capazes de criar lobistas. E, de fato, são os interesses privados que se legitimam apenas pela concorrência econômica, sem o cuidado com o interesse geral, que tudo fazem para reduzir o espaço da política e de suas decisões. Quanto mais escuso e realizado na obscuridade, mais as práticas lobistas reduzem o espaço público da política, mais lucram os interesses privados particularizados. E nesse sentido, que os maiores lobistas contra a causa da Reforma agrária estão vinculados à chamada Bancada Ruralista. NARDI, C. M de. “*Lobby e Comunicação: o diálogo público-privado no saguão do poder*”. Monografia apresentada à Escola de Comunicação e Arte da USP para obtenção de título de especialista em Gestão estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas da USP, 2006.

⁶¹⁰“Democracia participativa” é, ao nosso ver, uma expressão redundante, pois, se analisada em seus elementos essenciais de existência, a democracia já deveria supor em si mesma a participação de todos (todas).

⁶¹¹Em pronunciamento do dia 19/Julho de 2005, o senador Marco Maciel, fez menção a um projeto de sua autoria, apresentado em Plenário do Senado Federal em 12/12/1990, aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados para apreciação, fato que nunca se deu. Projeto este que versa exatamente sobre matéria de regulamentação da atividade do “lobby”, criando regras de transparência para as pessoas que exercem junto aos poderes públicos esse tipo de atividade. Projeto esse que nunca foi votado!

costumeira e, portanto, sujeita a interferências às vezes, ilegítimas e obscuras nas práticas parlamentares⁶¹².

Portanto, as discussões em análise convergem no sentido de comprovar nosso argumento de que, no momento de elaboração de uma dada lei, não se pode desconsiderar os mecanismos postos em atuação no jogo legislativo, que compõem um mapa de forças políticas (legítimas ou obscuras) atuantes no momento de sua elaboração e votação.

Essa “pressão” política é citada em vários dos pronunciamentos dos parlamentares, não somente quanto às matérias e projetos que estão sendo votados na atualidade, mas também re-memorados em análises críticas que compõem a técnica, já explicada, no primeiro capítulo, do uso da história cronológica como aprisionamento do tema e referência discursiva. Por essa construção, as pressões sobre a atuação parlamentar se colocam nas narrativas do passado e se inserem nas práticas do presente, que marcam uma referência à chamada história da reforma agrária no Brasil. O exemplo de maior destaque a estas pressões se encontra no momento histórico da ANC-Assembléia Nacional Constituinte para elaboração da Constituição Federal de 1988.

O senador Amir Lando, por exemplo, ao explicar os acontecimentos que remetem à ANC, enfatizou o quanto foi tensa a luta para conseguir incluir no texto da Constituição a expressão “função social” da propriedade e quantos lobistas agiam em defesa dos grandes proprietários de terra, argumento em seu discurso que *“lembra do episódio porque também esteve lá, conversando com o então deputado Ulysses Guimarães e com o deputado, hoje senador, Bernardo Cabral – à época relator geral da Constituinte”*⁶¹³.

Segundo a pesquisadora Sonia Regina Mendonça⁶¹⁴, a UDR- União Democrática Ruralista movimentou forças políticas em defesa dos proprietários de terra. O 1º projeto Substitutivo de autoria de Bernardo Cabral condicionava o direito de propriedade rural

⁶¹²No pronunciamento do senador Gilvan Borges do PMDB/AP, em 12/03/1998, há discussões interessantes referentes às chamadas práticas de ‘lobistas’ praticadas no Congresso Nacional. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶¹³Trecho do pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 11/11/2002. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶¹⁴MENDONÇA, S. R. A UDR e a Constituinte: Impasses na transição democrática. In: A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. [org. João Pedro Stédile]. 1ª Ed. Editora Expressão popular, São Paulo, 2006, pp151-189.

ao cumprimento de sua função social, o que foi um ponto onde a UDR saiu derrotada. Com a instalação dos trabalhos da ANC – Assembléia Nacional Constituinte (12-13/Junho/1987) a UDR mobilizou forças as mais diversas, e, quando perceberam que a vantagem se dava em relação aos setores progressistas, a reação da direita não tardou a se organizar, com a emergência do chamado “Centrão”, que logo faria votar uma mudança no próprio Regimento da Constituinte, de modo a facilitar a tramitação das matérias ao sabor dos “reacionários”. (a emenda ao Regimento proposta pelo “Centrão” propiciava que fossem discutidas novas emendas, mesmo que ainda não discutidas ou mesmo já derrotadas, desde que a proposta contasse com 280 assinaturas, sendo imediatamente recolocada em votação. Caso tornasse a ser derrotada de novo, criava-se o chamado “buraco negro”, figura legal que previa a solução do impasse não pela via da eleição, mas sim por uma nova proposta do relator de cada subcomissão). Com esta manobra político parlamentar no último round da UDR na Constituinte, a UDR liderava um bloco poderoso de lobby sobre os parlamentares – aliada à SRB- Sociedade Rural Brasileira, CNA – Confederação Nacional da Agricultura e OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras, pela aprovação do texto apresentado pelo “Centrão”. Articulando a votação, o Centrão assegurou-se da vitória dos interesses da grande propriedade, uma vez mais. Diante de um novo impasse, sua proposta não conseguira as 280 assinaturas necessárias – a votação foi encerrada e esperava-se apresentação do novo texto do relator - Bernardo Cabral – contemplando algum aceno de acordo, no que, aliás, parece ter sido bem sucedido: a UDR foi vitoriosa⁶¹⁵.

O resultado da discussão temática da reforma agrária na Constituinte, resultou no fato de que, graças a um artifício regimental, os números puderam ser ignorados e o grupo conservador eliminou do moderado texto do relator Bernardo Cabral uma única e crucial expressão, justamente a que permitia a “desapropriação de propriedades produtivas que não cumprissem sua função social”.

Nos dois textos anteriormente confrontados, tanto o do senador Amir Lando (de 2002, ao relembrar a ANC de 1987), quanto dos estudos da pesquisadora Sonia Mendonça aparece uma sinalização de que, quando se trata de reforma agrária, as

⁶¹⁵MENDONÇA, S. R. A UDR e a Constituinte: Impasses na transição democrática. In: A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. [org. João Pedro Stédile]. 1ª Ed. Editora Expressão popular, São Paulo, 2006, pp151-189.

tensões e conflitos levam as elites dirigintes, frente ao medo de perderem as rédeas da situação, alterarem as regras do jogo. Em outras palavras, frente à possibilidade de perderem, dentro das regras do jogo democrático, como ocorreu no momento da ANC de 1988, a elite agrária conseguiu mudar, em pleno desenrolar do jogo, as regras do mesmo e a alteração do Regimento Interno da Constituinte atesta isso.

A fala do Presidente da Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás Balduino⁶¹⁶, também expressa esse histórico de crítica à ANC de 1988, e das pressões então existentes. Num de seus discursos, proferido no Simpósio Nacional de Reforma Agrária, realizado em Uberlândia-MG, o mesmo comparou os governos de FHC e Lula, fez menção ao momento histórico da Constituinte e criticou a forma como se fazem as leis no Brasil, argumentando como se realizam as pressões e “boladas” parlamentares:

“(...) Hoje, ocupar a terra significa inviabilizar a vistoria da terra. Isso foi idéia de Fernando Henrique Cardoso. E a gente pensava que no governo Lula isso caísse, está lá! Então tem muita queixa contra o companheiro Lula. A mesma coisa em relação ao tamanho da propriedade, porque na Constituição de 1988, **a UDR (União Democrática Ruralista) já estava bem viva, unida com a bancada ruralista e colocou um obstáculo enorme diante do caminho da reforma agrária, simplesmente legislando assim: a terra produtiva é insusceptível de desapropriação para o fim da reforma agrária**, e insusceptível quer dizer que não pode ser desapropriada tratando-se de reforma agrária. Qualquer terra, qualquer chão, se o governo precisa passar uma estrada, precisa estabelecer ali alguma coisa pública, desapropria, e paga em dinheiro o valor daquela terra ou das benfeitorias. **Mas procurou-se um caminho alternativo, foi bolado pelos deputados e senadores da UDR** daquele tempo, porque para saber se é produtiva ou improdutiva a coisa vai para o juiz e lá fica um ano, dois anos e o pessoal desiste ou morre de fome, ou acontece as duas coisas. Passou a se decidir sobre o que é produtivo ou o que é improdutivo (...), **então jogou a reforma agrária para o Judiciário. Jogou a reforma agrária para o inimigo da reforma agrária**. Isso foi um gesto diabólico da Constituição de 1988. (...)

(...) Eu queria dizer o seguinte: a situação da reforma agrária, o que teve de reforma agrária, foi conquista dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Se não houvesse essas ocupações que hoje estão amarradas por causa da lei que pune, da lei que ‘criminaliza’ a ocupação, se não houvesse toda essa luta não haveria reforma agrária nenhuma. A reforma agrária está acontecendo por causa disso. (...)”⁶¹⁷
[grifos nossos]

⁶¹⁶BALDUINO. Dom. T. *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*, realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia, Minas Gerais, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária – PACTo - MG/TM”, criado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Este trecho é a transcrição de recortes da palestra pronunciada por Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás e então Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT no dia 10 de abril de 2006, gravada pela autora.

⁶¹⁷Título do tema geral tratado no primeiro dia do *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*, realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de

Por fim, mas não por último, a Lei nº 8.629 de 1993, chamada de lei agrária, importante marco no processo recente de Reforma Agrária também evidencia a luta e a tensão entre as forças políticas no embate para o estabelecimento de uma reforma agrária, agora frente à crise política do poder Executivo (com *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo) 5 anos após a Constituinte de 1988, num contexto histórico diferenciado, em que as forças progressistas conseguiram isolar as influências da UDR e conseguiram aprovações de um texto legal que, segundo opinião do pesquisador E.V. Oliveira, representou “*um avanço na discussão da reforma agrária de forma a contemplar a participação de organizações da sociedade civil no tocante ao tema, incluídos aí organizações como a CPT, Contag, CUT, MST, CIMI, ABRAE, IBASE, Pastoral Operária, entre outras*”⁶¹⁸

A Constituição de 1988 não resolveu o problema da reforma agrária, pois o “buraco negro” deixou por resolver questões até então insolúveis. Entretanto, a ANC e a experiência de seu momento histórico permitiram uma melhor articulação e organização das forças progressistas para a aprovação da lei agrária de 1993.

Segundo Edécio Vigna de Oliveira⁶¹⁹, “*as organizações progressistas aprenderam que, no processo legislativo, a luta isolada não alcança qualquer objetivo*”. Outro aprendizado foi a compreensão de que “*o parlamento é uma arena de negociação política, e quem não negocia perde a chance de colocar suas propostas em debate*”. Aprenderam que “*a apresentação de um projeto de lei é o início de um processo prolongado e que o resultado é um projeto-texto entre as partes*”.

Segundo o autor, a capacidade organizativa dos grupos que apoiavam a causa da Reforma Agrária, a fragilidade do poder executivo e principalmente a aprendizagem advinda das negociações da ANC permitiram às entidades como CPT, Contag, CUT,

Uberlândia, em Uberlândia, Minas Gerais, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária – PACTo - MG/TM”, criado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Este trecho é a transcrição de recortes da palestra pronunciada por Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás e então Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT no dia 10 de abril de 2006, gravada pela autora.

⁶¹⁸OLIVEIRA, E. V. Uma janela histórica: regulamentação da Reforma Agrária. In: Introdução Crítica ao Direito agrário. Mônica Castanha Molina, José Geraldo Júnior, Fernando da Costa Tourinho Neto [org], Brasília, UNB, Grupo de apoio à Reforma Agrária. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.170

⁶¹⁹OLIVEIRA, E. V. Uma janela histórica: regulamentação da Reforma Agrária. In: Introdução Crítica ao Direito agrário. Mônica Castanha Molina, José Geraldo Júnior, Fernando da Costa Tourinho Neto [org], Brasília, UNB, Grupo de apoio à Reforma Agrária. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.170

MST, CNBB, Cimi, Abrae e Ibase, Pastoral Operária e outras, uma maior “flexibilidade”, levando à mesa de negociação vários pontos de propostas, sabendo “sentar-se à mesa”, “sabendo até onde flexibilizar”. Tais embates, no momento histórico de 1993 trazem para a arena de “negociação”, a idéia de que a lei não é simplesmente a ratificação do poder dominante sobre os dominados.

A tramitação do projeto do MST encontrou ambiente mais favorável na Câmara dos Deputados do que o projeto da Contag apresentado junto ao Senado Federal. O senador Alfredo Campos (PMDB/MG), ao acatar e defender as emendas progressistas avançou o texto. O processo no Senado Federal tramitou de forma mais ágil, pois, o texto substitutivo era o resultado da negociação na Câmara, onde os empecilhos eram maiores. Com o apoio de líderes conservadores, o Senado Federal aprovou 22 emendas progressistas ao projeto e nenhuma dos conservadores:

“ratificar a decisão não foi tranqüilo. Os senadores favoráveis à Reforma Agrária tiveram que derrubar o regime de urgência para garantir as modificações necessárias ao avanço do texto aprovado na Câmara, senão não teriam tempo suficiente para as articulações políticas. Os senadores contrários à regulamentação da reforma agrária votaram de acordo com o relator, mas em seguida usaram todos os recursos regimentais possíveis para impedir a aprovação do projeto. Foi paradoxal: os senadores que defendiam a agilização da tramitação do projeto-lei tinham de obstruí-lo, a fim de ganhar tempo para fazer as articulações que garantiriam as modificações propostas pelas organizações progressistas”.⁶²⁰

Mesmo com a atuação dos conservadores que tinham o domínio absoluto da Comissão de Agricultura da Câmara, os acontecimentos políticos (de *impeachment* do presidente da república) permitiram um forte e intenso processo de negociação da temática, e, por interferência do presidente da Câmara, os progressistas conseguiram aprovar um requerimento de “urgência urgentíssima” que transferiu para plenário o projeto da Comissão de Agricultura. O projeto substitutivo foi votado, a UDR foi “isolada”, e apesar de não ser o ideal para os trabalhadores rurais, representou uma derrota das posições extremistas de defesa do latifúndio e da UDR.

Assim sendo, o debate histórico de aprovação da lei nº 8.629 de 1993, é particularmente singular, pois, “*foi a primeira lei agrária brasileira discutida por todos os setores interessados, com participação efetiva de grupos organizados da sociedade civil, não sendo, portanto, projeto de interesse de um grupo em particular, ou mesmo de*

⁶²⁰Idem. p.173

radicalismos extremados”⁶²¹. Segundo Oliveira⁶²², o Inesc denunciou que a UDR, que havia atuado para inviabilizar o processo, no último instante tentou votar o projeto na Comissão de Economia. As organizações da sociedade civil estavam atentas, localizaram e abortaram a manobra, sendo essa tentativa de golpe congressual que ajudou, além dos fatores políticos externos, a isolar a UDR e a possibilitar os debates de negociação dos segmentos organizados da sociedade civil.

Portanto, as leis elaboradas são discutidas no reino das possibilidades, com atuações dos agentes e atores históricos, com finalidades as mais diversas possíveis. Em seu processo de votação há conflitos, tensões, e no mais das vezes participação dos interesses dos grupos sociais que exercem pressão política sobre os parlamentares que a aprovam, sendo que inúmeras vezes a lei representa a derrota de um grupo e a vitória de outro, trazendo em si mesma as omissões, as lacunas, os imperativos do grupo vencedor que a aprova. A lei se apresenta, portanto, como uma relação direta de disputa de poder pelos grupos sociais nela envolvidos, um campo histórico de disputa tensa pela demarcação de interesses. Depois de pronta a lei mostra ao povo apenas a sua faceta formal, estática, “harmônica”, imperativa e coercitiva. É essa mesma lei que será analisada pelo Poder Judiciário, onde novamente será des-montada, questionada em sua lógica e burilada como matéria-prima pelos agentes operadores do direito, questões estas postas para o próximo tópico.

IV

De como as leis são operacionalizadas no Judiciário

Na composição dos três poderes do Estado Democrático de “Direito”, o poder judiciário tem função precípua de julgamento, chamada de função jurisdicional, exercida pelos juízes (de primeira instância), desembargadores (juízes de segunda instância – Tribunais) e ministros (juízes do STJ – Superior Tribunal de Justiça e STF – Supremo Tribunal Federal) e demais servidores imediatamente a eles vinculados. A função “jurisdicional” estatal é exercida mediante a substituição dos titulares dos

⁶²¹OLIVEIRA, E. V. Uma janela histórica: regulamentação da Reforma Agrária. In: Introdução Crítica ao Direito agrário. Mônica Castanha Molina, José Geraldo Júnior, Fernando da Costa Tourinho Neto [org], Brasília, UNB, Grupo de apoio à Reforma Agrária. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

⁶²²Idem.

interesses em conflito para, numa tentativa de “imparcialmente”, buscar, dentro do poder judiciário, a pacificação do conflito que os envolve, com “justiça”. Essa pacificação é feita mediante a atuação da vontade do direito objetivo (ou direito positivado/escrito) que rege o caso concreto apresentado para ser solucionado, e o Estado desempenha essa função sempre mediante um processo⁶²³ jurídico, seja expressando imperativamente o preceito (através de uma sentença⁶²⁴ de mérito), seja realizando no mundo das coisas o que o preceito estabelece (através de uma execução forçada)⁶²⁵. Portanto, é partindo da análise de processos judiciais, sentenças, acordãos, jurisprudências e outros documentos emanados do poder judiciário, que empreendemos a construção e a compreensão da temática da reforma agrária neste tópico, analisando da mesma maneira que anteriormente, quais os argumentos que informam a visão de “lei”, “justiça”, “direito”, “função social” da propriedade privada, papel dos juízes e fundamentalmente “reforma agrária” dentro desta esfera de poder. Aqui, na construção do gênero retórico judiciário, a luta e os embates ocorrem pela fixação do certo e do errado, do legal e do ilegal, do justo e injusto; uma luta em que, operadores jurídicos (advogados, promotores e defensores públicos) empreendem o direito (uma ciência prático argumentativa) para convencer um magistrado (juiz) a interpretar e promulgar, num caso concreto, uma sentença judicial. Assim, o juiz é chamado a proferir uma decisão sobre as possíveis interpretações legais e dizer, no caso concreto, o que deve ou não deve ser feito, o que está certo ou errado, o que é justo ou injusto, segundo as ordens e/ou lacunas da “lei”⁶²⁶.

⁶²³Processo aqui é tomado em sentido jurídico não só como o processamento da demanda entre as partes, mas como o documento textual produzido pelos advogados e agentes judiciais envolvidos e arquivado nas secretarias das comarcas e tribunais. O processo aqui tem o significado de peças relativas à petição, arrazoados, alegações, contra-alegações e mesmo a sentença judicial e demais “peças” que informam os argumentos empreendidos pelos agentes judiciais e operadores do direito e tomados como fontes de pesquisa em nossa análise retórica sobre a temática.

⁶²⁴Sentença é tomada aqui com o significado de ato pelo qual o juiz decide a causa principal ou algum incidente que se apresente, segundo a lei; veredicto. Se for realizada por um único juiz recebe o nome de Acórdão.

⁶²⁵CINTRA, A.C.;GRINOVER, A.P.;DINAMARCO, C.R. Teoria Geral do Processo.12.ed. São Paulo. Malheiros, 1996

⁶²⁶Aqui a lei tem o significado de direito positivo, ou seja, as normas escritas contidas no ordenamento jurídico vigente. Exemplo dos Códigos Penal, Processual, Civil, Comercial, Consolidação das Leis do Trabalho, Constituição Federal, emendas à Constituição, leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos, as resoluções. Acrescentem-se aqui as chamadas “Jurisprudências” emanadas do Poder Judiciário advindas das decisões dos Tribunais que têm “força de lei” e compõem todo o ordenamento jurídico positivado de um país.

No judiciário, as ambiguidades continuam presentes nas diversas formas como as “leis” são operacionalizadas e interpretadas por toda uma corporação técnica especializada, tanto de operadores do direito, quanto juízes, doutrinadores e estudiosos da área em questão. E as tensões e conflitos demarcam não somente as relações externas com os outros dois poderes e a sociedade civil em geral, mas as relações estruturais dentro do próprio poder judiciário, composto por uma hierarquia normativa e funcional.

No “*Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*”, realizado pela Universidade Federal de Uberlândia, em 2006, quando da discussão sobre reforma agrária, diversos discursos e argumentos foram significativos ao nosso entendimento. Dom Tomás Balduino, por exemplo, religioso e intelectual atuante junto à causa de luta por reforma agrária, presidente da CPT – Comissão Pastoral da Terra, argumentou que “a “*Constituição de 1988 jogou para o Judiciário – inimigo da reforma agrária - a tarefa de realizar a reforma agrária*”⁶²⁷. Nos dizeres do bispo, “*o poder Judiciário é o inimigo da reforma agrária*”, pois “*é ele que impede o assentamento dos trabalhadores rurais que ocupam as propriedades improdutivas*”⁶²⁸. E o superintendente regional do INCRA/MG, Marcos Helênio Leoni Pena, ocupante de cargo no poder executivo, presente no mesmo simpósio considerou, acerca da responsabilidade dos poderes legislativo e judiciário frente à reforma agrária que:

“(...) é preciso discutir também dentro do aspecto do Poder Judiciário e dentro do Legislativo. **Será que as leis, elas permitem uma reforma agrária com agilidade? Será que o Poder Judiciário está preparado para julgar todos os processos?** Então, são coisas que nós também temos que fazer esse debate, que muitas vezes eles falam: Mas **o processo não está andando! Está lá! Mas com obstáculos jurídicos.** Tem uma ação declaratória de produtividade, foi solicitada uma perícia... Então há uma série de fatores que emperram o processo, mas de qualquer forma nós temos esse grande desafio. (...)”⁶²⁹. [grifos nossos]

⁶²⁷BALDUÍNO, D. T. *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*, realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia, Minas Gerais, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária – PACTo - MG/TM”, criado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Transcrição de um trecho da fala, da palestra proferida por Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás e então Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT no dia 10 de abril de 2006, gravada pela autora.

⁶²⁸Idem.

⁶²⁹PENA, M. H. *Simpósio Nacional de Reforma Agrária: Balanço Crítico e Perspectivas*, realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2006, na Universidade Federal de Uberlândia, em Uberlândia, Minas Gerais, promovido pelo “Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Assentamentos de Reforma Agrária – PACTo - MG/TM”, criado pela Universidade Federal de Uberlândia por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa

Citados de forma exemplificativa, os dois atores sociais anteriores representam vozes sociais externas ao poder judiciário, que fazem críticas à atuação de juízes e à forma como a questão da reforma agrária é “obstaculizada” dentro do poder judiciário. Portanto, é comum que, no desenrolar do jogo democrático, autoridades políticas, tanto do poder executivo, quanto do legislativo, ou do próprio poder judiciário, ou lideranças do Movimento e da sociedade civil interessadas na questão, questionem a importância do judiciário, a importância do papel dos juízes e o modo como se decidem os casos. As indagações mais frequentes situam-se em perguntas do tipo: “*os juízes brasileiros tem sido conscientes ao julgar as lides que versam sobre o tema da reforma agrária?*” “*É tarefa de juízes realizar a reforma agrária?*” “*Pode o magistrado corrigir distorções e erros causados pelos outros dois poderes?*” “*Pode o magistrado não aplicar ou aplicar parcialmente uma lei que considere injusta?*”⁶³⁰ Tais indagações nos fazem vislumbrar as intrincadas relações da política com a atividade jurisdicional e vice-versa, permitindo verificar a complexidade na elaboração e aplicação do que se intitula “lei”, motivada nas relações dos três poderes, dentro de um Estado que se denomina “de direito” na discussão e na realização do que se conceitua por “reforma agrária”.

Vimos na análise dos pronunciamentos parlamentares, em diversos momentos, cobranças de posicionamento em relação à atuação de juízes, promotores e operadores do direito, criticando a chamada “atuação condescendente” de vários deles em favor dos “latifundiários”, como o exemplo da fala do Senador Eduardo Suplicy⁶³¹, ao criticar a forma como “*o judiciário não agiu em relação à Corumbiara*”. Ou mesmo, o contrário, quando parlamentares se dizem “preocupados” quando as liminares e as ordens de despejo e desapropriação, dadas pelos juízes, não são cumpridas e, nestes casos, os mesmos buscaram criar em seus discursos um sentimento político de “preocupação” em ver como a “lei” estava sendo “desrespeitada” e, insistindo no argumento de que a “lei

e Pós-Graduação. Transcrição de um trecho da fala, da palestra proferida por Marcos Helênio Leoni Pena, Superintendente Regional do INCRA/MG, no dia 10 de abril de 2006, gravada pela autora.

⁶³⁰Tais questionamentos aparecem em diversas peças processuais. São perguntas recorrentes que motivam argumentos de vários operadores jurídicos nas peças processuais elaboradas e por nós analisadas.

⁶³¹Fala do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, no pronunciamento de 15/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

precisa ser cumprida”, “*as ordens judiciais precisam ser respeitadas*”, como nos exemplos do senador Bernardo Cabral.⁶³²

As “leis” votadas pelo Congresso Nacional ou mesmo de iniciativa do presidente da república apresentam, como visto nos tópicos anteriores, intenções políticas, mais ou menos implícitas, são a matéria-prima do trabalho de operadores do direito e a todo o momento, manipuladas por uma corporação jurídica especializada: comentadas, glosadas, repetidas, alteradas, re-interpretadas. Segundo Foucault “*não há de um lado uma categoria dada uma vez por todas de discursos fundamentais ou criadores e, de outro lado, a massa daqueles que repetem, glosam e comenta*”⁶³³ A inovação e repetição estão postas e repostas no princípio do deslocamento que encontra-se, sem cessar, repostado em jogo. E, assim, a ciência jurídica se estende com facetas de repetição, de comentários, mas ao mesmo tempo com facetas de inovação, de invenção criativa. Juristas, doutrinadores, operadores jurídicos e toda uma comunidade especializada são chamados a interpretar a “lei”, em várias instâncias hierarquizadas, que compõem a estrutura organizacional e funcional do poder judiciário. Assim sendo, a atuação humana da figura do magistrado é bastante significativa. É importante o modo como os juízes decidem os casos. A diferença entre dignidade e ruína, entre ser um cidadão lutando “legitimamente” por um pedaço de terra ou ser um criminoso “baderneiro e quadrilheiro” pode depender de um simples argumento que, talvez não fosse tão poderoso aos olhos de outro juiz, ou do mesmo juiz só que, no dia seguinte. As pessoas freqüentemente se vêem na iminência de ganhar ou perder muito mais em decorrência de um aceno da cabeça do juiz do que de qualquer norma geral que provenha do legislativo, e nesse sentido, o juiz tem o poder “de dizer” o direito, é “a voz que profere” a sentença⁶³⁴. Os processos judiciais são importantes em outro aspecto que não pode ser avaliado em termos de dinheiro, nem mesmo de liberdade. Há, inevitavelmente, uma dimensão moral associada a um processo judicial legal e, portanto, um risco permanente de uma forma inequívoca de injustiça pública. Um juiz deve decidir não simplesmente

⁶³²Fala do senador Bernardo Cabral, do PP/AM, no pronunciamento de 11/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶³³FOUCAULT, Michel. “*A ordem do discurso*”. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02/12/1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.^a ed. Loyola, São Paulo, 1996. pp23-25.

⁶³⁴À idéia de que “cada juiz uma sentença” leva-nos à idéia das várias noções de “justiça” aplicadas aos casos concretos.

quem vai ter o quê, mas quem agiu bem, quem cumpriu com suas responsabilidades de cidadão, e quem, de propósito, por cobiça ou insensibilidade, ignorou suas próprias responsabilidades para com os outros, ou exagerou as responsabilidades dos outros para consigo mesmo. Se esse julgamento for injusto, então a comunidade terá infligido um dano moral a um de seus membros por tê-lo estigmatizado, em certo grau ou medida, como “fora-da-lei”. O dano é mais grave quando se condena um inocente por um crime, mas já é bastante considerável quando um queixoso com uma alegação bem fundamentada não é ouvido pelo tribunal, ou quando um réu dele sai com um estigma imerecido. Portanto, a lei freqüentemente se torna aquilo que o juiz afirma. Questões assim transformam a atividade jurisdicional numa aventura social de suma importância e nos fazem questionar sobre o tipo de valores que estão permeando o direito brasileiro, sobre qual é o tipo de direito que está em curso na sociedade. Sabemos que vivemos na “lei” e segundo o “direito”. Ele faz de nós o que somos ou não somos: cidadãos, (des)empregados, proprietários com ou sem terra. É a “espada”, o “escudo”, a “balança”⁶³⁵. E discutimos os seus decretos, mesmo quando os livros que supostamente registram suas instruções e determinações nada dizem. Como se explica isso? Como a “lei” pode comandar quando os textos jurídicos emudecem, são obscuros ou ambíguos? Eis aqui o que justifica a encarnação da “lei” na figura do magistrado.

Além do mais, dentro de uma hierarquia funcional, alguns juízes possuem *status quo* superior a outros. Dentro da estrutura judiciária, os juízes de primeira instância podem ter (e tem) várias de suas decisões revistas por juízes de segunda instância (desembargadores), que por consequência podem ter suas decisões revistas pelos ministros do STJ - Superior Tribunal de Justiça ou do STF - Supremo Tribunal Federal. Tais juízes, principalmente do STF⁶³⁶ são protagonistas políticos ao decidirem sobre os

⁶³⁵Na simbologia a deusa da justiça, com venda nos olhos é representada segurando em uma das mãos a espada (como símbolo de luta) e na outra a balança (como símbolo da busca pelo equilíbrio). Em alguns momentos também é representada segurando em uma das mãos, ao invés da espada, um livro, representando a codificação escrita da *lex* – “lei”.

⁶³⁶O artigo 101 da CF/1988 preceitua: “O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre os cidadãos com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Temos como composição do período de análise os Ministros: Gilmar Mendes, Cezar Pelluso, Celso de Melo, Marco Aurélio de Mello, Ellen Gracie, Carlos Brito, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Carmem Lúcia, Mauricio Correa (aposentou-se m 2004) e Nelson Jobim (aposentou-se em 2006).

conflitos entre os poderes e sobre a inconstitucionalidade de leis de todos os tipos, entre elas, a matéria agrária.

A importância que tais atores jurídicos assumem, como no exemplo do Supremo Tribunal Federal, pode ser verificada no teor das votações e das matérias polêmicas que tais juízes votam e que influenciam diretamente o mundo da política, além de revelar concepções de “direito” e “justiça” que vão interferir no momento de aplicação e interpretação das leis.

O ministro Marco Aurélio de Mello⁶³⁷, por exemplo, então ministro do Supremo Tribunal Federal, não hesitou em contrariar um tabu da justiça brasileira que tem como máxima a idéia de que primeiro vem a “lei” e depois o direito de quem reivindica. O ministro apresentou a idéia oposta de que *“primeiro idealizo a solução mais justa, só depois vou buscar o apoio na lei”*⁶³⁸. A frase repercutiu nos espaços midiáticos e jurídicos e, obviamente, gerou acordos e desacordos a esta significação. Entretanto, surtiu o efeito de realçar a posição não ortodoxa de um ministro do Supremo Federal com um entendimento, segundo ele próprio, *“de que a justiça é aprimoramento constante, justiça é obra de homem, e enquanto obra humana é passível de falhas (...) é*

⁶³⁷Polêmico em seus anos de atuação, o ministro Marco Aurélio de Mello criou o projeto da TV Justiça, projeto de sua autoria e que foi sancionado por ele mesmo quando assumiu esporadicamente o cargo de presidente da república quando da ausência do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a idéia de transmitir sessões dos julgamentos do STF. Concedeu habeas corpus ao banqueiro Salvatore Cacciola, em 2000, que este aproveitou para se refugiar na Itália Defensor do aborto no caso dos bebês anencéfalos, em julho de 2004, o ministro concedeu uma liminar que permitia o aborto da criança cuja ausência de cérebro ficasse provada, o que o fez polemizar com diversos grupos religiosos e, mesmo como presidente do TSE – Tribunal Superior Eleitoral, usou inúmeras vezes a imprensa para “ameaçar” as eleições, convocou uma coletiva de juízes, em pleno processo eleitoral, para dizer que todos estavam grampeados, sugerindo subliminarmente que era o governo por trás dos grampos. A imprensa traduziu rapidamente a história para o público. Depois das eleições presidenciais de 2003 o mesmo chamou de novo a imprensa para dizer que o presidente Lula corria o risco de não tomar posse, por causa “das contas de campanha”. Sua atitude foi considerada por defensores do PT – Partido dos Trabalhadores, como *“típica ação de terrorismo, para a imprensa passar para o público a impressão de fraqueza do presidente Lula”*. Suas palavras também foram muitas vezes interpretadas como uma voz conservadora dentro do tribunal, a ponto de ser acusado de “líder da UDN” no Supremo. Votou a favor da concessão de habeas corpus a notórios personagens identificados com a corrupção, como o juiz Nicolau dos Santos Neto, o “Lalau”; e condenou o uso de algemas na prisão do ex-presidente do Senado Jader Barbalho. O ministro sempre negou fazer oposição a Lula e argumentou em entrevistas que falava a mesma coisa na época do governo Fernando Henrique. É verdade que criticou muito as edições sucessivas de medidas provisórias pelo governo FHC e suspendeu a tramitação da reforma previdenciária, em 1996, a pedido do PT, PDT e PCdoB. Até se especulou que FHC não gostava quando, no comando do STF, em 2002, assumia a cadeira presidencial. *“É melhor dizerem que sou contra do que falarem que sou o representante do governo dentro do tribunal”*, deu de ombros o ministro. Mas, sem sombra de dúvida, o ministro falou muito mais e de forma bem mais agressiva nos tempos do governo de Lula do que na época em que FHC era presidente. Pode-se dizer também que há uma maior afinidade entre as opiniões do ministro e da mídia em geral, o que certamente explica os espaços midiáticos que Marco Aurélio ocupou na imprensa e o fato de ter desaparecido da narrativa jornalística o tom jocoso com que era tratado por ter sido indicado por um parente (o primo Collor) mais tarde deposto do poder por acusações de corrupção.

<http://www.cartacapital.com.br/app/materia.jsp?a=2&a2=8&i=65>. Acesso: 08/08/2008

⁶³⁸Marco Aurélio de Mello. “A Constituição brasileira é pouquíssimo amada”. Revista Vozes do Supremo. Entrevista concedida pelo ministro do Supremo ao repórter Márcio Chaer em 22 de março de 2006. Fonte: <http://conjur.estadão.com.br/static/text/42904,1>. Acesso em 10 de Setembro de 2006.

preciso que se compreenda que a lei é feita para os homens e não os homens para a lei. Dura é a legislação em si mesma, mas o juiz não precisa ser algoz. Ao contrário, deve humanizar a própria lei". Esse seu tipo de postura teve reflexo em várias decisões e casos polêmicos que julgou. É, portanto, desse modo, que discussão “politização do jurídico e jurisdicionalização da política”⁶³⁹ é bastante atual, uma vez que tem sido recorrente que o mundo político se valha de mecanismos jurídicos para seu funcionamento e o mundo jurídico amplie sua participação e atuação política junto à sociedade, causando impactos na forma como se pensa a estruturação da chamada “democracia” contemporânea e na relação de vinculação dos três poderes estatais.

Além de uma análise pessoal do papel da “lei”, o então ministro abordou, na mesma entrevista, uma questão importante na discussão da relação entre os três poderes, mais particularmente a relação Executivo e Judiciário. Evidenciou o problema de como os poderes elaboram, articulam e se utilizam de seus regimentos internos e enfatizou que “*O Supremo não tem compromisso com a governabilidade, a governabilidade é que tem que se adaptar à legislação existente, o Supremo tem compromisso com a Constituição*”. Entretanto, não podemos esquecer que, no emaranhado de vínculos entre os três poderes, cada ministro do Supremo Tribunal Federal é nomeado pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal (Constituição Federal, artigo 101, parágrafo único)⁶⁴⁰ Assim sendo, mesmo depois de

⁶³⁹A “judicialização da política” corresponde a um fenômeno observado em diversas sociedades contemporâneas. Esse fenômeno, de forma geral, apresenta dois componentes: (1) um novo “ativismo judicial”, isto é, uma nova disposição de tribunais judiciais no sentido de expandir o escopo das questões sobre as quais eles devem formar juízos jurisprudenciais (muitas dessas questões até recentemente ficavam reservadas ao tratamento dado pelo Legislativo ou pelo Executivo); e (2) o interesse de políticos e autoridades administrativas em adotar (a) procedimentos semelhantes aos do processo judicial e (b) parâmetros jurisprudenciais em suas deliberações (muitas vezes, o judiciário é politicamente provocado a fornecer esses parâmetros). É possível afirmar que se vive hoje, no Brasil, um processo de mudança no que diz respeito às questões de definição do significado cultural e de determinação do papel institucional do judiciário. A atuação dos tribunais, em sua interação com o sistema político, têm se dado em dois planos: (a) o plano das ações políticas ou *não jurisdicionais*, definidas pelo exercício informal do poder; e (b) o das ações *jurisdicionais*, caracterizadas pelo exercício formal da autoridade judicial. No primeiro caso, encontram-se pronunciamentos de juízes (discursos de posse, declarações à imprensa) distintos dos que decorrem do exercício da autoridade judicial, mas que são freqüentemente complementares a ela, do ponto de vista político. Por outro lado, as ações jurisdicionais compõem-se de pronunciamentos oficiais dos juízes, no exercício de sua autoridade judicial (despachos, sentenças, votos, acórdãos, decisões liminares). CASTRO, M.F. O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política. Revista eletrônica ANPOCS. Endereço eletrônico de consulta: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_09.htm. Acesso: 31/08/2009

⁶⁴⁰ Neste sentido o artigo 101 da CF/1988 preceitua: “O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre os cidadãos com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, de notável

sua saída, um Presidente da República tem sempre alguns ministros do Supremo Tribunal Federal que lá permanecem escolhidos ao tempo de seu mandato e que foram selecionados pelo referendo pessoal do próprio chefe do executivo federal; independência de atuação à parte, os vínculos e as preferências subjetivas existem e isso não pode ser negligenciado nem na atuação individual dos juízes, nem nas relações que mantêm interna e externamente ao poder em que atuam.

Assim sendo, a escolha dos ministros que compõem a Corte Suprema da República Federativa do Brasil está também vinculada a fatores políticos subjetivos e marcada por relações de influência. Politicamente, quando analisamos a troca de presidentes de 2002 para 2003, com a saída de FHC e a eleição de Lula, a relação entre Executivo e Judiciário se demonstrou muito frágil, e não raras vezes, Lula encontrou dificuldades de se relacionar e receber apoio do poder judiciário para as medidas políticas que tomou no início de seu primeiro mandato.

Exemplo disso foram as diversas decisões do STF impedindo vistorias e desapropriações. Em 14/08/2003, o presidente Lula sofreu sua maior derrota agrária, ao tentar desapropriar 13,2 mil hectares de fazendas em São Gabriel, região gaúcha. O Supremo Tribunal Federal anulou em 14 de agosto de 2003 a desapropriação de terras do pecuarista Alfredo Southall, já assinada pelo governo. Desde então, nenhum metro de terra foi desapropriado no Estado. A decisão do STF desanimou os técnicos governamentais, que davam a desapropriação como certa. Pela medida seriam assentados metade dos acampados na época. Apontado pelo MST e pelo próprio governo como “*um grande devedor do Banco do Brasil*”, a propriedade de Southall também seria improdutiva - conforme laudo elaborado pelo INCRA. A avaliação de produtividade nem foi analisada pelos ministros do Supremo. Por oito votos a dois, os magistrados consideraram que o dono da fazenda não fora corretamente notificado para

saber jurídico e reputação ilibada. Assim sendo, é interessante observar, por exemplo, que os ministros Gilmar Mendes (presidente do STF a partir de 2008), Ellen Gracie (presidente do STF entre 2006-2008) e Nelson Jobim (presidente do STF entre 2004-2006) foram nomeados ministros à época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O ministro Mauricio Correa (presidente do STF entre 2003-2004) foi nomeado ministro à época do presidente Itamar Franco. O ministro Marco Aurélio de Melo (presidente do STF entre 2001-2003) foi nomeado ministro à época do presidente Fernando Collor de Melo (por sinal ambos são parentes: primos). O ministro Celso de Melo (presidente do STF entre 1997-1999) e o ministro Sepúlveda Pertence (presidente do STF entre 1995-1997) foram nomeados ministros à época do presidente José Sarney. Informações retiradas do site eletrônico <http://www.stf.gov.br/portal/ministros/presidentes>. Acesso: 08/08/2008.

a vistoria que considerou suas fazendas improdutivas. Ele estava ausente em uma das vistorias, alegaram os vitoriosos advogados de Southall. Desde então, as notificações do INCRA seguiram todo o formalismo jurídico, ganhando em precisão, mas perdendo a celeridade reivindicada pelos defensores da reforma agrária. Tal decisão é seguramente a melhor expressão que demonstra como o Judiciário tem contribuído com o processo de reforma agrária no país: vitória dos “latifundiários”, comemorada por diversos grupos, entre eles o senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, que em pronunciamento do Senado comemorou o que chamou de “*decisão belíssima a do STF*”,⁶⁴¹

Portanto, no início de seu primeiro mandato, Lula teve rejeitado diversos nomes indicados a cargos administrativos no Senado e oposições no Judiciário que marcaram sua atuação, a ponto do presidente dizer, num discurso improvisado, que: “*pode ficar certo que não tem chuva, não tem geada, não tem terremoto, não tem cara feia, não tem Congresso Nacional, não tem poder Judiciário. Só Deus será capaz de impedir que a gente faça esse país ocupar o lugar de destaque que ele nunca deveria ter deixado de ocupar*”⁶⁴². E, num tom irônico, o então presidente do Supremo Tribunal Federal – ministro Maurício Corrêa – respondeu: “*quanto às previsões divinas, eu aguardo que elas se realizem, porque, como o presidente, auguro que o Brasil se coloque em uma posição de tranquilidade. Todavia, quanto aos demais poderes, a Constituição deve ser respeitada e, como tal, cada um deles tem seus limites demarcados clara e expressamente*”⁶⁴³. Troca de disparos verbais que demonstram claramente que a relação entre os poderes, nas figuras dos atores que se lhe ocupam os cargos, não é, na prática, tão harmônica assim como se apregoa na Constituição.

⁶⁴¹Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 15/08/2003. Anais do Senado Federal. Endereço eletrônico: <http://www.senado.gov.br>

⁶⁴²SILVA, L.I. Lula. Discurso de improviso na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao comentar sobre o crescimento do Brasil e as reformas levadas a cabo pelo seu partido. Notícias: Globo On line, por Cristiane Jungblut e Ana Paula Macedo. 25/06/2003. Acesso 07/08/2008.

⁶⁴³CORREIA, M. ministro do STF em nota distribuída em resposta às declarações de Lula do dia 25/06/2003 em seu discurso de improviso na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao comentar sobre o crescimento do Brasil e as reformas levadas a cabo pelo seu partido. Notícias Jornal do Brasil On line, por Luiz Orlando Carneiro. No mesmo dia 25/06/2003, após solenidade na Confederação Nacional da Indústria, o Palácio do Planalto informou ao gabinete do presidente do STF que o presidente não poderia estar presente à cerimônia de posse dos três primeiros ministros do STF nomeados por Lula para o Supremo: o ministro Ayres de Brito, Cezar Peluso e Joaquim Barbosa Gomes, sendo representado pelo ministro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça do governo Lula.

Na interpretação da “lei” para o convencimento dos juízes, os operadores do direito se dividem e se digladiam na arena do cenário jurídico, na luta pela defesa dos interesses dos grupos e das partes envolvidas. O resultado desses embates resultam nas sentenças e acórdãos que decidem no caso concreto e informam a orientação e as tendências do direito moderno.

Um dos exemplos mais importantes dessa discussão e do papel do judiciário na questão dos conflitos de terra é o posicionamento dos juízes quanto ao reconhecimento da eficácia do princípio da função social da propriedade, discussão esta que demarca claramente fronteiras entre posturas mais flexíveis ou mais rígidas e conservadoras no entendimento do que é a “lei”, o “direito” e a “justiça”.

Alguns juízes simplesmente ignoram em suas sentenças o princípio da chamada “função social” e se fiam, de modo literal, ao direito de propriedade mantida pelo registro da propriedade (não indagando se esses títulos são verdadeiros ou falsificados). A discussão destes princípios constitucionais aparecem entrelaçados com as perguntas sobre “qual é de fato o papel do poder judiciário?”. Em pedido de intervenção federal num dos estados da Federação, a Corte Especial do STJ (em 17/12/1993), conforme acórdão⁶⁴⁴ publicado no Diário Oficial da Justiça (de 09/05/1994, p. 1078), a Côrte de juízes fundamentou o julgamento dos embargos declaratórios nº 0000015, no argumento de que “o judiciário não pode fazer reforma agrária”:

“Não resta dúvida de que a propriedade deve ter função social. Mas descabe ao Judiciário embrenhar por tais searas. Solucionar tais conflitos se acha unicamente nas mãos dos Executivos Federal e Estadual. A questão dos sem terra, que é nacional e não local, é grave e preocupa a todos nós. Por outro lado, uma decisão judicial formada através do regular processo, deve ser cumprida e prestigiada, sob pena de instalação de uma verdadeira anomia, onde imperaria a força bruta e não a lei e o direito.”⁶⁴⁵[grifos nossos]

Num exemplo de atuação jurisdicional, em análise de Processo de Reintegração de Posse, um juiz da Comarca de Uberlândia, cujo processo estudamos mais

⁶⁴⁴ Acórdão é sentença dada em órgão de segunda instância, realizado por uma coletividade de juízes que julgam o pedido das partes envolvidas no conflito, aqui no caso, as partes envolvidas se constituem de um lado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, de outro, proprietários de terra.

⁶⁴⁵ BRASIL. STJ – Superior Tribunal de Justiça., julgamento dos embargos declaratórios nº 0000015. Acórdão publicado no Diário Oficial da Justiça (de 09/05/1994, p. 1078)

detalhadamente em outro trabalho⁶⁴⁶, em resposta ao desembargador (juiz de segunda instância do Tribunal de Justiça), justificou sua decisão e explicitou sua opinião sobre o papel do Poder Judiciário, colocando-se meramente como um “*cumpridor das leis*” não podendo realizar a suspensão do processo que visava retirar da terra os trabalhadores rurais que se encontravam acampados em determinada propriedade, reivindicada esta pelo detentor do título de proprietário, argumentando que tal decisão não competia ao poder judiciário em questão:

“(…) eminente desembargador, por ora exercendo a brilhante função de Ouvidor Agrário Nacional, **a solução a que se pretende refoge à apreciação do poder judiciário, estando afeto a decisões “político administrativas”, do Governo Federal. Ao judiciário, cumpre apenas analisar o pedido e suas consequências em razão do instituto jurídico da posse, em se tratando de sua ofensa, através da prestação jurisdicional que já foi objeto de apreciação em sede liminar** (...), não havendo, por outro lado, notícia de qualquer modalidade de recurso. Finalmente, cumpre consignar que as causas de suspensão do processo são taxativas e estão elencadas no art. 265 do CPC, não contemplando a hipótese aventada, ainda que o fosse pertinente. Nada a prover. Informe-se” [grifo nosso]⁶⁴⁷

A resposta anterior foi dada frente ao pedido do Desembargador de tentar uma suspensão da liminar de reintegração de posse concedida pelo juiz, numa tentativa de, segundo o primeiro, buscar-se uma solução “pacífica” do conflito:

“(…) evitando o confronto da Polícia Militar com os Sem terra, o que poderia repetir o desastre de **Eldorado dos Carajás**, uma vez que é intensíssima a tensão social no acampamento dos filiados ao MLST, sendo que **o cumprimento do mandado judicial nesse momento, poderá gerar imprevisíveis consequências**, contrariando em decorrência o Plano Nacional de Segurança Pública, recentemente baixado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, doutor Fernando Henrique Cardoso, que objetiva reprimir e prevenir a criminalidade, pedido este que, encontra ressonância na Lei de Introdução ao Código Civil, segundo a qual **os magistrados devem considerar a realidade social em suas decisões**.(...) [grifo nosso]⁶⁴⁸

⁶⁴⁶SILVA, J. Sob o jugo/jogo da lei. Confronto histórico entre direito e justiça. Edufu – Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

⁶⁴⁷Brasil. Comarca de Uberlândia. Despacho do juiz da 6.^a Vara Cível, p. 252 do Processo nº 70299025138-2. Processo Cível de Reintegração de Posse (1999): Cia de Integração Florestal X Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra. Processo Nº 70299025138-2, 6.^a Vara Cível da Comarca de Uberlândia no Fórum Abelardo Pena. Réus: Integrantes do MST. Autores: Proprietários da Fazenda Tangará Agro Florestal Ltda.

⁶⁴⁸Brasil. Comarca de Uberlândia. Fax enviado pelo desembargador ao juiz da 6.^a Vara Cível. Processo nº 70299025138-2. Processo Cível de Reintegração de Posse (1999): Cia de Integração Florestal X Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra.

Os advogados dos proprietários das terras também usaram, inúmeras vezes, o argumento “de retirar das mãos do Poder Judiciário a tarefa e a responsabilidade pela Reforma Agrária” e a depositaram nas mãos do Poder Executivo, insistindo no fato de que ao juiz, compete única e exclusivamente “*aplicar a lei*”:

“(…) O certo é que para as pessoas de bem prevalece a convicção de que “ninguém deseja que os conflitos sociais entre os proprietários e trabalhadores sem terra que invadem áreas rurais se transformem em confrontos violentos e sanguinários, **mas não compete ao Poder Judiciário encontrar soluções para o assentamento e fixação de famílias pobres e miseráveis, cuja atribuição é em tudo e por tudo debitável ao Poder Executivo**” (TJPR, Rec. Nec. 13.404-3, ac. 17.08.93 RT 706/147)⁶⁴⁹ [grifos nossos].

Tomados em seu conjunto, tais argumentos refletem uma postura que concebe “a lei” como um escudo para proteção dos interesses da garantia única e exclusiva do direito à propriedade, jogando também “o problema” para os outros poderes, isentando o poder judiciário de qualquer responsabilidade pelos acontecimentos. A irresponsabilidade dos outros poderes, nesse caso, não pode ser creditada e invocada para a ação do judiciário, pois, nesse sentido, a atuação do juiz é considerada muito restrita, cabendo-lhe apenas ser um mero “aplicador das leis” então existentes.

São muito comuns sentenças e acórdãos em cujo relatório se observam verdadeiras cartas de princípio em favor da justiça social, freqüentemente acompanhadas de fortes críticas ao Legislativo e ao Executivo, contra o primeiro, usando-se o argumento da “*lentidão e morosidade da justiça*” e, contra o segundo, o argumento da “*imprevidência com que planeja e executa as políticas públicas*” previstas na Constituição Federal, necessárias e relacionadas com a questão da reforma agrária.

As decisões da justiça estadual, especialmente as de reintegração de posse, ajuizadas por proprietários contra os sem terra, com raríssimas exceções, deixam de ter como resultado as execuções forçadas, antecedidas de ressalvas sobre a urgência da reforma agrária, sobre o escândalo da miséria que motiva os conflitos, sobre a grave situação do povo brasileiro e do trabalhador rural em particular. Mais adiante, porém, a maioria dos julgados muda o tom e a argumentação. Pois, embora sabendo de todos esses problemas, através de conjunções adversativas, de que são exemplos o “mas”,

⁶⁴⁹Brasil. Comarca de Uberlândia. Contra-Razões de Apelação do advogado da parte Autora. p. 570. Processo nº 70299025138-2. Processo Cível de Reintegração de Posse (1999): Cia de Integração Florestal X Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra.

“contudo”, “entretanto”, “porém”, “todavia”, as sentenças vão abrindo espaço para uma sucessão de citação de artigos de lei, exposições da origem do conflito agrário, das capitâneas hereditárias, e, principalmente, da citação de inúmeros textos da doutrina e da jurisprudência, cujas fontes históricas se encontram, às vezes, até antes de Cristo, em pleno direito romano. Argumentações que visam ratificar certo fatalismo de que “*não se pode mudar*” uma realidade vinda de tempos atrás (no que concerne a interesses que garantem a propriedade privada).

Em geral, na estruturação das sentenças, depois de exposições em que afirma “*conhecer a realidade social*”, o juiz termina por afirmar que “*não cabe à justiça resolver problemas sociais, mas garantir o primado da lei*”, e/ou ainda fechar com a decisão final de “*concedo a liminar de reintegração de posse tantas vezes solicitada*”, sentenças que dão a vitória aos proprietários da terra.

Para os críticos que intitulam essa postura de “legalista”, pois verificam que o juiz se refugia, se “omite” de uma posição pessoal, usando a “lei” para nada ter que decidir, inúmeros advogados e operadores jurídicos evocam como argumento o artigo 5º da lei de introdução do Código Civil⁶⁵⁰, que segundo os mesmos é pouco lembrado, ou totalmente desconsiderado por tais juízes, e que estabelece que “*na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum*”.

Operadores jurídicos que explicitam opiniões diversas das anteriores afirmam que a participação dos juízes é uma necessidade de “atualização” do “direito” e que se trata de “*interpretar a lei de acordo com a possibilidade que se abre pela própria lei*”, no caso em questão pela lei de introdução do código civil, ignorada pelos magistrados de que “*na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige*”.

O judiciário, nesse sentido, é, portanto, um lugar onde se atinge tanto decisões incertas, toleráveis, quanto não-decisões. O que se constata é que o juiz, por flexibilidade interpretativa, pode adotar, ambigualmente, uma concepção de direito de propriedade como a do artigo 524 do código civil (da função social da propriedade), quanto aplicar qualquer outra.

Assim, a eficácia do princípio social da “função da propriedade privada” fica desfigurada por alegadas lacunas e antinomias presentes em sua disciplina legal. E o

⁶⁵⁰A lei de introdução ao Código Civil é dada pela redação do Decreto 4657 de 04 de Setembro de 1942.

proprietário pode ficar isento da obrigação de provar o cumprimento da “função social” do seu direito. Para vários acórdãos, não se encontrar a “função social” suficientemente explicitada em lei (pelo menos não explicitada em detalhes) inibe a investigação de sua possível eficácia, até que a explicitação ocorra e seja “provada”. Prevalece a conhecida forma de interpretação do Direito Constitucional, cuja regra prevê que a “função social da propriedade” não é dotada de eficácia plena e imediata, mas meramente programática, ou de eficácia dependente de lei infraconstitucional, na melhor hipótese.

Exemplifica esse posicionamento o acórdão da 5ª Câmara do TARGS – Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, na apelação Cível 188107585 (28/02/89), do Juiz Saraiva Data, tomado por maioria, contra voto do relator Sérgio Gisschkow Pereira, em que é visível a polarização que se estabelece com frequência em torno da “função social da propriedade”. Em tal decisão levanta-se os argumentos principais em torno da questão para dizer que: *“em ação de reintegração de posse deve a parte autora providenciar a prova convincente de que a área dada por invadida é a constante de seu título de propriedade, se invocado o domínio”*; *“o direito tem natureza ontológica e é objeto cultural com conseqüências daí advindas”*; *“a lógica jurídica não é formal, mas concreta e dialética”* o que significa atribuir valoração ao que é *“justo”*; *“a lei injusta não deve ser aplicada”*, com a compreensão da maioria do juízes do órgão colegiado que *“a eficácia da sentença proferida no interdito de reintegração é erga omnes (geral e contra todos)”*, *“de que não é dado ao juiz deixar de cumprir a lei, quando é dela que vem sua autoridade”*, e de que *“o judiciário não tem, no direito positivo brasileiro, instrumental para solução de conflito social decorrente da ausência de moradias populares”*⁶⁵¹.

A leitura dessa ementa nos dá idéia da abrangência que alcançou, neste acórdão, a discussão sobre o grau de eficácia que se deve reconhecer à função social da propriedade e sobre o papel que incumbe ao Judiciário, em tais casos⁶⁵². Na

⁶⁵¹Brasil. Acórdão da 5ª Câmara do TARGS – Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, na apelação Cível 188107585 (28/02/89), do Juiz Saraiva Data, tomado por maioria, contra voto do relator Sérgio Gisschkow Pereira.

⁶⁵²O juiz relator tinha proferido seu voto no sentido de confirmar a sentença que julgava procedente à ação de reintegração de posse, mas somente quanto aos réus revéis, por força do artigo 319 do CPC. Dava provimento ao recurso relativamente aos que haviam contestado a ação e apelado da sentença, por não existir prova cabal de que tinham esbulhado a posse da autora, o que só poderia ter sido esclarecido, no caso, por perícia não requerida pela última.

argumentação que sustentou esse voto, aparece a argumentação do voto de José Maria Rosa *Tesheiner*, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

“(…) lembra Helmuth Coing (1961) que **três são as funções do juiz: aplicar as leis, a mais frequente; integrar o direito, através da qual se colmam lacunas; e finalmente a mais importante, a de fazer justiça**. Para o juiz, o valor justiça deve estar no ápice da hierarquia dos valores. Constitui talvez deformação imputável ao positivismo jurídico a circunstância de foro indagar-se tanto a respeito da solução legal e tão menos da solução justa. (...)”

(...) Ora, colocados na balança da justiça, de um lado, os interesses de três casais para os quais a área em litígio representa muito, mas não é fundamental; e de outro os de noventa ou mais famílias, para as quais essa mesma área é condição de vida digna, parece não ser difícil determinar para que lado pende a balança. **O judiciário, por ser um poder, não pode ficar apenas na posição subalterna de obediência a comandos emitidos pelos demais poderes**. (...) Deve colaborar com o legislativo e o executivo na solução dos problemas sociais, **especialmente quando se apresentam hipóteses que não se prestam edição de normas abstratas, exigindo solução concreta, caso a caso. Não pode o judiciário ser injusto, aguardando que sobrevenha lei justa**, máxime quando o legislador se omite, temeroso das conseqüências que possam advir da emissão de norma geral, perigo que o judiciário pode enfrentar porque suas decisões não são leis, valendo apenas para o caso.

Opus justitiae pax **[a obra da justiça é a paz]**. É de se perguntar, então, qual a solução mais consentânea com a paz social. E a resposta, mais uma vez, pende para os “vileiros” especialmente se levada em conta a crise econômica que ora atravessamos, com levas de trabalhadores sem emprego, sem casa, sem comida. Afirmou-se no início, o que não é verdade, não se encontrar na lei solução expressa para o caso dos autos, porque **a Constituição – que é a lei maior e prepondera sobre qualquer outra – consagra o princípio da função social da propriedade**”.⁶⁵³ [grifos nossos]

Entretanto, no entendimento da maioria da Câmara, “*não será o juiz quem deixará de cumprir a lei*” e outro entendimento diverso não deixará de ser arbitrário simplesmente porque realizado com boa intenção:

“(…) o judiciário não tem, no direito positivo brasileiro, instrumental para solução de conflito social decorrente da ausência de moradias populares (...) **não será o juiz quem deixará de cumprir a lei, quando dela é que vem sua autoridade e somente em seus termos é que poderá ser exercida**. A arbitrariedade não deixa de sê-lo somente porque praticada com boa intenção”⁶⁵⁴ [grifos nossos]

⁶⁵³Idem.

⁶⁵⁴Brasil. Acórdão da 5ª Câmara do TARGS – Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, na apelação Cível 188107585 (28/02/89).

Dalmo de Abreu Dallari⁶⁵⁵ jurista renomado, em estudo sobre o poder dos juízes, insiste na idéia de que há uma negligência e até uma conveniência dos juízes em não se lembrar do art. 5º da LICC – lei de introdução do Código Civil. No direito brasileiro e na produção jurisprudencial, verifica-se que foi estabelecido e se tornou predominante o que se pode denominar de “legalismo” exacerbado ou “culto da legislação”, reduzindo-se o direito à lei escrita e resistindo-se às tentativas de atualização, enfatizando-se a dimensão normativa e ignorando-se as dimensões dos fatos e dos valores sociais. Aqui, revela-se, segundo o jurista uma postura de “acomodação”, “passividade”, “conservadorismo” e “omissão” do poder judiciário, quando juízes coadunam com a “omissão” dos outros dois poderes, contribuindo assim, para a impunidade. De um lado, essa atitude dispensa o esforço de atualização dos conhecimentos teóricos, permitindo o uso de teorias e autores há longo tempo consagrados, habitualmente muito citados e transcritos para dar uma impressão automática e literal dos textos legais e procura-se reduzir a responsabilidade do aplicador por decisões que, muitas vezes, contém injustiças evidentes. Sempre que essa atitude é questionada, usa-se o argumento de que “o juiz não é legislador”, não lhe sendo permitido reescrever a lei no momento de aplicá-la, adicionando-se ainda que, “se for admitida a interferência do juiz na fixação do sentido da lei, o resultado será injusto”, pois casos iguais serão julgados de maneira diferente.

Para os defensores jurídicos da causa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o conhecimento histórico da realidade social e as teorias da filosofia do direito evidenciam que tais argumentos são, na verdade, “desculpas”. E argumentam que, no caso brasileiro essa “desculpa” nem sequer existe, pois, o legislador não prendeu o juiz numa camisa-de-força, pois a lei confere liberdade ao juiz na procura de uma solução legal e justa aos conflitos jurídicos. Para estes a lei de introdução ao Código Civil fixa os critérios para interpretação e aplicação de legislação brasileira, estabelecendo que na aplicação da lei “o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se destina e às exigências do bem comum”. Portanto, o juiz não só “pode”, como “deve”, procurar alternativas de

⁶⁵⁵DALLARI, D. A. O poder dos juízes. Ed. Saraiva. São Paulo, 1996.

aplicação que, preservando a essência das normas legais estejam mais próximas da concepção de justiça vigente no local e no momento da aplicação⁶⁵⁶.

Alguns magistrados argumentam que “a função social” da propriedade tem os mesmos efeitos que a igualariam às demais regras constitucionais de eficácia plena, imediata e geral. Segue esse rumo, por exemplo, o acórdão da 6ª Turma, do STJ – Superior Tribunal de Justiça, julgamento em 12/03/1996, relator ministro William Paterson, sobre o Habeas Corpus nº 4399-SP (processo nº 96/0008845-4), impetrado em favor de um sem terra. Na fundamentação de voto do ministro Cernichiaro, contrário ao despacho relativo à liminar pleiteada perante o presidente do TJSP, e por este indeferida, lê-se no argumento do Magistrado Cernichiaro que “*a ordem pública precisa ser recebida no contexto histórico*”, e, portanto, atualizada. E que se é certo e evidente que “a lei” é igual para todos, “*nem todos são iguais perante a lei*”, pois “*as classes menos favorecidas não tem acesso político ao governo, a fim de conseguirem preferência na implantação de programa posto na Constituição Federal*”, sendo que, portanto, “*há grande diferenças entre a ação de um criminoso e a participação no Movimento*”, pois:

“(…) A conduta do agente do esbulho possessório é substancialmente distinta da conduta da pessoa com interesse na reforma na reforma agrária. Atualmente, a culpabilidade é cada vez mais invocada na Teoria Geral do Delito. A sua intensidade pode, inclusive impedir a caracterização da infração penal. **No esbulho possessório, o agente dolosamente investe contra a propriedade alheia, a fim de usufruir um dos atributos (uso); ou alterar os limites do domínio para enriquecimento sem justa causa.** No caso dos autos, ao contrário, **diviso pressão social para concretização de um direito (pelo menos –interesse)**. No primeiro caso, contraste de legalidade compreende aspectos material e formal. No segundo, substancialmente, não há ilícito algum.

(…) **a ordem pública precisa ser recebida no contexto histórico.** E também assim, o modo de atuação das pessoas. **É certo, evidente, se a lei (formalmente) é igual para todos, nem todos são iguais perante a lei.** (…)

(…) As chamadas classes sociais menos favorecidas não têm acesso político ao governo, a fim de conseguir preferência na implantação de programa posto na Constituição da República. (…)⁶⁵⁷[grifos nosso]

Denunciar diferenças entre “ocupação” da terra e “esbulho” criminoso, reconhecer pressão social como “direito” e não tergiversar com o atraso do Executivo

⁶⁵⁶DALLARI, D. A. O poder dos juízes. Ed. Saraiva. São Paulo, 1996.

⁶⁵⁷Brasil. Acórdão da 6ª Turma, do STJ – Superior Tribunal de Justiça, julgamento em 12/03/1996, relator ministro William Paterson, sobre o Habeas Corpus nº 4399-SP (processo nº 96/0008845-4), impetrado em favor de trabalhador sem terra.

na execução de políticas públicas geram reações nem sempre cativas da regra jurídica e governamentais, para implementar políticas em favor dos mais pobres. E são motivações que embora, mais do que pertinentes ao julgamento de todas as ações que envolvem conflito sobre a terra não são, de regra, consideradas, segundo os defensores da causa do Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A originalidade do posicionamento deste voto parece residir em desvelar um horizonte de cogitação jurídica raramente presente em julgamentos dessa natureza. A defesa dos sem terra (e também dos sem teto) em ações cíveis possessórias e reivindicatórias socorrem-se da Constituição Federal para demonstrar que as fronteiras de disciplina dos espaços urbano e rural consagradas nos Código Civil e de Processo Civil (introduzidas no último, as reformas mais recentes muito atenuaram o estreito interindividualismo) há muito foram ultrapassadas pela realidade social e pelo ordenamento constitucional.

Elas têm se baseado quase que exclusivamente depois da invocação dos objetivos fundamentais da república, da “função social” da propriedade privada e dos capítulos de política urbana e de política rural presentes na Constituição Federal, na invocação do “usucapião” – conforme o caso – no “estado de necessidade” dos réus ou no direito de “retenção” dos imóveis objeto dessas ações, que já lhes assistia por força, em outros casos, de acessões e benfeitorias por eles próprios erguidas sobre ditos bens, sob uma posse antiga e de boa fé (artigo 516, parte final, do CC – Código Civil).

O que o voto do ministro Cernichiaro busca evidenciar vai bastante além disso. Evidencia o papel ativo que o judiciário pode desempenhar em tais casos, como serviço público inerente à própria razão de ser do chamado Estado Democrático de “Direito”, a proteção dos direitos de cidadania e o deixar-se interpelar – pela “realidade social”, virtude inerente da autêntica democracia, presentes no ato de “decidir” do juiz e na argumentação que este expõe para fundamentar e motivar tais decisões.

Portanto, o exemplo da “função social” da propriedade previsto na Constituição Federal de 1988 é um bom exemplo para que verifiquemos, seja pela condição de uso da propriedade, seja pela condição de uso da posse, que existe uma cobertura jurídica suficiente para se investigar o cumprimento (ou não) de tal função, conforme se pode depreender do precedente aberto pelo TARGS. Ao se utilizar o Código Civil e o Código de Processo Civil, vigentes basta não esquecer a interpretação respectiva de

contextualizá-los na “realidade histórica” e na “realidade social” que exige a realização da lei no sentido de promoção do bem comum, aspectos estes valorativos e factuais, muito mais abrangentes do que aquela que a mera literalidade do processo permite entrever.

Dentro das disputas do jogo jurídico, posturas como a do Ministro Luiz Vicente Cernichiaro e vários outros juízes são minoria, entretanto, as posturas abertamente defendidas em tais votos procuram evidenciar que os contextos histórico-sociais são dinâmicos e se alteram constantemente, exigindo dos magistrados maior atenção às realidades sociais vivenciadas pelo povo brasileiro, criando os argumentos que demonstrem a “dinamicidade”, a “evolução” constante do “direito” e da “lei” frente ao que acontece historicamente em relação aos conflitos analisados.

É nesse sentido e com essa compreensão, que o referido ministro em voto de Habeas Corpus nº 4399-SP entende a diferença dentre “ocupar” e “invadir”, tendo em vista a finalidade com que se realiza tais atos:

“(…) no esbulho possessório [**invasão**] o agente dolosamente investe contra a propriedade alheia, a fim de usufruir um de seus atributos (uso) ou alterar os limites do domínio para enriquecimento sem justa causa (…)

(…) no caso da **ocupação** há sentido e finalidade diferente. A ocupação revela sentido amplo, socialmente de maior grandeza, qual seja, a implantação da reforma agrária” (STJ/1996)⁶⁵⁸ [grifos nossos]

Outro argumento, no sentido de “descriminalizar” as “ocupações”, vem do fato de que “há legitimidade” na ação popular fundamentada no “direito de resistência”, o que veremos mais adiante. No *Habeas Corpus* retro-mencionado o ministro Adhemar Maciel levantou esse argumento que consiste na “*possibilidade de minorias, titulares de direitos subjetivos, insurgirem-se contra as omissões governamentais que lhes causem prejuízo*”. Uma forma de “*pressão*” para efetivar direitos e garantias fundamentais. A atuação do MST teria, portanto, no direito à resistência que compete a cada cidadão, relacionado à inércia do poder público quanto à realização da reforma agrária, cujo pressuposto também se encontra no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos considerando que “*é essencial a proteção dos direitos do homem de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à*

⁶⁵⁸Brasil. STJ. Habeas Corpus nº 4399-SP, 1996.

revolta contra a tirania e a opressão”⁶⁵⁹. Por fim, o voto do ministro Vicente Leal, ao julgar procedente o pedido de *Habeas Corpus* que concedeu liberdade, por unanimidade, a trabalhadores rurais presos sob a acusação de “*formação de quadrilha, desobediência civil e esbulho possessório*”, concluiu o ministro que o judiciário “*não pode ser instrumento de ação política contra os Movimentos Sociais que insurgem contra as desigualdades econômicas e sociais*”:

“(…) ressalte-se, por primeiro, que à luz da nova ordem constitucional, que consagrou o princípio da presunção da inocência, a prisão processual deve ser concebida com cautela, fundando-se sempre em razões objetivas, indicativas de motivos concretos suscetíveis de autorizar a medida constritiva de liberdade. Todavia impõe-se sempre a decretação de tal medida quando provada a existência de crime e constatados indícios suficientes da autoria e ocorrer a presença de quaisquer dos pressupostos inscritos no artigo 312 do CPP – Código de Processo Penal, quais sejam: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, segurança na aplicação da lei penal. (...) tal sistemática coaduna-se com os preceitos constitucionais inscritos no inciso IX do artigo 93, combinados com o inciso LXI do artigo 5º, ao exigirem fundamentação das decisões constritivas do *status libertatis*. (...) Daí porque carecendo a decisão de fundamentos ensejadores da medida constritiva, configura-se constrangimento ilegal, sanável por via de Habeas Corpus. No caso *sub examen*, não vejo como manter o estado prisional dos pacientes.(…)

(…) **não ficou devidamente comprovado nos autos do inquérito policial 53/59 (em apenso) a prática por parte dos requerentes dos crimes de quadrilha, desobediência, danos e furto.** O auto de prisão em flagrante nem mesmo menciona qual conduta dos requerentes que caracterizaram estes crimes e a situação do flagrante, **restringindo-se apenas em mencionar que foram presos por estes delitos.** (...) Portanto, incabível a prisão em flagrante com base nestes delitos (...)

(…) Anote-se também, que a diligência policial realizada para a desocupação da Fazenda Bandeirantes transcorreu sem grandes incidentes. Na verdade, como anotado nas informações da autoridade impetrada, **a prisão dos pacientes teve por objetivo o enfraquecimento do movimento. Assim, a Justiça não pode ser instrumento de ação política contra movimentos que insurgem contra as desigualdades sociais e econômicas** (...)”⁶⁶⁰[grifos nossos]

Aqui as explicações são construídas para enfatizar, através dos argumentos utilizados que “*o judiciário não pode ser instrumentalizado pelas elites agrárias contra*

⁶⁵⁹Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1948.

⁶⁶⁰BRASIL. HABEAS CORPUS - STJ – Superior Tribunal de Justiça, 6ª Turma, nº9896 – Paraná (99/0055128-1). Relator: Ministro Vicente Leal. Impetrante: Luis Eduardo Greenhalgh e outros. Impetrados: Juiz Relator do Habeas Corpus 138920 do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. Pacientes: Jair Regine (preso), José do Carmo Jacometi (preso), Jose Gomes de Carvalho (preso), João Mota (preso), Antônio Farias da Cruz (preso). Voto por unanimidade proferido pelos ministros: Sr. Ministro Relator Vicente Leal, ministro Fernando Gonçalves, ministro Hamilton Carvalhido, ministro Fontes de Alencar. Brasília, 21/Outubro/1999.

as reivindicações políticas dos excluídos”, pois, de fato, ao se fazer isso, “*o judiciário é convertido em inimigo do povo*”, em “*inimigo*” da reforma agrária, como observou inicialmente Dom Tomás Balduino.

Por fim, observamos na leitura dos processos, petições, alegações, contra-razões e sentenças analisadas, as mesmas características que marcaram as análises dos tópicos anteriores deste capítulo e que, aqui, se fazem presentes na elaboração das peças processuais que informam as discussões judiciais, com o uso das técnicas retóricas empreendidas para a formação da opinião e do convencimento do magistrado, com a redação da sentença (fundamentada) que, uma vez posta, adquire força de lei, documento petrificado, impositivo, coercitivo das instâncias jurídicas às partes que nela figuram, infligindo às partes a imposição e cumprimento da decisão legal e determinando o que é o “justo” e o “injusto” na composição do gênero retórico judicial.

Da mesma forma que os demais poderes, o judiciário também esteve (está) interessado em divulgar e dar publicidade a seus atos, cumprindo o que preceitua a “lei” no que diz respeito à “publicização” dos atos e feitos. A divulgação e organização da jurisprudência dos tribunais cumpre essa função. Assim sendo, é interessante observar, por exemplo, a compilação jurisprudencial, organizada pelo STF, intitulada: “Desapropriação para a Reforma Agrária” (2007)⁶⁶¹, sob a responsabilidade da Coordenação de Divulgação e Jurisprudência – Secretaria de Documentação, que reúne as decisões jurisprudenciais e votos dos ministros sobre as mais diversas questões dentro do processo de desapropriação: antecipação de prova, benfeitorias, coisa julgada, desapropriação indireta, direito de propriedade, função social da propriedade, imissão provisória de posse, laudo agrônomo, notificação prévia, esbulho possessório, produtividade, recurso administrativo, registros públicos, pequena e média propriedade rural, precatórios, títulos da dívida agrária entre outros temas ligados à questão da

⁶⁶¹BRASIL. STF - Supremo Tribunal Federal. Desapropriação para a reforma agrária. Brasília: Secretaria de Documentação, Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência. 2007. Disponibilizada na íntegra no endereço eletrônico: <http://www.stf.gov.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoTematica/anexo/Desap180708.pdf>. Acesso: 08/08/2008.

reforma agrária. Constitui, portanto, um artefato cultural⁶⁶² dotado de uma certa finalidade, que situa os contextos fornecidos pela linguagem e experiência, informando a toda uma categoria de operadores jurídicos e interessados, as “inovações” ocorridas na Corte Suprema no julgamento de tais questões. Por tal documento podemos avaliar a intenção, performance, lances e inovações, da forma como se apresentavam nesse momento, e estabelecer o que o órgão colegiado máximo do judiciário “*estivera fazendo*” até esse ponto, no que se refere ao tema agrário.

Quanto às peças processuais e sentenças, seguem a mesma lógica utilizada na construção dos discursos parlamentares, com o uso de metáforas e técnicas de convencimento e persuasão, evidenciando as intenções dos autores de argumentos que visem comover, convencer, emocionar e criar mecanismos argumentativos que justifiquem a prática argumentativa do direito nas idéias defendidas, tanto em defesa dos trabalhadores quanto em defesa dos interesses dos latifundiários para que possam obter o resultado favorável, ou seja, a sentença judicial que lhes garanta a vitória da causa que defendem, e da mesma forma dos tópicos anteriores, se de alguma forma o jogo já estiver determinado, se os juízes já tiverem suas concepções formadas e forem irredutíveis, se os possíveis argumentos dos operadores jurídicos (advogados, promotores ou defensores públicos) não forem capazes de realizar grandes mudanças de posição na postura do juiz, pergunta-se: qual o sentido de uma retórica voltada ao estabelecimento do “justo” e “injusto”? A quem e como ela busca persuadir, já que os juízes parecem estar, de antemão, persuadidos e convencidos?

A problemática anterior fica expressa no exemplo da sentença abaixo. Nela é possível observar que o juiz já possui de antemão uma concepção formada, uma concepção que fundamenta sua decisão, apesar de mencionar que “entende” todos os argumentos e questões que envolvem a questão. O juiz diz “entender” a situação vivenciada pelos sem terra, percebe o “*inegável caráter social do movimento*”, “*sabe que o judiciário tem enfrentado problemas por conta do confronto constitucional entre o direito de propriedade e a função social da propriedade*”, cita palavras da civilista Maria Helena Diniz que propugna por uma visão mais dinâmica do direito questionando

⁶⁶²POCOCK, J.G. Introdução: O Estado da Arte e O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: Linguagens do Ideário político. Sérgio Miceli [org]. Trad. Fábio Fernandes- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003. pp. 23-82.

em seus ensinamentos o papel do judiciário, diz saber que “*o direito e norma evoluem*”, mas, ao final, reconhece que “*não cabe a um magistrado manifestar-se sobre a política do governo federal para a reforma agrária*”, e o resultado de sua decisão é favorável ao deferimento da liminar de manutenção de posse contra o MST, justificando que “*os autores (proprietários) fizeram tudo que manda lei: instruíram o processo, reuniram fotos, compareceram à audiência, enquanto o MST nada fez neste sentido*”:

“(…) **Mas, considerando, que a posse foi justificada e, os réus sequer deram-se ao trabalho de comparecerem à audiência prévia de justificação**, além dos fundamentos já expostos, **defiro a liminar requerida, determinando a desocupação da área ocupada pelos réus e seus seguidores dentro do prazo de 10 (dez) dias**, com fundamento no art. 5.º, inc. XXXV, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 926, do Código de Processo Civil. **Expeça-se mandado de manutenção e desocupação, o qual deve ser cumprido com as cautelas que o caso exige**, inclusive intimando-se o duto representante do Ministério Público para acompanhar seu cumprimento. Intimem-se as partes e, inclusive, dê-se ciência dessa decisão aos Exm.ºs. Srs. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Ministro da Reforma Agrária e à coordenação nacional do MST. Brejo da Madre de Deus, 24 de abril de 1998. Augusto N. Sampaio Angelim Juiz de Direito”⁶⁶³[grifos nossos]

A liminar acima deferida pelo juiz evidencia que o mesmo “afirma conhecer” a realidade agrária brasileira, mas que não “pode” fazer nada em relação a isso, pois, apesar de saber que, “as normas e o direito evoluem”, cumpre formalmente a lei, no sentido de observar que, os autores que moveram a ação “*cumpriram todos os requisitos formais*” da mesma.

Num exemplo oposto ao anterior, o advogado construiu uma peça processual visando produzir um efeito de comoção. Uma defesa “emocionada” de um grupo de sem terras, promovida, neste caso, por um defensor público, em ação reivindicatória, alegando “razões sociais”, com denúncia à lide da União para “indenização” dos posseiros, chamando a atenção das autoridades para o fato de que “*esse grupo não tem nada*”, “*nem condições de lutar burocraticamente no judiciário pelos seus direitos*” e para convencimento, descreve as condições precárias de vida desses trabalhadores: “*moram em habitáculos que se resumem num único cômodo, onde dormem, cozinham, conversam e vivem homens, mulheres e crianças. Sequer banheiro possuem*”, “*lá o*

⁶⁶³BRASIL. Sentença concedendo, liminarmente, uma reintegração de posse contra o MST. Elaborado por Augusto N. Sampaio Angelim. Peça processual disponibilizada no sítio jusnavegandi. Endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=338>. Acesso: 18/02/2007 e 12/08/2008.

poder público nunca esteve”, “vieram todos do nordeste afligidos pela fome, pela seca”, enfatizando que, “só de existirem incomodam os latifundiários desse país”, e “entre esses despossuídos ergue-se uma espécie de vidraça cada vez menos transparente. E como são cada vez menos vistos, como alguns os querem ainda mais apagados, riscados, escamoteados dessa sociedade, eles são os chamados excluídos”.

Na referida peça processual, apresentada nos moldes formais de uma petição o defensor apresenta os fatos, evoca o direito e “isto posto” faz o requerimento do pedido. Interessante que na exposição do direito busca amparo na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento realizado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, questionando que *“será que toda essa messe de princípios se mostra suficiente para suplantar o “absoluto” artigo 524 do Código Civil?”*, recorrendo por fim, ao princípio da dignidade humana:

“(…) Os instrumentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos não podem ser vistos como mero acervo de boas intenções, daquelas que não extrapolam o letargo característico do arcabouço das inutilidades jurídicas. Pelo contrário, são eles princípios informadores do próprio Direito Constitucional dos Povos, funcionam como contra-peso assegurador de direitos e garantias mínimas a serem observadas na consolidação do estatuto social. Não vigem, portanto, só no plano formal, pois ganharam concretude e “status” de preceitos constitucionais ao serem incorporados expressamente no texto da atual Constituição, tanto assim, que o art. 4º da Lei Maior impõe ao país a regência de suas relações internacionais pautada, dentre outros princípios, pela prevalência dos direitos humanos (v. inc. II), já que vivemos em um Estado Democrático de Direito que tem por um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana (cfr. art. 1º, III da C.F.), e que ostenta, dentre seus objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantidora do desenvolvimento nacional através da erradicação da pobreza e a marginalização, mediante a redução das desigualdades sociais, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º e incisos). Neste nosso país todos são iguais perante a Lei, garantindo-se a efetividade do direito à Honra em meio a outros interesses primordiais à pessoa humana, pois, aqui, ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante (art.5, “caput” e III). Neste nosso país, a propriedade atenderá sua função social, e em caso de iminente perigo público a autoridade competente poderá usar da propriedade particular, assegurando ao proprietário indenização posterior (mesmo art., incs. XXII e XXV)⁶⁶⁴[grifos nossos]

⁶⁶⁴BRASIL. Contestação em Ação Reivindicatória contra grupo de Sem Terra. Elaborado pelo Procurador do Estado Wagner Giron de La Torre, atuando na Procuradoria de Assistência Judiciária da Comarca de Taubaté (SP). Peça processual disponibilizada no sítio jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427. Acesso: 18/02/2007 e 12/08/2008

O referido operador jurídico, ainda na mesma peça processual questiona o papel dos advogados, qual seja, em sua opinião, “*cobrar dos juízes posturas mais dinâmicas*”, pois, não se pode “*confundir direito, lei e justiça*”, é preciso estar atento para o fato de que “*o direito se volta à realização de valores*” e o poder judiciário “*não pode se furtar ao debate*”:

“(…) cabe aos advogados invocar estes últimos, referindo-se às obrigações internacionais que vinculam o Estado no presente domínio de proteção, de modo a exigir dos juízes e tribunais, no exercício permanente de suas funções, que considerem, estudem e apliquem as normas dos tratados de direitos humanos, e fundamentem devidamente suas decisões”. Nessa linha de raciocínio pontifica Luiz V. C., Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que “(…) O Direito não se confunde com a lei. A lei deve ser expressão do Direito. Historicamente, nem sempre o é. A lei, muitas vezes, resulta de prevalência de interesses de grupos, na tramitação legislativa. Apesar disso, a Constituição determina: “Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.(…) **(…) “Não se pode desprezar o patrimônio político da humanidade! A lei precisa ajustar-se ao princípio [da dignidade humana]. Em havendo divergência, urge prevalecer a orientação axiológica. O Direito volta-se para realizar valores. O Direito é o trânsito para concretizar o justo. O Judiciário, visto como Poder, não se subordina ao Executivo ou ao Legislativo. Não é servil, no sentido de aplicar a Lei, como alguém que cumpre uma ordem (nesse caso, não seria Poder). Impõe-se-lhe interpretar a Lei conforme o Direito. Adotar posição crítica, tomando como parâmetro os princípios e a realidade social. (...) O Juiz é o grande crítico da lei: seu compromisso é com o Direito! Não pode ater-se ao positivismo ortodoxo. O Direito não é simples forma! O magistrado tem compromisso com a Justiça, no sentido de analisar a lei e constatar se, em lugar de tratar igualmente os homens, mantém a desigualdade de classes. (...) Em havendo discordância entre o Direito e a lei, esta precisa ceder espaço àquele”.** (Artigo publicado na Revista Consulex, n. 7, p.p. 36/7).(…) ⁶⁶⁵ [grifos nossos]

Sendo que “*essa gente*” a que chamam de “*invasores*” é simplesmente uma “*gente pobre, excluída*”:

“(…) Os “invasores” (propositadamente entre aspas) definitivamente não são pessoas comuns, como não são milhares de outras que “habitam” as pontes, viadutos e até redes de esgoto de nossas cidades. São párias da sociedade (hoje chamados de excluídos, ontem de descamisados), resultado do perverso modelo econômico adotado pelo país. Contra este exército de excluídos, o Estado (aqui, através do DNER) não pode exigir a rigorosa aplicação da lei (no caso, reintegração de posse), enquanto ele próprio - o Estado - não se desincumbir, pelo menos razoavelmente, da tarefa que lhe reservou a Lei Maior. Ou seja, enquanto não construir - ou pelo menos esboçar - “uma sociedade livre, justa e solidária (CF, art. 3º, I), erradicando a “pobreza e a marginalização” (n. III), “promovendo a dignidade da pessoa humana” (art. 1º, III), assegurando a todos “a

⁶⁶⁵ Idem.

existência digna", conforme os ditames da Justiça Social (art. 170), emprestando à propriedade sua "função social" (art. 5º, XXIII, e 170, III), dando a família, base da sociedade, "especial proteção" (art. 226), e colocando a criança e o adolescente a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, maldade e opressão" (art.227)...". Taubaté, "Semana da Pátria", 1997. Wagner Giron de La Torre. Procurador do Estado/Defensor Público"⁶⁶⁶[grifos, negritos e itálicos nossos]

A peça processual busca sensibilizar para o grave problema social dos conflitos no campo, mas articula esse conhecimento da realidade dos “excluídos”, com a falta de dignidade, da fome, da miséria, da exclusão de direitos de milhares de brasileiros e, nesse sentido, o autor insiste na “responsabilidade estatal” sobre o problema. Citando decisões e jurisprudências favoráveis ao grupo, insiste primeiramente no fato de que o artigo 524 do CC que trata da propriedade privada é muito “*menor frente à inserção que a própria Constituição Federal brasileira tem*” e em relação a outros documentos internacionais de qual participa e adere o Brasil. Pautando-se num direito que se dinamiza constantemente e que não se confunde com lei é que o mesmo traz à baila “*a idéia de que o direito não se confunde com a lei. Que a lei deve ser expressão do direito*”. Que a “lição histórica” demonstra que, em nosso país isso não tem sido assim, que “a lei” tem resultado da prevalência de interesses de grupos na tramitação legislativa “criminalizando” individualmente um grupo que, por si só, já é oprimido pela precariedade da vida, mas que também não é um grupo de “coitadinhos” e que, embora despojados de bens e propriedades, lutam, à sua maneira, por inserção política e conquista de direitos. Numa idéia “valorativa” o direito é apresentado como um caminho que pode ser utilizado para se concretizar “o justo”. O poder Judiciário não se “subordina ao Executivo ou ao Legislativo”, portanto, “não precisa ser servil”, no sentido de aplicar a lei, como alguém que cumpre uma ordem (e nesse caso, não seria poder). Impõe-se-lhe, então, como “dever”, interpretar a lei conforme o direito. Adotar “posição crítica”, tomando, como parâmetro “os princípios” e a “realidade social”.

Com os exemplos acima, extraídos de algumas peças processuais e sentenças⁶⁶⁷, vislumbramos alguns dos principais argumentos utilizados tanto em defesa dos

⁶⁶⁶BRASIL. Contestação em Ação Reivindicatória contra grupo de Sem Terra. Elaborado pelo Procurador do Estado Wagner Giron de La Torre, atuando na Procuradoria de Assistência Judiciária da Comarca de Taubaté (SP). Peça processual disponibilizada no sítio jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427. Acesso: 18/02/2007 e 12/08/2008.

⁶⁶⁷Vale ressaltar aqui que as peças processuais, sentenças e *Habeas Corpus* utilizados neste capítulo versam exclusivamente sobre as questões da área Cível, que envolvem litígios quanto a Reintegração de

trabalhadores rurais quanto em defesa de proprietários de terra, verificando que seguem a mesma lógica utilizada na construção dos discursos parlamentares, com o uso de metáforas e técnicas de convencimento e persuasão, explicitando as intenções dos autores dos argumentos que buscam comover, convencer, emocionar e criar mecanismos que justifiquem a prática argumentativa do direito nas idéias defendidas, tanto em defesa de um lado, quanto de outro; que tem por finalidade final a palavra “da lei”, a sentença do juiz, o estabelecimento do “justo” ou do “injusto”, presentes na construção desse tipo de gênero retórico.

Posse e a “função social” da propriedade. Questões que envolvem o poder judiciário quanto à matéria penal serão abordadas no próximo capítulo, em que serão discutidas as mortes no campo, os assassinatos de lideranças do Movimento e as discussões sobre a criminalização do Movimento.

CAPÍTULO III

CAMINHOS, (DES)CAMINHOS E BECOS

Na formulação e no embate pela fixação dos conceitos, os parlamentares se digladiam na questão mais difícil e polêmica de todo confronto: “quem são os sem terra?” e “quais são as terras possíveis e passíveis de desapropriação?” São esses confrontos que ensejam as quatro principais tópicas retóricas analisadas nesta primeira parte do capítulo: a tópica do cadastramento [dos sem terra e das propriedades], a tópica de separação do “joio do trigo”, a tópica das “promessas traídas” que ensejam a ação do Movimento e a tópica dos “métodos” usados pelo MST. Na luta pela fixação de uma identidade para os sem terra, a “elite dirigente e letrada”⁶⁶⁸ do país, se divide em argumentos que procuram, via de regra, legitimar a ação do Movimento, legitimação esta que surge como caminhos à realização da reforma agrária ou a lógica da criminalização, que surge aqui como descaminhos ocorridos durante o processo histórico, buscando a criação de argumentos que incitem a criminalização do Movimento e sua conseqüente ação ilegal. As discussões do conjunto deste capítulo buscam demonstrar que as definições e conceitos empreendidos nesta disputa vão aparecer cristalizadas na legislação aprovada, denotando indícios e sinais das intenções políticas de “lei”. As duas estratégias, tanto de legitimidade ou ilegalidade do

⁶⁶⁸ Ao usarmos a expressão “elite dirigente e letrada” estamos nos referindo aqui a parlamentares e juízes, responsáveis pelo empreendimento direto dos gêneros retóricos deliberativo e judiciário. Numa imagem positiva da cidadania ativa, tal como enunciada pelos retóricos romanos, centrava-se na figura do *bônus civis* ou *vir civilis*, a responsabilidade pelos destinos da cidade, o que diziam ser o homem que sabe pleitear por justiça nos tribunais e deliberar nos conselhos e nas assembléias populares da *res pública*, de maneira a promover medidas que fossem a um tempo proveitosas e honradas. Dessa forma, para Quintiliano, por exemplo, o homem verdadeiramente preparado para a administração dos assuntos públicos e privados, era capaz de governar as cidades com sua orientação, de mantê-las através das leis e de reformá-las por meio de julgamentos legais. Em termos específicos o *vir civilis* deveria ser um “defensor freqüente nos tribunais, um orador destacado nas assembléias”. Devia certificar-se de que “os vereditos proferidos nos tribunais fossem justos e de que as decisões tomadas pela assembléias populares beneficiassem a comunidade como um todo”. Para tais retóricos clássicos, esse cidadão deveria possuir inúmeras qualidades próprias ao desempenho elevado da tarefa: prudência, sabedoria, razão, ciência, e virtudes morais tais como a justiça, a firmeza, a imperturbabilidade e a temperança. Deveria ser um bom homem, instruir seus concidadãos na verdade e ter raciocínio suficiente para falar com propriedade dos assuntos por ele abordado. Deveria ter razão suficiente para descobrir a verdade e eloquência necessária para levar seus ouvintes a aceitá-la. SKINNER, Q. A política da eloquência. In: Razão e Retórica na filosofia de Hobbes. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo. Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. pp. 110 e 111.

Movimento refletem o caráter ambíguo de uma dada “lei”, ora como garantidora de direitos, ora como instrumento de punição.

I

As tópicas do “Cadastramento”, dos “métodos de luta” e das “promessas não cumpridas”

Ao longo dos oito anos de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a questão de saber “*quem são e quantos são os necessitados da Reforma Agrária*” foram temas recorrentes que marcaram conjuntamente as perspectivas dos projetos de reforma agrária, perguntas destinadas a determinar “*quem precisa de reforma agrária*” nesse país. Essa pergunta foi formulada na base de discussão do Congresso Nacional e posteriormente respondida em documento oficial do Palácio do Planalto intitulado: “*Reforma Agrária: Compromisso de Todos*”(1997). No primeiro mandato de FHC e mesmo parte do segundo, o argumento de se saber “quem eram os sem terras” era acompanhada da questão do crédito para financiamento, já no final do governo de FHC e durante o período de Governo Lula, a pergunta era formulada pelas elites defensoras dos “latifundiários” no sentido de se saber “*quem eram os sem terra*” para, em contrapartida, determinar quem eram os “baderneiros”, visto que era importante “*separar o joio do trigo*”.

A primeira pergunta: “*quem são esses desvalidos da sorte*” [tópica que reitera o “trigo”] foi feita com discursos que vincularam cadastramento a recursos financeiros – “*é preciso cadastrar os sem terra*”. Conforme discurso inicial: “*para se liberar o crédito é preciso saber quem são os sem terra, quem são os cadastrados*”⁶⁶⁹. Pois, o governo “só pode” e “só vai ajudar” quem estiver “cadastrado”, argumentos aduzidos sempre pela bancada governista de apoio a FHC. O cadastramento aqui era instrumento ao mesmo tempo de gestão e de controle. Buscando-se realizar a vigilância, a normatização e a identificação social do grupo.

Nesse sentido, justificavam os PROCERAs⁶⁷⁰ como reflexo da necessidade de assentar e assistir os assentados, fazendo propaganda ao governo de Fernando Henrique,

⁶⁶⁹Expressão utilizada pelo senador Osmar Dias do PP/PR, em pronunciamento do dia 15/05/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁷⁰Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera). Dentro de um programa como a reforma agrária, que visa à melhoria dessas condições para as camadas menos favorecidas no meio rural,

que prometia com tal programa “*viabilizar a reforma agrária e garantir aos colonos a devida assistência técnica e financeira*”⁶⁷¹. Aqui a expressão “colonos” demarca uma categoria jurídica capaz de normatizar os então denominados “desvalidos da sorte” que são “assistidos” pelo programa do governo.

Os questionamentos de “quem são” ou “quantos são” os sem terra, perpassam as indagações que levarão às estatísticas e, posteriormente, à elaboração do documento oficial do governo intitulado “*Reforma Agrária: Compromisso de Todos*”⁶⁷², onde há um capítulo inteiro destinado a identificar quem são os sem terra, quanto a sociedade paga pelo assentamento de uma família “sem-terra”, quais as organizações que lutam pela terra no Brasil, quais os principais conflitos, qual a disponibilidade de terras no Brasil.

A base governista optava sempre pelo “planejamento”, no argumento de que era preciso “organizar”, “cadastrar”, “saber o que fazer”, “*Isso é o que estamos vendo: de um lado, há um grupo desesperado que o Governo não cadastrou. Se se perguntar: quem são os sem-terra, quantos são, onde estão? Ninguém saberá responder*”⁶⁷³.

O senador Lúcio Alcantara, por exemplo, utilizou dos números fornecidos por Francisco Graziano para argumentar que “*não havia mais motivos para as invasões*”, endossando os atos e os estudos do referido Superintendente do INCRA. Além de questionar o conceito de “latifúndio”. Pois, o que é mesmo um latifúndio?

“O sr. Lúcio Alcantara (PSDB-CE)..(...) **Segundo** atual Presidente do INCRA, Dr. Francisco Graziano, **há uma distorção na conceituação do que é latifúndio e no País estabeleceram-se dois tipos: o primeiro é o latifúndio por tamanho, que varia conforme a região; o segundo, o latifúndio por exploração. Quando a propriedade rural não atinge um determinado grau de produtividade, ela é considerada um latifúndio por exploração, mesmo que seja de pequeno**

por meio de capacitação, fornecimento de condições iniciais adequadas e, sobretudo, de um estímulo ao esforço de trabalho e de busca iniciativas por parte do próprio assentado, tornando-o, afinal, capaz de sobreviver e progredir numa economia capitalista e, assim, de ser “emancipado”. Texto nº 648 de Gervásio Castro Resende – IPEA- Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Endereço Eletrônico de consulta: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0648.pdf>. Acesso: 05/07/2008.

⁶⁷¹Pronunciamento do senador Carlos Bezerra do PMDB/MT em 30/08/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁷²Documento Oficial: “Reforma Agrária Compromisso de Todos”. Capítulo 05. Brasília, 1997. Site eletrônico: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR5.HTM.

⁶⁷³Pronunciamento do senador Bernardo Cabral do Partido Progressista do AM, em 10/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

tamanho. (...) Essas estatísticas distorcidas são fruto de um cadastramento malfeito e desatualizado, (...) somos absolutamente a favor de uma reforma agrária abrangente (...).⁶⁷⁴

O questionamento das definições e conceitos é um recurso retórico com finalidades precisas. Aqui o senador usa a manipulação da definição de latifúndio como um recurso retórico que joga a favor dos seus interesses. Ainda segundo o referido senador, “*para fazer reforma agrária é preciso andar passo por passo*”:

“(...)A idéia central é a de que primeiro é necessário um **novo recadastramento**, garantindo que os especuladores não forneçam novamente informações falsas sobre suas terras. Em seguida, é necessário **desapropriar terras ociosas e elaborar uma política agrária**, com os órgãos do Estado, Prefeituras e representações de agricultores que tenham impacto e funcionem.⁶⁷⁵ [grifos nossos

A explicação do senador é construída no sentido de que “*não há um consenso sobre o que se considera um latifúndio*”. Como não há um consenso sobre tal definição, tudo que diga respeito a essa questão vem considerado pelo mesmo como “*dado distorcido*”. Somem-se a isso os pronunciamentos que “testemunham” que os assentados não conseguem ficar na terra: “*parabenizo a Rede Globo pela reportagem a respeito do assunto. Sou testemunha de que, no meu Estado, vários assentamentos foram criados. Após o recebimento das terras, as pessoas que não tinham qualificação para a agricultura terminavam vendendo-as a troco de espingarda, de cachorro, de carro velho*”⁶⁷⁶

Como parte das promessas de Campanha, o presidente Fernando Henrique Cardoso divulgava que ia transformar o “*acampado*” em “*assentado*”:

“Vou manter o compromisso que assumi, aqui nesta sala, com os sem terra, de tirá-los dos acampamentos, não há dúvida nenhuma. (...) Esse processo de reforma agrária é um processo, não acaba em um ano, não acaba em dois, em três, mas nós temos que criar um movimento, uma dinâmica que, dentro desse **espírito de compreensão, de respeito à lei, de boa vontade**, se torne também um **processo**

⁶⁷⁴ Pronunciamento do senador Lúcio Alcântara do PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira, do CE, em 13/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁷⁵ Idem.

⁶⁷⁶ Pronunciamento do senador Ernani Amorim, sem partido/RO em 09/11/1995.. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

irreversível, porque essa é uma dívida que nós temos para com aqueles que precisam trabalhar e dar sustento a seus filhos.”⁶⁷⁷[grifos nossos]

O cadastramento, de terras e de sem terras, era visto, assim, como um processo “*necessário, humano e material*”, um instrumento de gestão e também de controle que pesa pela consideração política dos custos da reforma agrária e do conceito de propriedade.

“(…). Não está na hora de vendermos ilusões. Não está correto. É preciso realmente fazermos a reforma agrária neste País, e, para fazê-la, primeiro é preciso divulgar. O Governo precisa ter - e é urgente que tenha o cadastramento (...). Esse cadastramento há que ser o humano e o material. Cadastramento humano significa saber quem é sem-terra, quem precisa de terra; e cadastramento material é saber o que temos e o que podemos ter para fazer os assentamentos de verdade, não os assentamentos de ilusão. Fazer assentamento de verdade é ter terra apropriada, é ter recursos para incentivar a produção. (...). E fazer de forma clara, a fim de que, a cada assentamento, (...), não ocorram outros levantes que o País não tenha condições de sustentar. É preciso, pois, que haja uma política explícita para que o assunto seja diminuído, e não agravado. (...)”⁶⁷⁸[grifos nossos]

Por esse trecho verifica-se argumentações que enfatizam que o “*Governo só age atrasado*”, vivemos um “*Estado de aparência*”, “*falta uma política agrária séria nesse país*”, “*o Estado está falido*”, “*qual o papel do Estado?*”, “*é preciso fazer um cadastramento*”, “*é preciso saber quem são as pessoas que morreram no Pará, saber quem são esses trabalhadores rurais e urbanos*”. Num dos discursos, o parlamentar referenda a idéia do “*Estado de aparência*”, onde só podemos mesmo “*é comemorar o futebol*” e que, para fazer reforma agrária é “*preciso cadastrar os sem terra e mudar a mentalidade das pessoas*”⁶⁷⁹

Nessa luta argumentativa de que “*toda classe política apóia reforma agrária*” há na construção da linguagem uma batalha pela fixação dos conceitos, o que gera uma disputa para definir o “sem terra”, “o ocupante”, “o invasor”, “o acampado”, “o assentado”, “o pequeno, o médio, o grande produtor rural”, o “latifundiário” e o

⁶⁷⁷Fragmentos de assinatura de Atos Relativos à “Reforma Agrária”, Palácio do Planalto, 10/11/95 pelo presidente FHC. http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PRON9527.HTM

⁶⁷⁸Pronunciamento do senador Sebastião Bala Rocha do PDT- Partido Democrático Trabalhista/AP, em 23/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁷⁹Pronunciamento do senador Eptácio Cafeteira do PPB – Partido Progressista Brasileiro/MA, em 06/05/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“colono”. E, nesse sentido, encontramos senadores preocupados em argumentar que, “há um certo preconceito no Brasil contra o pequeno produtor rural”, ou mesmo argumentar que a “a finalidade da reforma agrária é criar uma legião de pequenos proprietários”, pois “o sem terra de hoje será o pequeno produtor de amanhã”⁶⁸⁰, e por isso mesmo ele [senador] defende o segundo, lembrando que “o caminho a ser percorrido por esses desafortunados será longo”, que “a reforma agrária é um caminho longo e relativamente complexo, que não se resolve no grito nem no entusiasmo do primeiro momento”⁶⁸¹. Para as forças políticas defensoras do governo FHC, o MST “já cumpriu o seu papel por ter chamado a atenção para a questão fundiária”, mas não se pode aceitar que “um processo sério de reforma agrária caminhe a reboque da ocupação ilegal de terras”⁶⁸². A questão da reforma agrária é um “problema difícil”, pois “há divergências quanto à matéria”, “se digladiam forças absolutamente inconciliáveis”, “mas que o objetivo da reforma agrária é criar uma nova legião de pequenos proprietários de terra” e que “o Governo tem que andar na frente dos movimentos de protesto”. Mas, ao mesmo tempo que o governo deve “se antecipar ao Movimento no processo de cadastramento” dos trabalhadores rurais que desejam a terra, “a tarefa deve ser repassada às prefeituras”, justificativa para o argumento da “descentralização e municipalização” do processo de reforma agrária.

A construção dos argumentos do Cadastramento evidencia, mais uma vez, o problema de conceitualização, pois da mesma forma que o conceito de reforma agrária, o Estado, na figura de seus agentes dirigentes precisa saber “quem são os sem terra”. Pergunta que põe em confronto a alteridade, pergunta do tipo “quem somos nós” versus “quem são eles”. Uma coisa é a visão que a elite dirigente constrói dos sem terra, outra coisa é o que o movimento pensa. Entretanto, também há heterogeneidade entre o que pensa as lideranças e os trabalhadores individuais que compõem o movimento ou podemos estabelecer o plural de “movimentos”, se quisermos ampliar suas variantes: MST, MLST, MTL etc⁶⁸³. Nesse sentido, é importante compreender os discursos das

⁶⁸⁰Pronunciamento do senador Espiridião Amin do PPB- Partido Progressista Brasileiro/SC, em 11/08/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁸¹Idem.

⁶⁸²Idem.

⁶⁸³Há, segundo informações da CPT de 2006, inúmeros grupos, com variantes significativas e regionalizadas para o que, em geral chamamos de MST (Movimento dos Sem Terra). O Informativo

lideranças do MST, também como estratégias dentro da luta política, pois, são as argumentações que, em geral, são jogadas na mídia e serão utilizadas a favor ou contra o(s) próprio(s) movimento(s), havendo, portanto, ambiguidades de construção retórica sobre tais conceitos e argumentos, com expropriações as mais diversas possíveis, usadas tanto por governistas quanto oposicionistas.

O senador do PFL/PE, por exemplo, criticou o Movimento dizendo que “*há muita confusão no Movimento*”, que o mesmo é uma verdadeira “*sopa de letras*” de difícil identificação e faz tal afirmativa lendo a matéria do jornal (é claro, sem comprometimento pessoal!):

“(...) Diz matéria do jornal O Globo, intitulada “**Sopa de letras para identificar movimentos de sem-terra** – (...) Aumento do desemprego no campo multiplicou organizações que lutam pela terra” (...) Era na Zona da Mata que se concentrava, até dois anos atrás, o maior número de acampamentos de trabalhadores rurais dos sem-terra [...] Em Pernambuco, embora seja a organização mais atuante e barulhenta, **o MST é só mais uma delas**. Além dele, o Incra administra ocupações e reivindicações de Comissão Pastoral da Terra (**CPT**), Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco (**Fetape**), Movimento dos Agricultores Sem Terra (**Mast**), Movimento de Libertação dos Sem Terra (**MLST**), Movimento dos Pequenos Agricultores (**MPA**), Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra (**MTBST**), Movimento dos Trabalhadores Brasileiros (**MTB**), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (**MTL**), Movimento dos Trabalhadores Rurais (**MTR**), Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil (**MTRUB**), Organização da Luta no Campo (**OLC**), União dos Agricultores de Pernambuco (**Uape**) e Cooperativa dos Sem Terra (**Coopterra**). São essas quatorze instituições que invadem terra no Estado de Pernambuco (...)”⁶⁸⁴ [grifos nossos]

É com fundamento no argumento de saber “quem são os sem terra” que a base governista procura criminalizar alguns desses “sem terra”, numa lenta e exaustiva insistência de “separar o joio do trigo”. É com base nessas ambiguidades de construção da imagem dos Sem Terra como “bandidos” e “quadrilheiros”, que se combatem os fatos reais das mortes e da violência no campo. Na batalha conceitual em busca de

cataloga inúmeras siglas e variantes para o que, aos olhos de um leito seria homogeneizado, como por exemplo: MLST-L – Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta; MLTRST – Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MLT – Movimento de Luta pela Terra, MCNT – Movimento Conquistando Nossa Terra, MCST – Movimento dos Carentes Sem Terra, MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, MTL- Movimento Terra Trabalho e Liberdade; MTV – Movimento Terra Vida; MTB – Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MTB – Movimento Terra Brasil; entre outros. Conflitos no Campo: Brasil 2006 [coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos]. Goiânia: CPT Nacional. Brasil, 2006 pp. 218-228

⁶⁸⁴ Trecho do pronunciamento do senador José Jorge, do PFL/PE, em 05/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

sentidos, os grupos investem na classificação, na divisão do Movimento construindo imagens de “*líderes bandidos*”, procurando “*separar o joio do trigo*”.

Com base nas ambiguidades se formam as imagens ideais. De um lado “do trabalhador rural” visto como como “herói” tentando sobreviver e lutar por seu direito elementar à terra; de outro a imagem do “bandido”, onde se joga politicamente com as perguntas e respostas do “quem são eles?”, “lideranças ou criminosos?”, “qual a importância do MST?”, “qual a legitimidade do Movimento?” São essas associações que vão abrir espaço a discursos que inúmeras vezes insistem na separação do “*joio do trigo*”. Vindo dos governistas e principalmente do PFL que vão dizer reiteradamente que o “*MST já passou dos limites*”, “*que está havendo uma mistura dos sem terra com os baderneiros*”, que é “*preciso separar o joio do trigo*”, que “*é preciso que se dê terra a quem realmente necessita dela e é preciso que se coloque esse bandido, esse baderneiro no seu lugar, que é a cadeia*”⁶⁸⁵.

Aqui os exemplos são fartos e a elite política divide-se em caracterizar o “outro”. Há a construção de uma imagem que propugna, em diversos momentos, por exaltá-los, vendo neles homens e mulheres de luta contra a opressão do sistema, e assim, dependendo do contexto do jogo, é possível usar a causa da reforma agrária em benefício parlamentar próprio, é possível juntar se a eles [sem terras] na defesa da luta de interesses contra a atuação do governo, ou é possível ser declaradamente a favor dos “latifundiários” (geralmente nunca enunciados com esse nome, mas, via de regra, intitulados pelos governistas de “pequenos ou médios proprietários”), geralmente usando o termo de defesa do “agronegócio”, pois, nenhum senador defende “latifundiário”, defende “produtor rural” e “agronegócio” da mesma forma que ninguém defende “invasão” de terras, mas a “ocupação” ou a “apropriação de terras que não cumprem sua função social”.

A oposição parlamentar entende que o trabalhador rural sem terra é um “lutador”, “um herói”, “alguém em busca do reconhecimento dos seus direitos”. Os governistas são mais cuidadosos em seus termos, insistem que é preciso “*separar o joio do trigo*”, que “*o povo é bom, mas o líder é ruim*”, e que para os “baderneiros”, os “*fora da lei*”, a “lei” e a “cadeia” são as soluções. Explicitam o argumento de que o

⁶⁸⁵Pronunciamento do senador Juvêncio Fonseca do PFL/MS em 17/05/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

trabalhador que de fato “é bom” é aquele que é “ordeiro”, “respeitador da lei”, “aquele que sabe esperar”.

A fixação do conceito é o primeiro locus de luta entre os grupos partidários. Os conflitos estão instaurados na e pela linguagem. É essa dicotomia que marca o conflito na hora de escolher entre o termo “invasão” e “ocupação”, em dizer que o sem terra é “ordeiro” ou “baderneiro”, que o Movimento é “legal e justo” ou “ilegítimo” e, principalmente, nos critérios escolhidos para se separar “os bons dos maus”, “o joio do trigo”. Aqui os conceitos se elucidam na denotação que assumem em determinada conjuntura histórica e de acordo com os interesses políticos postos em jogo.

O diálogo entre dois colegas de partido, o PFL – Partido da Frente Liberal, por exemplo, evidenciam que “no jogo político há uma camuflagem de interesses” e que muita gente “prega o que não é ou acredita”, com um deles chamando a oposição de “radical”, e “como radical são baderneiros”, insistem que reforma agrária “é possível”, mas deve ser feita dentro da “lei e da ordem”, que quem não quer reforma agrária, de fato “são os radicais”:

“(…) Os radicais são contra a reforma agrária, porque são baderneiros. Os radicais são baderneiros. Os radicais são violentos. Invadem. Invadem prédios públicos e trabalham contra si mesmos, ou seja, trabalham a favor de sua idéia maior. (...) Tudo se faça, enfim, para correção das falhas e dos erros do sistema. Jamais, porém, permitir-se que o cidadão, por si mesmo, e não pelo Estado, defina-se em extrema necessidade para conquistar o direito de, através da violência, "tomar aquilo de que necessita das riquezas dos outros". A isto se chama de caos, não de justiça social. Este, aliás, o pretexto de que se valem os terroristas e as hordas de ladrões e assassinos (...)”⁶⁸⁶ [grifos nossos]

Em seu processo de conceituação, o senador enuncia que “os sem terra são pacíficos, ordeiros, só querem seu pedaço de chão ... mas são transformados em bucha de canhão”⁶⁸⁷. Ou mesmo que “as lideranças do MST estão extrapolando os limites da racionalidade”⁶⁸⁸.

No governo de Lula, o discurso da criminalização prosseguiu, pois era importante separar “o joio do trigo”, mas ganhou, através do PSDB, tons mais

⁶⁸⁶ Trecho do pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, conversando com Leonel Paiva (PFL-DF) em 19/01/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁸⁷ Idem.

⁶⁸⁸ Argumento do pronunciamento do senador Osmar Dias, do PSDB/PR, em 09/11/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

catastróficos. Nesse particular, o senador Arthur Virgílio, do PSDB/AM, (oposição a Lula em 2003) utilizou-se de argumentos exagerados em seus pronunciamentos. Quando se lê, discursos do senador, em 2003, ano de início do governo Lula, tem-se a impressão de que chegamos “*aos fins do tempo*”, de que Lula “*não conseguirá governar*”. Basta verificarmos expressões suas ao questionar ações de Lula: “*o que o governo tem feito?*”, “*o governo está assinando sua sentença de morte ao permitir a atuação do MST*”, “*o MST é um movimento revolucionário zapatista e inconsequente*”⁶⁸⁹:

“(...) o clima de insegurança para os investimentos afeta a retomada do crescimento – o governo segue o caminho do afrouxamento (...) **as bolsas caem, o dólar sobe e risco Brasil se deteriora** (...) **tem muita gente ingressando nas filas do MST**, a política do afago não vai conter o Movimento Social (...) o governo tem de mostrar firmeza no cumprimento da lei, para não perder o controle (...)”⁶⁹⁰. [grifos nossos]

Em outro momento, o mesmo senador leu trecho de manchete de jornal que noticiava “*saques, invasões nas fazendas de Unaí*” e argumentou: “*já adverti dos estragos decorrentes do efeito boné (...) o navio começa soçobrar*”⁶⁹¹, “*o clima de tensão no campo é alto, “chegamos ao fundo do poço*”⁶⁹². Aliás, essa é uma das perguntas que se pode fazer ao longo de toda investigação científica realizada: a quem interessa, de fato, o discurso do pessimismo político? Se a todo governista o interesse é manter a aparência de normalidade, de governabilidade, de otimismo, quem lucra com o discurso da catástrofe política? Seguramente os grupos que não estão ou perderam o poder e de alguma forma buscam recuperá-lo usando nessa luta a tática do descrédito do outro, torcendo ou colaborando para que os outros [os adversários] não obtenham sucesso em sua empreitada.

Para rebater a idéia de que os sem terra são “*bandidos*”, “*quadrilheiros*”, “*desordeiros*”, “*zapatistas*”, “*inconsequentes*”, “*vândalos*”, “*saqueadores*”, a oposição petista, no governo FHC, buscou explicar e legitimar a ação do movimento, dizendo que

⁶⁸⁹Expressão utilizada no pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 24/03/2003, 08/04/2003, e 02/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁹⁰ Expressão utilizada no pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, 05/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁹¹Expressão utilizada no pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, 30/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁹²Expressão utilizada no pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, 05/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“o mesmo só age dada a inércia do poder público”. O argumento mais bem articulado racional e lógico, sob esse ponto de vista, foi dado pelo senador Eduardo Suplicy ao buscar elaborar significações à ação do Movimento, em que afirmou, num de seus pronunciamentos, que “o MST não tem líderes, tem coordenações”, em resposta a acusações do parlamentar do PSDB:

[Em aparte Eduardo Suplicy, responde a Osmar Dias do PSDB/PR:] (...)Uma das características do Movimento é que, ao invés de terem um presidente, eles têm uma coordenação nacional e estadual de dezenas de pessoas. **E uma das características que explicam a força do movimento é a maneira como multiplicam a formação de pessoas engajadas no mesmo, de tal forma que, se porventura Gilmar Mauro, João Pedro Stédile, Diolinda Alves de Souza ou se José Rainha não puderem falar, surge então um Walter Gomes ou uma porção de outros que ali estão expondo suas idéias.** (...)”⁶⁹³

Em outro trecho, desse mesmo pronunciamento, o senador Osmar Dias utiliza a exaustiva e repetida fórmula: “o povo é bom, os líderes são ruins”, “os líderes devem ser responsabilizados”, “os líderes é que permitem e incitam a desordem”, “o povo é pacífico e ordeiro, os líderes é que insuflam as massas” e, por último, a expressão final das elites conservadoras: “é preciso separar o joio do trigo”:

“Mas não dá para suportar algumas lideranças dos trabalhadores sem terra - não quero aqui ofendê-las. **Quem são os sem-terra de hoje? São produtores que perderam suas propriedades, são trabalhadores que perderam a oportunidade de emprego no campo e foram para a cidade; lá, também perderam a oportunidade de trabalho.** Portanto, são trabalhadores na sua maioria. Na sua humildade e decência, esses trabalhadores nada mais querem do que uma propriedade onde possam produzir o alimento de cada dia e, sobretudo, o sustento de sua família, projetando para o futuro um bem-estar que hoje não têm; evidentemente, viver sob uma lona não causa bem-estar e também não é o sonho de ninguém. **Mas, com certeza, nenhum dos legítimos sem-terra deste País se identifica com o Sr. Stédile nem com o Sr. Gilmar Mauro.** (...)”⁶⁹⁴ [grifos nossos]

⁶⁹³Trecho do pronunciamento do senador Osmar Dias, do PSDB/PR, em 19/08/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁹⁴Trecho do pronunciamento do senador Osmar Dias, do PSDB/PR, em 19/08/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Alguns argumentos para serem construídos, utilizam-se das figuras de pensamento, como as alegorias⁶⁹⁵ e metáforas⁶⁹⁶. Exemplo da alegoria da estória narrada abaixo em defesa dos “fazendeiros”, articulando a narrativa à idéia de que eles é que são as vítimas do MST:

“(…) [história comovente do fazendeiro Carlito Valadares] ... homem honesto, trabalhador,... de Araguaína-TO, ... que comprou sua fazenda... foi vítima dos invasores truculentos, que ameaçavam os trabalhadores de sua fazenda ... invadiram sua propriedade... contratou advogado.... aí começou o seu calvário... o juiz de Xinguaçu concedeu Liminar e determinou o cumprimento do Mandado Judicial de Manutenção de Posse ... aí nada aconteceu!!! O Mandado não foi cumprido. O fazendeiro desabafa [ao Senador, segundo sua construção retórica]: Senador, já **não sei mais a quem recorrer**. Não sei mais qual autoridade buscar ... logo eu que sempre amei o meu país. **Eu que sempre confiei na justiça do meu país. Será necessário pegar em armas para defender o que é meu?** Não cabe às autoridades assegurar ao cidadão o direito de propriedade consagrado em nossa Carta Magna? ... continuo senador, esperando e apelando por Justiça. Até quando, não sei!...(…)”⁶⁹⁷ [grifos nossos]

Senador Lúdio Coelho do PSDB/MS: “(...) um dia desses eu estava conversando com o Jackson, que teve duas fazendas invadidas, lá no meu Estado, e o mesmo me disse o que pensa ... penso [o Jackson ou o senador??] que **quem não defende o que é seu não tem direito de possuí-lo**, do contrário, como é que faz? Se vamos ao Judiciário, as medidas deste não são atendidas. Como é que fica? Você não pode entrar na sua casa! (...)”⁶⁹⁸ [grifos nossos]

As táticas usadas acima sempre tem a vantagem de defender os “fazendeiros”, sem que o político assuma abertamente numa enunciação discursiva sua autoria, pois, para todos os efeitos, as declarações acima sublinhadas não são de autoria do próprio parlamentar, mas falas atribuídas a tais “fazendeiros”, o que exime, de antemão, o político.

⁶⁹⁵Segundo Oliver Reboul, a alegoria é uma descrição ou narrativa que enuncia realidades conhecidas, concretas, para comunicar metaforicamente uma verdade abstrata. Ela é a estrutura do provérbio, da fábula, do romance, da parábola. A alegoria busca evidenciar uma verdade por meio didático, não só para instruir ou tornar as coisas mais claras, mas também intrigar e fazer pensar. REBOUL, O. Introdução à retórica. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2004 – Coleção justiça e direito. P. 131.

⁶⁹⁶Metáfora: tropos simples de linguagem, uma figura de sentido que designa uma coisa com o nome de outra que tenha com ela relação de semelhança. Diz-se que a metáfora é uma comparação abreviada que substitui o *é como* por *é*. REBOUL, O. Introdução à retórica. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2004 – Coleção justiça e direito. P. 121.

⁶⁹⁷Estória construída no pronunciamento do senador Leomar Quintanilha do PPB/TO, em 02/12/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁶⁹⁸Estória construída no pronunciamento do senador Lúdio Coelho do PSDB/MS, em 21/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Com a rara exceção da oposição petista e de seus agregados [no governo FHC], a maior parte dos discursos refletem uma postura de “criminalização” do Movimento dos Sem Terra, principalmente na figura de suas lideranças. Como no exemplo abaixo, num diálogo entre a senadora Marina Silva do PT e Edison Lobão do PFL, em que este vai dizer [segundo leitura do jornal] que “*sem terra é vândalo*” e o parlamentar se mostra indignado com o “vandalismo e a violência” de segmentos do MST. Estrategicamente usa uma reportagem da Folha de São Paulo sobre os vândalos de Itararé (na Fazenda Rio Verde – Itararé - São Paulo) para compará-los ao final com os “vândalos” do MST, afirmando que “*temos que separar o descontrole, o vandalismo e a violência da necessidade absoluta de reforma agrária*”, que “*realmente o movimento foi brilhante e elogiável no início, agora é simples e puro vandalismo*”, elogiável é a ação somente quando “*mantém a sua luta dentro das normas, dentro do aceitável*” e que:

“(…). O vandalismo e a violência são realmente detestáveis. (...) todavia aqueles que tentam, por opção ideológica, transformar esses trabalhadores em transpolins para a baderna, a afronta ao Estado de Direito e a violência, não devem ter a menor proteção do poder público e nem da sociedade. **Para os marginais e bandidos existem os rigores da lei** (...)”⁶⁹⁹[grifos nossos]

No governo Petista de Luís Inácio da Silva, o PSDB, na figura de suas principais lideranças políticas, como exemplo do senador Arthur Vírgilio, continuaram a jogar no sentido de, primeiro explorar a ligação Lula-MST e depois utilizar o rompimento “Lula-MST” explorando falas atribuídas aos líderes do Movimento, mas sempre buscando criminalizar seus participantes, atacando principalmente suas lideranças.

O senador Arthur Vírgilio argumentou que “*Lula tem sido muito flácido em relação ao MST, concessivo, permissivo, flácido e tolerante ao extremo*” e que “*vê o governo assinando sua sentença de morte ao permitir a atuação de um movimento zapatista e inconsequente*”, “*um movimento realmente deplorável*”, “*atrasado*”, “*cujo objetivo maior é enfrentar a Constituição e desrespeitá-la propositalmente*”, que de

⁶⁹⁹Trecho do pronunciamento do senador Edison Lobão do PFL/MA, em 27/11/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

forma “*delirante*”: “*objetiva desmontar a ordem estabelecida e substituí-la por outra que lembra, de fato, os tempos heróicos e inconsequentes de Emiliano Zapata*”⁷⁰⁰

O senador Arthur Virgílio também explorou falas de líderes dos sem terra contra Lula, jogando com o argumento do “*rompimento Lula-MST*”. Assim também como seu aliado, o senador Alvaro Dias, do PSDB/PR, ao explorar o argumento de que “*Stédile disse que Lula é uma espécie de transgênico da política brasileira*” e o argumento de que “*Lula desagradou a todos os movimentos sociais*”, argumento que buscava jogar o MST contra Lula:

“(…) O Senador Arthur Virgílio, destacava a frase de João Pedro Stédile, segundo a qual o Presidente Lula é uma espécie de transgênico da política brasileira. E disse mais [Stédile]: que o Presidente nada fez pela reforma agrária; assentou apenas duas mil famílias este ano. Disse ele que, até agora, o Governo foi incompetente para tocar a reforma agrária. (...) Elio Gaspari, articulista competente, tem razão ao dizer que o Governo criou o “anarcoliberalismo” (...)”⁷⁰¹ [grifos nossos]

Ao jogar o Movimento contra Lula, estrategicamente argumentou:

“(…) Os trabalhadores sem-terra se encontram concentrados em Brasília. O Governo anunciou o Plano Nacional de Reforma Agrária e conseguiu desagradar a gregos e troianos. Não ouvi nenhuma manifestação de alegria em relação ao plano anunciado pelo Governo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por exemplo, classifica de ridícula a reforma agrária pretendida pelo Governo Lula. (...) A proposta do Planalto desagradou a todos os movimentos sociais. A Comissão Pastoral da Terra chamou o projeto do Governo Lula de mesquinho. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura considerou a proposta insuficiente. Dom Tomás Balduino, presidente nacional da Pastoral da Terra diz: o Governo está indicando que fará uma reforminha agrária. Segundo dom Tomás Balduino: não chega a ser frustrante, porque não poderia se esperar outra coisa do Ministro Rosseto. (...) O MST salientou que o Governo deveria, pelo menos, honrar os princípios históricos do PT.”⁷⁰² [grifos nossos]

Portanto, no governo Lula, a oposição psdebista procurou articular suas jogadas em discursos que primeiro questionaram: “*as invasões continuam. Por que eles invadem?(...) antes invadiam porque não confiavam no governo FHC, conservador,*

⁷⁰⁰ Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio, do PSDB/AM, em 02/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁰¹ Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, em 08/10/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁰² Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias, em 21/11/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

*burguês, de direita, e agora, por que eles invadem?”*⁷⁰³. Com o acirramento dos conflitos, ao longo de 2003, os “fazendeiros” se armaram e houve a formação das chamadas “milícias paralelas”⁷⁰⁴. O acirramento dos confrontos fez com que a oposição psdebista explorasse ao máximo o argumento da “insegurança” política quanto aos rumos do governo petista. Tal “insegurança” e, portanto, necessidade de “urgência” da reforma agrária, se exemplifica no argumento da psdebista Lúcia Vânia ao afirmar que “*o Presidente pediu paciência aos Sem-Terra*”, que “*os trabalhadores que precisam de terra para trabalhar estão cansados de esperar*”, e que “*apenas com propaganda oficial e pedido de paciência não se poderá impedir o agravamento das tensões no campo*”⁷⁰⁵.

Os argumentos acima nos lembram que o pedido de “paciência” feito por Lula é o mesmo pedido de “paciência” feito por FHC anos atrás, pedidos que conclamam os trabalhadores “a esperarem”. Entretanto, produzindo efeitos distintos, pois que, em contextos históricos diferenciados, pois, no governo de Lula, havia conjugado elementos argumentativos da “esperança”, da “vontade política”, da possível identificação de Lula como presidente de origem popular a “entender” as reivindicações do Movimento, no “diálogo” que haveria para resolução da questão, argumentos interpostos pelos seus aliados políticos.

Numa outra estratégia, a oposição explorou as ligações, de “amizade” de “Lula-MST”, conforme argumento do senador José Agripino do PFL: “*imaginava que Lula solucionaria a questão agrária nesse país, pois ele tem raízes no MST, nos sindicatos rurais*”⁷⁰⁶. E, já no final do primeiro ano de mandato de Lula, começaram não somente a insistir no “perigo Lula”⁷⁰⁷ ou “risco Lula” como a explorar também a idéia das “promessas não cumpridas”.

⁷⁰³ Argumento do pronunciamento do senador Romero Jucá do PSDB/RR, em 18/03/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁰⁴ A expressão milícia paralela significava, por parte de tais fazendeiros, a organização de grupos armados para realizar a defesa de suas propriedades privadas no caso das “invasões” dos sem terra em suas fazendas e propriedades rurais.

⁷⁰⁵ Trecho do pronunciamento da senadora Lúcia Vânia do PSDB/GO, em 25/06/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁰⁶ Argumento do senador José Agripino do PFL/RN, em 01/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁰⁷ Expressão utilizada no pronunciamento do senador Leonel Pavan do PSDB/SC, em 16/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

É interessante nesse ponto comentar sobre o peso e a importância do argumento das “promessas não cumpridas”. Em sua obra intitulada “*O justo ou a essência de Justiça*”, Paul Ricoeur afirma que,

“a nossa primeira entrada na dimensão do direito foi marcada pelo grito: **é injusto!** E esse grito é o da indignação, cuja captação por vezes provoca confusão, avaliada em função das nossas hesitações de homens feitos em nos pronunciarmos sobre a justiça em termos positivos. **Indignação que nasce de retribuições desproporcionais, de partilhas desiguais e das promessas traídas**⁷⁰⁸. [grifos nossos]

A filósofa Hanna Arendt, em seu capítulo sobre a desobediência civil, analisada mais à frente, também menciona que “*promessa é o modo exclusivamente humano de ordenar o futuro, tornando-o previsível e seguro até onde seja humanamente possível*”,

“uma vez que a previsibilidade do futuro nunca é absoluta, **as promessas são restringidas por limitações essenciais. Estamos obrigados a cumprir nossas promessas enquanto não surgir alguma circunstância inesperada, e enquanto a reciprocidade inerente a toda promessa não for rompida.** Existem inúmeras circunstâncias que podem levar ao rompimento da promessa, sendo a mais importante delas, no nosso contexto, a circunstância geral **da mudança.** E a violação da inerente reciprocidade das promessas também pode ser causada por muitos fatores, sendo o único relevante, no nosso contexto, **o fracasso das autoridades estabelecidas em manter as condições originais**”⁷⁰⁹

Desse modo, quando elegemos alguém a um cargo político parlamentar ou mesmo do executivo, fica estabelecido um “contrato” de que tal representante vai procurar manter as condições originais de um dado contexto para “cumprir suas promessas”. Entretanto, sabemos que “as mudanças”, “os imprevistos”, são fatores restritivos das promessas, embora desconsiderados por elas, e são esses fracassos das autoridades em manter as condições originais combinadas que podem gerar os chamados “ressentimentos” e “ódios” políticos.

Ao longo do tema em análise, esse argumento foi muito recorrente e os políticos opositoristas souberam explorar muito bem as idéias de que as promessas não cumpridas geram ressentimentos por parte dos eleitores. Tal fato foi explorado tanto no governo de FHC e mais ainda no de Lula.

Segue-se dois recortes exemplificativos usados no período de governo FHC:

⁷⁰⁸ RICOEUR, P. O justo ou a essência de Justiça. Editora Instituto Piaget. 1ª Edição – 1997.

⁷⁰⁹ ARENDT, H. Desobediência Civil. In: Crises da República. Trad. José Vokmann. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp 82-83.

“(…) **o governo [FHC] não cumpre suas promessas de Orçamento.** Trata-se de um governo que não leva a sério o que fala e pensa que a sociedade não acompanha o que está acontecendo.(…) o fato é grave: **o governo faz uma promessa, descumpre-a radicalmente, não dá qualquer satisfação à opinião pública,** e se comporta como se ninguém fosse dizer absolutamente nada ou lembrar que ele assumiu o compromisso de que determinados impostos seriam temporários (…)”⁷¹⁰ [grifos nossos]

“(…) [registro em tom profético] quero registrar um fato grave que está para acontecer no Pará – Município de Tucuruí (…) trabalhadores rurais acamparam num terreno da prefeitura municipal de Tucuruí, de maneira ordeira e pacífica, desde novembro do ano passado(…) **e estão lá esperando até hoje** (…)

eles vão ocupar a terra ... quando isso acontecer irão acusar o MST de radical e dizer que estão fazendo isso por causa da eleição (…)

o problema é grave em função da **indiferença e irresponsabilidade do governo de FHC que não cumpriu o que prometeu.** (…)

o que está acontecendo em todos os acampamentos é que os cidadãos ficam ordeiramente esperando que o governo atenda suas necessidades. Depois de esperar vários meses, tomam a iniciativa de invadir, e, então, ninguém pode dizer que são culpados e radicais.(…)”⁷¹¹ [grifos nossos]

O trecho que se segue foi elaborado como crítica ao Governo Lula:

“(…) **como disse Churchill, o grande Estadista: "As promessas do candidato são o sepulcro caído do estadista".** **Quantos compromissos do Presidente Lula, na campanha eleitoral, foram sepultados até agora, em quase um ano de Governo, especialmente, quando abordamos a questão social, que é a mais sensível, a mais cara e que deveria exigir maior presença, atenção e respeito da parte do Governo?** (…)”⁷¹² [grifos nossos]

Pelos dois primeiros trechos verifica-se a defesa dos sem terra ao se buscar legitimar o argumento de que, os mesmos agem porque estão cansados de esperar por um governo que nada cumpriu do que prometeu. A não execução da promessa por parte do político autoriza e legitima a ação do Movimento.

No governo de Lula, o argumento das promessas não cumpridas foram ainda mais explorados pelos psdebistas, uma vez que havia no imaginário popular uma expectativa da campanha da “*esperança vencer o medo*” e, no discurso de posse, Lula afirmou que o seu governo seria um governo de “*mudanças*”. Pelo que já foi exposto até o momento, verificamos que reside justamente aqui a fragilidade do binômio “mudança – promessa”. As mudanças não são as premissas realizáveis das promessas, são seus

⁷¹⁰ Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 01/09/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷¹¹ Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 24/03/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷¹² Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias, em 21/11/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

fatores restritivos. E a oposição a Lula soube muito bem se aproveitar desse argumento para utilizar a tática de buscar jogar a opinião pública contra Lula, explorando ao máximo o argumento das “promessas não cumpridas”, das “mudanças não realizadas”, da “traição” do governante “metalúrgico”, de origem popular, como “traidor” de seu povo, de seu grupo. O trecho do terceiro pronunciamento acima é o exemplo, em que o senador Alvaro Dias, insistiu na idéia de que Lula realizou o “*sepultamento dos seus compromissos com o povo*”.

Ao mesmo tempo que buscando o descrédito de Lula junto ao seus eleitores, a tática de descontextualização das falas das lideranças prosseguia. Uma tentativa de jogar a opinião pública contra o MST, e, por conclusão de um silogismo, “quase” lógico, se Lula é amigo do MST, o descrédito do MST é o descrédito de Lula.

Senão vejamos um trecho selecionado, exemplo utilizado pelo PSDB contra Lula em 2003, usando a “declaração” de “guerra”, assim como foi tomada e interpretada a fala de Stédile contra os “latifundiários” ao dizer que “*o MST não vai dormir enquanto não acabar com o latifúndio*”:

“(…) Desde a semana passada, a tensão de movimentos sociais como as invasões de MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) têm preocupado o governo. A situação ganhou destaque com as afirmações de um dos líderes do MST, João Pedro Stédile, na semana passada que definiu a entidade como “um exército” que “não podem dormir enquanto não acabarem com eles [os latifúndios] (...)”

(...) O que se espera é que da promessa se passe à prática. A verdade é que o atual governo andou semeando expectativas exageradas sobre reforma agrária. Prometeu mundos e fundos, mas não deu nem mundos nem fundos.

(...) “O governo precisa ser ativo para não frustrar esperanças. (...)”⁷¹³

Ou no outro exemplo abaixo, em que a “promessa” ganha um sentido próximo ao sagrado:

“(…) Nas últimas eleições, o MST apoiou abertamente a candidatura do Presidente Lula, que afirmou, taxativamente, que era o único candidato capaz de promover a reforma agrária no País sem violência. **Diante da expectativa semeada a frustração se tornou maior. Não há frustração maior do que aquela provocada pelo exagero da promessa. A promessa foi efusiva. A promessa foi generosa. A promessa foi decantada em todos os palanques eleitorais durante a última campanha (...)**”⁷¹⁴ [grifos nossos]

⁷¹³Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio, do PSDB/AM, em 30/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷¹⁴Trecho do pronunciamento do senador Alvaro Dias do PSDB/PR, em 07/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Alguns tons discursivos são mais cautelosos, servem de “aviso”, ‘conselho’, “sugestão” para que Lula “*não prometa tanto*”, “*não exage nas promessas*”. Esse argumento da cautela, vem por exemplo, do senador Pedro Simon que alerta que “*Lula deveria fazer planos mais realistas em relação aos sem terra, pois é estranho, nunca houve tantas invasões quanto no governo Lula*”, jogando aqui com a responsabilização dos atos do presidente e atribuindo-lhe papel central na resolução da questão:

“(…) O Presidente Lula dizia, na campanha: “Se há algum candidato que pode fazer a reforma agrária, este candidato sou eu, porque, em mim, o povo confia”. É verdade! O povo confia que Sua Excelência a fará. (...). Entendo que os sem-terra tenham ido às ruas para fazer manifestações, tenham invadido e feito tudo o mais para cobrar e exigir a reforma agrária nos Governos anteriores. Porém, se este Governo diz que fará a reforma agrária, algo está faltando. O Presidente Lula e seus assessores deveriam se reunir com os sem-terra para discutir: “Vamos fazer a reforma agrária. E o que podemos fazer é isso. Talvez não seja o tanto que imaginávamos antes, porque é mais caro do que imaginávamos. (...)”. O Presidente Lula deve dizer: “Vocês, meus amigos sem-terra, terão de entender. Precisamos de gente que vá aos assentamentos para trabalhar na terra, mas não vamos fazer o que os outros faziam: jogar os pequenos produtores na terra sem lhes dar água, crédito e instrumentos para que possam trabalhar. (...)”⁷¹⁵ [grifos nossos]

Ou mesmo acusações de Arthur Virgílio, argumentando que não dá para “*jogar a culpa no passado*”, que “*os petistas estão indo para o fim de seu primeiro ano de mandato e não cumpriram suas promessa*”, que o PT no governo “*está confuso*” e que compreende “*estão inseguros, estão perdidos, estão muito atarantados*”, “*são oito meses de de governo e tudo piora*”, “*os índices se deterioram*”, “*o país só andou pra trás*” e o o povo está sofrendo com o governo que escolheu”

“(…) Digamos que o povo afirme: não estávamos satisfeitos com os juros do Governo Fernando Henrique Cardoso, com os seus oito anos de mandato, por isso o derrotamos, juntamente com o candidato José Serra, e elegemos Lula, para cumprir suas promessas. O que Lula tem de fazer é cumprir com suas promessas de campanha; (...)”⁷¹⁶ [grifos nossos]

Há, também, uma exploração tática da descontextualização das falas das lideranças do Movimento, como meio de denegrir os adversários, falas estas veiculadas na mídia. João Pedro Stédile, José Rainha e outros, comunicam-se diretamente com o

⁷¹⁵ Aparte do senador Pedro Simon do PMDB/RS, no pronunciamento da senadora Serys Slhessarenko do PT/MT, em 31/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷¹⁶ Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio, do PSDB/ AM, em 15/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

público ou prestam declarações em eventos e debates e tem suas declarações deslocadas e re-localadas em contextos distintos e diferenciados, denominados por alguns como “palavras de ordem” do Movimento. A declaração de João Pedro Stédile, por exemplo, que definiu o MST como “*um exército*” que “*não pode dormir enquanto não acabar com os latifúndios*”, fez com que o senador Arthur Virgílio relocasse o argumento na defesa dos interesses que defende⁷¹⁷, e como em outros tantos momentos, os lances foram re-apropriados, re-localados, re-avaliados, re-interpretados.

O grito popular do Movimento: “*Ocupar, resistir, produzir*”, por exemplo, pode ser tomada nas relações lideranças-participantes e na visibilidade midiática dada ao Movimento através do lema. Segundo declaração de Gilberto Portes, liderança do MST “*ocupar é uma forma de mostrar ao governo onde estão os latifundiários e fazê-lo acelerar a reforma agrária*”⁷¹⁸. Entretanto, sabemos que não se pode tomar a visão de um participante como se ela refletisse a idéia de todo o Movimento, mas também não se pode realizar o oposto. Uma das técnicas retóricas de que não se pode tomar o todo pelas partes, nem a parte pelo todo⁷¹⁹. Entretanto, essa técnica também não é premissa para se legitimar o argumento de que “*o povo é bom e os líderes são ruins*” como insistem políticos interessados na criminalização. A idéia do “*povo-massa e do líder baderneiro*” foi a construção argumentativa recorrente para os conservadores justificarem a criminalização das lideranças e, ao mesmo tempo, preservarem uma imagem eleitoral satisfatória a muitos eleitores incautos. A tática foi muito clara: criminalizar o Movimento nas figuras dos líderes significa desmoralizar a causa, preservar uma imagem política junto a possíveis eleitores e ainda atingir o presidente Lula na associação “Lula-MST” através das conversas que o mesmo mantinha com as lideranças do Movimento.

E as lideranças usavam as frases de efeito com finalidades precípuas de dar coesão ao Movimento, demonstrar estrategicamente a “união” e a “força” do grupo, sua

⁷¹⁷Pronunciamento do senador Arthur Virgílio, do PSDB/AM, em 30/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷¹⁸PORTES, G. declaração de liderança, em entrevista ao Jornal Zero Hora, edição 22 de Setembro de 1995. Porto Alegre, RS. Endereço eletrônico: http://www.radiobras.gov.br/antiores/2000/sinopses_1709.htm#8. Acesso: 04/04/2008.

⁷¹⁹PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação*. Prefácio de Fábio Ulhôa Coelho: Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996

“organização política”. Da mesma forma que as elites agrárias, as lideranças do Movimento buscaram se organizar estrategicamente, e também o fizeram dentro de suas possibilidades e recursos. Muitos perceberam essa estratégia, mas a mídia comercial não divulgou a questão nestes termos. Em uma reportagem, retirada de um sítio eletrônico de divulgação sindicalista, essa dimensão de leitura do real foi exposta: primeiro mostrando que, frente a repercussões negativas de João Pedro Stédile, o MST iria “*amenizar o discurso verbal*”, mas “*sem interromper as ondas de ocupações*”. Várias lideranças se comprometeram a aumentar o “*cuidado em relação às falas, mas sem mudar em nada suas práticas*”, pois, “*o movimento acredita que está no caminho certo*”. O líder João Paulo Rodrigues afirmou que, em sua opinião “*há uma tentativa explícita de criminalizar o MST*”. O objetivo é “*atingir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva*”. Mas que “*isso é um grande equívoco. O MST é independente. O Lula é uma coisa e o Estado, outra. O PT e o MST também*”. O recurso, segundo o artigo, se deu depois que “*o Planalto deflagrou uma operação envolvendo vários ministros para rebater as declarações de Stédile, entre eles, o ministro José Dirceu da Casa Civil*” que disse que “*o governo não iria tolerar abusos contra a Lei*” e emendou: “*não duvidem da autoridade do governo em acabar com os latifúndios*”. O também deputado estadual e advogado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) também afirmou, no mesmo artigo, que via o que ocorria como uma “*tentativa da elite em desestabilizar o governo Lula atingindo o MST*”⁷²⁰.

Dessa forma, as táticas empreendidas por lideranças, simpatizantes, grupos de apoiadores da causa, convergiram para uma luta também estratégica, em que as declarações, as frases de efeito, visavam também mobilizar ataques e/ou defesas, argumentos que compõem o jogo de atuação de ambos os lados, incitando os sujeitos a participarem, a se mobilizarem, a opinarem, a se posicionarem no interior do debate e levá-los efetivamente à uma “ação”.

São essas táticas e lances que fazem muitos senadores, por exemplo, construírem seus argumentos de ataque ao Movimento dos Sem Terra e prenderem seus argumentos não à causa, nem aos participantes, mas aos “métodos” do MST, uma vez que não

⁷²⁰MACHADO, C. MST muda discurso, mas segue com invasões. Free-lance para a Agência Folha, em Rosana (SP). Notícias Brasil: Sem Terra. Em 28/07/2003. Endereço Eletrônico: <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=8065>. Acesso em 01/04/2008.

querem (ou não querem, ou não podem, ou não tem interesse ou outras motivações quaisquer) em suas posições políticas, atacar diretamente a legitimidade da causa dos sem terra. Neste caso, ao não atacarem diretamente a causa podem questionar ‘os métodos’, e a partir deles, não concordar com o Movimento, introduzindo nesse argumento, suas possibilidades de convencimento, sem um rompimento com seus eleitores.

Essa tática é utilizada ao longo de todo período analisado e foi muito bem aproveitada pelos conservadores na defesa dos seus interesses dentro do jogo político. Como nos dois exemplos que se seguem, o primeiro referente a um momento do governo Lula com contra-argumentos de Suplicy e Heloisa Helena do PT; e o segundo referente ao governo FHC, proferidos por agentes distintos, mas que utilizaram, a despeito das descontinuidades temporais, o argumento de crítica aos métodos do Movimento:

Senador Moreira Mendes do PFL/RO “(...) quando em Porto Velho, no Julgamento do Episódio Corumbiara, o promotor de justiça disse: **“ou o Brasil acaba com os sem terra ou os sem terra acabam com o Brasil!”** o julgamento foi cancelado e o autor da frase, afastado do caso (...) os acontecimentos [invasão da fazenda de FHC] vem comprovar que, apesar de mal colocada, o que permitiu interpretações diversas, a advertência do promotor possuía, sim, um forte componente premonitório. (...) **O MST está mudando suas táticas e alterando seus métodos.** Eles tem até cartilha, curso de capacitação de militantes, realizado na ocupação (...)

[Em aparte, Eduardo Suplicy]: (...) um dos motivos para tamanha desigualdade de renda, é justamente a desigualdade da posse da terra (...) **imaginemos se, ao tempo da escravidão, fôssemos dizer que não poderíamos aceitar o movimento dos quilombos porque eram movimentos de rebelião. Como dizer aos negros, escravos, que não se rebelassem? Faço esse paralelo para ilustrar que nem sempre é fácil dizer-se a um movimento social como ele deve agir. Sou solidário ao MST (...)**

[Em aparte, Heloisa Helena]: o limite da proteção constitucional à propriedade privada é o cumprimento de sua função social (...) uma vez que **o João Pedro Stédile, que é uma liderança importante do MST, disse algo realmente relevante, independente de qualquer comentário que se possa fazer sobre táticas de ocupação do MST: “se quiserem acabar com o MST, façam a reforma agrária nesse país” (...)**⁷²¹ [grifos nossos]

⁷²¹Pronunciamento do senador Moreira Mendes, do PFL/RO, em 17/04/2002. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Ao criticar “o método” do MST o político se “salva”, pois preserva sua imagem junto aos eleitores demonstrando que não é contra o Movimento, só contra os seus métodos.

O segundo trecho, também sobre “os métodos”, é do senador Leomar Quintanilha, do PFL, em 2003:

“(…) É preciso que revejamos isso e que comecemos por dar atenção à questão dos assentamentos, aos acampamentos e ao Movimento dos Sem-Terra, que têm trazido algum dissabor. Às vezes a causa é justa, mas o método é equivocado. Não podemos permitir que ilícitos sejam praticados em razão de uma causa justa. Não podemos continuar assistindo passivamente a homens que precisam realmente de uma oportunidade para trabalhar, armados de foice, facão e machado, quebrando cercas, adentrando propriedades privadas, abatendo animais de terceiros para mitigar a sua fome, e isso não seja tratado como um ilícito. É ilícito e não podemos permitir. (...) Entendo que o direito de propriedade, uma das cláusulas pétreas da Constituição, tem que ser respeitado para que o Estado de direito seja mantido neste País. (...)”⁷²² [grifos nossos]

A propósito, o senador Quintanilha tem uma linha de raciocínio construída em seus pronunciamentos e apartes que procura sempre insistir no argumento do “método”, ampliando o argumento para dizer que tem “*gente que não sabe lidar com a terra e está engrossando as fileiras do MST*”, o que abre espaço para outra possibilidade argumentativa, a de que “*a terra é de quem nasce, de quem nela mora, de quem nela trabalha*” para concluir que, os líderes do MST não são e não fazem nada disso. Senão vejamos pequenos trechos que criam a linha argumentativa do referido senador e de alguns de seus colegas que insistem nesse argumento:

“(…) Se o Movimento é justo, se a propositura da reforma agrária, na sua essência e no seu espírito, é justa, a forma, todavia, não o é. (...) E o que o Movimento tem feito, repetidamente, é desrespeitar a lei, praticar esse ilícito com as invasões, tirando o brilho e o mérito da propositura. (...) estamos vendo agregarem-se ao Movimento muitos desempregados que, por não terem alternativa, estão atendendo aos apelos dos organizadores desse Movimento e engrossando as fileiras dos sem-terra. (...)”⁷²³ [grifos nossos]

⁷²²Pronunciamento do senador Leomar Quintanilha do PFL/TO, em 21/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷²³Aparte do senador Leomar Quintanilha, do PFL/TO, ao pronunciamento do senador Juvêncio Fonseca do PMDB/MS, em 12/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“(...) essas ações têm estimulado pessoas que não têm a menor aptidão na lida com a terra, que não sabem o que é plantar um pé de mandioca ou um pé de arroz, que viviam na cidade, (...)”⁷²⁴

[Em aparte, senador Mão Santa do PMDB/PI]: (...) **Tem-se que aplicar a sabedoria: a terra é de quem nela nasce, de quem nela mora, de quem nela trabalha.** Mas, para isso ocorrer, tem que haver sintonia entre o Incra e o instituto de terras; caso contrário, essa confusão aumentará (...)”⁷²⁵

Mas, afinal, quem são eles [sem terra]? Nessa pergunta, se abrem as possibilidades de contextualização e des-caracterização da luta. No debate a favor ou contra, cada grupo vai elaborando seu argumento de definição e o vai compartilhando com intenções deliberadas (ou não!), a favor ou contra a causa. Em seu texto intitulado *“Cada um tem um sonho diferente”*, o pesquisador Paulo R. de Almeida⁷²⁶ ao pesquisar as histórias individuais dos sujeitos sem terra, afirma que cada sujeito elabora sua vivência e a compartilha de forma diferente. E que apoiar um Movimento é diferente de participar dele. Há, portanto, diferenças entre o movimento feito e pensado pelos próprios trabalhadores, o movimento pensado pelas lideranças, o movimento discutido na Academia [Universidade]. Cada qual elabora sua idéia e seu(s) conceito(s), há divergências, desencontros, mas também há convergências, pontos comuns, vozes que se somam e/ou se debatem pela fixação de uma determinada noção de “verdade”. O que não permite evidentemente, a construção de uma resposta unívoca, fechada, sobre “quem são os sem terra”, mas nos permite o confronto de opiniões que nos possibilita inquirir, por parte das elites letradas que governam esse país, sobre as finalidades políticas postas em prática pela utilização, crítica ou apoio a certos conceitos postos em voga e utilizados ao longo do jogo político e sobre a necessidade de tais elites, de articularem uma definição e resposta para a pergunta de “quem são os sem terra”. uma definição que leva em conta as opiniões públicas envolvidas, a conjuntura histórica do momento das falas, os eleitores que se almeja cativar, os tipos de sentimentos políticos que se buscar despertar, os adversários que são enfrentados no embate, as intenções que

⁷²⁴Idem.

⁷²⁵Pronunciamento do senador Leomar Quintanilha do PFL/TO, em 29/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷²⁶ALMEIDA, P. R. de. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: Outras histórias: memórias e linguagens / [org] MACIEL, L.A. ALMEIDA, P.R. de. KHOURY, Y.A. São Paulo: Olho d’água, 2006. pp. 44-60.

se buscam preservar e uma certa noção do espaço público ocupado dentro de suas finalidades políticas de manutenção ou modificação do *status quo*.

Juntos, os argumentos de construção que buscam criar uma identidade aos sem terra, que estabeleça uma necessidade de separação dos “bons dos maus”, do “joio do trigo”, aliadas aos “métodos” do MST, formam uma base argumentativa poderosa que vai procurar perseguir as lideranças “baderneiras” e justificar a criminalização do Movimento. Em sentido contrário, o argumento das “promessas não cumpridas” opera um efeito inverso de legitimar a ação do Movimento, pois que, dada à inércia do poder público, os sem terra realizam o que o governo não realiza, eles “agem” e buscam fazer “reforma agrária”. Nesse sentido, o MST instiga os poderes da *Res-pública*, pois, os políticos não podem, embora muitas vezes não queiram, ignorar o problema agrário no Brasil. E, ao mesmo tempo que o Movimento se vê na busca e na ampliação de direitos que considera fundamentais, como o direito à terra, evidencia fragilidades, lacunas de um Estado que, embora dito “democrático” não é igual para todos e, embora dito “de direito”, encontra correntes políticas poderosas que buscam transformar a lei em instrumento de criminalização.

II

Des-caminhos: Em busca da criminalização

Na busca de criminalização, várias estratégias de acusação são empreendidas, e os parlamentares, em diversos momentos, esquecem, e/ou acusam os adversários de esquecerem seu compromisso com o eleitor; esquecimento este que vem após as expressões adversativas como o “mas”, o “todavia”, o “entretanto”. Exemplo do trecho do senador Ernandes Amorim que, primeiro se diz favorável “*a uma reforma agrária*”, depois diz que “*o culpado*” pela “*não realização da reforma agrária*” é “*o governo*”, e conclui argumentando que: “*os sem terra não precisam de terra, precisam de patrão*”, finalização expressa após a conjunção adversativa “todavia”:

“(…) sou favorável à reforma agrária (...) Todavia, não é desse jeito que se resolverá o problema, ainda porque **as pessoas que integram esse Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, na sua grande maioria, não entendem**

de agricultura, não precisam de terra. Essas pessoas precisam é de emprego, de patrões”⁷²⁷ [grifos nossos]

O caminho da criminalização começa com o argumento de que “o governo não age”. Mas a discussão desse “não agir” do Estado segue rumos diferentes. Os defensores da causa do Movimento dizem que esse “não agir” do Estado e/ou do governo legitima o agir do Movimento. Os parlamentares interessados em denegrir a imagem do governo usam a idéia de que, então, a partir do momento em que o “governo agir”, não existirá mais motivo para “invasões”. O que não fica claro é de que tipo é esse “agir” governamental. Para uma boa parte da elite política, as “invasões” se justificam exatamente por esse motivo, porque “*o governo não tem feito nada*”⁷²⁸

Os opositores usam o argumento “do não agir” para “acusar” o governo, “enfraquecê-lo” a disputa, com argumentos que articulam o senso comum exaustivamente repetido: “*a culpa é do governo!*”. Por outro lado, todas essas discussões evidenciam, por parte dos defensores governistas, que medidas “estão sendo” providenciadas (o problema gramatical do gerundismo em que a ação nunca termina, em que sempre há uma continuidade, nunca se resolve, nunca se chega ao final), órgãos “estão sendo” reestruturados, cargos “estão sendo” organizados, documentos e cartilhas oficiais “estão sempre sendo” produzidas, leis “estão sendo” feitas a todo momento. Para os governistas defensores de FHC, “*crise*” é uma palavra muito forte, mesmo com todos os episódios dramáticos, chacinas e assassinatos ocorridos, mesmo com toda violência explícita no campo. Parafraseando E.P.Thompson “*na retórica [governista] e suas artes decorativas, tudo parece proclamar a estabilidade, a autoconfiança, o hábito de contornar todas as ameaças à sua hegemonia*”⁷²⁹. Mesmo os mais moderados argumentam que: “*a violência no campo existe em função da ausência do poder público*”. Como por exemplo, o senador Amir Lando, que justifica que “*só entende a legitimidade dos sem terra dado à inércia do*

⁷²⁷ Trecho do pronunciamento do senador Ernandes Amorim, do PPB/RO, em 08/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷²⁸ Trecho do pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 27/03/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷²⁹ THOMPSON. E. P. Patrícios e Plebeus. In: Costumes em Comum. Revisão Técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello. Paulo Fontes. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p 45.

poder público” e que, “*o direito que os excluídos tem de se revoltar se baseia nessa ausência do poder público*”:

“(...) o direito que os excluídos têm de se revoltar se baseia nessa ausência do poder público (...) os excluídos têm também a legitimidade da revolta. A revolta é o caminho extremo, que só deve ser seguido nesta circunstância: quando as elites mostrarem sua incapacidade total de enfrentar essa questão com realismo e determinação (...)”⁷³⁰

A esquerda interpreta o argumento do “não agir” do Estado de forma distinta. Usa-o para legitimar a ação do Movimento, pois, para eles, quem “age” é o Movimento. São as “ações” dos Movimentos Sociais que obrigam o governo a (re)agir. E nesse sentido, o governo só age porque o Movimento pressiona. Ou mesmo, como em outros argumentos já analisados, sempre que o “*Movimento pressiona, o governo age editando uma Medida Provisória ou formulando um Projeto de Lei*”. A “lei” é o instrumento da “ação” e a imagem de controle utilizada pensada por determinados grupos como remédio a todos os males sociais. Entretanto, como bem argumenta o historiador Thompson: “*a lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes, mas não penetra os lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma às perspectivas de vida de cada um*”⁷³¹.

E, embora se diga que o “governo não age”, existe sim uma ação, que pode ser vista principalmente na repressão estatal. E nessa hora, independente de qual governo seja, o “Estado” é o aparelho de repressão ideológica, mas também física. Isso fica expresso na forma como se reprime as manifestações populares.

Tem parlamentar que chega mesmo a argumentar claramente da necessidade do aparelhamento policial e mesmo da articulação das forças armadas para se enfrentar o problema agrário no Brasil. Como o exemplo do senador Jefferson Peres do PDT/AM, que sugeriu que “*se resolva o problema dos Sem Terra com a ajuda do Exército!*”, que “*se atribua ao exército a missão de executar a reforma agrária*”:

“o exército vem sofrendo de uma crise de identidade na busca de nova missão que lhe sentido, como não tem com quem lutar depois da vitória sobre a subversão

⁷³⁰ Trecho do pronunciamento do senador Amir Lando, do PMDB/RO, em 08/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷³¹ THOMPSON. E. P. Patrícios e Plebeus. In: Costumes em Comum. Revisão Técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello. Paulo Fontes. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p 17.

armada e o fim da guerra fria **por que não conferir ao exército funções de milícia no combate ao crime organizado e a missão de executar a reforma agrária?** A missão de executar a reforma agrária será bem sucedida pelos comandantes do exército⁷³². [grifos nossos]

No governo FHC, o grupo oposicionista, diante do chamado “agir repressivo” buscava narrar na tribuna os episódios rotineiros de “como age a polícia” frente aos protestos e manifestações populares, questionando, em seus argumentos, os métodos empregados pelos policiais. A senadora Benedita da Silva do PT/RJ, por exemplo, comentou sobre a manifestação intitulada de “Grito da Terra” realizada em Brasília (1998), que degenerou em confronto com a polícia. A mesma argumentou que “*o propósito não era o confronto, o propósito era entregar ao governo um documento*”:

“(…). Tivemos o Grito da Terra, (...) **havia todo um aparato policial cercando o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, impedindo a aproximação dos manifestantes e a entrega de um documento por uma comissão.** O Grito da Terra saiu com esse propósito e não para baderna ou enfrentamento. (...) Não se gasta dinheiro, não se gasta tempo para vir confrontar desarmado com uma polícia armada; uma polícia que radicalizou, uma polícia que não ouvia. (...)”⁷³³ [grifos nossos]

E Eduardo Suplicy do PT/SP questionou a forma como o aparato policial estava realizando algumas ordens judiciais de despejos, como a polícia estava agindo no cumprimento de mandados para a desocupação de terrenos, com “*afronta e desrespeito*” a mulheres, homens e crianças, como no exemplo do caso ocorrido em Goiás:

“(…) **Com um forte aparato de armas, cães, cavalos e o apoio de um helicóptero, os soldados, alguns à paisana, atacaram os lavradores, muitos deles ainda dormindo. Homens, mulheres, idosos e crianças, todos foram obrigados a ficar deitados no chão, de barriga para baixo, com as mãos na cabeça.** O resultado da ação policial foi um saldo de 45 feridos, inclusive mulheres e crianças. Chegou-se ao cúmulo de policiais algemarem crianças de dez e quinze anos e uma mulher grávida! Três agricultores foram internados: (...). Três trabalhadores estão desaparecidos. Além disso, a Polícia, alegando resistência ao cumprimento da ordem judicial, prendeu 26 sem-terra, entre eles muitos dos feridos. (...) **O Coronel Antônio Alves da Silva, chefe do comando de policiamento no interior da PM de Goiás, considerou a ação policial "normal" e o despejo como "um sucesso".** O Governador Naphthali Alves, em entrevista coletiva concedida ontem à tarde, classificou o episódio como “normal numa democracia”, e afirmou que a Polícia agiu de forma “amena” no despejo. Que normalidade é esta, meus senhores, onde, numa ação de despejo, primeiro

⁷³²Trechos do pronunciamento do senador Jefferson Peres, do PDT/AM, em 17/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷³³Pronunciamento da senadora Benedita da Silva, do PT/RJ, em 21/05/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

espancam as pessoas para depois lerem a notificação da Justiça para que saíssem da fazenda? **Os agricultores presos denunciaram que, enquanto estavam deitados, com a mão na nuca e nas costas, um policial gritou que gostaria que eles reagissem, porque ali "não seria como Eldorado de Carajás, porque morreriam bem mais do que 20" (...)** Sem diálogo vai ser muito difícil superar os obstáculos. Se o Governo de Goiás avaliou que precisava acatar a decisão da Justiça, a maneira de fazê-lo é, primeiramente, via diálogo. Mas, pelo que nos chegou ao conhecimento, foi utilizada, em primeiro lugar, a violência das armas. É necessário, aliás, apurar e esclarecer os fatos. (...)”⁷³⁴. [grifos nossos]

As senadoras Heloisa Helena e Marina Silva, ambas do Partido dos Trabalhadores, além de criticarem a forma como o governo estava tratando os Manifestantes em episódios de confronto, criticaram a forma como o governo (e a mídia) vinham desmoralizando o Movimento dos Sem Terra. Heloisa Helena, por exemplo, argumentou que “*baderneiros*”, “*fora-da-lei*”, “*depredadores do patrimônio público*” são termos que não se aplicam definitivamente ao Movimento, uma vez que “*não foram eles quem venderam a Vale do Rio Doce, a Telesp, a Telebrás*” e que só tinha um jeito do governo acabar com o MST: “*fazendo a reforma agrária nesse país*” que dada as circunstâncias históricas “*o governo que não tem desculpas para não fazê-la*”⁷³⁵. E a senadora Marina Silva acrescentou:

“(...) Concordando com a Líder de meu Partido, Senadora Heloisa Helena, **penso que se o Governo quer, de uma vez por todas, fazer com que o Movimento dos Sem-Terra não tenha qualquer apelo, nenhum seguidor, ele pode fazer algo. O Governo dispõe de duas fórmulas: uma é perseguir, mandar a Polícia soltar bombas, atirar nas pessoas, matar as pessoas, como está sendo feito, tentando colocar o movimento de trabalhadores, que é legítimo, na ilegalidade; a outra, a que advogo, é fazer a reforma agrária. Se o Governo fizer a reforma agrária, não haverá José Rainha, Pedro Stédile, Deolinda, ninguém conseguirá mobilizar as pessoas para manifestações por uma reforma agrária que já foi feita. (...) . O que precisa mais o Governo além do apoio social? O que é preciso além da necessidade histórica e ética de fazer reforma agrária? Não há nenhuma desculpa para não fazer reforma agrária. (...) A Constituição de 1988 assegura, em seu artigo 5º, a liberdade de organização, de manifestação e de locomoção. Nenhum cidadão pode ser privado desses direitos por discordar do Governo ou por ter posição diferente. (...)”**⁷³⁶ [grifos nossos]

⁷³⁴Pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 02/06/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷³⁵Pronunciamento da senadora Heloisa Helena, do PT/AL, em 03/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷³⁶Pronunciamento da senadora Marina Silva do PT/AC, em 03/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

É assim que “age” o governo, na análise dos oposicionistas, é assim que se opera “a máquina estatal”: com decisões não raras vezes “*autoritárias e centralizadoras*”:

“(...) Assim, falta a prática democrática por parte do Governo, no sentido de chamar todos os setores interessados na reforma agrária e de discutir o assunto antes de se tomar qualquer medida. Os burocratas de sempre decidem sozinhos numa sala de ar-condicionado, sem ouvir ninguém, sem ouvir as federações, os sindicatos, os setores interessados nessa matéria. Quero, portanto, lamentar que a prática continua sendo a mesma: *autoritária e centralizadora.* (...)”⁷³⁷

Os parlamentares governistas procuravam argumentar que o governo é “que faz (ou deve fazer) a reforma agrária”. Assim, é que, por exemplo, se manifesta o senador Edison Lobão do PFL/MA: “*é preciso separar o que é agitação de reivindicação legítima, é preciso respeitar a justiça, não se pode estimular a desordem, quem deve fazer reforma agrária é o governo federal*”⁷³⁸. Ou mesmo o senador Lúdio Coelho do PSDB/MS: “*sem terra virou profissão. O Brasil quer reforma agrária, mas não quer invasão (...) os líderes insuflam os humildes, as invasões tem finalidades políticas*”⁷³⁹. Ou o senador Jefferson Peres do PSDB/AM ao afirmar que “*a reforma agrária é necessária, mas o MST é nostálgico, saudosista, comprovadamente político-ideológico e que, se o governo não fez nada em 1995, agora está fazendo (...) não pode haver justiça sem lei. Estamos vivendo a falência do princípio da autoridade*”⁷⁴⁰. Em 1997, principalmente diante dos fatos trágicos de Corumbiara e de Eldorado Carajás, as Marchas e passeatas dos MST ganharam as ruas e a mídia, com uma divulgação da “*crescente simpatia pela causa*” dos sem terra. Dentro do jogo político, essa possível “simpatia” foi aproveitada pela oposição e vista com cautela pelos governistas. O que fez o senador Roberto Freire mencionar, por exemplo, que “*o que há de novo no Movimento é a aceitação popular, o nível de popularidade pública, (...) o movimento*

⁷³⁷Pronunciamento do Senador Carlos Bezerra, do PMDB/MT, em 02/12/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷³⁸Trecho do pronunciamento do senador Edison Lobão, do PFL/MA, em 14/06/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷³⁹Trecho do pronunciamento do senador Lúdio Coelho do PSDB/MS, em 14/06/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁴⁰Trecho do pronunciamento do senador Jefferson Peres do PSDB/AM, em 14/06/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

não pode ser caroneado (...) o Brasil sempre foi injusto e que chegou a hora de mudar, de transformar, de revolucionar, de ter esperança(...)”⁷⁴¹.

Essa “simpatia” parlamentar pela causa dos sem terra fez com que a oposição legitimasse a importância do MST. *“O MST foi o único que deu esperança a milhares de trabalhadores, essa esperança não pode ser falsa ou enganosa (...) não podemos perder a esperança”*⁷⁴²

Foi assim que as esquerdas organizaram argumentos elogiosos ao Movimento durante todo o governo FHC: *“O MST é vanguarda”*⁷⁴³, *“o MST é o movimento mais social e mais importante da História do Brasil (...) O MST é o principal mediador nos conflitos, principal interlocutor do governo para assuntos de reforma agrária”*⁷⁴⁴. Ou mesmo na expressão do senador Roberto Requião do PMDB/PR ao dizer:

“(...) o MST é a produção, é a ordem, é o progresso, é a justiça social (...). O MST dá um sentido de organização à miséria provocada pelo neoliberalismo no Brasil e auxilia o governo, paradoxalmente, na contenção de uma desordem absoluta (...)⁷⁴⁵ [grifos nossos]

Quanto mais a oposição elogiava, justificava a importância e a legitimidade do Movimento, mais os governistas e partidos de defesa de FHC reagiam com argumentos de ataque aos “baderneiros” e “líderes perigosos”. Jefferson Peres argumentava: *“vamos separar as coisas: existe os trabalhadores de um lado e o MST de outro (...) a agitação vem do movimento (...) aí do governo se se acovardar diante da chantagem dessas lideranças(...)*”⁷⁴⁶ e o senador Senador Bala Rocha acrescentava: *“é o líder que conduz*

⁷⁴¹Trecho do pronunciamento do senador Roberto Freire do PPS/PE, em 17/04/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁴²Trecho do pronunciamento da senadora Marina Silva, do PT/AC, em 23/07/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁴³Expressão utilizada por diversas vezes nos pronunciamentos da senadora Heloisa Helena, do PT/AL. Como no exemplo do pronunciamento do dia 10/11/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁴⁴Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 15/04/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁴⁵Trecho do pronunciamento do senador Osmar Dias, do PSDB/PR, em 30/11/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁴⁶Trecho do pronunciamento do senador Jefferson Peres do PSDB/AM, em 24/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

*as massas (...) a coordenação é necessária, embora tenha conotação política (...)*⁷⁴⁷ O ataque e a condenação “aos líderes” foi sempre o argumento que evitava qualquer crítica aos demais participantes, uma forma política estratégica de responder aos “eleitores” e fugir de qualquer comprometimento ou rompimento com as regras do jogo democrático, visto que tais parlamentares acusavam e criticavam somente os “baderneiros”, sendo somente estes, os considerados “criminosos”.

Em meio aos extremos, houve também os argumentos de “conciliação”, que propugnava crítica aos dois lados, pedindo “calma”, “prudência”. Como no exemplo do senador Osmar Dias do PSDB/PR, ao direcionar seu discurso para algumas lideranças do Movimento:

“(…) Aproveito a presença dos líderes do Movimento dos Sem Terra para dizer: **“pelo amor de Deus, não façam mais ocupação de terra produtiva no Paraná e em nenhum outro estado** (...) sou contra a ocupação das propriedades antes que seja emitido um laudo de que aquela é uma terra improdutiva. Se há necessidade de apressar a desapropriação de terras improdutivas, deve haver outro caminho, e nós podemos discutir isso com mais tempo (...)”⁷⁴⁸ [grifos nossos]

No trecho acima, vale a pena reiterar a técnica procedimental do Regimento Interno do Senado e Câmara. Pois, os anais do Senado registram a presença de participantes do Movimento dos Sem Terra no Plenário da Casa. Dona Adelina Ventura, viúva de uma das lideranças, mesmo estando presente no Plenário não pode falar pessoalmente, pois isso não era permitido pelas normas regimentais do Congresso, que normatiza que “o direito à palavra é de uso exclusivo dos parlamentares” e a mesma teve sua fala e depoimento conhecido, posteriormente, através da mediação de um jornal, numa reportagem utilizada e anexada nos anais a pedido do senador. Ou seja, o parlamentar reconhece a voz do Movimento única e exclusivamente pela intermediação da mídia jornalística. Um procedimento nada neutro e passível de inúmeras interferências na reprodução da linguagem, que por fim, aparece como registro nos anais, filtrada de qualquer argumentação que possa “macular” ou “manchar” as sensibilidades do grupo a quem o referido senador representa.

⁷⁴⁷ Aparte do senador Sebastião Bala Rocha do PDT/AP ao pronunciamento do senador Jefferson Peres do PSDB/AM, em 24/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁴⁸ Trecho do pronunciamento do senador Osmar Dias, do PSDB/PR, em 30/11/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

Com o advento do Governo Lula, embora tenha havido uma inversão de papéis, governo-oposição, argumentos de defesa e ataques ao MST foram mantidos, principalmente depois de passada a expectativa e a pressão inicial dos primeiros momentos de governo. O acirramento dos conflitos e a formação das milícias paralelas fez com que, a partir de 2004, o MST iniciasse as chamadas “ondas” de manifestação intituladas de “Abril Vermelho”, “Maio Vermelho”, “Novembro Vermelho”. Em 2005 o argumento do PSDB era o de um possível “*rompimento entre MST e Governo Lula*”.

Entretanto, um episódio marca expressivamente o processo de criminalização do Movimento no governo Lula: a instalação da chamada CPI- Fundiária⁷⁴⁹, também chamada de “CPI da Terra”. Trata-se da articulação oposicionista do PSDB iniciada nos debates de 2003, já bem no início do governo petista, que prosseguiu durante todo ano, para efetivamente se concretizar em 2004 e foi concluída em 2005.

Nessa CPI, a intenção dos oposicionistas (liderados pelo PSDB) consubstanciou-se em perguntas do tipo: “*há ligação Lula-MST?*”; “*De onde vem os recursos do MST?*”. Estratégias argumentativas que tinham como finalidade específica criminalizar o Movimento, criticar seus métodos e ao mesmo tempo desautorizar o governo Lula; e os psdebistas não mediram esforços nessa estratégia política.

Nesse sentido, os parlamentares tem noção de que as chamadas Comissões Parlamentares de Inquérito podem se prestar a diversas finalidades, podem ser instrumentos importantes dentro das estratégias do jogo político. Podendo escamotear pela linguagem empreendida, aquilo mesmo que se propõe a realizar, como no exemplo abaixo:

“(…) O que posso entender com esta expressão “CPI política”? (...). **Não queremos desestabilizar um governo** devidamente constituído e que esteja desempenhando um papel em defesa dos ideais democráticos, da sociedade, mas, sim, queremos desestabilizar um governo que deseja se estabelecer totalitário. Nossa missão é combater, com todas as forças, aquilo que pretendem instalar em nosso País (...)”⁷⁵⁰

De fato, petistas e governistas (nem todo governista era petista) entendiam que a CPI tinha o propósito da desestabilização do governo Lula. Os parlamentares defensores da causa e do Movimento dos Sem Terra argumentavam que “*já que vai se investigar as questões fundiárias no país é preciso também incluir nessa investigação as questões de*

⁷⁴⁹CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito das questões fundiárias no Brasil.

⁷⁵⁰Trecho do pronunciamento do senador Almeida Lima do PDT/SE, em 23/03/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

violência no campo”. Se há CPI para investigar sem terra é necessário investigar também a morte destes, pois, “*cresce a cada dia o número de mortos entre indígenas, sindicalistas e pessoas que se esforçam para ter uma reforma agrária negociada no Brasil.*”⁷⁵¹

A CPI da Terra foi presidida pelo senador Álvaro Dias do PSDB/PR, responsável direto pelo rumo das investigações, e inclusive, chegaram a convocar Stédile para prestar depoimento. Nos dizeres do senador, o objetivo da CPI era “*ajudar*”, “*procurar contribuir*” com o governo, pois ele não “*não tem tido competência*”:

“(…) o objetivo da CPMI é também o de procurar contribuir para que se estabeleça o entendimento entre os vários setores envolvidos: os proprietários rurais, os trabalhadores sem terra e os Governos Federal, Estadual e Municipal. (...) O Governo precisa instrumentalizar o Incra de forma qualificada, para que execute o programa de reforma agrária com agilidade e eficiência. (...) Governo não tem tido competência para estabelecer uma política que permita a retomada do crescimento econômico com geração de emprego, sobretudo na área urbana.(...)”⁷⁵²

E argumentando sobre a finalidade da CPI que realizava, o senador constatou que o “*o MST é braço do PT*”:

“(…) A situação agravou-se porque há uma peculiaridade que tem que ser destacada. O MST constitui-se em braço político do PT. O PT instrumentalizou o MST para a ação de natureza político-eleitoral (...) há uma revolta que explode em função da paralisia do Governo. (...) O Governo vai-se tornando desacreditado. A palavra do Presidente não vale mais. Discurso não resolve.⁷⁵³

Não era de se esperar outra conclusão, vindo de um dos maiores adversários do PT e do MST. Colocá-los num mesmo “*balão*”, conforme expressão de um governista, significava concentrar “*fogo*” e procurar derrotar, com a mesma estratégia, dois adversários. Investir na ligação “Lula-MST” podia significar o descrédito do governo juntamente com a continuação de criminalização do Movimento:

“(…) O presidente dizia que falava ao MST como se o fizesse a seus próprios filhos e que colocaria à disposição do Movimento tantas terras, que não haveria

⁷⁵¹Trecho do pronunciamento do senador Sibá Machado do PT/AC, em 16/02/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁵²Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, em 07/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁵³Idem.

pessoas suficientes para nelas acampar. **No entanto, estamos vendo o contrário: revolta, indignação, invasões, o sentimento de que a insegurança** do homem do campo e do sem-terra está aumentando a cada dia.(...)”⁷⁵⁴ [grifos nossos]

Assim, o presidente da CPI ridicularizava a postura do presidente da república e e ainda buscava criar a imagem de ser uma oposição “*responsável*” e “*comprometida*”:

“(…) **me preocupa quando o Presidente da República tenta calar o Parlamento, quando Sua Excelência diz que a Oposição fala demais. Esquece o Presidente que a palavra "parlamento" significa "parlar".** (...) **Todos já ouvimos ou lemos que o Presidente, em função de falar demais, tem cometido inúmeras gafes e tem sido motivo de chacota no Brasil e até no exterior.** (...) O Presidente deveria trabalhar mais e deixar de chamar a atenção. Fernanda Montenegro disse: **comece a governar, Presidente, fale menos** (...)”⁷⁵⁵ [grifos nossos]

Os governistas do período Lula, preocupados com os rumos da investigação da CPI, traziam insistentemente, para a tribuna, dados e informações da Comissão Pastoral da Terra – CPT, uma forma de evidenciar a violência no campo, pois, se era para investigar sem terra, a violência cometida contra eles tinha que ser considerada e também verificada; mas denúncias apontavam que essa questão não estava sendo abordada na CPI da Terra. A senadora petista líder do governo no Senado comparava Lula aos governos anteriores, insistindo que “*não há dúvida de que o Governo atual vem adotando uma postura diferente dos anteriores. Observa-se uma efetiva vontade política de promover uma ampla reforma agrária neste País*”, lembrando que “*a questão agrária não pode mais ser tratada no Brasil como um caso de polícia*”. Entretanto, enquanto líder do partido, pedia que se tivesse um pouco mais de “*paciência*”, pois, “*tudo tinha que ser encaminhado dentro da lei e da ordem, de maneira absolutamente pacífica*”:

“(…) Recentes declarações de importantes dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra causaram furor e novamente trouxeram à baila essa questão tão explosiva. Abril seria um “mês vermelho”, com uma torrente de ocupações que paralisaria o País e colocaria o Governo contra a parede. (...), **temos de reconhecer que as manifestações do Movimento dos Sem-Terra fazem parte de uma estratégia legítima de pressão política, própria dos movimentos sociais.** (...) Eles podem e devem se mobilizar. **O que desejo é que tudo ocorra dentro dos limites da lei e da ordem, e de maneira absolutamente pacífica.** (...)”

⁷⁵⁴Trecho do pronunciamento do senador Alvaro Dias do PSDB/PR, em 07/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁵⁵Trecho do pronunciamento do senador Alvaro Dias do PSDB/PR, em 07/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

Basta de violência! A questão agrária no Brasil não mais pode ser questão de polícia. Claro que só a resolveremos, de forma definitiva, quando a reforma agrária for uma realidade. Até lá, cabe ao Governo, ao MST e aos proprietários rurais manter aberto um canal de diálogo e entendimento, arrefecendo-se os ânimos e fortalecendo-se nossa democracia.”⁷⁵⁶[grifos nossos]

Ao argumento de que “o PSDB usa a CPI para atingir o governo Lula” Álvaro Dias respondia que “a função era investigar”:

“(…) Como Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, tenho o dever de defendê-la da tribuna do Senado Federal diante de acusações contra ela assacadas no dia de ontem, **por meio da imprensa, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que afirma ver paranóia e uso da CPI para atingir o Governo.** Não é verdade. Não há paranóia e não se utiliza a CPI para atingir o Governo, como afirma o MST. **Portanto, não é verdade que a extrema direita esteja utilizando a CPI para fazer luta política e ideológica contra o Governo e contra o MST, como afirma João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do movimento.** (...) **é dever da CPI investigar,** (...) (...) gostaríamos de estar defendendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, gostaríamos de estar ao lado deles em todas as ações, na luta por uma reforma agrária que permitisse distribuição de renda em nosso País e oportunidade de trabalho a tantos trabalhadores excluídos na nossa terra. No entanto, não podemos admitir que os recursos públicos sejam aplicados de forma incorreta. **Nós não estamos acusando o MST de aplicar incorretamente os recursos.** Nós estamos desejando que a investigação nos permita saber se os recursos são aplicados legal ou ilegalmente (...)”⁷⁵⁷ [grifos nossos]

E se utilizavam amplamente das reportagens da mídia escrita na divulgação de dados:

“(…) **Como não existe juridicamente, o MST recebe dinheiro de doações e convênios por meio da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).** (...) É nesse contexto que se insere a matéria intitulada “CPI quebra sigilo de entidades ligadas ao MST”, (...) Matéria referida: “**CPI quebra sigilo de entidades ligadas ao MST** (...)”⁷⁵⁸

Argumentos sempre articulados à pergunta “de onde vem o dinheiro do MST?”:

“(…) Hoje, pela manhã, a CPMI da Terra se reuniu, numa demonstração do quanto é importante esse instrumento. **Sem ela não teríamos as revelações que tivemos hoje com o MST, que é um movimento que mereceu aplausos e que implica organização social da maior importância para o Brasil por travar uma luta necessária à promoção da reforma agrária como forma de distribuir renda**

⁷⁵⁶Trecho do pronunciamento da senadora Serys Slhessarenko, do PT/MT, em 26/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁷⁵⁷Trecho do senador Alvaro Dias do PSDB/PR, 17/06/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁵⁸Trecho do pronunciamento do senador Sergio Guerra, do PSDB/PE, em 07/07/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

num País extremamente injusto. Esse MST, de origem louvável, foi invadido por alguns espertos que se utilizam da boa-fé dos mais humildes, de trabalhadores sem terra para alcançar determinados objetivos escusos. Eu não terei tempo de expor tudo o que se revelou na reunião de hoje, mas faço referência apenas a um dos fatos. Por exemplo: na Anca - Associação Nacional de Cooperação Agrícola, um senhor de nome José Trevisol, Secretário-Executivo dessa associação, desviou R\$400 mil para um plano de previdência privada a seu favor no valor de R\$200 mil e outros R\$200 mil a favor de Selma, a tesoureira da Anca. **Dinheiro público destinado à reforma agrária desviado para atender interesses pessoais escusos. Não há como compactuar com essa prática, mas não fosse a instalação da CPMI da Terra, esse fato jamais seria do conhecimento popular, e nós jamais teríamos a oportunidade de responsabilizar civil e criminalmente os responsáveis por esse delito** se justificativas não forem apresentadas à altura do convencimento de todos os integrantes dela.(...)”⁷⁵⁹

Assim sendo, o argumento usado pelo senador Álvaro Dias passou a ser também o resultado conclusivo da CPI, pois, conforme dito pelo próprio parlamentar “*sem a CPI não haveria como responsabilizar civil e criminalmente os responsáveis pelo delito*”. Interessante observar que, à época de FHC, os psdebistas se utilizavam diretamente da tribuna nos ataques e projetos contra o Movimento, e à época de Lula, como já não estavam diretamente no poder, e sim na oposição, a CPI da Terra foi o instrumento real de articulação para prosseguirem com o processo de criminalização dos sem terra, além do uso da tribuna parlamentar.

A CPI da Terra chegou ao final em 2005, fundamentada “única” e “exclusivamente” na pergunta “*de onde vem o dinheiro do MST?*” Não abordou absolutamente nada sobre a violência do campo, concluindo, nos dizeres do presidente da CPI que “*o governo não instrumentaliza os órgãos públicos*”, “*o governo não tem autoridade*”, “*o principal responsável pela violência no campo é o poder público*”, “*o MST foi desvirtuado*”, o “*governo Lula é um retrocesso em matéria de reforma agrária*”, que “*as metas anunciadas não são alcançadas, e o que resta é a frustração*”:

“ (...) a constatação é de uma situação deplorável na estrutura fundiária brasileira, é de dramaticidade. A desorganização é incrível. (...) O que encontramos? 1) Desrespeito à lei, afronta constante ao Judiciário. (...) Não há respeito à lei, e as decisões, as ordens judiciais não são respeitadas pelos Governantes nos Estados nem pelo próprio Presidente da República, que, em inúmeras oportunidades, deixou de atender determinação de intervenção em

⁷⁵⁹Trecho do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, 24/05/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

unidades da Federação como consequência da afronta de governantes estaduais a ordens emanadas do Poder Judiciário”⁷⁶⁰

Sobre o Movimento dos Sem Terra, o líder da CPI argumentou que o mesmo se “desvirtuou”, não é “*mais o mesmo*” que surgiu como “*esperança de luta pela reforma agrária*” e que mereceu aplausos”:

(...) O MST surgiu como grande esperança de luta pela reforma agrária no Brasil. Mereceu aplausos no País e no exterior. Caminhou bem durante algum tempo, depois foi instrumentalizado politicamente. Aconteceu também a sua partidarização e algumas lideranças "mais espertas" determinaram o desvirtuamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E aqueles, os chamados excluídos, os trabalhadores sem oportunidades, aqueles que sonham em possuir um pedaço de chão para viver com qualidade passaram a ser usados como massa de manobra por aqueles que buscavam objetivos diferentes dos que determinaram a organização deste movimento. (...) O Presidente da República não impôs autoridade no ato de exigir cumprimento da lei, respeito às normas estabelecidas, e, evidentemente, isso estimulou a conflagração. (...)⁷⁶¹

Concluindo, conjuntamente com seu colega, o senador Mão Santa que “*a violência é um capítulo à parte*”, conforme declarações do próprio presidente da CPI e de seus aliados:

“(...) **A violência é um capítulo à parte.** Nós devemos condená-la. Obviamente, não resolve buscar os responsáveis pela violência. Há aqueles que acusam proprietários rurais. Outros acusam trabalhadores sem terra. (...)”⁷⁶²

Segundo o presidente da CPI: “*conseguiram administrar o confronto até aquele momento, e esperavam administrá-lo também na hora de se aprovar o relatório final, mas sabendo que não seria fácil*”, uma vez que “*há um confronto ideológico de duas correntes distintas atuando*”, mas esperava que, “*com o relatório aprovado, com recomendações ao Ministério Público*”, houvesse “*indiciamento de pessoas que praticaram ilícitos, praticaram violência ou contribuíram para a malversação do dinheiro público*”⁷⁶³.

⁷⁶⁰Trecho do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, 22/11/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁶¹Trecho do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, 24/05/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁶²Aparte do senador Mão Santa ao pronunciamento do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, 24/05/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁶³Trecho do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, 22/11/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

A dificuldade de aprovação de um relatório final, nos termos expostos pelo senador do PSDB ficou evidente, exatamente pela polarização das forças políticas. Não se conseguiu votar o relatório na semana seguinte como o mesmo previa; mas com a prorrogação do prazo, os mesmos ganharam tempo e o relatório foi aprovado.

Os senadores governistas-petistas se manifestaram indignados e tiveram como única saída, enviar um relatório paralelo, em que, neste documento, incluíam dados e informações sobre a “real” gravidade do problema no campo, com dados das mortes e da violência no campo. Segundo o senador Sibá Machado, “*a Bancada Ruralista foi para a CPMI a fim de incriminar os movimentos de trabalhadores rurais e para simplesmente deixar impunes os assassinatos no campo; os assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, religiosos e religiosas que apóiam os trabalhadores rurais, os pequenos produtores*”⁷⁶⁴, fazendo pedido que se encaminhasse “*os dois relatórios, tanto o que foi votado e venceu, quanto o relatório vencido*”⁷⁶⁵.

O pronunciamento mais exaltado quanto ao resultado desse relatório final da CPI da Terra foi da senadora governista Ana Júlia Carepa do PT/PA, incisiva ao dizer que o relatório final da CPI da terra era “*um engodo do ponto de vista intelectual, uma farsa do ponto de vista político e uma mentira do ponto de vista moral*”, pois “*venceu um relatório intransigente que não refletia a realidade agrária do nosso país. O relatório do Deputado Abelardo Lupion era parcial, continha somente 19 linhas, não mencionava nada sobre a violência no campo, enquanto o relatório realizado pelo Deputado João Alfredo (do PSOL/CE) tinha 70 páginas*”, discutindo inclusive sobre a morte da Irmã Dorothy Stang. Os senadores petistas manifestaram sua indignação quanto à derrota. Ana Júlia Carepa comparou os dois relatórios, dizendo que “*venceu um remendo de relatório, mal redigido e parcial, raivoso, preconceituoso, instrumento dirigido contra os movimentos de trabalhadores no campo*”, (...) “*foi aprovado o relatório do massacre, do incentivo à impunidade. Portanto, esse relatório é cúmplice de assassinatos*”, acrescentando que:

“(...) O relatório do Deputado João Alfredo, que a bancada ruralista não permitiu que fosse transformado em documento oficial da CPMI da Terra e do Congresso Nacional, trazia, em seu texto, um diagnóstico fidedigno da

⁷⁶⁴Trecho do pronunciamento do senador Sibá Machado do PT/AC, em 29/11/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁶⁵Trecho do pronunciamento do senador Sibá Machado do PT/AC, em 29/11/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

questão fundiária. (...) O Relatório do Deputado Abelardo Lupion, afinal adotado pela Comissão, representa os melhores esforços e mais bem desenhados desejos da União Democrática Ruralista - UDR, (...). Existem inúmeras incongruências e erros no relatório aprovado, ontem, pela CPMI da Terra. (...). O relatório do Deputado Lupion não faz diagnóstico da estrutura fundiária brasileira, até reconhece a concentração fundiária, mas não consegue dizer absolutamente nada sobre as causas; não fala sobre os processos de reforma agrária e urbana; não fala, por incrível que pareça, da violência no campo e da morte de milhares de trabalhadores, de apoiadores desses trabalhadores. O relatório do Deputado Lupion não toca no tema das milícias organizadas por fazendeiros. Esses são apenas alguns exemplos da parcialidade do relatório. (...)⁷⁶⁶ [grifos nossos]

O senador José Agripino tentou responder à indignação dos colegas, lembrando aos mesmos a regra do jogo democrático, dizendo que *“afinal ganhou a maioria”, “ganhou quem teve mais votos”*:

“venceu o que a democracia normalmente recomenda, ou seja, quem tem a maioria. A maioria, na Comissão, foi composta por aqueles que são chamados de a Bancada Ruralista, mas, também, por parte da base de apoio ao Governo. O PMDB foi orientado por setores importantes do próprio Governo”⁷⁶⁷

Há, em sua fala, um apelo à regra do jogo como que a justificar a vitória da bancada ruralista, e o mesmo chegou a ser irônico dizendo que os componentes do grupo perdedor *“até deviam se dar por satisfeitos, pois não houve a intransigência completa”*, pois, o relator acatou emendas propostas *“até pela senadora Heloisa Helena”*, que é uma pessoa, segundo palavras do senador, *“de posições muito mais duras, uma pessoa que é de esquerda pra valer”*, pois, *“a penalização de José Rainha e João Pedro Stédile foi retirada do relatório com o “de acordo” dos ruralistas e dos que fazem parte da Base de apoio”*. Ao final, segundo o parlamentar *“venceu a democracia”*, pois, *“ganhou quem teve mais votos. Democraticamente, é isso o que acontece”*⁷⁶⁸. O discurso do referido parlamentar é interessante. Dele podemos extrair a exata expressão de que “os ruralistas” não tiveram acatadas todas as suas pretensões, e, até sugestões mais “duras”, como de Heloisa Helena, foram “negociadas”, como a “ausência” de penalização para “indivíduos como José Rainha e Stédile”. A referência

⁷⁶⁶ Trecho do pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 30/11/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁶⁷ Idem.

⁷⁶⁸ Trecho do pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 30/11/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

de negociação é explícita, ou seja, a demarcação do jogo na formulação das “leis” exige “acordos”, “barganhas”, “trocas”.

Ao se abordar a não penalização de lideranças do Movimento, toca-se numa questão importante, pois, ao lado da criminalização do Movimento como um todo, surge a criminalização individual aos líderes. Figuras como José Rainha Júnior, João Pedro Stédile, Diolinda (esposa de José Rainha), Gilmar Mauro, dentre outros, são constantemente presos, respondendo a inúmeros processos criminais. A ambiguidade identitária desses indivíduos é contínua, pois, ora são considerados investidos de poderes para negociar junto às autoridades estatais como líderes, ora são penalizados e criminalizados, tratados como “bandidos”. E, independentemente do governo a que estejam submetidos, são criticados ou elogiados pelas elites políticas, inseridos nos debates, nas lutas, na articulação da luta dos trabalhadores frente ao poder político em jogo, mediadores (oficiais ou não) da causa do Movimento e das forças políticas estatais, principalmente no Legislativo e no Executivo, vez que, no Judiciário são os “indiciados”, “acusados”, “processados”, “julgados” e “sentenciados”, em sua grande maioria, como “criminosos”.

A criminalização dos Movimentos Sociais por parte dos poderes estatais, como saída para resolução dos problemas sociais, nos faz refletir sobre elementos totalitários presentes nas atuais democracias. Não somente na questão da confiança/traição (em relação aos governantes), mas ao que nós estamos fazendo em relação às nossas instituições sociais, o que pode solapar as democracias, a indiferença em relação aos negócios públicos, o colapso do sistema partidário, a falta de comparação de valores e a impossibilidade de julgamentos, mas principal e fundamentalmente a morte do homem e a criminalização dos sem terra e/ou do Movimento. Hanna Arendt, ao discutir sobre o perigo do processo de morte jurídica do homem, explica que *“existem riscos quando abolimos as leis”*, tanto *“quando a aplicamos injustamente”*, pois, segundo a autora, *“o primeiro passo essencial no caminho do domínio total é matar a pessoa jurídica do homem”*, e isso é conseguido quando *“certas categorias de pessoas são excluídas da proteção da lei e quando o mundo não totalitário é forçado a aceitá-los como os fora-*

da-lei".⁷⁶⁹ Depois da morte da pessoa moral e da aniquilação da pessoa jurídica, a destruição da individualidade é quase sempre bem sucedida". O processo de criminalização de um Movimento Social que tem raízes numa reivindicação justa e legítima (de acesso à terra), que demanda por ampliação de direitos e exige visibilidade política é um processo de aniquilação da pessoa jurídica do homem, é um ato de destruição da individualidade, é o passo de totalitarismo dentro de uma democracia extremamente fragilizada, em que, o que se chama "maioria" é o que "*ganhou porque teve mais votos*", sem levar em consideração os meios e os métodos utilizados para se conseguir tais votos, sem evidenciar que os fortes grupos econômicos ao controlar a política e a mídia, transformam em "minorias" os vencidos.

As questões de análise de H. Arendt, guardadas as devidas diferenças de contextualização, ainda se fazem bastantes pertinentes à nossa realidade, pois, a fluidez dos contatos políticos, as ausências de significados sociais têm colaborado para a destruição da personalidade e da individualidade, principalmente quando confrontados ao aumento da pobreza, da miséria e da exclusão social que, nos Estados Contemporâneos tem encontrado como saída a Criminalização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, colocando-os como excluídos da proteção da "lei" e forçando a um convencimento social de conceitualização dos mesmos como os "fora-da-lei", principalmente, no ataque e na perseguição de suas lideranças.

E, na acusação dos líderes de forma específica e do Movimento de forma genérico, a elite conservadora não poupa esforços, auxiliados por segmentos do Poder Judiciário. Isso tem gerado, não uma ambiguidade, o que seria pouco, pois, na ambiguidade há a possibilidade de resolução do conflito em algum momento; mas de contradição democrática, incoerência de princípios, absurdos latentes, pois, se cria, de um lado, a impossibilidade de se julgar crimes como o de Eldorado Carajás, Corumbiara; de outro, a criminalização e o julgamento célere de trabalhadores sem terras e várias de suas lideranças sob a acusação de serem "bandidos" e "criminosos". Em outras palavras: não existe Estado para julgar a violência no campo, os crimes cometidos contra trabalhadores rurais, pois, tais crimes são sempre "*capítulos à parte*",

⁷⁶⁹ARENDR, H. Origens do Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. p. 469. 498-499, 502-503.

mas existe Estado para julgar e prender, inúmeras vezes, o líderes e os participantes do Movimento, construindo para tais indivíduos a imagem dos “fora-da-lei”.

Nesse sentido, vários exemplos nos chamaram atenção. Um deles foi o episódio envolvendo um dos líderes do Movimento, conhecido pelo nome de José Rainha, acusado num primeiro julgamento (Primeira Instância) em Pedro Canário, sob suspeita de “assassinato” e num segundo julgamento (Segunda Instância) em Vitória-ES (03/04/2000). A oposição petista viu nesse julgamento declaradamente “*uma perseguição política*” ao líder do Movimento. A senadora Heloisa Helena comentou, em seus argumentos nos anais, que “*o primeiro julgamento ocorreu em condições extremamente parciais, pois o poder do latifúndio estava exercendo pressões extraordinárias sobre os jurados*”. No segundo julgamento, segundo registro da senadora nos anais, estavam presentes no julgamento, além dela, o senador Eduardo Suplicy, Luís Inácio Lula da Silva e os advogados Evandro Lins e Luis Eduardo Greenhalgh. Para a parlamentar, todo processo de acusação contra José Rainha, “*contrariava a lógica e o bom senso*”, pois havia nos autos somente uma testemunha que “*achava*” que o assassino do fazendeiro era um homem que se “*parecia*” fisicamente com José Rainha⁷⁷⁰. Sendo que “*o próprio governador do Ceará, do PSDB confirmou em depoimento que o líder José Rainha se encontrava com ele e com autoridades da polícia militar no Ceará, num encontro de negociação de conflitos*”⁷⁷¹. A indignação de todos, lembrava várias vezes o livro de Kafka, intitulado “O Processo”, chamava a atenção para o “absurdo” de tal julgamento e acima de tudo reiterava que, em menos de um ano, a Justiça conseguiu realizar dois julgamentos para José Rainha, mas não realizou e não consegue realizar a punição dos culpados em Eldorado Carajás.

Esse episódio reflete uma discussão posta pela oposição que vê, no julgamento de José Rainha, motivações políticas, pois sabem que o mesmo é atuante na causa dos Sem Terra na luta por reforma agrária. E, nesse caso, a justiça foi bem célere para julgá-lo. A pergunta é exatamente verificar, não aqui, mas no quarto tópico deste capítulo, de que forma o poder judiciário se presta a esse tipo de “julgamento político”, o grau de

⁷⁷⁰Por 4 (quatro) votos a 3 (tres) o júri absolveu José Rainha Neto da denúncia de co-autoria nas mortes do fazendeiro Jose Machado Neto e do policial militar Sergio Narciso da Silva. Comunicação feita no pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 06/04/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁷¹Trechos do pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL, em 04/04/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

cumplicidade de agentes do judiciário com a defesa dos “latifundiários” e a omissão nos casos de violência no campo contra os trabalhadores.

A criminalização dos líderes do MST ocorreu (e ocorre) ao longo de todos esses anos. Não foi tática exclusiva do governo FHC ou do governo Lula, embora tenham sido gestados em maior grau no governo de FHC. Basta mencionar para isso, o fato de em 2003, ter sido notificado nos anais do senado⁷⁷², nova prisão do líder José Rainha e em 2006 denúncias do Ministério Público contra João Pedro Stédile. Como em vários outros exemplos de comunicações de Suplicy e outros do PT, em tom informativo de apoio às lideranças e citados pelos psdebistas em tom de “*punição aos baderneiros*” com “*respeito*” ao judiciário brasileiro, e criticado pela esquerda como um judiciário “omisso”, “*com uma parcela significativa de agentes que está a serviço dos que servem aos interesses do capital com todo o denodo e quase sem nenhuma observância aos autênticos princípios de justiça*”⁷⁷³.

São essas dicotomias que marcam o campo em disputa, pois, as acusações dos atos realizados por esses integrantes e lideranças é tido, estrategicamente por muitos, como “*cometimento de crimes, formação de quadrilha, depredação*”, num processo de busca de criminalização de seus participantes; e é tido por outros como a “*consciência de se lutar por uma causa justa – legítima*”, “*verdadeira ação que marca a desobediência civil*”, na construção argumentativa da legitimidade da ação do Movimento.

III

A resistência: De homens e de Súditos

O MST, através de sua mobilização e articulação ao longo de todo o período em estudo foi responsável por protestos, manifestações, marchas e passeatas. O MST deu a seus participantes visibilidade política. Na relação governantes-governados, o Estado

⁷⁷²As lideranças parlamentares da esquerda, nos anos de governo FHC sempre levaram à tribuna as comunicações, informações e denúncias sobre as perseguições e prisões de várias das lideranças do Movimento. Como nos exemplos dos pronunciamentos do senador Eduardo Suplicy de 29/07/2003 e Geraldo Mesquita em 24/10/2003 que relatam visita a José Rainha e a Firmino Procópio dos Santos, o Mineirinho, detidos na prisão de Presidente Wenceslau. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁷³Trecho do pronunciamento do senador Geraldo Mesquita Júnior do PSB/AC, em 24/10/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Democrático de Direito necessita lidar com a pluralidade, as divergências e, acima de tudo, com as in-justiças que estão postas por esse mesmo Estado. E numa tentativa de captar ansiedades e desejos populares, expressos nas manifestações e protestos de todos os tipos, segmentos parlamentares do Congresso Nacional estiveram atentos para, em seus discursos, ganharem simpatia frente ao Movimento, frente à opinião pública e possíveis eleitores simpáticos à causa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com tais finalidades, diversos parlamentares não somente faziam elogios ao Movimento mas também denunciavam assassinatos e mortes, e realizavam críticas às medidas e projetos de “lei” in-justos e prejudiciais aos trabalhadores interessados em “reforma agrária”.

As ações do Movimento puseram em jogo, em maior ou menor grau, questionamentos quanto a esse Estado que se intitula “democrático” e de “direito”; trouxe ao confronto a disputa conceitual entre “legalidade” versus “legitimidade”, pois, ninguém crê que todas as disposições do legislativo “popular” sejam de “justo” direito. E, dentro de uma pluralidade de concepções jurídicas, vários autores (juristas e doutrinadores) vão insistir na idéia de que, “*a legalidade do Estado de Direito não pode substituir a legitimidade*”⁷⁷⁴, trazendo ao campo de forças, elementos argumentativos ao debate em questão. Não se pode crer ingenuamente em afirmações maniqueístas e dogmáticas do senso comum de que “*todo político é ladrão*”, “*político é tudo igual*”, “*partido político é tudo a mesma coisa*”, “*todo poder corrompe*”, “*todo jogo político é assim mesmo, sempre foi e jamais será diferente*”, ou “*todo sem terra é bandido*” ou “*toda ordem normativa positivada é a melhor em vigor*” ou de que “*toda lei é justa*”. Se “governar é fazer crer” não se pode crer ingenuamente que a justiça esteja contemplada nas leis. Nesse sentido, conforme explicita Garcia, M.:

“a legitimidade das leis não depende tanto do procedimento da sua elaboração quanto dos mecanismos para a sua mudança, ainda que se trate de mecanismos democráticos, em processos abertos à formação da opinião pública se em seguida cessar a possibilidade da sua discussão em sociedade – a sociedade para a qual foi elaborada.”⁷⁷⁵ [grifos nossos]

⁷⁷⁴HELLER, H. Teoria do Estado. São Paulo: Mestre Jou, 1968, p265.

⁷⁷⁵GARCIA, M. Desobediência Civil: direito fundamental. 2.ed. rev. Atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 325.

Há que se pensar que, portanto, a lei poderá sempre, e a qualquer tempo, ser questionada em sua valoração, não só por aqueles que a formulam diretamente enquanto representantes, mas ao “povo”⁷⁷⁶ em si, à “sociedade civil” a quem é, via de regra, constante e reiteradamente direcionada. Se a legalidade é atributo das normas, a legitimidade reside no social, nos homens e mulheres reais no tempo e no espaço, na coletividade da população brasileira, que aparece nos documentos jurídicos sob a denominação de “povo”.

A posição que cada parlamentar assume diante do jogo político, vinculando diretamente a questão da legitimidade-ilegalidade do movimento com as questões diretas de se entender, conceituar, classificar, enquadrar os atores do Movimento à imagem de “bandidos” perpassam todo o jogo.

Em 1997, após um ano do Massacre de Eldorado Carajás, ocorreu uma “Marcha contra a Impunidade”. A marcha de participantes contava com apoio dos trabalhadores rurais e várias entidades de apoio. Segundo falas do Movimento, a marcha buscava “cobrar” das autoridades governamentais punição aos culpados pela chacina do ano anterior e pediam ao governo providência quanto à efetivação da reforma agrária. Conforme discurso da parlamentar Júnia Marise do PDT/MG, a Marcha ocorrida na Esplanada dos Ministérios – Capital Federal, era tida como uma necessidade de “*fincar esse marco histórico*”⁷⁷⁷, pois que, no Brasil, “*a Reforma Agrária sempre foi uma tarefa incompleta*”.

⁷⁷⁶ Aqui cabe uma ressalva quanto à utilização do termo “povo” e “elite”. Já discutimos em outro trabalho, que “povo” e “elite” não podem ser vistos como dois tijolos sobrepostos, e embora nos firmemos sobre discursos essencialmente burocratizados do Congresso Nacional as figuras políticas de destaque, as massas algumas vezes gritam juntas e, outras vezes, atiram-se umas contra as outras, e não temos por que considerar “elite” e “povo” como duas coisas refratárias a uma interação e trânsito entre si. E nesse debate de reforma agrária, o regime de defesa da propriedade privada é tão fervorosamente defendido quanto criticado, e por mentes e por argumentos igualmente poderosos. Segundo Pocock, há discursos bem como há práticas, e o discurso deve, mais cedo ou mais tarde, fornecer à prática algum de seus contextos”; o que é a razão pela qual os agentes sociais ao lidar constantemente com tais questões debatem o papel e expressam a opinião do Governo e do Estado em tais questões, ou mesmo exercem influência como grupos de pressão político-partidária sobre seus parlamentares, quer da direita quanto da esquerda, basta mencionarmos as entidades como a UDR – União Democrática Ruralista de defesa dos proprietários, ou a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura ou mesmo o próprio MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em suas diversas variantes, considerados aqui com a utilização do termo “sociedade civil”, ou mesmo “povo”.

⁷⁷⁷ Trecho do pronunciamento da senadora Júnia Marise do PDT/MG. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

A chegada da Marcha de 1997 à capital do país fez com que os partidos de oposição a FHC unissem còro à voz da multidão na tentativa de mobilizar o governo. A senadora Júnia Marise avisou que “*a marcha estava chegando a Brasília* [em 15/04/1997], e pronunciou que a sociedade brasileira “*já percebeu que FHC faz de conta que quer fazer Reforma Agrária*”⁷⁷⁸. A senadora Benedita da Silva do PT/RJ enfatizou que “*a marcha é uma luta de fé, não é uma marcha partidária, não é política*” e que o “*Partido dos Trabalhadores não está se aproveitando disso*”⁷⁷⁹. Suplicy do PT/SP, comparou o evento ao que aconteceu a Luter King com o “*I have a dream*”. De um lado, a oposição reuniu forças de apoio ao evento, como no exemplo da citação da senadora Marina Silva, que exaltou os trabalhadores em marcha intitulando-os de “gigantes”, pois, segundo “*Albert Einstein: “Se vejo mais longe do que os outros é porque me apóio sobre ombros de gigantes*, citando a grandeza de um povo em luta argumentou que, “*os gigantes estão chegando a Brasília, são eles os trabalhadores sem terra desse país*”⁷⁸⁰.

O senador José Eduardo Dutra do PT/SE insistiu, em seu discurso, que “*o fato [eldorado de Carajás] não pode ficar impune*”, “*um ano se passou*”, “*o processo está parado pela morosidade da justiça*”, “*há interesses corporativos da Polícia Militar*”, “*falta aprovar a lei que acaba com as indústrias de Liminares Judiciais nesse país*”, “*a marcha vem para sensibilizar os poderes, demonstrar o que é democracia, que não é bandeira das esquerdas*”⁷⁸¹.

É assim que, diante de um acontecimento inevitável, pois os grupos partidários sabem que os trabalhadores rurais sem terra estão marchando em direção à capital do país, que os discursos se exaltam em sua defesa ou não, e onde as forças políticas partidárias se organizam. O Senador Ademir Andrade do PSB/PA, ao comentar sobre a chegada dos trabalhadores disse que “*o MST é vencedor, se estruturou e enfrentou FHC, que sempre os tratou com desdém e arrogância*”. Afirmou que o 17 de Abril de

⁷⁷⁸Trecho do pronunciamento da senadora Júnia Marise do PDT/MG. Em 15/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

⁷⁷⁹Trecho do pronunciamento da senadora Benedita da Silva do PT/RJ. Em 16/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

⁷⁸⁰Trecho do pronunciamento da senadora Marina Silva do PT/AC. Em 16/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

⁷⁸¹Trecho do pronunciamento do senador José Eduardo Dutra do PT/SE. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

1997, “*não é uma festa, pois as coisas são difíceis de serem resolvidas no governo do PSDB*” e que “*a única coisa que FHC fez no ano passado[1996] quando da chacina de Eldorado dos Carajás foi criar o Ministério da Reforma Agrária. E o que fez esse ministério? Nada*”⁷⁸².

Sebastião Bala enfatizou a importância do recado dado ao governo de FHC: “*a marcha chegou...*”, “*o recado dos Sem Terra é bastante claro: ou o governo faz a reforma agrária, ou os sem terra vão fazer e isso não é bom!*”. O que se espera de FHC é o que a marcha cobra: “*que nenhum culpado foi punido até agora, no caso da chacina de Eldorado de Carajás*”⁷⁸³. Junia Marise lembrou a frase de José Saramago ao manifestar sua opinião sobre a Marcha dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: “*O Brasil chegou a uma esquina, é preciso dobrar a esquina*”, para tanto, “*o governo não pode lidar com números*”. Segundo a mesma: “*o governo está com a caneta na mão – ele é o responsável nesse momento*”, “*o governo precisa fazer alguma coisa*”, “*onde está a preocupação de um governo sedimentado na social democracia cuja essência é o povo?*”⁷⁸⁴

Os congressistas governistas e adeptos de uma posição moderada, insistiam que, se de um lado, não podiam fazer nada em relação à marcha, pois não podiam nem mesmo afirmar que não fosse legítima, o que podiam fazer e de fato fizeram, foi insistir nos apelos da “lei” e da “ordem”, pedindo “cautela” e “alertando” as autoridades sobre o “perigo” da Marcha. É nítido, nos discursos dos defensores do governo, o apelo à legalidade. Tais defensores governistas fizeram “da lei e da ordem” a panacéia de seus interesses, usando a “lei” como instrumento de controle permanente dos seus interesses de classe, transformando a “lei” em escudo contra as aspirações populares. Os representantes e defensores do governo avisaram que “*a marcha podia até ocorrer*”, (algo que, de fato, não tinham como impedir), mas que não era uma “*festa*”, portanto, que fosse “*dentro da “lei” de ordem*”. É nesse sentido que se insere o pedido do senador Valmir Campelo do PTB/DF, “*esperando que o movimento seja pacífico, sem conotação política ou partidária, para que realmente eles possam expressar, por*

⁷⁸²Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

⁷⁸³Trecho do pronunciamento do senador Sebastião Bala Rocha do PDT/AP. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

⁷⁸⁴Trecho do pronunciamento da senadora Júnia Marise do PDT/MG. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

intermédio do seu pensamento, das suas reivindicações, que são legítimas, suas aspirações, e que o Governo possa se sensibilizar”, mas é “fundamental que as partes conversem, negociem e procurem o entendimento, dentro da lei, dos bons costumes e da prática política civilizada”. Embora tendo que respeitar a regra do jogo e manter a postura parlamentar ao dizer que “a Marcha dos Sem-Terra em direção a Brasília é um movimento legítimo”, não se pode esquecer em momento algum que precisa manter-se “dentro dos limites da lei e das normas da boa convivência democrática, que precisa, no entanto, manter-se nos limites da legalidade e do bom-senso”, pois, “o governo não tolerará arroubos de lideranças oportunistas”, “jamais teremos uma reforma agrária completa e justa se ela for realizada “no grito”, na base das invasões e da balbúrdia”. É preciso, enfim, “realizar reforma agrária com vontade política, com entendimento, com bom-senso, acima das ideologias, das cores partidárias e, sobretudo, sem violência!”⁷⁸⁵.

A tentativa de captação dos anseios populares fica clara nos discursos parlamentares. A Senadora petista Junia Marise, exemplificando essa proximidade entre parlamentar-trabalhador sem terra, proferiu depois da Marcha que, *“estivemos lá, caminhamos, oramos e cantamos com os trabalhadores sem terra”*, utilizando-se da expressão para criar a idéia de compartilhamento do problema com os manifestantes, ressaltando que *“a marcha tinha a finalidade de que o governo resolvesse a questão agrária com vontade política, num momento em que se continuava convivendo com a impunidade, a indiferença”*⁷⁸⁶.

Nesse mesmo contexto, por ocasião da Marcha, o senador Pedro Simon, de forma cética e em resposta à marcha, vislumbrou que a única coisa que se poderia esperar do presidente FHC *“era um pronunciamento, uma resposta verbal”*, pois, segundo o senador, *“fazemos um pronunciamento e achamos que cumprimos nossa parte”*⁷⁸⁷, que o Presidente da República não faria (como de fato não fez), nada de diferente do que *“dar uma resposta”* ao protesto, realizar mais *“promessas”*.

⁷⁸⁵Trecho do pronunciamento do senador Valmir Campelo do PTB/DF. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>.

⁷⁸⁶Trecho do pronunciamento da senadora Emilia Fernandes do PTB/RS. Em 18/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

⁷⁸⁷Trecho do pronunciamento do senador Pedro Simon do PMDB/RS. Em 17/04/1997. Anais do Senado Federal. Site de consulta: <http://www.senado.gov.br>

Em 1999 ocorreu a chamada “Marcha dos 100 Mil”, realizada em Brasília dia 26 de Agosto, visando demonstrar, segundo o Movimento, a “insatisfação” popular. A mídia novamente se dividiu na divulgação da mesma, usando o fato na defesa ou no ataque do Movimento, jogando com a insatisfação popular junto ao governo de FHC. Como no exemplo do jornalista Hélio Fernandes⁷⁸⁸, que disse ver na Marcha a “*profunda indignação do povo*”⁷⁸⁹. Para o mesmo era a hora “*do basta!*”:

“(…) O povo foi à rua, o sentimento nacional marchou entre os ministérios com um único objetivo: **gritar basta! Chega! Demonstrar que não dá mais, sequer para sobreviver, oprimido por esse modelo cruel, dito globalizante, que multiplica o desemprego, aprofunda a miséria e espalha o desespero.** Engana-se quem supõe o povo muito ligado na doação do patrimônio público, na alienação da soberania nacional ou na submissão ao FMI. Por essas razões, mesmo importantíssimas, pouca gente se dispõe a sair de casa. **O que levou milhares de pessoas à Esplanada dos Ministérios foi a falta de trabalho, de terra, de habitação, de dinheiro e, em especial, de esperança.** É bom tomar cuidado. Despertaram o povo e, agora, não dá para fazê-lo adormecer outra vez. (...)”⁷⁹⁰ [grifos nossos]

O referido jornalista reiterou argumentos também utilizados na tribuna parlamentar de que “*quem permitiu a marcha foi o próprio presidente FHC*”, “*quem proporcionou o espetáculo, animou-o, permitiu que se organizasse, com tanta incompetência, foi o próprio governo*”, nem precisava da ajuda da oposição, pois esta “*era ainda mais ainda mais incompetente do que o governo. E mais dividida. E mais sem objetivos definidos. E mais inconseqüente. E mais desastrada. E mais desunida. E mais facilmente anulável*”. De fato, “*a Marcha era do povo*” e concluiu:

“(…) O grande acontecimento de hoje é a chamada Marcha dos 100 mil sobre Brasília.. (...) E tentando esvaziá-lo, o governo e FHC, agitou ainda mais, jogou bastante lenha na fogueira. (...) A solução, o protesto, a forma da manifestação teria que ser feita no Congresso e não nas ruas. Não desprezo de maneira alguma a voz

⁷⁸⁸FERNANDES, H. Para Mudar a História. Artigo publicado no endereço eletrônico <http://www.geocities.com/Vienna/2809/povo.html>. Em 27/08/1999. Acesso: 10/04/2008

⁷⁸⁹Falando sobre a insatisfação popular cristalizada na Marcha lembrou que passeatas e protestos marcaram episódios da história do Brasil, aludindo a importância desse tipo de manifestação, afirmando que a Marcha se inscrevia “*no rol daquelas que, no passado, mudaram a História do Brasil*” (relembrando a passeata de 1968 no Rio de Janeiro contra a ditadura militar, a Passeata pelas Diretas Já e a Passeata pelo Impeachment de Fernando Collor de Melo). Para o jornalista, a Marcha servia “*como demonstração da força popular, não sendo mais possível aos políticos esconder a massa, uma demonstração de que o povo existe e que muita gente tem medo dele*”, pois, “*não adiantou que a maioria da mídia (em especial as mais atreladas ao discurso governista e que são bem conhecidas) procurasse de início minimizar a manifestação, a partir de um certo momento não havia mais como esconder a massa*”

⁷⁹⁰FERNANDES, H. Para Mudar a História. Artigo publicado no endereço eletrônico <http://www.geocities.com/Vienna/2809/povo.html>. Em 27/08/1999. Acesso: 10/04/2008.

do povo, nem me esqueço de **Castro Alves**: "**A Praça, a Praça é do povo como o Céu é do Condor** (...)"⁷⁹¹ [grifos nossos]

No Congresso, o senador Eduardo Suplicy, ao mencionar sobre a Marcha disse que *"a Marcha tinha sentido, tinha significado e apresentava propostas concretas"*⁷⁹², argumento este que era dado em resposta às acusações de adversários que diziam que *"o Movimento não sabia o que queria, não tinha objetivos concretos"*.

Em Maio de 2000 ocorreu o chamado "Grito da Terra". A expressão do "grito" nos remete às lutas contra a Impunidade, "no Grito". Nos dizeres de Paul Ricouer *"a nossa primeira entrada na dimensão do direito foi marcada pelo grito: é injusto! E esse grito é o da indignação, cuja captação por vezes provoca confusão, avaliada em função das nossas hesitações em nos pronunciarmos sobre a justiça em termos positivos"*⁷⁹³.

A primeira marcha do "Grito da Terra"⁷⁹⁴ (2000) foi liderado pela CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, com entrega formal de pautas e reivindicações dos trabalhadores. Tais pautas são recorrentes a providências sociais, mas também críticas às medidas legais tomadas pelo governo.

⁷⁹¹Idem.

⁷⁹²Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, em 25/08/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁹³RICOUER, P. O justo ou a essência de Justiça. Editora Instituto Piaget. 1ª Edição – 1997

⁷⁹⁴Como exemplo, o "Grito da Terra", em sua versão 2007, trouxe em sua pauta principal: ação de mobilização, proposição de negociação coordenado pela CONTAG, pedidos e reivindicações dirigidas principalmente ao Congresso Nacional no sentido de reivindicar a aceleração de tramitação e votação de projetos de interesses dos trabalhadores, tais como sanções penais e civis para a prática de trabalho escravo, criação de mecanismos de proteção social no campo, proibição da concessão de medidas liminares, com ou sem audiência prévia (esta proposição procurava fazer com que juízes e promotores conhecessem dos fatos antes do deferimento de liminares de despejo, evitando assim que injustiças e violências fossem cometidas, garantindo judicialmente o chamado procedimento ordinário, dando-se ampla defesa e o completo exame das questões fáticas e documentais; nos casos dos conflitos individuais, suprimindo-se a possibilidade da concessão de liminares sem a audiência), reivindicando aceleração na tramitação de projetos de lei que estabelecessem critérios para desapropriação de terras rurais para a reforma agrária, com remoção dos obstáculos jurídicos presente na legislação agrária e a rejeição do projeto (Projeto de Lei do Senado 264/2006, altera os arts. 161 do Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências; e do Projeto de Lei 7485/2006, acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, para prever o ato terrorista de quem invade propriedade alheia com o fim de pressionar o governo) que previa como ato terrorista quem invadisse propriedade alheia com o fim de pressionar o governo, proposições essas lançadas pela CPI da Terra que procurou tipificar como crime a luta dos Movimentos Sociais, entre outros pedidos não relatados aqui. Itens exemplificativos da Pauta de Reivindicação do Grito da Terra, 2007. www.fetaesc.org.br/gtb2/2007/pauta_congresso_nacional.DOC. Acesso em 10/04/2008.

Em Agosto de 2000 ocorreu a chamada “Marcha das Margaridas”⁷⁹⁵, nela trabalhadoras rurais foram às ruas de Brasília – capital federal, para, segundo as manifestantes, também entregar “pauta de reivindicações” ao governo.⁷⁹⁶

No conjunto, tais reivindicações procuram “levar” ao governo pedidos e reivindicações, e tais pedidos são, segundo seus participantes, “legítimas petições jurídicas”, de organizações representativas de pressão social que integram os Movimentos Sociais, como a CONTAG, a FETAG, o STTR, com fundamentação legal, buscando, através dos instrumentos “democráticos”, que são as “leis”, regulamentar direitos dos Trabalhadores Rurais desse país. Dessa forma, os movimentos sociais buscam na “lei” uma forma de proteção dos direitos individuais e coletivos que porventura possam lhes ser assegurados. A entrega de tais documentos às autoridades competentes evidenciam a idéia de que os trabalhadores rurais sem terra não lutam para “destruir a lei”, lutam para conquistar, ampliar, consolidar direitos básicos dentro dessa ordem jurídica, buscam através de suas reivindicações novos “direitos”, visibilidade a esses novos atores sociais.⁷⁹⁷

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, principalmente no seu primeiro ano de mandato, a situação ficou tensa em razão da formação das milícias paralelas e do agravamento dos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores. A partir de 2004 ficou claro que o MST, em sua forma generalizada, não cederia em sua luta pelo simples fato de ter como presidente um homem de origem popular vindo do meio dos trabalhadores. Entretanto, mesmo com certo distanciamento (estratégico ou não) a atitude política de Lula frente ao MST foi a de “não criminalização” do Movimento. Entretanto, enfrentou

⁷⁹⁵A primeira Marcha foi realizada em 2000 e, a segunda, em 2003. A marcha das foi organizada pelas mulheres camponesas, traduzindo uma homenagem a Margarida Maria Alves, assassinada em 12 de Agosto de 1983, em Alagoa Grande – Paraíba, num crime em que não encontraram culpados e que não conseguiu elucidação por parte das autoridades policiais, o que evidencia mais uma vez, a Impunidade. No ano de 2007, em sua terceira edição, a coordenação nacional da Marcha apresentou ao governo federal, no dia 25 de julho, uma pauta de reivindicação com 107 pontos estabelecendo um processo de negociação mais permanente. Dentre eles, foram selecionados 13 pontos considerados pela coordenação da Marcha das Margaridas como prioritários

⁷⁹⁶Marcha das Margaridas 2007: contra a fome, pobreza e violência sexista. http://www.fetraece.org.br/nossaEntidade/principais_conquistas.asp. Acesso: em 10/04/2008.

⁷⁹⁷THOMPSON. E. P. Patrícios e Plebeus. In: Costumes em Comum. Revisão Técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello. Paulo Fontes. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p 19.

as chamadas Mobilizações dos Movimentos intitulados: “Abril Vermelho”, “Maio Vermelho”, “Novembro Vermelho”.

A oposição latifundiária se aproveitou de tais mobilizações para evidenciar o caráter “baderneiro” e “vandalista” das mesmas, utilizando-se para isso dos argumentos de Stédile, estampados na mídia comercial de que “*abril vai ser um mês vermelho*”:

“(…) [afirmação do líder nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)]. À guisa de pressionar o Governo Federal no sentido de apressar o trabalho de reforma agrária e, seguramente, de promover o assentamento de inúmeras famílias, ele afirma: “**Abril vai ser um mês vermelho. Servidor público, estudantes, a turma da moradia, nós, os sem-terra, os rurais, nós vamos infernizar. Abril vai pegar fogo**”. (...) Em algumas ocasiões, os trabalhadores sem terra, munidos de facões e foices, em turbas, de forma agressiva, têm tomado conta de muitas propriedades neste País. (...)”⁷⁹⁸ [grifos nossos]

O senador Pedro Simon (PMDB/RS) argumentou que “*só porque Lula tem origem popular e sindicalista será que em algum momento as elites pensaram que pelo fato de Lula ter sido eleito, haveria redução da ação dos movimentos sociais?*”⁷⁹⁹. Diversos parlamentares concordaram que a fala de Stédile era um “*absurdo*”⁸⁰⁰, pois segundo eles “*instigava à violência e ao motim*”.

Nos lances de ex-propriação e re-interpretações, as falas de Stédile caíam como bombas e todos os parlamentares queriam a elas fazer referências, jogar com tais lances através dos veículos midiáticos. As falas de Stédile serviram de mote para análises, críticas e alertas de diversos setores. A socióloga Maria Lucia Victor Barbosa, por exemplo, afirmou o argumento que seria utilizado inúmeras vezes por Álvaro Dias, de que: “*o abril vermelho é ruptura do Estado de Direito que o mentor do MST, João Pedro Stédile, esfrega na cara do presidente da República*” e que somados “*aos desmandos do MST, as greves vão se multiplicando*”. Neste cenário “*não é de se admirar que a confiança dos investidores comece a ser abalada e o risco Brasil aumente*”⁸⁰¹

⁷⁹⁸Trecho do pronunciamento do senador Leomar Quintanilha do PMDB/TO, em 29/03/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁷⁹⁹Trecho do pronunciamento do senador Leomar Quintanilha do PMDB/TO, em 29/03/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁸⁰⁰Idem.

⁸⁰¹BARBOSA, M.L.V.. Sinal Vermelho em Abril. <http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=1886>. Acesso: 12/04/2008

O senador César Borges, se dizendo “*preocupado com a retórica do MST*”, enfatizou que a fala de Stédile não foi “*Infernizar*”, mas “*azucrinar*”. Stédile prometeu azucrinar o governo. Segundo o senador, o que de fato o líder do Movimento estava fazendo era “*infernizar a vida do povo brasileiro*”, independentemente do termo escolhido:

“(...) Apesar de o Stedile ter dito que "infernizar" não era bem a palavra apropriada e, numa brincadeira de mau gosto, tê-la trocado por "azucrinar", não sei qual a diferença efetiva. Acredito que, na prática, ela não exista, porque ele está, efetivamente, infernizando a vida do povo brasileiro. (...)”⁸⁰²
[grifos nossos]

A oposição psdebista aproveitou a onda do “Abril Vermelho” para enfatizar que o “*governo está sem rumo*”, “*de que não há mais lei*”, “*o império da lei cede espaço à violência*”⁸⁰³ etc. Utilizando para isso o tom estratégico do pessimismo e catástrofe. Já os representantes governistas preocuparam-se em manter uma linha de não acusação ao Movimento, mas ao mesmo tempo de manutenção da “ordem”, reafirmando que “*greves e reivindicações são legítimas*”, mas balizando a importância dos “*marcos democráticos*” do Estado, e concebendo o Estado como um “mediador de conflitos”, de forma a não perderem o controle e a governabilidade. Como no exemplo do senador Sibá Machado do PT/AC que inúmeras vezes argumentou que “*O PT tem total respeito ao direito de greve, que é legal e legítimo, Os movimentos sociais têm legitimidade para protestar, reivindicar e pressionar, mas seus interlocutores contratuais não devem nunca esquecer da razoabilidade da proposição*”⁸⁰⁴

Foram essas manifestações que levaram o senador Antero Paes de Barros do PSDB/MT, a dizer, em tom irônico, que a Reforma Agrária do MST era a “*Reforma do Grito*”, pois, “*quem grita, leva!*”⁸⁰⁵ Ou mesmo a ironia do senador José Jorge do PFL/PE ao dizer que “*Stédile falou do Abril Vermelho em 26 de Março (...) espero que o Abril Vermelho não tenha a ver com a estrela vermelha do PT*”, procurando separar o

⁸⁰²Trecho do pronunciamento do senador César Borges do PFL/BA, em 07/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁰³Argumentos muito comuns nos pronunciamentos do senador Álvaro Dias, do PSDB/PR, como no exemplo de 04/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁰⁴Trecho do pronunciamento do senador Sibá Machado, do PT/AC, em 15/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁰⁵Argumento usado no pronunciamento do senador Antero Paes de Barros do PSDB/MT, em 16/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

nesse processo “o joio do trigo”, atacando veementemente a figura de Stédile, associando as passeatas como afronta ao “Estado de direito vigente”, uma marcha “na contramão da Constituição”, uma “reforma agrária no grito e na marra”⁸⁰⁶

As chamadas ondas vermelhas ocorreram durante todo o ano, indicaram a pressão que o Movimento realizava sobre o governo e a sociedade em geral. Segundo o senador Aelton Freitas do PL/MG, o “novembro vermelho” marcou “que não há diálogo e que os ruralistas estão descontentes”, o senador procurava deixar claro que ele “não é contra o MST” mas “é um representante dos agropecuaristas”:

“(…) A insatisfação o direito de mobilização do MST são legítimos, desde que sejam respeitados os limites da lei. O discurso do movimento é, como sempre, em favor da invasão de propriedades que considera improdutivas.. (…)

(…) Como um representante da agropecuária neste Senado Federal, deixo bem claro que **minhas palavras não tratam de condenação ao MST, mas da mesma forma que os sem-terra se irritam com a morosidade do Governo, os ruralistas não se sentem devidamente protegidos pela Justiça.** Não é correto, Sr. Presidente, que eles se armem para estimular confrontos. E a Justiça também precisa coibir com mais firmeza invasões em que são destruídas plantações e sedes de fazendas. **Um diálogo mais maduro entre os sem-terra, os ruralistas e o Governo é um passo importante para se fazer uma reforma agrária de qualidade em todo o território nacional. (…)**⁸⁰⁷ [grifos nossos]

Na realização das passeatas e marchas populares é interessante perceber que tais manifestações “incomodam” profundamente a elite política, pois eles não podem abertamente, dentro de um dito Estado “Democrático” de Direito, retirar da população o direito à manifestação pública de sua vontade, de seus protestos, de sua insatisfação. As regras do jogo democrático não permitem tal afirmativa. Por outro lado, a ocorrência de tais protestos evidencia as fraquezas e as falhas do poder constituído, e é dentro da delimitação de tais regras que a linguagem joga com as possibilidades de exercício efetivo do poder dentro desse campo de forças. Como no exemplo do pronunciamento do senador Arthur Virgílio, do PSDB/AM que, diante dos acontecimentos, convoca o Congresso “a fazer alguma coisa, alguma coisa que não seja uma passeata”:

“(…) Convoco o Congresso a uma defesa menos "passeateira" sobre a tese de enfrentamento à violência no campo. Digo menos "passeateira" porque não se

⁸⁰⁶ Trechos do pronunciamento do senador José Jorge do PFL/PE, em 30/04/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁰⁷ Trecho do pronunciamento do senador Aelton Freitas do PL/MG, em 08/11/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

resolve tudo com passeata, com lenço branco para cá e para acolá. (...)”⁸⁰⁸
[grifos nossos]

Em outro trecho, verifica-se que a preocupação com a manutenção do poder e a reeleição de Lula são as tópicas centrais. Nesse particular, a comparação entre Lula e FHC também são oportunas. Pessoas diferentes, contextos históricos diferentes, Congressos e forças partidárias distintos. Mas, o lugar comum é o mesmo: “*o presidente deveria estar preocupado em governar e não ficar preocupado com reeleição*”. Senão comparemos, os dois primeiros trechos do período FHC e o terceiro do governo Lula:

“(...) mais uma noite de morte em Ourilândia – Pará (...) FHC não enxerga o óbvio! Está obcecado com reeleição (...) FHC, **esqueça sua reeleição e governe!**”⁸⁰⁹

“(...) **o povo quer reeleição**, mas está se perdendo em reforma agrária (...)”⁸¹⁰

“(...) a reeleição do Presidente Lula não está nas prioridades do Brasil. (...) A reeleição do Presidente Lula pode ser uma consequência se ele fizer um bom Governo (...)”⁸¹¹ [grifo nosso]

Em Maio de 2005 o governo Lula enfrentou novamente mais uma Marcha dos Sem Terra a Brasília, dessa vez organizada pela Via Campesina, que percorreu 238 quilômetros aproximadamente até Brasília, que começou em 01 de Maio e se encerrou no dia 19 de Maio de 2005. Eles exigiam do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva “*o cumprimento das promessas da reforma agrária*”.

Jornais escritos, mídia televisa ou internet divulgaram a matéria, trazendo (e/ou fabricando) notícias da Marcha e das propostas do MST ao governo. Mais uma vez, os jornais jogaram estrategicamente com o episódio, alguns mais, outros menos, utilizando-se das frases de efeito, de acordo com os interesses políticos partidários em jogo. O grupo de ataque criticou a frase atribuída a Stédile, que dessa vez teria pedido aos integrantes do MST que “*voltassem para a casa com as baterias recarregadas para aumentar as ocupações*”. Como no exemplo abaixo:

⁸⁰⁸Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 21/02/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁰⁹Argumento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 15/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸¹⁰Argumento do senador Carlos do Patrocínio do PFL/TO, em 16/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸¹¹Aparte do senador José Jorge do PFL/PE ao pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 21/02/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

“Um dos integrantes da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stedile, discursou há pouco na Marcha pela Reforma Agrária e pediu que os integrantes do MST voltem para casa com as baterias recarregadas para aumentar as ocupações e se organizar contra a política econômica. Vamos sair daqui aumentando as ocupações. Como diz Dom Tomás Balduino, não basta ser contra o latifúndio, é preciso acabar com ele”. Stedile continuou o discurso, dizendo que o MST precisa se articular com outros movimentos sociais para mobilizar a sociedade. “A esquerda é boa de palanque, o discurso não serve para nada. Queremos que a esquerda se una nas ruas, e essa é a tarefa que cada um aqui.”⁸¹² [grifos nossos]

Vários parlamentares disseram que a frase de Stédile foi no sentido de “vitória”, de “tranquilidade” para indicar que a causa estava sendo “bem sucedida”, que o MST estava, conforme notícia de jornal *“levando vantagem nessa guerra”*⁸¹³

Com a chegada de mais uma Marcha em Brasília, os parlamentares voltaram a articular suas estratégias, só que, dessa vez, com um diferencial significativo: a Marcha foi usada pelos psdebistas numa tentativa de desacreditar o governo do presidente Lula. Como no exemplo do senador psdebista Flexa Ribeiro explorou as falas de Stédile e Dom Balduino afirmando que os mesmos estavam *“frustrados com Lula”* usando dessa possível estratégia argumentativa para dar existência a essa divergência⁸¹⁴

Interessante comparar uma análise do “resultado da marcha” por parte do senador petista Sibá Machado, trazendo a idéia de diálogo realizada por Lula junto ao MST, criticando a CPI da Terra, que, segundo seu ponto de vista, foi *“uma tática para retirar o presidente do poder”*, e, logo em seguida, comparar com o trecho do senador Álvaro Dias, que procurou explorar a divergência MST-Lula:

“(...) Em poucas palavras, anuncio os resultados da visita do MST, na marcha pela reforma agrária, e o entendimento que teve diretamente com o Presidente Lula: (...) (..) O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, MST, Sr. Presidente, tem endereço, tem cara, tem rosto, tem bandeira, tem gente, tem exposição pública. (...) Portanto, o que estamos entendendo é que, por trás de uma pseudovarredura da corrupção brasileira, estão querendo destronar uma pessoa de origem humilde, de origem popular, que veio para cá pelo voto de 53 milhões de pessoas deste País. Não será a Oposição, Sr. Presidente, que vai

⁸¹²NUNES, Juliana César. Repórter da Agência Brasil: Stédile pede que aumentem as ocupações de Terra. 17/05/2005. Endereço eletrônico Portal da Cidadania: http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=225865&editoria=. Acesso: 11/04/2008.

⁸¹³Notícias: Marcha para Brasília. 19 de maio de 2005. Endereço eletrônico: http://pt.wikinews.org/wiki/Milhares_de_Sem_Terra_completam_marcha_at%C3%A9_Bras%C3%ADlia. Acesso: 11/04/2008.

⁸¹⁴Trecho do pronunciamento do senador Flexa Ribeiro, do PSDB/PA, em 14/06/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

destronar o Presidente Lula, não será a Oposição que vai retirar o nosso Presidente do poder. O poder é do povo.(...)⁸¹⁵ [grifos nossos]

"(...) A pista é o uniforme", de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja em sua edição de 25 de maio do corrente. O artigo trata da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, promovida pelo MST na última semana. O articulista comenta que "**Lula não pode renegar agora um movimento que certamente o incomoda, mas que sempre foi apoiado por ele. Ingenuamente, Lula ajudou a construir o mito e a mística do MST como movimento social e, portanto, inimputável (...)**"⁸¹⁶

Os protestos, as marchas, as passeatas e as mobilizações demonstram a insatisfação popular em relação aos rumos trilhados pelo Estado Democrático. A população marginalizada pelo poder público busca nas ruas o direito de ser ouvida e de ser respeitada. As marchas, as passeatas possuem caráter pacífico. Alguns episódios, entretanto, fogem ao controle, exaltam os ânimos, parecem indicar momentos cruciais que retratam, de forma geral, o "*medo das elites*" frente a possíveis ações da população, frente às possibilidades de não se conseguir conter a "*sanha popular*", que nos remete a uma discussão realizada nesses momentos cruciais, sobre o direito à resistência, o direito a desobediência civil, questão que no nosso entendimento, comportaria mais pesquisas que seguramente este trabalho não conseguirá abranger. Recortamos, no entanto, três episódios que marcam, de forma exemplificativa, a questão da desobediência civil, quais sejam: a danificação das instalações do Ministério da Fazenda pelo MLST em 2005⁸¹⁷, a destruição dos viveiros e laboratórios da Aracruz Celulose, ocorrido em 08/03/2006 e a quebra das vidraças da Câmara dos Deputados em Junho de 2006. É através deles que iremos analisar o direito à resistência.

No caso do primeiro episódio, a **danificação das instalações do Ministério da Fazenda**, inúmeras divulgações jogaram com a matéria do fracasso governamental de negociar, como o jornal Folha On-Line, cujo título indicou: "*Fracassa tentativa de*

⁸¹⁵Trecho do pronunciamento do senador Sibá Machado, do PT/AC, em 18/05/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸¹⁶Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, em 27/05/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸¹⁷O episódio ocorreu pelo fato de que lideranças do MLST- Movimento de Libertação dos Sem Terra foram até o Ministério da Fazenda para entregar Pauta de Reinvidicação ao Ministro Antonio Palocci, em 13/04/2005. O fato foi interpretado e divulgado de várias maneiras, alguns utilizando a expressão "invasão"

MLST de entregar reivindicação para Palocci”, referindo-se à “*incapacidade política*”⁸¹⁸ do ministro de Lula.

E, no Congresso Nacional, os senadores do PSDB aproveitaram o episódio para compararem Lula a FHC, dizendo que este último “*jamais foi complacente com o “caos” e a “desordem”*”; outros aproveitaram para, através das manchetes de jornais, criticar o Movimento e afirmar o “*caos sem discordância*”⁸¹⁹ e “*o triunfo do desrespeito*”⁸²⁰:

Em suma, parlamentares e segmentos midiáticos interpretaram o ato como um pedido de entrega de pauta de reivindicações do grupo; outros preferiram interpretar o ato como uma “invasão”, e vários ainda, se utilizaram do episódio para apostar no descrédito do governo Lula.

Nas várias marchas e passeatas que vão até Brasília há sempre argumentações, geralmente por parte dos partidos de esquerda, ligados diretamente aos Movimentos Sociais, que reforçam a idéia de que o grupo que marcha “*não o faz aleatoriamente*”, sem sentido, sem finalidades ou com finalidade de caos e desordem. O grupo marcha “*com a finalidade de cobrar das autoridades solução para o problema da reforma agrária*”, “*cumprimento das promessas de campanha*”, “*entrega de pauta de reivindicações*”, documentos e pedidos escritos das demandas sociais tidas como necessárias e urgentes, e que, muitas vezes, degeneram em confronto com a polícia, divulgados estrategicamente pela mídia como atos de “vandalismo”, “quebra-quebra”, “desordem”. Foi nesse mesmo sentido que o episódio da **quebra das vidraças da Câmara dos Deputados** (Junho/2006) também foi aproveitada pelas forças políticas, servindo de munição de ataque ao governo de Lula. Muitos senadores se mostraram indignados com o que chamaram “*ameaça concreta*” à democracia no Brasil. E vários jornais e segmentos da mídia aproveitaram o episódio no sentido de interpretá-lo como

⁸¹⁸RIBEIRO. A.P. “Fracassa tentativa de MLST de entregar reivindicação para Palocci”. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68975.shtml>. Acesso: 14/04/2008.

⁸¹⁹Registro do trecho do pronunciamento do senador Antero Paes de Barros do PSDB/MT, em 28/04/2005. com registro da matéria intitulada “Caos sem discordância”, publicação na seção “Notas & Informações” da Folha de S.Paulo do dia 16 de abril do corrente. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸²⁰Registro do trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias do PSDB/PR, em 29/04/2005. Com registro da matéria intitulada “O triunfo do desrespeito”, publicada na revista Veja em sua edição de 20 de abril do corrente. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

arma de desqualificação do Movimento e descrédito do governo de Lula, informando do “*ataque dos sem terra*”, da “*invasão*”. Participantes do Movimento reagiram argumentando que “*o episódio ocorreu única e simplesmente porque eles foram proibidos de entrar no prédio da Câmara*.”⁸²¹

Na mesma matéria, é citado os dizeres do Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, que, segundo divulgação, classificou “*de arruaceiros*” os manifestantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST): “*Hoje eu não vou recebê-los. Sempre recebi representantes dos movimentos sociais, mas não dá para receber arruaceiros*”⁸²². Entretanto, a grande chamada jornalística veio com o título “*Quem é Bruno Maranhão?*” (o líder do quebra-quebra na Câmara) e a figura dele veio associada ao Partido dos Trabalhadores, episódio este que acabou servindo para se estabelecer mais uma vez a ligação MST-PT.⁸²³ O ato foi classificado, por parte de diversas autoridades, como de “*puro vandalismo*”, e que “*macula*” a democracia. E revistas de todo país procuraram trazer à tona, ensaiando respostas para a pergunta de “*quem é Bruno Maranhão*”, o responsável por uma “*invasão*” “*premeditada*” ao Congresso Nacional, o “*homem que comandou a depredação do congresso e deixou 41 feridos*”, “*um fundador do PT*”⁸²⁴.

Com os argumentos midiáticos acima descritos, os psdebistas aproveitaram-se do episódio para investirem no argumento de “*que Lula era complacente com o MST*”, que “*o governo passou a desconsiderar a lei, passou a se omitir, por ter vínculos com o movimento, com os participantes*”. E partir daí, mais do que antes, veio a insistência de que “*Lula tinha que cumprir a lei*”[a “*lei*” aqui, se refere à lei antiinvasão da época de FHC]:

“(…) Entre maio de 1997 e junho de 2006, **enquanto as invasões e ocupações dos sem-terra cresciam, as reações dos governantes oscilaram entre a brandura, a incúria e a liberação de verbas para tentar acalmá-los. O governo Lula passou**

⁸²¹Notícias: Quebra-quebra na Câmara dos Deputados. <http://ueba.com.br/forum/lofiversion/index.php/t22549.html>. Dia 06/06/2006. Acesso: 17/04/2008

⁸²²Notícias: Quebra-quebra na Câmara dos Deputados. <http://ueba.com.br/forum/lofiversion/index.php/t22549.html>. Dia 06/06/2006. Acesso: 17/04/2008 frase do Senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

⁸²³FREITAS, R. Os responsáveis pelo quebra-quebra. http://www.blogbrasil.globolog.com.br/archive_2006_06_07_51.html. Acesso: 15/04/2008.

⁸²⁴MACHADO, Matheus & BAHÉ, Marco. Revista Época On-line. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74445-6009-421,00.html>. Acesso: 17/04/2008.

a ignorar uma lei, editada na gestão de Fernando Henrique Cardoso, que impede por dois anos a desapropriação de terras invadidas. "Esse tipo de ação prospera por causa da omissão do governo e do PT. O partido sempre aceitou em seu bojo esse tipo de movimento", (...) "A omissão do governo federal no cumprimento da lei, tirou os freios dos movimentos de sem-terra." (...)”⁸²⁵
[grifos nossos]

Os senadores, na tribuna do Senado, também realizaram diversas observações sobre episódio. Os do PSDB se aproveitaram para desmoralizar e questionar ainda mais o governo de Lula e, o senador Cristovam Buarque chegou a mencionar a existência de uma “conspiração”. Afirmando que “*o Congresso que não consegue se defender não merece sobreviver*”, “*que todos estão colaborando para uma desmoralização do Congresso*” e que “*a maior responsabilidade vem do Presidente da República*”, instigando com seus questionamentos a pergunta sobre “*o que fazer?*”:

“(…)Deixo à Mesa as perguntas: **o que, amanhã, vamos dizer à opinião pública diante do que aconteceu hoje aqui?** Que ações vamos dizer que tomamos para reprimir aquilo que aconteceu? **E o que vamos fazer para que, quando vidraças sejam quebradas, as entranhas do Congresso que apareçam não sejam aquelas que estão aparecendo agora, tão trágicas que podem levar parte da opinião pública a não se constranger diante do que aconteceu, não se sentindo, ela própria, violentada, como deveria se sentir, porque a Casa é do povo, como se fosse uma coisa do Congresso com baderneiros e não de baderneiros contra a democracia?(...)”**⁸²⁶[grifos nossos]

O mesmo senador, em outro trecho do discurso, percebe também a relação complexa dos problemas que marcam a corrupção no país, discorrendo, no seu ponto de vista, das “qualidades” que possui o Congresso em articular, “antecipar-se” sobre os acontecimentos, valendo-se de tais argumentos para instigar a convocação de uma CPI das chamadas “sanguessugas”:

“(…). Ou nós nos defendemos com a força que temos, da credibilidade, da liderança, da competência de articular, de antecipar, de tomar as medidas necessárias, ou caminharíamos para uma desmoralização tão grave que a quebra de vidraças será vista como algo natural. (...) Se a CPI dos Sanguessugas não for convocada, isso é tão grave quanto quebrar as vidraças, além de que as vidraças quebradas vão mostrar a realidade suja daqui de dentro”⁸²⁷. [grifos nossos]

⁸²⁵MACHADO, Matheus & BAHÉ, Marco. Revista Época On-line. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74445-6009-421,00.html>. Acesso: 17/04/2008.

⁸²⁶Trecho do pronunciamento do senador Cristovam Buarque do PDT/DF, em 06/06/2006. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸²⁷Trecho do pronunciamento do senador Cristovam Buarque do PDT/DF, em 06/06/2006. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

A interpretação dos defensores da Causa da Reforma Agrária e do Movimento é completamente diversa. Segundo nota da Comissão Pastoral da Terra – CPT, datada de 08/Junho de 2006, o argumento é que,

“embora não concorde com todas as formas utilizadas pelos trabalhadores para expressar suas reivindicações, **compreende a justa indignação que toma conta não só dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas de grande parte dos cidadãos brasileiros diante de um Congresso cujas últimas atitudes depõem mais contra a democracia que essa atitude isolada dos trabalhadores**”⁸²⁸[grifos nossos]

Na nota da CPT – Comissão Pastoral da Terra, há uma relação de valoração entre o que ocorreu na Câmara dos Deputados (“o quebra quebra”) em comparação ao que vinha ocorrendo com os escândalos políticos de então, uma reação à “impunidade” imposta pela Casa aos congressistas acusados de corrupção pelo chamado esquema do “*Mensalão*”⁸²⁹, *Sanguessuga*⁸³⁰ e quase nenhum deles condenado. Segundo o documento

⁸²⁸Nota da CPT – Comissão Pastoral da Terra sobre os acontecimentos na Câmara dos Deputados. Conflitos no Campo. [org] CANUTO, A., LUZ, C.R.S, AFONSO, J.B.G, SANTOS, M.M. Goiânia – 2006. p. 205

⁸²⁹Escândalo do Mensalão ou “Esquema de compra de votos de parlamentares” é o nome dado à maior crise política sofrida pelo governo brasileiro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2005/2006. O neologismo mensalão, popularizado pelo então deputado federal Roberto Jefferson em entrevista que deu ressonância nacional ao escândalo é uma variante da palavra “mensalidade” usada para se referir a uma suposta “mesada” paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. Segundo o deputado, o termo já era comum nos bastidores da política entre os parlamentares para designar essa prática ilegal. Entre 22 a 27 de agosto de 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF), o tribunal máximo do Brasil, iniciou o julgamento dos 40 nomes denunciados pelo Procurador Geral da República, em 11 de abril de 2006. O STF recebeu praticamente todas as denúncias feitas contra cada um dos acusados, o que os fez passar da condição de denunciados à condição de réus no processo criminal, devendo defender-se das acusações que lhes foram imputadas perante a Justiça e, posteriormente, devendo ser julgados pelo STF. Em denúncia apresentada dia 20 de novembro de 2007 ao Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República denunciou que o esquema criminoso, que veio a ser chamado pela imprensa de “mensalão tucano”, foi “a origem e o laboratório” do episódio que ficou conhecido como Mensalão. O Mensalão tucano, também chamado de mensalão mineiro, ou ainda valerioduto tucano, é o escândalo de corrupção que ocorreu na campanha para a eleição de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) - um dos fundadores, e presidente do PSDB nacional - ao governo de Minas Gerais em 1998, e que resultou na sua denúncia pelo Procurador Geral da República ao STF, como “*um dos principais mentores e principal beneficiário do esquema implantado*”, baseada no Inquérito n.º 2280 que a instrui, denunciando Azeredo por “*peculato e lavagem de dinheiro*”. O valerioduto tucano foi um suposto esquema de financiamento irregular --com recursos públicos e doações privadas ilegais-- à campanha à reeleição em 1998 então governador mineiro e atual senador Eduardo Azeredo (PSDB), montado pelo empresário Marcos Valério.

⁸³⁰Em 4 de maio de 2006 a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Sanguessuga para desarticular o esquema de fraudes em licitações na área de saúde. De acordo com a PF, a quadrilha negociava com assessores de parlamentares a liberação de emendas individuais ao Orçamento da União para que fossem destinadas a municípios específicos. Com recursos garantidos, o grupo - que também tinha um integrante ocupando cargo no Ministério da Saúde - manipulava a licitação e fraudava a concorrência valendo-se de empresas de fachada. Dessa maneira, os preços da licitação eram superfaturados, chegando a ser até

da entidade, o que ocorreu “*é a causa da fragilidade do Congresso e da desconfiança do povo diante da corrupção impune*”. Conforme nota pública questiona: “*o que pensar de um Congresso que na votação do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a terra rejeita o relatório oficial e aprova um Substitutivo que, entre outras barbaridades, propõe que as ocupações de terra sejam tipificadas com crime hediondo e ato terrorista*”⁸³¹

Numa escala valorativa “*como não se indignar com tantos escândalos que surgem a cada dia envolvendo parlamentares em casos de corrupção e desvio de recursos públicos?*”⁸³²:

“(…) A imprensa e a elite se apressam em divulgar com alarde a violência que acompanha alguma das manifestações dos trabalhadores, mas não abrem espaço para as lutas, conquistas e reivindicações. Taxam com violência as ações dos trabalhadores, mas se negam a enxergar como violência a estrutura injusta que eles mesmos fazem questão de manter intocada que impede que os trabalhadores do campo tenham acesso à terra. (...). **A CPT espera que o episódio desta terça feira ajude a que nossas autoridades abram os olhos diante da realidade sofrida do povo e se empenhem na busca de soluções eficazes e rápidas para poder atender as mais que legítimas aspirações de nosso povo.** Espera também que a situação dos presos do MLST seja encaminhada com celeridade e se lhe dêem todos os benefícios previstos em lei, mas que costumeiramente são negados aos trabalhadores. Goiânia, 08/06/2006. – CPT”⁸³³. [grifos nossos]

120% superiores aos valores de mercado. O "lucro" era distribuído entre os participantes do esquema. Dezenas de deputados foram acusados. Segundo a Polícia Federal, a organização negociou o fornecimento de mais de mil ambulâncias em todo o País. A movimentação financeira total do esquema seria de cerca de R\$ 110 milhões, tendo iniciado em 2001. Na operação foram presos assessores de deputados, os ex-deputados Ronivon Santiago e Carlos Rodrigues, funcionários da Planam (empresa acusada de montar o esquema de superfaturamento e pagamento de propinas) e a ex-assessora do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino. O grupo ficou conhecido como a "máfia das ambulâncias" ou também "máfia dos sanguessugas". No fim de junho de 2006 foi criada a CPI dos Sanguessugas com a finalidade de concluir as investigações sobre o esquema de fraude em licitações para a compra de ambulâncias. Esta CPI composta por 17 deputados e 17 senadores foi presidida pelo deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ). A vice-presidência pelo deputado Raul Jungmann (PPS-PE), e a relatoria do senador Amir Lando (PMDB-RO). A CPI investigou um total de 90 parlamentares (87 deputados e 3 senadores). Além disso, 25 ex-parlamentares também são suspeitos de pertencer a "máfia das ambulâncias". Em 10 de agosto de 2006 a CPI aprovou um relatório parcial em que foi recomendada a abertura de processo de cassação de 72 parlamentares.

⁸³¹Nota da CPT – Comissão Pastoral da Terra sobre os acontecimentos na Câmara dos Deputados. Conflitos no Campo. [org] CANUTO, A., LUZ, C.R.S, AFONSO, J.B.G, SANTOS, M.M. Goiânia – 2006. p 205

⁸³²Idem.

⁸³³Nota da CPT – Comissão Pastoral da Terra sobre os acontecimentos na Câmara dos Deputados. Conflitos no Campo. [org] CANUTO, A., LUZ, C.R.S, AFONSO, J.B.G, SANTOS, M.M. Goiânia – 2006. p 205

O argumento publicado em nota, assinada por uma entidade de defesa dos trabalhadores, representante da sociedade civil, como a CPT, vem em função dos escândalos e corrupção apresentados cotidianamente no país, argumentando que “*os que muitas vezes fazem o discursos da moralidade e da ética, são, no mais das vezes, os menos comprometidos e menos competentes a delas usarem*”. Tais escândalos colocam totalmente em descrédito os parlamentares e políticos brasileiros.

Por fim **o episódio da destruição dos viveiros e laboratórios da Aracruz Celulose**, ocorrido em 08/03/2006, enseja a discussão sobre “o direito à resistência”, presente também nos episódios anteriores (atos, passeatas, manifestações e protestos). São atos da chamada “desobediência civil” envolvidos em todos eles. Não por último porque, esse episódio, no campo específico do Judiciário, diz respeito a como se constrói e se debate, na ótica dos operadores do direito, o “agir” do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra frente à legislação positivada em vigor.

Para a análise do episódio, fundamentamento-nos principalmente em três discursos distintos: a carta aberta do senador Eduardo Suplicy do PT/SP endereçada ao líder do Movimento João Pedro Stédile da Coordenação do MST; a Carta aberta do jurista Plínio Sampaio de Arruda endereçada ao senador Eduardo Suplicy e o artigo do Presidente da Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás Balduino; além de alguns comentários de senadores opositores e manchetes de jornais sobre o episódio. Analisados em seu conjunto, o confronto nos permite verificar o teor dos argumentos empreendidos na defesa ou acusação dos atos dos trabalhadores sem terra, mas traz também uma discussão sobre o modo e entendimento da obediência ou resistência legal, pois, a pergunta central é: “*Leis injustas existem. Devemos submeter-nos a elas e cumpri-las, ou devemos tentar emendá-las e obedecer a elas até a sua reforma, ou devemos transgredí-las de imediato?*”⁸³⁴ e a resposta a esta pergunta mobiliza os atores sociais na busca de “precursores” e estudiosos do tema.

Da mesma forma que em todos os outros episódios, a escolha do vínculo semântico entre os termos “invasão “ e “destruição” ou “indignação” e “revolta”,

⁸³⁴THOREAU, H. D. A desobediência civil e outros escritos. Trad. Alex Marins. Editora Martin Claret, 2005. p.17.

marcam as posições dos agentes que interpretam o fato, analisam as imagens das cenas gravadas na televisão e emitem sua opinião sobre o assunto.

Segundo uma explicação jornalística, por exemplo:

“(...) cerca de 2.000 integrantes da Via Campesina, a maioria mulheres, **invadiram** na madrugada de quarta-feira [08/03/2006] uma fazenda da produtora de celulose Aracruz, no Rio Grande do Sul. **Durante os protestos foram destruídos o laboratório de pesquisas da empresa e parte das mudas prontas para plantio**, causando perdas estimadas pela empresa em milhões de dólares. (...)”⁸³⁵ [grifos nossos]

Na escolha semântica do termo “invasão” e “destruição”, fica implícito a carga valorativa de condenação à ação empreendida pelo grupo e criticada na exposição da matéria jornalística.

A cena documentada e filmada pelas câmeras de televisão permitiram que as interpretações fossem feitas não somente a partir dos textos e idéias (escritas), mas a partir das imagens visuais⁸³⁶. Cada emissora de TV, ao seu modo, criou interpretações distintas de defesa e de ataque a tais imagens⁸³⁷ divulgadas.

Interessante nesse sentido, verificar o vídeo⁸³⁸ produzido com as imagens e divulgadas pela TV Campesina na internet⁸³⁹. O vídeo, através de apoiadores da causa,

⁸³⁵SANDRI, SINARA. Uol Notícias Internacional. 08/03/2006. Endereço eletrônico: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2006/03/08/ult27u54282.jhtm>. Acesso: 18/04/2008.

⁸³⁶Em função da limitação do trabalho não desenvolvemos uma análise mais detalhada que aborde a relação imagem (visual) e palavras. Em nossa análise verificamos que mesmo as palavras geram imagens visuais. Imagens aqui podem ser entendidas como qualquer formação de cena. A cena se forma primeiramente em nosso cérebro, e as palavras têm o condão de despertar as cenas, de formar as imagens. Mas, a imagem pode ser entendida também como um fator externo, como a apresentada na televisão ou tela de cinema. Não faz parte de nossa análise essa relação imagética externa, como também não vamos discutir a formação da imagem pela palavra. Questões que verificamos de suma importância, mas que este trabalho não consegue abranger.

⁸³⁷As imagens mostram o momento em que as mulheres da Via Campesina adentram os laboratórios e realizam o ato de destruição/quebra/das instalações da Aracruz Celulose. As televisões comerciais ao divulgarem a cena demonstraram o total “vandalismo” de tais mulheres, interpretando o gesto como um ato de “ofensa”, de “vandalismo”, de “desordem”, na destruição dos viveiros, como se as mulheres estivessem destruindo tais laboratórios e realizando um ato de desprezo à ciência.

⁸³⁸Manifesto de solidariedade às mulheres Campesinas. Destruição dos viveiros da Aracruz Celulose pelas mulheres da Via Campesina. Autoria: TV campesina. Produção: 09/08/2007. Endereço eletrônico para visualização do vídeo: <http://br.truveo.com/Destruir%C3%A7%C3%A3o-do-viveiro-da-Aracruz-pela-mulheres/id/1431302275>. Tempo total do vídeo com as cenas: 1’45”. Acesso: 21/04/2008.

⁸³⁹Autoria: TV campesina. Produção: 09/08/2007. Endereço eletrônico para visualização do vídeo: <http://br.truveo.com/Destruir%C3%A7%C3%A3o-do-viveiro-da-Aracruz-pela-mulheres/id/1431302275>. Tempo total do vídeo com as cenas: 1’45”. Acesso: 21/04/2008.

No vídeo apresentado pela Via Campesina há conjugado com as cenas do episódio, uma música de fundo da cantora Mercedes Sosa, interpretando a música “todo cambia” em espanhol, com uma narrativa do episódio, enfatizando que, a atitude das militantes era politizada, uma resposta de contra a indignação e

dá uma explicação motivacional ao episódio, enfatizando no chamado “*Manifesto de Solidariedade*” que, a atitude das militantes foi no sentido de “*romper o silêncio*”. Manifesto este apresentado sob a forma textual de um poema:

“Rompendo o silêncio – Mulheres da Via Campesina”/“Havia um silencio pagado
Sobre a volúpia e o lucro. Sim./Havia um silêncio global sobre os capitais suecos,
Sobre as empresas norueguesa, sobre a grande banca nacional/Por fim, havia um
imenso deserto verde/Em concerto com o silêncio./De repente,/Milhares de
mulheres se juntaram/E destruíram mudas/A opressão e a mentira/As mudas
gritaram de repente/E não mais que de repente/O riso da burguesia fez-se de
espanto/Tornou-se esgar. Desconcerto./A ordem levantou-se incrédula/Tomando
progresso e ciência/Imprecando em termos chulos/Obcenidades e calúnias/Jornais,
rádios, revistas/A internet e a TV,/As empresas anunciantes/Executivos bem
falantes/Assessores rastejantes/Técnicos bem pensantes/Os governos vacilantes/A
direita vociferante/E todos os extremistas de centro/Fizeram coro, eco, comício e
declarações:“Defendo o capital, eles não podem romper o silêncio”/E clama por
degola/De repente, não mais que de repente/Milhares de mulheres destruíram o
silêncio/Naqueles dias, nas terras ditas da Aracruz/As mulheres da Via Campesina
Foram o nosso gesto/Foram a nossa fala.”⁸⁴⁰

O manifesto em favor do gesto empreendido pelas mulheres da via campesina traz uma interpretação de solidariedade ao movimento, marcando também não apenas a solidariedade com o grupo envolvido na “ação”, mas delimitando os territórios de luta, criticando a mídia oficial, a forma como o gesto foi divulgado, a luta contra o “capitalismo”, lembrando que existem grupos marginalizados pelos governos que não tem vez, “nem voz”. O que demonstra, nos dizeres de Jean Baudrillard, “*que hoje o único problema verdadeiro tem sido o silencio das massas*”⁸⁴¹, a “mudez” da maioria silenciosa, ou a incitação política de que essa massa fale apenas em momentos apropriados, ou não fale nunca.

violência empreendida pela empresa multinacional no país. A Aracruz celulose, nessa explicação, foi a responsável, entre outras coisas, pelo desalojamento de tribos indígenas da região (os tupinikins e guaranis), além de, segundo os manifestantes ser responsável por grandes áreas de deserto verde (as mudas de celulose) com destruição ao meio ambiente e com a impossibilidade de que se utilize a terra para sobrevivência, e sim, para especulação transnacional, com prejuízos ao meio ambiente e a destruição das populações locais.

⁸⁴⁰Manifesto de homens e mulheres em solidariedade às mulheres camponesas da Via Campesina. Endereço eletrônico: <http://br.truveo.com/Destruir%C3%A7%C3%A3o-do-viveiro-da-Aracruz-pela-mulheres/id/1431302275>. Acesso: 21/04/2008.

⁸⁴¹BAUDRILLARD, J. À sombra das maiorias silenciosas. Tradução Suely Bastos. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

De fato, o episódio da Aracruz celulose trouxe à tona posicionamentos de ataque e defesa dentro do jogo político. Foi esse episódio que reavivou, pois, a discussão nunca esteve ausente, produções, discursos e debates sobre a questão da desobediência civil.

No Congresso Nacional, a figura sempre atenta ao discurso da “não-violência” foi o senador Eduardo Suplicy. Suas argumentações, bastante coerentes ao longo dos anos, propugnaram em vários momentos, pelo discurso da não violência, em argumentos que sempre fizeram recorrência a Henry Thoreau, Mahatma Gandhi e Martin Luther King. Com o episódio da Aracruz Celulose, o senador enviou Carta aberta ao MST, incitando os participantes do Movimento a usarem métodos “*mais criativos*”, mas que não se pautassem pelo uso da violência, criando nessa linha de pensamento o argumento “*da não violência*” e afirmando que “*a simpatia*” pelo Movimento estava justamente na “*criatividade*”, na organização “*das marchas pacíficas*”⁸⁴².

Ao dirigir-se ao MST, o parlamentar deixou evidente na Carta, no uso de sua “*sinceridade*”⁸⁴³ parlamentar, que o ato de destruição dos viveiros da Aracruz foi um método violento, discutindo outras possibilidades para a luta dos sem terra. A Carta aberta de Suplicy ao MST denota estrategicamente o limite exato de apoio do parlamentar à causa empreendida pelo Movimento.

O jurista, Plínio Sampaio de Arruda⁸⁴⁴ respondeu ao senador, num outro documento intitulado “Carta aberta ao amigo Eduardo Suplicy”, mencionando a desobediência civil como único gesto capaz de, em momentos extremos, permitir que os cidadãos se defendam e defendam um direito que se encontra ameaçado ou violado, uma forma de pressão legítima, de protesto, de rebeldia contra leis, atos ou decisões do Estado que ponham em risco os direitos civis, políticos ou sociais do indivíduo. Em sua carta aberta o jurista argumentou que, “*o que elas [as mulheres da via campesina] praticaram foi um ato de desobediência civil - uma ação que desafia a lei, a medida ou*

⁸⁴²Carta aberta divulgada em diversos veículos de comunicação impresso e televisivo, e registrada nos anais do Senado, pelo senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 14/03/2006. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁴³Termo usado pelo parlamentar.

⁸⁴⁴Plínio de Arruda Sampaio, 75, advogado, é presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e diretor do “Correio da Cidadania”. Foi deputado federal pelo PT-SP (1985-91) e consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

a omissão injustas sem incitar agressão a pessoas”⁸⁴⁵. Na verdade trata-se “*de um gesto extremo para despertar sociedades anestesiadas, incapazes de ouvir os clamores do povo. E que A não-violência de Gandhi e Luther King não diz respeito às coisas, mas, sim, às pessoas humanas. Não há menção a causar prejuízos ao capital*”⁸⁴⁶

Segundo a análise do jurista é preciso lembrar o que esse tipo de agricultura, chamado de “agronegócio” tem causado:

“(…) Sem falar nos danos que esse tipo de agricultura causa ao meio ambiente, é preciso que todos saibam que se trata de **uma forma de agricultura extremamente nociva à pequena agricultura**. Poucos sabiam disso. Agora, com a cobertura que a imprensa deu ao episódio, todos ficaram sabendo. **Nisso consiste a desobediência civil. É selvagem porque a realidade é selvagem** (...)”⁸⁴⁷[grifos nossos]

E realiza mais uma objeção à Carta do Parlamentar, argumentando que é necessário “lembrar sempre” o que motivou o grupo a tal ação, no limite extremo:

“(…) Minha segunda objeção a sua carta aberta se refere à falta de uma outra carta aberta: aquela que teria de ser enviada à Aracruz, **reclamando da destruição da aldeia indígena dos guaranis no Estado do Espírito Santo e falando sobre a ameaça que representa atualmente a monocultura da celulose para os pequenos agricultores**. Essa forma de violência, sim, se volta contra a existência física das pessoas, na medida em que destrói o ambiente em que essas pequenas unidades familiares podem sobreviver. (...)”⁸⁴⁸[grifos nossos]

Segundo o jurista, o momento vivido pelo Movimento “*é difícilimo porque o governo depositário de suas esperanças não tem coragem de realizar a reforma agrária nem de enfrentar as forças políticas que tentam criminalizá-lo, como estamos vendo com a CPI da Terra*”⁸⁴⁹

Atentos a essa questão de ter os atos do Movimento dos Trabalhadores como “ilegítimos” ou “ilícitos”, o senador Juvêncio da Fonseca do PSDB/MS sempre esteve “alerta”, instigando que o “*Sr. Stédile não é punido, que nada acontece a ele*”, e mesmo, num pronunciamento distante no tempo, posto que de 2003 [quando o senador era do PMDB/MS], explica, sob o seu ponto de vista, buscando amparo em argumentos do

⁸⁴⁵Carta aberta ao senador Eduardo Suplicy, por Plínio Sampaio de Arruda, em 24/03/2006. Site de consulta, endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=538>. Acesso: 22/04/2008.

⁸⁴⁶Idem.

⁸⁴⁷Idem.

⁸⁴⁸Idem.

⁸⁴⁹Idem.

judiciário que “*invasão de terra improdutiva é ilícito civil e criminal*”⁸⁵⁰. Para este senador, qualquer ato vindo dos Trabalhadores é “*ilícito*”, quer seja o episódio da Aracruz quer seja a “*invasão de terras produtivas ou improdutivas*”. Em seus dizeres, o que ocorreu [em 2006, no episódio Aracruz] foi um ato de “*puro vandalismo nacional que a natureza cristã e democrática do país não aceita*”, pois, “*o agronegócio é responsável pelo equilíbrio da nossa balança de pagamento*” e que, “*o MST comandado por Stédile, ao cometer este vandalismo está atentando contra a democracia brasileira*”, uma democracia que, nos dizeres do parlamentar, “*levamos tanto tempo para consolidar, para fazer com que a lei imperasse antes da violência, e o MST, sob a complacência do Governo, destrói*”.⁸⁵¹

Em 2003 o senador procurava rebater algumas informações da CPT, dizendo que “*o que se dizia era mentira*”, que “*a base de discussão da realidade agrária era equivocada*”, porque “*é mentira*” o argumento de “*que tenhamos a maior concentração de terras do mundo*”, “*é mentira que 1% dos proprietários detenha 48% das terras*”, como também “*é mentira que a demanda por terra venha crescendo*”, tudo isso “*são mentiras que a esquerda, sobretudo a agrária católica segue repetindo*”. Ao exemplificar “*tais mentiras*” o senador explica o que FHC fez e como tem feito a reforma agrária, concluindo que “*o rumo está dado*”, e uma vez que o rumo foi demarcado, “*gostemos ou não, a lei deve ser cumprida*”:

(...) Mas o rumo está dado. (...) democrata nenhum pode sacrificar o Estado de Direito em nome do combate à pobreza e à exclusão. (...) Certamente a reforma agrária tem-se dado em dois ambientes: o da ruptura ou o da normalidade institucional. A ruptura a nenhum de nós interessa. A normalidade implica o cumprimento estrito, rígido, da lei. Quer gostemos dela ou não. Cumpra e faça cumprir a lei. Foi ela que assegurou a sua eleição e mandato. E só a lei interromperá a espiral de violência que se anuncia. (...) **a pretensão dos sem-terra vai muito além da necessária e justa reforma agrária. Hoje é público e notório que o Movimento transformou-se em uma atividade política, com o objetivo de alcançar a socialização dos meios de produção, mesmo que para tanto se pratiquem atos de desobediência civil.** (...)”.⁸⁵²[grifos nossos]

⁸⁵⁰Trecho do pronunciamento do senador Juvêncio da Fonseca, do PMDB/MS, em 12/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁵¹Trecho do pronunciamento do senador Juvêncio da Fonseca, do PSDB/MS, em 09/03/2006. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁵²Trecho do pronunciamento do senador Juvêncio da Fonseca, do PMDB/MS, em 12/08/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

É em nome desse cumprimento da “lei” que o parlamentar incitava o judiciário, em seus dizeres, a uma “ação correta”, explicando que é imprescindível que se “*a justiça estadual dê cumprimento aos mandados de Reintegração de Posse*”. Insistindo no “*cumprimento da regra do jogo democrático*”, e no argumento que “*o brasileiro é tradicionalmente um povo ordeiro e pacífico, e é dentro da lei e da ordem que o povo quer que a reforma agrária aconteça*”⁸⁵³

No pronunciamento de 2003 do senador Juvêncio da Fonseca é interessante verificar a articulação sobre verdades/mentiras políticas, quando o senador procurou em seu discurso afirmar que, todas as falas da “*esquerda católica agrária*”⁸⁵⁴ são “*mentiras*”, e a partir daí criou sua “*realidade*”, em que procurou direcionar as regras de uma reforma agrária, onde “*os rumos já estão dados*”, obviamente que “*dados*” pela elite que governa!

O presidente da CPT- Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás Balduino ao comentar os fatos ocorridos no Rio Grande do Sul quanto à danificação das instalações da Aracruz celULOse argumentou que “*salta aos olhos a imensa desigualdade social*”, que infelizmente há um avanço da “*injustiça, da desordem social e da pobreza do campo, além do estrago do meio ambiente em nosso país e também “a concentração dos altos lucros da produção nas mãos de um grupo limitado de sócios*”. No caso da Via Campesina, as “*organizações camponesas só conseguem romper o silêncio da mídia e se fazerem ouvir pelas nossas autoridades através da ocupação da propriedade da terra*” e que, o uso do termo “aracruz” por uma multinacional é no mínimo “uma blasfêmia”:

“(...) em latim ara crucis quer dizer altar da cruz. Para nossa sensibilidade cristã a usurpação deste nome com sigla de uma multinacional deste tipo soa como uma blasfêmia. Por isso talvez as mulheres usaram dois troncos de eucalipto para fazerem a Cruz de sua perigosa marcha pela justiça no campo. Aí já não é

⁸⁵³Trecho do pronunciamento do senador Juvêncio da Fonseca, do PMDB/MS, em 12/08/2003. É interessante observar que nesse pronunciamento o senador não concedeu a palavra a nenhum dos parlamentares da esquerda, como pedido do senador Eduardo Suplicy, negado pelo orador. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁵⁴Quando por diversas vezes o senador utiliza a expressão “esquerda católica agrária” está se referindo diretamente à CPT – Comissão Pastoral da Terra, que tem como presidente Dom Tomás Balduino, e que acompanha, entre outras questões, com dados e estatísticas os conflitos no campo. A CPT é um organismo ligado à Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Pastorais Sociais da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

mais um nome estranho da opressão colonialista, mas o nome e o símbolo familiares da esperança de libertação. Goiânia, 15/03/2006.”⁸⁵⁵ [grifos nossos]

Numa mesma linha de argumentação, tanto D. Tomás Balduino quanto o jurista Plínio Sampaio de Arruda vêem a desobediência civil como “*gesto extremo para despertar uma sociedade anestesiada, incapaz de ouvir os clamores do povo*” e para “*romper o silêncio e se fazer ouvir pelas autoridades*”, quer seja através de atos, manifestações, protestos, marchas, e mesmo da “ocupação” da propriedade da terra.

Ao longo de todo capítulo verificamos que todas as “ações” do movimento foram obstaculizadas, criticadas, comentadas, rechaçadas, re-significadas. Tais “ações” se confrontaram o tempo todo com órgãos e agentes estatais que “não agem” e “não deixam agir”! Nesse sentido, há uma exploração correlata do argumento da “não ação governamental” e da “ação” dos Movimentos sociais, numa relação direta de causalidade. É esse argumento que marca inúmeros discursos em defesa dos trabalhadores rurais sem terra, como no exemplo a seguir:

“(...) claro que **entendemos a legitimidade dos sem terra, dada a inércia do poder público em resolver o problema**. (...) os excluídos têm também a legitimidade da revolta. A revolta é o caminho extremo que só deve ser seguido nesta circunstância: quando as elites mostrarem sua incapacidade total de enfrentar essa questão com realismo e determinação (...)”⁸⁵⁶

É por isso, que a desobediência civil enquanto “ação”, tem uma “função reguladora”, um agir humano frente ao não agir estatal, uma luta para que este [Estado] não extrapole os seus direitos a adentre na esfera dos direitos dos cidadãos, sendo, portanto, expressão da vontade popular. E, com tais argumentos, inúmeros agentes, entre juristas e outros, passaram a empreender no campo jurídico e político, estudos com a finalidade de entendimento e argumentação de defesa dos chamados “direitos populares”, percebendo a desobediência civil como fruto amadurecido do direito de resistência, sendo que a mesma é nascedouro de leis mais legítimas, pois as leis derivadas das reivindicações dos desobedientes oferecem melhores condições de serem baseadas na “*moralidade, equidade, na justiça*”, pois nasceram da vontade popular.

⁸⁵⁵ BALDUÍNO. D.T. Aracruz Celulose. – Comissão Pastoral da Terra sobre o acontecimento de danificação da empresa Aracruz celulose pela mulheres Camponesas da Via Campesina. Conflitos no Campo. [org] CANUTO, A., LUZ, C.R.S, AFONSO, J.B.G, SANTOS, M.M. Goiânia – 2006. p. 203.

⁸⁵⁶ Trecho de pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 08/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Nesse sentido, a desobediência civil visa resistir às normas de natureza não democráticas, em situações ocasionais e extremas.

É por isso que o senador Eduardo Suplicy, por exemplo, sempre associou ao seus exemplos de não violência a figuras como de Henry Thoreau, Mahatma Gandhi e Martin Luter King, pois eles são figuras históricas em que a “não violência” está diretamente associada à desobediência civil.

Para Henry David Thoreau⁸⁵⁷ a obediência às leis e práticas governamentais dependia da avaliação individual, que devia negar a autoridade do governo quando este tivesse caráter injusto. Não importava que fosse expressão da vontade da maioria, pois esta nem sempre agia da melhor forma possível. A desobediência resultaria, assim, dos direitos essenciais do cidadão sobre o Estado, que a empregaria sempre que o governo extrapolasse suas prerrogativas ou não correspondesse às expectativas geradas. Thoreau justificava a desobediência como o único comportamento aceitável para os homens quando se deparassem com legislação injusta e governantes que não procurassem agir pelos critérios da justiça ou contrariassem os princípios morais dos indivíduos. Dizia que “*o homem possui um compromisso com a sua consciência*”, ao expor:

“Será que o cidadão deve desistir de sua consciência, mesmo por um único instante ou em última instância, e se dobrar ao legislador? Por que então estará cada pessoa dotada de uma consciência? Em minha opinião, **devemos ser primeiramente homens, e só posteriormente súditos.** Cultivar o respeito às leis não é desejável no mesmo plano do respeito aos direitos. **A única obrigação que tenho direito de assumir é fazer a qualquer momento aquilo que julgo certo**”⁸⁵⁸. [grifos nossos]

Thoreau argumentava que os homens que serviam ao Estado de forma consciente, de forma crítica e não maquinalmente, eram tidos como “inimigos”⁸⁵⁹.

⁸⁵⁷Como manifestações da desobediência civil, podemos destacar a negação de Henry David Thoreau de cumprir as suas obrigações tributárias. Ele desobedeceu à lei de seu Estado com o firme propósito de preservar a paz, pois o imposto que se recusou a pagar era destinado a financiar a guerra contra o México. Thoreau sempre se colocou contrário à guerra do México e à escravidão nos Estados Unidos. Para o autor era moralmente inaceitável contribuir com um governo escravocrata e que semeava a injustiça contra os seus vizinhos. Pregava que o Estado corrompia e desvirtuava até o homem mais bem intencionado que a ele se submetia, quando o obrigava a servir ao exército e a financiar guerras através de seus impostos.

⁸⁵⁸THOREAU, Henry David. A Desobediência Civil e Outros Escritos. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005, Pág. 15

⁸⁵⁹Classificou os tipos de homens que servem ao Estado: a massa de homens que serve ao Estado não na sua qualidade de homens, mas sim como máquinas, entregando os seus corpos, na maioria das vezes não há qualquer livre exercício de escolha ou de avaliação moral, é comum, no entanto, que os homens assim sejam apreciados como bons cidadãos. Há outros tais, qual a maioria dos legisladores, políticos, advogados, funcionários e dirigentes, que servem ao Estado principalmente com a cabeça, sendo bastante

Assim sendo, há uma oscilação geral e extremista entre ver os sem terra ora como bandidos, ora como heróis, construções mitificadoras igualmente perniciosas no nosso entendimento. Ver o grupo como cidadãos ativos em defesa de interesses e direitos que lhe sejam legítimos, como parte de uma comunidade que, como todos os demais grupos, têm direito à vida, à dignidade, ao pertencimento da comunidade social como um todo seria o estabelecimento de uma cidadania. Thoreau afirmou que *“para que a autoridade de um governo seja realmente justa, ela precisa contar com a sanção e com o consentimento dos governados”*, questionando:

“será que a democracia, da forma como a conhecemos, é o último aperfeiçoamento possível em termos de construir governos? Não será possível dar um passo a mais no sentido de reconhecer e organizar os direitos do homem?”⁸⁶⁰

Por conta de sua desobediência Thoreau foi preso, comparação sempre posta com a situação vivenciada pelas lideranças do Movimento, que em diversos momentos foram presas ou tiveram suas prisões decretadas. E assim, se manifestou o autor:

“Não pude deixar de sorrir perante os cuidados com que fecharam a porta e imaginaram trancar as minhas reflexões – que os acompanhavam porta afora sem delongas ou dificuldade. De fato, o perigo estava contido nessas reflexões. Já que eu estava fora de seu alcance, resolveram punir o meu corpo. Agiram como crianças incapazes de enfrentar uma pessoa de quem sentem raiva e por isso dão um chute no cachorro do seu desafeto. Percebi que o Estado era um idiota, tímido como uma solteirona às voltas com sua prataria, incapaz de distinguir seus amigos dos inimigos. Todo respeito que tinha pelo Estado foi perdido e passei a considerá-lo apenas uma lamentável instituição”⁸⁶¹ [grifos nossos]

Outra figura bastante recorrente foi Gandhi⁸⁶². Quando o jurista Plínio de Arruda Sampaio respondeu ao senador Suplicy, mencionou que a “não violência” de Gandhi se

provável que eles sirvam tanto ao Diabo quanto a Deus - sem intenção -, já que raramente se dispõem a fazer distinções morais. Uma quantidade bastante reduzida há que serve ao Estado também com sua consciência: são os heróis, patriotas, mártires”, reformadores e homens, que acabam por isso necessariamente resistindo, mais do que servindo. Conquanto isso, o Estado os trata geralmente como inimigos. THOREAU, Henry David. *A Desobediência Civil e Outros Escritos*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005, Pág. 16-17

⁸⁶⁰Idem. p 39.

⁸⁶¹Idem. 30.

⁸⁶²Pregava a não-violência como o caminho para se atingir as mudanças sociais. A resistência pacífica era um método que permitia defender todo direito que se encontrasse ameaçado. Para ele, a não violência era indispensável para garantir a honra e os direitos dos homens. A política que empreendeu procurava conquistar direitos civis para os indianos, sem romper com o Império Britânico. Realizou a “Marcha do Transval” (1913), junto com mais dois mil manifestantes, sem armas ou violência. Gandhi foi preso, mas as desordens no estado de Natal provocaram a mudança da legislação coercitiva para os imigrantes. O projeto da Lei Rowlatt (1919), restringindo as liberdades individuais dos indianos, deu ensejo a uma

aplicava às “pessoas” e não ao “capital” ou à “propriedade” tão endeusada nas sociedades capitalistas contemporâneas. A preocupação de Gandhi era com as pessoas, em não ferí-las, em não matá-las, em não revidar com agressões à pessoa física. O jurista justificou que as mulheres da via campesina não atacaram e não destruíram pessoas, e sim atingiram a propriedade, “as mudas”, num gesto de não aceitar a violência que estavam sofrendo por parte do Estado, o que configurou a desobediência civil.

E por fim, a figura de Marthin Luther King⁸⁶³ constantemente evocado pelo senador Suplicy, através de seu famoso texto “I have a dream”. Os argumentos de

greve geral que provocou distúrbios, fazendo com que não fosse essa lei aprovada pelo Conselho Legislativo da Índia. Gandhi pregou o boicote à compra do tecido inglês e empreendeu uma marcha com mais de setenta mil pessoas até a praia, pela extinção do imposto do sal. Por achar que a Índia não estava preparada para a resistência pacífica empreendida por meio de protestos não violentos, Gandhi começou um jejum individual (1922). Passou a liderar o movimento indiano pela autonomia política, exigindo a retirada britânica através de campanhas de desobediência civil e de não-cooperação, que apresentaram a saída das forças coloniais. Realizou diversas abstinências alimentares pregando o caminho pacífico para formar o Estado Nacional. A tensão no relacionamento entre os hindus e muçulmanos na véspera da independência (1948), fê-lo realizar mais um jejum para pacificar as duas seitas, mas foi assassinado por um fanático religioso em 1948. Segundo Gandhi, o resistente pacífico poderia expressar-se de três maneiras: por protestos pacíficos exigindo direitos civis e políticos; por meio de boicotes a produtos que simbolicamente representassem o objeto de sua reivindicação ou tivessem alguma ligação com este; pela não cooperação, visando à conquista de direitos sociais. A desobediência às leis consistia em um meio de cidadania importante, pois, através da participação popular de forma pacífica e extremamente legítima, buscava-se modificar, pacificamente, a legislação e as práticas governamentais, em busca dos direitos sociais, políticos e econômicos.

⁸⁶³No contexto de Luther King as manifestações não-violentas da minoria negra, iniciadas em meados da década de 50, forçaram a sociedade norte-americana a encarar a realidade: a Décima quarta emenda, que devia traduzir as mudanças ocorridas depois da guerra civil, não fora posta em prática nos Estados sulistas; as campanhas de desobediência civil levaram a Suprema Corte a decidir contra as leis estaduais que negavam a igualdade racial. A discriminação dos negros dava-se tanto pela negativa de alguns direitos civis e políticos, nos Estados sulistas, como na marginalização econômica, sem direitos à posse da terra e de créditos no campo, ou jogados nos guetos das grandes metrópoles da costa leste. Luther King foi um praticante da desobediência civil, ao liderar a luta dos negros norte-americanos pela cidadania completa. Este autor tornou-se o responsável pela apresentação das modernas características da resistência civil, ao defini-la como uma ação coletiva depois de esgotados todos os canais de reivindicação. Os atos deveriam ser não-violentos, apesar de, no final da década de 60, o autor admitir a agressão às propriedades dos brancos, mas com a condição de os responsáveis sujeitarem-se às sanções legais. A ação desobediente tinha como objetivo a modificação das leis ou das decisões administrativas. O meio mais adequado era clamar à opinião pública a justeza dos direitos reivindicados, de modo a viabilizar suas obtenções. Por liderar os movimentos em prol dos direitos civis dos negros, Martin Luther King ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1964. Os boicotes e as marchas constituíam táticas da resistência pacífica, em que os manifestantes se mantinham indiferentes à violência da polícia e dos grupos contrários. A desobediência civil por meios pacíficos colocava o Estado em contradição: caso deixasse os manifestantes agirem, admitia o descontentamento, e, se proibisse, mostraria a injustiça do governo. Essa tática de desobediência visava demonstrar a justeza das reivindicações negras, ao mesmo tempo em que se punha o Estado em contradição, como aconteceu em Birmingham City, onde foram tantas as prisões que as cadeias lotaram e os outros manifestantes continuaram a marcha. A ação não-violenta procurava conseguir publicidade favorável. A desobediência civil mostrava os equívocos da legislação

Suplicy, em favor da não-violência, revelam sempre seus limites de apoio, como parlamentar, em relação à ação do Movimento dos Sem Terra.

Para Hanna Arendt, a desobediência civil nasce da possibilidade de recuperar a faculdade de agir. “*É a resistência legítima ao abastardamento da lei que destrói uma comunidade política e impede “a gramática da ação e a sintaxe do poder”*”⁸⁶⁴ É interessante observar que a autora menciona o que chama de “alegria dos juristas”, porque aparentemente a conduta dos contestadores civis, e ela menciona Sócrates e Thoreau, presentes na literatura⁸⁶⁵, são desobedientes civis “*dispostos ou mesmo ansiosos a aceitar a punição por seus atos, estão aptos a realizarem a prova do auto-sacrifício*”⁸⁶⁶. Observamos na discussão temática uma carga emocional muito forte na exaltação desse exercício do “auto-sacrifício”, e isso fica evidente nas produções e discursos que trazem a marca do messianismo salvacionista contido na temática de discussão da reforma agrária, nos pronunciamentos, nas poesias, nos hinos, nos ritos e cultos, discursos que trazem as imagens de “*sangue*”, da “*terra como Canaã Prometida*”, no “*na luta e no sonho da terra prometida*”, na relação estabelecida entre o “*sangue e a terra*”, como se a luta tivesse (ou devesse! Prescritivamente) ser marcada o tempo todo por este “auto-sacrifício”, como já discutido no capítulo I.

segregacionista, criando tensões localizadas que se refletissem favoravelmente na opinião pública. A violência da polícia, recebida com passividade pelos manifestantes, visava sensibilizar os setores sociais indiferentes, pela cobertura nacional da imprensa. A mensagem pressionava as autoridades públicas, que tendiam a abrir concessões pela impossibilidade de derrotarem, pela força, os movimentos pacíficos.

⁸⁶⁴ ARENDT, H. Crises da República. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973, pp. 59-63.

⁸⁶⁵ No artigo intitulado Desobediência Civil do Advogado Paulo Luiz Durigan, o mesmo traça alguns precursores importantes, dentro da literatura sobre a desobediência civil, que seguramente merecem estudo significativo, mas que julgamos improcedente para este momento da tese. O autor cita rapidamente figuras como Tomás de Aquino, La Boétie, Thomas Jefferson, Karl Marx, além dos que mencionamos aqui: Thoreau, Gandhi e Luther King. O artigo do autor está disponível à leitura no endereço eletrônico: <http://www.apriori.com.br/cgi/for/post333.html>.

Há autores importantes também no campo da Filosofia do Direito que discutem através de obras clássicas a relação súditos/cidadão – Estado. Dentre eles o mais importante talvez seja Locke. As idéias de Thoreau estão muito próximas à de Locke que defende que para entrar contratualisticamente no mundo social, os homens não renunciavam aos seus direitos naturais em favor dos governantes: o poder dos governantes é outorgado e, portanto, revogável. Dessa forma, o direito de resistência e insurreição se justificam quando essas autoridades abusarem do poder e “(...) *cabe ainda, ao povo um poder supremo para afastar ou alterar o legislativo quando é levado a verificar que age contrariamente ao encargo que lhe confiaram. Porque, sendo limitado qualquer poder concedido como encargo para conseguir-se certo objetivo, por esse mesmo objetivo, sempre que se despreza ou contraria manifestamente esse objetivo, a ele se perde o direito necessariamente, e o poder retorna às mãos dos que o concederam, que poderão colocá-lo onde o julguem melhor para garantia e segurança próprias*” (Locke, Segundo Tratado Sobre o Governo, p 58 e 92)

⁸⁶⁶ ARENDT, H. Crises da República. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 52

Hanna Arendt também se preocupou em diferenciar o contestador civil do criminoso comum. Para ela:

“há um abismo de diferença entre o criminoso que evita os olhos do público e o contestador civil que toma a lei em suas próprias mãos em aberto desafio. (...) o transgressor comum, mesmo que pertença a uma organização criminosa, age exclusivamente em benefício próprio; recusa-se a ser dominado pelo consentimento dos outros e só cederá ante a violência das entidades mantenedoras da lei. Já **o contestador civil, ainda que seja normalmente um dissidente da maioria, age em nome e para o bem do grupo; ele desafia a lei e as autoridades estabelecidas no terreno da dissensão básica**, e não porque, como indivíduo, queira algum privilégio pra si, para fugir com ele (...)”⁸⁶⁷

O problema para a autora é que, na sociedade de hoje, nem os transgressores em potencial (criminosos não profissionais e não organizados), nem os cidadãos cumpridores da lei precisam de elaborados estudos para informá-los de que as ações criminosas – provavelmente, o que vale dizer previsivelmente – não terão qualquer consequência legal. Assim sendo, o consentimento à Constituição, que implica em consentimento às leis estatutárias, pois no governo representativo o povo também ajudou a fazê-las, é um consentimento totalmente fictício; e de qualquer modo perdeu, nas circunstâncias atuais, toda plausibilidade: “*o próprio governo representativo está em crise hoje; em parte porque perdeu, com o decorrer do tempo, todas as praxes que permitiam a real participação dos cidadãos*”⁸⁶⁸.

Essa não representatividade de um governo que deveria representar, com “*uma doença da burocratização e uma tendência do bipartidarismo em não representar ninguém*”⁸⁶⁹. Essa não representatividade, esse sentimento político de “descrença” foi explorado pelo senador Cristovam Buarque, quando em 2005, após três anos de governo de Lula, argumentou que “*o clima de esperança*” já tinha se “*desvanecido*” e “*as expectativas de mudanças*” se tornaram “*mais opacas*”. Interessante porque o senador era um elemento constitutivo do próprio Partido do Presidente. Nesse momento, o parlamentar olha para o que está acontecendo em outros países da América Latina e ao compará-los com o Brasil constata que “*há uma imensa quantidade de frustração*”, “*o brasileiro está frustrado*”, “*estamos fazendo a reforma eleitoral porque os formadores de opinião nos pressionaram*”, e conclui com o argumento de que “*nenhuma*

⁸⁶⁷ ARENDT, H. Crises da República. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 66.

⁸⁶⁸ ARENDT, H. Crises da República. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 79.

⁸⁶⁹ Idem. Expressão usada por Hanna Arendt.

transformação no Brasil saiu de um Partido". Reconheceu que *"todas as transformações que o Brasil viveu ao longo de sua história saiu da luta dos Movimentos Sociais"*. A "frustração" que o político captou foi retirada da manchete jornalística do Correio Brasiliense intitulada "Fora todos"⁸⁷⁰ (no sentido de fora todos os políticos corruptos), fazendo referência à frustração vivenciada no país em relação à corrupção. O senador alertava que *"se alguma coisa não for feita"* e *"esse sentimento tomar conta do país, ninguém poderá prever o que acontecerá"*, portanto, *"é preciso a reforma eleitoral, a reforma educacional, a reforma política e mesmo a reforma agrária"*⁸⁷¹ Argumentos que foram endossados pelo senador Mão Santa do PMDB-PI, num tom de moralismo pela *"auto reforma"*, ao dizer que os políticos precisavam reformar-se a si mesmos:

"(...) vou citar Rui Barbosa, que, vivendo uma época de corrupção - e ela sempre vai existir e nós temos que combatê-la -, disse: "De tanto ver triunfar as nulidades" - e nunca tantas nulidades assumiram o poder como hoje -, "de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto" (...). Creio que é fundamental reformarmos a nós mesmos. Este Poder, para fazer leis boas e justas - e é um Poder moderado e de controle -, tem que se purgar, se reformar, se purificar, separando, o que está no Livro de Deus, o joio do trigo, aquilo que é elementar numa administração: premiar os bons e punir os maus. Não tem ninguém punido aí; é aquela "pizza" que o povo está falando que está acontecendo, estão enrolando e já estão pensando em uma reforma para outras eleições, de não mais 300 picaretas, mas de outros picaretas"⁸⁷²

Vindo de um senador considerado de esquerda, como Cristovam Buarque, o discurso tem aqui um tom estratégico de "desabafo". A "frustração" aqui é conduzida como um elemento, não para jogar contra o governo Lula, mas para mobilizar

⁸⁷⁰ Este sentimento político de "desesperança" não foi vivenciado de forma isolada pelo Brasil. No contexto internacional. Na Argentina, os poderes judiciais foram questionados com a frase: *"Si la justicia se saca la venda seguro que mata a los juices. El que no llora no mama, y el que no afana es un gil"*. Esta legenda inscrita na entrada do Palácio dos Tribunais da Argentina, nos dias de crise do verão de 2001-2002 expressa um sentimento generalizado neste momento. Pela primeira vez na história do país, o protesto, que tradicionalmente tinha como espaço privilegiado a histórica "Praça de Maio" e a "Praça do Congresso", tomava também a "Praça dos Tribunais" (Plaza Lavalle). Com ela, pela primeira vez também, o pedido generalizado de *"que se vayan todos"*, o que se referia não somente ao presidente, aos deputados e os senadores, mas também aos juizes do Supremo. ANSOLABEHERE, K. La política desde la justicia: Cortes supremas, gobierno y democracia em Argentina y México. Editora Fontamara. 2007.

⁸⁷¹ Trecho do pronunciamento do senador Cristovam Buarque do PT/DF, em 18/08/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁷² Aparte do senador Mão Santa ao pronunciamento do senador Cristovam Buarque do PT/DF, em 18/08/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

argumentos para a necessidade de uma “reforma” eleitoral, uma “reforma” política. Propor “reformas” pode ser uma saída para dar novo alento às massas. O seu discurso visava resolver essa “frustração” que a população tinha em relação aos políticos e à política partidária, com a idéia de que, talvez, uma “reforma” pudesse minimizar o problema. Fica claro em sua reflexão, um “alerta” de que, se não houvesse algum tipo de “ação”, não haveria como impedir a população nas ruas e, nessa hora, nenhum político seria poupado. Há uma relação expressa de que, a “ação” do povo, a desobediência civil, nesse caso, seria plenamente justificada.

José Carlos Garcia⁸⁷³ conceitua desobediência civil como:

“um ato em princípio ilegal, público e não violento praticado por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, com o objetivo de provocar a alteração da lei, política governamental ou prática social e/ou obter apoio ativo da opinião pública para a sua causa”⁸⁷⁴

Nesse sentido, reside a atuação dos Movimentos Sociais presentes nas ruas e na ação dos desobedientes que exigem a visibilidade de se fazer ouvir pelas autoridades. Só através da “escuta” e principalmente da “ação” governamental, o sistema representativo dito democrático, onde o povo também colabora e ajuda a fazer as normas e,

⁸⁷³Em que pesem as inúmeras divergências entre os autores, há algumas características básicas na prática do que caracterize a desobediência civil: a) a ilegalidade do ato, pois, em princípio, a desobediência civil se dirige basicamente a denunciar o caráter injusto de uma norma legal ou política governamental. b) sua publicidade, pois o ato de desobediência civil jamais é secreto, jamais é praticado sorrateiramente, ao contrário, os desobedientes sempre procuram dar a mais ampla visibilidade e divulgação de seus atos, normalmente avisando previamente a imprensa e as autoridades. Essa característica é fundamental para distinguir a desobediência civil da criminal, posto que, em decorrência dela, os desobedientes não oferecem nenhum obstáculo à sua perfeita identificação, localização ou mesmo detenção, assumindo o risco de serem processados criminalmente em decorrência de sua prática, mostrando também que os desobedientes, pretendendo a alteração da lei ou da política oficial, servem-se da desobediência com último recurso e mantém permanentemente abertos os canais de negociação com as autoridades, e isso não seria possível se os atos que integram a campanha de desobediência não fossem públicos. c) a desobediência civil é um ato de não violência. Isso significa que a não violência é um princípio para esse tipo de movimento, já inspirada nos clássicos de Gandhi e Luther King, e remete ao imperativo categórico Kantiano segundo o qual cada um deve tratar aos demais como fins em si mesmos, e não como meios; utilizar a violência contra outra pessoa significaria instrumentalizá-la”. d) a não violência envolve o reconhecimento de que a violência não tem um caráter unidimensional, no sentido de que não se esgota no âmbito daqueles que participam dos atos de violência contra agressores e agredidos. Especialmente no caso de sociedades em que os órgãos de imprensa têm forte atuação, as imagens referentes ao ataque covarde de agressores a desobedientes que não se defendem e que se negam a servir-se da violência ainda quando atacados expõe a brutalidade da opressão e tende a mobilizar a opinião pública favoravelmente aos desobedientes. GARCIAL, J.C. O MST entre desobediência e democracia. In: A questão Agrária e Justiça. [org] FIORILLO, C.A.P. São Paulo: editora Revista dos Tribunais. 2000. p.155.

⁸⁷⁴GARCIA. M. Desobediência Civil: Direito Fundamental. 2ª Ed. revista, atual. e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2004

principalmente, as legítimas, será mantido e/ou restaurado o chamado “Estado Democrático”.

Para Maria Garcia⁸⁷⁵, a desobediência civil é direito fundamental do cidadão dentro de uma sociedade democrática. “*Ninguém crê hoje que todas as disposições do legislativo popular, em virtude de uma predestinação metafísica, sejam de direito justo*”⁸⁷⁶. Por esse motivo, a legalidade do Estado Democrático de Direito não pode substituir a legitimidade. A legitimidade das “leis” não depende tanto do procedimento da sua elaboração quanto dos mecanismos de sua alteração, ainda que se trate de mecanismos democráticos, em processos abertos à formação da opinião pública. Daí a afirmação de Castoriadis, já mencionada por nós em outro trabalho⁸⁷⁷:

“se quisermos indivíduos autônomos (...) se quisermos uma sociedade autônoma, como coletividade que se auto-institui e se auto-governa, **precisamos de indivíduos reflexivos. A democracia, no sentido pleno, pode ser definida como regime de reflexividade coletiva.** (...) podemos mostrar que todo o resto decorre dessa definição. **A democracia não pode existir sem indivíduos democráticos e vice-versa.**”⁸⁷⁸ [grifos nossos]

O modo como os indivíduos interiorizam as normas e como as integra em suas vidas cotidianas é fator fundamental para a compreensão do que seja o fenômeno jurídico e do exercício da cidadania, a “*metalei*” de uma sociedade democrática só pode ser a de discussão das “leis”, não restrita a espaços oficializados ou oficializantes para tal tarefa:

“(...) numa sociedade heteronômica, a interiorização de todas as leis – no sentido mais vasto desse termo – não teria efeito, se ela não se acompanhasse da interiorização da lei suprema, ou **metalei: não discutirás as leis.** Mas a *metalei* de uma sociedade autônoma só pode ser a seguinte: **obedecerás às leis – mas pode discutí-las. Podes levantar a questão da justiça da lei – ou de sua conveniência....**”⁸⁷⁹ [grifos nossos]

⁸⁷⁵GARCIA, M. Desobediência Civil: Direito Fundamental. 2ª Ed. revista, atual. e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2004.

⁸⁷⁶Idem.

⁸⁷⁷SILVA, J. Sob o Jugo/Jogo da lei: Confronto Histórico entre Direito e Justiça. Edufu – Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2006. p 203

⁸⁷⁸CASTORIADIS, C. “*A ascensão da insignificância*”, in As encruzilhadas do labirinto III. Trad. Rosa M. Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 160.

⁸⁷⁹CASTORIADIS, C. “*A ascensão da insignificância*”, in As encruzilhadas do labirinto III. Trad. Rosa M. Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 161

Se o artigo 1º, parágrafo único da Constituição Federal Brasileira, quiser de fato ser realmente implementado, e deveríamos começar por aí, há que se considerar que *“todo poder emana do povo”*, e nestes termos, a comunidade de cidadãos detém a soberania popular e, portanto, o poder de elaborar a lei, como poder igualmente de exigir a sua revogação ou a sua alteração. Bastaria esse argumento para lembrar a todos os parlamentares que lutam para “criminalizar” os Movimentos Sociais que tal estratégia pode até servir por um tempo, mas ninguém é ingênuo o suficiente para não perceber os efeitos que tais posturas engendram à democracia, ainda mais numa democracia frágil, marcada pela corrupção do aparelho estatal, descaracterizada pela representatividade partidária, inoperante na capacidade de atender e ouvir minimamente os apelos de seus cidadãos.

A senadora Benedita da Silva argumentou sobre o que chamou de *“direito de assustar”* do povo, dentro de um regime que se propugna democrático:

“(…) o Estado precisa ser questionado e exigido, para que se torne cada vez mais democrático. Democracia é como criança, não é suficiente a geração biológica, é preciso criá-la para que se torne personalidade amadurecida. Democracia não é só o direito de votar. Isso é pouco. Não é só o direito de falar. É muito pouco só o direito de falar. Democracia é também o direito de assustar, de exigir, para que as coisas mudem. Defendo, pois, o movimento dos sem-terra e todos os movimentos sociais. Eles têm como fim a construção da democracia no Brasil.”⁸⁸⁰

Nessa construção ambivalente da linguagem agrária o MST assumiu várias facetas: ora foi descrito como um grupo de “desordeiros”, “baderneiros”; ora como um grupo “subversivo” “organizado para a derrubada da democracia”, ora como defensor de idéias “anacrônicas” vinculadas a posições ideológicas historicamente superadas, ora composto por lideranças “oportunistas” e “militantes de base ingênua” que defendem uma boa causa, mas por métodos impróprios, ora como “meliantes e destruidores do patrimônio público”.

Segundo Garcia, J.C.⁸⁸¹, *“aquilo a que versão oficial parece não admitir é precisamente a “politização” do movimento, ou seja, o fato de que ele tenha a ousadia de trocar a reforma da terra pela reforma da sociedade.”* Assim, a mídia

⁸⁸⁰ Trecho do pronunciamento da senadora Benedita da Silva, do PT/RJ, em 04/09/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁸¹ GARCIA, J.C. O MST entre a desobediência civil e a democracia. In: A questão agrária e justiça. [org] STROZAKE, J.J. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. pp 149.

(oficial), tenta passar a imagem da “ação” do movimento como “irracional”, “vândala”. É essa imagem que aparece na mídia quando, em poucos segundos se assiste “*um bando de gente quebrando vidraças, destruindo viveiros e laboratórios, destruindo janelas e prédios públicos*”. O que não aparece em cena são as perguntas político-motivacionais que levam a tais atos. Quais os motivos que levam um grupo a tais ações? A nota da CPT aponta algumas dessas possíveis respostas: “*Quando os políticos e parlamentares não cumprem suas promessas, quando os escândalos de corrupção marcam a vida política, qual a moralidade que um Congresso desses tem para cobrar de trabalhadores ética e civilidade?*”⁸⁸²

Há uma tática de desmoralização crescente do grupo, que, segundo Garcia, reforça um preconceito popular contra a política. Tática que se articula com a cultura tecnocrática amplamente desenvolvida pela ditadura militar, segundo a qual a política não deve ser vista como coisa pública, e sim como questão de especialistas oficiais que dominam todas as informações técnicas pertinentes. A ação coletiva é vista assim, como algo nocivo e recriminável, isto é, como “subversão”, “desordem”. Um discurso que valoriza o isolamento, a individualização, a privatização, que contribui para apagar da memória as experiências de luta e desfigura a consciência dos direitos. Enfim,

“um discurso que, por muitos anos, combinado com práticas repressivas, ajudou a impedir o surgimento de espaços públicos, de espaços interativos, de contextos comunicativos, nos quais os trabalhadores pudessem tomar a consciência da opressão, da exploração, da expropriação e da exclusão a que foram submetidos, espaços através dos quais os trabalhadores pudessem se perceber como sujeitos políticos portadores de direitos e de capacidade para alterar os rumos da sociedade”⁸⁸³. [grifos nossos]

Não é possível disfarçar a natureza política da estrutura fundiária de nosso país. É notório e sabido - embora nem sempre dito e reforçado, e quando dito e reforçado muitas vezes banalizado ou descontextualizado - do problema da imensa desigualdade social e da má distribuição de terra existente. Tamanha concentração de propriedade engendra vigorosas relações de poder que projetam suas teias em todas as esferas e camadas da máquina estatal de todos os três poderes. Pelas análises e recortes dos

⁸⁸²BALDUÍNO. D.T. Aracruz Celulose. – Comissão Pastoral da Terra sobre o acontecimento de danificação da empresa Aracruz celulose pela mulheres Camponesas da Via Campesina. Conflitos no Campo. [org] CANUTO, A., LUZ, C.R.S, AFONSO, J.B.G, SANTOS, M.M. Goiânia – 2006. p. 203

⁸⁸³GARCIA. M. Desobediência Civil: Direito Fundamental. 2ª Ed. revista, atual. e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2004. p 150.

pronunciamentos políticos em questão é fácil perceber que os ruralistas compõem uma das maiores e ativas bancadas corporativas do Congresso Nacional, com deputados e senadores em praticamente todos os partidos, possivelmente com raras exceções. Ao enfrentar a questão da posse da terra, o Movimento enfrentou também todos os problemas advindos da ausência de espaços públicos para a discussão do problema.

Assim, o “agir” do Movimento está ligado ao “não agir” do Estado. E, segundo Hanna Arendt, *“manifestações de desobediência civil nascem da possibilidade de recuperar a faculdade de agir”*⁸⁸⁴. É resistência legítima ao abastardamento da “lei” que destrói uma comunidade política e impede “a gramática da ação e a sintaxe do poder”. Dito de outra forma, e em linhas Thompsoniana⁸⁸⁵, as ocupações de terras improdutivas por suas próprias características não buscam o rompimento e a ruptura do sistema político, ao contrário, procuram reafirmar o Estado “Democrático”, um Estado para todos. Como gesto de “desobediência civil” que são, se caracterizam como uma reafirmação da obrigação político-jurídica cujo fim é regenerar o próprio direito⁸⁸⁶. Assim, paralelamente aos atos de “ocupação”, o Movimento se articula em manifestações, passeatas e protestos os mais diversos possíveis.

Isso também nos faz perceber que, a despeito dos fatos e episódios, quaisquer que sejam eles, os mesmos são interpretados e re-interpretados pelos grupos políticos partidários, muitas vezes, a despeito de qualquer ligação e vínculo com uma verdade factual, numa estratégia política de dissiminação de mentiras deliberadas e de convencimento dos mais incautos, numa aparente manutenção das regras do jogo democrático. É exatamente sobre isso que questiona Hanna Arendt⁸⁸⁷ quando indaga não a “essência” da “verdade”, para conceituá-la, mas para descobrir o dano que o poder político é capaz de infligir à “verdade”, uma vez que a “verdade” e a “política” não se dão muito bem, pois, entre as virtudes políticas não se inclui a sinceridade. Na retórica

⁸⁸⁴ ARENDT, H. Crises da República. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973, pp. 59-63.

⁸⁸⁵ Os trabalhadores rurais sem terra não lutam para “destruir a lei”, lutam para conquistar, ampliar, consolidar direitos básicos dentro dessa mesma ordem jurídica. As classes populares são rebeldes, mas o é em defesa dos costumes, buscando através de suas reivindicações novos “direitos”, buscando visibilidade a esses novos atores sociais.

⁸⁸⁶ FIGUEIREDO, S.A.P. As ocupações de Imóveis destinados à reforma agrária. Da desobediência civil e do estado de necessidade. In: A questão agrária e justiça. [org] STROZAKE, J.J. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. p. 456.

⁸⁸⁷ ARENDT, Hannah. “Verdade e História”, in: Entre o passado e o futuro [1961], São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992, 3ed., pp. 282-325

surge o que se denomina sofisma, um erro de pensamento em que, deliberadamente, se empregam argumentos falsos, com aparência de verdadeiros. O sofista cria uma argumentação que procura induzir alguém em erro, agindo dessa forma de má fé ao procurar enganar outrem.

A disputa retórica que acompanha todo nosso trabalho pode nos levar a crer, em algum momento, que se trata apenas de opiniões diversas, mas tais construções políticas têm por objetivo intervir no mundo, atuar sobre o pensamento, convencer, persuadir e levar a agir. E, embora as interpretações sejam múltiplas e o elo de argumentações também o sejam, nem todos se amparam na “verdade factual”, alguns tentam substituir a verdade, dissimular, “ocultá-la”, “iludir” com associações errôneas e prejudiciais ao mundo político, pois, é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano, na possibilidade da liberdade pública de participação democrática, onde só o espaço público pode articular palavra e ação. Espaço este fundamental porque existem assuntos que requerem uma escolha que não pode encontrar o seu fundamento no campo da certeza e, onde o debate público deve existir, para lidar com tais assuntos de interesse coletivo que não são suscetíveis de serem regidos pelos rigores da cognição e que não se subordinam, por isso mesmo, ao despotismo do caminho de mão única de uma só verdade.

Segundo H. Arendt, *“o contrário de uma verdade factual não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião. O contrário da verdade factual é a mentira deliberada”*. O mentiroso tem a grande vantagem de estar sempre presente, por assim dizer, em meio ao político. Ele é um ator por natureza; ele diz o que não é por desejar que as coisas sejam diferentes daquilo que são, isto é, ele quer transformar o mundo. A mentira é uma forma de “ação” tradicional. O mentiroso é um homem de “ação”, ao passo que o que fala a verdade, quer ele diga a verdade factual ou racional, notoriamente não o é. E, contemporaneamente, onde todos mentem acerca de tudo que é importante, aquele que conta a verdade começou a “agir”, quer o saiba ou não, ele se comprometeu também com os negócios políticos, pois, na improvável eventualidade de que sobreviva, terá dado um primeiro passo para a transformação do mundo. Assim, o âmbito do político é um campo de batalha de interesses parciais, antagônicos, como se tudo que contasse fosse prazer e lucro, partidarismo e ânsia de poder. Mas o motivo dessa deformação é que a verdade factual entra em conflito com o político. Não conhecemos segundo H.

Arendt, o verdadeiro conteúdo da vida política, a recompensa da alegria que surge de estar na companhia de nossos semelhantes, de “agir” conjuntamente e aparecer em público, de nos inserirmos no mundo pela palavra e pelas ações. Ainda usamos as palavras e as ações contra nós mesmos. A esfera do político, não obstante a sua grandeza, é limitada por coisas que o homem não pode modificar à sua vontade. E é somente respeitando esses limites em que temos a liberdade de “agir” e “modificar”, que a esfera do político pode permanecer intacta, preservando sua integridade e mantendo suas promessas. Portanto, *“verdade é aquilo que não podemos modificar. Metaforicamente, ela é o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós”*⁸⁸⁸. Os sofismas de um parlamentar podem até alterar, ocultar, dissimular ou mesmo destruir a “verdade” política, mas nunca, sob hipótese alguma, substituí-la.

Portanto, a política deve com efeito trilhar a estreita senda que se situa entre o perigo de tomar os fatos como resultados de algum desenvolvimento necessário que os homens não poderiam impedir e sobre os quais eles nada podem fazer e o risco de negá-los, de tentar maquirar sua eliminação do mundo. É por isso que a filósofa percebe, muito acertadamente, segundo nosso ponto de vista que, a “verdade” posto que impotente e sempre perdedora em um choque frontal com o poder, possui uma força que lhe é própria: os mentirosos são incapazes de descobrir ou excogitar um substituto viável para ela, pois *“a persuasão e a violência podem destruir a verdade, mas nunca substituí-la”*⁸⁸⁹. A esperança de uma sociedade democrática deve, por isso mesmo, conjugar “ação”, “palavra” e “liberdade” não como coisas dadas no mundo, mas a partir da construção e da manutenção do espaço público – espaço aberto a todos e não apenas restrito a este ou aquele grupo⁸⁹⁰. Assim, o direito à resistência repousa na existência mesma dos direitos à igualdade jurídica, na experiência do cidadão comum, dos homens e mulheres da “massa”, nos atos de se fazer ouvir e dar visibilidade à sua realidade, sem serem por isso duramente reprimidos ou, por isso mesmo, criminalizados.

Por tudo até aqui exposto é que insistimos em toda essa história de que é preciso questionar a lei e encontrar saídas que preservem a vida, que garantam sobrevivência

⁸⁸⁸ ARENDT, Hannah. “Verdade e História”, in: Entre o passado e o futuro [1961], São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992, 3ed, p 320.

⁸⁸⁹ Idem.

⁸⁹⁰ LAFER, C. Hanna Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder. 2ª Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003. Introdução.

humana, onde quem questione e participe não seja visto como “quadrilheiro”, “bandido” ou “inimigo”, nem mesmo tratado como “herói” ou “mártir”; somente tido e visto, e isso seria o bastante: como cidadão! Quão distante ainda estamos de formular um entendimento para, o que de fato, significa esse termo.

IV

Becos: a tópica da “Impunidade”

O Estado Democrático de Direito existe ou inexistente no Brasil de forma muito ambígua, e aqui a relação dos poderes da Res-pública se combina politicamente num jogo de “toma-lá-dá-cá”, num jogo de “protelação” ou de “barganhas”, mas que procura manter o discurso de realização e promoção do “bem comum” e de “democracia plena”. É dessa forma que se sustenta a existência, a manutenção e o funcionamento do Estado Democrático de Direito: ora não existe quando se trata de proteger e garantir demandas sociais coletivas; ora existe para “reprimir”, “rechaçar”, editar “leis”. O Estado não existe quando se trata de julgar crimes como o de Eldorado Carajás, Corumbiara ou casos individualizados de assassinatos e violência cometidas contra líderes, participantes ou defensores dos trabalhadores rurais sem terra, como exemplo, entre tantos, o caso da Irmã Dorothoy Stang; entretanto, existe para julgar “possíveis” crimes e atos de pessoas como José Rainha, João Pedro Stédile e outras lideranças do Movimento.

É dentro dessa lógica – ou ausência dela – que não pode deixar de abordar questões que se relacionam entre si, na forma como o Estado, através dos seus agentes, trata seus cidadãos e de como o poder judiciário realiza vários de seus julgamentos.

Analisando um pouco mais detidamente alguns dos casos drásticos das chacinas, assassinatos e violência envolvidos nos conflitos de luta pela terra, os questionamentos centrais são relativos ao papel do Estado e o porquê da impossibilidade de julgamento de alguns casos (principalmente os relativos à morte de trabalhadores rurais sem terra, suas lideranças ou simpatizantes da causa).

A metáfora do Beco sem saída é utilizada para refletir sobre os assassinatos e sobre a inoperância do Estado para condenar os culpados e coibir as milícias

particulares. A permanência dessa situação por tantos anos dá mesmo a idéia de algo sem solução.

Os casos de assassinatos, mortes e violência no campo são constantes. Trazidos à tona pela mídia e também mencionados nos debates da vida política parlamentar, geralmente pela oposição petista a FHC. Constituem a “rotina” dos acontecimentos das mais diversas regiões do país. Dão o tom de registro e denúncia dos pronunciamentos da Oposição Parlamentar, pois, são os políticos opositores que, a partir de tais episódios constroem as argumentações políticas para a técnica de comoção ou acusação do governo. Sem a pretensão de esgotar tais exemplos, pois a cada momento são mortos trabalhadores, muitos deles somem sem deixar rastros, temos apenas, com o registro no Senado, alguns casos exemplificativos, alguns casos de maior repercussão nacional, pelo fato de se tratar de alguma liderança.

Enquanto a oposição usou os registros de morte e violência no campo com denúncias de assassinatos de trabalhadores rurais, os governistas se apoiaram no registro de “invasões” por parte de tais trabalhadores. É essa luta pela fixação do conceito, já discutida no início do capítulo, a geradora de ambigüidades na construção da conceituação do entendimento de quem são esses trabalhadores: “heróis ou bandidos”?

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra – CPT⁸⁹¹, o número de registros de conflitos no campo só vem aumentando nos últimos anos e os conflitos pela posse da terra arrastam atrás de si um número significativo de vítimas, evidenciando diversos tipos de violência praticadas, que englobam desde expulsão e despejo de famílias, ameaças, destruição de roças e casas, pistolagem, torturas e assassinatos ocorridos não somente no momento das “ocupações” e “acampamentos”, mas também durante o processo dos “assentamentos”:

CONFLITOS / ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS	195	152	277	174	366	495	659	752	777	761
OCUPAÇÕES	463	599	593	390	194	184	391	496	437	384
ACAMPAMENTOS					65	64	285	150	90	67
ASSASSINATOS	29	38	27	20	29	43	71	37	38	35

Conflitos no Campo (1997-2006). Dados da CPT – Comissão Pastoral da Terra. Abril 2007. p. 14

⁸⁹¹Conflitos no Campo: Brasil 2006 [coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos]. Goiânia: CPT Nacional. Brasil, 2006.

Os dados do gráfico dão uma idéia de que o problema da terra e da reforma agrária no Brasil são temas tidos como “históricos” e “insolúveis”, refletem a imensa desigualdade social e fundiária existentes que se arrastam ao longo dos anos, abordados nos registros aqui mencionados somente de forma exemplificativa pelo recorte temporal efetuado.

Nomes emblemáticos com Chico Mendes e a Irmã Dorothy Stang são exemplos de participantes que morreram na luta em defesa de populações camponesas e na defesa da preservação do meio ambiente da região amazônica. Famílias de pequenos agricultores assentados são ameaçadas de despejo, tem suas casas e roças destruídas por ação de jagunços e matadores de aluguel. Nesse violento processo de expropriação, são registradas ações de pistoleiros, reforçando práticas de grilagem e usurpação de posses.

O maior número de ocorrências de conflitos corresponde aos estados do Pará, seguido da Paraíba e do Maranhão. Os números do gráfico demonstram que este é um problema que tem se agravado ao longo dos últimos anos, ocorridos não somente no período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas no de Luís Inácio Lula da Silva, sem levar em conta o histórico dos casos ocorridos nos governos anteriores, que não estão sendo mencionados no gráfico, mas fazem parte desse histórico. Os conflitos no campo também se desdobram em problemas de preservação ambiental da Amazônia, demarcação das terras indígenas, exploração e trabalho escravo nas fazendas, violência e destruição de comunidades quilombola, demonstrando o que de fato todos já sabem: que a reforma agrária é “o problema histórico” desse país e que se arrasta “indefinidamente”.

Tratamos nesta parte do capítulo dos casos de mortes, das denúncias de chacinas, de assassinatos constantes em que a tópica central é “*como age os poderes estatais frente a tantas mortes?*”. Eldorado de Carajás, Corumbiara, entre tantos outros relatos apontam que o Movimento Social pressiona o governo, pressiona as elites dirigentes. O que fazer? Como agir? De excluídos, despossuídos, milhares de trabalhadores rurais sem terra são transformados rapidamente de “heróis a bandidos”, “de criminosos em mortos”. Esse é o beco da morte. O beco da vergonha. O momento que “ocupação é invasão e invasão é crime”. Onde o Sem terra ou é “bandido” se vivo; ou usado como “herói”, se morto; em que fazendeiros organizam seus “jagunços” para

proteger a propriedade privada. O ponto sem volta que obriga alguém, ou algum dos Poderes estatais a tomar qualquer providência; mas, o que fazer? Qual o jogo político de convencimento para que alguma autoridade tome providência de alguma coisa nesse país? Como deixar de enxergar que o longo hábito de “impunidade” que assola esse país é o que permite e amplia a desigualdade social existente? Como corrigir tais desigualdades usando na balança da “justiça” dois pesos e duas medidas?

No caso do episódio do Massacre de Corumbiara, no dia 14 de julho de 1995, centenas de famílias de trabalhadores rurais sem terra “ocuparam” uma parte dos 20.000 hectares da Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara. Conforme narrativa da pesquisadora Helena Angélica de Mesquita⁸⁹²:

“(…) Como era uma área de mata, os camponeses construíram os barracos sob as árvores mais altas para proteger a pequena cidade de lona dos constantes vãos de intimidação praticados por fazendeiros e policiais. **No dia 19 de julho foi expedido pela Justiça uma liminar de manutenção de posse e um grupo de policiais chegou muito cedo ao acampamento para dar-lhe cumprimento.** Nesse dia, um posseiro foi ferido à bala pelas costas. (...) Na madrugada do dia 09 de agosto 194 policiais, inclusive 46 da Companhia de Operações Especiais (COE) e outro tanto de jagunços fortemente armados, cercaram o acampamento e começou o massacre de Corumbiara. (...) Os camponeses que viveram vinte e cinco dias de esperança da terra prometida, de repente abismaram-se num inferno dantesco, onde homens foram executados sumariamente, mulheres foram usadas como escudos humanos por policiais e jagunços, 355 pessoas foram presas e torturadas por mais de vinte e quatro horas seguidas e o acampamento foi destruído e incendiado com todos os parques pertencentes dos posseiros. **O acampamento foi atacado de madrugada com bombas de gás** que a todos sufocava, especialmente as crianças. O tiroteio era ensurdecedor. **Naquele dia morreram onze pessoas,** (...). **Cinquenta e cinco posseiros foram gravemente feridos.** Os laudos tanatoscópicos provaram **execuções sumárias** e laudos da Faculté de Médecine Paris-Oeste confirmam a cremação de corpos humanos no acampamento da Fazenda Santa Elina. Na apuração dos fatos, nos processos judiciais e no júri, ficou evidenciado que os camponeses é que pagaram muito caro por terem sonhado com o acesso à terra. **Ninguém foi responsabilizado pelas torturas que aquelas pessoas sofreram,** os órfãos e as viúvas estão desamparados, existe gente desaparecida até hoje, e muitos trabalhadores estão debilitados física e emocionalmente, e impossibilitados de trabalhar, por seqüelas causadas pelos maus tratos recebidos durante a “desocupação” da fazenda Santa Elina. O Júri Popular que aconteceu em Porto Velho no período de 14/08 a 06/09 de 2000 comprovou que a justiça brasileira, especialmente em Rondônia, está a serviço do latifúndio. **A condenação dos sem terra Cícero Pereira Leite Neto e Claudemir Gilberto Ramos, mesmo sem prova nos autos,** e a exaltação, pelo próprio Ministério Público, dos oficiais que executaram aquela ação repressiva e criminoso coordenada

⁸⁹²MESQUITA, H. A. Corumbiara: o Massacre dos Camponeses. Rondônia, 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Mimeo. São Paulo. 2001.

e financiada por fazendeiros, **foi prova evidente que a impunidade prevalece e que o crime do latifúndio contra o campesinato ainda compensa** ⁸⁹³. [grifos nossos]

O episódio acima narrado pela pesquisadora nos faz refletir que o Estado tem um papel relevante pela sua “ausência” na atuação de tais casos. Evidenciando também o apontamento de que, além do massacre, das torturas e dos golpes sofridos, dois trabalhadores rurais sem-terra foram levados a julgamento e condenados, mesmo sem provas nos autos⁸⁹⁴, pelo poder judiciário⁸⁹⁵.

No Congresso Nacional, o episódio de Corumbiara serviu de argumento para críticas ao governo de FHC e também para críticas quanto à atuação do Poder Judiciário, cobrando “ação” do governo.

Marina Silva do PT/AC criticou a ação do Judiciário, o senador Ernandes Amorim buscou “culpados” dizendo que “*havia uma soma de culpados*”, e o senador Pedro Simon “*isentou FHC de culpa*”. Marina Silva argumentou que “*falar de violência no campo é chover no molhado se o molhado não fosse sangue, se o sangue derramado não fosse o de onze pessoas, entre elas nove trabalhadores com duas crianças e dois policiais*”, atribuindo culpa “*à irresponsabilidade do juiz que presidiu a questão*”, juiz este que, segundo a senadora, “*não possuiu a sensibilidade necessária para perceber que num clima acirrado entre trabalhadores e policiais isso poderia fatalmente acontecer*” criticando o poder judiciário pela sua atuação “parcial”:

“(...) Gostaria de chamar a atenção para as atitudes do Poder Judiciário em vários cantos deste País, que não se preocupa em praticar a justiça, muito pelo contrário, no afã de servir a determinados interesses, de ser mais real do que o rei, acaba, realmente, provocando injustiças irreparáveis, (...)”⁸⁹⁶[grifos nossos]

⁸⁹³MESQUITA, H. A. Corumbiara: o Massacre dos Camponeses. Rondônia, 1995-2005: dez anos de violência e impunidade. Artigo apresentado no III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

⁸⁹⁴A metodologia básica do trabalho da autora foi a confrontação entre o Processo Judicial - Caso Corumbiara - e as falas dos camponeses que estiveram na Santa Elina. Em entrevistas com os camponeses foi possível perceber que todo processo e depois o Júri foram constituídos no sentido de *livrar* fazendeiros, minimizar a responsabilidade do Estado e condenar os sem terra.

⁸⁹⁵MESQUITA, H. A. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VI, núm. 119 (41), 1 de agosto de 2002.

⁸⁹⁶Trecho do pronunciamento da senadora Marina Silva do PT/AC, em 11/08/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

O senador Ney Suassuna, ao empreender a técnica da comoção em relação ao massacre ocorrido, sugeriu a “*criação de leis que regulem os dois lados*”, pois verificou que o problema era uma “*legislação mal elaborada*” avisando que este problema “*vai acabar em uma guerra civil*”, isentando de culpa “*tanto os trabalhadores, quanto os fazendeiros*”. Para o referido parlamentar a saída seria “a lei”:

“(…) Não culpo os trabalhadores. Acredito que é preciso haver a urgente clarificação através de uma lei, dizendo o que pode ser feito, como pode ser feito, e tudo o mais. Como também não culpo os fazendeiros que também estão apavorados e preocupados com essas constantes invasões. Por um lado, o fogo é abanado pela Igreja, pelos sindicatos, etc; por outro lado, pela preocupação de se perder propriedade. E isso vai terminar em uma guerra civil” ⁸⁹⁷ [grifos nossos]

O senador Eduardo Suplicy, em defesa dos trabalhadores rurais, leu um trecho sobre grilagem, de autoria do prof. Bernardo Mançano Fernandes (da UNESP), um trecho da Revista Veja, que trouxe relatos das vítimas, em pronunciamento do dia 04/09/1995⁸⁹⁸ e retomou a questão em outro momento quando comentou medidas que podiam ser adotadas em todos os três poderes, sugerindo as ações que poderiam ser realizadas pelo Estado, questionando que tipo de reforma agrária era aquela que o governo fazia, alegando que “*o conjunto de forças sociais e políticas dispõe de todos os meios necessários para reformar, imediatamente, as normas e práticas vigentes de intervenção do Estado nos conflitos de terra*”⁸⁹⁹. Na análise do referido parlamentar, o governo dispunha sim, de meios de enfrentar a situação, reformar a legislação e fazer reforma agrária.

No momento em que a mídia e os senadores de oposição exploravam emotivamente o Caso de Corumbiara, a tática dos governistas se constituiu na exploração e divulgação de “boatos” de que existiria no Brasil “*um movimento*

⁸⁹⁷Trecho do pronunciamento do senador Ney Suassuna do PMDB/PB, em 23/08/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁹⁸O pronunciamento do dia 04/09/1995 comenta sobre a chacina de Corumbiara. Eduardo Suplicy, do PT/SP. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁸⁹⁹Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 15/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

organizado para invasões com ligação do Sendero Luminoso”⁹⁰⁰. Enquanto a oposição [a FHC] apontava críticas aos eventos chocantes e dramáticos ocorridos com os trabalhadores chacinados, os governistas desviavam o foco da questão explorando os “boatos” e “suposições” – espalhados por segmentos da mídia – da ligação do Movimento com “*grupos terroristas infiltrados no Movimento*”. Como no exemplo abaixo:

(...) o noticiário de ontem à noite assustou todos aqueles que **ouviram a confirmação de que existe um movimento organizado para invasões de terras neste País, e, muito pior, a participação do Sendero Luminoso, confirmada por um dos membros do Movimento dos Sem-terra.** (...) **O Governo não está encarando com seriedade este assunto e sangue já começou a rolar.** (...) ⁹⁰¹
[grifos nossos]

A oposição, no exemplo da fala do senador José Eduardo Dutra, rebatia com contra-argumentos de que não se pode culpar “*os sem terra*”, pois, se há “*peessoas infiltradas, embora não haja provas, só suspeitas, há pessoas que querem terra*”. Nos dizeres do parlamentar, mesmo que haja “*a participação dos oportunistas, dos irresponsáveis, daqueles que não têm nada a ver com o movimento, mas que, na medida em que surgem oportunidades para praticarem os seus interesses individuais, eles acabam aparecendo*”, isso não é motivo para desacreditar o Movimento e não se pode esquecer que a “*a causa é justa*”⁹⁰².

O Massacre de Corumbiara, amplamente comentado em “tom emotivo” por partes das elites políticas, principalmente oposicionistas, foi enfrentado pelos governistas com comentários sobre outros dois eísódios: a prisão dos líderes José Rainha, sua esposa Diolinda e Márcio Barreto (em 1995 e 1996)⁹⁰³. O enfoque na prisão de tais lideranças servia, em parte, para buscar neutralizar e desviar a atenção do que tinha ocorrido em Corumbiara. Assim, enquanto uma parcela de pessoas e mídia lutavam por evidenciar, denunciar e cobrar resultados pelos episódios drásticos

⁹⁰⁰Em 1999, em outro contexto histórico, os governistas e conservadores utilizaram a mesma estratégia retórica: a de associar a atuação do MST não só ao Sendero Luminoso, mas às próprias FARCes, grupos de guerrilha armados, por conta da pressão realizada pelo Movimento em decorrência do Julgamento de Eldorado Carajás, contando obviamente com a fabricação de notícias circuladas na mídia comercial.

⁹⁰¹Trecho do pronunciamento do senador Osmar Dias, do PSDB/PR, em 20/09/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁰²Trecho do aparte do senador José Eduardo Dutra, do PT/SE, ao pronunciamento do senador Geraldo Melo do PSDB/RN, em 30/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁹⁰³Tais lideranças estiveram presas e foram libertadas da prisão em vários momentos, e por diversas vezes, ao longo de todo o período ora em estudo.

ocorridos com as chacinas, a outra parcela insistia no argumento da criminalização, na perseguição aos “quadrilheiros” do Movimento, aos envolvidos do MST com o Sendero Luminoso.

No Senado Federal, o principal senador a se preocupar com as lideranças do Movimento foi Bernardo Cabral, que, em seus discursos bem articulados, argumentou idéias de que *“a questão é grave”, “o judiciário começa a ter medo”, “não se pode empurrar o caso com a barriga”, “não se pode transformar um cidadão em herói ou mártir”,* se referindo a José Rainha e outros líderes como Laércio Barbosa e que *“tem medo do que possa vir a acontecer”*⁹⁰⁴. Ou, como em outro momento, argumentando que *“o problema pode se agravar”* e que, portanto, é *“preciso cumprir a lei”*⁹⁰⁵.

E nessa luta argumentativa, acompanhando os fatos políticos, os discursos foram organizados. Alguns mostrando as mortes e a impunidade, outros desviando o foco para outras questões. O senador oposicionista Ademir Andrade reconheceu a importância do MST e demonstrou apoio ao líder Jose Rainha, além de prestar solidariedade à questão indígena, dizendo que *“a mídia não revela a verdade”* e *“que enfatizam tanto a lei e a ordem, mas não contam que somos um país de injustiças”*, chamando a atenção para a responsabilidade do Congresso Nacional na busca de soluções para a questão:

“(…) O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra parece que faz o Governo acordar para essa realidade. O Brasil precisa da reforma agrária. Queremos demonstrar, neste plenário, a nossa solidariedade a esses trabalhadores e ao seu líder, conhecido como José Rainha, e dizer que é um erro muito grave da Justiça, do Executivo, de qualquer delegado, decretar a prisão preventiva desse rapaz. Temos de reconhecer que a luta deles é legítima, resultado da inação do Governo Federal, que não assume a sua própria responsabilidade, fazendo com que esses trabalhadores rurais tomem uma posição de cobrança, de avanço, de ocupar a terra, ocupar dependências públicas, como aconteceu agora, em Pontal de Paranapanema. (...). O que falta são recursos, é vontade política, é decisão política para se resolver o problema”⁹⁰⁶ [grifos nossos]

⁹⁰⁴Expressões utilizadas no pronunciamento do senador Bernardo Cabral do PP/AM, em 10/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁹⁰⁵Expressões utilizadas no pronunciamento do senador Bernardo Cabral do PP/AM, em 11/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁹⁰⁶Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB Partido Socialista Brasileiro/PA, em 13/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Eduardo Suplicy proferiu no Senado, pelo episódio das prisões dos líderes Márcio Barreto e Diolinda Alves, críticas ao poder judiciário e à forma de tratamento de tais “cidadãos”, questionando o teor da acusação acatada pelo juiz no caso de tais indivíduos, argumentando que tal julgamento era “político”:

“(…) Qual a acusação formulada e acatada pelo juiz? Foi decretada a prisão preventiva com base no art. 288, parágrafo único, do Código Penal, segundo o que está expresso neste mandado de prisão. Nome da vítima: a coletividade. Ora, estará a coletividade realmente ameaçada pelo fato de trabalhadores, sem possibilidades de sobrevivência, tentarem ocupar terras vazias, desocupadas, ilegais, terras devolutas? Nenhum juiz ou promotor jamais determinou a qualquer fazendeiro que tivesse sido responsável pela grilagem de terras em larga escala, naquela mesma região do Pontal do Paranapanema, um mandado de prisão. (…). Entretanto, pressionado por alguns grandes proprietários de terra da área, eis que esse juiz, acatando denúncia formulada por esse promotor, acaba por decretar uma prisão dessa ordem. (…)”⁹⁰⁷ [grifos nossos]

A prisão preventiva de Diolinda foi novamente decretada e a oposição voltou a criticar o modelo de justiça que “criminaliza” os sem terra. A senadora Marina Silva afirmou que *“política se faz com duas coisas: boa política e boa polícia, (…) o problema é que usam a polícia para fazer as coisas erradas”*. Num pronunciamento típico da somatória das vozes opositoristas, Suplicy, Marina Silva, Pedro Simon e Ademir Andrade, criticaram o modelo de justiça, a perseguição e a criminalização dos sem terra empreendida pelo Poder Judiciário e lembrar que os assassinos de Chico Mendes estavam soltos:

“Eduardo Suplicy (PT-SP) alegou que (...) **“a Justiça é a sanção das injustiças.”** Esse sentimento, tão comum entre os estamentos oprimidos das sociedades, resulta da verificação diuturna das decisões de parte da magistratura. Não obstante a própria norma legal disponha que “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”, não raro vêem-se decisões judiciais em que a prestação da tutela jurisdicional nada mais é do que a ratificação da opressão e a satisfação dos interesse de elites egoístas e espoliadoras. Entre a realização do justo e a conservação do status quo, a ideologia dominante, travestida de doutrina científica, induz o juízo, na condição de intérprete da lei, a optar pela última, como se fosse possível a uma sociedade traçar os seus planos de futuro apenas com base “na certeza do direito”, na previsibilidade das decisões dos tribunais, no convencimento de que é melhor o direito certo do que o direito reto. (...)

Marina Silva assim se pronunciou (...) Toca-nos muito as palavras do Frei Betto, quando ele diz que justiça não se faz com polícia e, sim, com boa política. Eu diria

⁹⁰⁷Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 31/10/1995. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

que justiça se faz com as duas coisas: com uma boa polícia e com uma boa política e uma boa justiça. O problema é que usam a polícia para coisas erradas, como prender trabalhadores que se organizam para conquistar um pedaço de terra. **Mas não usam a polícia para fazer as coisas certas, como no caso dos assassinos do Chico Mendes, que estão fora da cadeia há 1.078 dias, e a polícia não é usada para fazer justiça. Vou repetir sempre a quantidade de dias que os assassinos estão soltos para que o Governo pense que está usando a polícia de forma errada.** O Governo brasileiro não dá o mesmo tratamento. (...) Suplicy ironizou concluindo que (...) quem sabe o melhor seja seguir o exemplo de Caifás e ir direto à fonte: **decretar a prisão preventiva da Jesus Cristo, que formou essa quadrilha** que insiste em apregoar que todos os seres humanos são iguais em direitos e dignidade e, um dia, para salvar um homem, fez precipitar num abismo uma vara de porcos. Aham que o dono dos porcos gostou? Onde já se viu não respeitar a propriedade alheia? (...)”⁹⁰⁸ [grifos nossos]

Em vários pronunciamentos, Suplicy reiterou notícias que a prisão dos líderes continuava, uma forma de exercer pressão política como maneira de intervir nos acontecimentos: “*eu gostaria de expressar a indignação crescente - acredito que da maioria da população brasileira - diante da continuidade da prisão de Diolinda Alves de Souza, Claudemir Cano, Felinto Procópio e Laércio Barbosa*”, e acrescentou, na leitura de uma transcrição de uma conversa entre o delegado, o juiz e promotor do caso, conversa esta que afirma que “*os latifundiários estão envolvidos com os delegados*”, de que “*há possibilidades de que se revoguem algumas prisões, menos a do Zé Rainha*” e que “*o Zé Rainha corre risco de vida, porque a polícia está babando para pegá-lo*”. Na crítica realizada a este material, o senador Suplicy finalizou em sua análise que “*o poder Executivo não pode pressionar o Judiciário dessa maneira*”⁹⁰⁹.

Diolinda permaneceu por 47 dias na cadeia, a contar da data em que foi presa a 25 de janeiro de 1996. Sendo que, por conta do dia Internacional da Mulher, no dia 08 de Março, quase todos os senadores da oposição a homenagearam na Tribuna, como no exemplo do senador José Eduardo Dutra, e no dia 12/03/1996, o senador Eduardo Suplicy registrou um poema de Pedro Tierra, em sua homenagem, pelo dia Internacional

⁹⁰⁸ Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 01/02/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁰⁹ Expressões contidas no pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 28/02/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

da mulher⁹¹⁰, tais homenagens culminavam sempre com a defesa da causa e com críticas a FHC:

“José Eduardo Dutra (PT-SE.) - gostaria de saudar as companheiras, funcionárias, Senadoras, enfim, todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher. E lamentar, profundamente, que ainda, neste dia, continua presa, desde o dia 25 de janeiro, uma mulher - Diolinda Alves de Souza - juntamente com Filinto Procópio, Cláudio Cano e Laércio Barbosa, por ter cometido um crime, na visão das nossas classes dominantes e da nossa Justiça, defensora dos seus interesses. O crime de lutar pela terra e pela sua sobrevivência; o crime de tentar trabalhar e produzir mais alimentos para o nosso povo, para o nosso País. (...) Neste momento em que as consciências democráticas do nosso País estão bradando liberdade para os sem-terras e cadeia para os sem-vergonhas, para os sem-caracteres, para os ladrões do sistema financeiro, continuamos vendo aqueles que, talvez na falta de argumentos melhores para defender o Governo Fernando Henrique Cardoso - e naturalmente estão na sua função de líderes ou de membros de Partidos da base governista - encaminham a sua argumentação para, no meu entendimento, uma linha perigosa. (...)”⁹¹¹ [grifos nossos]

As táticas de criminalização dos sem terra sempre ocorreram em momentos estratégicos, justamente em momentos que a oposição lutava para evidenciar e cobrar providências pelas mortes e assassinatos de trabalhadores do campo e, tais táticas, foram o mote principal usado para “minimizar”, “bloquear”, “nublar”, “neutralizar” qualquer possível comoção nacional, tanto nos episódios de Corumbiara como também em Eldorado Carajás.

O Massacre de Eldorado de Carajás ocorreu em 14 de Abril de 1996, no ano seguinte a Corumbiara (1995). E embora consubstancie episódio distinto, traz consigo todos os mesmos ingredientes do anterior: mortes, torturas, desrespeito humano, despreparo da polícia militar.

Nos dizeres de Eric Nepomuceno, autor do Livro: “*O Massacre: Eldorado Carajás: uma história de Impunidade*”,

“o que aconteceu na tarde de quarta feira, dia 17 de abril de 1996, no trecho da rodovia PA-150 foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país. Ninguém deveria sequer se atrever a usar palavras como “confronto”, “incidente” ou “choque” para descrever o que aconteceu na Curva do S. Aquilo foi uma carnificina brutal, um massacre que permanece impune. (...) 19 pessoas foram mortas, pelo menos 5 delas foram

⁹¹⁰Trecho do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, em 12/03/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹¹¹Trecho do pronunciamento do senador José Eduardo Dutra, do PT/SE, em 08/03/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

alvos previamente escolhidos. Ao menos 10 das 19 foram mortas a sangue frio, quando já se encontravam submetidas pela Polícia Militar ou tinham sido feridas e não puderam fugir. (...) as fotos que ilustram os laudos periciais dos cadáveres são um primor de barbárie: corpos mutilados, cabeças destroçadas. Foi como se não bastasse disparar contra alguém desarmado: era preciso mais. Era preciso desafogar uma fúria descontrolada e estabelecer de uma vez e para sempre qual era a punição que iria além da morte. (...) **estou convencido, além do mais, de quem são os responsáveis políticos por todas essas mortes.** E de que a atuação da Polícia Militar, em especial da tropa sediada em Parauapebas, que agiu com sanha desmedida, foi a trágica consequência de uma tradição que se espalha, muito além do Pará, por todo o interior deste país. ou seja; as forças da ordem servindo, acima de tudo e em primeiro lugar, a interesses privados. **Quem disparou, mutilou e trucidou lavradores sem terra? soldados, cabos, sargentos e oficiais de uma força policial freqüentemente corrompida, bastante mal paga, totalmente despreparada,** acostumada muitas vezes a atuar a troco de tostões na defesa dos interesses de fazendeiros, grileiros, ocupantes ilegais de terra, pequenos comerciantes. Quem ordenou que essa força policial, com tantas características fartamente conhecidas, desobstruísse, ao preço que fosse, uma estrada bloqueada pelos sem terra? **O governo estadual, integrado por representantes de um sistema que há décadas é dominado, com nuances sazonais, pelos mesmos grupos e pelos mesmos interesses no estado do Pará.** Nas duas pontas – quem mandou, quem executou – a dramática reedição de um hábito enraizado no que há de pior das tradições brasileiras: **a justiça feita pelas próprias mãos, a mando e na defesa de interesses de determinados grupos, às margens da justiça. a imposição absoluta da lei e da ordem – determinada lei, jamais escrita, e determinada ordem, cujos limites e parâmetros ninguém, a não ser os que as impõem, conhece. A inexistência, enfim, de uma linha clara que separa o que é público do que é privado: recorre-se á força policial como quem recorre a uma milícia particular.**

Quem morreu, foi ferido, ficou mutilado – no corpo e na alma – para sempre. Integrantes de um movimento social de forte atuação, o **MST**, todos com as mesmas origens: a miséria, o trabalho em garimpo, todos desenraizados, vivendo vida nômade atrás da sobrevivência, atraídos pelas migalhas da esperança: conseguir uma terra. Os dirigentes e coordenadores do MST naquela região brasileira, reconhecem, hoje, que cometeram ao menos um erro de avaliação: eles não supunham quais eram as reais dimensões da fúria e do ódio que suas ações desatariam. Nem mesmo em suas projeções mais pessimistas incluíam a possibilidade de matança coletiva, feita a sangue frio, à luz do dia e aos olhos de testemunhas.”⁹¹² [grifos nossos]

O episódio repercutiu na mídia nacional e internacional, obrigou os agentes dos poderes estatais a discutirem mais uma vez a questão agrária. Idéias de todos os tipos e matizes apareceram em cena na discussão parlamentar, tanto acusadores ardorosos do governo de Almir Gabriel, do Coronel Pantoja, ou mesmo do FHC, quanto defensores

⁹¹²NEPOMUCENO, E. Introdução: O Massacre: Eldorado Carajás: uma história de impunidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

de todos eles. Todo debate girava na troca de acusações mútuas em se estabelecer “*de quem é a culpa?*”

A oposição afirmou que “*a culpa era do governo*”, “*FHC não dialogou com os líderes do Movimento e ignorou o José Rainha*”, “*o governador Almir Gabriel tem responsabilidade sobre o evento*”⁹¹³. Importante ressaltar que na sessão plenária do dias 18 e 19 de Abril de 1996, dos poucos discursos sobre o tema, as frases eram mais moderadas e genéricas, como a do senador Sergio Machado do PSDB/CE afirmando que “*o governo [de FHC] quer paz no campo e acredita no diálogo*” e que “*o governo do Pará repudia atos de violência*”⁹¹⁴, ou do senador Bernardo Cabral, em tom profético dizendo que “*já havia alertado inúmeras vezes para o problema da terra*”. No discurso deste senador, “*os culpados eram os três poderes*”⁹¹⁵. Ao despersonalizar a ação dos agentes, sabemos que é muito mais difícil punir e encontrar responsáveis. Assim sendo, nas sessões de quinta e sexta feira da semana em que ocorreu o episódio, pouquíssimos comentários foram feitos sobre o massacre. E nas sessões da semana seguinte, houve um esvaziamento do plenário, com pouquíssimos senadores presentes, segundo registro dos anais da Casa. O silêncio da grande maioria dos parlamentares é, nesse sentido, bastante significativo, pois que evidencia uma esquiva, uma recusa, um não comprometimento com a questão, pois o que dizer de tal episódio? E os parlamentares não podem expressar numa linguagem pública, aberta aos seus eleitores, uma cumplicidade com tal ocorrência, ainda que alguns defendam na prática grupos latifundiários, como justificar, dentro das regras do jogo democrático de direito, conivência com tais mortes? As regras não permitem essa explicitação e os parlamentares devem cumprir [com sua retórica] tais regras. O senador Geraldo Melo, por exemplo, do PSDB/RN, só foi comentar sobre o caso um mês depois, em sessão do dia 24/05/1996, quando argumentou e justificou que “*foi preciso passar alguns dias para incorporar todos os elementos dos discursos: elementos políticos, emocionais, literários, falsos, demagógicos etc*”, argumentando que “*peessoas usam a bandeira da reforma agrária para fazer demagogia*”, “*que é preciso enquadrar os quadrilheiros na*

⁹¹³Argumento discutido pela senadora Benedita da Silva do PT/RJ, em 18/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹¹⁴Expressões utilizadas no pronunciamento do senador Sergio Machado, do PSDB/CE, em 19/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹¹⁵Expressão utilizada no pronunciamento do senador Bernardo Cabral, do PFL/AM, em 19/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

lei” e que “*não se mata fome com discurso e não se mata fome fazendo passeata na Esplanada dos Ministérios*”⁹¹⁶

O senador Lúcio Alcântara do PSDB/CE, entre tantos outros, tentou defender o governador Almir Gabriel argumentando que “*o governador não é culpado*” e que o fato foi “*uma tragédia que não se explica*”:

“(…) São essas tragédias que não se explicam, são esses fatos lamentáveis que acontecem num segundo e se tornam realmente algo que aterroriza a todos pelas proporções (...)”⁹¹⁷ [grifos nossos]

Em verdade, como o parlamentar não tem como justificar a tragédia, transfere sua impossibilidade de explicação para o discurso. De fato, dentro das regras do jogo democrático tal episódio não poder ser explicado. Entender o que ocorreu significa analisar o jogo do lado de fora, significa compreender que há falhas, omissões, lacunas e o não cumprimento efetivo das regras, demonstrando que o jogo não é justo, não é claro, não é limpo.

O senador da oposição José Eduardo Dutra captou uma contradição da fala do então presidente FHC ao afirmar que “*dessa vez não pode ficar impune*”. O senador questionou: “*das outras podiam?*” E instiga o presidente FHC “*a fazer a reforma agrária através de uma Medida Provisória*”. Afirmando que o Massacre de Eldorado “*foi premeditado, o governo poderia ter evitado, mas não quis negociar*”⁹¹⁸

O senador oposicionista Ademir Andrade foi um dos senadores que, em vários momentos, articulou em seus discursos a idéia de que “*FHC é o que mais lucra com as mortes no campo*”, é sua “*estratégia política jogar uns contra os outros*”⁹¹⁹, tendo em vista que FHC “*joga o MST contra a opinião pública*” utilizando-se de tal estratégia a seu favor no jogo político de reeleição. A mensagem que FHC tenta transmitir é que “*o MST é intransigente, o MST é radical, o MST é irresponsável. O MST é parte do PT, do PSB, do PC do B e do PDT. Partindo dessas premissas Sua Excelência não age*”. Entretanto, nos dizeres do senador, o MST é “*até muito paciente*”: “*o MST tem agido de*

⁹¹⁶ Expressões utilizadas no pronunciamento do senador Geraldo Melo do PSDB/RN, em 24/05/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹¹⁷ Trecho do pronunciamento do senador Lúcio Alcântara, do PSDB/CE, em 19/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹¹⁸ Expressões do pronunciamento do senador José Eduardo Dutra, do PT/ES, em 23/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹¹⁹ Expressões usadas no pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 16/04/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

*forma responsável! Eles dão prazo ao governo! Sugerem vistorias e esperam... esperam...(...)*⁹²⁰

O senador Antonio Carlos Magalhães do PFL/BA foi enfático ao defender os policiais que atuaram na chacina, argumentando que “*elementos com terra são os que querem perturbar a vida da nação*” e explica quem são os desordeiros sob o seu ponto de vista, na construção de um argumento que “*tenta não permitir que a desordem se instale no país, sob o manto de se defender uma falsa liberdade*”⁹²¹, em sua análise “*justiça seja feita, a polícia também teve de recuar, e recuou até onde era possível*”⁹²².

Mesmo quando defendeu “parcialmente” os policiais, o político não se desvinculou da regra do jogo de que, aconteça o que acontecer, isso não justifica “a execução de pessoas”. Nesse ponto, o sentido do que se diz desliza do enunciado para aquilo que, de fato, a linguagem se nega a declarar, de que o Estado tem permitido, negligenciado e mesmo ordenado, na figura de seus agentes, a eliminação de vidas humanas, a “execução sumária”, a “faxina étnico-social”, a escolha “arbitrária” entre quem merece viver e quem pode morrer, a diferença sutil entre o que chamam o “*Brasil dos escolhidos*” e o “*Brasil dos excluídos*”.

Nesta questão, reflexões importantes nos são apontadas por leituras de Paul Ricoeur. Ao abordar a relação violência e Estado, na obra *História e Verdade*⁹²³, o autor nos chama atenção para reflexões de que se a história é o lugar da violência é também o lugar da não violência, e apesar dos conflitos existirem é necessário solucioná-los pela construção da tolerância. Mas o limite da submissão do indivíduo ao Estado é o fato de que este não pode mandar matar⁹²⁴. O cidadão deve se submeter à autoridade estatal. Porém, quando o magistrado não exerce pontualmente seu ofício, os cidadãos têm

⁹²⁰Fragmentos do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 31/03/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹²¹Expressão usada no pronunciamento do senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL/BA, em 23/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹²²Idem.

⁹²³RICOUER, P. Verdade na ação histórica: Estado e Violência. In: *História e Verdade*. Trad. De F.A.Ribeiro. Cia Forense. 1ª Ed. Brasileira. 1968. pp 237-290.

⁹²⁴Paul Ricoeur escreve seu trabalho por volta de 1955, influenciado pela experiência de Gandhi na Índia. Quando aborda seu conceito de Estado, não está falando dos Estados não totalitários. Para ele a existência política está vinculada à violência estatal, que é legítima, pois o Estado tem o poder de obrigar, de educar, legislar, organizar a economia etc, mas que encontra limites na expressão máxima do “não matarás”, pois o Estado não pode, em última instância, mandar matar. É aqui que reside o limite de submissão do indivíduo a esse mesmo Estado.

direito, segundo o autor, à desobediência civil. Explicita as possibilidades e limites da linguagem, que pela construção de uma identidade narrativa os grupos têm o direito de se expressarem, pois, impedir o outro de falar é impedi-lo de ser! Ricouer discute a questão da violência que, no nosso entendimento, contribui para a discussão dos casos críticos envolvendo os Massacres e Chacinas contra os Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Para Ricouer, os conflitos surgem por incapacidade de entender as representações simbólicas alheias. O problema, entretanto, não pode ser resolvido [somente] na linguagem, mas requer uma situação identitária, [também] pela linguagem, pois, se os direitos opostos se entrecruzam, o direito de um termina quando começa o do outro. O Estado não tem como evitar o conflito. Nesse sentido, o importante seria caminhar para o consenso, o que não pode existir, entretanto, é uma recusa em resolver tal conflito. Entretanto, tal autor reitera a necessidade da “*tolerância*”, pois, para se “entender”, “ouvir”, “negociar”, é preciso “*colocar-se no lugar no outro*”, ao mesmo tempo em que “*ninguém pode fazer justiça com as próprias mãos*”.

É dentro dessa linha de pensamento que a oposição organiza seus argumentos de apaziguamento dos ânimos, buscando “soluções pacíficas” e “negociadas” frente ao agravamento das tensões no campo entre trabalhadores e latifundiários. E também parlamentares governistas que, ao perceberem a gravidade dos conflitos reiteram, como no exemplo do senador Geraldo Melo do PSDB/RN, que:

“(…) **nenhum cidadão está autorizado a decidir pela própria cabeça** que a autoridade não está cumprindo a lei e, portanto, sem recorrer aos instrumentos institucionais de que dispõe, **sair de casa para fazer justiça com as próprias mãos**. Isso é abolição da ordem. O cidadão não pode sair de casa para romper com a estrutura jurídica por conta própria, quando a sociedade lhe dá os meios de fazer isso”⁹²⁵. [grifos nossos]

Mesmo diante das chacinas, e mesmo por causa delas, há argumentos que enfatizam a busca da “justiça”. E, particularmente no governo FHC, quando os oposicionistas insistem que “*a causa é justa e legítima*”, os governistas retrucam que “*não se pode fazer justiça com as próprias mãos*”. O exemplo acima, da acirrada discussão entre a senadora Heloisa Helena e o senador Geraldo Melo, em que este último avisa que “*nenhum cidadão está autorizado a fazer justiça com as próprias*

⁹²⁵ Aparte do senador Geraldo Melo PSDB/RN ao pronunciamento da senadora Helosia Helena do PT/AL em 05/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

mãos”, “o cidadão não decide sozinho se a autoridade está ou não cumprindo a lei” evidencia que, mesmo diante de tais fatalidades “a regra do jogo deve ser cumprida”. A senadora responde que “o Movimento faz o que faz somente por uma motivação: pela insensibilidade do Governo Federal em escutar”, lembrando não só a importância da linguagem, mas de como as palavras podem ser manipuladas, pois, a mesma nunca ouviu tantas expressões para designar o movimento:

“(…) a reforma agrária é uma necessidade. Claro que a nossa elite nacional, decadente, incompetente, insensível, não consegue entender isso e acaba levando a bandeira da reforma agrária para os movimentos sociais ou os partidos de esquerda. (...) **A palavra é o instrumento de convivência pública; a palavra não é um instrumento de propriedade de uma ou de outra personalidade política; as palavras servem para esclarecer, como também servem para manipular verdades.** (...) Talvez um dia criemos um instrumento - eletrônico, quem sabe, com tanta tecnologia - que possa nos Parlamentos, à maneira do detector de mentiras, ficar perto de todos os discursos de todas as personalidades políticas, para que possamos observar se existe coerência ou abismo entre o que as pessoas dizem e as suas histórias de vida, ou seja, entre o que se faz e o que se diz, que é justamente o que os nossos dicionários caracterizam como demagogia: o abismo entre o que se diz e o que efetivamente se faz. **Fiquei realmente impressionada diante de tantas palavras que foram ditas aqui contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: "golpe", "conspiração", "refém", "comemorar defunto", "matar a mãe", "saques", "invasão", "conspiração contra a democracia", "reviver o sentimento da ditadura".** (...)”⁹²⁶

Quando a senadora elucida sobre o significado das palavras, traz à tona questionamentos sobre o que é “o respeito à lei”, argumentando que, embora ninguém esteja “autorizado, pela sua própria cabeça, a descumprir a lei”, é preciso entender “o significado das palavras, sobre a mobilidade que elas podem ter, sobre o respeito à lei, sobre a linha divisória que define onde acaba o direito de um e onde inicia o direito do outro”, ao que o senador retruca que “é o Congresso que deve alterar as leis”, respondendo ironicamente à sua opositora que “V.Ex.^a sabe como se pode alterar a regra do jogo”:

“(…) se o Governo se afasta da lei, a maneira de corrigi-lo não é invadindo coisa alguma, muito menos os prédios do Governo Federal. Isso é que está sendo discutido. Se o Governo não cumpre, aí está a Justiça, aqui está o Congresso, aqui está V. Ex.^a para apresentar os seus projetos. **E V. Ex.^a sabe como se pode alterar a regra do jogo.** Só isso, Senadora (...)”⁹²⁷ [grifos nossos]

⁹²⁶Trecho do pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL, em 05/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹²⁷Trecho do pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL, em 05/05/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Aqui o debate é posto pelo governista ao afirmar que “*cada um deve cumprir o seu papel*”, o governo, a justiça, o congresso, de forma que, o papel da senadora é apresentar projeto de lei caso queira alterar a forma como as coisas ocorrem. Seu contra-argumento é no sentido de lançar críticas que possam atingir o ethos do governo. O que o senador não responde é exatamente o que fazer quando algum dos poderes não cumpre o seu papel, o que leva a senadora a afirmar inúmeras vezes que “*o movimento só faz aquilo que o governo deveria fazer e não faz: reforma agrária*” e “*quando se ocupa um prédio público, é somente por uma única motivação: pela insensibilidade do governo federal de escutar as reivindicações do movimento*”.

Para criar efeitos de proximidade a oposição insiste na necessidade do “diálogo”, na tática de sensibilização que procura fazer refletir sobre as causas que levam o movimento a agir, sobre a motivação dos mesmos, buscando para tanto chamar atenção para essa “tolerância” e a capacidade de se “colocar no lugar do outro”:

Sr.^a Heloisa Helena (Bloco/PT-AL.) -. (...) **Algumas personalidades políticas dizem: "Ah, mas vivem invadindo terras". Invadindo? Ocupando terras que não estão cumprindo o que determina a Constituição. Será que alguém pensa que é fácil estar em um assentamento, em uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? Será que alguém com um mínimo de bom-senso considera fácil estar cercado, em uma ocupação de terra, por milícias particulares, pistoleiros, ouvindo tiros à noite, presenciando perseguições, torturas, seqüestros? Será que alguém julga fácil viver em um lugar onde não há água, energia, saneamento básico, onde as pessoas não têm um mínimo de dignidade, onde as crianças morrem de diarreia por não terem acesso ao serviço de saúde? Será que alguém pensa que é bom ficar debaixo de um barraco de lona, que esquenta muito durante o dia e esfria à noite; que não oferece proteção contra a chuva? Quando chove, as pessoas não podem deitar com seus filhos, porque há lama. (...) Portanto, alerta Senado, a fim de que não tenhamos mais mortos e vivos discutir não em cima de cadáveres, mas em cima da vida.**”⁹²⁸ [grifos nossos]

“(...) **não imagina o que é ficar sob uma daquelas barracas de lona.** À noite, o frio é inimaginável, parece que vai cortando cada um dos nossos ossos, arrancando a nossa pele. Durante o dia, o calor é insuportável dentro e fora da barraca. **Quem não está lá não imagina a situação dessas famílias no momento da luta pela ocupação da terra; não imagina** a angústia e o sofrimento causados pelos tiros de espingarda 12 dos capangas, dos jagunços e dos latifundiários que, muitas vezes, fazem um discurso demagógico em nome da paz, mas que de paz não entendem absolutamente nada. **Quem não está lá não imagina** o que é o grito de crianças,

⁹²⁸Trechos do pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL, em 23/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

mulheres e homens, que correm no meio da caatinga, no meio do mato, com os jagunços e os capangas atrás deles, atirando com espingardas 12, com pistolas. Essa é a correria por que muitos de nós já passamos. Uma coisa é a experiência de passar um, dois ou três dias num desses acampamentos. Outra coisa é a experiência de passar seis anos sob um barraco de lona. (...)”⁹²⁹ [grifos nossos]

O discurso da “não violência” é uma via de mão dupla, pois, enquanto a oposição se prende a ele no sentido da “tolerância”, do “diálogo”, das “negociações”, do “colocar-se no lugar do outro”; os governistas também o usam para justificar o desarmamento⁹³⁰. Para governistas, a forma de se evitar a violência no campo é o “desarmamento” da população, mais especificamente os participantes do movimento. Esse argumento do desarmamento foi muito ambíguo e dele se pode fazer várias interpretações, argumento este que, em 2003, foi votado e aprovado como lei.

Em 1997 o argumento do desarmamento apareceu nos discursos políticos governistas. Segundo críticas do senador da oposição Ademir Andrade, inúmeros questionamentos foram levantados: “*houve proposta pública de desarmamento. Mas quem vai desarmar?*”, “*operações desarmamento não funcionam (...) a lei tem que ser cumprida. É preciso fazer justiça!*”⁹³¹. “*A operação desarmamento é apenas um instrumento de propaganda do governo*”. Essa ambiguidade apareceu nitidamente no exemplo do pronunciamento do senador, pois, conforme o mesmo, “*tanto o MST, na figura de João Pedro Stédile, quanto o Sindicato Rural eram contrários a essa idéia de desarmamento*”⁹³². Stédile afirmou que “*o movimento não possuía armas*”, não se pode dizer que “*foices, enxadas e machados sejam armas*”, senão instrumentos de trabalho dos camponeses.

Segundo o mesmo parlamentar anterior, “*o governo está com a faca e o queijo nas mãos para fazer reforma agrária, mas só entende a palavra “pressão”, e justifica que “as invasões só estão ocorrendo por culpa do próprio governo*”⁹³³.

⁹²⁹Trecho do pronunciamento da senadora Heloisa Helena, do PT/AL em 11/07/2003. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹³⁰O intitulado “Estatuto do Desarmamento” constituiu a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003. Publicada no Diário Oficial da União de 23/12/2003. Regulamentada pelo Decreto nº 5.123 de 01/07/2004.

⁹³¹Tese central do pronunciamento do senador Ademir Andrade, do PSB/PA, em 17/01/1997, em 20/01/1997 e em 23/01/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹³²Idem.

⁹³³Idem.

Os senadores defensores dos latifundiários são facilmente reconhecidos pelos argumentos do “desarmamento”, pois, para estes, o desarmamento é uma forma de evitar que “*coisas piores aconteçam*”. Mas o que pode acontecer de pior para além das mortes que são relatadas cotidianamente no Plenário?

De forma comparativa, a tópica do desarmamento sumiu e reapareceu em vários contextos políticos, combinados, entretanto, com argumentos bem parecidos. São argumentos usados estrategicamente de acordo com as necessidades e o momento político. O Senador Valmir Amaral do PMDB, por exemplo, em 2005, por ocasião da morte da Missionária Irmã Dorothy Stang, requereu “*intervenção federal no Pará e aplicação do Estatuto do Desarmamento*”, segundo o mesmo, “*como forma de apaziguamento dos conflitos*”⁹³⁴. Verifica-se que o argumento do desarmamento esconde também sentimentos políticos de “medo” e a “insegurança” frente a momentos críticos, em que a elite “latifundiária” se percebe sem condições de enfrentar possíveis reações da população. Os oposicionistas também questionam o fato das “milícias privadas”, subsidiadas pelos próprios “latifundiários” também estarem armadas.

Em 2005, o senador Álvaro Dias ressuscitou o argumento de ligação do MST com as FARC's colombianas, chegando à conclusão, não como presidente da CPI Fundiária – Comissão Parlamentar de Inquérito, mas como parlamentar que “*estamos vivendo sob absoluta desorganização fundiária em nosso país*”:

“(...) A conclusão a que chego já - não é a conclusão da comissão, mas do parlamentar - é a de que estamos vivendo sob absoluta desorganização fundiária em nosso País; há uma desorganização generalizada em consequência da incompetência da gestão pública em assuntos dessa natureza. Precisamos rediscutir o modelo de reforma agrária. **Essa desorganização tem sido causa da violência, da afronta à lei e ao Poder Judiciário.** As invasões, as ocupações, os conflitos fundiários são decorrência da cobiça pela terra. **Na ausência da autoridade, as pessoas imaginam poder resolver por si sós situações que só podem ser solucionadas por meio da lei, da ordem constituída. A autoridade ausente possibilita a violência, que é consequência da prevalência da impunidade em nosso País (...)**⁹³⁵ [grifos nossos]

Interessante o pronunciamento, não só pela suposta “*ligação do MST com as FARC's*”, mas o fato do senador ter concluído de “antemão”, que “*vivemos uma*

⁹³⁴Trecho do Pronunciamento do senador Valmir Amaral, do PMDB/DF, em 31/03/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹³⁵Trecho do pronunciamento do senador Álvaro Dias, do PSDB/PR, em 25/04/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

desorganização fundiária no Brasil”, mas reiterando a regra do jogo jurídico: “a lei tem que ser cumprida, não se pode fazer justiça com as próprias mãos”.

Num debate entre vários senadores, articulando o tema da violência, a “criminalização” de João Pedro Stédile e a forma de tratamento da questão, assim se manifestou o senador Nabor Júnior, insistindo no argumento de que “*é preciso desarmar os grupos paramilitares: tanto do lado dos sem terra quanto do lado dos fazendeiros: a violência não traz contribuição positiva*”. Entretanto, é somente contra o líder João Pedro Stédile que dirige seus ataque, pois, “*segundo notícias estampadas no jornal Matutino do RJ, as citações textuais de Stédile foram “o objetivo é derrubar o modelo econômico do governo e dar um pontapé na bunda do FMI”*”. O senador se diz indignado com tais afirmações, alegando que “*não podemos permitir que o destempero de uns poucos jogue o Brasil no lodaçal da violência política*” e que “*a nação tem o direito, até mesmo o dever, de defender-se de agressões e ameaças como aquelas contidas nas exortações do sr. Stédile*”. Diante de tanta indignação o senador argumenta:

“(…) **“o destempero de Stédile é perigoso”**. (...) **Alguns membros do governo cogitam acionar mecanismos repressivos, como a Lei de Segurança Nacional, para punir o sr. João Pedro Stédile por seus desatinos** (...) a principal dúvida a ser respondida, é prática e objetiva: deve se usar esse instrumento, remanescente da ditadura, para apagar incêndios em uma área, sensível como a reforma agrária? Ao invés de eliminar focos deflagrados, não estaremos criando novas, com imprevisíveis repercussões na ordem pública interna e na imagem externa do país? (...), a provocação às autoridades não deve ser respondida com truculência policial ou uso de velhas ferramentas, forjadas no regime militar”⁹³⁶[grifos nossos]

Na defesa da “lei” e da “ordem” dos “latifundiários”, a “lei” é o instrumento que garante a manutenção do *status quo* e impede a “desordem” dos sem terra, inclusive usando contra eles, se necessário, “a lei de segurança nacional”. Numa construção extremamente vaga, jamais se saberá quem foram “*esses membros do governo*” que cogitaram tal idéia ou mesmo se, na estratégia empreendida, com essa afirmativa, o próprio parlamentar não está dando uma sugestão de que de fato a “lei” seja usada, pois, se até então não pensaram nela, a partir de agora o senador menciona sua existência.

⁹³⁶Trechos do pronunciamento do senador Nabor Júnior, PMDB/AC, em 18/10/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Aqui o discurso “recorda” e “relembra” algo que se nega a dizer, e ao não dizer, a enfatiza, pois, a menciona pela sua negação.

Há também uma disputa em se encontrar “os culpados pela violência”. Para os defensores dos latifundiários os culpados são os “líderes baderneiros” - contra esses deve se aplicar, inclusive, a “lei” de segurança nacional. Para a oposição a FHC, os culpados são os próprios governistas, é o próprio governo federal, pois, o “*governo não age*” e sua não-ação é que leva à existência do Movimento.

Por fim, em meio às manifestações e ações do MST, os governistas do PSDB também jogam politicamente com idéias que visam associar o PT- Partido dos Trabalhadores como responsável político a tudo que acontece, e, que, por este motivo, obriga constantemente os parlamentares petistas a argumentarem não só em favor da causa da reforma agrária, em defesa do MST, mas acima de tudo insistirem no uso de métodos e táticas que primem pela “*não violência*” para poderem continuar legitimando o apoio político ao movimento⁹³⁷. É assim que, em inúmeros discursos vemos argumentos, principalmente do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em afirmar que “*há uma tentativa de responsabilizar do PT por tudo que vem ocorrendo no campo*”⁹³⁸, “*protestos contra FHC em Belo Horizonte tinha pessoas encapuzadas. O PT é contra esse tipo de atitude, o PT é contra a violência*”⁹³⁹, “*o PT é contra a violência no campo*”⁹⁴⁰, em suma, “*o PT é contrário às invasões de terras produtivas*”⁹⁴¹

Em todas as questões postas anteriormente, vemos recorrência à atuação do Poder Judiciário, principalmente no que tange à omissão frente aos conflitos agrários existentes no Brasil, frente à impunidade perante a violência no campo e aos desmandos políticos cometidos pelos outros dois poderes. Nesse sentido, um dos argumentos de maior ênfase é a chamada “*morosidade processual*”, ou seja, a atuação do judiciário é

⁹³⁷A tópica da não violência foi analisada na parte III deste capítulo, vinculada aos exemplos de Gandhi, Thoreau e Martín Luter King.

⁹³⁸Argumento principal do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 18/06/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁹³⁹Argumento principal do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 20/05/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁹⁴⁰Argumento principal do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 09/09/1997. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>.

⁹⁴¹Aparte do senador Tião Viana do PT, ao pronunciamento do senador Lúdio Coelho do PSDB, em 21/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

tida como “lenta”. Raramente se lê que o “judiciário não age”, mas se encontra a todo momento afirmativas de que “*sua ação é lenta*”, “*a justiça é morosa*”, “*a justiça tarda*”.

Vimos que os debates parlamentares informam as tentativas, várias delas bem sucedidas, de se criar “leis” com intenções de “criminalizar” a ação dos trabalhadores rurais sem terra, “leis” com funções precipuamente punitivas, conferindo aos atores dos Movimentos Sociais a acusação da realização e prática de crimes tais como: “invasão”, “formação de quadrilha”, “depredação e dilapidação do patrimônio público” previstos no chamando código penal e na chamada “lei” anti-invasão. Por outro lado, os assassinos e responsáveis pelas mortes e violência contra trabalhadores, apesar de indiciados e acusados formalmente, raramente são julgados e condenados, ou mesmo quando isso acontece, conseguem “liberdade provisória” que rapidamente se transforma em “liberdade plena”. Com o passar do tempo, verifica-se que vários desses crimes cometidos contra trabalhadores, lideranças ou simpatizantes à causa nunca foram punidos, mesmo quando se conhece os culpados, mesmo que haja confissão por parte dos mesmos. Basta citar, por exemplo, o caso notório do assassinato da missionária Dorothy Stang (em 2005)⁹⁴², e que em 2008 ainda se lê nas manchetes de jornais: “*amigos da missionária cobram julgamento de acusado pelo crime*”⁹⁴³.

⁹⁴²Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy (Dayton, 7 de junho de 1931 — Anapu 12 de fevereiro de 2005) foi uma religiosa norte-americana naturalizada brasileira. Pertencia às Irmãs de Nossa Senhora de Namur, congregação religiosa fundada em 1804.. Em 1966 iniciou seu ministério no Brasil, na cidade de Coroatá, no Estado do Maranhão. Sua atividade pastoral e missionária buscava a geração de emprego e renda com projetos de reflorestamento em áreas degradadas, junto aos trabalhadores rurais da área da rodovia Transamazônica. Seu trabalho focava-se também na minimização dos conflitos fundiários na região. Atuou ativamente nos movimentos sociais no Pará. A religiosa participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Defensora de uma reforma agrária justa e conseqüente, Irmã Dorothy mantinha intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções duradouras para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra na Região Amazônica. Recebeu diversas ameaças de morte, sem deixar intimidar-se. Pouco antes de ser assassinada declarou: «*Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar.*» Ainda em 2004 recebeu premiação da Ordem dos Advogados do Brasil (seção Pará) pela sua luta em defesa dos direitos humanos. Foi assassinada, com seis tiros, um na cabeça e cinco ao redor do corpo, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, às sete horas e trinta minutos da manhã, em uma estrada de terra de difícil acesso, à 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Estado do Pará, Brasil. O corpo da missionária está enterrado em Anapu, Pará, Brasil, onde recebeu e recebe as homenagens de tantos que nela reconhecem as virtudes heróicas da matrona cristã. O fazendeiro Vitalmiro Moura, o Bida, acusado de ser o mandante do crime, havia sido condenado em um primeiro julgamento a 30 anos de prisão. Num segundo julgamento, contudo, foi absolvido. Endereço de consulta eletrônica: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dorothy_Stang. Acesso: 13/08/2008

⁹⁴³Notícias: Folha On Line, por Kátia Brasil da Agência Folha, em Manaus, em 12/02/2008. Endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u371814.shtml>. Acesso: 04/08/2008.

No caso da Irmã Dorothy, um dos acusados, Rayfan das Neves Sales, teve dois julgamentos anulados, espera por um terceiro julgamento do poder judiciário. Por maioria de votos, o Tribunal de Justiça do Pará anulou em 17/12/2007, o segundo julgamento. Ele foi condenado em outubro, por unanimidade, a 27 anos de prisão pela morte da missionária, julgamento este em que o acusado confessou “*ter matado a freira a tiros*”, mas negou ter sido contratado por fazendeiros para assassinar a freira. Como a pena excedeu 20 anos o acusado teve direito a um segundo julgamento⁹⁴⁴. O outro acusado foi Vitalmiro Bastos de Moura (vulgo: Bida), acusado de ser o mandante do crime de assassinato da missionária, foi condenado num primeiro julgamento, em Belém do Pará, a 15 de maio de 2007, no 2º Tribunal do Júri, a 30 anos de prisão⁹⁴⁵. Num segundo julgamento, em 2008, foi absolvido por cinco votos a dois.⁹⁴⁶

O caso da morte da missionária foi “emblemático”, por se tratar de liderança atuante na região, mas, se de fato não aparecerem na mídia nacional e internacional, as mortes de trabalhadores não são “incômodas”. Foi esse noticiário internacional que chamou a atenção para o caso da missionária Dorothy Stang. Seu assassinato em 12/02/2005 foi interpretado com finalidades as mais diversas possíveis, causando retrospectivas distintas e sendo aproveitado politicamente em análises sobre a reforma agrária na Amazônia e no Pará.⁹⁴⁷

O caso da Irmã Dorothy apresentou inúmeros pontos em comum com a história do ambientalista Chico Mendes⁹⁴⁸ e, por isso, foram inúmeras vezes comparadas,

⁹⁴⁴Notícias: Folha On Line, por Kátia Brasil da Agência Folha, em Manaus, em 17/12/2007. Endereço eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u355758.shtml>. Acesso: 01/02/2008.

⁹⁴⁵AUTOS Nº 20052052241-5 Processo: Crime de Homicídio Qualificado. Autor: Ministério Público. Réu: Vitalmiro Bastos de Moura. Ré: Dorothy Mae Stang.

⁹⁴⁶Notícias: O Globo, Publicada em 06/05/2008 às 21h57m. GloboNews TV; Rodrigo Vizeu - O Globo Online. Endereço eletrônico: http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/05/06/bida_acusado_de_ser_mandante_do_assassinato_de_dorothy_stang_absolvido-427239310.asp. Acesso: 06/08/2008.

⁹⁴⁷Trecho do pronunciamento do senador Valmir Amaral do PMDB/DF, em 31/03/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁴⁸Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como "Chico Mendes" (Xapuri, 15 de dezembro de 1944 - Xapuri, 22 de dezembro de 1988), foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro. Sua intensa luta pela preservação da Amazônia o tornou conhecido internacionalmente e foi a causa de seu assassinato. Iniciou a vida de líder sindical em 1975, como secretário geral do recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. A partir de 1976 participou ativamente das lutas dos seringueiros para impedir o desmatamento. Em 1977 participou da fundação do Sindicato dos

buscando-se tantos semelhanças quanto diferenças entre os casos. Como a exemplo do jornalista Lúcio Flávio Pinto, que estabeleceu diferenças substanciais entre um momento e outro, do Acre e do Pará, e mesmo as condições de morte de cada um dos líderes, afirmando que “os casos são semelhantes, mas os espaços são distintos e os tempos são outros”.⁹⁴⁹

No caso da Irmã Dorothy, além de ganhar repercussão nacional e internacional, teve a característica de ter sido uma espécie de “*morte anunciada*”, uma morte onde os principais responsáveis ficaram comprovadamente identificados. Surgindo mais uma vez a pergunta “Quem julga?”, uma vez que o julgamento de um caso desse tipo, se julgado na localidade do Pará, continuava sujeito às influências do poder econômico do “latifúndio”. A senadora petista Ana Júlia Carepa do PT questionou esse fato:

“[a senadora lê a Carta aberta da Família Stang, publicada pelo jornal O Globo de 24 de Agosto de 2005, onde a família pede punição aos culpados](...) **Ficamos chocados e consternados ao ouvir, em 9 de junho, a decisão unânime do Tribunal de Justiça rejeitando a federalização do caso. Se esse não é o tipo de caso que merece chegar à esfera federal, não se sabe qual caso o seria, em vista do longo histórico de impunidade no Pará. Será que pode haver alguma dúvida de que o caso de Dorothy diz respeito ao abuso de direitos humanos?**

Trabalhadores Rurais de Xapuri, e foi eleito vereador pelo MDB local. Recebe então as primeiras ameaças de morte, por parte dos fazendeiros. Em 1980 foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional a pedido de fazendeiros da região, que procuraram envolvê-lo no assassinato de um capataz de fazenda, possivelmente relacionado ao assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Brasília, Wilson Sousa Pinheiro. Em 1981 Chico Mendes assume a direção do Sindicato de Xapuri, do qual foi presidente até sua morte. Após a desapropriação do Seringal Cachoeira, em Xapuri, propriedade de Darly Alves da Silva, agravam-se as ameaças de morte contra Chico Mendes que por várias vezes denuncia publicamente os nomes de seus prováveis responsáveis. Deixa claro às autoridades policiais e governamentais que corre risco de vida e que necessita de garantias. No 3º Congresso Nacional da CUT, volta a denunciar sua situação, similar à de vários outros líderes de trabalhadores rurais em todo o país. Atribui a responsabilidade pela violência à UDR. Em 22 de dezembro de 1989, exatamente uma semana após completar 44 anos, Chico Mendes foi assassinado com tiros de escopeta no peito na porta dos fundos de sua casa, quando saía de casa para tomar banho. Chico anunciou que seria morto em função de sua intensa luta pela preservação da Amazônia e buscou proteção, mas autoridades e a imprensa não deram atenção. A justiça brasileira condenou os fazendeiros Darly Alves da Silva e Darcy Alves Ferreira, responsáveis por sua morte, a 19 anos de prisão, em dezembro de 1990. Darly fugiu em fevereiro de 1993 e escondeu-se num assentamento do INCRA, no interior do Pará, chegando mesmo a obter financiamento público do Banco da Amazônia, sob falsa identidade. Só foi recapturado em junho de 1996. A falsidade ideológica rendeu-lhe uma segunda condenação: mais dois anos e 14 meses de prisão. Em dezembro de 2007, na mesma semana em que o assassinato de Chico Mendes completava 19 anos, uma decisão da juíza Maha Kouzi Manasfi e Manasfi beneficiou o fazendeiro Darly Alves da Silva com a prisão domiciliar até março de 2008. endereço de consulta eletrônica: http://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Mendes acesso: 13/08/2008

⁹⁴⁹PINTO, L. F. O martírio de Dorothy. <http://www.piratininga.org.br/artigos/2005/62/lucioflaviopinto-dorothy.html>. Acesso em 04/04/2008.

Que provas o Pará nos ofereceu de que a justiça será feita? Que apoio o Governo do Pará está dando aos pobres e sem-terra? (...)⁹⁵⁰ [grifos nossos]

Também nos casos das chacinas coletivas, como Eldorado Carajás e mesmo Corumbiara, os culpados, apesar dos julgamentos judiciais, não foram punidos efetivamente. De várias notícias veiculadas por segmentos da mídia, constata-se rapidamente que o caminho dos processos judiciais de tais crimes é “longo”, “demorado” e efetivamente, não tem resultado em nada, no mais das vezes, são apenas válvulas de escape e “aparentes” para que se “*deixe o tempo passar*”. A cronologia seguinte, apresentada pelo MST, evidencia a constatação dessa “novela” jurídica “interminável” de “impunidade”:

Cronologia do processo dos envolvidos no Massacre de Eldorado de Carajás.

Junho de 1996 - Início do maior processo em número de réus da história criminal brasileira, envolvendo 155 policiais militares. **Em 10 anos, o processo ultrapassou as 10 mil** páginas. 16 de agosto de 1999 - **Primeira sessão do Tribunal do Júri** para julgamento dos réus em Belém, presidida pelo juiz Ronaldo Valle. Foram absolvidos três oficiais julgados - coronel Mário Colares Pantoja, major José Maria Pereira de Oliveira e capitão Raimundo José Almendra Lameira. Foram três dias de sessão com cerceamento dos poderes da acusação, impedimento da utilização em plenário de documentos juntados no prazo legal, permissão de manifestações públicas de jurados criticando a tese da acusação e defendendo pontos de vista apresentados pela defesa.

Abril de 2000 - O Tribunal de Justiça do Estado do Pará determinou a anulação do julgamento, decisão mantida em um segundo julgamento, em outubro de 2000. Antevendo a anulação do julgamento, o juiz Ronaldo Valle solicitou o afastamento do caso. **Dos 18 juízes criminais da Comarca de Belém, 17 informaram ao Presidente do Tribunal de Justiça que não aceitariam presidir o julgamento**, alegando, na maioria dos casos, simpatia pelos policiais militares e aversão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e aos trabalhadores rurais.

Abril de 2001 - Nomeada uma nova juíza para o caso, Eva do Amaral Coelho, que designou o dia 18 de junho de 2001 como data para o novo julgamento dos três oficiais. Alguns dias antes do início da sessão, a juíza determinou a retirada do processo da principal prova da acusação, um minucioso parecer técnico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com imagens digitais que comprovavam que os responsáveis pelos primeiros disparos foram os policiais militares. O MST reagiu e a juíza reviu sua posição, **suspendendo o julgamento** sem marcar nova data.

14 de maio a 10 de junho de 2002 - O julgamento foi retomado. Após cinco sessões, entre os 144 acusados julgados, 142 foram absolvidos (soldados e 1 oficial) e dois condenados (coronel Pantoja e major Oliveira), com o benefício de recorrer da decisão em liberdade. Em decorrência dos benefícios estendidos aos dois únicos condenados, as testemunhas de acusação não compareceram mais ao julgamento, em função de ameaças de morte e por não acreditar na seriedade do julgamento. Durante vinte dias, jornais do Estado do Pará publicaram detalhes sobre intimidações e ameaças de morte que estariam recebendo as principais testemunhas da acusação, principalmente Raimundo Araújo dos Anjos e Valderes Tavares. Nada foi feito em relação à proteção e salvaguarda de tais testemunhas. O MST não aceitou participar de um julgamento onde não estivessem sequer garantidas a segurança e a tranquilidade das pessoas fundamentais para a acusação.

⁹⁵⁰Trecho do pronunciamento da senadora Ana Júlia Carepa do PT/PA, em 25/08/2005. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Novembro de 2004 - A 2ª Câmara do Tribunal de Justiça do Pará julga numa só sessão todos os recursos da defesa e da acusação e mantém a decisão dos dois julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri, absolvendo os 142 policiais militares e condenando o coronel Pantoja (228 anos de prisão) e o major Oliveira (154 anos de prisão).

22 de setembro de 2005 – O coronel Pantoja é posto em liberdade por decisão do Supremo Tribunal Federal.

13 de outubro de 2005 – O major Oliveira é posto em liberdade por decisão do Supremo Tribunal Federal.

2006 - Depois de dois anos, aguarda-se o julgamento do recurso especial apresentado ao Superior Tribunal de Justiça e posteriormente do recurso extraordinário apresentado ao Supremo Tribunal Federal.⁹⁵¹ [grifos nossos]

Tal postergação ocorreu também em relação ao Massacre de Corumbiara, em que os julgamentos “*acabaram dando em nada*” e mais, foram denunciados como “farsa”, pois, com a intenção de esconder os crimes dos policiais militares, acusaram-se os trabalhadores pela morte de seus próprios companheiros:

“(…) 23 de setembro de 1996 - o procurador de justiça, José Viana Alves, apresentou denúncia contra 26 pessoas responsabilizando-as pelas mortes ocorridas durante o ataque na madrugada de 9 de agosto. A denúncia foi aceita pelo juiz Glodner Luiz Pauletto, o mesmo autor da liminar de reintegração da fazenda Santa Elina. **Entre os absurdos pronunciados pelo procurador estava o de acusar três acampados pela morte de 11 pessoas, inclusive de seus próprios companheiros. (...) Somente quatro anos após os dramáticos acontecimentos é que ocorreu o julgamento pela Justiça. Em Porto Velho, de 14 de agosto a 6 de setembro de 2000, onde foi possível testemunhar a condenação de Cícero Pereira Leite e Claudemir Gilberto Ramos, mesmo sem provas nos autos, e ver os oficiais que comandaram aquela ação repressiva saírem livres e festejados como heróis.** Nada se falou sobre as torturas sistemáticas sofridas pelos camponeses aprisionados naquele 9 de agosto porque o procurador alegou falta de provas. O fazendeiro Antenor Duarte e seu capataz, José Paulo Monteiro não foram sequer julgados, apesar de sua ostensiva participação em toda a empreitada. O próprio inquérito tem depoimentos que comprovam a presença de jagunços e a sua ingerência em todos os acontecimentos. A justiça cobrou, diretamente, a morte dos dois policiais e outros três homens, dois camponeses e um outro homem não identificado. Quanto à morte dos outros cinco camponeses, inclusive da pequena Vanessa, a Justiça entendeu que não tinha provas e que não podia imputar a responsabilidade a ninguém, porque as mortes aconteceram no “fogo cruzado” (!). Mas **o mesmo juiz imputou aos dois camponeses, a responsabilidade pela morte dos dois policiais** que também morreram sob o mesmo “fogo cruzado”.

Para o julgamento no tribunal do júri de Porto Velho, um grande aparato de segurança foi montado pelo Estado, com policiais federais dentro do tribunal, enquanto grande contingente da polícia militar circulava e fazia manobras ostensivas, principalmente nas proximidades. Os responsáveis diretos pelo massacre (Antenor Duarte e Valdir Raupp), da mesma forma, não foram julgados, apenas os oficiais José Hélio Cysneiros Pachá, Mauro Ronaldo Flores Correia e Vitório Regis Mena Mendes sentaram no banco dos réus, mas destes somente o último foi “condenado” e responde em liberdade. O então capitão Vitório Regis Mena Mendes, hoje major, foi o único militar que compareceu ao júri vestido de farda (e de gala), contrariando a ordem da juíza. Ele esteve envolvido na questão desde o começo, indo até à sede da Santa Elina, andando com o filho do Sr. Hélio Pereira de Moraes, no veículo de Antenor Duarte, para fazer “diligências” na área, além de sobrevoar o acampamento em avião cedido pelos latifundiários. Outros dois soldados foram condenados,

⁹⁵¹Até quando? Atualização da página em 15/04/2008. Endereço Eletrônico: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5210>. Acesso em 20/05/2008 e 06/08/2008.

mas também cumprem a pena em liberdade. (...) O cronograma do júri, divulgado anteriormente na Internet, citava vários camponeses como testemunhas, mas eles não foram convocados. Os testemunhos foram dos próprios policiais, o preso Percílio, ex-vereador de Corumbiara, contratante dos pistoleiros que assassinaram Nelinho, um motorista da fazenda e um deputado estadual. Muitos dos jurados não tiveram conhecimento dos autos e fizeram seu juízo ouvindo os promotores, os advogados e as testemunhas. Assim prevaleceu a versão da polícia (...)⁹⁵²

No caso Corumbiara, teve bastante repercussão midiática a atuação do promotor Tarcísio Leite de Matos, que, na única sessão que participou, causou “revolta” aos movimentos populares e “constrangimento” ao próprio Tribunal de Justiça do estado, pois que a imprensa divulgou amplamente sua frase: “*Ou o Brasil acaba com os sem terra ou os sem terra acabam com o Brasil*”. Este foi apenas um dos argumentos proferidos pelo promotor que usou o plenário como instrumento para criminalizar os camponeses e, em contrapartida, inocentar os policiais e todas as suas ações. O referido promotor pediu absolvição dos mesmos e exigiu veementemente a condenação dos camponeses que só estariam no banco dos réus no dia 25⁹⁵³.

No caso Corumbiara, o Superior Tribunal de Justiça indeferiu Recurso Especial⁹⁵⁴ interposto pelos advogados de defesa dos dois trabalhadores sem terra acusados de terem matado os próprios companheiros. O resultado final é que o processo judicial - "caso Corumbiara" - transitou em julgado em 15/05/2005, ou seja, a justiça tratou como igual o que é muito diferente, transferindo para as “vítimas” a responsabilidade pelo massacre.

A “omissão” do Poder Judiciário fica estampada nos diversos casos citados anteriormente. A falta de punição a réus confessos, a anulação de julgamentos são denúncias constantes realizadas nas cobranças que os grupos e movimentos de defesa da vida e dos direitos humanos realizam na mídia. Os crimes de pistolagem, torturas, ameaças, despejo de famílias inteiras e mesmo o de mortes de trabalhadores (como as chacinhas de Eldorado Carajás e mesmo Corumbiara que são ditas “emblemáticas”) não são julgadas pelo poder que assim deveria de fato julgar, o poder judiciário. A maioria

⁹⁵²“A farsa do Julgamento”. Liga dos Camponeses de Rondônia. <http://www.anovademocracia.com.br/index.php/Viva-os-10-anos-da-resistencia/camponesa-em-Corumbiara/Page-2.html>. Acesso: 06/08/2008

⁹⁵³Idem.

⁹⁵⁴RE no RECURSO ESPECIAL Nº 576.062 - RO (2003/0117234-2). Documento: 1674386 - Decisão - DJ: 11/03/2005 O julgamento de Corumbiara. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/336812.shtml>. Acesso: 06/08/2008

de todos esses processos fica empoeirando nas gavetas, e aqui, serve-se muito bem do argumento da “morosidade da justiça”, argumento este que faz com que os casos prescrevam⁹⁵⁵ e não possam tecnicamente ser mais julgados depois de certo lapso de tempo. Dessa forma, o argumento da “*morosidade da justiça*” (no mais das vezes proposital) e a conseqüente “prescrição de causas” acaba beneficiando ainda mais as pessoas que deveriam ser punidas, mas que sabem que depois de “um certo tempo” tudo voltará ao “normal”, tudo será “esquecido” e que “nada lhes acontecerá”.

Ademais, o argumento da “*morosidade da justiça*” é também bem estratégico, pois, diferentemente do julgamento de José Rainha (2000) em que havia interesses de “retirá-lo de circulação” o mais depressa possível, o julgamento do Caso Eldorado de Carajás não deslanchou. O senador da oposição Ademir Andrade indagou em seu pronunciamento a pergunta repetida exaustivamente desde 1996, ano de ocorrência da chacina: “*Quem vai julgar?*”? “*A quem julgar?*”. O senador narrou em suas denúncias as dificuldades de se encontrar um juiz que quisesse presidir o caso. E argumentou: “*há expectativas de que ninguém(juiz) queira presidir o caso, ninguém vai aceitar essa missão difícil, até injusta. Se de antemão, os maiores responsáveis pelo massacre foram eximidos de culpa, como julgar-se os que tiveram que obedecer ordens?*”:

“[refere-se ao julgamento dos responsáveis pelo Massacre de Eldorado Carajás ocorrido em 17/04/1996]: (...) **Quem vai julgar? E a quem julgar?** (...) esse julgamento teve início no ano passado e os primeiros intergrantes da Corporação da Polícia Militar a serem julgados foram absolvidos no 1º julgamento. (...) o julgamento seria feito por partes, porque envolve 150 policiais militares (...) a promotoria entrou com um recurso para que esse julgamento fosse anulado. E foi. (...) **Agora o Tribunal de Justiça do Pará se encontra diante da dificuldade de não conseguir um juiz para presidir esse julgamento** (...) Por quê? Talvez por uma dificuldade, por erro de base do próprio poder judiciário, pois **vivemos um fato inédito e estamos diante de uma situação extremamente difícil para o poder judiciário.** [o senador faz um retrospecto do caso] (...) na verdade, analisando os fatos, conclui-se que esses juízes têm até razão, porque **a quem eles devem julgar?** Os principais responsáveis: o governador do estado, o secretário e o comandante da polícia militar foram isentados de culpa e não fazem parte do julgamento. Já houve um primeiro julgamento e já foram absolvidos os comandantes (...). **Vejam como funciona a justiça em nosso país!** (...) fica difícil presidir um julgamento que culpará os menos culpados, condenar aqueles que, na realidade são os menos responsáveis por tudo o que aconteceu (...) aqueles que recebem ordens, que ganham menos (...) **é absolutamente injusto julgar quem obedeceu as ordens**, mesmos que estes tenham evidentemente cometido excessos. E quem dá uma ordem desse tipo tem que prever a dimensão a ser alcançada por

⁹⁵⁵Prescrição exprime a idéia, na significação jurídica atual, do modo pelo qual o direito se extingue, em vista do não exercício dele, por certo lapso de tempo.

um conflito como esse – no caso, o governador. Ele tem a obrigação de perceber o que pode acontecer num conflito como esse (...)”⁹⁵⁶

Pelo episódio ocorrido e pelas manifestações populares reiteradas, 17 de Abril ficou marcado como o Dia Internacional das Lutas Camponesas contra a Impunidade. E assim, as denúncias de violência no campo são constantes, principalmente no se refere à oposição parlamentar (basicamente o PT de 1995-2003):

“(...) **confitos estão ocorrendo** no Paraná: casos de trabalhadores que estão sendo torturados(...)”⁹⁵⁷

“(...) ontem **mais um assassinato se verificou no Pará**: Euclides Francisco de Paula, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraupabas e membro da FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Pará (...)”⁹⁵⁸

“(...) **relatos de torturas de camponeses acampados** em fazendas de Querência do Norte do Paraná (...)”⁹⁵⁹ [grifos nossos]

Essas são apenas algumas das denúncias de violência que são divulgadas e chegam à mídia e mesmo ao Congresso, através das informações recebidas pelos parlamentares nos diversos estados brasileiros. Quantos assassinatos e mortes não são/foram divulgados, nem registrados e não marcam os números das estatísticas?:

“(...) ocorreu 8 mortes em **Jacilândia** [Jacilândia fica distante 38 quilômetros da cidade de Buritis, Estado de Rondônia] (...) **a Imprensa não registrou o fato. Infelizmente nesse país, o que a Imprensa não registra, não existe. Então sucumbe-se na ignorância e na inexistência, como se nada tivesse acontecido** (...) Sr. Presidente, **é difícil defender só com palavras a vida, sobretudo quando é essa que se vê, como diria João Cabral de Melo Neto** (...)”⁹⁶⁰ [grifos nossos]

Esses são apenas alguns exemplos das inúmeras denúncias ocorridas diariamente no Parlamento brasileiro, ou seja, quer diretamente, quer através de seus assessores, os políticos estão sempre muito bem informados da realidade brasileira, dos problemas que afligem cotidianamente nosso país. Entretanto, informação não é “ação”. E no governo

⁹⁵⁶Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade, do PSB/PA, em 13/04/2000. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁵⁷Denúncia no pronunciamento do senador Jose Eduardo Dutra do PT/SE, em 07/05/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁵⁸Denúncia no pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 21/05/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁵⁹Denúncia no pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 24/06/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁶⁰Denúncia no pronunciamento do senador Amir Lando do PMDB/RO, em 01/08/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Lula as questões não foram assim tão distintas. Como na Chacina que ocorreu em Felisburgo - Minas Gerais (2004), quando 18 homens entraram no acampamento “Terra Prometida”, no Vale do Jequitinhonha, em 20 de novembro de 2004, mataram cinco trabalhadores sem terra e deixaram aproximadamente vinte pessoas feridas. No debate, os mesmos argumentos de que a *“justiça brasileira é um imbróglio”*, *“temos que encontrar os culpados”*, *“vivemos numa terra de faz de contas, onde muito se discute e pouco ou quase nada é feito”*, *“igual ao tempo de FHC”*, *“o governo não faz nada”*, *“os protestos são feitos para chamar a atenção do governo”*, *“não adianta dar a terra, é preciso fazer política agrícola nesse país”*, *“é o sangue dos brasileiros que está sendo derramado”*, tudo está *“igual ao tempo de FHC”*, *“de quem é culpa?”*, *“vivemos numa terra de faz de contas, onde muito se discute e pouco ou quase nada é feito”*, *“até agora o início da reforma agrária ainda não saiu”*, *“não podemos continuar permitindo massacres e chacinas desse tipo e também um judiciário moroso que não se pronuncia”*⁹⁶¹.

O fazendeiro Adriano Chafic Luedy, acusado de mandante da chacina de Felisburgo também não foi julgado [até hoje]⁹⁶². Os pronunciamentos do governo Lula trazem argumentos interessantes no debate governo/oposição, qual seja a comparação oportuna entre FHC e Lula. Embora os agentes sejam diferentes, pois a configuração do Congresso também o seja, é muito interessante perceber os continuísmos que persistem para problemas idênticos e que permitem, inclusive, as rememorações de vários senadores que se utilizam dos argumentos passados, ou para ataques, ou para comentários de ironia comparativa, como é o exemplo do senador Luis Eduardo Azeredo do PSDB que responde à senadora petista que *“quando havia delongas no*

⁹⁶¹Trecho do pronunciamento da senadora Serys Slhessarenko, do PT/MT, em 22/11/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁶²O fazendeiro Adriano Chafic Luedy, mandante da chacina que matou cinco trabalhadores rurais sem terra e feriu gravemente outros doze. Em novembro de 2004, na fazenda Nova Alegria, em Felisburgo, Minas Gerais, irá a júri popular. O mandante e também autor dos crimes teve sua prisão decretada por duas vezes conseguindo, nas duas ocasiões, a liberdade através do Superior Tribunal de Justiça. Em novembro de 2005 Chafic apresentou um Recurso em Sentido Estrito ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais tentando ser eximido de um julgamento pelo Tribunal do Júri. Porém, no dia 3 de outubro a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por unanimidade, negou provimento ao recurso do fazendeiro. As entidades que acompanham o caso, agora pedem o desaforamento do julgamento para que ele seja verdadeiramente imparcial já que o réu possui uma forte influência política e econômica na região do Vale do Jequitinhonha. Dados CPT, notícias: 10/10/2006 – 08:26 h. Endereço eletrônico de consulta: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1660&eid=8>. Acesso: 06/04/2008.

governo passado em relação aos assentamentos, o PT dizia que era por “falta de vontade política” e que, agora, estão percebendo que a causa não era bem essa, pois a questão é “realmente complexa” e finaliza que, no seu ponto de vista “hoje os resultados são piores que os de antes”⁹⁶³. Óbvio que “agora”, como oposição, estrategicamente, a tática é o argumento do descrédito de qualquer realização petista, como o recorte abaixo do senador Arthur Virgílio, em que este percebe as mortes dos trabalhadores simplesmente preocupado com a “repercussão negativa ao agronegócio” e defende os tempos de FHC, não aceitando de forma alguma a expressão “herança maldita” que lhe foi dado:

“(…) as notícias que as mortes de sem-terra criam agora não será bom para o carro chefe das exportações brasileiras que é o agronegócio (…)

(…)Alguns são extragoverno, hoje pesando menos sobre nós, até porque, entre as heranças “malditas” legadas pelo Governo passado a este Governo - estou a usar aspas na palavra maldita, até porque é preciso se execrar mesmo essa formulação medíocre e mesquinha que foi proposta, em algum momento, pelo ufanismo de um Governo que imaginava reinar por sobre a realidade fazendo o papel de Alice no País das Maravilhas – (…) O Pallocci tem errado no varejo e acertado na atacado (…)⁹⁶⁴[grifos nossos]

Todos os questionamentos acima são bastante pertinentes em seus conteúdos ao mencionar o problema de “quem vai julgar” e “julgar a quem”. O conteúdo nos remete a indagações sobre a impossibilidade de determinados julgamentos e expõe as mazelas de um Poder Judiciário comprometido em muito com os desmandos dos outros dois poderes ou limitado pela atuação destes.

Segundo Hanna Arendt, um julgamento parece uma peça de teatro, porque ambos começam e terminam com o autor do ato, não com a vítima. Um julgamento espetáculo, mais ainda que um julgamento comum, precisa de um roteiro limitado e bem definido daquilo que foi feito e de como foi feito. No centro de um julgamento só pode estar aquele que fez algo – nesse sentido é que o processo é comparável a uma peça de teatro -, e se ele sofre, deve sofrer pelo que fez, não pelo que os outros

⁹⁶³ Aparte do senador Eduardo Azeredo ao pronunciamento da senadora Serys Slhessarenko, do PT/MT, em 22/11/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁶⁴ Trecho do pronunciamento do senador Arthur Virgílio do PSDB/AM, em 03/08/2004. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

sofreram⁹⁶⁵. Como haver padrão comparativo a um crime onde as autoridades que agiram não são responsabilizadas por estas ações, e tais ações (ou ordens) não são vistas como passíveis de responsabilização em virtude dos cargos que ocupam? Nos dizeres da narração jornalística de Eric Nepomuceno, o que ocorreu em Eldorado foi “*um massacre típico: uso de força policial desnecessária, imobilização das vítimas seguida de execução sumária, (...) a polícia matou quem quis e do jeito que quis*”⁹⁶⁶.

Por outro lado, será possível “desculpar” ou não responsabilizar agentes militares investidos em seus cargos pelo argumento de que “estavam cumprindo ordens”? A lei também é escudo para escusas do direito (ou da faculdade/dever) de agir? O cumprir ordens é também obedecer a lei. A lei deve ser cumprida quando está em jogo a vida, a honra, a dignidade humana pessoal ou alheia? Para Arendt, os deveres de um cidadão respeitador das leis encontra-se no imperativo categórico kantiano de que todo homem é um legislador no momento em que começa a agir: usando a razão prática o homem encontra os princípios que poderiam ou deveriam ser os princípios da lei. Portanto, ser respeitador das leis significa não apenas obedecer às leis, mas agir como se fôssemos legisladores da lei que obedecemos. Daí a convicção de que é preciso ir além do chamado do dever⁹⁶⁷. Tais acontecimentos, não só Eldorado, mas chacinas como Corumbiara, Felisburgo e outras que acontecem constantemente por todo país, nos remetem a essa questão do soldado que, agindo dentro de um quadro legal normativo, se recusa a executar ordens que contrariam a sua experiencia normal de legalidade e que podem ser reconhecidas como criminosas. A extensa literatura sobre o assunto geralmente baseia suas afirmações no sentido comum equívoco da palavra “lei”, que neste contexto significa, às vezes, a “lei” local, a “lei” positiva, a “lei” constituída. Em termos práticos, porém, para serem desobedecidas, as ordens têm de ser ‘manifestamente ilegais’, e a ilegalidade tem de “pairar como uma bandeira negra acima [delas] como um aviso de “proibido!”⁹⁶⁸. E num caso como o de Eldorado, em que soldados continuaram inclusive circulando livremente pela região e sendo vistos e

⁹⁶⁵ARENDT, H. Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal. Trad. Jose Rubens Siqueira. 7ª reimp. São Paulo: Cia das Letras. 1999. p. 19

⁹⁶⁶NEPOMUCENO, E. O Massacre: Eldorado Carajás: uma história de impunidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. p.110 e 123.

⁹⁶⁷ARENDT, H. Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal. Trad. Jose Rubens Siqueira. 7ª reimp. São Paulo: Cia das Letras. 1999. p. 154

⁹⁶⁸Idem.. p. 166.

reconhecidos por diversos camponeses, esse aviso pairou manifestamente acima do que é normalmente uma “ordem legal” – por exemplo, não matar pessoas inocentes só porque são pobres, ou camponesas, ou excluídas – da mesma forma como paira sobre uma ordem criminosa em circunstâncias normais. Acreditar numa equívoca “voz da consciência” – ou na linguagem ainda mais vaga dos juristas, num sentimento geral de humanidade, é não só fugir da questão, como significa uma recusa deliberada em perceber os fenômenos morais, legais e políticos mais importantes de nosso século, em como estamos utilizando esse instrumento que chamamos de “lei”. Não podemos deixar de discutir, refletir, questionar, procurar compreender que esse instrumento que se chama “lei” tem servido muito eficientemente para dar a toda a coisa a sua “aparência” de legalidade. Podemos usar a “lei” como desculpa para matar os “excluídos” sociais? O absurdo reside exatamente nesse ponto, pois, a justiça não deveria servir para proteger direitos? O judiciário não deveria existir para julgar? Pode se escolher o que julgar, dizendo: “esse caso julga, esse outro não?” Onde fica a máxima constitucional da regra do próprio jogo que menciona que *“a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”*⁹⁶⁹? Ao se agilizar para julgar um “José Rainha” e retardar-se para evitar julgar um Eldorado Carajás, o poder judiciário usa dois pesos e duas medidas, o que comprova que o Estado não é assim tão “democrático” e que a balança obviamente pende mais para um lado em detrimento do outro. Do contrário não estamos jogando o mesmo jogo.

O fato ocorrido em Eldorado Carajás, Corumbiara ou Felisburgo [de proporções mais vultosas] evidenciam a falta de comparação, de significados valorativos atribuídos pela legislação à vida humana, demonstrando que ao deixarem de ser julgados, ao serem protelados, o Estado coaduna com o extermínio, *“ao tornar-se possível, o impossível passa a ser o mal absoluto, impunível, imperdoável, que já não pode ser compreendido nem explicado pelos motivos malignos do egoísmo, da ganância, da cobiça, do ressentimento, do desejo de poder e da covardia”*⁹⁷⁰ Talvez nesse contexto, a frase do parlamentar assumia sentido quando afirma que Eldorado *“são essas tragédias que não*

⁹⁶⁹BRASIL, Constituição Federal de 1988. Artigo 5º, XXXV.

⁹⁷⁰ARENDT, H. Origens do Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. p 510.

se explicam, são esses fatos lamentáveis que acontecem num segundo e se tornam realmente algo que aterroriza a todos pelas proporções”⁹⁷¹

Tal comparação se nos afigura nas sociedades contemporâneas, onde os genocídios em massa não são mais considerados em si mesmo como crimes, onde o mal é banalizado e cria-se aos olhos dos expectadores uma indiferença moral ao que de fato acontece “aos outros”, acontece “lá longe”, acontece “aos pobres”.

Eldorado (1997), Corumbiara (1995), Felisburgo (2004) e tantos outros, são exemplos de que a solução estatal para o problema das grandes massas é considerar que as mesmas são supérfluas, descartáveis, e o não julgamento em casos como estes legitima um Estado que autoriza a matança como solução final, a exemplo do que ocorreu historicamente nos regimes totalitários. Nisto se traduziu o alerta da filósofa ao pensar que *“soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários, e ressurgirá sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social ou econômica de um modo digno do homem”*⁹⁷².

Os casos analisados são exemplos dessa solução estatal. Pessoas são barbaramente assassinadas e não há julgamento para esses tipos de crimes, o tempo passa e o mal passa a ser banalizado, quase que legitimado a ocorrer mais e mais vezes, como de fato ocorreu na Chacina de Felisburgo em MG (2004), como ocorreu com a morte de padres, sindicalistas, ambientalistas e autoridades defensoras dos direitos dos sem terra, como ocorreu com a missionária Dorothy Stang em Anapu em 2005, como se pudéssemos ampliar profeticamente ao futuro, de que “virá”⁹⁷³ a ocorrer, uma vez que muitas dessas lideranças de apoio à causa da Reforma Agrária já estão “juradas de morte”. Nos casos da violência no campo, o que é mais evidente é que, os que praticam tais violências tem a certeza da “impunidade”.

“Impunidade” essa que aparece, dentro de nossas fontes principais, reiterada e repetida vezes, ano após ano, em diversas denúncias parlamentares, “re-lembrando” que

⁹⁷¹Trecho do pronunciamento do senador Lúcio Alcântara do PSDB/CE, em 19/04/1996. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁷²ARENDT, H. Origens do Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. p. 511.

⁹⁷³Vídeo intitulado: Nas terras do Bem Virá. Direção: Alexandre Rampazzo, produção: Tatiana Palastri. Eclipse Produções. 2007. Discutido na Universidade Federal de Uberlândia, em 14/11/2007, no Projeto Filosofando Agora.

“o processo judicial nunca foi concluído”, que “ninguém foi punido”, que “a violência no campo continua ocorrendo”:

“[Carlos Bezerra do PMDB/MT] (...) morte de mais um sem terra... líder do Movimento, Teodomiro” (...)

[Eduardo Suplicy]: (...) o sentimento de impunidade continua após dois anos de Massacre de Eldorado Carajás (...)”⁹⁷⁴ [grifos nossos]

“(...) é com grande pesar que vejo a chacina de Eldorado Carajás completar 2 anos. (...) até agora ninguém foi punido. (...) . Uma verdadeira guerra onde a luta é desigual. São latifundiários, pistoleiros e policiais armados contra homens, mulheres e crianças famintos lutando por um pedaço de terra pra plantar arroz, feijão com dignidade. Quando teremos punições? [em homenagem conclui com dois trechos de João Cabral de Melo Neto e Patativa do Assaré]”⁹⁷⁵ [grifos nossos]

“(...) solicito a apuração do assassinato do fotógrafo Miguel Pereira de Melo, ocorrido na quinta feira dia 05/11/1998, no Município de Marabá – Pará (...) ele foi o 1º a fotografar as vítimas do massacre dos 19 trabalhadores rurais, ocorrido em 17 de Abril de 1996 (...) é inadmissível que transcorridos 2 anos e sete meses do massacre de Eldorado Carajás ainda não tenha sido feita justiça (...)”⁹⁷⁶ [grifos nossos]

“(...) três anos após a chacina de Eldorado Carajás (...) Impunidade: criminalização dos sem terra e ação policial não resolvem os problemas agrários do país. pessoas ainda estão morrendo (...) o governo maqueia números, falta decisão política (...) o governo é covarde frente ao capital estrangeiro (...)”⁹⁷⁷ [grifos nossos]

“(...) [julgamento de Eldorado Carajás – trechos de depoimentos das vítimas] (...) A justiça absolveu três oficiais que comandavam a operação. Critica o julgamento realizado – critica a posição vergonhosa assumida pelo juiz (...) [aparte do senador Geraldo Cândido do PT/SP]: (...) não há democracia nesse país (...) a justiça é cega [para assistir ao julgamento foram distribuídos somente 12 credenciais] (...)”⁹⁷⁸ [grifos nossos]

“(...) [indignação com a absolvição de 3 três oficiais que comandavam a operação] não foram para o banco dos réus as pessoas que deram a ordem (...) será que o Brasil vai assistir a Impunidade mais uma vez? (...)”⁹⁷⁹ [grifos nossos]

“(...) cinco anos após o massacre de Eldorado Carajás [faz o retrospecto do caso] as altas autoridades foram excluídas de julgamento, o tempo vai passando e não

⁹⁷⁴Fragmento do pronunciamento do senador Carlos Bezerra, do PMDB/MT, em 05/03/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁷⁵Fragmento do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 16/04/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁷⁶Fragmento do pronunciamento do senador Eduardo Suplicy, do PT/SP, em 10/11/1998. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁷⁷Fragmento do pronunciamento da senadora Heloisa Helena, do PT/AL, em 16/04/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁷⁸Críticas realizadas no pronunciamento da senadora Heloisa Helena do PT/AL, em 19/08/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁷⁹Críticas realizadas no pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 19/08/1999. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

se pune ninguém, é claro que como todo ser humano, precisam ter o legítimo direito de se defender, mas a defesa não pode ser um impedimento do processo de julgamento (...) ocorre inúmeros adiamentos, complicações burocráticas que estão a retardar o julgamento dos respectivos responsáveis e a apuração dos fatos. (...) se tudo chegou a esse ponto é consequência da Impunidade e da falta de ação governamental (...)”⁹⁸⁰ [grifos nossos]

“(...) **Ano de 2006:** Em uma década, três grandes julgamentos foram realizados. O primeiro foi anulado. O último condenou os dois principais comandantes da polícia na operação naquele dia. Foi o Major José Maria Pereira de Oliveira e o Coronel Mário Colares Pantoja. **Mas não estão presos. Aguardam julgamento do recurso em liberdade.** Para alguns poucos, essa palavra se traduz em impunidade e lentidão da Justiça. Para muitos, milhares ou milhões que vivem no campo, são palavras desconhecidas (...)”⁹⁸¹ [grifos nossos]

Sempre que acontece esse tipo de tragédia no país, tanto quanto nos exemplos de Eldorado Carajás, Corumbiara ou Felisburgo [chacinas coletivas], quanto no exemplo de Dorothy Stang [individual] e tantos outros, evidencia-se as perguntas de “Quem Julga?”, “Onde está o poder Judiciário nessa hora?”, “Quem são os culpados?”.

Em suma, ao “não julgar”, ou a julgar com “parcialidade”, o Estado tem atuado cada vez mais como uma máquina de preservação de interesses de grupos privados, nesse particular, a serviço dos “latifundiários” e ao se recusar a punir e a julgar, tarefa precípua do poder judiciário, tem minimizado sua responsabilidade enquanto Estado para todos, livrando fazendeiros que apostam na sua impunidade perante o “mal” realizado, e condenando lideranças de Movimentos Sociais como “criminosos” e “bandidos”, num jogo de empurra-empurra que se questiona sempre “*de quem é culpa*” pelo fato de não se realizar reforma agrária nesse país. Saber de “quem é a culpa” é um argumento forte daqueles que estão a favor do MST, e é um argumento que produz todo um efeito no interior do debate, exercendo pressão sobre a atuação dos agentes estatais, evidenciando as “mazelas”, a “ausência”, as “lacunas” e as “falhas” do Estado. Esse é o beco. Não só o beco da morte, mas o beco do limite extremo de inoperância do Estado que se diz “Democrático” e de “direito”, mas que trata de forma “igual” aqueles que são “desiguais”, que possui uma justiça com “dois pesos e duas medidas”, que procura criminalizar através das “leis” (e várias vezes consegue!), a ação de lideranças dos

⁹⁸⁰Trecho do pronunciamento do senador Ademir Andrade do PSB/PA, em 17/04/2001. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

⁹⁸¹Trecho do pronunciamento do senador Sibá Machado, do PT/AC, em 17/04/2006. Anais do Senado Federal disponibilizado na Internet no endereço <http://www.senadofederal.gov.br>

Movimentos Sociais de Luta pela Terra, nesse “tortuoso” LABIRINTO pela realização do que ainda se luta por definir nesse país como “reforma agrária”.

Considerações Finais:

Ao longo deste trabalho, percorremos algumas pistas que nos possibilitaram compreender a existência de uma estreita relação entre “direito”, “lei” e “justiça”. Ao trabalharmos com a metáfora do **LABIRINTO** analisamos a forma como os debates parlamentares e judiciais engendram o jogo político de aprovação de uma dada legislação, a forma como a “lei” é aplicada (ou não!) e o resultado que desvela os embates e lutas em jogo em qualquer exercício de poder. Percebemos que as noções de “direito” e “justiça”, muitas vezes, aparecem divorciadas da realidade social e mesmo das prescrições legais.

Trabalhando com fontes processuais e com os debates do Parlamento, no período de 1995-2006, analisamos os Governos do presidente Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. E, em ambos os casos, verificamos que a Reforma Agrária aparece sempre como uma “*tarefa inacabada*”. Utilizando como chave metodológica de leitura a Retórica foi possível entender a constituição aristotélica dos gêneros deliberativo, judiciário e demonstrativo, destinados a debater sobre o destino das cidades, a aplicação do “bom”, do “justo”, do “ético”, do “conveniente”. Assim sendo, o Senado Federal é uma arena de tensões múltiplas com interesses econômicos, políticos e sociais os mais diversos possíveis. A retórica então, se constitui numa arma de guerra que visa persuadir, convencer e mesmo despertar os sentimentos políticos dos grupos que disputam o poder entre si e da opinião pública a quem os discursos são orientados em última instância, através de um uso midiático complexo e intencional.

No debate sobre reforma agrária foi possível encontrar que a defesa da propriedade privada é fervorosamente defendido quanto também criticada por mentes e argumentos igualmente poderosos. Assim sendo, ambos os lados, tanto de defesa, quanto acusação ao MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra usam de argumentos que propugnam pela “*conceitualização e definição do que seja Reforma Agrária*”, “*culpabilização do INCRA*” pela “*inoperância da máquina administrativa*”, “*falhas no modelo do Estado Capitalista*”, necessidade de saber “*quem são e quantos*

são os sem terra”, crítica aos “*métodos de luta do Movimento*”, “*promessas não cumpridas*” por parte de ambos os presidentes, necessidade de “*separar o joio do trigo*”, “*mau*” funcionamento do judiciário que não aplica a “*justiça*” aos conflitos ocorridos no campo e permite a “*impunidade*”. Tais tópicos são os argumentos centrais que permitem os debates parlamentares e vão se refletir nas votações, negociações e estabelecimento de “*leis*” que permitam a regulação da matéria agrária.

Ao analisarmos a realidade infra-estrutural das normas e do funcionamento do campo parlamentar e judiciário, buscamos respostas para algumas perguntas que consideramos tão difíceis quanto importantes: onde está a “*justiça*”? O que seria uma decisão “*justa*”? Percebemos que a “*justiça*” não passa necessariamente pela “*lei*” ou pela norma positivada. Essa legislação que aparece como vontade suprema de um legislador neutro tem somente uma aparência de neutralidade que, em realidade, não existe. Por detrás da formação do ordenamento jurídico existem grupos e agentes com interesses os mais diversos possíveis: interesses de classes, econômicos e políticos. Portanto, fugindo de um positivismo legalista, constatamos que as leis não são verdades encarnadas, nem vontade suprema dos deuses. Isto é, nem tudo que é legal é justo e o mito da legalidade nasce de uma dificuldade prática e de uma impotência da sociedade de realmente “*fazer justiça*”.

Partindo de uma problemática central que indagou sobre as questões jurídico-políticas, presentes no imaginário social dos diversos legisladores e agentes operadores do direito e que atuaram nos processos e discussões aqui estudados, foi possível constatar que todos esses agentes possuíam formações distintas, cargos diferenciados, fazendo com que a articulação dos meandros das “*leis*” mobilizasse conhecimentos técnicos específicos, influências diversas e poderes econômicos e políticos. Através da atuação desses agentes, os discursos são elaborados com finalidades distintas, criando os sentidos e os significados que permitem uma gama variada de possibilidades interpretativas do texto da “*lei*”. São esses sentidos variados que formam as noções do que os agentes entendem por “*justiça*”. A retórica, nesse particular contexto, é um elemento primordial nessa tarefa de determinação e conceituação do que seja o “*justo*” e o “*injusto*”, o “*legal*” e o “*legítimo*”, comportamento “*honroso*” e o “*criminoso*”.

Pensando no “*Direito*” como uma prática argumentativa, verificamos que nos embates entre legisladores e mesmo aplicadores do direito, a elaboração do que seja

“justo” e do que seja “justiça” é um elemento crucial para a teoria legal do direito (enquanto ciência) e tais implicações se encontram no campo do político. O jurídico pode assumir, desta forma, o sentido do “jogo”, já mencionado em outro trabalho. Assim, há pelo menos sempre dois lados opostos os quais, neste trabalho, aparecem nas figuras dos “Trabalhadores Sem Terra” e do “Latifundiário”.

O **LABIRINTO** necessita ser percorrido, o tempo é um fator crucial para que se chegue aos objetivos almejados. Nesses termos, concluímos que a aplicação da lei carrega uma parcela de imprevisibilidade, provisoriedade, imponderabilidade e surpresas contingentes postas ao longo dessa jornada. Ademais, todos os agentes que percorrem o **LABIRINTO** e dele participam, trazem à arena de disputas suas próprias subjetividades.

Assim, constatamos que o centro de gravidade do direito está situado não na parte explícita das regras, mas antes de tudo no processo histórico, apenas sutilmente indicado pelo mapa, uma vez que, também o mapa não é garantidor de que se chegue aos objetivos almejados. Processo porque não se trata de um histórico narrativo ou histórico positivo. Depende da articulação da trama histórica. Depende do enredo. E o enredo pode seguir inúmeras variantes, pode ser contado de diversos modos. Não é apenas o teórico, o racional, o explícito, mas pode assumir e enfatizar aspectos inimagináveis, podendo ser contado e (re)contado inúmeras vezes. Diante das possibilidades interpretativas, das técnicas utilizadas nas fontes processuais e a forma pela qual lhe conferimos os sentidos, percebe-se que tanto a “lei”, quanto o próprio direito se apresentam carregados de significados e sentidos ambivalentes, através dos quais podem se reunir, simultaneamente ou não, nos mesmos objetos ou situações, expressões de significados e sentidos até mesmo opostos. O Tribunal e a Tribuna parlamentar pode ser, simultaneamente ou não, o lugar da verdade (ou do efeito de verdade) mas, também o lugar dos sofismas, da mentira política deliberada e da “injustiça”. Pode configurar-se como lugares da vingança, dos ódios públicos, mas também lugar de serenidade e de acordos pacíficos, lugar das paixões políticas associadas ao sentimento de “justiça”. Os agentes podem, através de seus discursos, procurar incitar os sentimentos de crueldade, violência, valentia, desdém, indignação, comiseração, negociação, paz. Exemplos dos discursos que preconizam a não violência, lutam pela legitimidade do Movimento, exaltam as ações dos trabalhadores ou os

criticam, os atacam, os associam a “bandidos”, “criminosos” e insistem na necessidade de “separar o joio do trigo”. Além das tópicas que criticam o governo, que tentam mobilizar a opinião pública contra mesmo, para dizer que reforma agrária não é realizada em nosso país porque “*falta vontade política*”, porque o governo “*não age*”, porque o “*INCRA está sucateado*”.

Diante das ambigüidades dos discursos que informam as “leis”, desde seu nascedouro, nos meandros dos debates legislativos, até o momento de suas análises pelo poder Judiciário, há um longo caminho nesse **LABIRINTO**, um caminho de apropriações, debates, tensões, re-significações e alteridades.

Além do mais, nos debates do que compõe a “lei” é possível encontrar a mobilização de vastos repertórios retóricos. Estão presentes, tanto na composição do gênero deliberativo, quanto judiciário e presença da literatura, da música, da poesia, dos contos, da importância da religião como explicações e apelos à temática. A discussão da matéria está impregnada de ideais salvacionistas, da “*luta*” e do “*sangue*” do trabalhador, da “*marcha*” por “*justiça*”, na busca da “*Canaã Prometida*”, na “*martirização*” dos mortos em defesa da causa.

Foram esses sentidos discursivos que buscamos analisar desde os debates do Parlamento aos processos judiciais escolhidos como fontes para o desenvolvimento desta pesquisa, além da análise de matérias e revistas de jornais, tanto escritos quanto selecionados pela internet e, a própria legislação agrária do período (medidas provisórias, sentenças, jurisprudências, Constituição Federal entre outras leis ordinárias). A análise discursiva relativa a todo esse material foi, para nós, o momento mais importante de descortinamento dessa caminhada pelo **LABIRINTO**, pois, permitiu-nos acompanhar o desenrolar do mesmo e a forma como os discursos foram articulados por várias personagens, através das combinações das regras e dos procedimentos. Foi o momento em que percebemos a importância da retórica nas formulações argumentativas, nos fios sutis daquilo que foi dito ou ocultado ao juiz, daquilo que foi dito ou ocultado pelo parlamentar e que foram formando a trama político-jurídica. Foi através dessas análises que percebemos que o discurso nem sempre é transparente, que a linguagem comporta um imenso depósito de preconceitos e pode criar realidades distintas ao denominarmos alguém de “invasor” ou “ocupante”, designar de “trabalhador” ou simplesmente chamá-lo de “sem terra”, de “latifundiário”

ou de “produtor rural”. O estabelecimento da linguagem é, em si mesmo, a exposição de lutas reais. Assim, concluímos que a percepção dos signos jurídicos é uma relação complexa entre os significantes e os significados, não facilmente detectada em análises superficiais, em que a produção e a aplicação dos conhecimentos jurídicos, longe de esgotarem-se em si mesmas, fazem parte de um jogo monitorado pelo poder econômico e político. Daí, a importância de refletirmos constantemente sobre quem domina determinadas linguagens, como as produz, para quem e com que finalidade realizam as produções discursivas. Nos debates parlamentares elas dão o tom de defesa ou de ataque aos interesses do governo e a grupos particulares que visam ou atacá-lo ou defendê-lo, além dos interesses políticos e econômicos defendidos nas votações das matérias agrárias. Nos referidos processos judiciais, fica bastante evidente que a retórica discursiva foi uma forma jurídica que os agentes utilizaram para construção dos sentidos e dos significados que empreenderam as suas ações. O discurso, nesse sentido, configurou-se como a representação do real. Deduz-se, com isso, que o mundo do direito é construído pelo discurso dos agentes, como prática argumentativa. A palavra pronunciada (ou omitida) tem aqui papel político fundamental, é ação política por excelência. Nesse sentido, os discursos produzem e conferem sentidos às práticas.

Assim concluímos que existem diversas concepções presentes na tarefa de elaboração das leis. As normas que são apresentadas como neutras, na verdade comportam a produção e a reprodução de diversos conceitos e sempre encontram em suas aplicações probabilidades quase infinitas por parte dos operadores do direito e julgadores do mesmo. Isso indica que a análise discursiva, além de evidenciar o longo caminho de elaboração das leis, nos remete às condições históricas de produção de ambos (legislativo e judiciário) e à imprevisibilidade dos resultados.

No caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra houve agentes parlamentares e mesmo judiciais que empreenderam discursos em sua defesa, de legitimidade da causa, de exaltação de seus gestos, procurando atribuir-lhes significados, situando-os na cena histórica e afirmando-os enquanto “sujeitos de direito” na luta e reivindicação de direitos. Para eles foram as ações empreendidas por esses sujeitos em busca de “justiça” (que se consubstanciaram na luta pelo direito a terem seu “pedaço de chão”) que, amparados também pelas “leis” e pelas normas, garantiram a aplicação da “função social da propriedade”. Ou seja, sem essa normatização à qual

aqueles trabalhadores recorreram, o governo também não poderia proceder à desapropriação e conseqüente assentamento das famílias. Assim, os trabalhadores manifestantes são tidos por muitos, não como contestadores do regime estabelecido, mas agentes de integração, num discurso que não propugna por “derrubar” a “lei” ou a “ordem estabelecida”, mas encontrar saídas de realidades e situações sofridas, iníquas, indesejáveis, em busca de uma integração social ao sistema justamente impugnado, encontrando amparo na “lei” que garanta a “função social da terra”, abrindo possibilidades para participação enquanto sujeitos históricos e de direito, questionando, a partir de seus valores, a “ordem” estabelecida. Nesse sentido, as ações se tornam práticas que fazem avançar o direito. As ações do Movimento, nesse sentido, serviram para integrá-los à luta, mas também evidenciaram e trouxeram à tona as fragilidades, as mazelas desse mesmo ordenamento jurídico.

Dessa forma, concluímos que a “lei” não pode ser vista somente em seu imperativo mandamental: “obedecerás a lei”, mas também, e fundamentalmente, em seu imperativo reflexivo: “obedecerás a lei, mas a questionarás!”. Porque uma “lei” pode ser a cura para diversos males sociais, mas em contrapartida, essa mesma “lei” pode ter efeitos contrários. Como ambivalente que é, a “lei” compartilha do estabelecimento da “ordem” e da ausência dessa mesma “ordem”, abrindo campo para interpretações diversas e discursos dos mais diferentes matizes.

O questionamento das leis implica considerar também que, o que é definido como “verdade”, a importância das chamadas provas técnico-periciais (na área processual de aplicação judicial), e os discursos que se propugnam como inteiramente racionais, imparciais e neutros, são mitos ocultados na “lei” cristalizada. Parlamentares, juízes, promotores, advogados, juristas e todos os demais agentes, são seres situados histórico-materialmente no mundo em que vivem, estão sujeitos as influências emocionais, impressões subjetivas, valores diversos. Não existe, portanto, unanimidade na aplicação da “lei”. Cada caso é um caso, cada agente é um agente. O campo da palavra jurídica é o espaço do embate, onde o monopólio da palavra é o instrumento de dominação. Mas é o espaço em que também não pode se perder de vista o direito à palavra discordante. O direito à diferença e à discordância são fatores fundamentais para a existência de uma democracia política, um pluralismo partidário, uma demanda judicial legítima.

Assim, este trabalho procurou contribuir para uma certa idéia de questionamento da “lei”, enfatizando que as construções legais não são obras dos deuses. São fruto das ações humanas que merecem ser discutidas, analisadas e questionadas em seus fundamentos lógicos e valorativos. Afirmando que nem tudo que é legal é justo, vimos na ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra um enfrentamento, também no campo jurídico, de tentativas de mudança do *status quo*. Essas ações são muitas vezes consideradas por diversos grupos como “criminosas”, “vândalas”, tendo uma idéia de “culpabilização das lideranças”, pois que, nesse sentido “*o povo é bom, os líderes são ruins*”.

A ação do Movimento foi considerada por muitos, não uma luta contra a “lei” mas uma luta contra determinadas interpretações das “leis”. E, através das ações efetivas buscou-se avançar o direito, criar precedentes na norma para a consolidação de uma jurisprudência. Jurisprudência, assim, assume o sentido do hábito de se interpretar e aplicar as “leis” aos fatos concretos, para que se decidam as lides. E, uma vez consolidada, deixa de se obrigar somente à espécie julgada para se firmar, através de sucessivas e inúmeras decisões, como verdadeira “lei”. Não é por acaso que os antigos romanos tinham na jurisprudência o sentido da ciência do direito vista com sabedoria (prudência). O sistema de hierarquia judiciária não impede necessariamente o caráter criativo e inventivo de aplicação judicial do direito e, em vários momentos, de fato, alguns agentes do judiciário empreenderam retoricamente a defesa do Movimento.

Nossa postura ao longo do trabalho foi a tentativa de uma crítica a um direito fincado em valores emanados dos setores dominantes, marcadamente fixado em princípios estéreis, em que o núcleo de todas as defesas girou em torno da proteção da propriedade privada. Entretanto, apesar de todas as críticas, acreditamos que não se pode cair no lado extremo da questão jogando fora uma luta em favor da legalidade. Como espaço da ambivalência, as “leis” tanto podem beneficiar interesses elitistas como, ao mesmo tempo, também servir de escudo para a proteção de direitos humanos inalienáveis. Nesse ponto E. P. Thompson foi, mais uma vez, neste trabalho, um dos nossos inspiradores. Ele percebeu, enquanto historiador, a diferença entre o que denominou “poder arbitrário” e “domínio da lei”. Ou seja, pelas possibilidades ambivalentes do jogo, as “leis” também podem ser instrumentos de efetivação dos

direitos e garantias individuais, podem impedir que o poder se exerça de forma indiscriminada e violenta.

Acompanhando o que é feito e como é feita a aplicação das “leis”, e analisando as permanências de discursos e práticas que continuam, ao nosso ver, praticamente inalteradas ao longo de anos, chegamos à constatação de que, no Brasil, de fato, ainda pouco sabemos sobre o que é uma “democracia” e muito desconhecemos a respeito das possibilidades do fenômeno jurídico, do “direito”. Nesse sentido, há dificuldades de se entender coletivamente o que seja o “justo” ou “injusto”, o “legal” e o “legítimo”, de entendermos o que significa sermos “cidadãos” vivendo num “Estado Democrático de Direito”. O que vimos, por diversas vezes, foi o uso dos debates parlamentares para a defesa de interesses privados, ao invés do interesse público e do bem comum, transformando a reforma agrária, pelo longo processo histórico de dominação da elite agrária desse país, em uma tarefa sempre “*inalcançável*”, em que se buscou e se busca, em vários momentos, se utilizar das “leis” como instrumento de criminalização do Movimento.

FONTES DOCUMENTAIS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES LEGISLATIVAS:

Pronunciamentos do Senado Federal da República Federativa do Brasil específicos sobre Reforma Agrária no período de 1995 a 2006. Disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.senado.gov.br>.

Legislação Agrária:

Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964), com respectivas alterações realizadas pelo Decreto-Lei nº 2.431 de 12/05/1988, Lei nº 7.647 de 19/01/1988, pelo Regulamento do Imposto de Renda Decreto nº 3.000 de 26/03/1999, pela **Medida Provisória nº 2.183-56 de 24/08/2001**.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1946 no que se refere ao embrião da função social da propriedade. Uso do Código Civil – Lei nº 10.406 de 10/01/2002 onde prevalece a solução dos casos omissos no Estatuto da Terra pelo disposto no Código Civil Brasileiro.

Decreto nº 59.566 de 14/11/1966 que regulamenta partes da Lei nº 4.504 de 30/11/1964, Estatuto da Terra e da Lei nº 4.947 de 06/04/1966.

Lei Complementar nº 76 de 06/07/1993 que dispõe sobre o Rito Sumário para processo de desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de reforma agrária.

Lei nº 8.629 de 25/02/1993 que regulamente dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII da Constituição Federal de 1988

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 com alteração das Emendas Constitucionais de revisão, Lei nº 8.629 de 25/02/1993, Medidas Provisórias 1632-8 de 13/01/1998, Medida Provisória 1658-13 de 04/06/1997, Medida Provisória 1577-3 de 04/09/1997, Medida Provisória 1577-6 de 27/11/1997, Medida Provisória 1577-5 de 30/10/1997, Decreto Lei nº 92.289 de 10/01/1986 que fixou área prioritária para Reforma Agrária e declarou interesse social para fins de Reforma Agrária e demais legislação pertinente a Rito Sumário, Lei do ITR – Impostos Territorial Rural etc.

Medida Provisória nº 2.027 de 29/06/2000 e reedições.

Lei nº 10.469 de 25/06/2002 que instituiu o dia 17 de abril como Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Brasil, **Supremo Tribunal Federal (STF)** Desapropriação para Reforma Agrária – Brasília: Secretaria de Documentação, Coordenadoria de **Divulgação de Jurisprudência**, 2007. Documento disponibilizado no endereço eletrônico: <http://www.stf.gov.br>

Extratos e Atas (diversos) do Supremo Tribunal Federal com Ementas, Relatórios e Votos:

Brasil, Medida Cautelatória na Ação Direta de Inconstitucionalidade do STF, ADI-MC 2213 – necessidade de reforma agrária, invasão, imóveis rurais, proposta pelo Partido dos Trabalhadores. Publicação DJ 23/04/2004

Brasil, Medida Cautelatória na Ação Direta de Inconstitucionalidade do STF, ADI-MC 2213 DF– necessidade de reforma agrária, invasão, imóveis rurais, proposta pelo Partido dos Trabalhadores e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Publicação DJ 04/04/2002

Brasil, Recurso Extraordinário – STF, nº 283989, Julgamento 28/05/2002, DJ 13/09/2002, Ementa Vol - 02082-03 PP-00537 – Responsabilidade Objetiva do Estado nos Danos causados por Terceiros em imóvel Rural.

Brasil, Mandado de Segurança nº 22.802-4 (Paraíba) sobre questão de Invasão de Fazenda / DJ 21/05/2004.

Brasil, Mandado de Segurança nº 21.348-5 (MS) sobre Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. DJ 12/08/1992

Brasil, Mandado de Segurança nº 22.164-0 (SP) Fazenda Pantanal, sobre Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, notificação, vistoria. DJ 17/11/1995

Brasil, Mandado de Segurança nº 22.285-9 (SP) sobre Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. DJ 17/05/1996

Brasil, Mandado de Segurança nº 22.302-2(PR) sobre Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. DJ 19/02/1996

Brasil, Mandado de Segurança nº 24.503-4 (DF) sobre Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. DJ 07/08/2003

Brasil, Mandado de Segurança nº 23.148-4 (SP) sobre Decreto Expropriatório de Terra do Presidente da República para fins de Reforma Agrária (Fazenda Santa Rosa). DJ 22/04/2002.

Brasil, Mandado de Segurança nº 25.035-6 (DF) sobre Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária (Fazenda Santa Fé, Município de Uberlândia). DJ 24/11/2005.

Brasil, Mandado de Segurança nº 24.307-4 (DF) sobre Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. Ementário nº 2263-1, DJ 09/02/2007

Brasil, Extrato de Ata: Mandado de Segurança nº 24.764-9 (DF) sobre Invasão de Propriedade. DJ 26/09/2005.

Brasil, Extrato de Ata: Mandado de Segurança nº 24.133-1 (DF) sobre Vistoria para comprovação de Improdutividade de Imóvel. DJ 20/08/2003.

Brasil, Extrato de Ata: Mandado de Segurança nº 25.360-0 (DF) sobre Desapropriação. Reforma Agrária. Notificação de Proprietário. Ação de Reintegração de Posse. DJ 27/10/2005.

Brasil, Súmula 164 e 618 do STF – Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça (STJ):

Brasil, Habeas Corpus – nº 4.399 – SP, 6ª Turma – j. 12.03.1996: O ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, do STJ concedeu HC a seis trabalhadores rurais sem terra do Pontal do Paranapanema.

Brasil, Súmula 69 do STJ.

Processos e Peças Judiciais Diversos:

Brasil, Processo Cível de Reintegração de Posse (1999): Cia de Integração Florestal X Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra. Processo Nº 70299025138-2 em trâmite na 6.ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia no Fórum Abelardo Pena. Os dados consultados para a pesquisa compreendem o período de 23/Agosto/1999, data da Petição Inicial proposta pelos proprietários da Fazenda até 17/Abril/2000, data de Apelação da Sentença pela advogada dos Trabalhadores Sem Terra.

Brasil, Processo Criminal nº 702.010246743 – II volumes da Comarca de Uberlândia – 2003 de Ação Penal art 163, I, II, III c/c art 29 do Código Penal contra Ronaldo

Donizetti Pinto, Francisco Ferreira Guimarães, Vanduíz Evaristo Cabral, João Batista da Fonseca- 1ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia.

Brasil, Sentença de Reintegração de Posse contra Sem Terra dado pelo juiz da 8ª Vara da Seção Judiciária de MG, Antonio Francisco Pereira, em 03/03/1995 BH-MG, mantendo os trabalhadores rurais sem terra na posse da terra ocupada. Texto extraído do site Jus Navegandi, endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=339>. Acesso em 18/02/2007

Brasil, Contestação em ação Reivindicatória contra grupo de Sem Terra. Elaborado pelo Juiz Wagner Giron de La Torre, Procurador do Estado, atuando na Procuradoria de Assistência Judiciária na Comarca de Taubaté – SP, alegando razões sociais para indenização por parte do Estado aos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Texto extraído do site Jus Navegandi, endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=427>. Acesso em 18/02/2007.

Brasil, Sentença de Reintegração de Posse contra MST dado pelo juiz da Comarca de Brejo de Deus (PE), Augusto N. Sampaio Argelim, 24/04/1998, determinando a desocupação da área invadida pelos referidos trabalhadores. Texto extraído do site Jus Navegandi, endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=338>. Acesso em 18/02/2007.

Brasil, Sentença em Ação Cautelar de demarcação de terras indígenas e proteção ao meio ambiente X proteção da propriedade privada e função social da propriedade, em Ação Cautelar, dado pelo juiz Roberto Lemos dos Santos Filho, em 17/12/2001, na Comarca de Santos, São Paulo, determinando que a demarcação da terra (indígena) tem fundamento constitucional, prevalecendo sobre o direito à propriedade privada. Texto extraído do site Jus Navegandi, endereço eletrônico: <http://jus2.uol.com.br/pecas/texto.asp?id=630>. Acesso em 18/02/2007.

Brasil, Decisões referentes a três Agravos de Instrumentos nº s 2006.04.00.012109-7/PR, 2004.04.01.002573-4/SC e 2006.04.00.019232-8/SC interpostos junto ao Tribunal Regional Federal, da 4ª Região em Ações de Manutenção de Posse de Trabalhadores Rurais Sem Terra, interpostas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Revistas, Jornais e Periódicos

(citados e discutidos, em sua maior parte, nos pronunciamentos realizados pelos Senadores, pertinentes aos temas debatidos, entre eles citamos apenas os artigos efetivamente consultados):

Revista Veja. Editora Abril, Ed. Retrospectiva 1937, ano 38, nº 52 de 28/12/2005. Matéria de Capa intitulada: “2005: O ano em que a estrela se partiu”. pp 72-162.

Revista Veja. Editora Abril, Ed. 1807, ano 36, nº 24 de 18/06/2003. Matéria de Capa intitulada: “A Esquerda Delirante”. pp 72-80.

Revista Veja. Editora Abril, Ed. 1795, ano 36, nº 12 de 26/03/2003. Páginas amarelas de entrevista com o Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto. pp. 11-13.

Revista Veja. Editora Abril, edição 1784, ano 36, nº 01, de 08/01/2003. Matéria de capa intitulada: “Lula-de-Mel: a partir de agora, começa a cobrança”. pp. 22-31 e matéria intitulada: “existe mito dos 100 dias?”.

Revista Veja. Editora Abril, edição 1784, ano 36, nº 01, de 08/01/2003. Matéria intitulada: “E se ele [Lula] ainda fosse assim”. pp. 36-44.

Revista Veja. Editora Abril, edição 1775, ano 35, nº 43, de 30/10/2002. Matéria de capa intitulada: “Triunfo Histórico [de Lula]: O primeiro presidente de origem popular”. pp. 35-46.

Revista Época. Editora Globo. Nº 233, 04/11/2002. Matéria de Capa intitulada: “Um sonho popular: O país não mudou, mas há uma nova esperança nas ruas”. pp36-45.

Revista Veja. Editora Abril. Edição 1596, ano 32, nº 18, de 05/05/1999. Matéria intitulada: “Eles [sem terra] passaram dos limites”. pp.46-51.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDT, Hannah. “*O conceito de História – antigo e moderno*” e “*Verdade e História*”, in Entre o passado e o futuro [1961], São Paulo, Ed. Perspectiva, 1992, 3.^a ed., pp. 69-126; 282-325.

_____. Origens do Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo. Cia das Letras. 1989.

_____. O que é Política? 2^a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ANSART, Pierre. “*Mal-estar ou fim dos amores políticos*”, Revista História & Perspectivas, 2002.

_____. “*História e memória dos ressentimentos*”, in Bresciani, S. e Naxara, M., Memória e (re)sentimento - indagações sobre uma questão sensível, Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 15-36.

_____. “A obscuridade dos ódios políticos”. In: DUARTE, A. LOPREATO, C., MAGALHÃES, M.B. (orgs). “*A banalização da violência: atualidade do pensamento de Hanna Arendt*”. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética. Tradução Antonio Pinto de Carval. Edições de Ouro. Coleção Universidade.

BACZKO, Bronislaw. In: “*Imaginação Social*”. Enciclopédia Einaud - vol. 5 anthropos-homem. 288. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

BARBERO, J. M. “Ideologia: os meios como discurso do poder”. In: Ofício de Cartógrafo. Travessias Latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo. Edições. Loyola. 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 14.^a ed. Editora Saraiva. São Paulo. 1992.

BAUDRILLARD, Jean. “*À sombra das maiorias silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas*”. Trad. Suely Bastos. 2.^a ed. Editora Brasiliense. 1985

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. In: Mike Featherstone. Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Comunidade: A busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.; 2003.

_____. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BITTAR, E.C. & ALMEIDA. Curso de Filosofia do Direito. São Paulo. Ed. Atlas. 2001.

BLOCH, Marc. L. B. *Apologia da história ou, O ofício do historiador*. Prefácio de Jacques Le Goff, apresentação à ed. brasileira de Lília Moritz Schwarcz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 2001.

BORGES, A.M. Curso completo de Direito Agrário. 1^a ed. CL EDIJUR, Leme, São Paulo. 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz - Memória e Sociedade, DIFEL, Difusão Editorial Ltda, Lisboa, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana interpreta o Brasil*. Tese titular apresentada ao Departamento de História/UNICAMP, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. “A ascensão da insignificância”, In: As encruzilhadas do labirinto - vol. 04. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. “A ascensão da insignificância”, In: As encruzilhadas do labirinto III. Trad. Rosa M. Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da Lei: 1889-1930*. Brasília. UNB: Editora Universidade de Brasília. Edições Humanidades, Série Prometeu. 2001.

CARDOSO, F. H. A arte da política: a história que vivi. Coordenação Editorial Ricardo A. Setti. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, J. M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi, Rio de Janeiro, nº 01. p.136

CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: ed. Moderna, 1981.

DUTRA, C. A dos S. As ocupações de Terra e a produção do Direito. 2006. Versão eBook. Endereço eletrônico: <http://www.ebooksbrasil.org>. Acesso em 04/10/2007

DWORKIN, R. “As Leis”. In: O Império do Direito. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003

FERNANDES, C. A. “Linguística e História: formação e funcionamento discursivos”. FERNANDES, C. A.. & SANTOS, J.B. (orgs). *Análise do Discurso: Unidade e Dispersão*. Uberlândia. Entremeios, 2004.

_____. *Interação Social e Formação discursiva no Movimento de Luta pela Terra*. Tese de doutorado, São Paulo, 2001

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio: *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4.ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FOUCAULT, Michel. “A ordem do discurso”. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02/12/1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3.ª ed. Loyola, São Paulo, 1996.

_____. “A verdade e as formas jurídicas”. Cadernos da PUC do Rio de Janeiro, departamento de Letras, Trad. Roberto Cabral de Melo Machado. 1979

GINZBURG, Carlo. “Apontar e Citar. A verdade da história” [1989], In: Revista de história, IFCH, UNICAMP, 1991.

_____. “El Juez e el historiador”. Tradução Alberto Clavería, Madrid, Anya, 1993.

GRAU, Eros Roberto. O direito posto e o direito pressuposto. Malheiros ed. 4.ª ed. 2002.

HAROCHE, Claudine. *Reserva nos costumes e controle da violência política: a tese de Norbert Elias*. In: *Da palavra ao gesto*, Campinas, 1998.

_____. *Da palavra ao gesto*. Campinas – SP: Papirus, 1988.

_____. “Fazer dizer, querer dizer”. Trad. Eni Pucinelli Orlandi. Editora Hucitec, São Paulo, 1992.

_____. “A personalidade não totalitária”. In: DUARTE, A. LOPREATO, C., MAGALHÃES, M.B. (orgs). “A banalização da violência: atualidade do pensamento de Hanna Arendt”. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

HAROCHE, C. & ENRIQUEZ, E. La face obscure des démocraties modernes. Sociologie clinique. Éditions Éres. 2002

LE GOFF, Jacques. “As mentalidades, uma história ambígua”. In: História: novos objetos. Trad. de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976

_____. “Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do Espaço interior no individualismo contemporâneo”. Trad. Jacy A. de

Seixas. In: MARSON, I. NAXARA, M. (orgs) *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia. EDUFU, 2005.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1993.

IVO, A.B.L. As transformações do Estado Contemporâneo. CADERNO CRH, Salvador, n. 35, p. 11-20, jul./dez. 2001.

KAFKA, Franz. *O Processo*. 1920. Editora Martin Claret, 2002. Coleção - Nº 41.

KRUGER, J. A força e a beleza que brotam da Terra. Tese de doutorado sob orientação da prof.^a Dr.^a Denise Bernuzzi de Sant' Anna, PUC-SP, 2004.

LAFER, C. Hanna Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder. 2.^a Ed., São Paulo, Paz e Terra, 2003.

LAVALLE, A.G., HOUTZAGER, P.P., CASTELLO, G. "Democracia, Pluralização da representação e da sociedade civil". Revista Lua Nova. São Paulo, 67:49-103, 2006.

LECHNER, Norber. Os novos perfis da política: um esboço. Revista Lua Nova. Nº 67, São Paulo, 2006.

LOPREATO, C., MAGALHÃES, M.B. (orgs). "*A banalização da violência: atualidade do pensamento de Hanna Arendt*". Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 8.^a reimpr. da 17 ed. 2003.

MARKUS, M. E. Trabalhadores Sem Terra: "somo nós que é movimento". Tese de doutorado sob orientação da prof.^a Dr.^a Yara Aun Khoury. PUC-SP, 2002.

MARTINS, R. A. Lula 2002: A reconstrução de uma imagem. Dissertação de Mestrado da UNIMAR-Universidade de Marília, sob a orientação da prof.^a Dr.^a Ana Maria Gottardi, 2005.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1974.

MELO, Eduardo Rezende. *Nietzsche e a justiça: crítica e transvalorização*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2004.

MORAES, A. Direito Constitucional. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NAXARA, Márcia R. C. "Pensar a história em tempos sombrios". In: DUARTE, A.

NEPOUCEMO, E. O massacre: Eldorado do Carajás: uma história de Impunidade. São Paulo. Editora Planeta do Brasil. 2007.

NORBERT, L. Os novos perfis da política: um esboço. Revista Lua Nova. São Paulo, nº 55, 05-20, 2002.

OLIVEIRA, R. M. Cada um queria cercar mais que o outro: Luta pela Terra e os modos de viver de trabalhadores sem terra em Carneirinho, MG, 1997-2000. Dissertação de Mestrado sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

OLIVEIRA, E. M. Cercas da Reforma Agrária. Sonhos, Conflitos e Contradições. Assentamento Rio das Pedras – Uberlândia- MG. Dissertação de Mestrado sob orientação do prof. Dr. Antonio de Almeida.- UFU-2007.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação*. Prefácio de Fábio Ulhøa Coelho: Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. Retóricas. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

POCOCK, J.G. Introdução: O Estado da Arte e O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: Linguagens do Ideário político. Sérgio Miceli [org]. Trad. Fábio Fernandes- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.]

RICOEUR, P. O justo ou a essência da justiça. Edição Odile Jacob, Instituto Piaget. Outubro de 1995. p.10.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito, 17 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

REBOUL, O. Introdução à retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: círculo do livro. 1995.

SALES, J.M. FHC andarilho. Revista Piauí. 11, ano 1, Agosto, 2007. Pp. 27-32

SANTOS, Boaventura de Sousa. “A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência, para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática”, 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. “Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. 8.ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, N. S. Dos. As relações de poder no discurso midiático de Caros Amigos sobre o MST. Dissertação de Mestrado em Linguística, sob orientação do Prof. Dr. Cleudemar Alves Fernandes da Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2004.

SANTOS, Paulo Roberto de O. *Para além da Lei - ocupações de um Território Legal Iturama e Campo Florido/MG - 1989 a 1993*). Dissertação de Mestrado em História Social defendida sob a orientação da Dr.ª Estefânia Knotz Fraga, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997.

_____. Semeando Justiça: A Assessoria Jurídica da Comissão Pastoral da Terra. Cerrado Mineiro – 1980-1990. Tese de Doutorado defendida sob a orientação da Dr.ª Estefânia Knotz Fraga, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2002.

SILVA, J. Sob o jugo/jogo da Lei. Confronto histórico entre direito e justiça. Edufu – Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

SKINNER, Q. Razão e retórica na filosofia de Hobbes. São Paulo, Cambridge: Editora UNESP, Cambridge University Press, 1999.

SOUSA, J.G. Jr. [et al]. Introdução Crítica ao Direito Agrário. O direito achado na rua. Vol 3. Brasília – UNB: Grupo de Trabalho e apoio à Reforma Agrária, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

STÉDILE. [org]. A questão agrária no Brasil. Vol I a V. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores* – Trad. Denise Bootmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. I, II e III, 1987.

VEYNE, Paul M. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Trad. de Adla Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, Editora da UNB, 1982.

VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras [1949]*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987. Volumes I e II.

WARAT, Luís Alberto. *A ciência jurídica e seus dois maridos*. Santa Cruz do Sul, Faculdades Integradas de S. C. do Sul, 1985.

_____. *O direito e sua linguagem*. Sérgio A. Fabris Editor. 2.ª versão. Porto Alegre. 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos dos discursos* [1978], São Paulo, 1994. In: “O fardo da história” e “Interpretação na história”.